



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MAURINEIDE ALVES DA SILVA

**Trinta e três anos de guerra: Malvinas e o embate entre intelectuais,
veteranos, familiares de caídos e narrativas fílmicas no campo da
construção de memórias (1982-2015).**

BRASÍLIA
2016

MAURINEIDE ALVES DA SILVA

Trinta e três anos de guerra: Malvinas e o embate entre intelectuais, veteranos, familiares de caídos e narrativas fílmicas no campo da construção de memórias (1982-2015).

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. José Walter Nunes

BRASÍLIA
2016

TERMO DE APROVAÇÃO

MAURINEIDE ALVES DA SILVA

Tese aprovada como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História no Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. José Walter Nunes (orientador)
Universidade de Brasília (UnB)

Prof^a. Dr^a. Libertad Borges Bittencourt
Universidade Federal de Goiás (UFG)

Prof. Dr. Pablo Ariel Vommaro
Universidade de Buenos Aires (UBA)

Prof. Dr. Paulo Guilherme Domenech Oneto
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof^a. Dr^a. Eloisa Pereira Barroso
Universidade de Brasília (UnB)

Prof^a. Dr^a. Tereza Ferraz Negrão de Mello
Universidade de Brasília (UnB)

“Todo está clavado en la memoria,
espina de la vida y de la historia!”

Léon Gieco

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. José Walter Nunes pela orientação e apoio na realização desse trabalho. Ele me proporcionou um amplo e valioso conhecimento e foi o grande incentivador nessa trajetória. Só tenho a reiterar meu respeito e admiração.

Ao Prof. Dr. Pablo Vommaro, da Universidade de Buenos Aires, pelas orientações e pelo importante apoio no gratificante desafio de trabalhar com a história oral.

Á minha mãe, Gercina Alves, razão maior de todas as minhas conquistas.

Ao meu pai, José Oliveira, que sempre se orgulhou da minha trajetória.

Ao meu esposo, Rodrigo Matheus, que, mesmo diante das minhas ausências, em nenhum momento deixou de me incentivar em minha carreira acadêmica.

Ao meu irmão Lúcio Mauro pelo apoio.

Ao meu amigo e colega de doutorado Bill Monteiro, que percorreu toda essa trajetória ao meu lado e me apoiou em todos os momentos desse percurso.

Ao meu amigo e colega de doutorado Eric, que sempre se mostrou disposto a ajudar.

Á minha amiga Grettel Eugenia Jabif, por ter me acompanhado durante todo o processo das entrevistas, enfrentando, do meu lado, todos os desafios da minha estada em Buenos Aires.

Ao senhor, que infelizmente não houve tempo para saber seu nome, que me amparou em um momento difícil durante as entrevistas na cidade de La Plata, AR.

Á todos os veteranos da Guerra das Malvinas que, com cordialidade e comprometimento, me concederam a experiência mais gratificante de minha trajetória como historiadora através dos seus relatos: Rodolfo Carrizo, Ernesto Alonso, Sergio Fernández, Juan Carlos Yorio, César González Trejo e Hector Rossi.

Á Delmira de Cao, mãe do professor Julio de Cao, morto nas Malvinas, por ter me concedido a entrevista e uma comovente experiência.

RESUMO

A Guerra das Malvinas foi um conflito armado entre Argentina e Grã-Bretanha pela posse das denominadas Ilhas Malvinas localizadas no Atlântico Sul, tendo como desfecho a vitória britânica e o início de um conflito muito mais extenso dentro da própria sociedade argentina: o embate gerado pelas diferentes construções de memórias sobre a guerra. Com esse trabalho de pesquisa busco entender como se processa tal embate no campo das memórias da guerra, identificando quais os temas mais controversos e geradores de conflitos ao longo dos trinta e três anos após o seu desfecho e como diferentes grupos tem participado dessas discussões, seus argumentos e objetivos. No decorrer do trabalho, analiso as perspectivas dos principais participantes do processo de construções de memórias e do embate gerado por elas: veteranos e familiar de soldado morto no conflito, através dos seus relatos orais, intelectuais que pesquisam o tema, por meio de suas obras, e as duas narrativas fílmicas consideradas os marcos da representação dessa guerra no cinema, *Los chicos de la guerra* (1984) e *Iluminados por el fuego* (2005). A hipótese é que tal embate esteja plenamente enredado no fato de que a guerra foi empreendida por um governo da ditadura militar, sendo que tais construções de memórias estão estreitamente vinculadas às reivindicações que cada grupo tem demandado no momento em que estas memórias são elaboradas, ou seja, parece que elas têm maior relação com o contexto histórico de sua construção, do que com a própria guerra. Este trabalho de pesquisa, obviamente não visa compreender todos os aspectos do conflituoso campo de construções de memórias sobre a Guerra das Malvinas. É um campo bastante complexo e permeado por vários temas geradores de controvérsias, dos quais elegi como foco os mais polêmicos e conflituosos quando se trata de representar o que foi a guerra e os seus combatentes. Portanto, o objetivo é apresentar um dos inúmeros caminhos de compreensão possíveis do significado desse evento para a História da Argentina e a sua relação com o momento histórico vivido pelo país.

SUMMARY

The Malvinas War was an armed conflict between Argentina and Britain over the possession of so-called Malvinas Islands located in the South Atlantic, with the outcome of the British victory and the beginning of a much larger conflict within the Argentine society: the shock generated by different constructions of memories about the war. With this work I seek research to understand how to process such clash in the field of memories of the war, identifying the most controversial issues and generating conflicts over the thirty-three years after the outcome and how different groups have taken part in these discussions, their arguments and objectives. During the work, analyze the perspectives of key players in the process memories of buildings and clash generated by them: veterans and family of soldier killed in the conflict, through their oral histories, intellectuals researching the topic, through their works, and the two filmic narratives considered landmarks of representation of war in cinema, *Los chicos de la guerra* (1984) and *Iluminados por el fuego* (2005). The hypothesis is that this clash is fully enmeshed in the fact that the war was waged by a government of the military dictatorship, and such constructions memories are closely linked to the claims that each group has demanded at the time that these memories are prepared, or is, it seems that they are more related to the historical context of its construction, than the war itself. This research aims obviously does not understand all the aspects of conflicting constructions field memories of the Malvinas War. It is a very complex field and permeated by various generative themes of disputes, of which I have chosen to focus on the most controversial and conflictive when it comes to represent what was the war and its combatants. Therefore, the aim is to present one of the many possible ways of understanding the significance of this event for the history of Argentina and its relation to the historical moment experienced by the country.

SUMÁRIO

Introdução	09
Capítulo I – A memória da guerra e a guerra pela memória	34
1.1 A descoberta das ilhas Malvinas e a guerra no âmbito da diplomacia.....	34
1.2 A Guerra das Malvinas e o pós-guerra	50
1.3 Malvinas como causa nacional	64
1.4 Guerra pela memória	74
Capítulo II – História oral e relatos orais sobre a Guerra das Malvinas	101
2.1 História oral: teoria e metodologia de análise	101
2.2 Os depoentes e o processo das entrevistas	119
2.2.1 Rodolfo Carrizo e Ernesto Alonso – Associação CECIM de La Plata	119
2.2.2 Sergio Fernández e Juan Carlos Yorio – Associação AVEGUEMA	130
2.2.3 César Gonzáles Trejo e Delmira de Cao - Comisión de Familiares de Caídos em Malvinas e no Atlántico Sur	136
2.2.4 Hector Rossi – Sem vínculo com associação, luta pelo reconhecimento como veterano das Malvinas	147
Capítulo III – O cinema argentino no debate sobre a construção de memórias sobre a Guerra das Malvinas: de chicos a iluminados	152
3.1 O cinema argentino e as narrativas fílmicas sobre a Guerra das Malvinas	152
3.2 Los chicos de la guerra: as obras e seus realizadores	170
3.3 Iluminados por el fuego: confissões de um soldado da Guerra das Malvinas ..	185
Capítulo IV – A relação ditadura militar/Guerra das Malvinas na disputa pela memória da guerra	213
4.1 Malvinas: uma guerra necessária?.....	214
4.1.1 Malvinas: um ato de irresponsabilidade da ditadura militar?	224
4.2 O debate sobre desmalvinização e malvinização	239
4.2.1 Esquecer Malvinas?	256

Capítulo V – A construção da imagem do soldado na disputa pela memória da guerra	266
5.1 Combatentes da Guerra das Malvinas: heróis ou vítimas?	268
5.2 Punições para os oficiais que cometeram abusos?	281
5.3 Exumação ou não exumação?	295
5.4 Quem são veteranos? A luta de ex-soldados continentais pelo reconhecimento como veteranos da Guerra das Malvinas	305
Considerações finais	315
Referências Bibliográficas	339

INTRODUÇÃO

Em 2002, no momento de definição do tema a ser trabalhado na monografia de conclusão do curso de graduação em História Licenciatura e Bacharelado na Universidade Federal de Goiás, a primeira certeza é de que trabalharia com produções cinematográficas. Com o decorrer do curso surgiu a ideia de analisar como o cinema tem representado as intervenções militares norte-americanas em outras regiões do mundo, resultando em um trabalho de monografia com o título de “A construção do Destino Manifesto no contexto da produção do diretor Ridley Scott: Black Hawk Down” defendido no ano de 2005.

Na dissertação de mestrado continuei com as narrativas fílmicas e com o tema intervenções militares norte-americanas, mas buscando entender alguns dos aspectos da história do povo norte-americano - suas origens, como forjaram a sua “identidade nacional” – que influenciaram os Estados Unidos na criação dessa imagem de país belicista. A conclusão da pesquisa resultou na dissertação com o título “Guerra, nação e cinema: uma leitura filmográfica sobre as motivações norte-americanas para a ação beligerante” defendida no ano de 2011.

Em 2012, com o ingresso no curso de Doutorado da UnB, objetivava continuar trabalhando com o tema cinema norte-americano, mas no decorrer do ano, ao cursar as disciplinas e com as orientações do professor José Walter Nunes, decidi mudar os rumos da pesquisa. Ao observar o quanto é atual e controverso o processo de construção de memórias sobre a Guerra das Malvinas optei, em 2013, por este tema. Assim, continuei trabalhando com narrativas fílmicas e com o tema guerra, mas dessa vez uma guerra que se processou no Atlântico Sul: a das Malvinas. No mesmo ano visitei, pela primeira vez, a Argentina em busca de material bibliográfico sobre o tema e iniciei os primeiros contatos com aqueles que foram os personagens mais próximos do embate bélico, os seus veteranos.

A Guerra das Malvinas foi um conflito armado entre Argentina e Inglaterra pelas denominadas Ilhas Malvinas localizadas no Atlântico Sul que trouxe consequências de grande importância para a história mundial. A descoberta das ilhas é motivo de muitas controvérsias já que diferentes relatos dão

conta de diferentes nacionalidades a terem aportado primeiro no pequeno arquipélago.

A Espanha defende que o descobrimento das Ilhas Malvinas foi realizado em 1540 pelo seu navio Incógnita da Marinha espanhola. Há relatos, também, de supostos avistamentos das ilhas por navegadores ingleses, John Davis em 1592, que relatou ter se deparado com as ilhas quando navegava rumo ao Estreito de Magalhães, e Richard Hawkins em 1594, o que acaba por constituir, posteriormente, em um dos principais argumentos ingleses para reclamarem a soberania das ilhas. Apesar dos relatos anteriores, a prioridade do descobrimento foi creditada aos holandeses que em 1600 se aproximaram da porção de terra - na realidade de três ilhas que fazem parte do arquipélago das Malvinas - com o navio Geleof, batizando-as de Sebaldinas.

No dia dois de janeiro de 1833, chegou na ilha Soledad o Comandante inglês J.J. Onslow que declarou ao representante de Buenos Aires nas ilhas, José Maria Pinedo, que a soberania das Malvinas estaria agora sob o nome da Sua Majestade Britânica. Os protestos argentinos pela recuperação do arquipélago iniciaram no mesmo ano de 1833 e empreenderam-se em três vias, as negociações bilaterais, a política de comunicações e a apelação a foros internacionais, iniciando um longo conflito no campo da diplomacia. No ápice do conflito diplomático, a Argentina toma as ilhas Malvinas no dia 02 de abril de 1982, o que levou à reação britânica iniciando a Guerra das Malvinas. Com uma frota moderna e centralizada, quase trinta mil soldados preparados e bem armados, a Grã-Bretanha vence a guerra, levando a um saldo de 649 mortos argentinos, sendo que do lado britânico pereceram 255 combatentes em 74 dias de conflito.

Quando os combatentes das Malvinas retornaram ao continente, a sociedade argentina começou a processar o que havia acontecido, o porquê do conflito e do seu desfecho marcado pela derrota. O fato de a guerra ter sido iniciada por um regime militar ditatorial tornou esse processo muito mais complexo e conflituoso, principalmente depois que os seus veteranos começaram a relatar suas experiências que chocaram a sociedade, porque essa percebeu que, assim como no continente, os militares cometeram abusos com os jovens no front. Relatos de ex-combatentes sobre a falta de alimentos, falta de roupas adequadas para o frio das Malvinas, falta de armas e, principalmente, de punições dos oficiais para com os

soldados, como espancamentos e estaqueamentos¹, foram fundamentais para tornar o processo de construção de memórias sobre a guerra um campo no qual conflituosos debates emergem.

A Guerra das Malvinas ocorreu dentro de um processo de reivindicação popular pela transição da ditadura para a democracia e seu desfecho trágico para os argentinos se tornou um dos trunfos para os grupos que lutavam pela causa. Nessa conjuntura, setores da sociedade, apoiados pelos meios de comunicação, se empenharam em construir a imagem da juventude como vítima das violações dos direitos humanos durante a ditadura militar, englobando tanto os jovens que lutaram contra o regime no continente e foram massacrados pelos militares, quanto os jovens que relataram terem sido massacrados pelo próprio exército argentino no front da Guerra das Malvinas.

Dentro desse contexto, é pensado e produzido o filme *Los chicos de la guerra* (1984) de Bebe Kamin, cuja narrativa tem como foco a ditadura militar, apresentando, dentre outras, cenas de violência e repressão aos jovens no continente, intercaladas com cenas de violência de militares para com seus soldados durante a guerra. Tal construção de memória, considerada vitimizadora do soldado, levou à reação de grupos de veteranos que, reunidos em associações, buscaram espaço para suas próprias construções, reivindicando seu protagonismo no conflito. Grupos de ex-soldados civis, que participaram da guerra devido ao período de conscrição, reivindicam não somente reconhecimento, mas justiça e reparação para os abusos cometidos no front, objetivos que ganharam grande força com o lançamento do filme *Iluminados por el fuego* (2005), que representou tanto a coragem dos jovens combatentes no embate com as forças britânicas, quanto cenas de abusos de superiores para com seus subordinados. A construção vitimizadora do soldado, uma vez que apresenta o oficial militar como seu algoz, também, provocou reação de grupos de ex-combatentes militares que reivindicam espaço para uma construção que apresente outro perfil do oficial e ressalte sua coragem e empenho na superação da desvantagem bélica do exército argentino frente ao inimigo britânico. Tornando o tema ainda mais conflituoso, associações de familiares de combatentes mortos na guerra participam desse embate pela sobreposição de memórias ao defenderem a legitimidade do conflito como condição fundamental para dar sentido

¹Estaqueamento: quando o soldado é amarrado deitado no chão com os braços e as pernas abertas.

ao sacrifício dos seus filhos e, conseqüentemente, um sentimento reconfortante aos pais. Em meio às discussões geradas por essa disputa pela representação da guerra, está um grupo de intelectuais argentinos que produziu obras que trabalham o tema de forma problematizadora.

Grande parte dos livros produzidos nos primeiros anos do pós-guerra sobre o conflito apresenta relatos de ex-combatentes, em sua maioria oficiais, generais, coronéis, etc., sobre o processo técnico da guerra, ou seja, o desenrolar do embate bélico. Há muitas obras, também, de jornalistas que cobriram o conflito como correspondentes em Buenos Aires ou que entrevistaram ex-combatentes, mas sem a preocupação de analisar, de problematizar o tema. Essa carência de produções acadêmicas, de investigações históricas problematizadoras, ocorre, principalmente, nos anos iniciais do pós-guerra. Tal ausência tem sido superada com a dedicação de intelectuais respeitados como o filósofo León Rozitchner, o historiador Federico Lorenz, a antropóloga Rosana Guber e o sociólogo Vicente Palermo, entre outros, que buscaram trabalhar os temas mais polêmicos e controversos do conflito, ressaltando suas complexidades, questionando as construções de memórias, criticando-as ou reforçando-as, o que os tornam participantes dessas elaborações e, conseqüentemente, do conflituoso debate sobre a melhor forma de representar a guerra. Foi através das leituras dessas obras bibliográficas argentinas que um aspecto referente ao tema me chamou a atenção: o final da guerra marcou o início de um conflito bem mais extenso que se dá no campo da construção de memórias.

Para perscrutar quais os temas mais controversos e geradores de tais conflitos pela memória da Guerra das Malvinas ao longo dos trinta e três anos pós-guerra, indagando como diferentes grupos têm participado de tal embate e quais os seus argumentos e objetivos, início este trabalho de pesquisa. O principal objetivo é entender: Por que dessa disputa pela memória da guerra e como ela se processa? O que cada grupo social pretende ao construir sua perspectiva de memória?. Para isso, propus-me realizar um trabalho de pesquisa em que os diversos personagens dialogassem entre si: veteranos e familiares de soldados mortos no conflito, através da análise de seus relatos orais, intelectuais que pesquisam o tema, por meio de suas obras, e o cinema argentino, através da análise de duas narrativas fílmicas consideradas os marcos da representação da guerra no cinema, *Los chicos de la*

guerra (1984) e *Illuminados por el Fuego* (2005), ressaltando nas construções de cada uma os temas mais tensos e controversos.

A importância dessa pesquisa está no fato de que, apesar do grande número de obras sobre a guerra lançadas nesses trinta e três anos - inclusive com abordagens novas ao analisar as representações do conflito nos campos literário, musical e cinematográfico -, pude identificar a carência de trabalhos de pesquisa que colocassem em diálogo os principais grupos que travam esse embate na dimensão das memórias construídas e em construção sobre o conflito. Esse entrecruzamento de perspectivas a respeito da guerra me possibilitou entender de forma problematizadora o meu objeto de pesquisa: *a guerra pela memória da Guerra das Malvinas*, ou seja, como se processa o embate no âmbito da construção de memórias da guerra. A hipótese é que tal embate esteja plenamente enredado no fato de que a guerra foi empreendida por um governo da ditadura militar, sendo que tais construções de memórias estão estreitamente vinculadas às reivindicações que cada grupo tem demandado no momento em que estas memórias são elaboradas, ou seja, parece que elas têm maior relação com o contexto histórico de sua construção, do que com a própria guerra.

O fato de optar pelo nome Malvinas, utilizado por argentinos, ao invés de Falklands, utilizado por britânicos, assim como buscar obras bibliográficas predominantemente argentinas sobre a guerra e relatos orais de veteranos do país sul-americano, não se configura em uma tomada de posição quanto à soberania do arquipélago, mas especificamente por que o objetivo do trabalho é apresentar o olhar argentino sobre o conflito para, com isso, entender como se processam os conflitos no âmbito da construção de memórias. Ou seja, busquei diferentes pontos de vista argentinos sobre a guerra e não a discussão sobre a soberania que iria requerer a abordagem de obras bibliográficas, cinematográficas e relatos orais, também, dos britânicos.

Para compreender esse processo, iniciei o trabalho de pesquisa fazendo uma abordagem de como se processou o embate diplomático e bélico entre Argentina e Grã-Bretanha no Atlântico Sul e como as Malvinas foram construídas como causa nacional. Para isso, reporto-me inicialmente a Sérgio Ceron em *Malvinas: gesta heroica o derrota vergonzosa?* (1984), que explica o processo de colonização das Malvinas antes do embate histórico, começando com a colonização francesa em 1764, motivo de protesto da Corte Espanhola que expulsou os colonos e

nomeou um governador nas ilhas, Felipe Ruiz Puente. De acordo com Ceron (1984), um ano depois os ingleses construíram uma possessão na pequena ilha de Trinidad das Malvinas, onde fundaram Port Egmont, sendo expulsos por ordem do governo de Buenos Aires. Porém, na saída já consideravam ter soberania sobre as ilhas e a chamavam de Falklands Islands. Já Roberto Remo, em *Malvinas: a grande lição* (1982), explica o incidente com os Estados Unidos em 1831, quando os argentinos conseguiram aprisionar dois navios norte-americanos de pesca na região das Malvinas e, como consequência, o governo norte-americano declarou estar disposto a reconhecer a soberania britânica sobre as ilhas, tornando o momento propício para os ingleses fazerem a tomada do arquipélago, o que ocorreu em 1833. Os protestos argentinos em foros internacionais e a negação dos britânicos em ceder a soberania são analisados por Andrés Cisneros e Carlos Escudé, et al., em *História General de las Relaciones Exteriores de la República Argentina* (2000), que sustentam que o interesse dos ingleses em argumentar que estão respeitando aos “desejos” dos kelpers (população das Malvinas) de se manterem sob a soberania britânica, tem sido uma forma de enquadrar o caso Malvinas dentro do princípio de autodeterminação das Nações Unidas.

Sobre os acontecimentos que são considerados as causas imediatas do deflagar da guerra, Luciana Coconi, em *Ilhas Malvinas o Falkland Islands? La cuestión de la soberanía sobre las islas del Atlántico Sur* (2012), apresenta o caso do comerciante de Buenos Aires Constantino Davidoff que em 1978 fez um contrato com a firma Christiane Salvesen da Escócia, administradora de concessões da Coroa Britânica nas Malvinas, com o objetivo de adquirir material de uma estação de pesca de baleia desativada na Georgia do Sul. A chegada de seus funcionários para a realização do trabalho levou ao ápice as relações diplomáticas conflituosas entre Argentina e Grã-Bretanha, culminando com o envio, dos dois lados, de navios de guerra para a região. A tomada das ilhas pelas tropas argentinas no dia dois de abril de 1982 é analisada por Robert Roth, em *Después de Malvinas qué?* (1982:16), que sustenta que tal empreendimento do Exército Argentino não era adequado naquele momento “O exército acabava de incorporar uma classe que não tinha dois meses de instrução. A marinha precisava de dois anos a mais para completar seu equipamento com a entrega de fragatas e submarinos encomendados no exterior e os construídos aqui”. Já o jornalista Fernando Zuba, em *Malvinas: crônicas de guerra* (2008), correspondente da guerra em Buenos Aires, faz uma

análise da euforia da imprensa e da sociedade com a tomada das ilhas pelas tropas argentinas, tendo como símbolo maior o evento na Plaza de Mayo no dia 10 de abril com um saldo de mais de cento e cinquenta mil populares, participações artísticas e muitas doações.

Com a tomada das ilhas, o governo militar argentino tinha obtido uma importante vitória ao se identificar com uma reivindicação da sociedade, fator abordado por Luis Alberto Romero, em *História contemporânea da Argentina* (2006:220), que argumenta que a Argentina foi “alimentada por uma cultura política nacionalista e anti-imperialista tradicional, que já parecia arquivada, mas que ressurgiu com força no momento da guerra”. Os fatores que levaram à derrota argentina é um dos temas abordados por Hugo Martinez, em *Guerra Santa nas Malvinas: história de uma derrota* (1983:145), que, entre outros aspectos, ressalta a importância da Inglaterra no cenário mundial, no que diz respeito à questão econômica e à participação no Conselho de Segurança das Nações Unidas, mobilizando, portanto, “uma rede diplomática e de interesses econômicos mais eficazes e coerentes do que sua própria capacidade militar”.

Para perscrutar como Malvinas se tornou uma causa nacional dos argentinos analisei a obra de Rosana Guber, em *Por qué Malvinas? De la causa nacional a la guerra absurda* (2012), que explica como a tomada do território malvinense pela Grã-Bretanha se tornou objeto de interesse de intelectuais e da sociedade argentina em geral, através de estratégias como obras de cunho nacionalista, projetos políticos como o de Alfredo Palacios e a divulgação na educação pública. Já Federico Lorenz, em *Las guerras por Malvinas: 1982-2012* (2012), analisa como Malvinas, como presença simbólica no imaginário público argentino, fermentou um sólido sentimento de revanche que culminou com a guerra, enquanto Vicente Palermo, em *Sal em las Heridas: las Malvinas em la cultura argentina contemporánea* (2007), defende a ideia de que Malvinas como um interesse nacional é falha e que não existe um interesse nacional, mas uma multiplicidade de interesses e de opiniões sobre o tema.

Do ponto de vista conceitual, minha pesquisa tem como eixo principal o estudo da memória relacionada à história. Ao analisar o conteúdo das entrevistas, considero a relação passado e presente que está no cerne da memória. Quando a memória introduz o passado no presente, ela estará atualizando-o, construindo-o e não resgatando-o, até porque, parafraseando Jacy Seixas (2004:49),

“o passado que ‘retorna’ de alguma forma não passou, continua ativo e atual e, portanto, muito mais do que reencontrado, ele é retomado, recriado, reatualizado” de acordo com o presente, com os anseios, com as demandas do presente.

Considerando que as construções de memórias sobre a Guerra das Malvinas estão permeadas por demandas do presente, durante a pesquisa recorro ao pensamento de Walter Benjamin (1993:224-225), no qual o processo ativo de rememoração, fundado na experiência, expressa a possibilidade de compreensão do passado e de construção de narrativas históricas que podem constituir em ações ativas no presente, ou seja, olha-se para o passado articulando-o com os objetivos do presente, sendo papel do historiador contrapor seus estudos e perspectivas à memória oficial, retomando o que foi relegado ao esquecimento e buscando espaços para as memórias de pessoas e grupos que tiveram seus projetos preteridos ou derrotados, tiveram suas lutas interrompidas ou vencidas.

Tema abordado também no interprete de Benjamin, Michael Lowe (2005:51-53), quando ele analisa as teses “Sobre o conceito de História” e vê na perspectiva de história benjaminiana a defesa da redenção dos grupos oprimidos no passado, através da rememoração, com o objetivo de promover transformações no presente “É preciso para que a redenção aconteça, a reparação” através da realização dos objetivos pelos quais lutaram as gerações vencidas e que não conseguiram alcançar. Portanto, a tarefa do historiador não se reduziria apenas a salvar do esquecimento aqueles que foram desprezados pela história oficial, mas levar adiante sua luta e vencê-la, voltando-se para o passado – a história, a rememoração – e o presente: a ação redentora.

A importância de se buscar as memórias desses testemunhos pode ser eficiente, portanto, para que se promova a reparação e para que se evite a repetição de acontecimentos que macularam e marcaram a história de um povo, porém, esse objetivo não impede que tais testemunhos sejam questionados e problematizados. Beatriz Sarlo (2007: 47) alerta que “A confiança nos testemunhos das vítimas é necessária para a instalação de regimes democráticos e o enraizamento de um princípio de reparação e justiça”, contudo “esses discursos testemunhais, sejam quais forem, são discursos e não deveriam ficar confinados numa cristalização inabordável”, até porque, existem outras narrações sobre o mesmo tema que a autora (2007) ressalta não estarem protegidos pela inatingibilidade.

Após tais considerações sobre a relação memória e História, analiso conflitos que se processaram no âmbito das construções de memórias. Para isso, recorro às análises de autores como Paula Hamilton (1998:85) que explica a complexa trama no campo das memórias que leva aos embates, citando o exemplo de uma reunião de família e ressaltando que os conflitos ocorrem porque “as pessoas insistem que as lembranças dos outros sejam iguais às suas”. De acordo com a autora (1998:85) “David Thelen nos lembra que ‘como as memórias das pessoas conferem segurança, autoridade, legitimidade e, por fim, identidade ao presente’, não é de surpreender que ‘os conflitos acerca da posse e da interpretação das memórias sejam profundos, frequentes e ásperos’”.

Tais embates caracterizam diferentes acontecimentos que marcaram a história, como os confrontos pela memória da ditadura militar na Argentina analisados por Beatriz Sarlo em *Tempo Passado: cultura e memória e guinada subjetiva* (2007), assim como as construções de memórias da ditadura militar no Brasil abordadas por Narciso Pires e Silvia Calciolari em *Depoimentos para a História – A resistência à ditadura militar no Paraná* (2014). Michael Pollack, em *Memória, Esquecimento, Silêncio* (1989), analisou o processo conflituoso de desinstalinização na União Soviética e Alessandro Portelli, em *O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum* (1996), apresentou suas pesquisas sobre o embate provocado pelas construções de memórias a respeito do massacre de Civitella Val di Chiana, na Toscana, durante a Segunda Guerra Mundial. Já Jonathan Grossman, no artigo *Violência e silêncio: reescrevendo o futuro* (2000), analisou a resistência de sul-africanos às construções vitimizadoras de seu papel diante do regime Apartheid realizadas pela Comissão de Verdade e Reconciliação (CVR) na África do Sul.

Sobre o conflito pela memória da Guerra das Malvinas, Waldo Ansalti, em *La memoria y el olvido como cuestión política: A propósito de Malvinas* (2012:15), argumenta que com Malvinas ocorre “uma tensão muito forte entre memória e esquecimento”, principalmente pela relação da guerra com a ditadura militar: “Memória da guerra, dos mortos, dos direitos argentinos, esquecimento da inseparável relação com o Estado Terrorista de Seguridade Nacional”. Tal confronto se dá devido à pluralidade de memórias que vem sendo construídas sobre o conflito e, também, pela busca de espaço para essas memórias dentro das principais discussões políticas do país, já que, para Ansalti (2012), ao

contrário da memória da ditadura militar, a da Guerra das Malvinas ainda é relegada dentro da memória coletiva da sociedade argentina.

Após abordar os conflitos dentro do processo de construção de memórias inicio uma análise dos pressupostos teórico-metodológicos do trabalho com a história oral que nortearam no processo das entrevistas com veteranos e membros da associação de familiares de combatentes mortos na guerra. Em minha pesquisa trabalhei com a história oral temática, já que nas entrevistas o tema a ser abordado são as construções de memórias sobre a Guerra das Malvinas e os conflitos gerados por tais elaborações. Inicialmente, busquei as análises sobre memória individual e coletiva por Henry Rousso, no artigo *A Memória não é mais o que era* (1998:94), na qual ele sustenta, baseado nos estudos de Maurice Halbwachs, que o contexto social vivido pelo indivíduo participa da construção da sua memória individual, ou seja, através da memória de um indivíduo pode-se analisar as complexidades intrínsecas ao seu grupo social, aspecto que despertou o interesse das ciências humanas, entre elas a História.

A importância da história oral para o campo das pesquisas históricas é analisada por Michael Frisch, em *Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais* (1998:76), no qual ele argumenta que a memória é uma forma de recuperar as experiências e as ideias dos grupos que não estão presentes nos documentos tradicionais, apresentando um diferente ângulo de visão e superando noções convencionais. A história oral se tornou para os historiadores, portanto, um meio de trabalho com grupos que não tiveram suas experiências registradas pelas histórias oficiais, mas como qualquer outra fonte de pesquisa apresenta desafios para o pesquisador. Jean-Jacques Becker, em *O handicap do a posteriori* (1998), sustenta que a oralidade, por se tratar de uma fonte de “arquivos provocados”, ou seja, constituídos depois do acontecimento, pode trazer lembranças involuntariamente equivocadas, sobrepostas, etc. Porém, é essa subjetividade dos relatos orais que tem sido considerada o fator que torna tão rico os estudos nessa área. Por isso, reporte a autores que analisam o papel da subjetividade nos depoimentos orais.

A importância da subjetividade é abordada por José Eduardo Lozano, em *Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea* (1998), e Alistair Thompson, em *Os debates sobre a memória e história: alguns aspectos internacionais* (1998:67), para o qual um erro comum no trabalho com a história oral

é a busca do “que realmente aconteceu no passado”, ao invés de considerar os motivos que levaram os indivíduos a construir suas memórias de determinada maneira, buscando entender os significados subjetivos da experiência vivida. Para Luciana Lira e Martha Mendoza, no artigo *História oral y Psicología* (2000), as fontes orais são credíveis justamente porque delas podem emergir a imaginação, o desejo e o simbolismo. A subjetividade, também, é considerada uma vantagem para Monique Augras, em *História oral e subjetividade* (1996), ao enfatizar que todos os conflitos dos grupos sociais aos quais pertence o entrevistado são reativados no momento da entrevista, o que o leva a cair em contradições, devendo o pesquisador aproveitar todas as informações importantes que essa subjetividade nos trás, até porque, o valor do testemunho está justamente nessa complexidade humana. Para Augras (1996), o silêncio durante a entrevista é, também, um aspecto que pode ser explorado, já que por trás dele pode estar uma importante fonte de informações sobre o depoente e a história contada.

O desafio maior para o pesquisador que trabalha com a história oral é, para a professora Valentina Lima, em *Problemas metodológicos da história oral* (1983:09), o reconhecimento de sua interferência e de sua própria subjetividade, reconhecendo que o outro produz significados que não são os seus e, portanto, não são as suas categorias que devem ser consideradas. Lima (1983) ressalta que se trata de um terreno pantanoso, cujos problemas metodológicos são muitos, entre eles os advindos da interação entre entrevistado e entrevistador: “é uma relação dual, de interrogações recíprocas, mesmo que da parte do entrevistado essas interrogações não se explicitem, não sejam verbalizadas”. Tais considerações atestam a complexidade de se trabalhar com a história oral, o que exige um anterior preparo do entrevistador no que diz respeito aos seus conhecimentos teóricos e metodológicos.

No campo metodológico da história oral trabalho com Verena Alberti, em *Manual da história oral* (2004), que elaborou uma interessante proposta de trabalho com entrevistas, destacando que devemos sempre questionar como os entrevistados viam e veem o tema e o que esse depoimento pode informar sobre o lugar que esse tema ocupa no contexto histórico de seu grupo social. A autora (2004) argumenta sobre a importância de ter-se um contato anterior à entrevista, solicitando ao entrevistado documentos pessoais, fotografias e outros registros do seu passado. Tal aspecto é corroborado por Tourtier-Bonazzim

(1998:236) ao defender que nenhuma entrevista deve ser realizada sem uma preparação minuciosa, inclusive, na investigação da vida do depoente, leitura de suas obras, se houver, e referência sobre etapas importantes de sua biografia. O próximo passo é a investigação exaustiva do objeto de estudo, pesquisando o material disponível em arquivos e bibliotecas e outras instituições para a elaboração do roteiro de entrevista.

De acordo com Alberti (2004:98), há três tipos de roteiros a serem elaborados durante o trabalho com história oral: o roteiro geral (elaborado a partir da pesquisa inicial), os roteiros individuais (elaborados a partir do cruzamento da biografia do entrevistado com o roteiro geral) e os roteiros parciais (elaborados durante o processo das entrevistas, baseados nas informações dos depoentes). Para a autora (2004), é importante o entrevistador levar um caderno de campo onde será registrado todo tipo de informação a respeito do entrevistado, desde o primeiro contato, a descrição das reações deste durante a entrevista, informações obtidas quando o gravador estava desligado, etc. Já Danièle Voldman, em *Definições e Usos* (1998:258), recomenda que devemos ficar atentos ao perfil de cada testemunha e alerta que grupos de militantes de alguma causa costumam dar testemunhos com uma coerência e uma estruturação rígida, o que requer do historiador muita cautela para entender o discurso reconstruído ou mesmo estereotipado.

A partir das leituras do aparato teórico-metodológico da história oral iniciei o preparo para as entrevistas. Com as leituras bibliográficas em curso e o objeto de pesquisa definido, começo a definição de quem serão os entrevistados. A definição dos sujeitos a serem entrevistados pautou pela proximidade destes com o fato ocorrido, o que, portanto, me levou primeiramente aos veteranos da guerra, que tem sido o grupo mais participativo no que diz respeito às construções de memórias sobre e o conflito. Obtive o primeiro contato com veteranos em uma primeira viagem à Argentina em maio de 2013. Nesta ocasião visitei a associação de ex-combatentes AVEGUEMA (Asociación de Veteranos de Guerra de Malvinas), com predominância de militares, e negocie as entrevistas que seriam feitas no meu retorno ao país. Posteriormente, diante de mais leituras sobre os embates no campo das memórias da guerra, identifiquei que as associações mais atuantes nesse conflito são o CECIM de La Plata (Centro de Ex Combatientes Islas Malvinas), formado exclusivamente por veteranos civis, e a Comisión de Familiares de Caídos em Malvinas e Atlántico Sur, formada por familiares de combatentes

mortos na guerra, com as quais mantive contato via e-mails, agendando para abril de 2015 a visita e a definição dos membros a concederem as entrevistas.

Com o decorrer da pesquisa, identifiquei que um dos temas mais polêmicos sobre a Guerra das Malvinas é a definição de quem são seus veteranos. Um grupo de ex-soldados continentais – que atuaram na parte logística e de guarda do continente e estão acampados há sete anos na Praça de Mayo - reivindica o título de veteranos e todos os benefícios conquistados pelos soldados que atuaram nas Malvinas, o que é criticado pelas associações de veteranos, que justificam que tais mobilizados não se tratam de veteranos de guerra e que estão oportunamente em busca de vantagens financeiras. Diante desse embate, entrei em contato com o grupo de ex-soldados continentais em seu acampamento na Praça de Mayo, conseguindo, depois de muitas tentativas, uma entrevista.

Definidas as Associações, em seguida me dediquei à preparação do roteiro de perguntas, elaboradas segundo os meus estudos sobre o tema. Ao retornar à Argentina no dia 25 de maio de 2015, realizei uma visita às associações, na qual tive a oportunidade de definir os membros a serem entrevistados e colher dados que me amparariam na pesquisa da biografia dos depoentes. Os membros das associações que aceitaram o convite e concederam as entrevistas foram: Rodolfo Carrizo² e Ernesto Alonso³ do CECIM de La Plata; Sérgio Fernández⁴ e Juan Carlos Yorio⁵ da AVEGUEMA; Cesar Gonzáles Trejo⁶ e Delmira de Cao⁷ da Comisión de Familiares de Caídos em Malvinas e Atlántico Sur e Hector Rossi⁸ do grupo de ex-soldados continentais. O próximo passo foi o cruzamento da

²Rodolfo Carrizo, 61 anos, professor adjunto da Cátedra Libre Malvinas, Comunicación y Nación da FPyCS da UNLP (Universidade Nacional de La Plata), é membro da associação de veteranos das Malvinas civis CECIM de La Plata e foi entrevistado no dia 02 de junho de 2015.

³Ernesto Alonso, 53 anos, presidente da Comisión Nacional de Ex-Combatentes de Malvinas é membro da associação de veteranos das Malvinas civis CECIM de La Plata e foi entrevistado no dia 02 de junho de 2015.

⁴Sérgio Fernández, 64 anos, é general do Exército aposentado e membro da associação de veteranos AVEGUEMA e me concedeu a entrevista no dia 03 de junho de 2015.

⁵Juan Carlos Yorio, 63 anos, é tenente-coronel aposentado e membro da associação de veteranos AVEGUEMA e me concedeu a entrevista no dia 03 de junho de 2015.

⁶Cesar González Trejo, 53 anos, trabalha na Chancelaria e atua como representante da Comisión de Familiares de Caídos em Malvinas e Atlántico Sur. Entrevistei Trejo nos dias 01 e 04 de junho de 2015.

⁷Delmira de Cao, 79 anos, é dona de casa e presidente da Comisión dos Familiares de Caídos em Malvinas e Atlántico Sur, é mãe do professor Julio Cao, voluntário na Guerra das Malvinas e que morreu durante o conflito. Entrevistei Delmira no dia 04 de Junho de 2015.

⁸Hector Rossi, 53 anos, não faz parte de nenhuma associação de veteranos, até porque não é considerado veterano por não ter sido enviado ao front nas Malvinas, ficando encarregado da guarda do litoral no continente. Faz parte do grupo de ex-soldados continentais que luta pelo reconhecimento

biografia levantada sobre eles com o roteiro geral para a elaboração do roteiro individual, já abrangendo questões que são específicas de cada depoente. No decorrer das entrevistas, fui elaborando os roteiros parciais, baseando-me em informações colhidas dos depoimentos. Durante os relatos, busquei estar atenta às sugestões dos autores que pesquisei sobre o campo teórico-metodológico da história oral. Posteriormente, à transcrição das entrevistas começo a análise desse material que fez parte do capítulo dois, no qual eu apresento os entrevistados e seus depoimentos iniciais, do capítulo três, quando eles opinam sobre as representações das narrativas fílmicas sobre a Guerra das Malvinas e dos capítulos quatro e cinco, quando promovo um debate entre veteranos, Comisión de Familiares de Caídos em Malvinas e Atlántico Sur, intelectuais e o cinema argentino sobre os temas mais controversos sobre a guerra.

Dentro desse embate pelas representações da Guerra das Malvinas o cinema tem tido um papel relevante, principalmente as duas narrativas consideradas os marcos na representação da guerra no cinema *Los chicos de la guerra* (1984) e *Iuminados por el fuego* (2005). Ignorar a importância do cinema no debate sobre questões políticas e sociais é abrir mão de um importante material de análise no âmbito das pesquisas históricas.

Para alguns críticos o maior problema do cinema como documento histórico seria as diversas possibilidades de manipulação de imagens e do discurso à disposição do cineasta, através da linguagem cinematográfica. O fato é que este artifício de “manipulação” não é uma característica apenas das produções cinematográficas, mas de qualquer documento histórico com o qual o historiador venha a trabalhar, pois se trata de uma reconstrução ou interpretação através da linguagem, seja ela qual for. Como argumenta Ginzburg (2002:44) “As fontes não são nem janelas escancaradas, como acreditam os positivistas, nem muros que obstruem a visão, como pensam os cépticos” podem ser comparadas “a espelhos deformantes”, sendo que “A análise da distorção específica de qualquer fonte implica já um elemento construtivo”.

As fontes devem ser, portanto, questionadas, como ressalta José Walter Nunes (2009:157), inspirado em Benjamin (1987): “Saber ler as fontes, portanto, contra os interesses de quem as produziu é tarefa do historiador crítico, que

como veteranos e trabalha com o pai em uma oficina de ferreiro. Hector Rossi me concedeu a entrevista no dia 5 de junho de 2015.

constrói assim, uma contra análise, uma história a contrapelo”, já que tais evidências podem ser fruto de relações de força e estão a expressar a história dos vencedores.

Atento à “licença poética”, comum nas manifestações artísticas, e às relações de poder que permeiam as mesmas, o historiador encontra na narrativa cinematográfica um importante objeto de estudo. Porém, é importante para o historiador, ao tomar as narrativas fílmicas como documento, problematizar seu papel representacional. A representação de um determinado acontecimento no filme, assim como em outras artes, não implica a reprodução do próprio acontecimento, mas a reconstrução deste, segundo seus realizadores. Ou seja, é sempre mediatizada pelo tratamento fílmico. *Ciro Flamarion Cardoso (2010)*, também destaca o teor representacional da imagem. Segundo o autor (2010), a imagem é, para começar, algo que se parece a outra coisa e não é a própria, portanto, pertence à categoria das representações. O poder das imagens cinematográficas está no fato de estas serem ao mesmo tempo ícones e índices, o que leva o espectador a esquecer seu caráter de representação: “o ícone se oculta por trás do índice e, desse modo, a ilusão de realidade atinge um ponto máximo”. Como as imagens são construídas influenciadas por aspectos sociais, ela acaba, portanto, por circular nos três níveis da relação entre signos e seus objetos: ícone, índice e símbolo convencional⁹.

Ana Amado (2009), ao trabalhar o cinema político argentino, analisa a questão da representação no cinema, ressaltando que na política há dois sentidos de representação: primeiramente a representação como delegação de uma vontade e de uma voz de alguém que vai falar em nome de representados e, em segundo, a representação no sentido estético, ficcional que, de acordo com a autora (2009:43), demonstram que as imagens transcendem o mero registro de dados:

⁹Segundo *Ciro Flamarion Cardoso (2010)*, Charles Sanders Peirce propôs que a relação entre signos com seus objetos se distingue em três elementos: ícones, índices e símbolos. Os ícones são signos cujo significante mantém com seu objeto uma relação de analogia, semelhança, como na fotografia. Os índices são signos cujo significante mantém com seu objeto uma relação causal de contiguidade física natural, como a palidez do rosto indicando cansaço, a marca de um pneu no barro. Os símbolos são signos cujo significante mantém com seu objeto uma relação que depende da convenção, como a bandeira ou o hino nacional em relação ao país, a pomba em relação à paz, etc. *Ciro Flamarion Cardoso (2010)* defende que além de atenção a questão da representação, ao analisar uma narrativa fílmica deve-se fazer considerações prévias sobre o trabalho, tais como: os filmes a analisar são o objeto central da pesquisa ou vão ser usados para explorar outro tema histórico? Serão analisados integral ou seletivamente? Qual a diferença entre como vemos hoje em dia o filme – como o entendemos e decodificamos – e como viam as pessoas na época de sua estreia? Esses são aspectos fundamentais para entender o “estado de arte”, visões de mundo e ideologias presentes na obra cinematográfica.

Desde esta significação segunda, a representação arrasta problemas teóricos de longa data, ainda que me limitarei aqui a alguns rasgos – não menos complexos em si mesmos – relacionados com as imagens. O cinema, discurso social privilegiado por sua capacidade de atravessar os circuitos representacionais de uma época ou de uma cultura, constrói suas representações segundo procedimentos específicos, enquanto o registro visual trabalha e metaboliza sentidos provenientes de diferentes níveis da realidade – entendida está como mundo físico, uma vez tecido de relações sociais. Essa “metabolização” implica, portanto, que as imagens promovem perspectivas que transcendem o mero registro ou duplicação do dado.

Amado (2009:81:82) reporta à frase de Benjamin¹⁰ para explicar que a imagem do colapso, anunciada pelo filósofo, corresponde às tendências da arte que objetivam resignificar sentidos, buscando promover rupturas, o que nos desafia a interrogar as direções e localizações das imagens, fazendo uma análise crítica das convenções artísticas e das condições históricas e sociais da sua produção “tenta-se categorizar essas representações e encontrar relações que se estabelecem entre as propostas estéticas e sua interpretação em determinado estado do histórico social”. A autora (2009:82) recomenda, também, que durante a análise das imagens de um filme deve-se interrogar:

Que operações permitem uma recuperação verdadeiramente crítica de uma prática pretérita? Como pode entender-se a insistência destes retornos históricos? Concretamente as perguntas apontam aos modos de relação entre as representações entre uma época e outra, à possibilidade de recorrer a paradigmas do passado para abrir possibilidades que mostram no presente a dimensão social e crítica da arte. As perguntas insistem, também, sobre como sugerir desde o presente, uma leitura do passado, uma leitura diferente, já que a compreensão histórica, como sugere Hal Foster, não depende da mera decisão contemporânea de olhar para trás, senão que “parece requerer um compromisso com o presente, seja artístico, teórico ou político”(2001:X).

Em *A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica* (1973), Walter Benjamin faz uma análise do cinema dentro de uma transformação histórica em que a arte vai perdendo a sua função de objeto de culto e com a reprodução em massa começa a servir a fins políticos e sociais. Na obra Benjamin

¹⁰ “Quando uma era entra em colapso, a História se decompõem em imagens e não em relatos”. (Livro das passagens)

(1973) analisa como sistemas como o fascismo se valeram do cinema para a realização de sua propaganda dentro de um processo em que “a reprodução em massa corresponde de perto à reprodução das massas”¹¹. Amado (2009:25) ressalta que Benjamin, ao analisar o cinema sob a ótica dos transtornos vividos pela Europa, como a Revolução Russa e o advento do fascismo na Itália e Alemanha, exemplifica sua teoria da “utilização da arte e da cultura, reforçada pelo uso da tecnologia, para fins políticos de agitação e propaganda”, e não mais para fins de culto. Dentro desse processo ocorre a “estetização da política” e uma estetização, ou alienação, das práticas humanas, onde tudo passa a ser experiência estética, inclusive a guerra¹².

Antes da análise das narrativas fílmicas *Los chicos de la guerra* (1984) e *Iluminados por el fuego* (2005), realizo um debate sobre o cinema político argentino, suas abordagens e tendências narrativas, temáticas e estilísticas. Para isso, reporto-me a autores como Domingo Di Nubila (1959) que analisa os primórdios do cinema argentino e Alfredo Marino (2004) sobre o cinema argentino da década de 50. Já Ana Laura Lusnich (2009) analisa o porquê dos filmes argentinos realizados entre 1958 e 1976 serem considerados o primeiro ciclo histórico do cinema político e social argentino e como eles modificaram radicalmente o panorama cinematográfico precedente. Pablo Piedras (2009:60) avalia como a criação do Instituto de Cinematografía de la Universidad Nacional del Litoral, em 1956, foi um ato de muita importância artística e política, ao dar abertura para “a representação de setores e sujeitos sociais que o cinema clássico evitava ou deformava”. Ainda durante a década de 60 surge a “geração anos 60” - chamada de Nuevo Cine, que foi caracterizada por debates sociais, intimismo e influências literárias - analisada por Juan Pablo Silva (2011) ao focar a construção de uma nova concepção política a respeito do popular empreendida por esse movimento e por Mariano (2004) que analisa o filme que melhor a representou, *La Hora de los Hornos* (1966/68) de Fernando Solanas e Octávio Getino, realizadores que defenderam a construção de obras críticas ao neocolonialismo, se posicionando diante das “metrópoles” com ideias próprias e ativas. Jorge Sala (2009) e Pablo Sapere (2005) abordam o cinema

¹¹BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*. Rio de Janeiro, 1973. Disponível <<http://www.mariosantiago.net/textos%20em%20pdf/a%20obra%20de%20arte%20na%20era%20da%20sua%20reprodutibilidade%20t%C3%A9cnica.pdf>>. Acesso em 12 abr. 2015.

¹²Para Benjamin (1973), a guerra é interessante para sistemas como o fascismo porque somente ela “permite dar um objetivo aos grandes movimentos de massa, preservando as relações de produção existentes”, e, com isso, acaba por configurar em uma revolta da técnica, que exige um grande sacrifício humano para proporcionar “uma satisfação artística de uma percepção sensível modificada pela técnica”.

político e social argentino entre as décadas de 60 e 70, marcado inicialmente por uma geração de realizadores que foram às ruas para mudar a realidade social e, posteriormente, pela censura da ditadura militar, enquanto Sven Potting aborda o segundo Nuevo Cine argentino dos anos 90. Ao abordar o cinema argentino do século XXI reporto-me a Heitor Reali (2012) que faz uma análise da importância do cinema argentino atualmente em busca da simplicidade e da criatividade, numa abordagem quase documental, não se valendo de muitos efeitos especiais, mas de um olhar mais sensível sobre o cotidiano, e a Viviane Rangil (2007) que identifica no cinema atual a preocupação com as questões políticas, econômicas, sociais e culturais da América Latina.

Eliana Tranchini (2007), também, aborda o cinema argentino do século XXI, sua representação em torno da tensão entre globalização e regionalismo e posição crítica às condições impostas pelo neoliberalismo para a América Latina. Sobre o cinema do mesmo período, Laila Q. Esteve (2007) enfoca os filmes realizados pelos filhos de desaparecidos da ditadura militar (1976-1983), nos quais se reivindica o passado com o objetivo de transformações no presente e que tem como um dos principais representantes *Los Rubios* (Albertina Carri, 2003). Posteriormente, analisei a inserção das narrativas fílmicas de ficção sobre a Guerra das Malvinas dentro dessas tendências, abordando autores como Sven Potting (2005) que ressalta que os primeiros filmes sobre a guerra evitaram abrir um debate sobre as responsabilidades civis para as ações do regime ditatorial e limitadamente se ocupa das responsabilidades militares, sendo poucas as exceções de narrativas fílmicas a problematizarem o tema e Samanta Salvatori (2007) que acredita que o cinema argentino, como um importante vetor de transmissão de memórias, ainda não saldou sua dívida com Malvinas, tendo se eximido de debates políticos mais profundos. Concluo o capítulo com a análise dos dois marcos da representação da guerra no cinema: *Los chicos de la guerra* (1984) e *Illuminados por el fuego* (2005), enfocando os temas apresentados por cada obra e abordando a posição de veteranos e representantes da Comisión de Familiares de Caídos en Malvinas e Atlántico Sur a respeito da forma que os realizadores representaram a guerra e os seus combatentes.

Após tais etapas, em que analiso a história do embate diplomático e bélico pelas Malvinas, as construções de memórias sobre o conflito e as fontes a serem investigadas - os depoentes e o processo das entrevistas e a análise temática dos filmes sobre a guerra - que formam o primeiro, segundo e terceiro

capítulo da tese, início a etapa de definição dos principais temas geradores de conflito no campo da construção de memórias sobre a guerra, através do debate entre veteranos civis e militares, a mãe de um soldado morto nas Malvinas, intelectuais que pesquisam o tema e as duas narrativas fílmicas, o que fez parte dos capítulos quatro e cinco da tese.

O primeiro questionamento que fiz no debate entre veteranos, representantes dos familiares de combatentes mortos, intelectuais e cinema foi se a guerra foi necessária. Para os membros do CECIM, Carrizo e Alonso, as autoras Rosana Guber e Beatriz Sarlo e no discurso do protagonista de *Illuminados por el fuego* (2005) a guerra foi um retrocesso nas negociações bilaterais entre Grã-Bretanha e Argentina pela soberania das Ilhas Malvinas, já que interrompeu a possibilidade de recuperação do território pelas vias diplomáticas, já o autor Pablo Bonavena defende que tal possibilidade nunca existiu, já que as reivindicações argentinas nas instituições internacionais nunca conseguiram um avanço. O general Sergio Fernández aponta que a guerra ocorreu pelas ações da Grã-Bretanha que levaram o governo argentino a tomarem as ilhas naquele dois de abril e que o objetivo da Junta não era a guerra, mas pressionar os ingleses a negociar, ideia criticada pelo intelectual León Rozitchner ao argumentar que não havia nenhuma garantia concreta que não haveria resposta armada dos britânicos. O tenente-coronel Juan Carlos Yorio, assim como Fernández, se posiciona como membro das Forças Armadas, ressaltando aspectos positivos do evento como o companheirismo dos combatentes.

Da mesma forma que Fernández, Cesar Gongález Trejo ressalta que a Argentina foi levada a guerra pelas ações da Grã-Bretanha que, assim como os outros países hegemônicos, se vale dos conflitos para se estabelecer em zonas estratégicas, como fizeram com Malvinas. Já Delmira de Cao, como mãe que perdeu o filho no conflito, se posiciona contra a deflagração da guerra, mas diz reconhecer a importância do conflito na luta pela causa maior, a latino-americana. Enquanto Hector Rossi, diz acreditar que a guerra foi um erro, mas naquele momento pode ter sido necessária. A relação da guerra com a ditadura promoveu um racha nos grupos de intelectuais comunistas argentinos durante a guerra e nas discussões que continuaram no pós-guerra das Malvinas. Para o autor socialista Noberto Aldana, o PST apoiou a tomada das ilhas, mas em nenhum momento esqueceu dos crimes dos ditadores e sua relação com os países hegemônicos. Apoiaram a guerra porque

acreditavam que a luta anti-imperialista naquele momento era o primeiro passo para outras batalhas como contra a própria ditadura, ideia plenamente criticada por outro intelectual socialista, León Rozitchner, que se posicionou, desde o princípio, absolutamente contra o empreendimento da guerra.

Tal pluralidade de opiniões levou ao surgimento dos conceitos de desmalvinização e malvinização. O conceito de desmalvinização, atribuído ao intelectual francês Alain Rouquié - que em uma entrevista para Osvaldo Soriano da Revista Humor, em 1983, manifestou que quem pretende evitar que os militares voltem ao poder tinha que se dedicar a desmalvinizar a Argentina - se tornou, com o passar dos anos pós-guerra, plural e motivador de debates/embates na sociedade argentina. Desmalvinização teria o significado inicial de esquecer Malvinas e malvinização, ao contrário, o de continuar lutando pela causa, porém, ao serem questionados sobre o significado dos termos intelectuais, veteranos e representantes de familiares tem posições extremamente conflitantes e, em alguns casos, totalmente divergentes do sentido dado ao conceito no momento de sua criação. Os membros do CECIM, Carrizo e Alonso, defendem que desmalvinizar é a posição de determinados grupos que são contra, por exemplo, a exumação de corpos de soldados não identificados nas Malvinas, além da defesa do esquecimento da causa. O general Fernández, também, ressalta a defesa do esquecimento como o principal fator desmalvinizador.

O esquecimento é o argumento principal nas obras dos intelectuais argentinos analisados no trabalho, como Francisco Pestanha, Guillermo Levy, Elizabeth Hudepohl e Fernando Pablo Cangiano, que acreditam que a defesa do esquecimento da causa tem como objetivo marginalizar a guerra dentro da memória coletiva argentina, promovendo sua perda de sentido histórico e, conseqüente, perpetuação do domínio de países hegemônicos na latinoamérica. Para Juan Carlos Yorio desmalvinizar é uma busca pelo enfraquecimento de elementos aglutinadores da nação. Cesar Trejo definiu desmalvinização como o despreço pelo debate sobre o tema que parte, inclusive, de uma parte intelectualizada da sociedade. Já Delmira de Cao define como o processo que transforma os jovens soldados em vítimas e não protagonistas do combate nas Malvinas, aspecto corroborado pelos intelectuais Cangiano e Levy e considerado problemático por Lorenz e Palermo que alertam para o perigo de discursos com teor fortemente nacionalista, discursos estes que vem sendo acusados de estarem vinculados a pensamentos das Forças Armadas.

O conceito de desmalvinização se modificou, ampliou e interagiu com o momento histórico em que tem sido abordado. Apesar das diferentes concepções na delimitação do significado do conceito, em um aspecto todos os grupos abordados convergem, é preciso superar a desmalvinização e promover o processo de malvinização da consciência popular argentina, aspecto fundamental para continuar a luta pelo território no Atlântico Sul, para o reconhecimento do papel do combatente em uma guerra que teve um papel muito maior do que lhe foi conferida, já que se tornou a luta latino-americana contra a hegemonia dos países do norte. No caso dos conscritos, malvinizar é, também, a possibilidade de justiça e reparação para os casos de abusos de oficiais argentinos para com soldados no front.

Outro tema gerador de conflituosos debates no pós-guerra é a construção da imagem do soldado da guerra das Malvinas como vítima da ditadura militar, assim como os jovens presos, torturados e desaparecidos durante o regime. Com o passar dos anos pós-guerra, parte dos jovens veteranos recusaram o papel de vítimas passivas e reivindicaram o valor de suas experiências e seu protagonismo diante de uma guerra que consideravam ter um sentido maior do que apenas um ato de irresponsabilidade de uma Junta Militar. Intelectuais como Rosana Guber, Federico Lorenz, Francisco Pestanha e Fernando Pablo Cangiano ressaltam a importância da luta de grupos de veteranos e familiares na construção de um relato alternativo e problematizador que reconheça o seu papel ativo dentro do conflito, o que é corroborado pelos veteranos Fernández, Yorio, Trejo e por Delmira de Cao. Já os membros do CECIM, Carrizo e Alonso, ressaltam que considerando os crimes cometidos pelo exército argentino no front e pelas decisões arbitrárias de um governo ditatorial é adequado, também, o termo vítima, mesmo reconhecendo a importância da luta contra as forças “imperialistas”. Hector Rossi, também, acredita que o termo vítima seja adequado para os soldados das Malvinas, já que foram enviados à guerra por um governo da ditadura militar. Aspecto ressaltado por León Rozitchner, ao defender que a construção da imagem do soldado reconhecendo que estavam a lutar por uma guerra legítima é perigosa e problemática, pois desvincula-os do papel de vítimas do regime, os colocando dentro de uma categoria de mortos legítimos, que os militares podem confessar.

Vinculado ao debate sobre a construção da imagem do ex-soldado como vítima está a discussão sobre se os oficiais acusados de cometerem abusos contra seus soldados devem ou não serem punidos na justiça. Os relatos de

fome, de falta de vestimentas adequadas para o clima das Malvinas e de equipamentos necessários para a participação em um conflito de tamanha proporção são considerados abusos por parte das Forças Armadas, mas o relato que mais chocou a sociedade, tornando-se principal motivador de embates, é o de punições como o estaqueamento. Para Carrizo e Alonso tais abusos são crimes contra a humanidade e devem ser levados a julgamento. Fernández, Yorio e Trejo ressaltam que se houver tal julgamento deve se considerar as leis que regem aquele momento, sendo que o estaqueamento era permitido no momento da guerra. Já Delmira de Cao apoia tais julgamentos. Entre o meio intelectual, Lorenz critica a vertente que defende a guerra “justa”, “anti-imperialista” e “patriótica”, advogando pela não revisão dos abusos cometidos por militares na guerra e facilitando a impunidade, enquanto Cangiano se posiciona contra tais punições, ressaltando não existirem provas e se tratarem de parte das tentativas de demonização das Forças Armadas.

Outro tema fonte de grandes debates/embates sobre a guerra é a exumação dos corpos de veteranos não identificados no cemitério de Darwin nas Malvinas. Segundo membros do CECIM, os grupos que defendem a não exumação estão a tentar evitar que venha a público o fato de que muitos daqueles soldados não morreram pelas mãos do inimigo, mas pelas dos seus próprios superiores, por punições como o estaqueo e por negligências como a falta de alimentação. O processo de exumação, portanto, seria uma forma de se fazer justiça. Fernández e Trejo são contra a exumação e alegam que tal processo seria uma forma da Grã-Bretanha alcançar seu objetivo de transladar os corpos de combatentes argentinos do cemitério de Durwin nas Malvinas para a Argentina. Yorio ressalta concordar, desde que não haja o traslado, enquanto Delmira de Cao discorda, mas diz respeitar a decisão dos pais que o queiram. Hector Rossi, também, se posiciona contra a exumação. Lorenz critica a posição da Comisión de Familiares de Caídos em Malvinas e Atlántico Sur contra a exumação, defendendo que estes compartilham uma visão essencialista que se identifica com setores conservadores ou diretamente reacionários de defesa da “causa nacional”.

Em um tema todos os entrevistados das associações e Rossi convergem: de que a guerra não deve ser esquecida e que tal discurso é vinculado a interesses externos dos países hegemônicos em continuar seu processo de domínio e exploração da América Latina. Fernández defende, também, que se trata de mais um meio de desprestigiar as Forças Armadas. Porém, Beatriz Sarlo defende que o país

deve esquecer Malvinas e centrar-se nos problemas internos, abandonando a causa como fundamento da identidade nacional, enquanto Palermo e Novarro sustentam que não se deve cancelar as reivindicações por Malvinas, mas que é necessário e urgente a desconstrução da causa e colocar como foco a reinserção da Argentina no cenário internacional.

Há unanimidade entre os membros das associações CECIM, AVEGUEMA e Comisión de Familiares de Caídos en Malvinas e Atlántico Sur a respeito do não reconhecimento de ex-soldados continentais - que participaram da guerra na parte logística e de guarda da costa - como veteranos, alegando oportunismo do grupo e que estes buscam vantagens financeiras com o título. Do outro lado, Hector Rossi, membro do grupo dos ex-soldados continentais, defende a causa ressaltando que os britânicos, também, estiveram atacando no continente e que eles, também, estavam no risco de serem convocados a irem às Malvinas.

Como ressaltado, o presente trabalho foi estruturado em cinco capítulos. No primeiro capítulo enfoco as obras sobre a disputa pela soberania das Ilhas Malvinas desde sua descoberta, passando pelas reivindicações diplomáticas, os conflitos pré-guerra, a guerra e o pós-guerra. Em seguida, investigo como a disputa pela soberania das ilhas se tornou uma causa nacional dos argentinos, apresentando as obras e os acontecimentos que contribuíram para essa construção. Finalizo o capítulo com um debate entre autores que abordam questões teóricas sobre o campo das memórias e como se processam as disputas pelas construções de memórias de eventos como a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, o Stalinismo, as ditaduras na Argentina e no Brasil, o Apartheid, etc.

No segundo capítulo analiso autores que apresentam os pressupostos teórico-metodológicos da história oral. Essa etapa serviu como base para minhas entrevistas com veteranos das associações CECIM e AVEGUEMA, membros da Comisión de Familiares de Caídos en Malvinas e Atlántico Sur e Hector Rossi, do grupo de ex-soldados continentais. O trabalho com a história oral perpassou pelo processo de leituras sobre o tema, elaboração dos roteiros, definição do que deve ser observado, anotado e analisado durante as entrevistas, a transcrição e a análise dos depoimentos segundo os meus objetivos dentro da pesquisa. No final do capítulo apresento a biografia dos entrevistados, suas associações, como foi o encontro, a conversa inicial e como foram realizadas as entrevistas.

No terceiro capítulo abordo o cinema argentino político, suas tendências narrativas, temáticas e estilísticas dos primórdios ao século atual e dentro desse quadro como se inserem os filmes sobre a Guerra das Malvinas, suas temáticas, problemas e contribuições no cenário de debates sobre o conflito. Ao final do capítulo, analiso especificamente os dois filmes considerados os marcos na representação da guerra no cinema, *Los chicos de la guerra* (1984) e *Iluminados por el fuego*, para em seguida apresentar a posição dos veteranos e de Delmira de Cao sobre as representações dos realizadores, questionando-os se sentem representados pelas narrativas fílmicas.

No quarto capítulo inicio o debate entre veteranos, membros da Comisión de Familiares de Caídos en Malvinas e Atlántico Sur, intelectuais e as narrativas cinematográficas (quando estas abordam o aspecto debatido). O objetivo é entender como tais grupos têm se posicionado diante de questões como legitimidade/deslegitimidade da guerra, responsabilidades e irresponsabilidades no empreendimento do embate bélico, o debate sobre malvinização e desmalvinização e a proposta de esquecimento da causa. No quinto capítulo continuo o debate, dessa vez focando no papel dos protagonistas do conflito, os combatentes. Através do debate entre os mesmos grupos, abordo temas controversos e motivadores de embates no campo da construção de memórias como a imagem vitimizadora que se construiu do jovem soldado, as discussões sobre punir ou não punir oficiais acusados de cometerem abusos com subordinados no front, exumação ou não exumação de corpos de combatentes não reconhecidos e a definição de quem são os veteranos das Malvinas.

Este trabalho de pesquisa, obviamente não visa uma compreensão de todos os aspectos do conflituoso campo de construção de memórias sobre a Guerra das Malvinas. Ele é bastante complexo e permeado por vários temas geradores de embate, dos quais elegi como foco os mais polêmicos e conflituosos quando se trata de representar o que foi a guerra e os seus combatentes. Portanto, o objetivo é apresentar perspectivas de compreensão do significado desse evento para a História da Argentina e de como o olhar para ele pode direcionar rumos no momento presente do país. São as demandas políticas e sociais atuais que nos fazem voltar para esse passado recente, em busca de respostas e de direcionamentos, até porque, como observa Michael Lowe (2005:60) citando Benjamin, “O passado é iluminado pela luz dos combates de hoje, pelo sol que se levanta no céu da história”. Um país

que passa por difícil crise econômica, acentuada desigualdade social, uma relação problemática entre vários setores da sociedade com seu governo, o orgulho ferido por não viverem mais os tempos em que estatísticas mostravam um crescimento econômico privilegiado diante do restante da América do Sul, busca, acima de tudo, respostas. Para alguns é o momento certo para reivindicar Malvinas, para outros é o momento de esquecê-la. O fato é que entre desejos de memória e desejos de esquecimento está uma guerra. Um acontecimento histórico que continua tendo força suficiente para inflamar debates políticos e sociais acalorados e que, por isso, volta às atenções de autoridades e de nós pesquisadores.

CAPÍTULO I

A MEMÓRIA DA GUERRA E A GUERRA PELA MEMÓRIA

1.1 A descoberta das ilhas Malvinas e a guerra no âmbito da diplomacia

As Ilhas Malvinas são um conjunto de ilhas localizadas no Atlântico Sul, na latitude 52°, a quinhentos quilômetros de distância da porção leste da América do Sul. Com uma área total de doze mil e duzentos quilômetros quadrados, o arquipélago é composto por mais de duzentas ilhas e possui duas que são maiores em relação às outras: a Gran Malvina e a Ilha Soledad. A população local é chamada de kelpers, devido a predominância nas ilhas de uma alga marinha chamada Kelp, a maioria tem ascendência britânica, 70%, fala o inglês e são de religião cristã. Os kelpers têm baixa taxa de crescimento demográfico, sendo que as maiores alterações não estão relacionadas a natalidade, mas à imigração. Em 1980 contabilizavam 1.800 habitantes em todo o arquipélago e em 2012 o número chega a quase 3000, sendo 123 homens para cada 100 mulheres e a maioria são habitantes da cidade de Puerto Argentino (Port Stanley para os britânicos). As principais atividades econômicas do território têm sido a criação de ovelhas para a produção de lã, a atividade pesqueira, o turismo, a exploração de minérios, a agricultura e a exploração do petróleo.

Segundo Diego Cabot (2012), do Jornal La Nación, a pesca é a principal atividade econômica das ilhas. Segundo dados oficiais, em 2010 a pesca era responsável por 50% do PIB das Malvinas. O turismo, através de cruzeiros, se transformou em importante fonte da economia. Entre 2009 e 2010, 62.500 turistas visitaram Malvinas através dos cruzeiros. A produção de lã é regular, mas o seu mercado depende dos preços internacionais, já que, devido à baixa demografia, não é produzida em grande escala. Cabot (2012) ressalta que o petróleo das Malvinas é uma incógnita e que um executivo de uma grande petroleira lhe revelou que é complicado para uma companhia investir o montante necessário para tal exploração em uma ilha que está em disputa por dois países, porém algumas petroleiras já conseguiram a permissão para operar - no norte das Malvinas, Desire Petroleum e

Rockhoper e ao sul, Borden e Southem Petroleum e a local Falkland Oil and Gas -: “A operação é cara e arriscada, e ainda não se sabe quanto petróleo há debaixo do gelado mar do Sul e, menos ainda, se é comercialmente viável tirá-lo da cama marinha”. Sobre o petróleo, Beatriz Bissio (1982:21) argumenta que:

para algumas pessoas é impossível entender a guerra entre a Grã-Bretanha e a Argentina – e ainda mais, as proporções que o conflito já alcançou – pois o arquipélago teria, afinal, uma importância estratégica duvidosa para fins militares. Outros especulam que o interesse estaria na projeção sobre a Antártida que o domínio das ilhas concede à nação que detenha sua soberania. Houve inclusive quem entendesse esta luta como expressão da decadência de um antigo império e a prepotência de umas forças armadas que acreditam poderem resolver todos os problemas com o uso da força. Mas, em geral, houve um aspecto que foi relegado, esquecido ou desprezado na hora das análises sobre o porquê do empenho das duas nações no controle das Malvinas. No entanto, esse ‘detalhe’ é da maior importância. Trata-se do petróleo: a riqueza petrolífera da região austral e das Malvinas é ‘vinte vezes maior que a localizada em terra firme’. Segundo as palavras de Adolfo Silenzi de Stangi, estudioso do assunto e autor do livro ‘As Malvinas e o Petróleo’, um best-seller na Argentina, desde o início de 1982.

Para entender o conflito entre Argentina e Grã-Bretanha é necessário entender a história desse tão disputado território de doze mil quilômetros quadrados: as Ilhas Malvinas. A primeira notícia que se tem das Ilhas data de 1501 e é atribuída ao navegante Florentino Américo Vespúcio que relatou que no seu retorno para Lisboa percorreu vinte léguas próximo de uma terra desconhecida na latitude 52° Sul. Em 1520, exploradores da frota do português Fernão de Magalhães, que estava a serviço da Espanha, relataram terem chegado às ilhas aos 51° de latitude Sul e que deram o nome de Sansón e Patos devido à grande quantidade dessas aves que encontraram na região. Esse descobrimento figurou no Mapa XV do “Islário de Santa Cruz” do ano de 1541. De acordo com Duarte (1986:2), ainda da frota de Magalhães há o relato de Estevão Gomes:

O português Estevão Gomes, no comando do San Antonio[da frota de Magalhães], desertou da expedição e resolveu meter proa de regresso à Espanha. O estudo das possíveis rotas seguidas por Gomes, em sua viagem de retorno, faz-nos concluir que o San Antonio devia ter descoberto as Malvinas e fornecido dados para que esse conglomerado figurasse na carta náutica descoberta pelo geógrafo francês Marcel Destombes, em 1938, em uma biblioteca

de Istambul; ali esse grupo de ilhas está a nordeste da entrada do estreito de Magalhães, na altura do paralelo 53°05’.

Porém, a Espanha¹³ defende que o descobrimento das Ilhas Malvinas foi realizado em 1540 pelo seu navio Incógnita da Marinha do bispo de

¹³ De acordo com Andrés Cisneros e Carlos Escudé, et al. (2000) “Segundo interpretações espanholas, seus direitos às ilhas derivam de um título anterior e superior [...] o das bulas pontíficas. Estas eram comuns durante a Idade Média. Seu fundamento era o seguinte: segundo Santo Agostinho, o mundo era propriedade de Deus na terra, portanto, o Papa em sua qualidade de vicário de Deus na terra, podia outorgar legalmente terras desocupadas aos monarcas cristãos, sempre que o fim fosse converter aos indígenas pagãos. [...] A concessão papal do 4 de maio de 1493, bula Inter Caetera, promulgada pelo Papa Alejandro VI, repartiu tanto à coroa de Castilla como a de Portugal, todas as terras e ilhas do mar, descobertas e por descobrir no futuro, uma linha imaginária que dividia o mundo em esferas de colonização e direitos. Pelo mesmo, ambas as partes se comprometiam a não entrar em território da outra com propósito de descobrimento, comércio ou conquista. Essa divisão sofreu posteriores revisões pelo Tratado de Tordesilhas de 3 de junho de 1494, entre Espanha e Portugal. Era claro que a bula concedida aos reis espanhóis direitos de soberania sobre os territórios americanos, inclusive as Malvinas, ao mesmo tempo que os comprometia a um labor missionário e colonizador dessa esfera [...]. Nos finais da década de 1730, aumentaram as queixas de comerciantes britânicos a seu governo pelo excessivo zelo que as autoridades espanholas na América, punham no registro de seus navios. Com o propósito de ganhar as eleições, a oposição ao Governo de Sua majestade aproveitou uma dessas queixas para envenenar a opinião pública. Esta oposição ganhou e então começaram os preparativos militares. Como era de esperar-se, a guerra por razões comerciais entre Espanha e Inglaterra estalou novamente, em combinação com a Guerra de Sucessão Austríaca. Um novo Tratado entre ambas as coroas, a Paz de Aquisgrán (Aix-la-Chapelle) do dia 20 de outubro de 1748, pôs fim à contenda, ainda que não resolvesse definitivamente as diferenças entre elas. Essa paz confirmou por quatro anos, mais o tratado do Asiento, que para os espanhóis restituía o status quo ante o tema da navegação”. Em 1744, uma expedição britânica que deu a volta no Cabo de Hornos, sob o comando do Almirante Anson, dá novo fôlego ao tema. “A importância destes sucessos em relação com as Malvinas surge do relato da expedição que se publicou na Inglaterra imediatamente depois do regresso da mesma. O autor do texto foi o capelão da expedição, Richard Walter. Na obra se relatam as penúrias sofridas durante a passagem pelo Cabo de Hornos. No capítulo seguinte se fazia algumas recomendações para facilitar sua passagem. Se afirma que estas sugestões vinham do próprio Anson. O Almirante propunha que era prioridade absoluta para a Inglaterra pôr uma base naval em algum ponto do sul do Brasil, dadas as características do comércio marítimo espanhol e os rigores de cruzar do Atlântico ao Pacífico. Sugeriu que podiam ser as ilhas Pepys ou as Malvinas [...]. Em 1749, Anson era o oficial executivo principal do Almirantado e ordenou a preparação de uma expedição para cumprir a sugestão e explorar a viabilidade das Malvinas como estação naval. Eles haviam começado a alistar duas fragatas para esta tarefa. Porém o embaixador espanhol em Londres ao ser informado dos preparativos, protestou ante o governo ao dizer que: a armada britânica não tinha o direito de estar ali. Assim pela primeira vez, as Malvinas começaram a ser objeto de discussão diplomática”. Com os tratados “segundo assinalam amargamente os analistas espanhóis, em cada um a ‘Espanha cede mais em benefícios à Inglaterra, que pouco a pouco, com boas ou más razões e atos, vai incrementando seu poderio marítimo, seu prestígio internacional e a extensão de suas colônias [...]. No dia 25 de outubro de 1790, Inglaterra e Espanha firmaram a Convención de Nootka Sound e de San Lorenzo. Esta teria importantes efeitos sobre os títulos legais da última sobre Malvinas. Com o tratado se pôs fim a um novo enfrentamento entre reinos por motivos coloniais” [...]. Por meio desse tratado, os britânicos viram satisfeitos seus objetivos de comercializar com o Pacífico, navegar livremente pelos mares do, pescar ou caçar, até dez léguas das costas já ocupadas pela Espanha. Mesmo assim só podiam instalar-se temporariamente nas zonas desabitadas da Patagônia para facilitar a caça e a pesca. O Tratado significou o fim do direito exclusivo espanhol de navegação no Pacífico, e a concessão do direito a pescar em ambas as costas da Sudamérica, terminando também com o reclamo de mares cerrados nestas regiões. Não obstante estas concessões espanholas, é importante destacar que o direito britânico a colonizar foi reconhecido somente na costa noroocidental da Norteamérica e que nas restantes partes do Império somente se admitiu o direito a pesca e navegação a partir de certa distância da costa. Ambas as partes se comprometeram a não estabelecer colônias nos oceanos Pacífico Sul e Atlântico

Plascência. Durante os séculos XVI menciona-se, também, supostos avistamentos das ilhas por navegadores ingleses, John Davis em 1592, que relatou ter se deparado com as ilhas quando navegava rumo ao Estreito de Magalhães, e Richard Hawkins em 1594, que acabam por constituir, posteriormente, um dos principais argumentos ingleses para reclamarem a soberania das ilhas. São diferentes relatos, mas que tem um fator em comum: ambos colocaram a descoberta das ilhas dentro do contexto da busca de navegantes europeus pela rota que os levaria do Atlântico para o Pacífico.

Apesar dos relatos anteriores, a prioridade do descobrimento foi creditada aos holandeses, que em 1600 se aproximaram da porção de terra - na realidade três ilhas que fazem parte do arquipélago das Malvinas - com o navio Geleof, batizando-as de Sebalinas. No ano de 1690, a bordo do navio corsário Welfare, o capitão inglês John Stron atingiu o canal que separa as ilhas Sebalinas do restante do arquipélago e batizou-o com o nome de Falkland Sound - em honra ao Lord Falkland, tesoureiro do Almirantado britânico - nome que a Inglaterra, posteriormente, estendeu a todo arquipélago. O nome Malvinas veio de Malouines, creditado aos exploradores da francesa Companhia de Pesca do Mar do Sul, que começaram a exploração da pesca nas ilhas em 1698. Tais relatos tornaram o tema tão complexo que não se sabe ao certo quando tampouco quem, descobriu as Ilhas Malvinas.

Os primeiros colonos foram franceses e chegaram em 1764 na frota do francês Luís Antonio de Bougainville, estabelecendo em uma região que nominaram como Port Louis, sendo que ao tomar conhecimento, a corte espanhola protestou alegando se tratar de uma dependência do continente americano, por ela colonizado. Com a evacuação dos colonos, a Espanha passou a se estabelecer nas Malvinas nomeando o governador Felipe Ruiz Puente - o primeiro de trinta outros governadores espanhóis nas Malvinas - e mudando o nome de Port Louis para Puerto Soledad. De acordo com Sérgio Ceron (1984:41), os ingleses construíram uma possessão um ano depois dos franceses na pequena ilha de Trinidad das Malvinas, onde fundaram Port Egmont¹⁴, sendo expulsos por ordem do governo de Buenos

Sul e aqueles que já estavam ocupados permaneciam o status quo. Desta forma se afirma que os britânicos finalmente reconheceram formalmente os direitos espanhóis de ocupação das ilhas Malvinas, terra em que foram restabelecidos desde 1767”.

¹⁴Foi a primeira colônia inglesa nas Malvinas e contava com cem habitantes. Segundo Roberto Remo (1982:8), em 1767 os ingleses cedem seus direitos de colônia para a Espanha por vinte quatro mil libras “Porém os colonos resistem a se retirar. Por esse motivo, Espanha e Inglaterra estiveram à beira de uma guerra em 1770”.

Aires. Porém, ao deixarem as Malvinas, já as chamavam de Falklands Islands e consideravam terem soberania sobre o arquipélago. Max Hastings e Simon Jenkins (1984) defendem que não houve uma expulsão dos britânicos pelos argentinos, mas a decisão da saída partiu dos próprios ingleses que, por novos objetivos econômicos, se retiraram das ilhas voluntariamente.

De acordo com Cisneros e Escudé, et al. (2000), após a saída de franceses e ingleses e o estabelecimento da coroa espanhola, houve uma nova evacuação, em 1811, por ordem do governador de Montevideú, Gaspar de Vigodet, que resolveu concentrar forças militares no continente para enfrentar levantes populares, e ordenou a retirada da estação nas Malvinas. Pablo Guillén, o último governador espanhol nas Malvinas, evacuou o pessoal, armas e documentos e retornou para o continente, mas da mesma forma que os britânicos no momento da saída das Malvinas, deixou uma placa com a inscrição: “Esta ilha com seus portos, edifícios, dependências e o quanto contêm, pertence a Soberania do Sr. D. Fernando VII, Rei da Espanha e sua Índia. Soledad de Malvinas, 7 de Fevereiro de 1811, sendo governador Pablo Guillén”¹⁵.

Após 37 anos ocupando as ilhas, os espanhóis fizeram a evacuação e nos próximos dez anos seguintes as ilhas só foram visitadas por barcos baleeiros de diferentes nacionalidades. Em 1820, o governador das Províncias Unidas enviou o coronel Daniel Jewett para tomar posse das ilhas. No dia 20 de novembro, Jewett formalizou a posse em nome do governo do Rio de la Plata baseado no princípio do *uti possidetis*¹⁶, que não é aceito por europeus e norte-americanos que só reconheciam a soberania, com a ocupação do território. Segundo Cisneros e Escudé, et al. (2000):

A partir da ação de Jewett, os navios estrangeiros da zona foram informados que se encontravam em território das Províncias Unidas. Portanto, estava proibido pescar e caçar nas ilhas. Caso contrário, os infratores seriam enviados a Buenos Aires para serem julgados. Segundo Perl, esta declaração tem implícito um problema: o limite sul do Vice-reinado do Rio de la Plata nunca havia sido especificado, portanto as reivindicações de domínio das

¹⁵CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos. *História general de las relaciones exteriores de la república argentina*. Buenos Aires, 2000. Disponível em < <http://www.argentina-rree.com/3/3-039.htm> > . Acesso em 13 de jun. 2015.

¹⁶Princípio do direito internacional, que em disputas envolvendo soberania territorial, reconhece a legalidade e a legitimidade do poder estatal que de fato exerce controle político e militar sobre a região em litígio.

Províncias Unidas para o sul corriam o perigo de converter-se em ilimitados.¹⁷

A forte presença de navios pesqueiros ingleses e norte-americanos na região das Malvinas fez com que o governo de Buenos Aires regularizasse e consolidasse sua presença no arquipélago em 1829 com a “Comandaria Política e Militar das Ilhas Malvinas e demais adjacentes ao Cabo de Hornos no Mar Atlântico”, designando para esse cargo Luis Vernet¹⁸, que estimulou a exploração e o comércio nas ilhas com colônia de até cento e cinquenta habitantes. Cisneros e Escudé, et al. (2000) explicam que, paradoxalmente, ao mesmo tempo em que o governo argentino nomeava Vernet governador, ingleses começavam a se interessar novamente pelas ilhas Malvinas: “Segundo Ferns (1979), em julho de 1829, um cidadão inglês chamado Beckington enviou uma carta ao Primeiro Ministro, Lord Aberdeen. Nela ele solicitava ao governo de Sua Majestade que estabelecessem uma colônia nas ilhas”¹⁹.

Na argumentação dos britânicos, além de fortalecer o poder naval da Grã-Bretanha, a presença nas Malvinas facilitaria a pesca baleeira. A tais argumentos, o tenente do navio Royal Navy agregou a vantajosa posição das ilhas para o tráfego marítimo australiano. Diante da nomeação de Vernet, Lord Aberdeen ordenou ao cônsul general britânico Woodbine Parish protestar junto ao governo de Buenos Aires, alegando que o governo inglês reconhecia a importância da região para suas relações com diversos estados e para o comércio no Oceano Pacífico, o que fazia necessário algum ponto seguro onde pudessem abastecer seus navios. Nesse mesmo período, a caça de focas na região das Malvinas havia chegado ao seu ponto máximo, levando Vernet a comunicar aos capitães dos navios para evacuarem a área,

¹⁷CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos. *História general de las relaciones exteriores de la república argentina*. Buenos Aires, 2000. Disponível em < <http://www.argentina-rree.com/3/3-039.htm>> . Acesso em 13 de jun. 2015.

¹⁸Segundo Duarte (1986:18) “Vernet, indivíduo empreendedor, teria a liberdade de ação em seus domínios por 20 anos e por igual tempo, de pescar em todas as Malvinas, assim nas costas do continente, a partir do Rio Negro para o Sul, até a Terra do Fogo, inclusive. Vernet estabeleceu-se com sua família e alguns colonos em Puerto Soledad, na Baía Francesa. [...] celebrou acordos e contratos nos Estados Unidos da América e países da Europa para trazer famílias de colonos e adquirir navios; nos pampas argentinos, contratou gaúchos para cuidar do gado nômade, encontrado nas ilhas. Mas os pescadores estrangeiros, apesar do ato de soberania e da vigilância de Vernet, faziam uma competição desleal, matando os anfíbios de forma pernicioso, na época da procriação, o que passou a ameaçar seriamente a existência da colônia”.

¹⁹CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos. *História general de las relaciones exteriores de la república argentina*. Buenos Aires, 2000. Disponível em < <http://www.argentina-rree.com/3/3-039.htm>> . Acesso em 13 de jun. 2015.

já que ele tinha o direito exclusivo de tal atividade. Os navios que descumprissem a ordem, sua tripulação seria levada a Buenos Aires para ser julgada.

Em 1831, os argentinos conseguiram aprisionar dois navios norte-americanos de pesca na região das Malvinas, o que provocou um incidente entre os dois países. Uma terceira embarcação conseguiu fugir e avisar o capitão Benjamin Cooper, comandante de um esquadrão naval norte-americano, que enviou o capitão Silas Ducan até as Malvinas para uma operação descrita por Remo (1982:10)

O capitão Ducan prendeu os pilotos da barra e em seguida desembarcou com suas forças para proceder com toda calma à destruição das precárias instalações existentes no local, incendiando a pólvora e destruindo as armas da pequena guarnição; além disso, apropriou-se, como ‘ troféu de guerra’, das baixelas e objetos pessoais dos colonos, e de todo o gado bovino e ovino.²⁰

A ação de Ducan foi apoiada pelo presidente norte-americano Andrew Jackson que enviou um navio armado para proteger as atividades norte-americanas na região e se referiu às ilhas como Falklands Islands, denominação usada pelos ingleses. Para Remo (1982), não interessava aos Estados Unidos a posse das ilhas, mas a ação de Ducan pode ter facilitado a posterior ação dos ingleses na ocupação do território. De acordo com Cisneros e Escudé, et al. (2000), o representante dos Estados Unidos comunicou ao representante britânico em Buenos Aires, Henry Fox, que o governo norte-americano estava disposto a reconhecer a soberania britânica e o direito de livre pesca na região das Malvinas. Essa declaração tornava 1832 o momento propício para os ingleses tomarem as ilhas e em agosto deste ano o almirantado britânico solicitou ao Foreign Office (Ministério das Relações Exteriores britânico) enviar o almirante da zona sudamericana até as Malvinas para dominar as ilhas em nome da Coroa. O fato das ilhas ainda não estarem reconhecidas pela comunidade internacional como pertencentes a um estado, ajudou os ingleses na reivindicação da soberania. No dia 20 de dezembro de 1832 chegou em Port Egmont a coberta Clio e mais tarde o navio Tyne. Em 2 de janeiro chegou na ilha Soledad o Comandante J.J. Onslow que declarou ao governo de

²⁰Com a ação, Luis Vernet foi removido do cargo, sendo que em setembro de 1832 o governo de Buenos Aires nomeou Esteban Mestivier como novo comandante político e militar. Mestivier chegou no navio de guerra comandado por José Maria Pinedo, com o objetivo de reestabelecer a ordem na colônia, mas foi assassinado dois meses depois e substituído por Pinedo.

Pinedo que a soberania das ilhas estaria agora sob o nome da Sua Majestade Britânica. Pinedo foi obrigado a descer a bandeira argentina e erguer a britânica e no dia 5 de janeiro de 1833, a deixar as ilhas. Após a tomada das ilhas, em 1841 o governo britânico decide povoar, enviando um governador e outros funcionários para a organização.

A principal versão argentina para a tomada das ilhas pelos ingleses foi o oportunismo diante do incidente com os norte-americanos. Já na versão dos britânicos Max Hastings e Simon Jenkins (1984), a Grã-Bretanha tomou as ilhas porque depois do incidente com os norte-americanos, temiam que os Estados Unidos tivessem interesse em possuir as Falklands (Malvinas). A tomada seria, portanto, uma antecipação a essa “invasão” norte-americana. Segundo Cisneros e Escudé, et al. (2000), a Grã-Bretanha justificou a tomada das Malvinas com base em três argumentos: eles nunca haviam perdido a jurisdição que haviam exercido no século XVIII; os britânicos nunca haviam reconhecido o domínio do governo de Buenos Aires sobre as ilhas; as ilhas se haviam convertido em um *res nullius* (sem proprietário), sem estar sob nenhuma autoridade, tanto por terem a abandonado em 1811, quanto pela destruição do assentamento de Vernet pelos norte-americanos em 1831, fatores que na argumentação dos britânicos legitimavam tal ocupação.

Os protestos argentinos pela recuperação das ilhas iniciaram no mesmo ano de 1833 e empreenderam-se em três vias, as negociações bilaterais, a política de comunicações e a apelação a foros internacionais, ganhando força com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) que em 1964 consideraram as ilhas “território a descolonizar”, o que, na análise de Hugo Martinez (1983:103), foi o grande impulso para as reivindicações da Argentina, principalmente pela substituição do termo desejo dos habitantes por interesses, como fator que fundamenta a independência de uma colônia. Esse aspecto possibilitou o governo argentino reclamar as ilhas, com o argumento de que asseguraria os interesses de seus habitantes. No mesmo ano, representantes dos moradores das ilhas comunicaram ao comitê da ONU que desejavam manterem associados à Grã-Bretanha, não se associando a nenhum outro país e nem se tornando independentes.

A influência das determinações da ONU levou delegações de ambos os países a acordar o Memorando do Entendimento, em que se cogitou o reconhecimento da soberania argentina mediante a garantia dos interesses dos habitantes das ilhas, porém, para Ceron (1984:79-81), o lobby da Companhia

Falkland Islands (maior grupo econômico das Malvinas) foi importante no fracasso das negociações, esta teria influenciado o Parlamento inglês em suas decisões e a própria comunidade isleña, enquanto na Argentina se levantava a questão: “Acaso a negociação para recuperar um solo arrancado pela violência em 1833 devia plantear-se com os descendentes dos habitantes transplantados para consumir a usurpação? Ou era um problema entre dois governos soberanos?”. Em 1968, o Ministério de Relações Exteriores britânico ressaltou que só haveria solução se levassem em consideração o desejo dos kelpers, levando a Câmara inglesa dos Comuns a substituir o termo interesse, por desejos dos isleños, o que seria o grande entrave nas posteriores tentativas de negociações para uma solução pacífica para a questão Malvinas. Apesar de a Grã-Bretanha ter reconhecido em 1977, em reunião das delegações argentina e britânica em Roma, que o problema da soberania das Malvinas estaria sujeito a consideração das partes, Cardoso, Kirschbawn e Van der Kood (1983:227) defendem que o que parecia um passo adiante, resultou em uma tática dilatatória dos ingleses

Começaram a aferrar-se ao princípio da autodeterminação dos isleños como condição sine qua non, para dar solução ao litígio. A batalha por uma palavra, enquanto a guerra batia como uma crua realidade, não era aparentemente ociosa. Os ingleses brindavam o argumento de respeitar os “desejos” dos kelpers, porque na sofisticada linguagem diplomática eles poderiam implicar o reconhecimento da autodeterminação das Nações Unidas.

Com a chegada ao poder em 1979, Margaret Thatcher nomeou Nicholas Ridley como vice-chanceler. Ridley viajou a Buenos Aires e Malvinas para se inteirar de perto sobre o conflito, apresentando em Londres sua preocupação ao crescente clima de tensão sobre o tema. O vice-chanceler propôs uma solução ao estilo Hong Kong, em que a Grã-Bretanha transferiria as ilhas para a Argentina, mediante o arrendamento do território por um período que poderia oscilar entre 25 e 99 anos, proposta que desatou uma onda de protestos no Parlamento inglês e que, segundo Ceron (1984: 100), levou Ridley a concluir que haviam perdido a última esperança de conservar a paz, sendo que em uma reunião privada do Comité de Relações Exteriores de seu partido, sentenciou “Se não fizermos algo, invadirão, e não há nada que possamos fazer”. Em setembro de 1981, Ridley foi substituído por

Richard Luce, que o governo argentino via com desconfiança, pois acreditavam ser um representante do lobby econômico.

Na Argentina de 1979, vigorava o governo da Junta Militar²¹ integrada pelo general Jorge Videla, pelo almirante Emílio Eduardo Massera e pelo

²¹Para Osvaldo Coggiola (2012: 169-171) “O cenário bélico incluía a ilusão da ditadura argentina de recuperar as ilhas pela via do enfrentamento (ou da ameaça) militar convencional. Foi preparado no contexto da militarização das economias e das sociedades sul-americanas no período dominado pelas ditaduras militares. Entre 1960 e 1978 o PIB dos países do Terceiro Mundo crescerá a um ritmo médio de 2,7% anual, enquanto que os gastos militares nesses mesmos países cresceram com um ritmo do 4,2% anual. O SIPRI (Instituto de Pesquisas para a Paz, de Estocolmo) assinalou que a América Latina – especialmente o Brasil e a Argentina - tradicionalmente marginal na corrida armamentista mundial, encontrava-se na cabeça dessa tendência no Terceiro Mundo: em 1981 os gastos militares latino-americanos superavam anualmente 60 bilhões de dólares. Tratava-se de um “militarismo dependente” (tecnológica e comercialmente) e completamente reacionário. Os exércitos se armavam para combater a ‘subversão interna’, não para proteger as fronteiras nacionais e menos ainda para enfrentar as potências imperialistas. Os oficiais latino-americanos eram treinados (militar e ideologicamente) pelos EUA na School of Americas, sediada no Panamá desde 1961. Essa ‘escola’ teve o centro das suas atividades no treino ‘anti-insurrecional’ (ou ‘contrainsurgente’) dos oficiais latino-americanos. A economia de esforços que este investimento militar significava para os EUA está ilustrada pelas cifras de 1967: o custo médio de um soldado norte-americano era de 5.400 dólares anuais, o de um soldado das forças armadas ‘complementares’, 540. O Programa de Assistência Militar (PAM) foi o pilar de sustentação das Forças Armadas numa série de países (Bolívia, República Dominicana, Equador, Honduras, Guatemala, Panamá, Paraguai e a Nicarágua dos Somoza) onde os exércitos se transformaram numa espécie de apêndice das Forças Armadas norte-americanas. A base para a recolonização econômica e política da América Latina no pós-guerra foram as ditaduras militares, baseadas no poder independente do militarismo, que deitava suas raízes nas etapas históricas precedentes. O aumento dos gastos militares latino-americanos dava um índice do crescimento da potência própria da instituição armada. Eles evoluíram na Argentina, de 138,6 milhões anuais (em 1938-1941) para mais de 287 milhões (em 1960-1965); de 23,8 milhões para 176,5 milhões, em igual período na Venezuela; de 15 milhões para mais de 78 milhões na Colômbia; de 60 milhões para mais de 97 milhões no Chile; cifras correspondentes a países que conheceram períodos democráticos bastante prolongados. Cada novo golpe militar tinha por resultado duradouro (para além da duração do próprio governo militar), uma intervenção cada vez mais profunda do Exército na vida e política da nação. As ditaduras militares surgidas nesse período na América do Sul se diferenciaram das precedentes ditaduras caudilhistas em uma tradição do continente, pois não consistiam na elevação de um líder militar à condição de ‘salvador da pátria’, em condições de anomia social (escasso desenvolvimento e configuração das classes sociais, de seus interesses organizados, de tradições políticas e de autogoverno). Eram ao contrário, ditaduras institucionais das Forças Armadas, destinadas a combater desenvolvimentos revolucionários da classe operária, dos camponeses e da juventude, ditaduras com apoio e inspiração direta dos governos dos EUA. Com a chamada Operação Condor e antes dela, as ditaduras se coordenaram para combater o ativismo revolucionário para além de suas próprias fronteiras. A ditadura argentina, que operou diretamente na Bolívia e na América Central, distinguiu-se pelo seu zelo particular nesse sentido. Mas o imperialismo dos EUA era o primeiro a ser consciente da fragilidade das vitórias contrarrevolucionárias. Toda a burguesia ianque encampou a política de ‘direitos humanos’ do governo de Jimmy Carter (eleito em 1976), que pressionava em favor de uma institucionalização dos regimes militares latino-americanos. Nos finais da década de 1970, a recomposição do movimento das massas latino-americanas não fez mais do que confirmar esses temores. O aprofundamento da crise econômica mundial de um lado e a resistência das massas trabalhadoras da América Latina do outro, levaram ao impasse e à crise final dos regimes militares, abrindo a etapa das ‘transições democráticas’. [...]A crise econômica mundial e a resistência das massas levaram a crise não só dos regimes militares reacionários, mas de todo o sistema de dominação imperialista. A Guerra das Malvinas foi a expressão espetacular da podridão do aparelho políticomilitar dos EUA na América Latina e abalou em poucas semanas, as bases de um sistema de hegemonia continental montado ao longo de mais de três décadas (Tratado de Rio de Janeiro, OEA, TIAR, força interamericana de intervenção, etc.). A ditadura mais pró-imperialista do Cone Sul (a dos ditadores argentinos, incluído o de plantão Leopoldo Fortunato Galtieri), os treinadores da “contra”

brigadeiro Orlando Ramón Agosti, que assumiram o poder após o golpe de 1976²². Em março de 1981, Videla é substituído pelo general Viola em meio à crise econômica marcada por inflação e desvalorização da moeda. Com problemas de saúde, ao final de 1981 Viola foi sucedido na presidência pelo general Leopoldo Fortunado Galtieri²³, que chegou ao poder já em acordo com o amigo Almirante Anaya²⁴, na recuperação da soberania das Ilhas Malvinas, inclusive se necessário com a ação militar. A recuperação das ilhas era um desejo da Marinha que

nicaraguense dos “esquadrões” salvadorenhos e dos narco-terroristas bolivianos, foram paradoxalmente a ponta de lança da desmontagem de um sistema que ruiu na sua própria entranha”.

²²A crise política e os problemas econômicos no governo de Isabel Perón culminaram com a deposição da presidente através de um golpe militar (1976-1982). Em 24 de março de 1976 uma Junta de Comandantes assumiu o poder, integrada pelo general Jorge Videla, pelo almirante Emilio Eduardo Massera e pelo brigadeiro Orlando Ramón Agosti. Inicia-se um período de forte repressão, marcado pela interdição aos partidos, sindicatos, atividades gremiais e os meios de comunicação. Foram muitas as vítimas - organizações defensoras dos direitos humanos calculam 30 mil desaparecidos – cujo sacrifício era parte do objetivo de controlar totalmente a sociedade, de acordo com Romero (2006:199), “O mais notável, entretanto, foi uma espécie de crescimento e internalização da ação estatal, traduzida no próprio controle, na autocensura, na vigilância do vizinho”. De acordo com Coggiola (2012:185) “A Junta Militar de Jorge Rafael Videla, Héctor Orlando Agosti e Emilio Eduardo Massera, batizou seu regime de ‘Processo de Reorganização Nacional’. A ‘reorganização’ consistiu, em primeiro lugar na eliminação de uma parte da população do país. Além de milhares de pessoas ‘legalmente’ assassinadas, os ‘desaparecidos’ somaram 30 mil. Milhares de argentinos optaram pelo exílio, fugindo das diversas formas de repressão e até da miséria. O Centro de Estudos Legais e Sociais calculou em 1983, em 2,5 milhões o número de argentinos vivendo no exterior (quase 10% da população de 1976). A contrarrevolução militar-imperialista (pois o golpe foi preparado, apadrinhado e publicamente apoiado pelos EUA) resolveu temporariamente a crise econômica e política deflagrando uma repressão feroz. O ‘processo’ militar justificou-se na eliminação da ‘corrupção’ (peronista) e da ‘subversão’ (armada). O conceito desta última foi ampliado até atingir toda atividade: expor opiniões, reivindicar, escrever, falar, ler, pensar. Semelhante noção não poderia se apoiar em nenhum ‘direito’. Inventou-se então uma ‘guerra (nacional) anti-subversiva’. A consequência desta mistificação (não havia guerra civil na Argentina, a guerrilha de esquerda era localizada, e já estava derrotada) foi a forma ilegal que tomou a repressão: as ‘desaparições forçadas de pessoas’. Numa guerra real, a questão dos direitos dos prisioneiros teria sido posta, ao menos. As ‘desaparições’, parte de um plano de extermínio físico, atingiram guerrilheiros, políticos, estudantes, escritores, dirigentes sindicais, e até membros do próprio governo militar, como o embaixador na Venezuela (o político do partido radical Hidalgo Solá) ou empresários como Fernando Branca, assassinado pelo seu sócio Massera (membro da Junta Militar), pois o ‘método’ engoliu seus executantes, que passaram a usá-lo entre eles. Mas a tortura e a morte tinham alvo certo: os primeiros levantamentos da Anistia Internacional comprovaram que a porcentagem maior de vítimas achava-se no movimento operário, em especial seus setores de vanguarda (delegados de base, ativistas classistas). [...] Toda a burguesia argentina e seus partidos apoiaram o ‘processo’ militar, só criticando — tardiamente — seus ‘excessos’ (que foram a regra, não a exceção). [...]. A unidade burguesa em torno do golpe explica-se por ser este o último recurso contra o desenvolvimento revolucionário do operariado.”

²³Galtieri era, segundo Lorenz (2009:34-35), “um general a quem seus subordinados atribuíam dotes de mando e que havia desempenhado diversos destinos, entre eles o de comandante do II Corpo do Exército, com assento em Rosário. Nesse cargo, havia concebido e conduzido o falido intento de assassinar a condução montonera no México, relatado em detalhe por Miguel Bonasso em *Recuerdos de la muerte*. Antes de assumir a presidência, como chefe supremo do Exército, havia construído mediante promoções, uma estrutura de controle que o apoiava totalmente”.

²⁴Segundo Lorenz (2009:35), “Anaya, por sua parte, era um duro que agregado a Naval na embaixada em Londres, havia desenvolvido a ideia de que os britânicos eram uma potência decadente, e a quem diferentes versões indicam como o autor de um plano de desembarque nas Malvinas durante o ano de 1977, por comando do almirante Massera”.

desenvolvia planos nesse sentido desde a década de cinquenta. Galtieri, que saiu do coração do exército, é, para Martinez (1983:141), um produto do protótipo elaborado pelas Forças Armadas, “que há pelo menos 40 anos fazem a seleção inversa dos seus quadros, incorporando exatamente aqueles que, por falta de espírito crítico, de falha na formação política, passam pelos sucessivos filtros até chegar ao posto de general”.

Conforme Ceron (1984:118), Galtieri chegou ao poder contando totalmente com o apoio dos Estados Unidos, interessados em encontrar aliados para sua política exterior:

Havia avançado 1981 e na Argentina existia uma atmosfera generalizada de desencanto pela gestão de Viola, cujo manejo da política governamental não guardava relação com a habilidade com que, durante anos, havia preparado homens que protagonizaram o Processo de Reorganização Nacional e, posteriormente, manejado as relações internas da Forças Armadas. Já se mencionava com frequência a amizade de Galtieri com militares e dirigentes norte-americanos e se assegurava que era “o homem dos Estados Unidos” para governar a Argentina.²⁵

Esse apoio norte-americano aos governos militares argentinos é representando, de acordo com Martinez (1983:106-107), pelas doutrinas de segurança nacional, cuja principal origem é norte-americana, segundo as quais “as Forças Armadas dos países latino-americanos são o instrumento idôneo para o controle da sociedade e para impedir que ela adote posições ideológicas discrepantes em relação aos interesses maiores dos Estados Unidos”. O fator externo dos Estados Unidos, materializado em treinamentos e doações de equipamentos militares aos países latino-americanos, ao lado do apoio interno dado por classes dirigentes ligadas à economia foram, para o autor (1983), os responsáveis pela dinamização do militarismo argentino.

²⁵Segundo Martinez (1983:109-110), os discursos proferidos por Galtieri nos Estados Unidos deixavam claro sua associação com os objetivos norte-americanos em seu país, como mostra os trechos: “Argentina e Estados Unidos devem marchar juntos em função de suas preocupações e objetivos comuns [...]. Eu, ao regressar ao meu país, coloco-o sob o meu mando e com base nessa posição, ocuparei o espaço internacional que me deixaram. Transformarei a Argentina no aliado automático dos Estados Unidos”. De acordo com Ceron (1984:116), em abril de 1981 o chefe do Estado Maior do Exército dos Estados Unidos Edward Mayer, visitou Buenos Aires e foi recebido por Leopoldo Galtieri “com quem passou em revista as relações bilaterais e em particular, a penetração marxista na América Central”. O comandante argentino era considerado um firme colaborador da expansão subversiva na América. Roberto Roth (1982:14) ressalta que o Conselheiro Nacional de Segurança do presidente Reagan, Richard Allen, elogiou o general Galtieri, inclusive o chamando de majestoso e estas indicações foram interpretadas como uma luz verde para substituir Viola por Galtieri e retornar à linha clássica de economia liberal.

Para Martinez (1983), a associação de Galtieri com o governo norte-americano foi um dos fatores importantes para a chegada do general à presidência da Argentina, já que sendo comandante do Exército e presidente, a intervenção dos Estados Unidos no país latino se tornaria um objetivo mais viável. O autor (1983:113) atribui também a essa relação, o principal impulso para Galtieri empreender a Guerra das Malvinas, já que ao mencionar a possibilidade do conflito para os norte-americanos, o general Edward Charles Meyer e o assessor presidencial para Assuntos de Segurança Richard Allen, ambos “reagiram da mesma forma, não dizendo um ‘não’ categórico, dando até a entender em termos ambíguos, que Galtieri podia contar com a cumplicidade dos EUA”. A crença do governo argentino no apoio norte-americano para convencer a Grã-Bretanha a negociar, evitando, assim, o confronto direto, para Duarte (1986), foi um erro estratégico, já que acreditaram que a participação de assessores do Exército Argentino na América Central e em uma possível influência na Bolívia, em favor de interesses dos Estados Unidos, tivessem uma importância maior do que realmente tinham para a nação norte-americana. Além disso, era claro o apoio mútuo entre Estados Unidos e Grã-Bretanha, considerando seus interesses comuns na OTAN.

Já no âmbito da questão econômica, apesar das tentativas do ministro da economia, Roberto Alemann, de promover a desinflação, a crise econômica só piorou, o que para Martinez (1983: 134) é resultado de uma das características do regime militar, que tinha um projeto claro de luta contra a subversão, mas “Fora desse campo, não havia ideias e projetos. [...] Educação, saúde, justiça e relações exteriores andavam na base das improvisações cada vez mais visíveis” e no âmbito do exterior, a chamada guerra contra a subversão “produzia uma grande resistência dada a violência praticada contra os direitos humanos”. Um quadro que só reforçava a insatisfação popular, principalmente dos sindicatos de trabalhadores. O movimento mais expressivo foi o da CGT em março de 1982 na Praça de Mayo, ao lado da Casa Rosada, de onde o presidente presenciou os gritos que pediam o fim da ditadura militar e questionavam onde estão os desaparecidos. A polícia cercou a praça e com violência dispersou os trabalhadores, deixando cerca de cem feridos e mais duas mil pessoas detidas, entre elas, membros da CGT e o Prêmio Nobel da Paz Adolfo Perez Esquivel. Um movimento que Rosana Guber (2012:27) ressalta ter tido o apoio de partidos políticos, ainda em período de fechamento, e que por trás do lema Pão e Trabalho estava o objetivo implícito de lutar pela abertura

democrática: “A CGT, os partidos e membros dispersos da população voltavam ao espaço público desafiando as leis do medo, em clara oposição ao regime”.

Nesse contexto, já vinha sendo elaborado o plano de ocupação das Ilhas Malvinas, enquanto o chanceler argentino Costa Méndez empreendia uma firme campanha diplomática. Cardoso Kirschbaum e Van der Kooy (1983:36) explicam que “Anaya e a Armada se sentiram seduzidos com a presença de Costa Méndez no Palácio San Martín. O chefe naval, um homem de propósitos, obsessivamente perseguidos, percebeu mais uma luz verde, além das já existentes, para dar prosseguimento a desejada ideia de reconquistar Malvinas”. Segundo Guber (2012:29), os analistas bélicos coincidem na defesa da tese de que a Junta Militar não tinha interesse em desencadear uma guerra, mas apenas dominar as ilhas para forçar uma negociação: “A tomada forçosa das ilhas se concebia como uma pressão a Grã-Bretanha para que o governo da primeira ministra Margaret Thatcher aceitasse tratar a questão da soberania ante os organismos internacionais”.

Cardoso, Kirschbaum e Van der Kooy (1983:69) analisaram os documentos oficiais sobre a chamada “Directiva Estratégia Militar” (DEMIL), o plano de tomada das ilhas, elaborado pela junta militar que era formada pelo presidente Galtieri, Anaya e Lami Dozo, no qual se previa que o dia “D” da tomada das ilhas estava fixado para a segunda quinzena de maio e concluído depois de cinco dias, tempo considerado hábil para que as negociações fossem impulsionadas e dessem continuidade, posteriormente, abrangendo:

Uma negociação bilateral muito intensa com Grã-Bretanha para convencer o governo de Sua Majestade do “eixo consumado”; o “fato consumado” seria acompanhado por concessões aos britânicos que iam desde indenizações a Falkland Island Company e aos islenhos que desejarem emigrar, até oferecimento de uma estreita cooperação econômica com empresas britânicas que quiserem explorar com a Argentina o petróleo da contra austral e a pesca de crustáceos; envolver os Estados Unidos nas negociações [...]; trabalhar com os países do mundo ocidental, especialmente os do Mercado Comum Europeu, para que contribuíssem com a ação norte-americana de convencer a Grã-Bretanha que não havia retrocesso possível e que devia aceitar o eixo tal qual estava levantado; intensificar os contatos com a União Soviética, China e países da Europa Oriental em uma ação dirigida a prever a consideração do problema no âmbito das Nações Unidas.

Um plano que não abrangia a possibilidade da reação militar britânica, uma dedução que os autores (1983) consideram ter se fortalecido devido a suposta debilidade do governo de Margaret Thatcher que passava por crise econômica, o que fez a junta acreditar que a primeira ministra não empreenderia uma guerra, enviando sua força militar a quatorze milhas de Londres, ao contrário preferiria a via de negociação.

Os planos de empreenderem o dia “D” na segunda quinzena de maio, foram adiantados em face de um incidente ocorrido em dezembro de 1981 com funcionários do comerciante de Buenos Aires Constantino Davidoff. Em 1978, Davidoff fez um contrato com a firma Christiane Salvesen da Escócia, administradora de concessões da Coroa Britânica, com o objetivo de adquirir material de uma estação de pesca de baleia desativada na Geórgia do Sul. Apesar de ter solicitado permissão na embaixada inglesa em Buenos Aires antes da viagem, Davidoff enfrentou a decisão do governador inglês nas Malvinas que protestou alegando que a viagem não havia sido autorizada de acordo com a legislação das Falklands. Em outra tentativa de entrar nas Geórgia do Sul, 41 funcionários de Davidoff aportaram nas ilhas através do navio ARA Bahía Bom Sucesso e içaram a bandeira argentina no dia 16 março de 1982, levando o governador Rex Hunt a alegar que a Marinha argentina estava usando o sr. Davidoff para firmar sua presença na região. O embaixador britânico na Argentina solicitou ao governo a retirada dos trabalhadores e do navio, que considerava um navio de guerra.

De acordo com Coconi (2012), no dia 20 de março Londres apresentou seu protesto e exigiu que os trabalhadores que desembarcaram nas Geórgias abandonassem as ilhas imediatamente, ou medidas convenientes seriam tomadas. A resposta do governo argentino foi que o navio de transporte comercial deixaria Puerto Leith no dia seguinte, quando finalizariam as tarefas que haviam sido encomendadas e que não havia militares, nem armas em seu interior. Ele ressaltou também, que o contrato de Davidoff era conhecido pelas autoridades. No dia seguinte, o navio deixou as ilhas, mas deixou os trabalhadores com a intenção de continuarem com os trabalhos de retirada do material da estação de pesca. No dia 21 de março, chegaram nas Malvinas oficiais da Marinha britânica que zarparam em Puerto Leith com o objetivo de retirar os argentinos da região, de acordo com o pedido do governador nas ilhas, Rex Hunt. No dia 23 de março, Anthony Williams, embaixador britânico em Buenos Aires, informou ao Ministério das Relações

Exteriores argentino a chegada dos oficiais e obteve como resposta do governo argentino que não seria permitido a evacuação desses trabalhadores pela força. No dia 25 de março, o embaixador britânico comunicou ao ministro das Relações Exteriores argentino, Costa Méndez, que os trabalhadores podiam permanecer em San Pedro se apresentassem seus passaportes. No dia 26 de março, a Junta Militar se reuniu com o chefe de Operações do Estado Maior, Mario Benjamín Menéndez, e decidiram colocar em prática o plano de ocupação das ilhas. Esta operação consistia no desembarque de militares nas ilhas, domínio de militares e autoridades britânicas e na recuperação das Malvinas, sem que exercessem violência.

Segundo Coconi (2012:12), no dia primeiro de abril, o representante argentino nas Nações Unidas enviou uma carta ao presidente do Conselho de Segurança em que relata os últimos acontecimentos relacionados à disputa por Malvinas: “A ameaça britânica do uso da força, mediante o envio de navios de sua marinha de guerra” e que “as medidas e atos unilaterais do Governo britânico tem criado uma situação de grave tensão, cuja prolongação podia chegar a por em perigo a manutenção da paz e da segurança internacional”, sendo que o representante britânico, também, manifestou essa preocupação ao conselho em outra carta “O governo do Reino Unido tem razões fundamentadas para crer que as Forças Armadas da República Argentina estão a ponto de tentar invadir as Ilhas Falkland”, solicitando que se convocasse uma sessão do conselho que, posteriormente, se manifestou pedindo que não usassem da força para solucionar o conflito. Tal recomendação não foi ouvida e o governador nas ilhas, Rex Hunt, recebeu a notícia de que navios argentinos já estavam se dirigindo para tomar as Malvinas.

Para Duarte (1986:50), “O principal objetivo da Junta [argentina] era usar a disputa para pressionar o Governo britânico a negociar a transferência da soberania, e usar o incidente das Geórgias a fim de obter argumentos para discutir em Nova York, no âmbito da ONU”. O desembarque do exército argentino nas ilhas, já no dia 02 de abril, visava evitar dar tempo aos britânicos para reforçar ainda mais, a sua defesa nas Malvinas. Para muitos setores da sociedade na Argentina o principal motivo da corrida do governo para tomar Malvinas, era garantir a continuidade da Junta Militar no poder, já que, de acordo Robert Roth (1982:13), o país passava por um momento de crise difícil de ser superada, sendo que o governo “estava moralmente quebrado. A economia do país havia sido levada ao desastre. Os apoios políticos desapareciam e começava a oposição sindical ativa”. A

recuperação das ilhas poderia significar a legitimidade diante dessa sociedade cada vez mais insatisfeita.

1.2 A Guerra das Malvinas e o pós-guerra

No dia 2 de abril de 1982, chegou às Malvinas os navios de guerra argentinos com 911 homens – até o início da guerra contabilizou-se dez mil soldados argentinos que desembarcaram nas ilhas - e o objetivo de desalojar as forças militares e autoridades britânicas, com a recomendação de evitar baixas tanto de militares britânicos, tanto da população local. Enquanto um grupo ocupava o quartel de guarnição, outro tomava a casa do governador, exigindo sua rendição. Um dos principais questionamentos a respeito dessa tomada das Malvinas são os relatos de que as tropas argentinas chegaram sem o apoio logístico militar necessário para as proporções do conflito que tal ação poderia desencadear. Faltavam armas, vestimentas adequadas ao intenso frio das ilhas e principalmente soldados bem treinados, recorrendo, em sua grande maioria, a conscritos (jovens treinados durante o período de alistamento militar), uma situação que Robert Roth (1982:16) defende ser de clara necessidade de adiamento de um enfrentamento:

O exército acabava de incorporar uma classe que não tinha dois meses de instrução. A marinha precisava de dois anos a mais para completar seu equipamento com a entrega de fragatas e submarinos encomendados no exterior e os construídos aqui. De uma arma que entraria para a história, o míssil Exorcet, tinha apenas seis unidades, as restantes dez encomendadas a França, não haviam sido ainda embarcadas. A força Aérea tinha apenas vinte e cinco aviões modernos, nenhum equipado com míssil. Outros setenta aviões tinham vinte anos de idade e caíram nos bombardeios de Canberra, praticamente peças de museus.

No mesmo dia 2 de abril, a pedido da Grã-Bretanha, o Conselho de Segurança da ONU condenou a agressão argentina e reconheceu o direito britânico de exercer a legítima defesa, através da resolução 502, pediu o retiro imediato das forças argentinas das ilhas e o impulsionamento das conversações entre os dois governos, na busca por uma saída diplomática. Posteriormente, o Mercado

Comum Europeu aderiu às sanções econômicas à Argentina, promovidas pela Grã-Bretanha e os países, aos quais a Argentina havia encomendado armas de guerra, congelam a entrega das mesmas. No âmbito regional, ao contrário da ONU, a OEA (Organização dos Estados Americanos) considerou legítima a reivindicação do país sul americano. Coconi (2012) explica que a Comissão de Trabalho da Conferência de Ministros das Relações Exteriores do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) adotou uma resolução, com 17 votos a favor e 4 abstenções - entre as abstenções, os Estados Unidos -, que respaldava a reivindicação da soberania argentina sobre as Ilhas. Na mesma, pedia à Grã-Bretanha para cessar as hostilidades e a ambas as partes a retomada das negociações para chegar a uma solução pacífica para o conflito. A posição dos Estados Unidos contrariava o texto do Tratado de 1947, que no caso de ataque a um dos países do grupo, se comprometiam a tomá-lo como um ataque a todos. A posterior posição norte-americana, de apoio aos britânicos, foi contrária ao tratado de assistência recíproca, que se baseava na solidariedade dos países americanos. O Governo argentino, que antes olhava com certo desprezo para outras nações latino-americanas, teve nesse grupo o principal apoio à sua campanha nas Malvinas. Com sua pouca força militar, tal apoio latino-americano se limitou à declararem solidariedade a causa da Argentina.

A tomada das ilhas pelos militares argentinos produziu na Argentina um clima de euforia. Partidos políticos de oposição e sindicatos, entre eles a CGT, que três dias antes havia organizado a manifestação na Praça de Mayo pedindo a saída dos militares do poder, manifestaram seu apoio à tomada das ilhas, mas procurou ressaltar a continuidade de sua oposição ao governo²⁶. Ainda no dia 2 de abril, a Praça de Mayo e ruas adjacentes foram tomadas por populares ressaltando sua aprovação a tomada das ilhas. O jornalista Fernando Zuba (2008:49), que cobriu a guerra para a Rede Capital de Comunicações em Minas, fez um relato da tensão que passou em Buenos Aires, ao cobrir tal evento e, entre outros momentos, lembra da euforia popular e midiática diante do início da guerra:

Durante três dias seguidos, ante uma população a princípio eufórica e a comemorar nas ruas a invasão das Malvinas, as estações de rádio e TV argentinas, todas elas 24 horas no ar, entre

²⁶De acordo com Guber (2012:44) “A CGT convertia as Forças Armadas no agente acidental de uma façanha nacional que protagonizaram seus verdadeiros proprietários e destinatários: os trabalhadores argentinos encarnados em seus filhos. Na Plaza de Mayo alguns cantavam ‘Galtieri, Galtieri, presta muita atenção; Malvinas argentinas, o povo é de Perón’”.

comunicados e marchas militares, bombardeiam com o chamamento a uma mega manifestação coletiva de apoio ao governo e às Forças Armadas, programada para a Plaza de Mayo. Grandes astros da música e da televisão reforçam os apelos anunciando suas presenças.

No dia 07 de abril, políticos e outras autoridades desembarcaram em Puerto Stanley, rebatizado como Puerto Argentino, para assistir à posse do general Mario Benjamín Menéndez como governador das ilhas, uma nomeação que Zuba (2008) analisa como um dos fatores a ter rechaçado a possibilidade de negociar com a Grã-Bretanha, ao lado de dois outros fatores: a utilização da guerra para fins políticos e econômicos britânicos e a publicação de fotos em Londres de soldados ingleses da guarnição rendida, de costas com soldados argentinos apontando-lhes metralhadoras. Ainda no dia 07, a Grã-Bretanha determinou uma zona de exclusão marítima de 321 quilômetros em volta das ilhas (200 milhas náuticas), enquanto a Argentina criou o TOAS (Teatro de Operações no Atlântico Sul) designando o vice-almirante Juan José Lombardo como seu comandante.

A população foi convocada a ir a Plaza de Mayo no dia 10 de abril, mesmo dia em que o enviado do presidente norte-americano Reagan, o Secretário de Estado Alexander Haig²⁷, visitou a Argentina para conversar com Galtieri. Com um saldo de mais de cento e cinquenta mil pessoas, carregando bandeiras azul e branco e faixas ressaltando “As Malvinas são argentinas”, o evento contou com a participação de vários astros argentinos que ressaltaram seu apoio a luta pela soberania argentina sobre as Ilhas. De acordo com Zuba (2008:50), a cerimônia iniciou com a leitura de um comunicado do presidente “conclamando o povo a se unir à reação argentina contra o que qualifica de agressão inglesa à nação, aos seus legítimos direitos sobre Malvinas” e seguiu com as apresentações artísticas e a intervenção do apresentador, pedindo doações para o esforço de guerra: “em longas filas, homens e mulheres de todas as classes sociais e idades subiram ao palco e foram deixando cair em cestos plásticos toda sorte de objetos – joias, dinheiro,

²⁷Romero (2006: 221) explica que os Estados Unidos, por meio de Haig, “procuram uma saída negociada e uma fórmula para um acordo. Propuseram uma retirada militar argentina e uma administração tripartite conjunta com os Estados Unidos, o que permitiria restabelecer as negociações. As duas condições eram aceitáveis para o governo argentino caso incluísse um compromisso com prazo determinado para o reconhecimento britânico da soberania das ilhas – coisa inaceitável para os britânicos - pois o governo militar, disposto a ceder em qualquer outro tema, não podia capitular ao que tinha proclamado como seu objetivo fundamental”.

documentos de veículos”. O governo militar tinha obtido uma importante vitória ao se identificar com uma reivindicação da sociedade que, de acordo com Romero (2006:220), era “alimentada por uma cultura política nacionalista e anti-imperialista tradicional, que já parecia arquivada, mas que ressurgiu com força”. Porém, para Carlos Castilho (1982:16), da parte da maioria das forças políticas e sindicais houve a desvinculação da questão das ilhas, dos problemas das liberdades políticas e da crise econômica²⁸ que assolava o país:

A estratégia geral dos cinco partidos da Multipartidária é dar apoio a Galtieri, no entanto, não assumir qualquer compromisso fora da questão das Malvinas. A União Cívica Radical e os Judicialistas, conforme conversas informais com jornalistas, deixaram claro que manterão uma distância prudente do governo, esperando que ele se desgaste durante o conflito militar, e, assim, acabe sendo obrigado a fazer concessões melhores do que as aceitáveis pelos militares no momento.

Na Inglaterra a primeira ministra Margareth Thatcher passava por um momento de impopularidade por suas medidas econômicas que provocaram desemprego e distúrbios populares. De acordo com Ceron (1984:112) “a crise econômica, os baixos salários e o desemprego, haviam reduzido ao nível mais baixo de sua carreira política a popularidade de Mr. Thatcher” o que fez com que o conflito nas Malvinas se tornasse um trunfo para que a chefe de estado recuperasse a sua imagem e se consolidasse internamente. Cardoso, Kirschbaum e Van der Kooy (1983) ressaltam que Thatcher também foi influenciada pelo clima geral da Grã-Bretanha que pedia uma solução para o conflito²⁹. Ela elogiou o esforço democrático dos Estados Unidos em tentar evitar a guerra através das conversações com o governo argentino, ressaltando que não poderia deixar que a agressão desse dividendos para o governo agressor, e que seu objetivo era justamente demonstrar ao

²⁸De acordo com Castilho (1982:18), no seu artigo escrito durante o período da guerra, “A Argentina vive hoje a sua pior crise econômica desde 1930. A dívida externa do país passou de nove bilhões de dólares em março de 1976, para 32 bilhões de dólares em maio de 1982. A inflação continua acima dos 130% ao ano, o desemprego não pára de crescer e recessão começa a atingir todos os setores da economia. Nesse quadro difícil, o país gastou, desde o dia 2 de abril, vários milhões de dólares só com a guerra contra a Inglaterra. [...] A Argentina tem hoje em dinheiro só 600 milhões de dólares no Banco Central, o que permite apenas cobrir três semanas de importações”.

²⁹Para Kirschbaum e Van der Kooy (1983:195) até a oposição a primeira ministra seguiu essa tendência, sendo que o líder laborista Michael Foot abandonou sua posição de incentivo a diplomacia e entrou na corrente de que um enfrentamento era inevitável. Já os jornais expressavam em cada edição sua posição pró-guerra com matérias como do Express “Não há rendição” e o Daily Star “Concluimos com a guerra da política”.

mundo que não deveriam usar a força em relações internacionais. De acordo com os autores (1983:147)

Thatcher deixou claro, ademais, que ainda quando se verificasse um imediato retiro argentino, seu país não retomaria a via de negociação sem antes impor algumas condições. O reclamo da Argentina de soberania sobre o arquipélago não pode ser um pré-requisito da nova etapa negociadora e para os britânicos os “interesses e desejos dos islenhos” seriam de “suprema importância” (‘primordial’, foi outra das acepções que a governante inglesa faria populares naqueles dias).

Segundo Coggiola (2012), no dia 30 de abril, as unidades militares mais importantes das forças britânicas já haviam organizado dois grupos de operações nas Malvinas, compostos por dois porta-aviões (HMS Hermes e HMS Invincible), quatro destróiers (HMS Glamorgan, HMS Coventry, HMS Glasgow e HMS Sheffield), quatro fragatas (HMS Broadsword, HMS Alacrity, HMS Arrow e HMS Yarmouth) e dois navios petroleiros e de suprimentos (Olmeda e Resource). Com sua posição definida, o Reino Unido determinou a zona de exclusão de 200 milhas náuticas em volta das ilhas, e que aeronaves ou navios argentinos que fossem encontrados dentro desse espaço poderiam ser atacados pelas forças britânicas. Esse anúncio fez com que o comando do navio Cruzeiro argentino General Belgrano, um navio antigo, se retirasse da região e se posicionasse no limite sul, fora desse espaço.

As tentativas de mediar negociações, após a tomada das ilhas, para evitar confronto bélico, realizadas pelo Secretário de Estado norte-americano Alexander Haig, esbarraram na irredutibilidade dos dois lados. Depois de presenciar o apoio popular ao conflito na Plaza de Mayo, no dia 10 de abril, e as declarações de Galtieri diante do povo, Haig tornou-se desiludido com uma conciliação, sendo que no dia 30 do mesmo mês, os Estados Unidos deixaram a posição neutra para se declarar contra a Argentina. Segundo Cardoso; Kirschbaum e Van der Kooy (1983:223)

Alexander Haig anunciou, por exemplo, sanções econômicas e militares para nosso país – essas últimas foram uma mera ampliação das que se cumpriam desde 1978, raiz da emenda Humphrey-Kennedy – e alertou sobre ‘prováveis ações militares em grande escala’ nas ilhas Malvinas. O presidente Reagan carregou mais ainda as tintas e, frente aos jornalistas da Casa Branca, opinou que a Argentina era o verdadeiro país agressor. Não havia, então,

motivos para duvidar. As 4 e 40 do dia 1º [maio] os aviões [britânicos] Vulcan e logo os Sea Harrier começaram suas descargas sobre Puerto Argentino, no marco do início das hostilidades que somente cessariam no 14 de junho, quando o general Menéndez [governador argentino nas Malvinas] rendeu a capital do arquipélago.

No dia 2 de maio, dia seguinte ao ataque à Puerto Argentino, um submarino britânico atingiu o Cruzeiro argentino General Belgrano³⁰, perecendo 323 tripulantes dos mil e noventa e três. O cruzeiro estava há 300 milhas do arquipélago, fora da Zona de Exclusão Marítima fixada pela Grã-Bretanha, um fato que colocou fim às possibilidades de qualquer negociação. Os argentinos responderam enviando a aviação para atacar os navios britânicos, e, por terra, usando canhões para atingir a aviação inimiga. O dia 04 de maio foi um dia importante para as tropas argentinas, três aviões mirrage e um Super Etendart atacaram os navios britânicos a 40 milhas das ilhas Soledad. O Super Etendart lançou um míssil Exortet³¹ que atingiu o navio Sheffield com 268 tripulantes, dos quais 20 morreram no ataque.

O afundamento do Sheffield alimentou novamente os ânimos do governo argentino e funcionou como um empate diante do ataque ao navio Belgrano. O desempenho da Força Aérea argentina foi surpreendente, já que a pista de Puerto Staley (Puerto Argentino) não tinha as condições para a decolagem dos aviões de guerra e, por isso, os pilotos tinham que sair do continente. Esse fator deixou para os pilotos argentinos o prazo de apenas 10 minutos para sobrevoar a zona de guerra e retornar para o abastecimento, o que deixou a Força Aérea argentina em desvantagem com a britânica que contava com navios porta-aviões (O único porta-avião argentino, o 25 de Mayo, foi afundado pelos britânicos). Outro aspecto que prejudicou os pilotos foi o fato de possuírem poucos mísseis Exocet e contarem com bombas convencionais, o que os obrigava a se aproximar demasiadamente do

³⁰Cardoso, Kirschbaum e Van der Kooy (1983) ressaltam que houve uma denúncia de um jornalista inglês, Robert Fox da BBC, autor da obra *Eyewitness Falklands*, que dizia que os britânicos ficaram sabendo da posição do navio General Belgrano por causa de uma mensagem enviada pelo comando da marinha chileno de Punta Arenas, mas essa informação não foi confirmada por outra fonte.

³¹Segundo Coggiola (2012:206:207), “Os Exocets acabavam de chegar da França e devido ao embargo imposto pela OTAN contra a Argentina, os instrutores franceses não haviam se apresentado para ensinar seu uso aos oficiais técnicos argentinos. Os técnicos da base de Rio Grande tinham em suas mãos essas armas muito sofisticadas, mas sem saber como usá-las. Mesmo assim não se desencorajaram e fizeram o possível para aprender todos os seus segredos, lendo os seus manuais, desmontando e montando algumas partes do míssil. Quando finalmente os instalaram a bordo dos Super Étendard, não estavam seguros de que eles realmente funcionariam”.

alvo. Diante desse quadro, apesar do desempenho dos pilotos, estes não puderam impedir o avanço dos britânicos nas ilhas, sendo que ao final perderam-se vinte aviações e nove pilotos da Força Aérea e quatro aviões e dois pilotos da Aviação Naval.

Ao contrário do que se imagina sobre o conflito por Malvinas, a guerra chegou também ao território argentino. Como a aviação argentina saía do continente, no dia 18 de maio foi produzido um dos episódios mais confusos da guerra. Segundo Coggiola (2012), a partir da destruição do navio Sheffield, se tornou prioridade para o almirantado britânico destruir os mísseis Exortet. Em uma operação chamada Mikado, o tenente britânico Hutchings e um grupo de 9 soldados decolou do navio Invencible em um helicóptero, com a missão de penetrar na base aérea argentina de Rio Grande, onde estavam os Super Étendards com seus Exocets, para observar os movimentos e preparar a chegada de duas lanchas com 50 soldados britânicos que posicionariam bombas para destruir a base. Posteriormente, os soldados britânicos fugiriam para o Chile, onde tinham o apoio do Regime de Augusto Pinochet. Reagan havia advertido a Thatcher que uma operação em território continental argentino poderia envolver outros países do TIAR na guerra, como Peru e Venezuela, mas o governo britânico ignorou. O helicóptero britânico foi detectado por radares argentinos, fazendo com que o tenente Hutchings decidisse cancelar a operação e dirigir diretamente para o Chile, pousando na praia de Água Fresca. O helicóptero teria sido destruído por seus ocupantes, que retornaram para o Reino Unido em voo regular.

No dia 21 de maio, iniciou-se o desembarque de cinco mil soldados britânicos na Ilha Soledad, estreito de São Carlos, sob o fogo das aeronaves argentinas. Coggiola (2012:211) ressalta que junto a tropa britânica estavam os gurkhas (tropas de origem nepalesa) que “tornar-se-iam nessa ocasião famosos, por sua participação com o 1º Batalhão integrado a 5ª Brigada de infantaria inglesa. Desembarcaram na Baía de San Carlos e na primeira semana organizaram patrulhas para cercar grupos dispersos de argentinos, que os chamavam de “terríveis”, pela sua extrema agressividade”. As tropas britânicas marcharam inicialmente para Puerto Durwin, onde se concentrava o regimento 12 do exército argentino que ofereceram resistência, mas já debilitados fisicamente, foram dominados no dia 29 do mesmo mês. O Monte Longdon, cuja defesa estava com o Regimento 7, foi atacado pelos ingleses, naquele que foi o combate mais difícil de toda a guerra. Os soldados

argentinos resistiram por dez dias. Para alcançar Puerto Argentino, o exército britânico atacou, no dia 13 de maio, o Batalhão de Infantaria da Marinha 5, no Monte Tumbledown, onde novamente se empreendeu um intenso combate.

O Batalhão de Infantaria da Marinha 5 tinha alto grau de treinamento e por isso, promoveram um forte combate na chegada dos britânicos, mas ao chegarem ao esgotamento, tiveram que se retirar, protegidos pelo Grupo de Artilharia 3. No dia 11 de junho, o Papa João Paulo II chegou na Argentina para pedir o final da guerra. A viagem foi encarada por alguns como uma forma de contrabalancear a posição da Igreja Católica, já que no dia 2 de abril, dia da tomada das ilhas, o Papa visitou a Grã-Bretanha - dentro da sua programação anual de viagens - o que gerou insatisfação em camadas católicas argentinas. Segundo Coggiola (2012:223), no mesmo dia à noite, as forças britânicas iniciaram o ataque à Puerto Argentino, “Os navios argentinos permaneciam ancorados no porto, sua aviação apenas existia, tendo perdido dezenas de aviões e pilotos” sendo que “o material estava muito deteriorado pelas constantes operações, não haviam mais mísseis Exocets; apenas algum avião de transporte conseguia ainda lançar um ou dois containers protegidos pela noite”. Os bombardeios britânicos do mar, ar e terra continuavam sem cessar e circulavam entre os combatentes argentinos os rumores da eficácia do ataque das tropas britânicas, o que desmotivava os soldados. Diante da chegada dos britânicos em Puerto Argentino, promovendo um combate que só aumentaria o número de baixas do seu exército, o general Menéndez rendeu-se no dia 14 de junho, uma tarefa descrita por Cardoso, Kirschbaum e Van der Kooy (1983:297):

Durante mais de duas horas Menéndez e o oficial inglês debateram os termos da capitulação que a Argentina, estima-se, devia ser condicionada como o estipulado na Convenção de Genebra. Menéndez propôs com êxito que os oficiais argentinos tivessem o mando sobre suas tropas e, de passagem, sugeriu que, também, podiam conservar a posse das armas. O oficial inglês aceitou, porém assinalou que as armas iam ter que ser entregues antes de retirar-se das ilhas, porque durante a reconquista de 2 de abril, os marines [ingleses] haviam sido obrigados a deixar todo seu material bélico”.

Com uma frota moderna e centralizada e quase trinta mil soldados preparados e bem armados, a vitória da Grã-Bretanha era iminente, levando a um saldo de 649 mortos argentinos, sendo que do lado britânico pereceram 255

combatentes em 74 dias de conflito. Apesar da vitória britânica e das suas perdas humanas serem inferiores as dos argentinos, o fato dos britânicos terem tido também algumas perdas materiais importantes, mostram que os combatentes argentinos superaram em vários momentos, as desvantagens diante do inimigo e conseguiram grandes feitos durante o combate.³² Com a rendição argentina e a volta para casa dos ex-combatentes, muitos outros conflitos relacionados às Malvinas estavam por vir, dessa vez não no front, mas nas tentativas de se discutir o tema tanto no âmbito político-diplomático quanto no âmbito das ciências humanas.

De acordo com Martinez (1983:145-148), os motivos de a Argentina ter perdido a guerra foram: primeiramente o fato de a Inglaterra ser uma potência bélica, com poderio militar bem acima do argentino, o que faz com que “um confronto armado entre Grã-Bretanha e a Argentina tem, forçosamente, de terminar em derrota argentina”; a importância da Inglaterra no cenário mundial, no que diz respeito à questão econômica e à participação no Conselho de Segurança das Nações Unidas, mobilizando portanto, “uma rede diplomática e de interesses econômicos mais eficazes e coerentes do que sua própria capacidade militar”, o que explica o embargo do Mercado Comum Europeu à Argentina durante a guerra, tanto em armamentos quanto em qualquer tipo de exportação e importação, mostrando seu perfil protecionista; o apoio norte-americano à Inglaterra, compreensível em face das alianças entre os dois países, e que fez o governo argentino se sentir traído; “a falta de uma cobertura diplomática que garantisse uma favorável opinião pública internacional, preparada para digerir uma guerra entre Argentina e Inglaterra³³; os erros táticos e logísticos e a ‘anglofilia³⁴’. Em resumo, para o autor (1986:149)

a guerra foi perdida porque as Forças Armadas, profundamente colonizadas, dependentes na sua ideologia e na necessidade de

³²Coggiola (2012) ressalta que do lado da Argentina perdeu-se: um cruzador, um submarino, quatro cargueiros, dois barcos patrulha, uma traineira para espionagem, vinte e cinco helicópteros, trinta e cinco caças, dois bombardeiros, quatro aviões de carga, vinte e cinco aviões de ataque ligeiro e nove traineiras armadas. O Reino Unido perdeu dois destróieres, duas fragatas, dois navios logísticos de desembarque, um navio portacontainers, vinte quatro helicópteros e dez caças.

³³O que para Martinez (1986:148) foi impossível, já que Galtieri repudiava os grupos que poderiam dar esse apoio diplomático, que são os países latino-americanos e do Terceiro Mundo, ressaltando que “foi necessária a guerra para que os militares argentinos descobrissem de que lado está o país e quais são seus verdadeiros inimigos”.

³⁴Excesso de afinidade, admiração ou amor pela Inglaterra e por tudo aquilo que ela representa (hábitos, costumes, povo ou cultura). De acordo com Martinez (1986:148), os dirigentes argentinos respeitavam a potência britânica e que “se por um lado, nos melhores dos casos, vivia-se certa jactância pela reconquista das ilhas, de outro havia um enorme desejo de se pedir desculpas dizendo que tudo passaria, e os argentinos voltariam a ser amigos dos ingleses”.

abastecimento, cometeram o erro grosseiro de acreditar que as nações metropolitanas baseiam suas relações internacionais nos princípios políticos que usam para a exportação de suas ideologias. De modo que a Junta Militar argentina pôde considerar que, sendo injusta a posição inglesa, as Malvinas são um enclave colonial, que as Nações Unidas são anticolonialistas, que os Estados Unidos são uns limitados aliados; que a Europa é o horizonte deste país, etc., bastaria um pouco de ‘astúcia’ e oportunidade política para que fosse libertado um território colonizado por uma potência.

Cisneros e Escudé, et al. (2000), ressaltam que após a derrota à Argentina não restou outro caminho que não fosse recorrer novamente a diplomacia, para tentar reparar a situação encontrada no término do conflito. Mas as repercussões da guerra tiveram ao menos três consequências: o fim do processo acelerou o processo de transição da ditadura para a democracia, instaurando um governo constitucional em pouco tempo; o outro efeito atingiu os moradores das Ilhas Malvinas que tiveram suas vidas completamente transformadas, tendo seu status elevado por razões econômicas e reconhecimento internacional para eles e sua causa; e o terceiro fator foi o fortalecimento da ideia de posse das ilhas Malvinas pelos britânicos, sendo que o governo decidiu investir na defesa das ilhas e na promoção do desenvolvimento econômico e social. Além disso, houve uma retroação nas relações entre os dois países, no que diz respeito às negociações pela soberania das ilhas.

A Argentina continuou reivindicando as Malvinas, porém o governo britânico não considerava a possibilidade de se negociar a questão da soberania das ilhas, apesar de se mostrar disposto a voltar a ter relações bilaterais com os argentinos. No final da década de 80, os governos argentino e britânico chegaram a um entendimento sobre como restabelecer as relações diplomáticas interrompidas pela guerra, mas sob a imposição dos ingleses de não discutir a soberania. Cisneros e Escudé, et al. (2000) argumentam que uma consequência da guerra para a Grã-Bretanha foi que o país saiu bastante fortalecido, obtendo uma ascensão moral na comunidade internacional, já que a tomada das ilhas pelos argentinos no dia 2 de abril foi um duro golpe no prestígio britânico. A guerra mostrou que a Grã-Bretanha ainda tinha um poder militar importante. A guerra fortaleceu também a relação dos britânicos com os kelpers, com investimentos para a região e um compromisso para com seu povo, o que transformou as ilhas, antes quase esquecidas, em uma fortaleza militar.

Na Argentina, três dias depois da rendição, a cúpula da Junta Militar destituiu Galtieri da presidência e nomeou o general Reinaldo Bignone. No ano seguinte, são convocadas eleições na qual é eleito o advogado Raúl Alfonsín (1983-1989) que promoveu o julgamento de militares responsáveis pela operação frustrada nas Malvinas. Durante o governo de Alfonsín, a Argentina empreendeu novamente suas reivindicações no campo diplomático e no dia 13 de janeiro de 1984, quando completou cento e cinquenta anos do domínio inglês nas ilhas, o presidente fez um comunicado oficial no qual reiterava, segundo Oscar Mastropiero (2007), que

um de seus primeiros atos de governo havia sido reiterar ante o Secretário Geral das Nações Unidas seu respeito pela via pacífica da solução das controvérsias internacionais e sua disposição de se envolver em negociações de boa fé que a Assembleia Geral havia recomendado em sua resolução 38/12. Na declaração se reafirmou, também, a importância do governo argentino outorgar os interesses dos habitantes das ilhas. Estes interesses se veriam devidamente garantidos baixo o império da Constituição nacional e de princípios democráticos, direitos e garantias que regem a República Argentina, a parte do estatuto especial de garantias e salvaguardias que na oportunidade se pode acordar.

Apesar de não existirem relações diplomáticas entre Argentina e Grã-Bretanha nesse momento, a primeira ministra Margaret Thatcher cumprimentou o presidente eleito, Raúl Alfonsín, ressaltando a importância do retorno da democracia na Argentina, mas no que diz respeito a Malvinas, a posição britânica continuava a de não negociar a soberania das ilhas, embora reiterassem nas Assembleias Gerais da ONU que estavam dispostos a melhorar as negociações bilaterais com a nação latino-americana. Para Palermo (2007:308), Alfonsín estava convencido de que ao se instalar a democracia, não haveria fundamento para o argumento de Thatcher de negar a negociar a questão Malvinas, sugerindo que seria possível que a Grã-Bretanha arrendasse as ilhas logo após o reconhecimento da soberania: “Como em outras oportunidades, a causa nos fazia chegar tarde – esse enfoque era muito razoável antes da guerra, não depois dela”. Para o autor (2007:340), Alfonsín “foi ortodoxamente malvinero e tão absurda como previsivelmente imputado de desmalvinização (continuou imponente à política externa global, à hipoteca das Malvinas, criou expectativas de curto prazo e caiu

atrapalhado nelas e manteve uma atitude semi beligerante em relação à Grã-Bretanha)”.³⁵

As relações entre os dois países foram retomadas no governo de Carlos Menem (1989-1999). Nos dias 14 e 15 de fevereiro de 1990, o presidente e o ministro das Relações Exteriores Domingos Cavallo, assinaram a “Declaración conjunta de las delegaciones de la Argentina y del Reino Unido”, conhecido como Tratado de Madri, que reestabelecia as relações diplomáticas entre Argentina e Grã-Bretanha, o qual resultou em muitas críticas na Argentina. Primeiramente porque esse tratado de paz não passou pela apreciação do Congresso argentino, ao qual compete declarar a paz ou a guerra e o fato de criar uma soberania marítima compartilhada entre os dois países no mar, em torno das Malvinas, o que aumentou consideravelmente o direito dos ingleses de exploração da região em volta das ilhas. Antes de 1982, os britânicos possuíam três milhas em volta do arquipélago e com o Tratado de Madri passaram a ter direito de explorar duzentas milhas no entorno. As cenas que marcaram essa reaproximação dos dois países foram a do presidente Menem sendo recebido pela rainha em Londres e posteriormente, recebendo na Argentina os príncipes Andrews e Charles. Segundo Palermo (2007), Menem dispôs de um poder de ação maior do que Alfonsín, já que este, pela proximidade da ditadura, ainda se via ameaçado pelo agravamento da crise econômica e o receio com os militares. Porém, com a alta inflação, Menem precisava urgentemente de respaldo externo e um dos passos era normalizar as relações com a Grã-Bretanha, sendo que sua política de aproximação levou a oposição a criticá-lo e acusar tal processo de desmalvinizador, por deixar de lado o tema soberania.

No governo de Néstor Kirchner (2003-2007), os embates com a Grã-Bretanha no campo diplomático se tornaram constantes. Em seu discurso de posse, Kirchner já ressaltava a importância do tema para a sua gestão, “Nós viemos do sul do país, terra de cultura e gelo continental malvinera e ineludicamente vai sustentar nossa reivindicação de soberania sobre as Ilhas Malvinas”.³⁵ De acordo com matéria do jornal Clarín (2006)³⁶, no ato de comemorar o desembarque argentino nas ilhas Malvinas, o presidente assegurou que lutaria pela

³⁵SARRASAGUE, Santiago Martínez. *Los Kirchner y las Malvinas*. Buenos Aires, 2006. Disponível em <<http://www.lanacion.com.ar/1234282-los-kirchner-y-las-malvinas>>. Acesso em 15 de Mar. 2015.

³⁶EL CLARÍN. *Kirchner: La recuperación de las Malvinas es un objetivo permanente e irrenunciable*. 2006. Disponível em <<http://edant.clarin.com/diario/2006/04/02/um/m-01169884.htm>>. Acesso em 17 de abr de 2014.

recuperação das ilhas; “é um objetivo permanente e irrenunciável do povo argentino [...] A nação ratifica sua soberania sobre as Ilhas Malvinas. A recuperação desses territórios é um objetivo permanente e irrenunciável do povo argentino. E forma parte de nossos objetivos centrais”. O presidente pediu perdão aos ex-combatentes pelo descaso do Estado para com eles no pós-guerra e criticou aos militares que segundo ele, “usaram o conflito” nas Malvinas “para superar uma situação adversa [...] Para salvar a Ditadura planejou e executou uma guerra mantendo sobre suas intenções. Malvinas foram uma grande frustração”. Kirchner criticou também os grupos econômicos “que apoiaram a ditadura, porém não respaldaram a nossos soldados quando vieram da batalha”. Palermo (2007:358) acredita que a política do governo Kirchner para a relações exteriores foi uma não política exterior, já que estava mais relacionada com as agitações domésticas: “[...] Porém isto, domesticamente e no curto prazo, é muito funcional: o governo propõe a si mesmo, como tantos outros, como um governo refundacional; não é raro que escolha a causa Malvinas como um dos terrenos emblemáticos no que fazer patente sua vocação refundadora, o regresso, como podíamos dizer parafraseando a um de seus secretários da cultura, do ‘nacionalismo saudável’”.³⁷

Uma das primeiras ações de Kirchner para pressionar os britânicos a negociar a soberania das Malvinas se concretizou quando o presidente proibiu que navios vindos das Malvinas parassem em portos argentinos. Em 2009, com o início da exploração do petróleo pela Grã-Bretanha na região, intensificou-se o conflito entre os dois governos, principalmente quando o presidente anunciou a finalização do acordo de 1995, que regulamentava a exploração britânica de hidrocarbonetos no Atlântico Sul. Conforme o jornalista Santiago Martínez Sarrasague (2010):

³⁷Durante a era Kirchners, as principais reivindicações no âmbito internacional foram, segundo Coconi (2012:9-10), “as seguintes reclamações argentinas: carta de 10 de maio de 2005 dirigida ao Secretário Geral pelo representante permanente na Argentina ante as Nações Unidas, onde o Governo da Argentina protestava pela inclusão das Ilhas Malvinas (Falkland), as Ilhas Georgias do Sul e o ‘Território Antártico Britânico’ no anexo II do título IV da parte III do Tratado Constitucional da União Europeia firmado no dia 29 de outubro de 2004, assinalando também que a inclusão destes territórios no Tratado não afetava em modo algum a soberania e a jurisdição da República Argentina sobre os mesmo. Carta da data de 3 de janeiro de 2006 dirigida ao Secretário Geral do Representante Permanente da Argentina ante as Nações Unidas, onde transmitiu o texto de uma declaração dada a conhecer nesta data pelo Governo da Argentina em ocasião de um novo aniversário da ocupação ilegítima pela Grã-Bretanha das Ilhas Malvinas. A comunidade internacional também se tem pronunciado reiteradamente à República Argentina e ao Reino Unido a reanudar sem demora as negociações acerca da soberania no III Cumbre Sudamericana em 2004, no Cumbre de Brasília América do Sul –Países Árabes celebrado no dia 11 de maio de 2005 e no Cumbre União Europeia – Grupo Rio celebrado em Luxemburgo, citando alguns exemplos”.

Depois de criticar “a persistência intransigente do Reino Unido” que impossibilitava “o diálogo franco”, e assinalava que “a Argentina não é contrária a cooperar com o Reino Unido, porém sempre que esta contribua para retornar o diálogo sobre a soberania”, o chanceler Taiana assegurou: “A decisão argentina põem fim, deste modo, a um instrumento no qual o Reino Unido pretende justificar sua ilegítima e reiterada ação unilateral, explorando áreas da plataforma continental argentina, com o propósito de explorar recursos que pertencem aos argentinos”.

Sarrasague (2010) reitera que a reação de Londres foi a de qualificar a decisão argentina como lamentável, declarando que “ ‘não ajudará em nada a Argentina em seu reclamo da soberania das ilhas’, ao mesmo tempo que reafirmou sua crença que ‘as Falkland Islands [malvinenses] possuem direito à autodeterminação’”. A postura de Néstor Kirchner diante do tema Malvinas foi seguida por sua sucessora Cristina Kirchner (2007-2015), que em 2009 causou polêmica ao comparecer ao II Cumbre de Presidentes da América do Sul e dos Países Árabes no Qatar, e proferir um discurso em que acusava os governos de países hegemônicos de não cumprir as resoluções da ONU, equiparando o conflito pelas Malvinas à questão da Palestina:

Vemos como se constituiu um mundo onde há regras que somente devem ser cumpridas por países menos poderosos militar, tecnológica e economicamente, enquanto que há outros países que podem violar resoluções das Nações Unidas que obrigam a respeitar direitos de outros países. [...] As Malvinas e a questão Palestina são somente dois dos exemplos terríveis de não cumprimento das próprias normas dos organismos internacionais, em matéria de direito e reconhecimento de nossos países.³⁸

Em 2012 fez-se 30 anos da ocorrência da Guerra das Malvinas, e em meio às comemorações e debates sobre o tema, fortaleceu-se o pedido argentino pela retomada das negociações com a Grã-Bretanha. No ano seguinte, um plebiscito com a população malvinense retifica a vontade dos moradores de continuarem sob a jurisdição britânica, uma decisão que continua sendo, ainda hoje, o principal argumento da Grã-Bretanha para recusar as constantes

³⁸LA NACION. *Polémico reclamo por Malvinas en Qatar*. Buenos Aires, 2009. Disponível em: <<http://www.lanacion.com.ar/1114128-polemico-reclamo-por-malvinas-en-qatar>>. Acesso em 12 mar. 2014

tentativas argentinas de retomar as negociações. O premiê britânico James Cameron disse que pretendia proteger os habitantes das ilhas, e que agia dentro da carta de autodeterminação da ONU, enquanto o chanceler argentino Héctor Timerman defendia que, “Tratava-se na realidade de uma pesquisa organizada pelo governo britânico, para que um punhado de cidadãos britânicos afirmassem que queriam que o território que foi ocupado militarmente, fosse reconhecido pelo mundo como britânico”. Ainda em 2013, Christina Kirchner pediu ao então Papa argentino Francisco, o apoio a causa de seu país. Ela em seu discurso na cidade de Puerto Madryn/Argentina, classificou o domínio britânico nas Malvinas como “anacrônico enclave colonial”, pede a exumação de corpos de soldados ainda não reconhecidos no território malvinense e acusa a Grã-Bretanha de militarizar o Atlântico Sul.

Portanto, o fim da guerra entre Argentina e Grã-Bretanha nas Malvinas inaugurou outro conflito, de período bem mais extenso, no campo diplomático- político- institucional e fora dele, abrangendo dimensões nos campos social e cultural, pois controversos debates emergem. Para entender a força do tema Malvinas na sociedade argentina, analiso como ele foi construído como causa nacional, passando a ter um significado que vai além do valor do território e abrange questões políticas, sociais e culturais.

1.3 Malvinas como causa nacional

A disputa diplomática pelas Ilhas Malvinas deu origem, segundo Lorenz (2013), a uma causa nacional cujos fundadores, Jose Hernández e Paul Groussac, ajudaram a construir o significado que as Ilhas Malvinas passaram a ter na trajetória da sociedade argentina. José Hernández publicou em 1869 o periódico *El rio de la Plata*, ressaltando o perigo da presença britânica nas ilhas e como a apatia dos governos tem negligenciado a importância das ilhas, e Groussac publicou *Les Îles Malouines (Las Islas Malvinas)* (1910), que ressaltava os direitos da Argentina sobre o arquipélago. Duas obras que Lorenz (2013:43) considera o princípio de um direcionamento em que diversos intelectuais vinculados ao nacionalismo e o revisionismo, passam a ver a usurpação inglesa como “um símbolo

de submissão ao imperialismo britânico, e na recuperação das ilhas, uma possibilidade de redenção nacional”, o que influenciou desde então, o sistema educativo construindo uma relação entre “a recuperação das Malvinas e o encontro da pátria com sua grandeza”.

Outro nome que impulsionou tal sentimento é Alfredo Palacios, senador socialista, que incentivou o Congresso Nacional a editar em espanhol a obra de Groussac, *Les Îles Malouines (Las Islas Malvinas)* (1910), para ser disponibilizada em todas as bibliotecas escolares. O objetivo de Palacios segundo Guber (2012:80), era que Malvinas fosse a ponte entre Estado e sociedade, vinculando-se às reivindicações sociais dos trabalhadores e humildes esquecidos pelo governo: “Com o respaldo do Estado argentino, *Les Îles Malounies* chegaram em efeito a todos os rincões do país, fazendo com que os argentinos conhecessem Las Islas Malvinas para defendê-las e defender-se de sua usurpação”. Para Palacios o conhecimento dos direitos sociais, políticos e territoriais fariam os povos livres. Dessa forma, as Malvinas não eram somente uma causa do Estado Nacional, mas uma causa do povo, dos trabalhadores e dos desamparados.

Em 1934, os irmãos Rodolfo e Julio Irazusta publicaram a obra *La Argentina y el imperialismo britânico* que segundo Guber (2012:89), faz uma interpretação política e econômica do modelo agroexportador da república oligárquica, e que se assemelha ao discurso de Groussac e Palacios ao defender a participação da política interna, em sua relação com países hegemônicos, na usurpação das Malvinas

A apelação dos Irazusta a recuperação das Ilhas Malvinas era parte de uma luta política entre a república liberal e a república hierárquica. Sua similitude com Palacios e, também, com Groussac radicava em ler a perda de Malvinas como resultado de um processo político nacional levado a cabo por seus representantes políticos em aliança com forças externas – o imperialismo que usa a força como gigante -. Nos três casos – Groussac, Palacios, os Irazusta – o despojo de Malvinas se interpretava na clave da política interna e, também, da honra maculada.

As ilhas foram se transformando no que Lorenz (2009) definiu como território irredento que devia ser recuperado para a soberania nacional, dentro de uma visão histórica que coloca a nação como vítima de sucessivos despojos territoriais, como fizeram Chile, Brasil e Grã-Bretanha. Para isso, a

educação pública teve papel fundamental, tendo como objetivo a homogeneização cultural e a construção da cidadania, que entre outros fatores, se canalizou através do incentivo do amor à pátria das grandes figuras nacionais, em que os militares da independência eram figuras centrais e nesse marco aparecia com muita força, a causa Malvinas. Duarte (1986:29-30), também defende a importância da educação dos jovens sobre Malvinas para fermentar esse sentimento de revanche do povo argentino para com a nação britânica:

foi fermentando um acre sentimento de revanche, sopitado mais de um século e crescendo, à medida que crescia a consciência do povo como nação. [...] E o sentimento nacional de desagravo à sua bandeira, com o perpassar dos anos, foi avolumando-se e ganhou forma, anunciando e ensinando à juventude argentina desde os bancos das escolas primárias, onde livros e mestres sustentavam continuamente que as Malvinas são argentinas. E nesse desagravo que aguardava sua vez para ser desfechado, passou sem grande esforço, aos chefes e demais elementos das Forças Armadas do país, passando a constituir uma espécie de obsessão coletiva que, impaciente, aguardava uma oportunidade.

Nesse processo houve a construção da imagem do ‘inimigo’, no qual a Grã-Bretanha, segundo Lorenz (2009), foi pintada como uma velha potência colonialista que fazia frente à jovem nação argentina e essa imagem se concentrava em dois elementos: “sua condição de potência de segunda ordem e decadente, e sua falta de motivos para combater, frente a um país como a Argentina que tinha a razão de sua parte e estava se refundando através de Malvinas”. A construção da imagem do outro, no caso da nação britânica, faz parte da ideia de oposição ao externo, ao antinacional e ocupa, nas palavras de Palermo (2007:17) “um papel dominante na definição da identidade nacional”.

Todo esse processo de transformação das Malvinas em causa nacional pode ser entendido também ao se analisar a construção do sentimento nacionalista na Argentina, o que é analisado por Palermo (2007:16-17) ao ressaltar que existe a crença na política argentina de que os males do país são em função da falta de unidade e de carecerem de um projeto nacional, sendo este um problema que tem condicionado a relação dos argentinos com o mundo e com eles próprios, se tornando a lente com que olham o mundo e com que o mundo os olha, e nesse contexto Malvinas veio com um peso enorme:

Em outras palavras, se Malvinas tem um excepcional valor simbólico, é porque a forma em que olhamos as ilhas é uma forma poderosa – nos é difícil subtraí-las a ela – de olhar o mundo e nos olharmos a nós mesmos. Falar das Malvinas não é somente falar da relação entre o arquipélago e a nação, senão primordialmente de nosso nacionalismo – um modo particular de conceber a nação, que tem por valores centrais uma suposta ou desejada unidade cultural e espiritual do povo.

A busca pela unidade e pela uniformidade, empreendida na construção do sentimento nacionalista, é falha e na análise de Palermo (2007:22) ao ser sustentada na intolerância, condena ao fracasso a todos os que se embarcam de um modo ou outro nela³⁹. O autor (2007:22) defende que essa tentativa de se construir um sentimento nacionalista encontrou na questão Malvinas uma rica fonte: “A causa Malvinas é única porque não somente é extremamente significativa para todos, senão, também, e principalmente, porque tem o poder temível de fazer crer que pose quase os mesmos significados para todos”.

Dois acontecimentos mostram o poder dessa construção das Malvinas como uma causa nacional: a transformação do gaúcho Rivero em herói nacional contra a presença inglesa nas ilhas e a ação dos Condores nas Malvinas. Rivero chegou nas Malvinas em 1827, enviado pelo então governador nomeado do arquipélago, Julio Vernet, para a atividade de peão. Seis meses depois que a Grã-Bretanha tomou as ilhas exatamente no dia 26 de agosto de 1833, em Puerto Soledad, Rivero organizou uma rebelião dos peões que culminou com a morte de membros da colônia criada por Vernet. Revoltados com o fato de que eram pagos com vales que não eram aceitos pelo administrador do arquipélago, o irlandês Willian Dickson - representante britânico nas ilhas, que pedia o pagamento de despesas em prata -, o grupo formado por três gaúchos e cinco índios, invadiram as casas e mataram cinco homens, entre eles o administrador Dickson e o capitão Matthew Brisbane, vice de Vernet, que ficou encarregado do pagamento dos peões. Esse acontecimento causou pânico nos vinte seis membros do povoado e levou a Grã-Bretanha a enviar seu navio de guerra Challenger para se inteirar da situação. Rivero e seu grupo foram capturados e enviados à Grã-Bretanha para serem julgados e depois devolvidos na

³⁹Palermo (2007:24) ressalta que “nós, os argentinos, temos um só elemento que nos une a todos: não ter nenhum [...]. Nossa identidade, precisamente, está dada por ‘enormes distinções, oposições, contraposições e tradições’”.

Argentina. Por esse ato Rivero tem sido considerado por grande parcela da sociedade Argentina, um herói na reivindicação da soberania das ilhas, já que matou o representante da Grã-Bretanha e nesse período a bandeira britânica não foi levantada. Porém alguns historiadores negam essa imagem de herói, alegando que Rivero matou também o representante da Argentina naquele momento, Juan Simón, e agiu com objetivos econômicos, já que reivindicava receber por seu trabalho em pratas. Apesar das contestações, a imagem de Rivero como herói cresceu e ganhou novos contornos com a difusão do relato não confirmado, de que ele morreu em outra batalha com os ingleses em 20 de novembro de 1945 (a batalha da Vuelta de Obligado).



Representação do Gaúcho Rivero lutando pela soberania argentina nas Malvinas. Disponível em <<http://www.taringa.net/posts/imagenes/18509220/El-Gaucha-Rivero-justo-homenaje-en-los-nuevos-50.html>>. Acesso em 20 de Dez. 2015.

O outro acontecimento ficou conhecido como a Operação Condor. No dia 28 de setembro de 1966, um grupo de dezoito jovens argentinos, formado por integrantes da Juventude Peronista, grupos nacionalistas e de organização gremiais, com a idade entre 18 e 35 anos, sendo dezessete homens e uma mulher, sequestraram e desviaram um avião da linha aérea estatal argentina em voo para a Patagônia e o levou até Puert Stanley, capital das Malvinas. Os jovens que desejavam o reconhecimento da soberania do seu país nas ilhas, içaram bandeiras

argentinas, cantaram o hino nacional e rebatizaram a capital de Puerto Rivero em homenagem ao gaúcho considerado herói na luta contra a tomada britânica das Malvinas. O objetivo era chegar em Puerto Stanley e se dividir em três grupos: um iria para a casa do governador, outro para o Centro Cívico e outro para o centro militar, três pontos que controlavam as ilhas, porém ao chegarem foram cercados pela britânica Força de Autodefesa das ilhas, iniciando um processo de negociação que com ajuda do padre local, Rodolfo Roel, teve uma solução pacífica, que levou ao deportamento do grupo para a Argentina. Os jovens tiveram o apoio de setores populares na Argentina, mas não foram apoiados pelo governo representado pelo presidente Juan Carlos Onganía⁴⁰, que os qualificou como “piratas”. Para Maia Jastreblansky (2012) do jornal *La Nacion*

Apesar de que foram qualificados como “piratas” pelas autoridades argentinas, os “condores” que ainda vivem recordam a sua ação como a maior das façanhas. “Nunca pude excluí-lo de minha cabeça”, assinala Juan Carlos Bovo, ao recordar seus dias nas Malvinas, quando tinha 21 anos. [...] “As Malvinas estavam no imaginário de todos nós nos anos 60. A Argentina não estava completa sem as ilhas”, explica Ahe [Ricardo]. “[...] Jamais esqueceremos a sensação quando nos deslizamos fora do avião e tocamos o solo das ilhas”, recorda Bovo.

⁴⁰Considerados pelo governo argentino como delinquentes, os condores são, segundo Guber (2012:99), “a imagem do sentimento dos peronistas e cada vez mais, daqueles que a ‘Revolução Argentina’ que Onganía excluía, perseguia e encarcerava” e sendo esses jovens qualificados de delinquentes e não de patriotas levanta-se a questão: “que compromisso com a Nação podia ter quem castigava a seus reivindicadores? Eram acaso inimigos, sócios do poder usurpador, ou traidores?”. Na tomada das ilhas de 1982, Hector Ricardo Garcia, do Jornal Crônica, um dos integrantes da Operação Condor, passou a escrever as notícias chamando Puerto Stanley de Puerto Rivero, o que foi recusado pelo governo que batizou a capital de Puerto Argentino. Essa recusa em colocar o nome da capital como Puerto Rivero tem uma explicação para Lorenz (2013:45): “Podia o governo militar adotar o nome de um símbolo como Rivero, patrimônio ideológico de distintas forças as que perseguia?”.



Fotografia da chegada dos Condores nas Malvinas. Disponível em <http://www.lagazeta.com.ar/condor.htm>. Acesso em 20 de Dez. 2015

Rivero e os Condores se tornaram símbolos da luta pela soberania argentina, mesmo que pese, no caso do primeiro, o questionamento de seus reais objetivos. Tais acontecimentos, difundidos pela educação das crianças e jovens, tornaram Malvinas uma causa sagrada, um elemento fundamental do nacionalismo que Lorenz (2012:81) defende ter “ forte presença simbólica no imaginário público argentino”, tendo como principal argumento uma imagem da Grã- Bretanha como potência imperialista que visava usurpar o pequeno território da nação argentina, fermentando um sólido sentimento de revanche, cada vez mais consistente, a medida que se tornava mais consistente a ideia de nação e os sentimentos nacionalistas na Argentina. Essa crença tem dois marcos históricos, a tomada das Malvinas pela Grã- Bretanha em 1833 e a guerra de 1982. De acordo com Guber (2012:31), Galtieri⁴¹, em sua mensagem presidencial no dia do anúncio da tomada das Malvinas, defendia que a recuperação das ilhas era a recuperação da própria argentina, colocando Malvinas entre outras façanhas patrióticas do século XIX.

⁴¹Para Guber (1982:38) Galtieri passou a aludir “a grande juventude argentina”, assim como Peron, o que levou a interrogações, já que existiam tantos jovens presos em centros de detenções como “subversivos”, “ porém, agora para Galtieri, essa grande juventude argentina incluía a estes militares que já estavam nas Malvinas ou que haviam sido mobilizados para o Sul. A causa da reintegração territorial era a do povo argentino, encarnado em uma ‘avançada’ de ‘conscritos, suboficiais e oficiais’ a que o general-presidente, também apresentava no idioma do parentesco, como ‘filhos, esposos, irmãos, pais’”.

A continuidade temporal que reestabelecia a soberania recuperada de Malvinas reunia a república de 1982 com aquela entidade política a que Grã-Bretanha havia despojado em 1833. [...]. Por isso, as ações de 1982 escreviam um novo capítulo da façanha libertadora; a soberania continental se agregava agora a soberania insular. Seus protagonistas se revelam herdeiros do general San Martín e de Manuel Belgrano, e assim como estes colaboraram na independência do Chile, Bolívia, Peru, Uruguai e Paraguai, agora fariam o mesmo com os habitantes das ilhas.

Mesmo já fazendo parte do imaginário coletivo, a ação dos meios de comunicação ajudou na grande adesão popular à causa de abril de 1982, como ressaltado por Lorenz (2009:55-56) “ a sociedade foi bombardeada por ação psicológica dos meios de comunicação, jornais como La Prensa, La Razón, La Nueva Provincia, Convicción, Diario de Massera, usaram de um tom triunfalista, pejorativo sobre o adversário e que exaltava virtudes argentinas”, o que obteve uma resposta imediata, já que nos primeiros dias “praticamente não houvera câmara empresarial, sociedade local, partido político ou grêmio (que foram reprimidos no dia 30 de março) que não expressava sua adesão à recuperação de Malvinas embora em alguns casos, distinguindo este respaldo frente ao inimigo externo das críticas a ditadura militar”. Lorenz (2009) explica que o Partido Socialista dos Trabalhadores e o Partido Comunista Argentino declararam solidariedade com os soldados e com os exilados, salvo exceções como León Rozitchner e Osvaldo Bayer⁴², a posição da maioria era de apoio a ação, apesar de continuar denunciando os crimes da ditadura.

O apoio à tomada das ilhas partiu também dos partidos opositores. Guber (2012:32) explica que no dia 03 de abril, o jornal Clarín publicou uma matéria em que ressaltava que os cinco principais partidos políticos, Judicialista, Radical, Intransigente, Democrata Cristiano e o Movimento de Integración e Desarrollo deram “seu total apoio e solidariedade com a ação levada a cabo, e reitera sua decisão de respaldar todas as medidas condizentes com a consolidação da soberania argentina”, um apoio que a autora (20012:52) argumenta ter partido também de vários outros setores da sociedade:

⁴²Léon Rozitchner - filósofo e escritor argentino que produziu a obra *Las Malvinas: de la guerra sucia a la guerra limpia* (1985) - e Osvaldo Bayer – historiador e escritor argentino que se autodenomina um anarquista – oporam à guerra, por esta ser um empreendimento do governo da ditadura militar. A oposição à guerra, segundo Lorenz (2009:61), foi um gesto corajoso nesse momento, corroborando com o escritor Carlos Brocato que difundiu um texto opondo a guerra “Opor-se a guerra era um ato de valentia por vários motivos, porém profundamente, porque significava questionar um dos valores mais estabelecido na cultura republicana, que era a ideia da pátria”.

A Argentina se voltava íntegra ao Atlântico Sul, não somente com dinheiro. As empresas panificadoras doaram tortas empanadas; as ervaíras, ervas mate; camaras e empresas enviaram farinha, arroz e artigos não perecíveis (leite em pó, chocolate, latas de doce, etc.). Na província de Buenos Aires e no sul de Santa Fé e Córdoba, se realizaram leilões de gado, enquanto as províncias contribuíram com produtos que enviaram aos comandos de logística de cada força. Também, personalidades da televisão, do esporte e das artes doaram dinheiro e obras para leilão. Cidades e povos assistiam aos eventos “benéficos”: jornadas teatrais, partidas de futebol, corridas de carros, torneios de xadrez, apresentações de cinema, festivais de música popular.

O apoio de nomes famosos da música popular foi alvo de críticas, já que muitos músicos tinham uma posição clara de oposição ao governo. No dia 16 de maio de 1982, um evento de rock nacional, Festival de Solidariedade Latinoamericana, objetivou pedir a Paz nas Malvinas, fortalecer a solidariedade latino-americana e coletar alimentos para os soldados no front, reunindo mais de setenta mil pessoas. Participaram do festival nomes como León Gieco, Charly García, Luis Alberto Spinetta, Raúl Porchetto, Pappo, Juan Carlos Braglietto, entre outros. Duas bandas se negaram a participar, Los Violadores e Virus, sendo que a última, os integrantes tinham um irmão desaparecido. O ponto alto do festival foram os momentos em que foram cantadas músicas censuradas pela ditadura como: *Sólo le Pido a Dios* de León Gieco - composta por ele quatro anos antes, quando os governos ditatoriais, argentino e chileno, quase entram em guerra - que se tornou ícone desse novo momento histórico e *Algo de Paz*, de Raúl Porchetto, além de *Rasguña las Piedras* de Sui Generis, cantado por Charly García.

A adesão popular ao evento nas Malvinas foi tão significativa que segundo Guber (2012:52), o fundo do governo para a guerra arrecadou até o dia 15 de junho a soma de quinhentos e sessenta e nove bilhões de pesos. Um programa de tv, que permanecia no ar 24 horas, recebeu arrecadação de quase vinte e três milhões de pesos além de televisores, videografores, automóvel, joias, prótese dentária de ouro, medalhas e condecorações, etc. Outro fator que ressalta a mobilização popular no período da guerra foi um grande número de doações de sangue para serem levados para os soldados feridos.

O apoio popular, analisado por Lorenz (2012:67), só pôde se dar da forma que foi, mesmo durante um governo ditatorial, porque além do

sentimento nacionalista, foi também uma possibilidade de regeneração ou refundação social: “Para alguns a guerra foi a oportunidade de voltar a sair às ruas e fazer política. Para outros, se tratava de realizar ações solidárias no marco de uma tradição patriótica. Os argentinos tinham a oportunidade de voltar a encontrar-se unidos em um esforço comum”. Depois de tantos anos sem o direito de ir às ruas por uma causa, os dias da guerra foram a possibilidade de empreender novamente manifestações coletivas. Guber (2012:45-47) apresenta argumentos semelhantes aos de Lorenz ao ressaltar que: “A recuperação de Malvinas era coexistente e consistente com a recuperação da rua, o território político por excelência na Argentina”, e defende a relação do apoio e das doações com o objetivo de ajudar seus soldados: “A linguagem do parentesco impregnava a nação como único laço e canal plausível da unidade recriada” até porque “se o governo não revestia alguma legitimidade para seus governados-subalternos, ao menos a devoção era merecida em nome daqueles ‘filhos, sobrinhos, netos’ que defendiam a pátria”. Lorenz (2013:50) conclui que é um equívoco a ideia de que para recuperar a Argentina, primeiro devem recuperar as Malvinas:

Trata-se de dar um passo a mais: afirmar que não se fala de recuperação das Ilhas Malvinas, se não se recuperam primeiro tanto a capacidade de pensar coletivamente como de formular projetos emancipatórios, que são os que organizam as ações e as políticas de Estado. Parte dessa recuperação, sem dúvida, passará por descentrar as representações da Argentina, revalorizando experiências regionais distintas às que nos levam a representarmos discursivamente – e nos relatos históricos, políticos, traduzidos na organização espacial nacional – como o celeiro do mundo.

A ideia de Malvinas como um interesse nacional é falha conforme Palermo (2007:126) que defende que não existe um interesse nacional, mas uma multiplicidade de interesses e de opiniões “fomos outorgados às ilhas um valor (simbólico, político, cultural, e a atribuição de uma série de valores) descomunalmente superiores ao que realmente tem”, um valor que aumentou devido ao “derramamento de sangue em 1982”, porém a causa Malvinas para o autor, não é de forma alguma tão significativa para toda a sociedade quanto parece ser, e o exemplo disso está em seu menor apelo diante das novas gerações.

A análise da disputa diplomática e no front pelo território das Malvinas e da sua transformação em uma causa nacional nos mostram como o tema

está carregado de conflitos. Conflitos que se intensificaram após o confronto de 1982, quando entram em cena os grupos que vivenciaram de perto o conflito e que lutam pela consideração de seus relatos no âmbito das construções de memórias sobre a guerra. Nessa discussão tem participado não somente os diferentes grupos de ex-combatentes, mas também de familiares de soldados mortos, de intelectuais, de cineastas e outros setores da sociedade que vivenciaram a guerra à distância, apoiando ou criticando o seu empreendimento, o que não deixa de ser uma experiência relacionada ao conflito. Tais discussões marcaram tanto o desfecho da guerra como o início de uma luta bem mais extensa, a luta pela sobreposição de memórias.

1.4 Guerra pela memória

As discussões do pós-guerra das Malvinas implicam uma disputa pela construção da memória da guerra. Uma disputa que envolve governo, veteranos, familiares de soldados mortos, intelectuais, cineastas e vários outros setores da sociedade argentina. Ao analisar tais disputas, observamos o quanto estão ligadas a aspectos e anseios políticos, econômicos e sociais que caracterizam a Argentina, não somente do momento da guerra, mas principalmente da atualidade, do momento em que são construídas tais memórias. Dentro desses embates, há a tentativa de se construir uma memória oficial da guerra, mas que se depara com as memórias construídas por outros grupos excluídos do direito de se pronunciarem sobre suas próprias construções de memórias no início do pós-guerra, gerando debates conflituosos, mas importantes para a nossa análise, que tem como principal objetivo entender os conflitos gerados por tais construções e os objetivos, os anseios de cada grupo que participa de tal debate. Portanto do ponto de vista conceitual, minha pesquisa tem como eixo principal o estudo da memória relacionada à história.

A memória é transmitida através de narrativas e uma das formas de narrativa é a histórica, até porque como ressalta Beatriz Sarlo (2007:24). “não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração” e a História como disciplina remete a narração. Para Walter Benjamin a narrativa histórica é o resultado da relação experiência e memória e ao juntar os rastros os

restos da história oficial, os historiadores cumprem a tarefa de “narrador autêntico”, o que Gagnebin (2006:118) explica como “essa reunião paciente e completa de todas as almas do Paraíso, mesmo as mais humildes e rejeitadas”. A autora (2006:43-44) lembra dos estudos de Ricoeur que defendia que a História como disciplina remete a narração, na “reconstrução do passado sobre a base dos rastros deixados por ele”, sendo que o “rastro inscreve a lembrança de uma presença que não existe mais e que sempre corre o risco de se apagar definitivamente”. A memória utiliza frequentemente a imagem do rastro, pois a memória vive essa tensão entre a presença e a ausência, presença do presente que se lembra do passado desaparecido, mas também presença do passado desaparecido que faz sua irrupção em um presente evanescente.

Em “História e Narração em Benjamin”, Gagnebin (2004:17) explica que Benjamin defendia que a narração da historiografia dominante, fazendo se passar como universal, mostra as estratégias discursivas de dominação de uma classe, sendo que “Essa narração, por demais coerente, deve ser interrompida, desmontada, recortada e entrecortada”, dentro de um processo que ele chama de obra de salvação do Ursprung (origem), uma obra de “destituição e de restituição, de dispersão e de reunião, de destruição e de construção”. Apenas através desse processo a atividade narradora resistiria a tentação de preencher as lacunas do passado, deixando o inacabado, respeitando a sua “irredutibilidade” e a “imprevisibilidade do presente”. Para isso é fundamental entender a relação passado e presente que está no cerne da memória. Gagnebin (1993:15-16) analisa tal relação ao apresentar as concepções de Benjamin sobre o tema, em seus estudos sobre as obras de Proust:

A grandeza das lembranças proustianas não vem de seu conteúdo, pois a bem da verdade a vida burguesa nunca é assim tão interessante. O golpe de gênio de Proust está em não ter escrito ‘memórias’, mas, justamente, uma ‘busca’ das analogias e das semelhanças entre o passado e o presente. Proust não reencontra o passado em si – que talvez fosse bastante insosso -, mas a presença do passado no presente e o presente que já está lá, prefigurando no passado, ou seja, uma semelhança profunda, mais forte do que o tempo que passa e que se esvai sem que possamos segurá-lo. A tarefa do escritor não é, portanto, simplesmente relembrar os acontecimentos, mas “subtraí-los às contingências do tempo em uma metáfora”,

Ou seja, um acontecimento lembrado rompe limites no tempo, é “a presença do passado no presente” que Seixas (2004:49) defende como o fundamento da memória, pois “o passado que ‘retorna’ de alguma forma não passou, continua ativo e atual, portanto muito mais do que reencontrado, ele é retomado, recriado, reatualizado”. Portanto, quando a memória introduz o passado no presente, ela estará o atualizando, o construindo, ao invés apenas de o resgatando. Para Gagnebin (1993:16), Benjamin ressalta a importância da estética proustiana na metodologia do historiador que “transforma o passado porque este assume uma forma nova, que poderia ter desaparecido no esquecimento”, mas, também, tem papel fundamental no momento da pesquisa, pois “transforma o presente porque este se revela como sendo a realização possível dessa promessa anterior, que poderia ter-se perdido para sempre, que ainda pode se perder se não a descobrimos, inscrita nas linhas do atual”.

Para Walter Benjamin (1993:224-225) o processo ativo de rememoração fundado na experiência, expressa a possibilidade de compreensão do passado e de construção de narrativas históricas que podem constituir em ações ativas no presente, ou seja, olha-se para o passado na sua articulação com o presente, pois “o dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que, também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer”. Como ressalta a professora Nancy Alessio Magalhães (26), dentro da perspectiva de Benjamin:

Interessa-nos explicitar mais o que exprimem aqueles sujeitos que foram silenciados pela memória dominante, excluídos da cena histórica, escrita e visual, suas experiências, perspectivas, visões de mundo, sobretudo percepções de temas, problemas e questões, ainda enfrentados, não resolvidos no mundo de hoje. Fazer transparecer, mais e mais, sensações de perda, necessidades de reconstrução e sobrevivência, no cotidiano do quase imperceptível exercício de poderes, do poder que existe em ser assim e agir assim.

Assim, há que recuperar os projetos sonhados e não construídos, ou construídos e vencidos no passado para evitar que caiam no esquecimento, por isso é fundamental sua reconstrução, não em narrativas heroicas, mas ao contrário, o narrador deve ser, segundo Gagnebin (2006:52), como um catador de sucata e lixo, aquele que recolhe restos e detritos, portanto não tem por

objetivo recolher grandes fatos e sim “deve muito mais apanhar tudo aquilo que é deixado de lado como algo que não tem significação [...] que a história oficial não sabe o que fazer ou até mesmo tenta apagar”, ressaltando em sua pesquisa o que “foi esquecido, que não teve direito à lembrança”.

Nessa perspectiva, é papel do historiador contrapor seus estudos e perspectivas à memória oficial, retomando aquilo que foi desprezado, relegado ao esquecimento e buscar espaços para as memórias de pessoas e grupos que tiveram seus projetos preteridos ou derrotados, tiveram suas lutas interrompidas ou vencidas enfim, é preciso reabrir aquilo que a história oficial fixou como tal. Tal reabertura é empreendida a partir de processos de rememoração daquelas experiências que pareciam perdidas, mas que quando retomadas, ressurgem enquanto possibilidades de redenção e de reparação de tudo aquilo que poderia ter sido e que não foi.

Tema abordado também em outro interprete de Benjamin, Michael Lowe (2005:15), quando ele analisa as teses “Sobre o conceito de História” e entende que a concepção de História para o filósofo “constitui uma forma heterodoxa de relato da emancipação: inspirando-se em fontes messiânicas e marxistas, ele utiliza a nostalgia do passado como método revolucionário de crítica do presente”. O autor (2005:51-53) vê na perspectiva de história benjaminiana a defesa da redenção dos grupos oprimidos no passado, através da rememoração e com o objetivo de promover transformações no presente: “É preciso para que a redenção aconteça, a reparação” através da realização dos objetivos pelos quais lutaram as gerações vencidas e que não conseguiram alcançar, portanto a tarefa do historiador não se reduziria apenas a salvar do esquecimento aqueles que foram desprezados pela história oficial, mas levar adiante sua luta e vencê-la, numa realização de uma utopia social, já que a disputa no campo da memória tem sido vencida quase sempre pelas memórias oficiais de grupos hegemônicos, ou seja, o historiador deve se voltar “ao mesmo tempo para o passado – a história, a rememoração – e o presente: a ação redentora”.

A pesquisa que se propõe a trabalhar com a oposição “memória dominante” ou “oficial” e “memória dominada” ou “subterrânea” analisada pelos interpretes de Benjamin, tem que considerar a complexidade do tema e problematiza-lo. De acordo com Verena Alberti (2004:38), a oposição entre ‘memória dominante’ e ‘memória dominada’ não é cristalina, imutável, estanque,

como bem exemplifica Michael Pollak sobre um caso da Segunda Guerra Mundial, em que a memória do gaullista, que é membro da Resistência ‘dominado’ pelos nazistas, passa a ser a memória ‘dominante’, “porque ganhou, dos comunistas a disputa pela ‘memória oficial’”. Para Alberti (2004:39):

Para evitar a polarização simplificadora entre memória “oficial” ou “dominante” de um lado, e memória “genuína” ou “dominada”, de outro, é preciso ter em mente, portanto, que há uma multiplicidade de memórias em disputa. O próprio Pollack chamou a atenção para isso, quando observou “a existência, numa sociedade, de memórias coletivas tão numerosas quanto as unidades que compõem a sociedade”. Robert Frank, seu colega no Institut d’Histoire du temps Présent, propôs uma classificação em quatro níveis, que vai desde a memória oficial da nação, passando pela memória dos grupos (dos atores, dos partidos, das associações, dos militantes de uma causa, etc.) e pela memória erudita (dos historiadores), até a memória pública ou difusa. Alessandro Portelli, finalmente, chama a atenção para o fato de, em sociedades complexas, os indivíduos fazerem parte de diversos grupos e, portanto, deles extraírem as diversas memórias e organizá-las de forma idiossincrática.

Alberti (2004:39) cita também o caso da análise de Portelli (1996) sobre o massacre de Civitella Val di Chiana - em que 115 civis italianos foram mortos em um único dia pelos alemães em junho de 1944 - como exemplo de que a complexidade do tema memórias em disputa, não cabe dentro de polarizações “Portelli fala da memória dividida, mas isso não significa um conflito entre ‘memória comunitária pura e espontânea’ e aquela ‘oficial’ e ‘ideológica’”, e sim de “uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas de uma forma ou de outra, ideológicas e culturalmente mediadas. Essa diversidade constitui, portanto, a melhor alternativa para evitarmos a polaridade simplificadora entre ‘memória oficial’ e ‘memória dominada’”.

Outro aspecto a ser considerado na análise do campo das disputas pela memória é que são as demandas do presente que nos fazem entrar na disputa pela representação do passado, até porque, segundo Lowe (2005: 60-61), ao analisar as teses de Benjamin, “O passado é iluminado pela luz dos combates de hoje, pelo sol que se levanta no céu da história”, ou seja, “o presente ilumina o passado e o passado iluminado torna-se uma força no presente”. Os combates do presente é que fazem os grupos sociais buscarem no passado a força para a mudança, a transformação. As discussões pós-guerra em torno das memórias construídas sobre

a Guerra das Malvinas é um exemplo de que demandas do presente tem um importante papel na forma que determinado acontecimento do passado é lembrado. A luta dos ex-combatentes pelo reconhecimento da sociedade, por ressarcimento financeiro e moral, assim como de familiares de combatentes mortos, pela legitimidade da batalha que ceifou a vida de seus filhos, reivindicando a heroicidade e o sentido para essa grande perda, são exemplos de como demandas do presente levam a construções e reconstruções de memória sobre um acontecimento e conseqüentemente a conflitos. Como defende Pollack (1989) “sobretudo, a lembrança de guerras ou de grandes convulsões internas remete sempre ao presente, deformando e reinterpretando o passado”.

Os diferentes grupos que defendem diferentes construções de memória sobre a guerra, estão, portanto, não apenas disputando o passado, as formas de lembrar o conflito, mas estão disputando o presente, questões que implicam politicamente, economicamente e socialmente os interesses de cada grupo na Argentina da atualidade, o que é analisado por Seixas (2004: 42)

A memória é ativada visando, de alguma forma, ao controle do passado (e, portanto, do presente). Reformar o passado em função da presente via gestão da memória significa, antes de mais nada, controlar a materialidade em que a memória se expressa (das relíquias aos monumentos, aos arquivos, símbolos, rituais, datas, comemorações...) Noção de que a memória torna poderoso (s) aquele (s) que a gere (m) e controla (m).

Beatriz Sarlo (2007) inspirada em Benjamin, vê a memória como redenção das opressões do passado, com vistas a mudar o presente, sendo como um impulso moral da história, além de ser uma de suas fontes, contudo, alerta para fatores que implicam cuidado ao trabalhar com a memória: primeiramente deve-se desconfiar de um discurso da memória como construção de verdade; estar atento para o fato de que o ressarcimento feito de memória induz a uma relação afetiva com o passado, o que não é compatível com uma análise problematizadora do mesmo; é importante, também, ter consciência sobre a dimensão coletiva da memória e por último, atentar-se para o fato de que o excesso de memória pode conduzir a uma nova guerra. Nesse sentido, a análise problematizadora dos relatos orais, não implica na desvalorização do testemunho oral, mas ressalta o cuidado necessário a qualquer

outra fonte, independente desta implicar uma reparação à vítima depoente, como ressalta Sarlo (2007:42-43)

[...] o valor de verdade do testemunho pretende se sustentar no imediatismo da experiência; e sua capacidade de contribuir para a reparação do dano sofrido [...] a localiza naquela dimensão redentora do passado que Benjamin exigia como dever messiânico de uma história antipositivista. [...] Contudo, é preciso problematizar a extensão dessa hegemonia moral, sustentada por um dever de ressarcimento, feito, sobretudo, de memória [...] o dever de memória induz uma relação afetiva, moral com o passado, pouco compatível com o distanciamento e a busca de inteligibilidade que são o ofício do historiador.

A importância de se buscar as memórias desses testemunhos pode ser eficiente para evitar que se repitam acontecimentos que macularam e marcaram a história de um povo ou para que se promova a reparação, porém esse objetivo não impede que tais testemunhos sejam questionados e problematizados. Sarlo (2007: 47) alerta que “A confiança nos testemunhos das vítimas é necessária para a instalação de regimes democráticos e o enraizamento de um princípio de reparação e justiça”, porém “esses discursos testemunhais, sejam quais foram, são discursos e não deveriam ficar confinados numa cristalização inabordável”, até porque, existem outras narrações sobre o mesmo tema que a autora (2007) ressalta não estarem protegidos pela inatingibilidade.

A questão é que independente de questões metodológicas de análise do depoimento das testemunhas, a busca pelas memórias relegadas visa, acima de tudo, a luta contra o esquecimento, o que é analisado por Gagnebin (2006:47) ao citar o objetivo de Hitler, que ao querer eliminar todo um povo desejava destruir uma face da história e da memória: “o esquecimento dos mortos e a degeneração do assassinio permitem, assim, o assassinato tranquilo, hoje, de outros seres humanos cuja lembrança deveria igualmente se apagar”. Porém tal empreendimento nunca se dá de forma eficiente, de acordo com Beatriz Sarlo (2007:10), que acredita que uma família, um governo ou um Estado podem até tentar proibir a memória de um determinado acontecimento, mas só de maneira ineficiente, ou então tentando eliminar todo um povo, coisa que nem Hitler conseguiu: “Em condições subjetivas e políticas ‘normais’, o passado sempre chega ao presente”. Segundo Michel Pollack (1989) “Assim como as razões de um tal silêncio são compreensíveis no caso de antigos nazistas ou de milhões de simpatizantes do

regime, elas são difíceis de deslindar no caso das vítimas”, mas ocorre também, que “o longo silêncio do passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais”.

Ou seja, o silêncio é compreensível para os opressores e seus simpatizantes, mas toma outras formas quando se trata das vítimas, que mesmo ao optar pelo silêncio, não está optando pelo esquecimento, mas apenas apresentando mais uma forma de resistência diante dos discursos oficiais, sendo que para Pollack (1989), “o intervalo pode contribuir para reforçar a amargura, o ressentimento e o ódio dos dominados”. A questão do esquecimento no que diz respeito a memória da Guerra das Malvinas apresenta algumas complexidades. Em alguns períodos a memória oficial visava o esquecimento da guerra, em outros o esquecimento apenas de determinados aspectos que caracterizaram a guerra. No momento imediato ao final do conflito, não somente o governo, ainda da ditadura militar, mas também parte da sociedade argentina desejava o silêncio e o esquecimento sobre algo que naquele momento era considerado um empreendimento “desastroso” da Junta Militar, com o aval da própria sociedade que apresentou seu apoio a tomada das ilhas logo que esta foi anunciada no dia 02 de abril de 1982.

As consequências da guerra, os jovens mortos e feridos e especialmente, a derrota, caiu como um fardo pesado demais para uma sociedade que diante de sua meia-culpa preferiu o “silêncio”. Silêncio que se configurou em exclusão daqueles grupos, os quais o esquecimento não era uma tarefa tão simples: veteranos e familiares de soldados mortos. Grupos que reagiram diante da política do esquecimento, se unindo em associações e lutando para que suas vozes fossem ouvidas e consideradas dentro de construções de memórias oficiais. União que se mostrou frágil com o passar dos anos pós-guerra, quando grupos de veteranos e associações de familiares mostraram divergências na forma de construir suas memórias, o que tem gerado um longo conflito.

Gabnebin (2006:100-101) lembra a defesa que Adorno faz da luta contra o esquecimento, que não se trata de atividades comemorativas, solenidades ou do chamado ‘resgate’, mas uma luta que vença o desejo de esquecer, que não é aquele natural e necessário de Nietzsche, “mas existem também outras formas de esquecimento, duvidosas: não saber, saber, mas não querer saber, fazer de conta que não sabe, denegar, recalcar”. A autora (2006:102) não identifica em Adorno “qualquer sacralização da memória”, mas a defesa do esclarecimento como

na passagem “O que sem dúvida importa realmente é a maneira pela qual o passado é tornado presente; se se permanece na mera recriminação ou se se resiste ao horror através da força de ainda compreender o incompreensível”, ou seja, esse passado rememorado não objetiva a acusação, a recriminação, o “círculo viciosos da culpabilidade”, porque o “culpado continua preso na justificação” e o acusador “gaba-se de não ser o culpado”, mas “a questão candente, a única que deveria orientar o interrogatório ou a pesquisa, evitar que ‘algo semelhante’ possa acontecer agora, no presente comum ao juiz e ao réu, não é nem sequer mencionada”. Para Adorno, devemos buscar no passado uma análise esclarecedora, que evite que determinados acontecimentos se repitam no presente. Conforme Gagnebin (2006:105), isso significa que quando o sujeito permanece no círculo da culpabilidade, autoacusação, autojustificação, permanece no passado, em vez de enfrentar o presente, e que é importante o lembrar ativo, a tentativa de compreender e esclarecer o passado e o presente em “Um trabalho que certamente lembra dos mortos, por piedade e fidelidade, mas também por amor e atenção aos vivos”.

Outro importante motivador de conflitos no que diz respeito a memória é a tentativa enquadrá-la. Pollack (1989) explica que as memórias coletivas - que ele acredita ter sido abordada por Halbwachs sob um viés positivo⁴³ - se assemelham à memória nacional no seu objetivo “mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações, etc.”, ou seja, promove um enquadramento da memória, com o objetivo de manter a coesão de grupos sociais: “manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso de Estados), eis as duas funções essenciais”. A memória coletiva seria para o autor (1989), uma memória enquadrada. Esse enquadramento da memória tem como base a história e como o material histórico é constantemente reinterpretado em função do presente e do futuro, o autor (1989) defende que tal processo é contido, com o objetivo de manter a credibilidade que se exige dos discursos de memória desses grupos: “Esse trabalho de enquadramento da memória tem seus atores

⁴³De acordo com Pollack (1989), “Na abordagem durkheimiana, a ênfase é dada à força quase institucional dessa memória coletiva, à duração, à continuidade e à estabilidade. Assim também, Halbwachs, longe de ver nessa memória coletiva uma imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica, acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo, donde o termo que utiliza, de ‘comunidade afetiva’”.

profissionalizados [...] Esse papel existe, embora de maneira menos claramente definida, nas associações de deportados e ex-combatentes”.

Pollack (1989) lembra sua pesquisa sobre os sobreviventes de Auschwitz-Birkenau, quando uma das responsáveis pela associação disse “O senhor deve compreender que nós nos consideramos um pouco como as guardiãs da verdade”, o que lhe revelou o controle da imagem que se tem em uma associação como essa, justificando a escolha que os responsáveis fazem de quais testemunhas são adequadas para serem entrevistadas pelo pesquisador. O que de acordo com o autor (1989), explica o motivo de criminosos, prostitutas, ciganos, homossexuais, etc., tenham sido evitados na maioria das “memórias enquadradas” sobre o Holocausto, tendo tão pouco espaço na historiografia, ao contrário das outras vítimas, os judeus. Porém por mais sólida que uma instituição seja, não há uma total segurança de sua perenidade, como observa Pollack (1989) ao ressaltar que quando essas inúmeras memórias coletivas, enquadradas, se integram bem à memória nacional, oficial, dominante, não há problemas de coexistência, porém quando se trata das memórias subterrâneas, analisadas pelos interpretes de Benjamin, é um terreno fértil para os conflitos “Aquele que com os instrumentos da história oral, parte das memórias individuais, faz aparecer os limites desse trabalho de enquadramento e ao mesmo tempo, revela um trabalho psicológico do indivíduo que tende a controlar as feridas, as tensões e contradições entre a imagem oficial do passado e suas lembranças pessoais”.

Verena Alberti (2004:38) argumenta que a questão levantada por Pollack (1989) atesta a complexidade do que são as disputas pela memória. Uma associação de sobreviventes de um campo de concentração, que é, por excelência, considerado um grupo “dominado”, pode elaborar uma memória considerada “dominante”, “quando, contactada por Pollack, seleciona e indica os membros que podem ser entrevistados: apenas aqueles cujos testemunhos não entram em choque com a imagem que a associação quer passar de si mesma e da história dos deportados, excluindo-se os que foram deportados por crimes, por homossexualismo e por prostituição”.

A complexa trama no campo das memórias que leva aos conflitos é analisada por Paula Hamilton (1998:85) que cita um exemplo de uma reunião de família e ressalta que “ocorrem os maiores conflitos quando as pessoas

insistem que as lembranças dos outros sejam iguais às suas”, o que Pollack (1998) definiu como a tentativa de enquadramento da memória:

Reuniões e aniversários são frequentemente fóruns de áspersos debates entre os participantes sobre a memória de um evento, mesmo quando todos os testemunharam. Eles discutem o que se passou e que interpretação dar à experiência, o que costuma ser negociado pelo processo coletivo da rememoração. David Thelen nos lembra que “como as memórias das pessoas conferem segurança, autoridade, legitimidade e, por fim, identidade ao presente”, não é de surpreender que “os conflitos acerca da posse e da interpretação das memórias sejam profundos, frequentes e áspersos”.

Conflitos fazem parte do complexo campo das memórias, onde a luta por sua “posse” e “interpretação” vão da dimensão do núcleo familiar a temas que envolvem toda uma nação. Quando se fala em conflitos no campo da memória na Argentina é inevitável abordar o período pós-ditadura militar (1976-1983), em que vítimas da repressão e familiares dos desaparecidos continuam lutando para manterem a memória do que foi o regime. Uma das primeiras manifestações públicas contra a repressão do governo militar foram as Madres de la Plaza de Mayo⁴⁴, que iniciaram suas reuniões em 1977 na Praça de Mayo, em frente a Casa Rosada, pedindo informações sobre os seus filhos desaparecidos e continuou no pós-ditadura, buscando manter viva a memória da repressão, responsável pelo desaparecimento de filhos e netos. Sarlo (2007:20) ressalta a importância da existência desses grupos que lutam pela memória da ditadura e defende que “A memória foi o dever da Argentina posterior à ditadura militar e o é na maioria dos países da América Latina”, sendo que as vítimas, sobreviventes e familiares de desaparecidos, tiveram um papel fundamental ao possibilitarem a condenação do terrorismo de Estado: “os atos de memória foram uma peça central da transição democrática” e por isso, “nenhuma condenação teria sido possível se esses atos de memória manifestados nos relatos de testemunhas e vítimas, não tivessem existido”.

⁴⁴Hoje organizadas em uma associação, as Madres de la Plaza de Mayo um grupo formado por mães e avós de detidos e desaparecidos da ditadura militar argentina (1976-1983) que começou suas reuniões no dia 30 de abril de 1977. Nesse dia 14 mães iniciam uma manifestação dando uma volta na praça, pedindo informações de seus filhos desaparecidos. O movimento se tornou notório na luta pelos direitos humanos e se converteu em uma associação, cuja reunião acontecia todas as quintas-feiras na mesma praça, às 15:30, continua ainda hoje, 35 anos depois, com o mesmo ritual de dar a volta na pirâmide e cantar hinos e frases de efeito que ressaltam a luta pela memória e contra o esquecimento.

A memória da ditadura militar na Argentina tem sido objeto de discussões acirradas entre grupos que defendem o lembrar e os grupos que defendem o esquecimento para centrar em outros temas e objetivos dentro da sociedade Argentina, o que para Sarlo (2007: 20) apenas apresenta o caráter conflituoso que é o campo da memória: “É evidente que o campo da memória é um campo de conflitos entre os que mantêm a lembrança dos crimes de Estado e os que propõem passar a outra etapa, encerrando o caso mais monstruoso de nossa história”, conflito cada vez mais acirrado, já que tem se fortalecido grupos “ que afirmam ser o terrorismo de Estado um capítulo que deve permanecer juridicamente aberto, e que o que aconteceu durante a ditadura militar deve ser ensinado, divulgado, discutido, a começar pela escola”.

Assim como na Argentina, as discussões a respeito da memória da ditadura militar (1964-1985) no Brasil são marcadas pelo conflito. Diferentes setores da sociedade argumentam pela memória e pelo esquecimento, enquanto a ausência de uma política da memória, como a empreendida atualmente na Argentina, tem proporcionado, entre outros embates, o surgimento de grupos que pedem o retorno dos militares ao poder. Os autores da obra *Depoimentos para a História – A resistência à ditadura militar no Paraná* (2014), Narciso Pires e Silvia Calciolari, argumentam o papel da “falta da memória” no surgimento desses grupos e ressaltam como se dá a disputa pela memória no campo ideológico:

Mesmo quando a classe trabalhadora, a duras penas, conquista um direito, com o tempo a própria classe dominante que foi obrigada a fazer a concessão, transforma aquela concessão em um ‘ato de sua vontade’, concedido pela sua benevolência, não como resultado de um processo de luta. Porque a memória é uma disputa ideológica. Porque se a classe trabalhadora, os oprimidos desse país e do mundo descobrirem um dia que cada conquista foi resultado de muito sangue, de muitas lágrimas e de muito suor, ela vai saber que para mudar precisa se unir, se organizar, se mobilizar. Por isso a memória é um processo em disputa. Até agora nós tivemos praticamente a história contada pela ditadura. Foi a nossa resistência que veio mudando isso.⁴⁵

A compreensão da hegemonia de memórias oficiais no âmbito da historiografia tradicional é fundamental no processo da pesquisa, para

⁴⁵MEMÓRIA é uma disputa ideológica, dizem autores de livro sobre a ditadura. Buenos Aires, 2014. Disponível em <<http://www.forumverdade.ufpr.br/blog/2014/06/18/memoria-e-uma-disputa-ideologica-dizem-autores-de-livro-sobre-a-ditadura/>>. Acesso em 12 abr.2015.

construir-se narrativas históricas que podem constituir em ações ativas no presente, como a proposta pelos autores Pires e Calciolari. A questão é que quando se analisa as construções de memória sobre um determinado acontecimento inevitavelmente nos deparamos com os conflitos decorrentes de tais lembranças. Michel Pollack (1989) ressalta que atualmente os objetos de pesquisa são escolhidos preferencialmente onde existe “conflito e competição entre memórias concorrentes” e que esses conflitos se tornaram os temas prediletos de pesquisadores por estarem relacionados às “verdadeiras batalhas da memória” que temos presenciado. O autor (1989) cita exemplos recentes desses conflitos ao lembrar que quando Nikita Krushev, no XX Congresso do PC na União Soviética, denunciou os crimes de Stalin pela primeira vez houve uma reviravolta que culminou com a desistalinização que em um primeiro momento, não conseguiu se impor, mas que reemergiu 30 anos depois no governo de Gorbachev. O processo abriu espaço para ressentimentos que nunca puderam ser expressos e de acordo com Pollack (1989) “Uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória”.

Assim como no exemplo citado por Pollack (1989) na União Soviética, os conflitos pela memória de dois dos mais pesquisados acontecimentos do século XX têm se configurado ainda hoje. A Primeira e a Segunda Guerra Mundial têm produzido, mesmo depois de mais de 100 anos do desfecho da primeira, episódios que são marcados por disputas pela construção da memória. Em 2014 a União Europeia se recusou a fazer uma comemoração em comum por causa das divergências entre as formas que as nações integrantes entendem a Primeira Guerra. Em matéria do Jornal O Público de Portugal o investigador Pierre Purseigle ressaltou que: “Percebe-se que as instituições europeias estão relutantes em abordar a História e memória da I Guerra Mundial. Mas espero que a Comissão e o Parlamento Europeu em particular não tenham ainda desistido deste centenário”⁴⁶. A matéria cita um exemplo do conflito que impediu uma comemoração conjunta no centenário da Primeira Guerra Mundial. O ministro da Educação da Grã-Bretanha, Michael Gove, causou polêmica ao declarar que o “desapiedado e agressivo expansionismo” alemão,

⁴⁶BARATA, Clara. *Quando a memória é ela própria uma guerra*. Buenos Aires, 2014. Disponível em: <<http://www.publico.pt/mundo/noticia/quando-a-memoria-e-ela-propria-uma-guerra-1621074>>. Acesso em 22 mar. 2015.

entre 1914-18, deveria ser sempre lembrado, assim como foi legítima a reação britânica durante a guerra. Na mesma oportunidade, o ministro acusou a série do ator Rowan Atkinson - que através do humor, criticava o papel de generais britânicos durante a Primeira Guerra - de fomentadora de “mitos não patrióticos” e de estar aliada ao revisionismo de historiadores de esquerda. Tais declarações geraram polêmica e reforçaram a impossibilidade de uma ação conjunta no que diz respeito a eventos europeus para lembrar a guerra, impossibilidade que sugere como “A memória da guerra pode ser quase tão conflituosa como a própria guerra”⁴⁷.

Já Porteli (1996) apresenta um exemplo relacionado à Segunda Guerra onde se dá um embate no campo da memória. Segundo o autor (1996), no dia 29 de junho de 1944 as tropas de ocupação alemã mataram 115 civis, homens da cidade de Civitella Val di Chiana, na Toscana. Mulheres e crianças se refugiaram na mata e ao voltarem encontraram seus maridos atingidos na cabeça. As mulheres recolheram os corpos, construíram os caixões e os sepultaram. De acordo com Porteli (1996:105), ao analisar a obra de Giovanni Contini, diante desse acontecimento, houve uma “memória dividida”, sendo que a memória “oficial” apresenta o massacre como um exemplo de resistência ao fascismo e suas vítimas como mártires da luta pela liberdade, enquanto a memória criada e preservada pelos sobreviventes, as mulheres e crianças, eram direcionadas pela perda pessoal, pelo luto “essa memória não só nega qualquer ligação com a Resistência, como também culpa seus membros de causarem com um ataque irresponsável a retaliação alemã”.

Portanto, enquanto a memória oficial foi construída para ressaltar um “exemplo de resistência contra as tropas alemãs”, as memórias subterrâneas dos moradores, relegadas ao esquecimento por esta memória oficial, divergiam completamente desta, ao culparem membros da Resistência local, que mataram soldados nazistas e deixaram a população vulnerável a retaliação alemã. São diferentes memórias que o autor (1996:106) relata estarem em choque até a atualidade “até mesmo choque corporal, uma vez que a população local entendia as celebrações oficiais em nome da Resistência, como uma violação de suas memórias e perdas”.

Outro exemplo de disputa no campo da memória é dado pelo historiador Jonathan Grossman (2000) que analisa o papel da Comissão de Verdade e

⁴⁷Ibidem.

Reconciliação (CVR) na África do Sul logo após o fim do regime apartheid. O autor (2000:19) explica que o objetivo da comissão era a reparação de danos sofridos pelas vítimas do regime através da investigação de violações de direitos humanos ocorridos durante o apartheid, mas apesar de muitas das iniciativas da CVR respeitar a dignidade da vítima, a comissão não fala “de sua luta, nem de sua percepção do rumo que o futuro deve tomar. Esse esforço está direcionado sobretudo para que os depoentes falem de suas dores na condição de vítimas, tendo como meta última e predeterminada a reconciliação nacional” e ao agir dessa maneira “a CVR está reforçando e difundindo cada vez mais uma visão autoritária da história, na qual a ação das massas torna-se o pano de fundo contra o qual indivíduos famosos são iluminados como os construtores da história”. Essas testemunhas foram colocadas como vítimas passivas do sistema opressor, já que suas ações de luta, sua sobrevivência e resistência que os fazem ativos na construção desse acontecimento histórico, são ignoradas no relato da comissão.

Diante desse quadro, em que não podiam depor expondo sua participação ativa contra o apartheid, Grossman (2000:19) explica que muitos ex-militantes preferiram silenciar-se para preservar suas experiências: “O silêncio é escolhido para proteger a memória”. A CRV que buscava um discurso vitimizador, por acreditar que esse seria um dos fatores a facilitar o processo de reconciliação pós-regime, acabou gerando com isso, ressentimentos e resistências de parte da sociedade sul africana, tornando mais complexa tal reconciliação. Além disso, para Grossman (2000:23), negar o papel ativo desses militantes nesse processo de luta coloca em risco o futuro do país e deslegitima a importância da experiência desses trabalhadores que foram ativos dentro do processo histórico: “O barulho que fizeram ecoou e amplificou as esperanças de milhões de pessoas em todo o mundo. Na realidade de sua interferência está a base para cada mudança progressista na África do Sul”.

O conflito pela memória da Guerra das Malvinas durante o pós-guerra tem se tornado um tema inevitável quando se fala de Malvinas. Quando se imaginava que o fim da guerra era o 14 de junho de 1982, presenciemos o início de outro conflito, mais extenso e mais complexo que o que se deu no front: a disputa pela memória da guerra. Os trinta e três anos pós-guerra tem sido palco do surgimento de diferentes discursos a respeito da melhor forma de lembrar o conflito. Há grupos que pedem a memória “completa” das causas e do

desenvolvimento, inclusive o papel da ditadura militar em seu empreendimento, além dos relatos de abusos de oficiais argentinos contra seus próprios soldados, há também grupos que defendem a memória da guerra, mas advogam pelo esquecimento - no que diz respeito àqueles que a iniciaram e aos abusos cometidos no front pelos oficiais - ao defenderem centrar na legitimidade da luta contra a ‘invasão imperialista’ no Atlântico Sul, assim como há grupos que defendem o esquecimento do conflito e a reclamação pela soberania nas Malvinas e que o país se volte para seus problemas internos e suas relações exteriores, que consideram estarem abaladas pela insistência em discutir o assunto. São grupos de ex-combatentes, que vivenciaram a guerra no front, mas também, grupos como as famílias dos mortos na guerra, grupos de intelectuais argentinos, artistas, cineastas, entre outros grupos sociais. Conforme Ansalti (2012:15), com Malvinas ocorre “uma tensão muito forte entre memória e esquecimento”, principalmente pela relação da guerra com a ditadura militar:

Memória da guerra, dos mortos, dos direitos argentinos, esquecimento da inseparável relação entre Estado Terrorista de Seguridade Nacional e declaração da guerra, que foi um eixo não desconectado dos crimes de lesa-humanidade e o desaparecimento de milhares de homens e mulheres e de apropriação de centenas de meninos. Ali radica o nó da questão: toda reivindicação do 2 de abril é, necessariamente e mal que pese, uma reivindicação de um ato da ditadura (não digo da ditadura, senão do ato dela, algo bem distinto), independente da intenção de quem a promoveram e manteram.

Essa inseparável relação ditadura militar/Guerra das Malvinas, chamada pelo autor (2012) de o nó da questão, é o principal fator de discussões e conflitos na construção da memória da guerra. Para Ansalti (2012:17), “Se trata de uma confrontação por definir o conteúdo do que tem de recordar e por extensão, o que tem de esquecer. Posto em outros termos, existe um conflito de memórias – ou memórias em conflito – pois não existe uma única memória, senão a pluralidade de memórias em confrontação”. Essa pluralidade de memórias em confrontação que buscam definir o que recordar e o que esquecer, também buscam espaço dentro da sociedade. Para Ansalti (2014:17), ao contrário da memória da ditadura militar, a da Guerra das Malvinas ainda é relegada dentro da memória coletiva da sociedade argentina:

Se a memória da ditadura e sua brutal violação dos direitos humanos está relativamente presente na memória coletiva, não ocorre o mesmo com o outro processo desgarrador vivido pela sociedade argentina – também ele, estritamente vinculado com a ditadura, da qual terminou sendo coveiro -, da Guerra das Malvinas. Este eixo traumático tem sido, até hoje, muito menos processado que a ditadura. A desaprovação do Estado e de boa parte da sociedade pela sorte corrida dos jovens soldados, de então, que sobreviveram a contenda, é outro bom indicador da tensão entre a memória e o esquecimento. [...] Talvez, está [sociedade] – ou parte considerável dela- encontra nos soldadinhos de 1982 o recorde do apoio que brindou aos ditadores na ocasião da ocupação militar das ilhas, recorde que prefere esquecer. Possivelmente, também, queira esquecer a derrota. A reivindicação da soberania argentina sobre Malvinas – parte substantiva do imaginário social – se entremescla com um ato repudiável – pela forma em que se gestou e desenvolveu a guerra e pelas mentiras transmitidas pelos ditadores ao povo e, sem dúvida, pela derrota – que se associa com crimes do Estado terrorista.

Ansaldi (2012) entende que a relação de “desprezo” da sociedade argentina para com esse acontecimento e pelas memórias que são construídas sobre ele, fazendo com que esse eixo traumático fosse muito menos processado do que a ditadura, pode ser um artifício para o esquecimento de sua meculpa no empreendimento de um acontecimento que foi resignificado como desastroso para o país. Ao buscarem o esquecimento da guerra, ignoram o destino dos homens que voltaram dela e se distanciam ainda mais da reivindicação pela soberania das ilhas. Para Guber (2012:115), a Argentina tem essa dívida para com a Guerra das Malvinas por não ter elaborado uma política da memória e simplesmente descartá-la, sendo que os argentinos

se viram expostos, com sentidos experienciais sumariamente contraditórios, às versões dominantes que ‘recordavam’ ‘Malvinas’ como um fiasco e uma loucura irresponsável, isto é, como um passado nefasto que somente convida ao terror, jamais à compreensão [...] não haver elaborado uma política da memória sobre a única guerra argentina do século, isto é, descartá-la como sem razão, reduziu em sua emergência agitada e intempestiva, frequentemente em aparência ‘irracional’, ainda por parte de quem chegou a representar a firmeza moral ante a maré patriótica.

Nessa luta pela sobreposição de uma memória sobre a outra, Federico Lorenz (2013) destaca quatro construções memorialísticas. Uma das memórias construídas tem cunho patriótico nacionalista, que tem grande força

popular, e na qual a guerra figura entre outros conflitos bélicos argentinos, como a guerra da independência, deixando o fracasso de lado para enaltecer a pátria e seus heróis. Lorenz (2012:313) ressalta que essa versão pode ser identificada na Circular do Ministério da Educação do dia posterior a derrota, a qual trazia as seguintes recomendações aos docentes: “O heroísmo é valor superior a vitória; a ocupação de abril foi um ato de recuperação, como afirmação de direitos e não de provocação ou agressão; afirmação da unidade latino-americana [...]”, exemplo de um discurso que se “inscreve na história canônica oficial, no registro semelhante ao de outros episódios bélicos da história nacional”. Uma construção que Lorenz (2013) diz ser problemática, já que anula o aspecto mais complexo sobre o conflito nas Malvinas, que foi sua condução pelas mesmas forças armadas que impunham uma ditadura à sociedade argentina, e governavam sob o signo da repressão, prisão, tortura, assassinatos e exílio de seus opositores

Já na segunda construção de memória, prevaleceram as narrações vitimizadoras dos jovens soldados argentinos e que tiveram grande consenso, pois essa imagem convergia com a do papel do jovem diante desse período de transição para a democracia. Os jovens combatentes deveriam, portanto, se encaixar no padrão dessa construção de memória da juventude como vítima das violações dos direitos humanos durante a ditadura militar, uma representação que o autor (2013) considera problemática, já que se trata de experiências distintas. Tal construção convergia com a ideia de culpa que a sociedade estava construindo de si própria, já que anteriormente se mostrou solidária e patrioticamente a favor do conflito e, ao final deste, questionou que o mesmo ator que conduziu à guerra, foi o responsável pelo terrorismo de estado vigente desde 1976.

A terceira forma de construção de memória a respeito do conflito, destacada por Lorenz (2013), apresenta os ex-combatentes, organizados em associações, como uma geração que trouxe da guerra a base do que daria legitimidade à sua voz política. Nesse sentido a guerra é representada como uma luta latino-americana contra o imperialismo. De acordo com Lorenz (2013:254), nesse discurso “Malvinas era uma causa pura, desviada pela ditadura. [...] as agrupações mais visíveis dos jovens ex-soldados adotaram um discurso antiliberal, latinoamericanista e revolucionário, que colocava os jovens como protagonistas da mudança, que vinculava suas lutas às dos movimentos reprimidos a sangue e fogo pela ditadura militar”. Tal construção enfrentou uma grande barreira, pois o período

pós-guerra coincide com o período intenso de revolta e luta pela transição da Ditadura para a democracia, um momento onde qualquer forma de violência é rechaçada, portanto não se abre espaço para nenhuma reivindicação bélica, mesmo que esta reivindique uma luta maior contra o “imperialismo”, muito menos para os discursos de lutas revolucionárias, até porque, ambas, guerra e revolução, foram relacionadas a esse Estado ditatorial. Além disso, tal representação das organizações de ex-combatentes, nesse momento, chocava com o impacto das suas próprias denúncias contra as Forças Armadas, de maus tratos aos soldados e do ‘entreguismo’ na guerra.

E finalmente, a quarta forma de narração que se sobressai, segundo Lorenz (2013), é a que relata os aspectos técnicos do conflito, privilegiando o relato do passo a passo das ações militares e diplomáticas na luta por Malvinas, sem, aparentemente, uma conotação política e deixando de lado o material que motiva as pesquisas históricas atuais: as experiências humanas relacionadas ao conflito e às suas consequências. Grande parte dos livros produzidos nos primeiros anos do pós-guerra sobre o conflito apresenta essa quarta construção, são relatos de ex-combatentes, em sua maioria oficiais, generais, coronéis, etc., sobre os acontecimentos que marcaram o dia a dia no front e estão dentro da modalidade considerada não acadêmica. São comuns, também, obras que apresentam as experiências de jornalistas na cobertura da guerra em Buenos Aires ou suas entrevistas com veteranos recém-chegados, em sua maioria obras que não trazem uma análise problematizadora dos relatos. Para Beatriz Sarlo (2007:14), “As modalidades não acadêmicas de texto encaram a investida do passado de modo menos regulado pelo ofício e pelo método, em função de necessidades presentes, intelectuais, afetivas, morais ou políticas”, sendo versões bem aceitas na sociedade porque

parecem responder plenamente às perguntas sobre o passado. Garantem um sentido, e por isso pode oferecer consolo ou sustentar a ação. Seus princípios simples reduplicam modos de percepção do social e não apresentam contradições com o senso comum de seus leitores, mas o sustentam e se sustentam nele. Ao contrário, da boa história acadêmica, não oferecem um sistema de hipóteses, mas certezas.

Na bibliografia sobre a guerra identificamos essa ausência de produções acadêmicas, de investigações históricas problematizadoras, principalmente nos anos iniciais do pós-guerra. Obras não acadêmicas continuam dominando o mercado de livros sobre a Guerra das Malvinas, por apresentarem construções de memórias bem aceitas por parte da sociedade, ainda hoje, acabam ganhando espaço privilegiado nas representações sobre o conflito. O número restrito de trabalhos acadêmicos de investigação rigorosa sobre a guerra é explicado por Lorenz (2013) como resultado do “profundo impacto da repressão sobre a sociedade (que condessou os sentidos sobre o que havia sucedido nas atrocidades da ditadura, deixando pouco espaço para outros elementos simbólicos e experiências acerca desses anos)”, que a faz associar a guerra com a ditadura e rechaçar o “discurso patriótico e sua simbologia que produziu o uso abusivo e sangrento por parte dos militares usurpadores do poder”. Também era o momento da reforma disciplinar pós-ditadura, onde se questionava a história baseada em grandes acontecimentos como as guerras e isto contribuiu para relegar a importância do conflito nas Malvinas.

O período logo após o fim da guerra, mais precisamente durante a década de 80, foi marcado por construções de memórias sobre o conflito, influenciadas pelo temor do recente período ditatorial e dessa forma, marcado por representações que objetivavam que esse acontecimento não se repetiria na história da Argentina. Por isso, sobressaíram as representações que ressaltam os soldados como vítimas e a tentativa de manter viva na memória da sociedade o fato de que foi das mãos da Junta Militar ditatorial que se iniciou um conflito que ceifou a vida de tantos jovens enviados para Malvinas sem as condições necessárias para as proporções dessa guerra. Elisabeth Hüdepohl (2007:191) defende que a Junta Militar do período pós Malvinas, os governos constitucionais que vieram depois, os meios de comunicação de massa e vários setores da sociedade contribuíram para essas representações sobre a guerra, desde o “ocultamento e o silêncio no regresso dos soldados, passando pela indiferença estatal, a desmoralização, a confusão, a culpabilização de haver enfrentado ao invasor, e até a desvalorização e a falta de reconhecimento daqueles homens”. De acordo com a autora (2007), nas primeiras eleições democráticas pós-ditadura, 82-83, os políticos que haviam apoiado a luta pela soberania nas ilhas, optaram por esquecer o tema e destacar em seus projetos de governo, questões humanitárias e econômicas. Uma postura conveniente, já que

estes candidatos não iriam contra o anseio da sociedade de esquecer sua participação no apoio ao empreendimento.

Hüdepohl (2007) ressalta que o governo do candidato vitorioso, Raul Alfonsín, apresentou claro objetivo de desmilitarizar e se opor às Forças Armadas ao anular o feriado de 2 de abril “Dia das Ilhas Malvinas, Georgias del Sur e Sándwich del Sur”, que o ex-presidente Bigone havia decretado, substituindo-o pelo dia 10 de Junho, dia em que Luis Vernet foi nomeado governador das ilhas em 1833, sendo o “Dia da afirmação dos direitos da Argentina sobre as Malvinas e Ilhas do Atlántico Sur”, o que provocou a revolta dos veteranos que acusaram o presidente de tentar promover o esquecimento na guerra e nesse embate sobre as representações do conflito “promoveram a volta ao 2 de abril, e a data anterior se manteve até que conseguiram declararem o feriado nacional, Dia do veterano e dos caídos na Guerra das Malvinas”.

Todo esse processo, durante a década de 80, de aversão as Forças Armadas, vitimização dos soldados que participaram da guerra, cuidado em manter a memória da guerra como um empreendimento da ditadura, foi responsável por um quadro de indiferença para com os veteranos das Malvinas, o que resultou em abandono das autoridades no que diz respeito as pensões e indenizações e à atenção as necessidades de atendimento médico-psicológico que os amparasse. Um quadro que tornou mais complexo a reintegração de muitos veteranos à sociedade, sendo que já enfrentavam dificuldades para essa reinserção pela falta de oportunidades de trabalho. A indiferença e a exclusão são consideradas os principais fatores que levaram ao considerável número de suicídios, estimam-se mais de 350 entre veteranos da Guerra das Malvinas.

Para Palermo (2007:423-424) “[...] a memória civil os tem transformado em vítimas exclusivas de outros, não dos próprios civis”, que apoiaram o governo na tomada das ilhas e que no pós-guerra, tem tratado seus veteranos com indiferença “Não podemos estranhar que uma parte importante dos veteranos – porém nem todos - haja encontrado na causa Malvinas o abrigo que necessitava. A acentuada separação da causa Malvinas e a Guerra das Malvinas que teve lugar já desde os primeiros tempos do pós-guerra equivaleria à maior penúria de sentido, ao pior dos intemperes, aquele na qual lhes era mais difícil ser sobreviventes. Para muitos, qualquer relato era melhor que nenhum [...]”. A indiferença social, portanto, seria a principal motivação para o engajamento dos veteranos na causa Malvinas.

Lorenz (2012:373) defende que juntamente com essa imagem construída na década de 80, dos soldados como vítimas dos oficiais e da ditadura militar, surge um movimento oposto: o de grupos de jovens veteranos, reunidos em associações, com um forte discurso latinoamericanista e anti-imperialista, sendo que “Ser jovens portadores de discursos radicalizados, enquanto a imagem pública era dos ‘inocentes’, foi um curto-circuito com uma vontade social ” e conseqüentemente, motivo de embate no campo das memórias.

A década de noventa foi caracterizada pelo maior espaço dado a duas formas de representação da guerra. O discurso vitimizador se debilitou e de acordo com Lorenz (2012:253) toma maior espaço, o discurso que valoriza o papel ativo dos veteranos: “Os jovens, tanto desaparecidos quanto os assassinados, [...] haviam sido vítimas desse processo, porém também em ambas as ocasiões, e no presente dos ex-combatentes, os motores da mudança. Esta era uma das rupturas mais fortes com o discurso vitimizador da década de 80”. Outra característica das representações empreendidas na década de 90 foi o retorno ao individual no que diz respeito ao combatente, que nos 80 estava mais vinculado ao grupo através de suas associações, agora empreende ações que são mais intimistas e individuais. De acordo com Lorenz (2012:267) “o símbolo distintivo dos anos 90 foi o dos retornos individuais: pais e irmãos, os filhos, para visitar a seus caídos [no cemitério de Darwin nas Malvinas] e alguns ex-soldados para cerrar suas histórias pessoais com a guerra”. Exemplo disso foi dado pelo veterano Edgardo Esteban cuja obra *Iluminados por el fuego* deu origem ao filme, que retorna sozinho para Malvinas como forma de resgatar a memória de seus tempos no front junto aos colegas de trincheira.

Foi durante a década de 90 que se produziu outro episódio emblemático sobre a Guerra das Malvinas, quando durante a gestão Menem, decide-se construir um monumento em homenagem aos mortos na guerra. De acordo com Guber (2012:149) as discussões giraram em torno da praça escolhida para acolher tal monumento, a Plaza San Martin, “[...] a Praça San Martin era em si mesma um espaço comemorativo da glória dos argentinos, contrastando com o tom funerário do cenotáfio e também com o sem sentido da guerra das Malvinas na história nacional”. Colocar um monumento que representa uma guerra perdida e apresenta uma lista de jovens que tiveram suas vidas ceifadas no conflito, justamente na praça onde fica a estátua de San Martin, símbolo da glória e da vitória dos argentinos na luta pela

independência, foi considerado, para alguns setores da sociedade, uma incoerência, porém para Guber (2012:155), um ato com claro objetivo político, já que aqueles jovens como filhos dessa nação, seriam fator de integração nacional “Agora o monumento aos caídos em Malvinas punha em evidência o duplo jogo da estratégia presidencial, apelando ao parentesco como via de integração da Nação, e à Nação como restauração do parentesco. Na mesma linha de Alfonsín em suas ‘Felizes Páscoas’, Menem também tratava de restaurar a Nação como casa de todos os argentinos, empraçando o monumento em um espaço simbólico da argentividade”.

O início do século XXI foi marcado pela política de memória do kirchnerismo que teve como atos importantes o pedido de perdão do presidente para os veteranos, o aumento considerável do valor das pensões, a intensificação das reivindicações pelo retorno das negociações com a Grã-Bretanha pela soberania nas Malvinas e um discurso nacionalista e patriótico que reforçava o objetivo do governo de continuar a lutar por Malvinas. Para Lorenz (2012:375), já no vigésimo aniversário da guerra, os veteranos conseguem uma representação mais distante do jovem vítima e mais próxima da figura de ‘exemplo’ para a sociedade, sendo que a guerra começou a ser chamada de ‘gesta’[façanha], um processo que se iniciou ainda na década de 90 e se intensificou nesse ano. Outro aspecto, foi o maior espaço conquistado pelos veteranos para seus relatos sobre o conflito. Lorenz (2012:359) defende que esse processo estimulou disputas em dois sentidos:

Em primeiro lugar, alguns atores que historicamente argumentavam olhares críticos sobre a guerra, em particular em relação com sua condução ou o desempenho de seus oficiais, encontraram na luta por direitos humanos um repertório argumental, e na política estatal um espaço a partir do qual profundizar suas demandas [...] No entanto, a retórica latino-americana e anti-imperialista, a ênfase na ‘recuperação da autoestima’ ou, mais especificamente, a reivindicação do caráter ‘malvinero’ dos presidentes, que também são característicos do discurso kirchnerista, alimentaram outra visões sobre a guerra mais essencialistas.

Tais visões “mais essencialistas” do discurso kirchnerista foram responsáveis por intensificar os embates no campo das construções de memórias sobre a guerra, principalmente quando as revisões das narrações sobre Malvinas são consideradas por alguns, empreendimentos não patrióticos. Um exemplo ocorreu na comemoração dos 25 anos da guerra, organizada pelo Ministério

da Defesa, em que a Comisión de Familiares de caídos em Malvinas se retirou do evento devido à associação de veteranos CECIM de La Plata ter apresentado uma representação através de um boneco de um soldado sendo estaqueado. A imagem sugere para os membros da Comisión de Familiares, o retorno ao discurso de vitimização dos soldados que impede o processo de construção da imagem de seus filhos como heróis de guerra.

Durante o kirchnerismo, a política de memória do governo que colocava em pauta os crimes que lesa humanidade, foi um importante espaço de ação para veteranos que reivindicavam justiça para os abusos cometidos por oficiais contra soldados durante a guerra. Em 2007, a associação CECIM de La Plata denunciou junto a Secretaria de Direitos Humanos bonarenses, a 70 oficiais e suboficiais por violações de direitos humanos contra sua tropa durante o conflito. Outra discussão que ganhou espaço foi a de que militares que haviam participado da repressão durante o período da ditadura militar e que também participaram da Guerra das Malvinas, não poderiam ter honras de heróis de guerra. A retirada do quadro de Videla dos muros do Colégio Militar de la Nación em 2004, foi o primeiro passo para outro processo simbólico relacionado à Malvinas. Segundo Lorenz (2012:359) “o Conselho Deliberante de la ciudad de Mar del Plata decidiu fazer o mesmo, em outra escala: tirou de suas paredes o retrato de Giachino, oficial naval morto durante a recuperação das Malvinas (o dispararam ao atacar a casa do governador britânico) e foi o primeiro caído em combate da dita guerra, já que há denúncias que o involucraram na repressão ilegal. Distintas vozes se alçaram criticando este gesto desde os familiares de mortos”.

Tais embates, iniciados desde o final da guerra, levaram ao surgimento dos conceitos de malvinização e desmalvinização. Dois termos cuja definição de seus significados é uma tarefa extremamente complexa. Para os diferentes grupos que participam do embate sobre a melhor forma de lembrar Malvinas, os conceitos têm significados diferente, às vezes até mesmo contrários. Para determinados grupos malvinizar seria focar na legitimidade da luta pelas ilhas Malvinas dentro da guerra, e não em aspectos como a participação da ditadura militar em sua deflagração, em contraposição ao desmalvinizar que ressalta a guerra como um grande equívoco que ceifou vidas de jovens inocentes e manchou de vergonha a sociedade argentina, traída por um falso discurso nacionalista de um sistema político ditatorial. Já outros grupos definem malvinização como o reconhecer da legitimidade

da guerra na luta contra o que chama de uma “invasão imperialista”, porém não esquecendo o papel de um governo da ditadura militar em seu empreendimento e nem os abusos cometidos por oficiais contra seus soldados no front, enquanto desmalvinizar é justamente o esquecimento da relação guerra/ditadura para focar apenas nas reivindicações por Malvinas. Há, no entanto, grupos que defendem que o ideal seria a Argentina buscar o processo de desmalvinização no sentido de esquecer o conflito e focar em se colocar novamente no mercado internacional, visando seu crescimento político e econômico, objetivo prejudicado pela insistência em continuar reivindicando as ilhas Malvinas. São diferentes significados que iremos abordar nos capítulos seguintes e cuja análise é fundamental para compreendermos esse conflituoso debate sobre a memória da guerra e a sua relação com objetivos políticos, econômicos, sociais que são do processo histórico atual na Argentina.

Para essa análise recorro ao debate entre três fontes de pesquisa: a bibliografia sobre o tema, que me apresenta a posição de importantes intelectuais argentinos estudiosos de Malvinas como o historiador Federico Lorenz⁴⁸, a antropóloga Rosana Guber⁴⁹, o cientista político Vicente Palermo⁵⁰, o filósofo

⁴⁸Federico Lorenz é historiador, investigador adjunto do Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas (CONICET) e leciona História no Colégio Nacional de Buenos Aires. É licenciado em História pela Universidade Nacional de Luján e doutor em Ciências Sociais (IDES – UNGS). Suas linhas de investigações estão dentro do passado recente da Argentina como terrorismo de Estado e a Guerra das Malvinas, além de outros estudos que vinculam experiências de guerra e memória. Foi coordenador do Programa “Educação e memória” da Secretaria de Educação, Ministério de Educação da República Argentina. Foi assessor da Subsecretária de Direitos Humanos, Ministério de Justiça, Seguridade e Direitos Humanos da República Argentina. Foi coordenador da Área de Estudos e Publicações do Centro Cultural da Memória “Harold Conti”, Espacio para la Memoria y para la Promoción y Defensa de los Derechos Humanos, ex Centro Clandestino de Detención y Exterminio Escuela de Mecánica de la Armada (ESMA) e Historiador/ investigador da Asociación Civil Memoria Abierta. Publicou as seguintes obras: Algo parecido a la felicidad: Una historia de la lucha de la clase trabajadora argentina (1973-1978) (2013), Unas islas demasiado famosas. Malvinas, historia y política (2013), Las guerras por Malvinas 1982-2012 (2012), Los zapatos de Carlitos: Una historia de los trabajadores navales de Tigre en la década del setenta (2007), Combates por la memoria: Huellas de la dictadura en la Historia (2007), Malvinas: Una guerra argentina (2009). Em 2007 foi contratado pela BBC de Londres para realizar um trabalho documental para rádio que veio a se tornar a obra Fantasmas de Malvinas: Un libro de viajes (2008) no qual Lorenz faz uma relação de documentos históricos com as experiências pessoais dos relatos da viagem. Publicou também, as obras literárias: Montoneros o la ballena blanca (2012) y Los muertos de nuestras guerras (2013).

⁴⁹Rosana Guber é PhD em antropologia social, pela Johns Hopkins University. É investigadora do CONICET, afiliada ao IDES. É diretora do Centro de Antropologia Social do IDES e professora de Antropologia Social da Universidade Nacional de San Martín e dirige a Cátedra Libre Islas Malvinas y Atlántico Sur de la Universidad Nacional de La Plata e membro do Instituto Nacional de História Militar Argentina. É especialista em estudos das perspectivas cívico-militares dos combatentes da Guerra das Malvinas, em trabalhos de campo etnográfico, observação participante e memória social. É autora das obras: El Salvaje Metropolitano (1991, 2004), La Etnografía: método, campo y reflexividad (2001, 2011), ¿Por qué Malvinas? De la causa justa a la guerra absurda (2001, 2012) e De chicos a veteranos. Memorias argentinas de la guerra de Malvinas (2004, 2010).

Léon Rozitchner⁵¹, Francisco Pestanha⁵², entre outros; os relatos orais de diferentes grupos envolvidos mais diretamente com o conflito, como ex-combatentes, civis e militares, e familiares de combatentes mortos e as duas principais produções cinematográficas argentinas sobre a guerra, *Los chicos de la guerra* (1984) e *Iluminados por el fuego* (2005). Esse debate será parte do quarto e quinto capítulo, mas para sua realização é necessária uma abordagem sobre os temas história oral e cinema político argentino, temas do segundo e terceiro capítulo, respectivamente, de

⁵⁰Vicente Palermo é sociólogo e doutor em Ciências Políticas, é fundador e membro do Club Político Argentino e investigador independente do CONICET. Foi militante juvenil peronista em 1969. Escreve para os jornais La Nación e Clarín. Investiga temas relacionados à política latino-americana comparada e história política argentina recente. Em entrevista para o jornal La Nación (2015), o investigador diz achar positivo na eleição de Mauricio Macri, o início de uma política mais preocupada com o mercado. Em 2007 publicou a obra *Sal en las heridas*, no qual critica o nacionalismo argentino, advogando pelo abandono da causa Malvinas em favor do desenvolvimento do país. É autor das obras: *La alegría y la pasión. Relatos brasileños y argentinos en perspectiva comparada*, 2015; *O caminho das pedras: Manual para bohemios de las lenguas y las culturas* (con Rafael Mantovani), 2008; *Sal en las heridas. Las Malvinas en la cultura argentina contemporánea*, 2007; *Del otro lado del río. Ambientalismo y política entre uruguayos y argentinos en colaboración con Carlos Reboratti* (2007); *A ditadura argentina (1976-1983)*, em colaboração com Marco Novaro (2007); *La dictadura militar (1976-1983). Del golpe de estado a la restauración democrática en colaboración con Marco Novaro* (2003); *Política brasileña contemporánea. De Collor a Lula en años de transformación* (2004); *La historia reciente. Argentina en democracia en colaboración con Marcos Novaro* (2004); *Los caminos de la centroizquierda. Dilemas y desafíos del Frepaso en colaboración con Marcos Novaro* (1998); *Estudio sobre el estado del Estado en Argentina I: Una herramienta de evaluación de las capacidades del sector público*, (1998); *Política y poder en el gobierno de Menem en colaboración con Marcos Novaro* (1996). *E Neuquén: la creación de una sociedad* (1988).

⁵¹ Léon Rozitchner (1924-2011) Filósofo marxista, estudou Letras na Universidade de Buenos Aires e na França fez doutorado em Sorbona com professores como Claudio Lévi-Strauss. Foi professor titular na Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires. Foi um dos colaboradores da revista bonaerense *Contorno*. Em 1966 publicou o ensaio *La izquierda sin sujeto*, no qual defendia a Revolução Cubana. Por suas posições políticas, entre 1976 e 1985 se exilou na Venezuela onde foi professor da Universidad Central de Venezuela e diretor do Instituto de Filosofía de la Praxia e investigador do CENDES (Centro de Estudios del Desarrollo). Ainda exilado participou da publicação *Controversia* editada por um grupo de intelectuais argentinos exilados no México, na qual fez duras críticas contra a Guerra das Malvinas. Publicou *Persona y Comunidad* (1963); *Moral burguesa y Revolución* (1964); *Freud y los límites del individualismo burgués* (1987); *;* *Ser judío* (1988); *Las Malvinas: de la guerra sucia a la guerra limpia* (1985); *Entre la sangre y el tiempo-Lo inconsciente y la política* (1988); *Las desventuras del sujeto político* (1996); *La Cosa y la Cruz* (2001); *El terror y la gracia* (2003); *Freud y el problema del poder* (2003).

⁵²Francisco José Pestanha é advogado, ensaísta e Professor na matéria Direito da Informação na Facultad de Ciencias de la Comunicación de la UBA. É vice-presidente da Comissão Permanente de Homenagem da FORJA (Fuerza de Orientación Radical para la Joven Argentina). Segundo os universitários forjistas a “FORJA ratifica sua fé na democracia que é o único regime político que assegura a paz, a dignidade humana e o progresso dos povos: em consequência repudia todos os imperialismos e não aceita a intromissão em nossas instituições nacionais dos extremismos de direita e esquerda que são incompatíveis com a idiossincrasia do povo argentino e que pretendem servir a interesses políticos estranhos a argentinidad”. Pestanha é presidente do Instituto de Estudios Estratégicos Malvinas, Patagonia e Islas del Atlántico Sur. É autor, entre outras obras, de: *Introducción al Pensamiento Nacional. Remedios de Escalada*; (2007) *Polémicas Contemporáneas*; (2006) *¿Existe un pensamiento nacional?*; (2015) *Las Enfermeras Argentinas durante el Primer Peronismo. La Enseñanza de la Enfermería en la Universidad Nacional y Popular*; (2006-2007); *Forja. 70 Años de Pensamiento Nacional*; (2006) *Propuestas para un Modelo Argentino*; *Malvinas: la otra mirada* (2007); *Malvinas. Una causa de la Patria Grande* (2012).

forma a termos maior base teórica para o processo que seguiremos dentro da pesquisa.

CAPITULO II

HISTÓRIA ORAL E RELATOS ORAIS SOBRE A GUERRA DAS MALVINAS

2.1 História oral: teoria e metodologia de análise

Em minha pesquisa trabalho com a história oral temática, já que recorri a entrevistas abordando um aspecto dentro do tema Guerra das Malvinas. O objetivo desse trabalho é analisar como indivíduos que participaram, direta ou indiretamente da guerra tem construído a memória sobre esse acontecimento, porque essas construções se dão dessa forma, qual a relação dessas construções com o momento político, econômico e social na Argentina e o complexo debate e embate gerados por diferentes representações de um mesmo acontecimento. Para entender tal questão recorri à bibliografia, ressaltando a posição de intelectuais que pesquisam sobre o tema, ao cinema e aos relatos de indivíduos que participaram de forma mais direta do conflito que são os ex-combatentes, militares e civis, e familiares de combatentes mortos no front. Ao recorrer a esses relatos como uma das fontes de análise, recorro também ao complexo, porém enriquecedor trabalho com a história oral.

Para entender a importância da história oral é fundamental compreender a relação memória individual e coletiva como analisada por Henry Rousso (1998:94), baseado em seus estudos da obra de Halbwachs, ao ressaltar que a memória “é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social e nacional”. Dentro dessa análise, o contexto social vivido pelo indivíduo participa da construção de sua memória individual, ou seja, através da sua memória pode-se analisar as complexidades intrínsecas ao seu grupo social, aspecto que despertou o interesse das ciências humanas, entre elas a História.

Michael Frisch (1998:75) argumenta que a memória coletiva passou a fazer parte dos estudos no campo da História por muitos meios, mas ele

destaca duas dimensões gerais que considera importante para entender o trabalho com essa memória: a memória é invocada para romper com as afirmações da história ortodoxa e os estudos históricos foram impulsionados por essa nova capacidade de subverter categorias, suposições e ideologias das memórias dominantes: “Nesse contexto, as histórias orais ocupam o primeiro plano no conjunto mais amplo de estudos inovadores sobre história social e cultural que tiveram profundo impacto revisionista sobre os conceitos de processo e explicação históricos”. O estudo da memória é uma forma de recuperar experiências e ideias de grupos que não aparecem na documentação convencional, é estar, segundo o autor (1998:76-77), fazendo a chamada “história de baixo para cima” dentro de um diferente ângulo de visão e superando noções convencionais, mas ao subverter as estruturas convencionais da memória cultural, pode-se provocar um contra ataque em defesa de autoimagens hegemônicas no meio social e, “nesse sentido a história é importante por sua capacidade de moldar e subverter a memória coletiva”. De acordo com Frisch (1998:77), ao situarem a memória simultaneamente como

Fonte de alternativas e resistências vernaculares ao poder estabelecido e como objeto de manipulação ideológica hegemônica por parte das estruturas do poder cultural e político, os historiadores fizeram muito mais do que simplesmente incorporar a memória à sua coleção de ferramentas, fontes, métodos e abordagens. A própria memória coletiva vem se convertendo cada vez mais em objeto de estudo: ela tem sido entendida, em todas as suas formas e dimensões, como uma dimensão da história, com uma história própria que pode ser estudada e explorada.

A relação memória individual e memória coletiva é fundamental para a análise do meu objeto de pesquisa, já que ao abordar o papel de ex-combatentes e familiares de combatentes mortos no front nas construções de memórias sobre a guerra, o embate criado por tais construções e a discussão com outras fontes, como a bibliografia sobre o tema e o cinema, o objetivo é perscrutar o papel da própria sociedade argentina nessa discussão. Tal debate possibilita também, apresentar a posição de indivíduos que não tiveram seus relatos considerados na construção de uma memória ‘oficial’ sobre a guerra. A indiferença para determinados relatos é um dos aspectos que fortalecem a disputa pela forma de lembrar. Além disso, ao lutarem para terem suas memórias consideradas, esses grupos ou indivíduos provocam uma reação daqueles que desejam a manutenção de

uma determinada representação, gerando mais conflitos, como ressaltou Frisch (1998) “ao subverter as estruturas convencionais da memória cultural pode-se provocar um contra ataque em defesa de autoimagens hegemônicas”.

Rouso (1998:95) resalta que a ideia de um passado compartilhado em termos semelhantes por um grupo, acabou por se tornar motivo de controvérsias a respeito dos estudos da memória coletiva e resalta que um caminho para o pesquisador é recorrer a ‘história da memória’, buscando nela como se dá a “representação autóctone” de um acontecimento do passado e o processo de “evolução cronológica” destas, já que “as representações do passado observadas em determinada época e em determinado lugar – contanto que apresentem um caráter recorrente e repetitivo, que digam respeito a um grupo significativo e que tenham aceitação nesse grupo ou fora dele – constituem a manifestação mais clara de uma ‘memória coletiva’”. Para responder meus questionamentos sobre a disputa que ocorre dentro do processo de construção de diferentes memórias sobre a guerra, é importante entender como se deu esse processo que Rouso (1998) chama de “evolução cronológica” das representações de um acontecimento, ou seja, como se deu as transformações na forma de representar, de construir a memória da Guerra das Malvinas a partir do final desta, o que mudou nessas representações e o porquê dessas mudanças em seu contexto político, econômico e social.

No estudo dessas memórias individuais e coletivas, o pesquisador tem na história oral um extenso e complexo aparato teórico-metodológico. A história oral se tornou para os historiadores um meio de trabalho com grupos que não tiveram suas experiências registradas pelas histórias oficiais, mas como qualquer outra fonte de pesquisa, apresenta desafios para o pesquisador. Jean-Jacques Becker (1998) considera o principal deles o fato de trabalhar com fonte de “arquivos provocados”, ou seja, constituídos depois do acontecimento, já que se vale de recordações, de depoimentos a posteriori e por isso, pode resgatar lembranças involuntariamente equivocadas, sobrepostas, etc. Porém, é essa subjetividade dos relatos orais que tem sido considerada o fator que torna tão rico os estudos nessa área, como resalta Lozano (1998:16) “A consideração do âmbito subjetivo da experiência humana é a parte central do trabalho”. Sobre a subjetividade no trabalho com fontes orais, Alistair Thompson (1998:67) defende que um erro comum no trabalho com a história oral é a busca do “que realmente aconteceu no passado”

Alguns praticantes da história oral, na ânsia de corrigir preconceitos e fabulações, deixaram de considerar as razões que levaram os indivíduos a construir suas memórias de determinada maneira, e não perceberam como o processo de relembrar poderia ser um meio de explorar os significados subjetivos da experiência vivida e a natureza da memória coletiva e individual. Ao tentarem descobrir uma única história, fixa e recuperável, alguns historiadores orais foram levados a negligenciar os muitos níveis da memória individual e a pluralidade de versões do passado, fornecidos por diferentes interlocutores. Eles não se deram conta de que as “distorções” da memória podiam ser um recurso, além de um problema.

A subjetividade presente nos depoimentos orais é, portanto, o fator fundamental da pesquisa, já que o objetivo é justamente entender como os indivíduos constroem suas memórias, o processo de relembrar e todas as complexidade que o envolvem, sendo que as “distorções”, que se refere o autor (1998), tornam a pesquisa mais rica, o que contraria a ideia de que esta se constitui um problema no trabalho com história oral. Luciana Lira e Martha Mendoza (2000:24), também analisam a importância da subjetividade no trabalho com a história oral através da psicologia e ressaltam que as fontes orais são credíveis, justamente porque delas podem emergir a imaginação, o desejo e o simbolismo “por isso não há fontes orais falsas. As afirmações ‘equivocadas’ seguem sendo psicologicamente ‘verdadeiras’”.

Nesse sentido, o mais importante durante a entrevista e a sua análise e interpretação não deve passar pela questão complexa de encontrar a ‘verdade’ nos depoimentos, mas pelo questionamento do por que a testemunha tem construído a memória sobre o acontecimento dessa forma, o que é ressaltado por Voldman (1998:265) que defende que “não devemos nos desesperar por ter que lidar com ‘falsos’ ou ‘maus testemunhos’. Pois se há um culpado, este é o historiador, que deve compreender porque, e em que o sujeito se presta a transformações, deformações e transposições” e exemplifica: “Existe algo mais apaixonante do que compreender a razão pela qual certo urbanista reivindica a paternidade de um projeto de construção de um bairro, quando se sabe com certeza que este é de outro autor”?

A subjetividade, também não significa um problema nas análises de Monique Augras (1996), que ao contrário, vê como uma vantagem no trabalho do pesquisador, ressaltando que tal subjetividade é do entrevistado, mas também do entrevistador. A autora (1996:29-30) argumenta que na estruturação dos

fatos de memória atuam mecanismos extremamente sutis que estão relacionados com a construção da própria identidade e ressalta “a sociedade não é apenas uma realidade externa a mim, ela está também dentro de mim, e por conseguinte, todos os conflitos entre os diversos grupos aos quais pertencço estão também dentro de mim”, sendo que no momento que o pesquisador colhe o depoimentos de uma pessoa “esses conflitos vão ser reativados, e nesse atropelo de mensagens opostas é que o informante vai lembrar e elaborar um discurso coerente. É claro que só pode cair em contradições. Mas não acredito que isso seja uma desvantagem, muito pelo contrário”.

Ou seja, tensões e representações da vida do entrevistado vão estar presentes na entrevista, independente do tema trabalhado, até porque, de acordo com Augras (1996), todos nós vivemos negociando a nossa autoimagem com os outros, em função do que esperam de nós e a entrevista ocorre dentro desse processo complexo, sendo inevitável não lidar com a subjetividade, mas ao contrário, devendo aproveitar as informações importantes que ela nos trás, porque o valor do testemunho está justamente nessa complexidade humana. Mas como trabalhar essa paradoxal riqueza? Pergunta a autora (1996:33), “acredito que pela análise da linguagem utilizada pelo entrevistado. Não podemos esquecer que o informante não fornece dados, ele nos fornece um discurso”, ou seja, “quando se trata de uma pessoa viva, que interage com outra ao longo da entrevista, é essa dinâmica que se torna a fonte de informação, e a única técnica na qual possamos nos apoiar é a análise do seu discurso”.

Julie Cruikshank, (1998:157), também argumenta a importância da subjetividade das fontes orais em seus estudos sobre o trabalho do antropólogo Renato Rosaldo, no qual concluiu que os depoimentos orais devem ser ouvidos e compreendidos no contexto específico em que são feitos, ou seja, “O que as pessoas dizem está intimamente ligado ao como dizem. Quando se vasculha as narrativas de outras pessoas em busca de ‘fatos’ corre-se o sério risco de não entender seus significados”, até porque esses depoimentos são “formas culturais que organizam a percepção” e não “recipientes de fatos em estado bruto”. É na forma que se é relatado determinado acontecimento que está o objeto do conhecimento no trabalho com a história oral.

O silêncio e as contradições durante a entrevista são também, aspectos que podem ser explorados. Por trás do silêncio e das contradições se

encontram uma importante fonte de informações sobre o depoente e a história contada e por isso o pesquisador deve estar atento a esses instantes durante as entrevistas e posteriormente, em sua análise e interpretação. Conforme Augras (1996:32-33):

as áreas de silêncio podem ser tão eloquentes quanto as da fala, do mesmo modo que os desvios, quando a pessoa relata um acontecimento de um modo que sabemos perfeitamente ser bem distante dos acontecimentos factuais. É, como se diz, “uma história mal contada”. Ora, essa mal contada história contém uma verdade, nem que seja a do desejo de disfarçar algo. Podemos utilizá-la como ponto de partida de uma pista que vai nos permitir identificar a presença de algum jogo que, repito, não é só jogo de depoente, mas um jogo que implica todas as pessoas presentes naquela hora, inclusive o entrevistador.

Sobre os momentos de silêncio, Danièle Voldman (1998:38) defende que o historiador deve estar consciente “de que o não-dito, a hesitação, o silêncio, a repetição desnecessária, o lapso, a divagação e a associação são elementos integrantes e até estruturantes do discurso e do relato” e ao se deparar com esse silêncio cabe ao pesquisador o questionamento “Porque uma autoridade teima em silenciar um conflito [...]?, Por que tal personalidade não faz alusão a alguns fatos de sua vida privada que esclareceriam os motivos de suas atitudes?”.

A professora Valentina da Rocha Lima (1983), defende que no trabalho com a história oral o que se busca hoje é a memória dos esquecidos, já que estamos dentro de um fértil período de pesquisas em que tem havido uma democratização dos sujeitos a serem estudados e ressalta que se trata de um terreno pantanoso, cujos problemas metodológicos são muitos, principalmente porque os recursos da história oral estão relacionados com as tradições intelectuais, as indagações teóricas, a visão de mundo, o conhecimento daqueles que realizam a entrevista. O desafio maior para o entrevistador é para a autora (1983:09), o reconhecimento de sua interferência e de sua subjetividade, é “reconhecer o outro como sujeito produtor de significados, significados que não são os meus”, e portanto não são as minhas categorias que devem ser consideradas. O objetivo deve ser o de estabelecer uma relação dialógica⁵³ com o entrevistado.

⁵³Valentina da Rocha Lima (1983) definiu como relação dialógica entre entrevistador e entrevistado a busca de abrir o discurso daquele que entrevistamos, que normalmente vem preparado, arrumado. A superação desse discurso inicial só vem com a relação prolongada entre entrevistador e entrevistado,

Além disso, existe a subjetividade do próprio entrevistado, que também traz em seus depoimentos suas especificidades - fatores como a idade, o gênero, a posição social que interferem diretamente na construção de sua memória. Estes são aspectos que de acordo com Lima (1983:09-12), se apresentam na relação de interação entre entrevistado e entrevistador: “é uma relação dual, de interrogações recíprocas, mesmo que da parte do entrevistado essas interrogações não se explicitem, não sejam verbalizadas”, uma relação que traz também não o vivido, mas a reconstituição deste, o ‘vivido na memória’”. Tais considerações atestam a complexidade de se trabalhar com a história oral, o que exige um anterior preparo do entrevistador, no que diz respeito aos seus conhecimentos teóricos e metodológicos.

Dentro das considerações dos autores, a análise e interpretação das entrevistas nesse trabalho, leva em consideração o fator subjetividade nos relatos dos depoentes, como parte importante da pesquisa. Meu objeto de pesquisa, que são os embates produzidos pelas diferentes construções de memórias sobre o conflito, requer atenção a subjetividade da experiência de cada testemunha, focando na maneira que elas têm construído suas memórias sobre essas experiências e a relação dessas construções com o contexto político, econômico e social vivido na Argentina. Sendo meu objetivo entender as diferentes construções de memórias, essa pluralidade de representações sobre o conflito, portanto não é uma barreira para a pesquisa, senão, o contrário, é o fator fundamental para responder meus questionamentos. As chamadas “distorções”, as “contradições” nos depoimentos são mais uma fonte de informações de importante valor, já que como ressalté anteriormente, o mais importante durante a entrevista e a sua análise e interpretação não deve passar pela questão complexa de encontrar a ‘verdade’ nos depoimentos, mas pelo questionamento do por que a testemunha tem construído a memória sobre sua experiência dessa forma.

Conflitos, tensões, contradições fazem parte da constituição do ser humano e de sua relação com os outros do seu meio social, portanto tenho consciência que eles estarão presentes nos depoimentos, como resalta Augras (1996), o valor do testemunho está justamente nessa complexidade humana. Além disso, esses aspectos estão presentes nos depoimentos das testemunhas, mas estão presentes, também, no entrevistador, tornando o processo mais complexo, o que

onde predomina o respeito ao tempo, a lógica do segundo e para isso, é necessário o reconhecimento desse sujeito como produtor de significados.

requer mais de minha atenção como pesquisadora, pois devo considerar todos esses fatores no momento de analisar as entrevistas.

Como ressalta Lozano (1998:17), “fazer história oral significa produzir conhecimentos históricos, científicos, e não simplesmente fazer um relato ordenado da vida e da experiência dos outros”. O autor (1998:23-24) explica que os historiadores que trabalham com fontes orais e as consideram em si mesmas, não somente como um apoio, “colhem, ordenam, sistematizam e criticam o processo de produção da fonte. Analisam, interpretam e situam historicamente os depoimentos e as evidências orais”, isso implica que para o pesquisador, o cuidado com essas fontes é o mesmo que se aplica a outras como escritas, imagéticas, etc., dentro do processo de reflexão teórica na sua relação com o empírico. Também é relevante a consciência do pesquisador, de que aprender a trabalhar com história oral envolve a prática, sendo fundamental a disposição de analisar e refletir sobre os passos que foram percorridos e os erros cometidos.

Quanto à metodologia, Valentina da Rocha Lima (1983:03), recomenda “Olhar cada depoimento como uma unidade de análise em si mesmo, cada um deles. Então, o trabalho seria quase que um trabalho de exegese, trabalho de decodificação do discurso, o trabalho de observar como a memória em funcionamento situou coisas”. A autora (1983) ressalta a importância da análise do discurso e a observação de como se dá a reconstrução de determinados acontecimentos pela memória, como esta memória se processa, como ela situou os aspectos que envolvem tal acontecimento, além de “procurar definir no universo das determinações e das escolhas, de que forma as determinações pesaram para aquele ator e como ele soube criar ou usar o seu espaço de autonomia”.

Sobre a influência das determinações sociais nas narrativas é importante salientar outras abordagens que questionam esse poder do contexto social. A professora Nancy Alésio Magalhães, defende que o esfacelamento do social e da experiência em nossos dias atuais levou a um declínio da memória, em que “o significado de nossas vidas não está mais dado de forma implícita nem imediata pelo contexto social”, e somente reconhecendo essa perda, podemos entender melhor a relação entre a experiência e a narrativa, ou seja, apesar da influência do social nos relatos individuais, este aspecto deve ser problematizado já que vivemos nos dias atuais um processo de desintegração de algumas experiências dentro da vida social que deve ser considerado, também, na análise dos depoimentos.

No campo metodológico da história oral, Verena Alberti (2004:30) elaborou uma interessante proposta de trabalho com entrevistas, ressaltando que “uma pesquisa de história oral pressupõe sempre a pertinência da pergunta ‘como entrevistados viam e veem o tema em questão?’ ” e questionar “O que a narrativa dos que viveram ou presenciaram o tema pode informar sobre o lugar que aquele tema ocupava (e ocupa) no contexto histórico e cultural dado?”. Portanto, como o entrevistado vê e entende o tema da pesquisa e como suas narrativas informam sobre a importância daquele acontecimento no seu grupo social são questionamentos que se fazem necessários no processo do trabalho de pesquisa.

Dentro desse processo o primeiro passo é ter claros os objetivos para posteriormente, determinar quem vai ser entrevistado escolhendo a partir da sua interação com os acontecimentos ligados ao tema. Porém, segundo Alberti (2004), a escolha dos entrevistados só é plenamente fundamentada no momento da entrevista, quando se constata a predisposição deste em falar e a contribuição de seus depoimentos para a pesquisa, etc. O número de depoentes de acordo com a autora (2004:35), é determinado pelos objetivos do trabalho, se a pesquisa “estiver sendo desenvolvida fora do âmbito de um programa de história oral, o número de entrevistados pode até se restringir a uma única pessoa, se seu depoimento estiver sendo tomado como contraponto e complemento de outras fontes”. Já o professor Carlos Corrêa (1978) defende que a variedade de pessoas a ser entrevistada sobre o mesmo tema só enriquece o trabalho, porque apresenta diferentes opiniões, pontos de vista, formas de construir a memória sobre esse tema.

No meu trabalho a definição do meu objeto de pesquisa e a escolha dos entrevistados se deu depois de leituras bibliográficas sobre os temas: as diferentes construções de memória sobre a Guerra das Malvinas e os conflitos gerados por tais construções. Após tais leituras e definição, concluí que seria importante trazer para o debate as testemunhas mais próximas da Guerra das Malvinas, seus veteranos. A definição desse grupo se processa com a constatação, que por terem uma experiência direta com o acontecimento, são os indivíduos que mais têm produzido memórias sobre a guerra, apesar de que em alguns casos, essas construções não são consideradas dentro da história “oficial”. Através das leituras sobre o tema, constatei que as associações de veteranos são os locais de onde saem os indivíduos mais participativos no debate sobre as representações da guerra desde o desfecho desta. A participação em associações tornou os veteranos mais envolvidos

politicamente no que diz respeito a luta pela consideração de suas experiências, reparações econômicas e morais, a continuidade das reivindicações por Malvinas, além de reivindicações por outras causas políticas, econômicas e sociais da atualidade. Diante disso, o papel dos membros dessas associações tem sido cada vez mais atuante no que diz respeito a meu objeto de pesquisa, que são os embates produzidos pelas diferentes construções de memórias sobre a guerra e o contexto em que eles são produzidos.

Com essa constatação, defini que entraria em contato com associações que participam desse debate de forma ativa, e que por construírem representações e reivindicações diferentes a respeito da guerra, estão em conflitos entre elas e com outros grupos sociais na Argentina. Por isso a opção por uma associação apenas com soldados, que não permite a participação de oficiais, o CECIM de La Plata, e uma associação predominantemente de oficiais, a AVEGUEMA, de Buenos Aires. A primeira associação a ser definida foi a AVEGUEMA, com os quais tive o primeiro contato em minha primeira viagem à Argentina em 2013, na qual iniciei a pesquisa. Nesse contato ficou acordado que ao retornar a Buenos Aires marcaríamos uma entrevista com no mínimo dois membros do grupo. A opção por no mínimo dois integrantes, foi eleita em função do que é colocado por Corrêa (1978), a variedade é fundamental para o acesso a diferentes pontos de vista que podem ser identificados, inclusive dentro de um mesmo grupo, como no caso de uma associação de veteranos. Embora estes façam parte da mesma associação, seus relatos são marcados pela subjetividade e, portanto, por discursos próprios, ou seja, os diferentes relatos sobre meu objeto podem ser identificados dentro de diferentes associações, mas, também, dentro de uma mesma associação.

O contato com o CECIM foi através de e-mails no ano de 2014, no qual o secretário da associação acordou em agendar uma visita e as entrevistas no meu retorno à Argentina. Com a continuação das leituras bibliográficas sobre meu objeto de pesquisa, defini posteriormente, que também era importante entrevistar membros da Comisión de familiares de Caídos em Malvinas e Atlántico Sur, por essa ser uma das mais atuantes associações no que diz respeito ao seu posicionamento público sobre as representações produzidas na sociedade sobre o conflito e por estarem em discordância com boa parte do que se tem produzido sobre Malvinas nos anos pós-guerra. Entrei em contato com a Comisión, também através de e-mails, onde seu representante, o ex-combatente César Gonzáles Trejo se

prontificou a marcar as entrevistas. O retorno à Argentina para as entrevistas foi no mês de maio de 2015, depois de concluído parte do trabalho, o que era necessário para a elaboração de perguntas pertinentes ao meu objeto de pesquisa.

A opção por entrevistar membros de associações requer um cuidado especial para esse tipo de entrevista. Danièle Voldman (1998:258) alerta que grupos de militantes de alguma causa costumam dar testemunhos com uma coerência e uma estruturação rígida, o que requer do historiador muita cautela para entender o discurso reconstruído ou mesmo estereotipado:

Para os militantes, sejam eles sindicalistas, políticos ou feministas, testemunhar, dar uma versão e uma visão do passado, formar para a história um ponto de vista sobre os fatos e permitir estabelecer a sua veracidade, também, é controlar a posteridade, ter domínio sobre a imagem que será legada à eternidade [...] Esse tipo de testemunha seleciona as lembranças de modo a minimizar os choques, as tensões e os conflitos que possam ter ocorrido no interior da organização, diminuindo a importância dos oponentes e tentando apresentar um movimento unânime e coeso. Portanto, será necessário, se possível, confrontar dois tipos de relatos.

Tais considerações foram importantes na preparação, no decorrer e posteriormente na análise das entrevistas, já que tal preocupação dos depoentes com as imagens a serem construídas através de seus discursos e as implicações políticas destes é um aspecto que identifiquei durante todo o processo. Quanto ao que ressalta a autora (1998:258) “Esse tipo de testemunha seleciona as lembranças de modo a minimizar os choques, as tensões e os conflitos que possam ter ocorrido no interior da organização”, a opção por entrevistar dois membros de cada associação, como resaltei anteriormente, é justamente para ter duas opções de discursos sobre os mesmos temas e dentro de uma mesma instituição. A análise desses relatos possibilita a identificação dos conflitos de ideias e posicionamentos a respeito das representações construídas sobre a guerra.

Tanto entrevistas temáticas, que configuram dentro da participação do entrevistado no tema pesquisado, quanto a de história de vida, que interessa pela trajetória de vida do indivíduo, tem como eixo a biografia do entrevistado. É recomendável, portanto, ter um contato anterior a entrevista com o depoente solicitando a ele documentos pessoais, fotografias e outros registros do seu passado. No caso da minha pesquisa que requer entrevista temática, Alberti (2004:91) argumenta que um conhecimento exaustivo da biografia do depoente pode

não ser relevante, mas é necessário, “Em termos práticos, conhecer sua biografia permite compreender melhor o relato de sua experiência, seu discurso e suas referências mais particulares”, e também “é geralmente benéfico para a relação de entrevista fazer o entrevistado perceber que seu caso foi estudado e que há realmente grande interesse em seu depoimento”. Convém também analisar artigos ou outros trabalhos do depoente, caso tenha, inteirando-nos de suas opiniões. Tal aspecto é corroborado por Tourtier-Bonazzim (1998:236), ao defender que nenhuma entrevista deve ser realizada sem uma preparação minuciosa, inclusive na investigação da vida do depoente, deve-se também, segundo o autor, ler suas obras, se houver e procurar referências sobre etapas importantes de sua biografia: “cada entrevista supõem a abertura de um dossiê de documentação”. Corrêa (1978:25), também ressalta a importância da análise bibliográfica do depoente ao defender que “a entrevista necessita de toda a vida pregressa do entrevistado, pois só assim poderá ser explicada a sua participação e a oposição que ele tomou no acontecimento”.

Caso não seja possível o levantamento dessa biografia anteriormente, Alberti (2004:92) sugere fazer uma breve biografia do entrevistado já no momento em que se iniciará a entrevista, o que irá ajudar na elaboração de novas questões ainda durante a mesma, até porque mesmo em entrevistas bem planejadas, devemos estar preparados para “articular de imediato uma reflexão sobre informações que obtém naquele momento” e apresentar se necessário, novos questionamentos. Portanto, o pesquisador deve estar consciente de que é importante elaborar um roteiro flexível, aberto a ser articulado com o que se ouve do entrevistado. O contato inicial com o entrevistado é de grande importância não somente para ajudar na biografia deste, mas também, segundo Alberti (2004:87), é o momento em que “cabe aos pesquisadores explicar o trabalho do programa e método empregado na história oral, colocando o entrevistado a par dos propósitos da pesquisa”. É importante também, tornar claro que seu depoimento é de grande relevância; mostrar franqueza ao falar do propósito do trabalho e no momento da entrevista, mostrar respeito pelo entrevistado enquanto sujeito produtor de significados. Nesse contato inicial com o depoente objetiva-se também, informá-lo das implicações contratuais de seu depoimento e do documento de cessão de direitos sobre entrevista.

Dessa forma se deu o processo seguinte do meu trabalho com as entrevistas. Ao chegar na Argentina, liguei para as associações para marcar

primeiramente uma visita para conhecer o espaço físico e seus integrantes, e ter uma conversa inicial com os membros que serão entrevistados, o que propiciaria a elaboração de uma biografia dos mesmos, antes das entrevistas. Na AVEGUEMA, conversei com o general Sergio Fernández, presidente da associação, que aceitou conceder a entrevista na semana seguinte e a marcar com outro oficial, o tenente-coronel Juan Carlos Yorio, membro da associação que não estava presente por morar em outra província. Essa conversa inicial possibilitou definir os membros a serem entrevistados e fazer uma pesquisa biográfica anterior a entrevista. O mesmo ocorreu na primeira visita a Comisión de Familiares de Caídos en Malvinas e Atlântico Sur, onde fui recebida por seu representante César Gonzáles Trejo, com o qual tive uma longa conversa inicial sobre o tema da minha pesquisa e marquei a data das entrevistas com ele e a presidente da associação, Delmira de Cao, mãe do soldado morto no conflito Julio Cao. Na mesma semana retornei à associação em dia de reunião para conhecer outros pais e mães de soldados mortos e a integrante do grupo a ser entrevistada. Essas visitas foram fundamentais para traçar a biografia dos entrevistados antes da data das entrevistas.

Já em CECIM de La Plata, o encontro inicial se deu em um dia de reunião dos associados, portanto foi possível, além de conversar com vários de seus integrantes, conhecer os dois membros que seriam entrevistados, Rodolfo Carrizo e Ernesto Alonso, que além de membro do CECIM também é presidente da Comisión Nacional de Ex Combatientes de Malvinas. Assim como no caso das outras associações, os dois foram objeto de uma pesquisa biográfica anterior às entrevistas. Nesses primeiros contatos, apresentei também o tema a ser trabalhado em minha pesquisa, meus objetivos, as implicações contratuais de tais depoimentos e do documento de cessão de direitos sobre a entrevista. A definição do último entrevistado começou com minhas leituras sobre as discussões atuais sobre a Guerra das Malvinas, nas quais identifiquei a existência de um grupo de ex-soldados que participaram da Guerra das Malvinas no continente, na parte logística e de guarda da costa e que acampam na Praza de Mayo reivindicando o reconhecimento como veteranos e o conseqüente, recebimento de pensão, como a recebida pelos que foram às Malvinas. Como o grupo não possui nenhum contato, telefone ou e-mail, aguardei minha chegada à Argentina para agendar uma entrevista.

Ao chegar em Buenos Aires entrei em contato com esse grupo na mesma semana fazendo uma visita a seu acampamento na Praça de Mayo,

onde tive uma conversa inicial com os que estavam presentes. Diante da dificuldade de encontrar um membro com quem pudesse agendar uma entrevista, já que tinham o receio de que pudessem falar algo que prejudicasse a causa, decidi ir ao acampamento de manhã, horário que ficava apenas um dos integrantes na vigia, e tentar convencer o integrante responsável pelo acampamento naquele momento, Hector Rossi, da importância de seu depoimento, recebendo uma resposta positiva para meu convite.

Antes das entrevistas é necessária a investigação exaustiva do objeto de estudo. É conhecendo e estudando o material disponível em arquivos e bibliotecas e outras instituições que os pesquisadores estarão se preparando para desempenhar todas as atividades vinculadas à produção das entrevistas. Tais entrevistas podem se tornar posteriormente, novos documentos para enriquecer o tema nesses arquivos. Corrêa (1978) salienta que esse é o primeiro item a se exigir de um considerado bom entrevistador “conhecimento prévio do assunto para poder selecionar as perguntas e poder situar o entrevistado no contexto da matéria”, até porque no momento da entrevista “cabe ao historiador-entrevistador mostrar facetas possivelmente desconhecidas ao entrevistado para saber a sua opinião, bem como conhecer novos pontos de vista até então não descobertos pelos documentos”. Após a pesquisa sobre o tema é o momento de elaboração do roteiro da entrevista. De acordo com Alberti (2004:98) há três tipos de roteiros a serem elaborados durante o trabalho com história oral: o roteiro geral, os roteiros individuais e os roteiros parciais,

O primeiro deve ser elaborado após a etapa de pesquisa exaustiva sobre o tema, constituindo momento de sistematização do conhecimento adquirido e instrumento que garante a unidade de todas as entrevistas. Ao longo da pesquisa, ele poderá ser revisto e aprimorado. Os roteiros individuais são elaborados a partir de um cruzamento de biografia do entrevistado com o roteiro geral considerando-se as inter-relações entre o caso daquele sujeito e o tema geral da pesquisa. Constituem um dos instrumentos de orientação do pesquisador no momento da entrevista. Os roteiros parciais devem ser elaborados nos intervalos de sessões de entrevistas com base no material obtido das pesquisas sobre o tema e sobre a biografia do entrevistado. Sua elaboração permite a constante avaliação de cada sessão de entrevista e o estabelecimento de diretrizes para as próximas. Constitui igualmente um dos instrumentos de orientação do pesquisado no momento da entrevista.

Seguindo tais orientações elaborei primeiramente o roteiro geral de perguntas, posteriormente ao primeiro contato com as testemunhas e o

levantamento das suas biografias, elaborei o roteiro individual e por último, já durante as entrevistas, elaborei o roteiro parcial baseado em informações registradas durante os relatos no caderno de campo. No caderno de campo registrei todo o processo desde o primeiro encontro aos detalhes que caracterizaram cada entrevista, gestos, sorrisos, lágrimas, etc., além dos dados que me ajudariam a elaborar outras questões, que seriam parte da entrevista no mesmo dia ou em outro momento, caso tivesse sido necessário continuar em outra seção. Segundo Alberti (2004), é importante o entrevistador levar tal caderno de campo onde será registrado todo tipo de informações a respeito do entrevistado, desde o primeiro contato, a descrição das reações deste, durante a entrevista, informações obtidas quando o gravador estava desligado, etc. Os dados desse caderno irão ajudar na análise posterior do pesquisador. Também ao final de cada sessão, o entrevistador pode aproveitar para corrigir e acrescentar informações, além de registrar suas ideias e impressões de todo o decorrer da entrevista, já num processo de reflexão sobre a mesma.

A relação durante a entrevista é de dois sujeitos distintos, muitas vezes de culturas diferente, linguagem, geração, etc., e, segundo Alberti (2004:102-103), o entrevistador deve “respeitar o entrevistado enquanto produtor de significados diferentes dos seus, e de forma alguma tentar dissuadi-lo de suas convicções e opiniões”, procurando sempre evitar interromper o curso do seu pensamento e elaborando novas questões baseando-se no que é fornecido durante a entrevista, sendo que o objetivo principal é que “entrevistado e entrevistadores se tornem cúmplices na proposta de recuperar, problematizar e interpretar o passado”. Corrêa (1978:44-47) argumenta também que no momento da entrevista “não se deve interromper as respostas, por mais longas que elas sejam e mesmo que se desviem do assunto. Cada resposta longa dá oportunidade a um número considerável de outras perguntas que devem ser feitas posteriormente”, somente se o relato continuar se desviando do tema, pode o entrevistador esperar o melhor momento para “reconduzir o entrevistado às linhas propostas” e ressalta: “Não use a entrevista para mostrar seu próprio conhecimento, vocabulário ou outro talento. Bons entrevistadores não brilham, deixam seus entrevistados brilharem”.

Essa cumplicidade necessária entre entrevistador e entrevistado, requer que ambos reconheçam e respeitem suas diferenças de visão de mundo, sendo que o entrevistador deve, segundo Tourtier-Bonazzim (1998:234), “adaptar-se à psicologia da testemunha, respeitá-la, estar disposto a tomar

pacientemente a conversa, suscitar a recordação através de um questionamento discreto”. Essa posição do pesquisador pode romper algumas barreiras como o caso de entrevistados que se recusam a falar por ressentimentos ou medo das consequências de suas declarações. Essa postura eu identifiquei na entrevista com Hector Rossi, que demonstrou indisposição para falar de determinados temas. Segundo ele, era prudente não falar de política, pois as suas reivindicações passavam inevitavelmente por decisões do governo. Ele tinha o receio de apresentar posicionamentos que poderiam não agradar os outros integrantes do grupo. Diante de sua recusa, justifiquei a importância de seu depoimento sobre suas experiências pessoais na guerra e que esta seria também, uma oportunidade de estar apresentando seus argumentos para sua atual batalha, em busca de reconhecimento como veterano de guerra.

Delmira de Cao, mãe de Julio Cao, soldado morto na guerra, também demonstrou incomodo quanto às questões que questionam se os soldados foram heróis ou vítimas de seus oficiais e da ditadura militar ou questões que questionavam a legitimidade da guerra. Constatei que para os pais de soldados que morreram no front, o questionamento da imagem de “herói” de seus filhos e da legitimidade da guerra se configura de forma diferente que para veteranos, sobreviventes do front, portanto ainda com a possibilidade de participação política e de múltiplas reivindicações, que vão além da busca por reconhecimento como “herói” de guerra. Já consciente de que ao abordar essa questão poderia ter essa reação da depoente Delmira de Cao, optei por deixá-la para o final da entrevista, para que não atingisse o desenvolvimento da mesma, como sugere Corrêa (1978:44) em seus estudos do trabalho de Willa K. Baum, “Se objetivamos determinada resposta que, até certo ponto, possa ferir ou magoar o entrevistado, é preferível fazer outras antes, rodeando e enlaçando gradativamente o assunto para finalmente conseguirmos o objetivo”, ao invés de “fazê-la fria e repentinamente com a possibilidade de não obtermos a resposta desejada”.

Há, também, os casos de depoentes que reagem com surpresa ao serem convidados para a entrevista, pois consideram não poderem ajudar muito o entrevistador. Conforme Corrêa (1978:39), essas testemunhas

geralmente alegam que pouco se lembram do assunto ou tiveram pequena participação no caso e nenhuma importância teriam suas

memórias a ponto de servirem para pesquisa, além de outras justificativas. Nesse caso, cabe ao entrevistador-historiador mostrar ao entrevistado a sua importância qualquer que tenha sido a sua participação no caso; cabe mostrar o valor de suas memórias mesmo que ele pouco se recorde.

Delmira de Cao, também, ressaltou em alguns momentos da entrevista que seu depoimento não ajudaria muito, e que quem tem mais informações sobre a posição da Comisión de Familiares é seu representante, César Trejo. Diante dessa declaração, ressaltei a importância do relato de uma mãe sobre a sua perda e da sua posição sobre as representações construídas sobre a guerra. Posteriormente na análise das entrevistas, constatei a importância de colher o depoimento não apenas do representante oficial da Comisión, como também, de uma das mães, já que em muitos aspectos os discursos se diferiram, apesar de serem membros da mesma associação.

Durante as entrevistas, mantive a atenção aos aspectos abordados pelos autores que pesquisam o aparato teórico-metodológico da história oral. Aspectos como: o depoente deve ter o gravador desligado sempre que solicitar, assim como o entrevistador não deve expressar impaciência ou ansiedade em terminar a entrevista, respeitando os momentos de silêncio, que podem inclusive, serem reveladores. O tempo da entrevista ou a quantidade de sessões obedecem aos objetivos da pesquisa. Segundo Alberti (2004:104), “muitas vezes, um depoimento de pouco menos de duas horas de duração pode fornecer dados relevantes e constituir fonte de reflexão primordial para a compreensão do objeto de estudo”, o que só depende “da profundidade alcançada por entrevistado e entrevistadores, condicionada pela boa preparação da entrevista e pela experiência do entrevistado e seu hábito de refletir sobre seu mundo”. No momento do planejamento das entrevistas, deduzi, baseada no número elaborado de questões, que faríamos em média duas horas para cada, mas a experiência me mostrou que o tempo das entrevistas varia segundo a característica de cada depoente, houveram aqueles que se prolongaram mais em suas respostas e outros que deram respostas mais sucintas. Portanto, apesar de ser o mesmo número de questões para todos os veteranos, houve entrevista com quatro horas e meia, dividida em duas seções, e entrevistas que duraram menos de duas horas.

Quanto à quantidade de depoentes a serem entrevistados em uma mesma sessão, optei pelas entrevistas individuais. A realização da entrevista

com mais de um depoente ao mesmo tempo depende dos objetivos do pesquisador. Porém durante uma entrevista há a necessidade de se criar uma relação de confiança entre entrevistado e entrevistador, o que explica, segundo Tourtier-Bonazzim (199:234), porque muitos entrevistadores preferem entrevistas individuais “não se fala as mesmas coisas numa conversa a dois ou a três”. Há pesquisadores que preferem entrevistas em grupo para que haja uma interação entre as testemunhas na construção da memória sobre o mesmo tema. Se a opção for por dois ou mais entrevistados simultaneamente, Alberti (2004:111-115) alerta que a atenção deve ser redobrada “é preciso cuidar para que um entrevistado não se sobreponha ao outro dificultando assim o resgate da experiência e das opiniões individuais”, até porque, o entrevistador precisa estar atento a vários aspectos durante uma entrevista:

[...]manter o olhar dirigido ao entrevistado, acompanhando seu discurso com sinais de compreensão e interesse; ouvir o que diz; consultar o roteiro; articular perguntas a partir de “ganchos” fornecidos pelo próprio entrevistado; verificar o funcionamento do gravador; tomar nota de palavras, nomes próprios e de questões a serem aprofundadas depois que o entrevistado concluir o raciocínio; localizar, em meio aos fichamentos e ao material de apoio à entrevista (documentos, fotografias etc.), aspectos a serem explorados com mais vagar, e assim por diante. Digamos que fazer uma entrevista é praticar no limite máximo nosso poder de concentração em mais de uma coisa ao mesmo tempo: utilizamos os olhos, os ouvidos, a fala, as mãos – para escrever e manusear o equipamento de gravação – e, essencialmente, a cabeça.

Após o término das entrevistas, vem a fase da transcrição. A transcrição da entrevista deve, segundo Tourtier-Bonazzim (1998), ser feita o quanto antes possível, de preferência pelo entrevistador, caso não seja possível, este deve ao menos colaborar e estar atento para anotar os momentos de pausa do entrevistado, seus silêncios, pessoas citadas, risos, palavras usadas com forte entonação e que devem ser grafadas em negrito. Como recomendado pelo autor (1998), providenciei que fossem feitas as transcrições logo depois de colher todos os depoimentos, contratando um experiente profissional na Argentina que executou esse trabalho. Em seguida, iniciei a última fase que foi a análise e interpretação das entrevistas, relacionando-as com todas as informações colhidas durante todo o processo.

2.2 Os depoentes e o processo das entrevistas

2.2.1 Rodolfo Carrizo e Ernesto Alonso – Associação CECIM de La Plata

Após definir que as entrevistas seriam com ex-combatentes, iniciei um trabalho de pesquisa sobre as associações de veteranos na Argentina, constatando que um grande número delas foram abertas em diferentes regiões do país, porém algumas são mais atuantes no que diz respeito às discussões sobre as representações da guerra e em suas reivindicações, inclusive na justiça, por exumação de corpos de soldados não identificados, punição de oficiais que cometeram abusos com seus soldados, etc. Outro fator de definição, foi o fato da associação CECIM de La Plata (Centro de Ex Combatientes Islas Malvinas) não permitir integrantes oficiais e a AVEGUEMA ser formada predominantemente por oficiais, o que poderia ser um aspecto que proporcionaria um importante debate sobre temas polêmicos a respeito da guerra. A Associação CECIM⁵⁴ de La Plata foi fundada em 1983 e foi uma das primeiras associações de veteranos. Para Santiago Garriga (2015), a principal característica da associação é o fato de ser formada apenas por ex-soldados conscritos, não aceitando a presença de oficiais “situação que responde que desde seu ponto de vista não existe reconciliação possível com as Forças Armadas”. Conforme o autor (2015), a associação foi a primeira a publicar o Informe Rattenbach em 1988 - o qual foi elaborado pelas próprias Forças Armadas para analisar a Guerra das Malvinas, definindo-a como “uma aventura militar” - e foi a responsável por denunciar “Tigre” Acosta, que estava recebendo pensão por participação em Malvinas e era um dos símbolos do terrorismo de Estado, tendo sua pensão cancelada, porém

a principal batalha do CECIM começou em 2007, quando denunciaram, junto à Secretaria de Direitos Humanos bonaerenses, a 70 oficiais e suboficiais por violações de direitos humanos contra sua própria tropa em pleno conflito bélico. Tratam-se de denúncias

⁵⁴O site oficial do CECIM ressalta que suas atividades têm os seguintes objetivos: a) honrar permanentemente a memória dos que morreram nas operações de combate do Atlântico Sul. b) Desenvolver uma atmosfera de cordialidade e solidariedade entre os ex-combatentes recrutados, soldados e / ou civis, que participaram na guerra no Atlântico Sul, desenvolvida entre 02 de abril e 14 de junho de 1982, que goza de todos potenciais benefícios sociais; promover a melhoria dos mesmos intelectual e cultural. c) Para defender os direitos de soberania no Atlântico Sul, Malvinas, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul de toda dominação colonialista e imperialista. d) promover a melhoria na recuperação física, psicológica e social dos antigos combatentes soldados recrutados e / ou civis. e) A defesa dos direitos humanos de forma permanente. f) Manter a ideia malvinizadora. g) Colaborar no total esclarecimento dos factos e responsabilidades no conflito no Atlântico Sul.

realizadas por ex-soldados de diferentes províncias por torturas – como estaqueos, abusos e até homicídios. Estas denúncias reforçam a visão que tem a organização em torno da questão Malvinas.⁵⁵

Outra reivindicação que marca o trabalho dos membros do CECIM é o pedido de exumação de 123 corpos de soldados não identificados no Cemitério de Darwin nas Malvinas, o que teve pleno apoio da presidente Cristina Kirchner que enviou pedido oficial a Londres no mês de fevereiro de 2015, porém a aprovação se tornou um novo impasse entre os dois países, já que ainda não tiveram uma resposta britânica positiva. Em 2012, o CECIM foi palco de uma divisão entre os combatentes da associação devido às divergências de opinião quanto a relação da organização com o governo. De acordo com o *Jornal La Nación* (2013)⁵⁶,

As diferenças entre os grupos de ex-soldados surgiram no ano passado, no Centro de Ex-Combatentes de Islas Malvinas (Cecim) de La Plata, e se precipitaram quando o secretário de Relações Institucionais dessa agrupação, Ernesto Alonso, aceitou ser titular da Comisión Nacional de Ex Combatentes de Malvinas, uma entidade construída pela administração nacional. O nomeamento de Alonso nesse cargo, apressou a saída de uns 70 ex-combatentes que decidiram formar um espaço independente, sem distinções políticas, nem partidária. O chamaram a Casa del Ex-Soldado Combatiente de Malvinas (CEMA).

O ex-combatente Antonio Reda, membro do CEMA, declarou ao *La Nación* (2013)⁵⁷ não estar contra o CECIM e nem o governo, mas a separação se deve a não quererem nenhuma postura política no grupo, já que suas ideias e pensamentos nesse sentido não são homogêneos “Não estamos contra o governo nacional. Cremos que temos que ter um espaço livre de qualquer ideologia ou partidarismo”. Já o titular do Cecim, Mario Volpe, defende que o governo de Cristina Kirchner é o que tem adotado as propostas do grupo e lembra a principal causa da organização “impulsionamos causas para que se condene aos militares que estaquearam a conscritos e a ingleses que cometeram crimes de guerra”.

⁵⁵GARRIGA, Santiago et al. *El CECIM La Plata frente a la cuestión Malvinas: Continuidades y cambios en la Argentina democrática (1982-2015)*. Buenos Aires, 2015. Disponível em <http://jornadasdesociologia2015.sociales.uba.ar/wp-content/uploads/ponencias/420_804.pdf>. Acesso em 20 de Dez. 2016.

⁵⁶JESÚS, Cornejo. *Divisiones entre ex combatientes por los vínculos con el kirchnerismo*. Buenos Aires, 2013. Disponível em <<http://www.lanacion.com.ar/1568763-divisiones-entre-ex-combatientes-por-los-vinculos-con-el-kirchnerismo>> . Acesso em 13 mar. 2015.

⁵⁷ Ibidem.

Reda contrapõem, ressaltando que ao passar a fazer parte de um organismo do governo, Alonso deixou de representar interesses de ex-combatentes “Agora ele defende ao governo nacional e faltava alguém que defendesse de verdade aos ex-combatentes, por isso fundamos essa agrupação”.⁵⁸ Um episódio que exemplifica que os conflitos não estão apenas entre distintas associações, mas, também, em seu próprio interior. Ao entrevistar o integrante do CECIM e presidente da Comisión Nacional de Ex Combatentes de Malvinas, Ernesto Alonso, o questionei sobre esse assunto, porém ele não falou dos membros que deixaram a associação e preferiu ressaltar que a notícia foi bem aceita por seu grupo: “Sim, absolutamente sim, e além do mais minha nomeação foi por causa do CECIM, como reconhecimento da tarefa que vínhamos levando para com os ex-combatentes, para os soldados conscritos e civis desta organização. De alguma forma é o reconhecimento desta instituição, neste caso foi o oferecimento para minha pessoa para que me faça cargo dessa gestão, dessa gestão que estamos agora atualmente”.

As posições do CECIM sobre temas considerados polêmicos a respeito da guerra podem ser responsáveis pelas constantes ameaças ao grupo. Em 2014, o CECIM denunciou que vinham sofrendo agressões e ameaças via redes sociais. A Agência de Notícias En Red (2014)⁵⁹ noticiou o comunicado oficial da associação:

Temos identificado nas redes sociais a um grupo de violentos que incitam a realizar atos contra a integridade física e de amedrontamento dos membros do CECIM La Plata, este grupo esta devidamente identificado, já que alguns deles estão vinculados a agressões que tomaram notoriedade pública em Fevereiro de 2012 e, posteriormente, em Abril de 2012, agrediram a um membro do CECIM em sua apresentação na Feira do Livro.

De acordo com o En Red (2014)⁶⁰, os integrantes do CECIM relataram que durante o ano anterior, o site oficial da organização foi hackeado duas vezes e houveram ameaças de atear fogo na associação com todos dentro e de invadirem a sede armados. Tal quadro tem se tornado uma constante, segundo um dos seus integrantes: “Temos sido ameaçados em várias oportunidades durante os 31

⁵⁸ Ibidem.

⁵⁹El CECIM *La Plata* radicó una denuncia por amenazas. Buenos Aires, 2014. Disponível em <http://www.andaragencia.org/el-cecim-la-plata-radico-una-denuncia-por-amenazas/>. Acesso em 23 jul. 2015.

⁶⁰ Ibidem.

anos de vida do CECIM La Plata e isso não mudou o horizonte, pelo contrário, reafirmou nossas convicções democráticas e de luta pela verdade”. Em julho de 2015, o CECIM voltou a fazer denúncias no Departamento Judicial de La Plata de ameaças originadas por uma organização denominada “Agrupación Soberanía Cisnero”. De acordo com o site de notícias Política e Médios (2015)⁶¹, “Se trata de pessoas que se orientam ideologicamente com o neofascismo, que promoveram uma campanha nas redes sociais contra organismos dos direitos humanos e neste caso particular contra o CECIM de La Plata”, tal agrupação “utiliza símbolos referidos à Guerra das Malvinas e invocam a repressores que foram julgados por violações dos direitos humanos, participantes no conflito de 1982”. Como o CECIM tem sido uma das organizações mais atuantes na luta pela punição de oficiais que cometeram abusos contra seus soldados na guerra, se tornou alvo da agrupação. A ameaça também vem sendo direcionada a militantes dos direitos humanos e a espaços simbólicos contra a ditadura, como a ex-Esma.

Tais informações sobre o CECIM de La Plata me ajudaram a definir a associação como uma das que eu recorrería para realizar as entrevistas. O contato com o CECIM foi através de e-mails com o secretário da associação José Luís Aparício, nos quais acordamos de que no meu retorno à Argentina agendaríamos uma visita em que definiríamos os integrantes a serem entrevistados. A visita foi definida para o dia das reuniões semanais do grupo, às terças-feiras. No dia 26 de maio de 2015, cheguei ao Cecim onde fui muito bem recebida pelo secretário Luís Aparício, o presidente da associação, Mario Volpe, e todos os integrantes presentes nesta reunião, cujo tema foi o pedido de reconhecimento como veteranos pelos soldados que atuaram na guerra na parte da logística e da guarda da costa. A posição dos presentes é de que se tal reivindicação fosse atendida, o Estado não conseguiria efetuar esse montante de pagamentos, podendo prejudicar, inclusive a eles próprios que já recebem as pensões através de um decreto.

Após a reunião, me convidaram para o jantar que sempre fazem no final do encontro, onde pude conversar informalmente com alguns dos integrantes sobre o conflito nas Malvinas. Nessa conversa, me relataram de forma descontraída e bem humorada algumas experiências no front de guerra. Relataram

⁶¹LA PLATA: *Nuevas amenazas al CECIM por grupos neofascistas*. Buenos Aires, 2015. Disponível em <<http://www.politicaymedios.com.ar/nota/8107/la-plata-nuevas-amenazas-al-cecim-por-grupos-neofascistas/>>. Acesso em 18 set.2015.

que por pertencerem ao mesmo Regimento, o Regimento 7 de La Plata, a maioria ficou próxima durante os dias no front e alguns compartilharam as mesmas trincheiras; que chegaram a ficar 15 dias sem receberem alimentos, tendo que tomar água das chuvas e caçar ovelhas para se manterem e que sendo o Regimento 7 o que ficou na frente de batalhas, foram os mais atingidos por balas e estilhaços de granadas. Após o jantar, me mostraram um mapa produzido pela associação, onde a América do Sul fica na parte de cima e a do Norte abaixo, para questionar como a imagem tradicional do Mapa Mundi representa um pensamento que é dos países hegemônicos. No mesmo mapa, mostraram a proximidade da Antártida com a Argentina e as Malvinas, ressaltando que este era o principal interesse da Grã-Bretanha nas ilhas: o de ponto estratégico para o acesso aos recursos naturais da América Latina e da Antártida, “A Antártida é argentina”, repetiram. Luís Aparício questionou o porquê de eu ter marcado entrevistas com membros da Aveguema, sendo uma associação só de oficiais, então eu ressaltar a importância da diversidade de entrevistados para entender os diferentes discursos sobre o conflito nas Malvinas.

Um aspecto que me chamou a atenção na primeira visita foi a erudição e a politização de membros do CECIM. Rosana Guber (2004:128) resalta que em La Plata era comum soldados maior de idade porque haviam pedido prorrogamento na conscrição para estudar. Portanto, estes são jovens que estudaram em universidades, que haviam sido politizados dentro da família, e alguns eram filhos, irmãos menores de presos políticos, dirigentes gremiais, políticos e intelectuais. Observando durante a reunião as participações e as posições de Rodolfo Carrizo e Ernesto Alonso, sobre o tema tratado, convidei-os para me concederem as entrevistas. O próximo passo foi investigar a biografia dos depoentes, entrevistas, artigos, etc., para a elaboração do roteiro individual de perguntas que complementaria o roteiro geral. Durante as entrevistas, anotei no caderno de campo todo o seu desenrolar, as reações dos entrevistados, nomes próprios e citações que me deixaram dúvidas e que seriam material para elaborar o roteiro parcial de perguntas que seriam colocadas ao final ou em momentos oportunos.

Rodolfo Carrizo, 61 anos, nasceu na Província de San Juan, Argentina e tem curso universitário de licenciatura em Economia, cuja especialidade é o trabalho com assessoria de cooperativas. Foi presidente do CECIM entre 1990-1994, co-presidente do Conselho Argentino da Paz e assessor do Ministério de Defesa dos 25 anos da Guerra das Malvinas. É professor adjunto da Cátedra Libre

Malvinas, Comunicación y Nación da FPyCS da UNLP (Universidade Nacional de La Plata). Tinha 27 anos quando foi convocado e era um dos mais velhos soldados conscritos. Devido estar cursando a universidade aos 18 anos, só serviu o serviço militar depois de finalizado o curso universitário, amparado por uma lei do Serviço Militar Obrigatório chamada Prorroga. Como universitário, tinha participação política ativa e contrária à ditadura militar, o que o fez questionar, ao ser convocado, estar em uma guerra empreendida pelo governo de um Estado repressor.

Carrizo me concedeu a entrevista no dia 02 de junho de 2015, durante 3 horas, na sala de reuniões do CECIM. Durante todo o depoimento, se mostrou eloquente, com grande conhecimento sobre política, falava com intensidade e de forma enérgica sobre sua experiência de guerra e principalmente sobre o regime da ditadura militar. Também, frequentemente desenhava a região onde ficou em combate ao lado dos colegas do Regimento, mostrou fotos de soldados no front e se emocionou ao relatar as mortes de companheiros de trincheira e de como essas cenas ficaram em sua cabeça. Outros momentos de maior comoção foram: quando fala de seu retorno às Malvinas ao lado do seu filho Martin; sobre o documentário *Nuestras Historias* (2007), que tem como um dos realizadores o filho, e da volta para casa, após a guerra.

Carrizo relata que o sentimento de quando foi recrutado foi primeiramente de desnorteamento, porque jamais havia imaginado que ia a uma guerra, tinha planos pessoais, profissionais e familiares e se questionava “E se eu morrer na guerra?” Porém, o que mais o afligiu em sua convocação foi o fato de ser militante da luta contra a ditadura e estar sendo convocado por ela, para ir a uma guerra: “em um momento, também me confundo e digo ‘Como vou ir lutar com um Exército da ditadura, se eu tenho outra ideologia’?”

Assim como outros integrantes do Regimento 7, situado em La Plata, Rodolfo Carrizo teve seu posto na adjacência do Monte Longdon, onde segundo ele houveram os combates mais intensos, nos quais uma das principais dificuldades foi a grande escuridão “ Não se identifica nada, você só sabe que estão atirando em vocês e você está atirando”. Outro aspecto é que a geografia da região não propiciava nenhuma proteção natural, ficavam o tempo todo expostos e por isso a importância das trincheiras. Devido a posição na linha de frente e aos intensos combates, além de bombas vindas de navios e aviões, Carrizo me explica que a maioria dos soldados do seu posto, o Regimento 7, saiu com ferimentos, alguns

graves que geraram perda de movimentos: “Mario Volpe [Presidente do CECIM] tem ferida nas costas. Ernesto Alonso tem uma ferida em outra parte do braço. Carlos Mercante teve parte da perna cortada. Eu tenho uma ferida na perna e outra nas costas”. O veterano informou que dos 12 soldados que estiveram junto a ele na mesma sessão, quatro morreram: “Meu companheiro de tenda, que vivia comigo o tempo todo durante a guerra, ele morreu. [...] de meus companheiros que eram 12, morreu Pascual, morreu Alfredo Gatoni, morreu um soldado que se chamava Falcón, e morreu o soldado que chamava Carballido. Eles, que eram meus amigos de(pausa)”. Ao questioná-lo de quais situações no front de guerra se lembra mais, ele relata:

Pessoalmente, não tenho um momento. Porém, tenho a guerra o tempo todo...não olhando para trás, senão olhando Malvinas adiante. Por que? Porque nos aqui no CECIM elaboramos muito e não estamos presos a guerra. Se você fica preso nessa experiência, começa a fazer mal a sua cabeça, a sua psique. Porque a guerra é um horror. E o horror não tem explicação. O horror é subjetivo. Porém, parte de um eixo objetivo. Vocês veem a morte, a desesperação. Porém, depois sua cabeça fica todo o tempo trabalhando, trabalhando o que viste. E a medida que passa o tempo, se você não tentar separar um pouco dessa cena terrível de horror e morte, se não tentar compreender, isso te persegue todo o tempo e te destrói.

Carrizo explica que ao chegaram de volta à Argentina, desceram primeiramente em Puerto Madryn, onde foram recebidos de forma solidária e afetuosa pelo povo que lhes abriu a casa, dando lhes comida e oferecendo o telefone para que pudessem falar com a família. Depois foram levados para Buenos Aires e ficaram dois dias retidos antes de serem liberados: “Eu havia ido a guerra com 82 quilos e perdi 17 quilos”, por isso, segundo ele, antes de irem para casa, eles foram alimentados e firmado um compromisso de não falar o que havia sucedido. “Que fizemos nós? Falamos muito”. Ao chegar em La Plata, optou por voltar para casa vestido de civil e ressalta a boa recepção dos moradores de sua cidade, sendo que vizinhos e amigos foram visita-lo: “as pessoas diferenciaram muito rapidamente o que eram os comandos militares e os soldados. E os soldados foram muito bem recebidos”. Porém, para ele, alguns casos foram mais complicados porque não havia quem os recebeste em casa.

Ele ressalta a importância de uma associação como o CECIM para ajudarem um ao outro: “Sem esquecer, sem perder a memória, porém, pode construir e seguir, com toda a dor que pode ter”, e explica que por causa desse amparo, na sua cidade houve apenas um caso de companheiro que se suicidou: “Mas se você tem uma família que conterà, uma organização que contém você, você tem melhores ferramentas para suportar o pós-guerra”. No entanto, também houveram outras dificuldades pelos quais tiveram que passar, como a falta de oportunidades de trabalho:

Durante os 10 anos que nós voltamos da guerra, era muito difícil conseguir trabalho, voltar a estudar, concentrar-se, era muito difícil ser reconhecido socialmente e que não te dissessem “É um louquinho de guerra”, por isso ali, depois dos anos 2001 adiante, apareceu a muito importante presença do Estado. Era a ajuda econômica, a ajuda social-sanitária. Porém, também, porque houve uma luta muito intensa dos soldados para ganhar uma quantidade de direitos que serviram a todos.

Esclarecido sobre a importância da participação política, Carrizo informa o apoio estatal aos veteranos, a partir de 2001, mas ressaltando que este foi fruto da luta intensa dos soldados. Durante a entrevista, o veterano me explicou, porque o CECIM não aceita militares no grupo:

A primeira razão é porque não somos iguais. Não fomos na mesma condição. Eles foram, primeiro por uma opção profissional. Quiseram ser militares. A segunda questão, foram cobrando. O Estado lhes pagava um soldo. E os soldados, fomos soldados por uma lei, e não tivemos as mesmas condições. E fomos aos piores lugares. [...] De fato, se você olha a lista dos mortos, a maioria são soldados. E uma curiosidade, não houve nenhum general morto na Guerra das Malvinas. Porém, há muitos soldados.

O veterano defende que em associações onde se reúnem soldados, oficiais e suboficiais aparecem a questão da hierarquia, enquanto no CECIM, há maior igualdade: “somos todos iguais, somos todos soldados. Não há hierarquia”. Quanto à relação com outras associações, ele relata que “Há uma organização de familiares em Buenos Aires, que tem diferenças com o pensamento do CECIM, porque, também, há uma influência ideológica distinta, que provém de gente que esteve vinculada às Forças Armadas ou vinculado ao pensamento de direita, que não tem esta visão que eu te estou contando”.

Ernesto Alberto Alonso, tem 53 anos, nasceu na cidade de Buenos Aires, tem nível terciário de estudo, participou da organização da Obra Social PAMI, no Programa Nacional de Atenção a Veteranos da Guerra das Malvinas e desde 2012 é presidente da Comisión Nacional de Ex Combatentes de Malvinas⁶², órgão público do governo federal. A biografia de Alonso mostra um ex-combatente atuante e dinâmico em movimentos em prol dos soldados conscritos, como os empreendidos pelo CECIM, a própria Comisión Nacional de Ex Combatentes é voltada para atender estes veteranos, que foram a guerra devido ao seu período de conscrição. Alonso me concedeu a entrevista no dia 02 de junho de 2015 durante 2 horas, na sala de reuniões do CECIM.

Quando cheguei ao CECIM para realizar as entrevistas, Alonso me pediu que aguardasse em uma sala até que ele e o presidente da associação, Mario Volpe, terminassem de atender duas senhoras, que mais tarde me revelou serem enfermeiras que atenderam feridos no continente no período da guerra e que alegam terem sido abusadas sexualmente por militares: “É uma questão de direitos humanos”, ressalta. Durante a entrevista, se mostrou muito racional em suas respostas e bastante envolvido com todas as causas que se relacionam com reivindicações dos ex-soldados das Malvinas. Ele estava no período do serviço militar há um ano, próximo de dar baixa, quando soube do início da guerra: “Tenho uma imagem. Uma imagem de que eu estava em uma cantina de soldados, no buffet dos soldados, com outro companheiro e vimos a televisão, e vimos que estava Galtieri, nesse momento Presidente de fato, falando que havíamos recuperado as Malvinas [...] imagina que aos 19 anos não se está preparado para morrer. É um jovem que tem projetos de vida, e de repente em duas semanas mudaram nossa situação”. Ele revela que naquele momento tudo que sabiam era que as Malvinas

⁶²Segundo Alonso “A Comisión Nacional integra distintos organismos públicos. Há uma comissão que está formada por 4 membros, que são soldados conscritos e um familiar de um soldado morto, e depois há representações do Ministério do Trabalho, da Chancelaria, do Ministério da Saúde, do Ministério da Educação, do Ministério do Desenvolvimento Social, do PAMI. Ou seja, todos que têm a ver com as políticas sociais que se estabeleceram nos últimos tempos. Dali relacionamos para segurar tudo o que temos buscado até o momento (as leis, os benefícios, etc.) e representação a partir do Governo Nacional. Segundo o *Jornal Chaco* dia por dia (2012), a comissão “estava a cargo dos setores de veteranos com um discurso mais belicista de reivindicação da guerra. Desde a chegada do kirchnerismo ao poder, a comissão estava em intervenção. Agora, ao designar Alonso como seu novo presidente para normalização, o governo lhe deu uma aparência civil: se ocupara exclusivamente das reivindicações dos ex-conscritos e do pessoal não militar. O manejo das políticas para os militares que estiveram na guerra caiu a cargo do Ministério da Defesa”. Citado em VALES, Laura. *Designaron a Ernesto Alonso en la Comisión Nacional de Ex Combatientes*. Buenos Aires. Disponível em <<http://chacodiapordia.com/noticia/64753/designaron-a-ernesto-alonso-en-la-comision-nacional-de-ex-combatientes>>. Acesso em 20 set. 2015

eram argentinas, o que haviam aprendido na escola, mas não tinham a dimensão da importância do tema.

Alonso afirma que eles não pensavam que iriam para uma guerra no momento da convocação “os acontecimentos iam envolvendo em uma situação não pensada. Nunca pensamos que íamos terminar onde depois terminamos, porque sequer os militares haviam concebido essa situação”. Essa indecisão a respeito de se teriam ou não uma guerra, segundo o veterano, acabou por favorecer a Grã-Bretanha. No decorrer da entrevista, relatou que seu grupo chegou no dia 13 de abril, depois de onze dias da ocupação, quando o Exército decidiu enviar mais soldados e explicou as principais dificuldades na espera pelo início do conflito de dentro de suas trincheiras “com intemperes do tempo, do clima, começaram a aparecer as primeiras situações de falta de comida, o frio, a umidade. Imagina que entre abril e junho, ali há uma mudança climática importante”. Segundo Alonso:

Uma coisa é olhar um filme e outra coisa é viver essa situação, ver os aviões. Por mais que estávamos a distância. Bom, a partir de ali se dá uma situação que vai todos os dias [...] a partir do primeiro de maio, depois que se produziu o desembarque de tropas britânicas, que fazem a cabeceira da praia em São Carlos, já depois começamos a receber, depois de 25 de maio, ataque diretamente de artilharia. E já ali começamos a sofrer sobre nossas posições ataques da artilharia terrestre. [...] Aviões e terrestre. Navios, também. E eles se acercaram sobre o Oeste da ilha e bombardearam as posições que nós conformávamos na defesa de Puerto Argentino. [...] Até que chegaram os momentos finais, já eram situações que não suportávamos mais estar ali. Pela situação famélica em que vivíamos, as situações, a debilidade.

No dia 11 de junho de 1982, Alonso relata que houve o ataque das tropas britânicas ao seu regimento, sendo que nesse mesmo dia, o Papa visitava a Argentina “Terminamos de escutar um rádio que havia por ali com alguma pilha, com a mensagem do Papa e se produziu o ataque. E o pior de tudo é começar a recompor as histórias quando começa a notar que haviam companheiros que não estavam. Que haviam caído. [...] O regimento 7 é o que mais baixas teve em Malvinas. 36 mortos. Cerca de 150 feridos”. Quanto a difusão de informações sobre a guerra no front, o veterano relata que só recebiam informações através de algumas revistas e jornais que chegavam e que passavam a mensagem de que eles estavam ganhando, quase como se tivessem falando de uma partida de futebol, um fato que estava, segundo ele, dentro do aparato de propaganda que montou a ditadura militar:

“A informação que chegava contrastava com o que vivíamos. ‘Como vamos ganhando? Se os aviões nos bombardeiam’. Além disso, a situação terrível”. O recebimento da notícia da rendição na guerra foi encarado por Alonso com alívio e tristeza: “Por um lado o alívio de saber ‘Me salvei. Terminou. Vou para minha casa’. E por outro lado, a grande frustração e a grande dor pela perda”.

Ele ressalta também, a importância de se reunir com os companheiros em uma associação como CECIM “aqui, neste lugar, temos feito uma experiência quase única, que tem sido a experiência de verbalizar, falar. Todo o contrário ao que nos queriam impor ao regresso de Malvinas, a ditadura, que não tínhamos que contar, não tínhamos que falar”. De acordo com o veterano:

Para nós o tema da guerra já está superado. Aqui nas reuniões não falamos de guerra. Falamos do presente. E futuro. [...] Então, nos permite dizer, bom, nos tivemos uma experiência. Esta experiência foi terrível. Não reivindicamos a decisão da guerra. Sim, reivindicamos a nossos companheiros que morreram. E, por suposto, há, todavia, um assunto pendente que é a recuperação desses territórios usurpados. Porém, não estamos falando todos os dias do conflito. [...] é como que a guerra é parte de nossas vidas que durou 64 dias. Porém, depois temos 33 anos de militância no que foi, a partir desse momento, refazer nossas vidas com Malvinas, porém, desde outro lugar. Entende?.

Assim, como coloca Carrizo, Alonso explica que o objetivo do grupo é falar das demandas do presente, não reivindicando a decisão do empreendimento da guerra, para os quais, foi uma irresponsabilidade do governo do Regime Militar, mas reivindicando os companheiros que morreram nela e a recuperação das ilhas, que acreditam serem as reivindicações legítimas. Carrizo já tinha participação política e ativa na universidade, antes de ir a guerra, mas a volta para casa colocou, ele e Alonso, dentro de um quadro comum entre os que combateram nas Malvinas: o início de um maior envolvimento com demandas políticas, não somente na luta por reivindicações dos ex-soldados conscritos - como melhor assistência e punição de oficiais que cometeram abusos no front - mas também contra o que chamam de ações “imperialistas” de países hegemônicos dentro da América Latina, cujo domínio das Malvinas se configura em mais um exemplo desses objetivos.

2.2.2 Sergio Fernández e Juan Carlos Yorrio – Associação AVEGUEMA

O primeiro contato com a AVEGUEMA⁶³ (Asociación de Veteranos de Guerra de Malvinas) foi em 2013, em minha primeira viagem à Argentina para a primeira fase do trabalho de campo. Na ocasião deixei acordado que no meu retorno à Argentina agendaria com dois membros para as entrevistas. A AVEGUEMA foi fundada em 2001 e é a associação de veteranos com maior número de integrantes, três mil e duzentos associados, predominantemente militares, sendo responsável por um periódico chamado *La Gaceta Malvinense*⁶⁴. No retorno a Buenos Aires para as entrevistas, visitei novamente a sede da AVEGUEMA para conhecer os entrevistados, onde fui recebida pelo presidente da associação, o General Sergio Fernández, que me antecipou algumas de suas posições sobre o tema do meu trabalho. Segundo Fernández, a abordagem que o cinema faz da guerra e dos combatentes é apenas mais uma representação, que expressa a impressão dos realizadores e que pode não condizer com suas experiências na guerra, ressaltando

⁶³A página em uma rede social da Aveguema conta que os propósitos da Associação são: os de nuclear e vincular, ao pessoal militar sem distinção de hierarquia, e ao pessoal civil, que segundo os registros das respectivas Forças Armadas ou Forças de Segurança do Ministério da Defesa, creditem sua condição de veteranos de guerra, do Teatro de Operações de Malvinas ou Teatro de Operações do Atlântico Sul. Participar de todos os atos recordatórios, efêmeros e cerimoniais relacionados com nossa história em geral, em especial com o conflito do Atlântico Sul. Executar com recursos, mecanismos e proteção a seus membros e propiciá-los ante os poderes públicos. Promover a honra da memória daqueles que perderam a vida em defesa de nossa soberania durante o conflito. Exaltar a participação que compartilhou os veteranos de guerra, durante o conflito. Manter uma ativa vinculação com Instituições Militares e Civis que contemplem objetivos comuns, com a referente façanha de Malvinas. Manter a memória coletiva do tema Malvinas, como uma causa nacional, sem tempo, nem espaço. Promover reuniões, publicações e atividades acadêmicas e de outro tipo, tendentes a difusão ou materialização que fazem manter acesa a chama por nossas Ilhas Malvinas. Outra das atividades que leva diante a Asociación de Veteranos de Guerra, é que quando nossos associados ou não associados, um Veterano de Guerra tem um problema, tratamos de encaminhá-lo para o setor e organismo que pode ajudar. Provenos informação ou o conectamos ou depende do caso que for, fazemos as gestões necessárias para dar uma pronta solução ao mesmo. Sejam ou não sócios nossos. Não perguntamos, somente basta com que seja Veterano de Guerra. Missão: reunir a todos os Veteranos de Guerra das Malvinas, sem distinção de hierarquia.

⁶⁴A jornalista Nora Veiras, em Matéria para o site de notícias Pagina 12, criticou a homenagem que o jornal da AVEGUEMA, *La Gaceta Malvinense*, fez ao veterano da Guerra das Malvinas, o coronel Mohamed Ali Seineldín. De acordo com Veiras (2009), “A associação que nucleia a oficiais das Forças Armadas que participaram da Guerra das Malvinas, o segue consignando como ‘coronel retirado’ apesar de que a graduação o perdeu por ter levantado armas contra a democracia, impulsionando as rebeliões carapintadas com o fim de evitar julgamentos por delitos que lesa a humanidade”. Veiras (2009) relata também, que é integrante da associação, o capitão de ultramar, Dorrego, veterano de Malvinas por sua participação em um navio da Marinha Mercante e que, segundo a jornalista, participou na América Central como treinador de torturadores. Trecho em MALESTAR MILITAR *ao ser dado de baja subitamente el comandante del Ildo. Cuerpo de Ejército*. Buenos Aires, 2009. Disponível em < http://www.labetellaalmar.com/vercorreo_lector.php?id=2516>. Acesso em 13 de abr. 2014.

ser contra a imagem de vítima dada aos soldados por tais produções. Marcamos a entrevista para a semana seguinte e por telefone com o outro membro da associação, tenente-coronel Juan Carlos Yorio, que mora no interior.

Sergio Fernández⁶⁵, 64 anos, é general do Exército aposentado - aos 31 anos, durante o período da guerra, exercia o cargo de primeiro-tenente – e foi um dos chefes da Companhia de Comando 601, tendo 19 homens sob seu comando. Seu nível de educação formal é universitário, com formação militar na Escola Superior de Guerra, cursando pós-graduação na Argentina e nos Estados Unidos. Durante toda a vida, sua ocupação é na área militar, começando aos 17 anos. É o atual presidente da AVEGUEMA. Fernández me concedeu a entrevista no dia 03 de junho de 2015, durante duas horas e meia, na sala de reuniões da AVEGUEMA. Durante todo o depoimento falou de forma tranquila e serena, se mostrando bastante eloquente e racional em suas respostas, mas em determinados momentos emotivo, como ao falar dos mortos na guerra e sobre a rendição do exército argentino. O único momento que pareceu se incomodar com uma pergunta foi quando questionei se havia visitado o museu Malvinas e Ilhas do Atlântico Sul, presidido pelo presidente do CECIM, Mario Volpe, e localizado na antiga ESMA (Escola Superior de Mecânica da Armada), hoje Espacio Memoria y Derechos Humanos⁶⁶, tendo

⁶⁵De acordo com o jornal Diario Perfil (2009), em 2009 o general Sergio Fernández lançou críticas contra a condução das Forças Armadas durante uma cerimônia de posse do tenente coronel Sergio Lugones como novo chefe da Base de Apoio e Logística de Curuzú Cuatiá, em Corrientes, tendo sido punido por sua ação: “O comandante do II Corpo, o general (Veterano da Guerra das Malvinas, Comando e Paraquedismo) Sergio Fernández, teve que marchar a sua casa depois de lançar duras críticas contra a condução das forças. Questionou a falta de pressupostos e a deterioração das unidades e dos veículos de combate. Também, se queixou pelo ‘atraso’ com que chegam os recursos aos quartéis”. Segundo O Diário Perfil (2009), “Em seu legado honorífico, além de sua participação destacada em Malvinas, figura sua participação nos montes tucumanos no Operativo Independência, que se executou a partir do 5 de fevereiro de 1975, quando a então presidente Maria Estela Martínez de Perón firmou o decreto Nº 261: “Executar as operações que sejam necessárias a efeitos de neutralizar e/ou aniquilar a ação de elementos subversivos que atuam na Província de Tucumán”. Aquele operativo –explicou Fernández – que durou até depois do golpe militar de 76, e foi comandado pelo ex governador de Tucumán, Antonio Domingo Bussi, participamos mais de 5 mil homens das Forças Armadas”. Trecho em MALESTAR MILITAR *ao ser dado de baja subitamente el comandante del Ildo. Cuerpo de Ejército*. Buenos Aires, 2009. Disponível em <http://www.labetellaalmar.com/vercorreo_lector.php?id=2516>. Acesso em 13 de abr. 2014.

⁶⁶A ESMA (Escola Superior de Mecânica da Armada) foi, durante o período da ditadura militar (1976-1982), um centro clandestino de detenção de considerados “subversivos”, por onde passaram 5.000 pessoas, tendo entre outras funções, salas destinadas a prática de tortura. Em 1998 o presidente Carlos Menem sugeriu a demolição do prédio e a construção de um espaço verde símbolo da união nacional. Esse projeto foi criticado por grupos de direitos humanos e setores da sociedade, como familiares de desaparecidos, que argumentavam que o prédio era uma prova importante na luta por justiça aos desaparecidos da Ditadura. Em 2004, Nestor Kirchner transformou o prédio em “Espacio para la Memoria y la Promoción y defensa de los Derechos Humanos”. A instalação do Museu Malvinas e Ilhas do Atlântico Sul dentro da ESMA, teve como objetivo, justamente, lembrar a responsabilidade do governo da ditadura militar no empreendimento da guerra e fortalecer a luta por

respondido apenas “Não sei, não fui”. Ele lembra que ao ser convocado para ir às Malvinas, sua unidade tinha uma mescla de orgulho, serena decisão de fazer o que deve fazer, mas a incerteza do que teriam que enfrentar.

Fernández relata que seu grupo chegou a Malvinas no dia 27 de abril: “Eu saí com uma primeira missão no dia 30, com 8 homens da minha Seção e três helicópteros, fazíamos o extremo oeste da Grande Malvina. Uma missão de busca de possíveis Comandos britânicos infiltrados”, buscando abater aviões e helicópteros britânicos com mísseis por terra e de resgate da tripulação de aviões argentinos derrubados. Fernández explica que quando começou a guerra, eles preparavam para voltar a Puerto Argentino, mas derrubaram um avião Mirage argentino e com um helicóptero de abastecimento de combustível foram recuperar o piloto. Ele também participou da missão do dia 21 de maio, quando atingiram um avião britânico com um míssil e capturaram o piloto

Pela circunstância de meu treinamento prévio de 3 anos, desde 1979, eu era o apontador de míssil Blowpipe treinado do Exército Argentino. [...] Na segunda passagem, o espero a mais curta distância, e a uns 700-800 metros realizei o disparo sobre a aviação com um míssil Blowpipe. O avião se aproxima, o piloto se ejeta, e com meus oficiais e um dos suboficiais da Seção médica da Companhia fomos a busca do piloto ejetao. [...] Se tratava do tenente piloto Jeff, do primeiro Esquadrão da RAF, e ficou prisioneiro, a partir desse momento, das Forças Argentinas.

Outro momento que Fernández diz ter sido marcante foi o dia 10 de Junho, quando a Primeira Seção, no comando do primeiro-tenente Duarte, atacou um posto observatório britânico, no qual morreu o Capitão inglês John Hamilton da S.A.S “ao dia seguinte, 11 de junho, ele foi enterrado com todas as honras militares no Cemitério de Puerto Howard, onde está hoje, por decisão de sua viúva”. O último ato de Fernández na guerra foi, segundo ele, queimar a bandeira argentina que levava para que não caísse no poder dos britânicos: “No dia seguinte, chegam as forças britânicas para cuidar de Puerto Howard [...] passamos a ser verdadeiramente prisioneiros de guerra”. Ao serem conduzidos ao navio Canberra na Bahia de San Carlos, Fernández relata que, por entender inglês, colaborou com a Cruz Roja para fazer fichamento e registro de todos os prisioneiros que iam entrando

justiça e reparação aos soldados que foram enviados a guerra e que segundo o CECIM, foram vítimas de abusos cometidos por oficiais.

no navio: “Haviam soldados que vinham com feridas leves, porém eram feridas que podiam representar danos maiores, posteriormente. Havia gente que vinha enferma, com enfermidades produto da exposição ao frio e a umidade”.

Ao ser questionado do momento que recorda mais frequentemente, Sérgio Fernández revela que foram “os momentos finais, os da rendição, com algum grau de, eu diria; orgulho e alegria. Eu sempre digo que meu pior dia foi o 15 de junho, quando teve a rendição”. Para o veterano, “Esse foi o pior dia [...] Porque quando deixa de ser um homem livre e se converte em um prisioneiro, já não tem domínio de nada. Nem de sua pessoa, nem de sua equipe, nem de nada. Não sabe o que vai ser o futuro. Está nas mãos dos outros. [...] E aparte, em meu caso, com a responsabilidade de outros 19 homens detrás de mim. Minha preocupação seguia sendo meus homens. Não era somente uma coisa pessoal”.

Sergio Fernández também revela a emoção da chegada em Puerto Madryn “receberam como se tivéssemos triunfado. Foi muito emotivo ver todo nosso povo alinhado ao lado da rota e nas ruas saudando-nos com cartazes, com bandeiras, recebendo-nos como filhos do povo argentino”. No campo de Mayo, ele relata que passaram 24 horas no processo de “interrogatório, recuperação da capacidade” e ressalta não entender porque a ordem de isolamento dos ex-combatentes nesse período: “Não entendemos, porque resultou inexplicável, inaceitável. Porque a atitude das pessoas [no país] era o contrário. As pessoas nos receberam bem”. Depois, “no dia 20 de junho de 1982, que era nosso dia da bandeira, e o dia dos pais, coincidia, voltamos a poder reunir com nossas famílias”. Como eram oficiais, no dia 21 de junho estavam de volta para amparar militares feridos, familiares de mortos e reconstruir o Comando com novos equipamentos e equipe, sendo que “a maior parte de seus oficiais se tornaram generais e coronéis. Os suboficiais, a maior parte, também chegaram às mais altas hierarquias”.

Para Sérgio Fernández, ao retornar da guerra, cada combatente assimila a experiência e segue em frente de formas distintas: “Depois, com o passar do tempo, cada um dos combatentes assimila seu pós-guerra de uma maneira distinta. E isso é, há tantas respostas como combatentes. Cada um enfrenta o futuro na reconstrução de sua vida, ou simplesmente volta a sua normalidade profissional ou pessoal”, mas diz compreender que não é a mesma coisa para os que voltam sano e os que voltam com um braço ou uma perna a menos.

Juan Carlos Yorio tem 63 anos e nasceu na capital federal, tem nível terciário de educação, tendo cursado na Escola Militar com a graduação de subtenente. Sempre trabalhou na carreira militar e nos últimos anos se especializou na área de informática, lecionando em escolas públicas e privadas. É tenente-coronel aposentado e era primeiro-tenente quando foi à guerra. Juan Carlos me concedeu a entrevista no dia 03 de junho de 2015, durante duas horas e meia, na sala de reuniões da AVEGUEMA. Foi o mais emotivo dos entrevistados, tendo chorado em vários momentos da entrevista. Mostrou-se também, muito orgulhoso de sua profissão de militar e de sua participação na Guerra das Malvinas. Ainda com o gravador desligado, falou que os filmes representam apenas partes da guerra e não tudo, apresentando apenas o ruim, o negativo. Durante a entrevista, recorreu a imagens de mapas da região onde ficou durante a guerra. Bastante sorridente, Yorio só ficou mais circunspecto quando o questionei sobre os relatos de soldados sobre fome, falta de armas e vestimentas adequadas para a guerra.

O momento de mais emoção foi quando relatou com detalhes de quando foi informado da derrota. Yorio explica que recebeu a notícia da tomada das Malvinas como todos, com surpresa “Creio que como a grande maioria, me senti muito contente, muito eufórico de que as Ilhas Malvinas houvessem sido recuperadas”. Quando foi recrutado na Província de Corrientes, sentiu-se satisfeito de estar cumprindo seu dever e obrigação. Ele ressalta que desejava que o enviassem, pois ele e seu grupo sentiam estar preparados “Sempre se pode estar melhor preparado, porém creio que nos sentíamos bem preparados e confiantes”.

Segundo Yorio, sua Companhia de Infantaria, com duzentos e cinquenta homens, foi designada como Reserva Helitransportada e enviados para o Monte Kent e depois Puerto Darwin. Ele ressalta que no dia 21 de abril, eles foram descobertos por aviões ingleses e atacados e que não tinham armas adequadas para a defesa da aérea “Atirávamos com fuzil e metralhadora, porém não eram armas adequadas para derrubar. Sergio [Fernández] derrubou um Harrier [avião inglês] com um míssil de ombro. Nós não tínhamos”. Quando os ingleses desembarcaram em San Carlos e foram atacar Pradera del Ganso, no istmo de Darwin, o seu grupo foi enviado para a região e assim que chegaram foram atacados por artilharia inglesa. Yorio explica que os projéteis ingleses, lançados em seu grupo, caíam a cada 30 segundos e por isso dava tempo de seguirem avançando, isso no período noturno, quando não enxergavam seus próprios companheiros. Ele explica que durante sua

missão, mandava um grupo fazer reconhecimento antes de ir com o restante do Regimento e relata uma das situações que lhe mostrou a coragem de seus homens:

Cumpriram com a missão e regressaram. Resulta que eu havia mandado ao homem-guia, havia enviado um suboficial meu que era o chefe da ponta, que ia adiante de todos, que era o que nos ia guiando, e dois soldados para lhe servirem de apoio. Então, eu me dou conta que entre estes homens havia um cabo que eu não havia mandado, 19 anos o cabo. Então, eu chamo e lhe digo por que havia ido nessa patrulha se eu não o havia mandado. Havia mandado a um cabo primeiro, a um sargento e dois soldados. O cabo tirou um soldado e foi ele. Então, me disse que porque lhe havia parecido que era uma missão muito difícil, que provavelmente foram a morrer, e, então, queria ir em vez do soldado. Isso demonstra, também, o valor, a entrega, a decisão. É só isso. Eu depois me inteirei quando voltou e lhe questionei por isso. Porque esse cabo, ademais, era enfermeiro. Então, ele havia querido ir, também, para que no caso de que necessitassem de seus auxílios, poder fornecer.

Yorio relata o quão difícil foi para ele a notícia da rendição argentina: “Faz um tempo, eu dizia que não tive medo porque estava bem preparado. E para muitas outras coisas. Para a derrota não estava preparado”. Segundo ele, “O argentino, que é a pessoa que eu mais conheço, não está preparado para a derrota (risos) Não queremos perder no futebol. Bom, brasileiros tampouco (risos). Não queremos perder nada”. Portanto, seus sentimentos nesse momento foram de desolação: “Estávamos no limite de nossa capacidade de assumir o que estava passando. Pensei que sairia do Monte Kent depois de derrotar ao último dos ingleses, e me encontro umas horas mais tarde em que estávamos a ponto de pactuar a entrega da praça que estávamos defendendo. Muito traumático”.

O veterano diz entender a forma que foram recebidos na Argentina “Bom, se não podemos admitir que uma seleção de futebol seja derrotada...porque a Seleção é a que nos representa. Neste caso, as tropas, nós éramos os que representavam. E fomos derrotados. Quando nossos torcedores viram que sua equipe havia perdido, dificilmente os receberia com aplausos. [...]. Então seus combatentes foram recebidos com alegria pelos familiares e os parentes, porém não pelo resto da sociedade”. No entanto, Yorio acredita que hoje em dia a sociedade tem tratado os combatentes com muito carinho e conta uma experiência que teve há duas semanas, quando foi convidado para ir a um colégio responder as perguntas de

crianças e que ao sair, foi abordado por um homem que o questionou “ ‘Desculpe, você é veterano de guerra? ‘, ‘Sim’ lhe digo. ‘Eu lhe felicito’ E se foi”.

Durante as entrevistas, concluí que os depoimentos dos dois militares profissionais se diferiam em vários aspectos aos dos soldados conscritos do CECIM. O fato de serem militares, de estarem exercendo sua profissão no front de guerra foi um aspecto importante no posicionamento dos entrevistados sobre os temas relacionados ao conflito. Além de serem mais bem preparados para a ação bélica, a possibilidade de uma guerra não os assustaria tanto quanto a um grupo de jovens civis. Assim, como as dificuldades enfrentadas durante o conflito, em alguns pontos, podem ser vistas de formas distintas. Sendo que a situação que mais pareceu abalar os depoentes militares foi a notícia da derrota. Lorenz (2012:142) argumenta, ao analisar a obra de Juan Centurión, que “Para os membros do Exército que haviam combatido nas ilhas Malvinas, a derrota era um sério ataque a todas suas convicções, sobre tudo porque o fracasso militar questionava não somente as ideias pelas quais se haviam dedicado a carreira das armas, entrava em jogo coisas de caráter pessoal, a autestima, o amor próprio” e a preocupação do que a família iria pensar, enquanto que para soldados civis, apesar de difícil, a derrota era melhor aceita pois tinham maior consciência da situação limite que chegaram.

As Forças Armadas são organizadas com base na hierarquia e na disciplina sob a autoridade do presidente da República e com o objetivo da defesa do território nacional, com rigorosa observância e o acatamento integral das leis. Tais termos, hierarquia e disciplina, podem explicar os diferentes posicionamentos de ex-combatentes civis e militares a respeito de alguns aspectos da relação entre soldados e oficiais no front da Guerra das Malvinas. O que para os militares é uma punição por insubordinação, para o soldado civil pode significar um abuso de poder.

2.2.3 César Gonzáles Trejo e Delmira de Cao - Comisión de Familiares de Caídos em Malvinas e no Atlántico Sur

A Comisión de Familiares de Caídos em Malvinas e no Atlántico Sur foi fundada no mesmo ano da guerra, em setembro de 1982, por Hector Cisneros,

irmão de um ex-combatente morto nas Malvinas, Mario Cisneros. Cisneros permaneceu como presidente da comissão por 27 anos, até que em 2010 renunciou ao cargo, passando para Delmira de Cao, mãe de Julio Cao, professor que foi voluntário na guerra e morreu no front. O motivo da renúncia de Cisneros foi fator de uma grande polêmica entre veteranos da Guerra das Malvinas, alguns o acusando de ser espião do Exército dentro de uma associação, com o objetivo de monitorar e controlar suas ações. O site El Malvinense (2010)⁶⁷ reproduziu a matéria lançada no jornal O Diário Crítica:

Cisneros figura na lista de membros do Batalhão 601, o organismo da inteligência do Exército. Segundo os arquivos desclassificados no ano passado e publicados semana passada, o titular da ONG que nucleia pais de ex-combatentes desde 1982 desempenhou o cargo de analista de informática. Na nomeação que contem os 4.300 sobrenomes de agentes, entre civis e militares, Cisneros figura como encarregado de apoio e processamento de dados, entre agosto de 1981 e 1983. Ao mesmo tempo em que cumpria tarefas no Batalhão 601, apenas finalizou a guerra de Malvinas, onde morreu seu irmão Mario- e em setembro de 1982 fundou a Comisión de Familiares de Caídos em Malvinas.

Após a renúncia, a Comisión lançou uma nota em que defendia o ex-presidente Hector Cisneros, ressaltando que: “Repudiamos energeticamente as acusações efetuadas aos integrantes da Comisión de Familiares de Caídos en Malvinas e no Atlántico Sur como simples marionetes de poderes ocultos, explicando que cada palavra que foi dita e as ações da entidade, tem sido fruto do debate democrático interno, e do consenso alcançado pelo conjunto dos Familiares dos Heróis das Malvinas do país”. Na nota, a comissão ratifica sua posição sobre temas considerados polêmicos sobre a guerra como a de não permitir a exumação de soldados não identificados no Cemitério de Darwin nas Malvinas porque, de acordo com a instituição, é um tema “somente discutido por uma única entidade que representa aos ex-soldados combatentes [o CECIM], entre as mais de quatrocentas entidades que existem no país. As investigações genéticas sobre esses restos têm sido rejeitadas pelos familiares, por carecer de sentido, provocar a reabertura de sofrimento desnecessário entre os parentes e fazer perigar a permanência dos restos dos Heróis no lugar em que devem permanecer na

⁶⁷EL MALVINENSE. *Renunció Cisneros a la presidencia de la Comisión de Familiares de Caídos*. Buenos Aires, 2010. Disponível em <http://www.malvinense.com.ar/smalvi/10/1487.htm>. Acesso em 24 de out, 2014.

perpetuidade”⁶⁸. Outro tema motivador de debates conflituosos entre as associações é o pedido de punição dos oficiais acusados de cometerem abusos com soldados no front, outra luta do CECIM, os quais acusam a Comisión de serem contra tal investigação. Na nota oficial de 2010, a Comisión nega que seja contra tal investigação, mas durante as entrevistas que realizei, percebi que esse tema apresenta posições controversas entre seus membros.

O contato com a Comisión de Familiares de Caídos en Malvinas e no Atlántico Sur foi através de e-mails com seu representante César González Trejo que no meu retorno a Malvinas marcou uma visita para que eu conhecesse a sede e tivesse uma primeira conversa. Na associação, Trejo me mostrou fotos de membros da comissão com o Papa Francisco e observei também, maquetes do cenário da guerra e quadros como o do ataque aéreo dos argentinos ao navio inglês. Na conversa inicial, expliquei o tema e objetivos da pesquisa e ele me adiantou algumas de suas opiniões a respeito. Relatou que sua posição e da Comisión é de ir contra a imagem construída dos soldados como vítimas, ressaltando que esses rapazes conseguiram muito diante da força armada inglesa e a vitimização faz parecer que seu país nunca poderá lutar por Malvinas. Defende que o fortalecimento do exército é importante para promover o diálogo com nações hegemônicas e que não aprova o objetivo do CECIM de punir oficiais, porque isso vai de encontro aos interesses ingleses, pois constrói uma imagem de que eles, do país democrático, lutaram contra a República das bananas, governada por ditadores. César também ressalta não gostar das posições do historiador Federico Lorenz sobre a guerra, explicando que ele já trabalhou para a BBC de Londres e por isso, tem posicionamentos que são de interesse dos ingleses. Relata que não gosta de nenhum dos filmes sobre a guerra, porque sempre apresentam a mesma imagem vitimizadora, porém, reconhece que alguns oficiais torturaram soldados no front, mas que não foram todos a agirem dessa forma. Retornei á associação na mesma semana, em um dia de reunião para conhecer a outra entrevistada, Delmira de Cao, presidente da comissão e mãe do combatente Julio Cao, morto em combate. Nessa ocasião, conheci também outros membros, mães e pais de soldados mortos.

César Horácio González Trejo tem 53 anos, chegou a cursar os cursos universitários de Antropologia e Direito, mas não os concluiu. Foi

⁶⁸ Ibidem.

fundador da Federación de Veteranos de la Guerra de Malvinas – que aceitava integrantes pais de combatentes mortos e por isso acabou se aproximando desses familiares - e Diretor Geral no Ministério de Segurança da Província de Buenos Aires. Foi Coordenador de Operação de la Comisión de Cascos Blancos (da Secretária de Assistência Humanitária que promove ajuda humanitária em casos de conflitos e desastres naturais), dependente da Chancelaria Argentina. Atualmente trabalha na Chancelaria e atua como representante da Comisión de Familiares de Caídos en Malvinas e Atlántico Sur. Entrevistei Trejo nos dias 01 e 04 de junho de 2015, sendo necessárias duas sessões, porque contabilizaram-se 4 horas e meia de entrevista. O local foi a sede da Comisión, uma pequena sala de um prédio antigo, que foi emprestada para a associação. Em seu interior, alguns móveis empilhados e duas mesas de call center, onde ficavam os telefones. Durante as entrevistas, César atendeu o telefone da associação em algumas ocasiões, normalmente para responder dúvidas sobre o trabalho da comissão e em uma das ligações, um familiar de um ex-combatente perguntava como podiam ajudar o veterano a conseguir emprego, sendo orientado por César a lhe enviar seus dados.

Durante as entrevistas, César Trejo mostrou-se um homem de grande erudição e eloquência. Bastante racional, demonstrou mais emotividade ao relatar como encontrou um companheiro morto, cujo estado de mutilação possibilitou o reconhecerem apenas pelos óculos. Demonstrou como o marcou o aviso de um colega no quartel, logo após o retorno para Buenos Aires, que lhe disse que não se abalasse com a forma que seria recebido pela sociedade, já que vinham de uma derrota. Mostrou-se chocado quando relata que pouco depois do desfecho da guerra, viu em uma rua de Buenos Aires um anúncio de uma escola de inglês com uma enorme bandeira inglesa e achou isso inaceitável naquele momento. Se emociona ao falar da diferença de reação do pai e da mãe diante de sua participação na guerra.

Em 1982, Trejo já havia terminado o Serviços Militar Obrigatório e foi reincorporado durante a tomadas das ilhas. Ele informa que quando foi convocado já imaginava que pudesse estar indo a uma guerra, tanto que ao pegar o ônibus para ir ao Regimento: “fixara uma fotografia dos lugares por onde passava, porque podia ser a última vez que os veria. Eu ia consciente de que podia morrer. Sentia isso”. Trejo ficou em um grupo, cuja missão era a guarda da costa, porém, ele se ofereceu para ir com os outros para as Malvinas “isso era produto do entusiasmo que havia em todo o povo argentino”:

Em realidade, no 2 de abril de 1982 eu me inteirei, como a imensa maioria dos argentinos, que a Argentina havia recuperado as Malvinas. Não significava isto automaticamente que íamos ir a guerra nesse momento, senão, que em geral o que se festejou muito foi a recuperação, ainda que houvera o perigo certo de ir à guerra. Assim, que minha atitude nesse momento, ainda estava como soldado da Reserva do Exército, minha atitude foi de alegria e entusiasmo.

Trejo explica que como se ofereceu para ir, lhe disseram que o único lugar que podiam enviá-lo era a Sección de Sanidad (enfermaria). Ele não tinha instruções nessa área, mas como sua mãe se dedicava à área da saúde, tinha algumas noções e atuou no grupo dos que carregavam as macas e nos da enfermaria: “Tínhamos que fazer um exame do estado de saúde dos companheiros, tínhamos que ir buscá-los quando caíam feridos e trasladá-los à cidade, e de acordo com a gravidade eram trasladados ao hospital ou permaneciam na sessão de enfermaria de nosso Regimento, e se era muito mais grave, eram evacuados ao continente”. Uma função, em especial, ele relata ter sido sua decisão exercer: “não é que me haviam dado especial indicação, porém, eu me tomei o trabalho de recorrer às posições de combate para ver como estavam meus companheiros, eu percorria as trincheiras e perguntava como estavam e ministrava medicações”.

Trejo informa que a enfermaria era um galpão de um kelper e em Puerto Argentino ficava o hospital para onde levavam os casos mais graves. O problema mais recorrente entre os soldados era, segundo ele, os relacionados à falta de água potável, já que muitas vezes era colhida das trincheiras, o que gerava colite, problemas gastrointestinais, etc., algo que ocorria com frequência. Tais problemas de saúde eram seguidos por problemas relacionados ao frio. Ele lembra que era uma pessoa estranha ao seu grupo e relata a experiência que teve ao intervir em uma conversa de um oficial com um suboficial:

que estavam dizendo ‘não, não vão vir. Nações Unidas vai parar tudo...Porque Galtieri e Thatcher estão os dois loucos, porém, não vai acontecer nada. A ONU não vai permitir nenhum conflito. Não vai haver guerra’. Contudo, me ocorreu intervir e disse ‘Olhem, eu estudei a história dos ingleses, e os ingleses vão vir. Vocês tinham que estar dizendo outra coisa, preparando-nos para quando venham’. Havia lido bastante sobre os ingleses. E bom, parece que houvera furado um balão, porque em seguida começaram a....ter raiva de mim.

Trejo ressalta que um dos momentos mais difíceis de seu tempo nas Malvinas foi quando souberam que a casa de um Kelper, chamado Tommy, estava queimando e chegando lá descobriram que havia morrido um companheiro que só foi identificado porque usava lentes de muito aumento “encontramos um pedaço de carne chamuscada com um pedaço do pino da lente dele. E assim supomos que era nosso companheiro”. Para Trejo esse foi o momento em que tomou consciência da morte “Aos 19 anos não se está preparado para pensar assim. Nessa idade você é eterno”. Em suas lembranças, marcou o momento dos bombardeios dos canhões navais dos navios britânicos, cujo som nunca havia ouvido e o receio por não saberem onde ia cair as bombas. Porém, para César Trejo, a situação que recorda mais frequentemente é, surpreendentemente, de tranquilidade:

Uma vez me fez uma pergunta uma menina muito pequena, de 7 anos, quando fomos a um colégio. Me perguntou ‘senhor, senhor você em algum momento da guerra foi feliz?’ E a mim pareceu uma pergunta muito linda, porque essa menina havia alcançado uma coisa muito difícil, que é tratar de por no lugar de outro. [...] E eu recordo um momento, e, então, tive que devolver a ela um momento que foi de felicidade. Uma noite onde havia silêncio, que não era frequente sobre tudo desde que se aproximou a frota inglesa, muito suave, se escutava pequenos murmuros dos soldados. Uma noite muito estrelada, como somente podem ser estreladas as noites do Atlântico Sul, na Patagônia argentina, cheio de estrelas, e a silhueta do Monte dos Hermanos retirados como os grandes seios femininos, recortando o horizonte e eu em paz. Recordo muito essa imagem....

As informações que chegavam até os combatentes, segundo Trejo, eram as que eles presenciavam “tínhamos informações de que o domínio aéreo era inglês, porque deixamos de ver aviões argentinos e o único que víamos por um tempo eram aviões ingleses que bombardeavam a nós”. Havia muitos rumores, mas Trejo procurou não prestar a atenção “Hoje mesmo faço isso com a imprensa, com a informação da imprensa. Trato de escutar, porém, não lhe presto muita atenção como se fosse a verdade revelada. Trato de reinterpretá-la”. A notícia da derrota não o surpreendeu porque via o que haviam sofrido durante os últimos dias “Não nos surpreendeu, porque haviam mais de duas semanas que haviam desembarcado e sabíamos que estavam avançando posição por posição e que já estavam próximos, até que vimos as cabeças, com suas boinas de uma cor distinta da nossa. Sentimos os

canhões, as mortes, os gritos, os combates”. A entrega das armas foi para ele, uma mescla de alívio por um lado e por outro tristeza e amargura pelo final infeliz.

Trejo recorda que regressou como prisioneiro de guerra em um navio inglês, o Canberra, que trouxe quase 4500 soldados, quase a metade do efetivo. Ao chegarem em Puerto Madryn observou que o povo havia se reunido para recebê-los “jovens, velhos, crianças, ricos, pobres, estavam todos”, os levaram para suas casas e lhes ofereceram comida e “choraram por nós”: “Foi uma recepção muito quente, muito afetuosa, muito calorosa, muito afetiva, muito carinhosa por parte da gente dali”. De lá foram para o Campo de Mayo onde “eu digo que foi a etapa de engorda, porque vínhamos com muitos quilos a menos”. No Campo de Mayo houve rebelião dos soldados contra os mandos de oficiais que não haviam ido a Malvinas, porque não aceitavam suas ordens. Dali veio a determinação de não contarem o que houve na guerra e ele recorda que um soldado muito jovem lhe falou “recordem que o que passaram agora comparado com que vem...o que vem vai ser mais duro. Vocês vão ter muita luta. Provavelmente vão ter muita incompreensão de muita gente na vida civil, porém, nunca esqueçam de que o que fizeram foi muito importante”. Segundo Trejo, o companheiro os alertava que a sociedade iria os olhar de lado quando falassem da guerra, porque a sociedade se apropria das vitórias, mas ninguém se apropria das derrotas.

Em Buenos Aires, Trejo diz ter sentido que o povo os recebeu com mais angústia, mas Puerto Madryn havia vivenciado a guerra de uma forma mais próxima do que o restante do país “[...] porque ali haviam visto quando nós havíamos ido para a guerra, estavam na ameaça de um possível bombardeio ao continente, nas escolas se faziam simulacros de bombardeios, a cidade ficava às escuras durante a noite para não serem bombardeadas por um eventual ataque inglês ao continente. Os pais ensinavam aos filhos a manejar armas se desembarcassem os ingleses [...] Havia vivido a guerra de uma maneira muito mais intensa que em grande cidade”. Trejo optou por voltar para casa com a farda, ao invés de civil e sentiu a indiferença nas ruas, “Então senti que a Argentina não era uma, mas eram várias. [...] Uma coisa é no interior, outra coisa na Grande Buenos Aires e outra coisa nas cidades”. Segundo Trejo:

na Argentina há uma hegemonia cultural da cidade de Buenos Aires, e tudo o que produzem em términos simbólico, em términos

de produtores de sentido, passam por Buenos Aires. Porém, a Argentina é muito maior que Buenos Aires. [...] Não somos um país federal. Realmente. Fracassou o projeto federal. [...] E, então, os relatos que se constroem, que se conhecem, são de um determinado setor social culturalmente hegemônico da cidade de Buenos Aires e das grandes cidades. Porém, desconhecem os sentimentos do país real. Porque não é relevante. E isso, também, influi em alguns produtos específicos da cinematografia. Por exemplo, [os filmes] *Los chicos de la guerra* e *Iluminados por el Fuego*, estão impregnados por essa visão de classe média portenha, que não conta, que não relata o que sentiram, nem os combates que procediam no interior do país, nem a visão dessas culturas que existem no interior da Argentina. Contam especificamente como se fora a única, a experiência de algum pequeno setor dos setores médios da Argentina e das cidades cosmopolitas, como podem ser Buenos Aires, La Plata, Rosário.

Durante a entrevista, Trejo revela que sua mãe havia sido militante contra a ditadura militar: “Havia sido militante nas vilas junto ao Padre Mujica, havia estado comprometida. E não queria aos militares, a ditadura. Para nada os queria. Haviam assassinado o Padre Mujica com o qual ela havia trabalhado”. E ressalta que quando esteve na guerra, sua mãe “apesar de sofrer muito, entendia quem era o inimigo [...]”. Quanto ao pai, que morava na Espanha, lhe escreveu uma carta entusiasmada na sua ida para a guerra e ao voltar chamou tudo de uma fraude “Eu vi ali, também refletido basicamente duas posições dos argentinos. A de veneta; que opina segundo qual é a sorte das coisas. Triunfo ou derrota. De que tudo se mede segundo se as coisas vão bem ou vão mal”, que foi a posição do pai e o contrário, na posição da mãe “Que apesar de sofrer, de padecer muitas coisas, tinha convicções firmes. Então, eu ali mesmo, em meus próprios pais, vi refletidas duas atitudes do que seria a Argentina. E me pareceu muito digno de minha mãe”. Um momento do pós-guerra que César recorda é que pouco depois de voltar viu um anúncio de uma escola de inglês com uma bandeira: “Era um afixe gigantesco com a bandeira britânica. Estou falando de um mês, um mês e meio depois da guerra. E me chocou muitíssimo ver isso, a bandeira inglesa um mês e meio depois de haver combatido contra os ingleses. Foi um impacto. E digo, como pode ser? Como pode ocorrer isto? Foi uma cacetada”.

Delmira Hasenclever de Cao, 79 anos, é dona de casa e presidente da Comisión dos Familiares de Caídos en Malvinas e Atlántico Sur, é mãe do professor Julio Cao, voluntário na Guerra das Malvinas e que morreu durante o conflito. Antes do gravador ligado, ressaltou que o que o representante da comissão,

César Trejo, tenha me dito era o que ela pensava, também, o que não se confirmou ao final das entrevistas. Assim como os outros membros de uma mesma associação entrevistados, Delmira e Trejo apresentaram algumas divergências em suas posições sobre os temas abordados. Entrevistei Delmira no dia 04 de Junho de 2015 na sala da comissão. Delmira é intensa e enérgica ao falar. Tem uma linguagem bem informal e usa muito o gestual. Antes da entrevista me presenteou com dvd e cd que fizeram em homenagem a seu filho, cópia da carta que Julio enviou da guerra e suas fotos. Chora ao relatar o momento que chegou a notícia da morte do filho e ao relatar com detalhes como foi sua morte “O último dia. O último dia da guerra morreu porque o mandaram ao Monte Longdon, chegando ao Monte Longdon lhe pega um projétil, e não sobra nada de Julio”. Quando um companheiro retorna para buscá-lo, não encontra “E de Julio, não havia nada”.

Delmira se mostra incomodada, quase que ofendida, quando questiono sobre os grupos que contestam a legitimidade da guerra e colocam os soldados como vítimas da ditadura que os levou a Malvinas e os torturou no front, pois, de acordo com ela, essa posição prejudica a luta dos pais pelo reconhecimento da heroicidade de seus filhos. Terminada a entrevista, já com o gravador desligado, relata que as mães que querem exumação dos corpos de soldados não reconhecidos no Cemitério de Darwin nas Malvinas é porque não participam do movimento que eles participam, não tem a informação de que muitos não serão encontrados e serão tidos como desaparecidos. Ao final informa que os familiares daqueles que suicidaram após a guerra, não fazem parte e nem entram em contato com a comissão, preferindo se afastarem.

Segundo Delmira, Julio tinha 21 anos quando se ofereceu como voluntário para ir a guerra. Ele havia pedido Prorroga ao 18, porque estava estudando e só fez o serviço militar aos 20. Julio era casado e sua esposa estava grávida de 5 meses do primeiro filho. Ela relata que o filho revelou a um companheiro de trincheira, durante a guerra, um nome que queria que dessem ao seu filho, caso acontecesse de não voltar, como nasceu uma menina, lhe fizeram uma homenagem com o nome de Julia Maria Cao, que hoje tem 33 anos. Delmira explica que dois anos depois da morte de Julio, seu esposo, que tinha 54 anos, bastante abalado, também, faleceu. Em seguida, foi seu filho Roberto, que faleceu enfermo de AIDS “E foi ele que me disse, mama, une-se aos veteranos [...] Uni aos veteranos porque eles são teus filhos. Os filhos da vida que te vão ajudar a seguir vivendo[...] Me uni à

Comisión há muitos anos, quando, estávamos na Federação [Federación de Veteranos de la Guerra de Malvinas fundada por César Trejo], que eram todos veteranos de guerra”.

Delmira ressalta que ela considera todos os veteranos seus filhos “Eles me dizem que sou a mãe de todos os veteranos [...] Me senti querida. Senti que posso fazer algo pelos demais”. Questionei se tinha a mesma relação com os veteranos do CECIM e ela respondeu “Não. Veteranos de La Plata, não. Nós com os veteranos de La Plata...eles têm com a Comisión, sempre tiveram....não sei por quê. Porque nós não temos feito nada [...] Nós os queremos a todos. Porém, tem ideias diferentes. Não, não, eu os quero a todos, para mim sempre digo, são todos iguais, eu os amo”.

Pedi a Delmira para falar de suas lembranças sobre a decisão do filho de ir à guerra e ela relata que na tomada de Malvinas, passavam caminhões com homens convocados em frente sua casa, e que foi observando esse movimento, que o filho lhe revelou a intenção de ir: “Então eu disse, não Julio, a você não chegou carta [...] Você vai ter um filho”, sendo contestada por Julio que lhe disse “Como podia sentar frente à sala e falar de San Martín e Belgrano se hoje me meto debaixo da cama? Vou ir, vou voltar e vou contar a verdadeira história para meus alunos”. Posteriormente, ela conta de forma emocionada, como foi que o filho morreu no conflito:

Vinha baixando já para o povoado, o povoado estava rendido e o pegou um projétil. Justo ele. Morreram dois companheiros juntos dele, porém, o projétil atingiu todo o corpo dele. E não sobrou nada. Uma cratera grande. Eu vi, eu estive em Longdon [Monte]. Eu vi a cratera. E ali foi quando me dei conta que do meu filho não há nada. E como Julio, outros tantos não há nada. [...] Os milicos me haviam dito que o corpo se havia partido na metade e o haviam unificado e enterrado. Mentira. Porém, eu acreditava nessa versão. E o companheiro dele não me disse nada. Até que um dia eu vi pela televisão em um filme, passou a cratera e sobre o projétil, e que de meu filho não sobrou nada. Então, ele me disse, bom, agora você sabe por você própria. Eu não podia dizer nada.

Ao ser questionada como foi informada da morte do filho, Delmira relata que tinha um pressentimento, porque depois que terminou a guerra e os soldados foram para o Campo de Mayo, não conseguia nenhuma notícia de Julio e se ele estivesse vivo, teria lhe ligado: “Depois foram todos [parentes] para o Campo

de Mayo, porém eu e meu marido não quisemos ir, não queríamos, e a mulher foi, foram e estiveram ali. Falaram com um coronel e o coronel lhes disse, volta a sua casa, deixe-me um telefone, que quando voltar a sua casa eu lhe vou confirmar se Cao está vivo. Ele já sabia. Porém não queria ferir a mulher que estava grávida”. Ao chegar em casa, seu irmão ligou para o coronel, que lhe informa: “sim, Cao caiu nas Malvinas’. Então, meu irmão veio e nos disse. [...] Foi terrível...não...um momento terrível [...] E eu primeiro sofri muito. Todos acreditavam que eu ia morrer. Meu marido...eu dirigia...cruzava a rua da III Infantaria e os vizinhos se desesperavam, porque diziam ‘Delmira vai se matar com o carro’ e eu passava pela III Infantaria e chorava como uma louca. Porque ali, ele havia despedido. Eu ia e vinha, ia e vinha com o carro”. Delmira explica que quem a ajudou a superar esse momento foi uma vizinha italiana - que havia vindo de uma guerra e perdido pai e dois irmãos nela - lhe convencendo que Julio não gostaria que os pais agissem dessa forma, foi, então que ela se lembrou de um momento em que o filho lhe dizia que se ela tivesse que perder um filho, que não fosse covarde, que fosse valente. Suas palavras lhe deram força para sair.

De acordo com Delmira, o que mais tem lhe dado força hoje, tem sido a participação na Comisión de Familiares, já que, para ela, a única maneira que podia lutar era buscando valor para os que morreram e os que voltaram, porque na Argentina dos primeiros anos pós-guerra foram anos difíceis “Não se reconheciam os mortos. Não reconheciam os valores do veterano de guerra. Então, que ia fazer nós? Os pais de Malvinas. As mães de Malvinas. Desta comissão, que estava formada, saímos a lutar e a lutar pelo valor dos soldados. Não para lastimar”. A presidente da Comisión revela que por isso não gosta das duas principais produções cinematográficas sobre Malvinas:

Por isso, é que não gosto de *Iluminados por el fuego*, por isso é que não gosto de *Los chicos de la guerra*. Quando fizeram *Iluminados*, eu estava em Cuba, onde estreava nosso filme *Loucos pela Bandeira*. E eu estava em Cuba. Estreou os dois e ganhou *Iluminados*. Porém, eu quando vi Gastón Pauls [ator que interpretou o personagem principal em *Iluminados por el fuego*], o que representava, lhe disse ‘Vocês se esqueceram de algo. Perdoe-me, porque você não tem nada haver com isso’. Porque era um artista, ele não era o que havia feito. ‘Vocês se esqueceram do Cruzeiro General Belgrano. Temos 323 mortos. Se não houvéssemos tido o crime de guerra do Cruzeiro, não havíamos tido os mortos de Malvinas. Porque se houvesse parado a guerra, se

houvesse chegado a conciliação para manter como já estava. Porém, o que passa é que Margaret Thatcher afundou o Cruzeiro para que seguisse a guerra e seguiram havendo mortos. Porque como ela havia perdido alguns barcos, ela não queria cair assim, e queria que nos tivéssemos mortos, também’.

A Comisión de Familiares de Caídos en Malvinas e Atlántico Sur é uma das associações mais atuantes no que diz respeito ao debate sobre as representações da guerra e em ações como a construção de monumento no cemitério de Darwin com recurso próprio, o que me fez ficar surpresa ao conhecer sua sede, uma pequena sala improvisada, com aspecto de ser pouca usada. No dia de reunião compareceram apenas a presidente Delmira de Cao, o representante César Trejo e mais três membros. Tal constatação, tem que ser levada em consideração durante a análise de todas as entrevistas realizadas com membros de diferentes associações, onde é apresentada a chamada posição oficial da associação e que pode não ser a posição da maioria de seus membros.

2.2.4 Hector Rossi – Sem vínculo com associação, luta pelo reconhecimento como veterano das Malvinas

Antes de viajar a Buenos Aires já havia lido matérias em sites argentinos que ressaltavam um tema bastante atual sobre Malvinas, a luta de um grupo de soldados que participaram da guerra na parte logística e da guarda da costa, por reconhecimento como veteranos. As discussões que essas reivindicações geraram entre outros ex-combatentes, chamaram a minha atenção, já que se trata de outro fator de conflito na construção da memória da guerra. De acordo com o Jornal online Diário Registrado (2015), os conscritos das categorias 61, 62 e 63, que foram convocados durante a Guerra das Malvinas, acamparam na Plaza de Mayo há sete anos e meio e reclamam o direito a pensões. Túlio Traboshi, um dos membros do grupo alega que o dever desses soldados era “guardar e defender o continente nas incursões britânicas que buscavam inutilizar as bases aéreas de onde saíam os aviões da Força Aérea Argentina para atacar a frota inglesa”⁶⁹. O Jornal conversou sobre o

⁶⁹ DIARIO REGISTRADO. *Pararon la construcción que exconscriptos realizaban en Plaza de Mayo*. Buenos Aires, 2015. Disponível em <http://www.diarioregistrado.com/politica/131082-pararon-la-construccion-que-exconscriptos-realizaban-en-plaza-de-mayo.html>. Acesso em 25 de nov. 2015.

tema com o presidente da Comisión Nacional de Ex Combatientes, Ernesto Alonso, que alega que os membros desse grupo “não são ex-combatentes porque não estiveram no conflito das Malvinas [...] todos os ex-combatentes estão reconhecidos e tem leis. A partir de 2003 há políticas públicas de Estado que começou a dar o reconhecimento aos ex-combatentes, porém, apareceram estes inescrupulosos que, por estar em alguma base de território nacional, exigem reconhecimento. Isso é impossível”⁷⁰.

Diante das discussões em torno do tema, me interessei em ouvir, também, esse grupo, porém constatei ser muito difícil entrar em contato a partir do Brasil, já que não divulgavam e-mail ou telefone e planejei esse contato no meu retorno à Buenos Aires. Ao chegar em Buenos Aires, o motorista do taxi que me levou do aeroporto ao Hotel me relatou ter participado da parte logística da guerra, mas ao contrário do grupo que reivindica pensões, ele não concordava que devessem receber já que não foram a Malvinas, porém queria muito ser reconhecido como veterano por uma questão de orgulho diante dos filhos e dos netos. Na minha primeira visita ao CECIM, o tema da reunião entre os participantes eram as reivindicações desse grupo. Na mesma semana procurei-os no acampamento que montaram na Praça de Mayo e conversei com alguns dos manifestantes para agendar uma entrevista, porém, não consegui, alguns não queriam falar e o único que se mostrou disposto viajou para sua província no dia seguinte. Diante desse quadro, no dia 5 de junho de 2015 decidi ir bem cedo ao acampamento, de forma que encontrasse apenas um dos integrantes que fica nesse horário para a vigia e o convencer de conceder a entrevista que se realizou no próprio local.

Seu nome é Hector Claudio Rossi, 53 anos, não faz parte de nenhuma associação de veteranos, até porque não é considerado veterano por não ter sido enviado ao front nas Malvinas, ficando encarregado da guarda do litoral no continente. Nasceu em Buenos Aires, tem nível de educação primário, é solteiro e trabalha com o pai em uma oficina de ferreiro. Rossi relutou inicialmente em dar entrevista pois dizia ter receio de tratar de temas políticos que atrapalhariam a causa, ressaltou também, não passar e-mail dos organizadores do evento pois não estava autorizado. Ao aceitar dar seu depoimento, mostrou-se bastante receoso e preocupado com o que iria falar. Apesar das relutâncias iniciais, ao iniciar a

⁷⁰ Ibidem.

entrevista ele se mostrou disposto a falar principalmente de sua experiência pessoal na guerra, na função da guarda da costa, da qual parece ter muito orgulho: “Não sei detalhes da causa, mas da minha experiência”. Contudo, durante a entrevista, ele falou sobre detalhes da causa do seu grupo por reconhecimento como veteranos e sobre temas que tem gerado grandes debates sobre a representação da guerra.

Rossi explicou que foi à guerra porque havia cumprido o serviço militar um ano antes e relata que quando soube da tomada das Ilhas sentia que iriam convocá-lo. Um ex-companheiro de Regimento, que seguia incorporado, foi enviado para avisá-lo que ele tinha a missão inicial de ajudar a repartir as cartas de convocação. De acordo com Rossi, seu Regimento, Regimento de Cavalaria de Tanques VIII, recebeu um modelo novo de tanque e por isso, seu manejo foi designado à uma classe mais experiente, como a sua que já havia cumprido o serviço militar. Após a convocação, foi de trem, junto com os tanques, até San Antonio do Oeste, onde termina a Província de Buenos Aires e começa a Patagônia. Lá as unidades se dividiram em esquadrões e o seu foi para a altura da Província de Rio Negro “Não tivemos a desgraça de ter um enfrentamento. Tudo depende do resultado. Porém alguns dizem que é uma sorte, outras pessoas o tomam como um problema. Eu digo que tivemos a sorte de não nos encontrarmos com os ingleses”.

Posteriormente, Rossi e seus companheiros foram levados para Comodoro Rivadavia para patrulhar o litoral: “tínhamos uns quanto quilômetros de praia para patrulhar. Cada um tinha um setor, tinha uma função”. De acordo com Rossi, de Comodoro à Gallegos tinham mil quilômetros e era dali que saíam os aviões dos aeroportos, das bases. Ele explica que os ingleses podiam querer cortar a ponte aérea e marítima para Malvinas atacando a costa:

Era como se nós estivéssemos mudando para uma casa nova. Você vive em um lugar e sua família recupera uma propriedade que cai no esquecimento, de algum parente que você não viste enterrar porque era criança, o que seja. Então, esse parente não tem mais a propriedade, porque faleceu. E então, depois que enterram, tem essa propriedade nova. Então você tem que ir a essa propriedade e levar tudo novo. Porque estava vazia. Então se passou isso. Você tem que transportar coisas, transportar pessoas que vão trabalhar na casa nova. A nós nos passou o mesmo. Recuperamos algo que era nosso, porém havia que mudar tudo. Mudar, levar coisas.

Ele ressalta a importância do seu trabalho e de seus companheiros, porque segundo seu relato, já se sabia que haviam submarinos nucleares dando voltas por ali. No dia 30 de abril, ocorre o momento de maior tensão de sua participação na guerra, quando ouviu o toque do Alerta Roja, que avisa de um ataque iminente. Ele relata ter ouvido comentários sobre a possibilidade do desembarque de diversos táticos do SAS e do SBS, que são forças de elite das Forças da Inglaterra, soldados, que segundo ele, tem como missão fazer incursões para sabotar algo. Segundo o relato de Rossi, na manhã de 30 de abril eles estavam esperando a chegada de dois helicópteros argentinos e um deles não chegou. Posteriormente, souberam que foi derrubado no Golfo San Jorge, a altura de Caleta Olivia “E esses são os primeiros dez mortos que estavam reconhecidos com todas as honras no cenotáfio da Plaza San Martin. Eles são considerados heróis argentinos”.

Rossi relata que a outra incursão inglesa foi a da Operação Mikado. Nela ele explica que os ingleses tentaram atacar a base naval de Rio Grande, em Terra del Fuego ou a Base do Rio Gallegos, de onde saíam aviões argentinos. De acordo com Rossi, com tiro de fuzis portáteis, soldados argentinos derrubaram um helicóptero inglês, o Sea King, que leva até 30 pessoas, o qual caiu do lado chileno: “Então, nos éramos a defesa de todo o litoral marítimo. Não somente da logística. Nós fazíamos todo o trabalho, defender era o primeiro. Cobrir um possível ataque. Estávamos aqui e tínhamos o mar em frente. Tudo o que vinha do mar era inimigo. Então, cada soldado cobria uma posição, sabia que tudo o que vinha de lá, tinha que abrir fogo”.

Com a chegada de outros membros do acampamento interrompemos a entrevista, diante do receio de Rossi quanto a posição do grupo sobre o conteúdo dos seus depoimentos, chegando a justificar para os colegas que eu queria apenas saber da sua experiência pessoal na guerra. Devido a interrupção, algumas das questões que interpelei aos outros entrevistados, não puderam ser colocadas para Rossi. Os outros membros do grupo me convidam para tomar o café da manhã com eles e durante esse momento tive uma conversa informal, com o gravador desligado, com o ex-soldado Ricardo Trancoso, que me explicou porque não podemos considerar a justificativa de que eles, os soldados da logística e da guarda da costa, estavam fora da zona de guerra e por isso, não poderiam ter os direitos dos veteranos. Segundo Trancoso, na guerra eles estavam em lugares diferentes, mas ao voltarem dela, eram todos vistos da mesma forma, ou seja, os

soldados da logística e da guarda da costa, também, foram considerados loucos ao voltarem da guerra e tiveram dificuldade de arrumar empregos da mesma forma que os que tiveram nas Malvinas. Para o ex-soldado, se compareceram a convocação e cumpriram uma missão durante todo o período da guerra, se foram discriminados e excluídos ao retornar dela, também merecem a reparação.

CAPITULO III

O CINEMA ARGENTINO NO DEBATE SOBRE A CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS SOBRE A GUERRA DAS MALVINAS: DE CHICOS A ILUMINADOS

3.1 O cinema argentino e as narrativas fílmicas sobre a Guerra das Malvinas

O objeto de pesquisa do presente trabalho requer uma abordagem sobre a história do cinema argentino, suas tendências narrativas, temáticas e estilísticas, já que os filmes sobre a Guerra das Malvinas⁷¹ estão inseridos nesse contexto. Esses dados são fundamentais para apresentar a forma como seus realizadores abordaram o tema, antes de iniciar a análise do conflituoso debate entre intelectuais argentinos, ex-combatentes, familiares e o cinema sobre a construção de memórias sobre a Guerra das Malvinas.

O cinema argentino em seus primórdios foi caracterizado por obras de cunho nacionalista como *Noblese Gaucha* (Humberto Cairo, Ernesto Gunche, 1915), um dos primeiros importantes filmes de ficção argentina, que segundo Domingo Di Nubila (1959:19), apresenta “não somente aspectos típicos, senão também, e aqui está o interessante, a situação social do gaúcho dentro de uma sociedade com vestígios feudais”. Outra importante obra desse período foi *El Ultimo Malon* (Alcides Greca, 1918) que trazia a história de Sarmiento e seu discurso de civilização e barbárie. Com o início do cinema falado no país, surgiram os filmes que tinham como principal atração as canções locais, como o tango, o que possibilitou a transformação de cantores argentinos em grandes celebridades internacionais. José

⁷¹O cinema argentino sobre a Guerra das Malvinas pode ser considerado um dos exemplos de cinema político e social no país, produzidos com maior visibilidade a partir da década de 50 na Argentina. Ana Lusnich (2009), em seu artigo *Orígens y desarrollo histórico del cine político y social em Argentina*, faz uma abordagem sobre a teoria e metodologia, além das novas perspectivas que tem caracterizado o cinema político e social na Argentina. De acordo com a autora (2009), as diferentes fases de desenvolvimento do cinema político e social realizado na Argentina configuram uma tradição que privilegia certos estilos e temas como a adesão a estética, considerada “miserabilistas” ou de baixos recursos de acordo com a situação econômica e social do país; a atualização da polaridade povo-opressor; a opção por locações em espaços abertos que questionam os limites das grandes cidades; a preferência pelo narrador implícito, testemunho dos acontecimentos em diferentes fases; há grupos que realizaram e circularam os filmes no marco do cinema industrial e os que fizeram no marco de modos de produção e circulação independentes e alternativos. Os temas vão desde as críticas às injustiças sociais e aos questionamentos do poder político, buscando o descolamento dos modelos hegemônicos do cinema para uma reflexão teórica-prática.

Agustin Ferreyra foi um dos cineastas que apresentou em suas obras a canção popular, transformando Libertad Lamarque em um ícone – a cantora estrelou o primeiro filme sonoro argentino, *Tango* (1933) de Luis Moglia Barth. Na mesma época Carlos Gardel ganha o mundo depois de apresentar no cinema o seu potencial tango. Esse período foi sucedido por uma geração de cineastas com aspirações mais artísticas como Leopoldo Torre-Rio em filmes como *La Vuelta Al Nido* (1938) e por outro lado, realizadores com uma tendência mais social como Mario Soffici em obras como *Prisioneros de La Tierra* (1938).

Próximo a Segunda Guerra Mundial, grandes estúdios foram abertos na Argentina, elevando-a para a principal produtora em língua espanhola na América entre os anos 1936-1946, posto que perdeu devido ao apoio norte-americano para o principal concorrente, o México - que apoiou os EUA abertamente durante a guerra, enquanto o governo argentino procurava uma relativa neutralidade em função das boas relações com a Alemanha. Esse fator fez o cinema argentino perder mercado, o que conseqüentemente resultou na diminuição da produção de filmes.

A cinematografia argentina voltou a ser reconhecida na América Latina em 1950, com as realizações de cineastas como Leopoldo Torre Nilsson, filho de Torre-Rio, que se tornou conhecido internacionalmente através da obra *La Casa Del Ángel* (1957). De acordo com Alfredo Marino (2004), nesse período os cineastas Fernando Birri na Argentina, Nelson Pereira dos Santos no Brasil e Tomás Gutiérrez Alea com Julio Garcia Espinosa em Cuba iniciaram um movimento em que ressaltavam a necessidade de um novo tipo de cinema comprometido com a América Latina, mostrando a realidade social, como forma de beneficiar os marginalizados pelas sociedades capitalistas. O trabalho dos realizadores argentinos, que seguiram essa tendência, enfrentou uma difícil barreira com o governo do general Juan Domingo Peron (1945-1955) que iniciou uma fase de controle e censura das obras cinematográficas produzidas no país, favorecendo a quantidade, mas não a qualidade das produções. Durante esse período, é composta uma lista negra de artistas proibidos no cinema e no rádio, entres eles Lamarque, que tiveram que buscar o exílio.

Após a queda do governo peronista em 1955 inicia-se um processo definido por Ana Amado (2009:21) como uma etapa de consciência da política como assunto institucional e também, “de ideologias e de estéticas

renovadoras que no cinema coincidiram com uma nova consciência das relações que podia estabelecer – desde seus modos de produção, seus temas, suas eleições formais – com o contexto sócio-cultural”. A mudança no cenário político com a queda do peronismo levou à necessidade de cineastas responderem às transformações que ocorriam no país, aprofundando o que Amado (2009:22) definiu como “a aliança, crescentemente radical entre cinema, política, ideologia e militância” e que foi interrompida com a ditadura militar em 1976.

Ana Laura Lusnich (2009), ressalta que os historiadores do cinema argentino tem identificado um grande número de filmes realizados entre 1958 e 1976 como um primeiro ciclo histórico do considerado cinema político e social argentino⁷², período que vai desde a apresentação de *Tire Dié* de Fernando Birri até o início da última ditadura militar em 1976. Nesse período houve um grande empenho do Instituto de cinematografía de la Universidad Nacional del Litoral, continuado por grupos como Liberación e Cine de la base e por um conjunto de cineastas, técnicos e intérpretes envolvidos com práticas políticas e culturais como Nemesio Juárez, Enrique Juárez, Humberto Ríos, entre outros. De acordo com a autora (2009:25), esses grupos “modificaram radicalmente o panorama cinematográfico local precedente, promovendo a produção independente, a rejeição dos modelos narrativos e espetaculares instituídos e a formulação de circuitos de exibição alternativos e ainda clandestinos”, portanto um período em que diretores começam a participar ativamente de um cinema “comprometido e de intervenção política”.

Segundo Pablo Piedras (2009:60), a criação do Instituto de Cinematografía de la Universidad Nacional del Litoral em 1956, foi um ato de muita importância artística e política, ao dar abertura para “a representação de setores e sujeitos sociais que o cinema clássico evitava ou deformava”. Eram representações das lutas de classes, dos problemas econômicos, da miséria e da repressão estatal. O cinema não era um meio de diversão somente, mas uma ferramenta de análise e de transformação da sociedade. Os temas iam das problemáticas sociais ao questionamento do poder político, como nas obras *Buenos Aires* (1958) de Davi

⁷²De acordo com Lusnich (2009), as diferentes fases de desenvolvimento do cinema político e social realizado na Argentina configuram uma tradição que privilegia certos estilos e temas como a adesão a estética considerada “miserabilista” ou de baixos recursos de acordo com a situação econômica e social do país; a atualização da polaridade povo-opressor; a opção por locações em espaços abertos que questionam os limites das grandes cidades; a preferência pelo narrador implícito, testemunho dos acontecimentos e em diferentes fases, grupos que realizaram e circularam os filmes no marco do cinema industrial e os que fizeram no marco de modos de produção e circulação independentes e alternativos.

Kohon e *Faena* (1960) de Humberto Ríos que seguem a tradição intelectual de Eisenstein e Vertov ao abordar a violência e a miséria.

Piedras (2009) ressalta que o início da década de 60 é caracterizado por um cinema chamado de político-testemunhal, tendo como importantes representantes *Los inundados* (1961) de Fernando Birri e *Shunko* (1960) e *Alias Gardelito* (1961) de Lautrao Murúa, que estão enquadrados dentro do realismo clássico, porém com modalidades estilísticas e estéticas modernas. As temáticas são um Estado ausente que não ampara suas classes mais humildes, além de situações de marginalidade, discriminação e miséria. Já as obras *Dar la cara* (1962) de José Martínez Suárez, *Pajarito Gómez*, *Una vida feliz* (1965) de Rodolfo Kuhn e *Palo e Hueso* (1967) de Nicolás Sarquís, são influenciadas pelo estilo europeu, apresentando uma dispersão narrativa e forte crítica política e social. De acordo com Piedras (2009), esse cinema político-testemunhal conseguiu espaço entre o cinema comercial, ao contrário do seu sucessor, o cinema político-militante, do qual faz parte o Nuevo Cine, com circuitos de distribuição e exibição alternativos.

Ainda durante a década de 60 surge a “geração anos 60”, chamada de Nuevo Cine - que foi caracterizada por debates sociais, intimismo e influências literárias - devidamente limitada com o golpe de estado de 1966. Juan Pablo Silva (2011) argumenta que nesse cinema revolucionário o objetivo é a construção de uma nova concepção política a respeito do popular, além de

(...) transformar a prática cinematográfica como um todo, através da destruição dos meios de produção, distribuição e exibição de uma indústria cinematográfica que era vista como neocolonial, imperialista e intimamente ligada à noção de cinema como espetáculo de consumo, destinada a objetificação, reificação e subordinação das massas. No entanto, a eficácia do Nuevo Cine argentino está localizada no nível simbólico: na sua capacidade de impregnar o conteúdo de imagens imaginárias radicais com filmes que contribuem para a estrutura de fixação de ideologia combativa, que surgem da revolta causada pela dependência, desigualdade e opressão.

Segundo Marino (2004:72), o filme que melhor representou o Nuevo Cine da década de 60 foi *La Hora de los Hornos* (1966/68) de Fernando Solanas e Octávio Getino, realizadores que defenderam a construção de obras críticas ao neocolonialismo, se posicionando diante das “metrópoles” com ideias próprias e ativas. *La Hora de los Hornos* (1966/68) foi o filme mais combativo durante o

período militar iniciado em 1966. Marino (2004:73, apud Velleggia, 1986:114) ressalta, também, que os cineastas do Nuevo Cine defendiam que

(...) cinema militante é aquele cinema que se assume integralmente como instrumento complementar, de apoio a uma determinada política e das organizações que tem levado a cabo, a margem da diversidade de objetivos, que procure: contrainformar, desenvolver níveis de consciência, agitar, formar quadros, etc.

De acordo com Lusnich (2009), *La hora de Hornos* (1966/68) marca rupturas decisivas nas práticas empregadas no marco do cinema político-social, como um documental no qual indentificamos aspectos modernos como a multiplicação de vozes narrativas e um inédito sistema de citações e referências históricas e cinematográficas, através do qual pode se recuperar o panorama ideológico da época. Outra película que marcou essas rupturas foi, segundo Lusnich (2009), *Argentina, mayo de 1969: los caminos de la liberación*, realizada por um grupo chamado Realizadores de Mayo e que exhibe uma heterogeneidade expressiva onde é rompido os limites entre os registros documentais e ficcionais ao manifestar a favor da liberdade política e expressiva. Outro importante exemplo desse período é *Ya es tiempo de violencia* (1969), que apresenta documentos audiovisuais atuais como o do movimento Cordobazo, o assassinato do sindicalista Augusto Vandor, os testemunhos de inúmeras resistências de trabalhadores e estudantes, apresentando uma linguagem radical a favor da intervenção política e social. Esse foi um período caracterizado, segundo Jorge Sala (2009), pelo

(...) desejo de repensar a prática cinematográfica desde um realismo que não estivera somente nos temas tratados, senão, também, em sua forma, para que a partir deste pudesse surgir a arte comprometida. [...] Enquanto as produções do cinema clássico se desenvolvem fundamentalmente em estúdios, os novos realizadores decidiram sair às ruas não somente como prática de ruptura, senão, porque isso lhes permitiria, ademais, alcançar objetivos suplementários vinculados à denúncia.

Com a democracia em 1973, volta à liberdade de produção dos cineastas, mas em 1976 um novo golpe interrompe novamente essa expressão criativa, levando o cinema argentino a uma crise que perdurou entres os anos de 1976 a 1980. As leis de censura ao cinema, que já eram rígidas desde a década de 60,

tornaram-se bastante evidentes durante a década de 70. Conforme Pablo Sapere (2005), a investigadora Maria E. de Las Carreras concluiu, que nesse período dos setecentos filmes proibidos, apenas cento e vinte eram em função do conteúdo sexual e violento e o restante foram banidos pelo chamado “conteúdo subversivo”.

Com o retorno ao regime democrático nos anos 80, diretores exilados voltaram ao país para se dedicarem ao cinema. Passando pela crise política e econômica, agravada pelo empreendimento nas Malvinas, inicialmente o cinema produzia apenas 17 filmes por ano, mas muitos deles com uma nova linguagem, mostrando uma maturidade narrativa e técnica de seus realizadores. Entre os grandes êxitos do período está o filme *Camila* (Maria Luiza Bemberg, 1984) que concorreu ao Oscar e foi sucesso de bilheteria na Argentina. Houveram também algumas importantes obras com temáticas políticas como *Tiempo de Revancha* (1981) e *Últimos días de la víctima* (1982) de Adolfo Aristarain, o ganhador do Oscar de melhor filme estrangeiro *La historia oficial* (1985) de Luiz Puenzo e filmes que abordaram a Guerra das Malvinas, como *Los chicos de la guerra* (1984) de Bebe Kamin e *La Deuda Interna* (1988) de Miguel Pereira.

Com a democratização em 1983, no governo de Raul Alfonsín, o cinema apresentou diferentes representações da experiência. Amado (2009:34) explica duas tendências narrativas que caracterizaram o cinema desse período, a que apresenta os horrores da ditadura, como desaparecimentos, torturas, exílio e corrupção dos poderes como nas obras *La historia oficial* (Luis Puenzo, 1984) e *La noche de los lápides* (Héctor Olivera, 1986), e uma outra, menos condicionada pela identificação sentimental e com uma variante mais reflexiva, apelando para o juízo crítico do espectador como em filmes que apresentaram a questão do exílio *Las veredas de Saturno* (Hugo Santiago, 1988) e *Los días de junio* (Alberto Fischerman, 1985), porém todas estavam atendendo a necessidade de enxergar “a verdade”: “Depois de um período de não ver nada, as imagens do cinema podiam permitir vê-lo todo”. De acordo com Amado (2009:32):

A particularidade que este dilema apresentou na Argentina desde os inícios da recuperação democrática consistiu em que deve incorporar, paralelamente, os efeitos profundamente desestruturadores de diversas formas de violência – morte e desaparecimento, guerra, hiperinflação, exclusão social – no nível simbólico e cultural. O político concebido em termos tradicionais – quer dizer, como experiências que fazem eixo em estratégias de

poder público – se ausenta do imaginário artístico e é reemplaçado por questões que tem haver com as consequências de seu (mal) desempenho.

A década de oitenta, portanto foi caracterizada pelos filmes que traziam os efeitos traumáticos da ditadura, que de acordo com Amado (2009), tinham execuções didáticas e intenção conciliadora, tematizando também, o exílio, tanto no interior quanto no exterior, o momento do retorno ao país, tanto ao território, quanto a democracia, a recomposição do corpo social e dos indivíduos, apresentando o herói/narrador e enfrentando o desafio de como narrar e representar o teor de violência que a sociedade acabava de experienciar, considerando que “As catástrofes da história não podem ser evocadas senão dando conta dos transtornos da memória, dos fracassos de reconhecimento e nesse terreno, as imagens, enquanto percepção óptica, não podem terminar de restaurar-se. Tampouco voltar legíveis ou assimiláveis, como toda narrativa do presente exige”.

Nos anos noventa surge o segundo Nuevo Cine argentino caracterizado pela liberdade de produção dos realizadores e uma nova tendência estética, nos quais muitos eram de baixo orçamento, atores desconhecidos e personagens bem reais. O precursor dessa tendência estilística foi Martín Rejtman com *Rapado* (1991), que teve como outro importante representante Esteban Sapir com a obra *Picado fino* (1994). De acordo com Potting (2013):

A partir da segunda metade dos anos 90, os críticos começaram a notar a existência de diretores que romperam com as convenções do cinema argentino que estava em plena crise. A quantidade de lançamentos anuais tinha sido reduzida desde o final dos anos 80 substancialmente a um nível insignificante. Um certo número de marcos marcou o surgimento de um olhar diferente e uma nova geração de diretores, técnicos e atores. Em 1995, surgiu a série de curta-metragens produzidos como resultado da concorrência do Instituto Nacional de Cinema e Artes Audiovisuais (INCAA), dirigido por estudantes de cinema, sob o título de Histórias Breves.

Um dos filmes dentro desse projeto Histórias Breves foi *Guariso, os olvidados* (Bruno Stagnaro, 1995) sobre a Guerra das Malvinas. Com o início da primeira década do século XXI, novas tendências estilísticas e narrativas são identificadas no cinema argentino. Com a inconstitucionalidade de leis como

Ponto Final⁷³ e Obediência Devida⁷⁴, abriu-se espaço para a uma visão mais crítica sobre a ditadura militar no cinema. Segundo Potting (2013):

(...) em 2005, a Suprema Corte declarou inconstitucionais as leis de "Ponto Final" e "Obediência Devida" e da política geral de impunidade que havia sido aprovada durante os governos dos presidentes Raúl Alfonsín e Carlos Menem. Desde 2006, quando dezenas de casos foram reabertos por violações de direitos humanos, para o público foi ostensivamente mais fácil ver um filme ambientado durante a ditadura militar que apresenta os fatos de uma forma não sentimental. Nos últimos anos, houve um monte de filmes relacionados a este tópico, que participaram de festivais internacionais.

Além da nova forma de abordar a temática ditadura militar, outros aspectos inovadores marcaram o cinema do início desse século. Heitor Reali (2012), ressalta a importância do cinema argentino atualmente em busca da simplicidade e da criatividade, numa abordagem quase documental, não se valendo de muitos efeitos especiais, mas de um olhar mais sensível sobre o cotidiano. O estilo tem conquistado prêmios importantes, como o Oscar para *O Segredo dos seus olhos* (2010) de Juan José Campanella.

Para Reali (2012), o incentivo governamental ao cinema doméstico na Argentina, buscando resistir ao assédio dos blockbusters internacionais, tem sido fundamental para esse crescimento do cinema. Uma das medidas do INCAA (Instituto Nacional de Cinema e Artes Audiovisuais da Argentina) foi a resolução que sobretaxa a reprodução de filmes de grandes redes de exibição no país. Muitos dos filmes que tem tido reconhecimento nacional focalizam temas que expressam diretamente a vida e a história da Argentina, como as obras sobre a ditadura militar. Filmes de diretores como Campanella e Martel são quase que antropológicos em seus movimentos. O autor (2012) ressalta ainda, que essa fase do cinema argentino apresenta a capacidade de seus realizadores de reinventarem, destacando o fascínio da imagem, sem deixarem a dinâmica das histórias e apresentando as incertezas que pairam no cotidiano dos países latino-americanos.

⁷³Promulgada na Argentina a 24 de Dezembro de 1986, determina a paralisação dos processos judiciais contra os autores das detenções ilegais, torturas e assassinatos que ocorreram na etapa de ditadura militar, que começou com o golpe de estado.

⁷⁴Disposição legal ditada na Argentina em 4 de Junho de 1987 que determina que as ações dos membros das Forças Armadas, durante a Guerra Suja e o Processo de Reorganização Nacional (regime de perseguições e torturas durante a ditadura militar), não eram puníveis por que eles agiram dentro do princípio de obediência devida.

Essa abordagem sobre questões políticas, econômicas, sociais e culturais da América Latina no cinema argentino é analisada por Viviane Rangil (2007: 13) que ressalta que

(...) ao falar de Latinoamérica e globalização no contexto do cinema argentino, necessariamente estamos falando de uma análise que se registra dentro dos estudos culturais, nos quais os problemas, os temas e as propostas vão girar inevitavelmente ao redor de conceitos como hibridez, críticas da identidade e suas conceitualizações, modernização e neocolonialismo, história e memória, entre os mais destacados. É sabido que podemos falar do cinema argentino e de política desde uma diversidade de perspectivas teóricas.

Nesse período, de acordo com Laila Q. Esteve (2007), no panorama cinematográfico argentino foi produzido um notável número de documentários com estética pós-moderna, como o pastiche⁷⁵ e a autoficção⁷⁶, que propiciou terreno para a história e a memória. Alguns desses documentários apresentaram as recordações de filhos de desaparecidos da ditadura militar (1976-1983) e teve como um dos principais representantes *Los Rubios* (Albertina Carri, 2003). Muitas dessas obras se assemelham com o cinema militância da década anterior e outros usam da ficção e da homodiegética⁷⁷ para mostrar o primitivismo do discurso oficial do pós-ditadura. Numa perspectiva bejaminiana, esses novos cineastas entendem que reivindicar o passado se transformará em ação para o presente, um objetivo ainda mais forte por estarem narrando suas próprias experiências, como analisa Esteve (2007:75):

Também, se o novo documentário argentino realizado por esta jovem geração põem em injunção os mecanismos combinados da lembrança é porque a incorporação que ele faz da figura do testemunho é, também, sumamente crítica. Pois, se consideramos que todo testemunho consiste em uma espécie de deslizamento entre o acontecido e o narrado, e que, tal é, como aponta Roberto

⁷⁵Técnica utilizada no cinema e outras artes que combina estilos diferentes de forma que parece ser uma criação original.

⁷⁶Gênero híbrido que mistura ficção e realidade, onde autor, narrador e personagem se misturam, mandando sempre uma mensagem que é contraditória. Questiona-se o tempo todo o que é verdade, se é o autor ou personagem. É uma forma do autor compartilhar seus sentimentos, suas experiências com o leitor através da ficcionalização de si.

⁷⁷Narrativa homodiegética são as que há a participação do sujeito do enunciado narrativo no conteúdo narrativo. A narrativa homodiegética pode ser de dois tipos: autodiegética – quando o narrador e o herói são a mesma pessoa e narrativa depoimento homodiegética – quando o narrador é apenas um observador ou testemunha dos acontecimentos narrados.

Ferro “o testemunho é que trás a cena presente com suas palavras do que tem visto e ouvido com anterioridade” então, no caso desta geração de cineastas – que testemunharam, com seus filmes, sua própria experiência de órfãos, porém, também do que lhes tem contado aqueles que os superaram em idade e em recordações – está translação da percepção a narração se reduplica de maneira evidente.

Assim como outras culturas, que em resposta a homogeneização do processo de globalização buscam reproduzir sua própria identidade, o cinema argentino contemporâneo também apresentou respostas a tal processo. Este cinema, nas análises de Elina Tranchini (2007:120), trás uma tensão entre globalização e regionalismo e opera em três planos de representação fílmica: enunciativo, retórico e semântico – criticando as condições impostas pela globalização e pelo neoliberalismo para a América Latina e filmando:

(...) a marginalização econômica, cultural e simbólica, o desemprego, as constantes demissões, a falta de seguridade, a impotência do pobre frente ao abuso policial, o círculo de drogas e álcool, a violência cotidiana, a falta de perspectivas, e talvez uma das mais graves condições, a consideração da pobreza como anomalia social e sua criminalização, equiparação grave porque, ao identificar criminoso com pobre, faz com que o círculo da pobreza se feche sobre o pobre como uma armadilha sem saída.

Um dos objetivos do cinema contemporâneo argentino é justamente trabalhar o processo de descriminalização da pobreza, mostrando seu cotidiano e os conflitos que afetam a vida social. Essa primeira década do século XXI foi marcada, acima de tudo, por uma transformação na visão de um grupo de cineastas que passaram a representar a emergência dos movimentos sociais e a politização de novos espaços, promovida pela crise econômica pela qual passava a Argentina, a qual fortaleceu os laços comunitários na luta por melhores condições sociais, como é representado no filme de Juan José Campanella, *Luna de Avellaneda* (2004). Portanto, a representação da memória coletiva sobre a ditadura militar e os problemas causados pela globalização e por corruptos governos neoliberais, são os temas cultuados nesse novo cinema argentino, numa busca pela memória histórica, como explica Tranchini (2007:129):

O novo cinema se opõem em realidade a massificação da memória, desconstrói e resgata a memória histórica invocando a memória do

sentido comum das testemunhas, representa a memória social de eventos, a memória da ditadura, tal como foi configurado pelo sentido comum dos distintos setores da Argentina.[...] Os novos filmes abandonam a ênfase épica e militante e a iconografia forte e violenta que havia caracterizado as décadas anteriores e se concentram nas representações da memória individual e nas vidas cotidianas dos personagens.

Influenciado por todas essas tendências narrativas, temáticas e estilísticas que marcaram a história do cinema argentino estão as narrativas cinematográficas que abordam a Guerra das Malvinas. O conflito nas Malvinas no início dos anos 80, marcou o início de diversas formas de representação desta, inclusive nas artes, entre elas o cinema. O cinema argentino tanto de documentário⁷⁸, quanto de ficção abordaram o tema, com diferentes gêneros e perspectivas. Os filmes produzidos nas décadas de oitenta, noventa e no início do século XXI são influenciados pelo momento político, econômico, social e cultural vivenciado na Argentina, e por isso, são narrações que focam temas diversos e fazem críticas que

⁷⁸Na década de oitenta destacam-se os documentários: *Malvinas, historia de traiciones* (Jorge Denti, 1984) que apresenta as circunstâncias da guerra e seu uso pelos governos Thatcher e Galtieri (Estreou logo depois de *Los Chicos de La Guerra*, 1984); *Malvinas, alerta roja* (Eduardo Rotondo, 1985) mostra as fortes imagens capturadas pelo cinegrafista internacional Eduardo Rotondo que foi enviado para cobrir a Guerra das Malvinas. Na década de noventa destacam os documentários; *Hundan al Belgrano* (Federico Urioste, 1996) que trabalha os detalhes da guerra das Malvinas através de depoimentos e imagens, mostrando suas causas desde o século XVIII até o momento do confronto, ressaltando o papel britânico na guerra como uma “invasão imperialista” e o exército argentino, como o mesmo que oprimia seu povo em terras argentinas; *Malvinas, historia de dos islas* (Diego Alhadeff, 1999) que faz uma recopilación de material de arquivo sobre o antes, o durante e o depois da Guerra das Malvinas. No século XXI novas abordagens sobre a guerra tem espaço em documentários como: *Vamos ganando* (Ramiro Longo, 2001); *Locos de la bandera* (Julio Cardoso, 2005) mostra o drama das famílias dos combatentes mortos na guerra, sem nenhum acesso aos corpos destes soldados; *El refugio del olvido* (Diego Alhadeff, 2002) sobre os programas e anúncios que sustentaram a Guerra das Malvinas; *Operación Algeciras* (Jesus Mora, 2003) com os depoimentos dos envolvidos na operação em que um grupo de argentinos chega a Espanha com o objetivo de sabotar a base britânica de Gibraltar. *No tan nuestras* (Ramiro Longo, 2005) relata a experiência do ex-combatente Sergio Delgado. *Estamos ganando, periodismo y censura en la guerra de Malvinas* (Roberto Persano, Elena Ciganda, 2005) sobre o papel do jornalismo durante a guerra. *Malvinas, 25 años de silencio* (Myriam Angueira, 2008) apresenta os depoimentos de um grupo de ex-combatentes das Malvinas que vivem na província de Chubut. *Huellas en el viento* (Sandra Di Luca, 2008) sobre um grupo de ex-combatentes que volta às Malvinas 25 anos depois da guerra, acompanhados de um jornalista que registra suas memórias e sentimentos diante do cenário do conflito. *Desobediencia debida* (Victoria Reale, 2008), apresenta o depoimento do único prisioneiro britânico da Argentina na Guerra das Malvinas. O piloto tenente Jeff Glover revela a diretora Victoria Reale, filha do médico argentino que cuidou de Glover, os detalhes das sete semanas em que ficou nas mãos do governo argentino. *Malvinas, viajes bicentenario* (Julio Cardoso, 2010) apresenta o testemunho de parentes e veteranos na visita que eles fazem a ilha na inauguração do Monumento aos Mortos em Malvinas no Cemitério Darwin. *El héroe del Monte Dos Hermanas* (Rodrigo Vila, 2010) apresenta a dramática experiência do ex-combatente Oscar, que ser tornou herói de guerra, mas vive hoje na pobreza e indiferença da sociedade argentina. *Guitarra de Medianoche* (Alejandro Gatti, 2012) apresenta a viagem de um grupo de veteranos da guerra às Malvinas, seus sentimentos e ideias sobre a guerra trinta anos depois.

em muitos aspectos refletem insatisfações que são do momento da produção da obra. Alguns temas são abordados em um número maior de narrativas fílmicas - como o efeito traumático da experiência de guerra em seus veteranos - e outros ainda continuam pouco explorados, como o apoio popular ao início do conflito.

De acordo com Sven Potting (2013), os primeiros filmes sobre a Guerra das Malvinas tem evitado abrir um debate sobre as responsabilidades civis para as ações do regime ditatorial “e somente até certo ponto se ocuparam das responsabilidades militares, ou seja, há uma tendência de despolitização”. O autor (2013) lembra que Octavio Getino, realizador e diretor do Instituto Nacional de Cinema Argentino, defendia que nos anos 80 foram produzidos vários filmes sobre o conflito nas Malvinas, mas que se preocupavam com o recordar e não com o trabalho com a memória e “recordar é apenas um estado, entretanto a memória implica uma tomada de consciência crítica”. A primeira ficção a trabalhar com o tema foi *Los chicos de la guerra* (Bebe Kamin, 1984). O filme é baseado na obra de mesmo título, do jornalista Daniel Kon, que quando publicada causou indignação em vários setores da sociedade, que se chocaram diante do drama vivido pelos ex-combatentes.

Na obra de Kon (1986), os jovens relataram seu sofrimento no front, mas não deixavam de fazer relatos do papel ativo e combativo que exerceram na guerra. Tais relatos “bélicos”, segundo Lorenz (2012), são suavizados na adaptação para o cinema. Na adaptação de Kamin, quatro jovens são apresentados desde a infância até uma juventude marcada pela repressão de uma ditadura militar. A repressão estava nas normas impostas aos alunos e professores na escola e na cena da abordagem intimidativa de parapoliciais a um dos protagonistas. Paralelamente são apresentadas cenas dos jovens já sendo rendidos por soldados ingleses no final da guerra, humilhados e massacrados por seus superiores e pelas más condições de participação no conflito, inicialmente vítimas do sistema político autoritário, em seguida dos oficiais no front de guerra e posteriormente da sociedade argentina que os ignorou e os excluiu na volta para casa. Kamin vai além dos relatos dos jovens que foram entrevistados por Kon e mostra as possibilidades do futuro de cada um. Fábian, o jovem que no final assiste um concerto de música de rock com amigos, consegue sua reintegração na sociedade e, posteriormente, luta nas ruas pelas pautas dos ex-combatentes; Santiago que se torna um rebelde diante da forma com que a sociedade os ignora e os exclu; Pablo, que busca alívio no suicídio e o quarto caso,

daquele jovem que se quer saiu da guerra, cujo corpo ficou sem vida nas Ilhas Malvinas.

O filme de Kamin foi muitas vezes criticado por não apresentar a versão do livro de Kon, jovens que ressaltavam também a sua coragem e a sua postura ativa dentro do conflito. A obra cinematográfica produzida dois anos depois da guerra foi fortemente influenciada pela comoção nacional diante da derrota e dos relatos dos ex-combatentes sobre fome, frio e maus tratos de superiores no front, reforçando a revolta de vários setores da sociedade que já haviam se chocado no lançamento do livro.

Como ressaltado por Potting (2013), assim como outras produções dos anos 80, *Los chicos de la guerra* (2004) não abriu espaço para o debate sobre as responsabilidades civis na guerra, o que é corroborado por Samanta Salvatori (2007: 31) ao ressaltar que o filme “ao visualizar a sociedade como mártir e a juventude como vítima inocente obstruía a possibilidade de apelar à responsabilidade social”. Um ano depois de *Los chicos de la guerra* (1984) foi lançado *Los días de Junio* (Alberto Fischeman, 1985) que apresenta a história de quatro jovens que vivem na Argentina no período da ditadura militar e da Guerra das Malvinas e cuja amizade é abalada pelos dias difíceis dentro de um regime repressor. O que torna a abordagem do filme mais interessante é que a guerra é vivenciada por esse grupo da mesma forma que por toda a sociedade argentina, através dos meios de comunicação. O filme apresentou temas como patriotismo, revolta e luta pela liberdade.

Ainda na década de 80 foi produzido o filme *La Deuda Interna* (1988), do diretor Miguel Pereira. A obra apresenta a história de amizade entre um garoto órfão e seu professor na Província argentina de Jujuy. O filme de Pereira é um dos mais enfáticos na crítica à ditadura militar. A mudança de regime de governo para uma Junta Militar é apresentada com a chegada das tropas governamentais na província no ano de 1976 e o posterior confisco dos livros do professor pela polícia local. O mesmo é obrigado a ir a Buenos Aires, onde é interrogado e ameaçado por militares. Os efeitos do regime são representados também no incentivo ao sentimento patriótico, quando os militares entregam bandeiras argentinas a população local, durante o período da copa. É nesse contexto que o menino Veronico, ao se tornar adulto, vai à Guerra das Malvinas, na qual morre no ataque britânico ao navio argentino General Belgrano. O filme teve grande

apoio governamental para ser produzido no ano de 1987, e assim como *Los chicos de la guerra* (1984), seu principal foco foi a crítica a ditadura, e de como seu discurso nacionalista levou jovens, como Veronico, a guerra e a morte. A obra não mostra os combates no front, mas apenas imagens reais sobre o afundamento do navio Belgrano transmitidas pela TV através de um noticiário. O professor que assisti o noticiário descobre que Veronico se encontrava no navio e volta à província onde conviveram, em busca das memórias do amigo. O final trágico do garoto que protagonizou a obra, nos remete à ideia do quão absurda é uma guerra empreendida por um governo, que ao mesmo tempo oprimia seu povo através de um regime ditatorial.

De acordo com Salvatori (2007:32), depois do grande impulso do cinema nacional, logo após o final da ditadura militar, veio um período de silêncio das narrativas fílmicas a respeito do regime, e também sobre a Guerra das Malvinas:

Se bem como vimos, estrearam alguns filmes que tentaram por em questão a Guerra das Malvinas, a reação do cinema correspondeu com o resto da sociedade, o cessar fogo repicava nas cabeças dos argentinos e com tom vergonhoso e extremamente crítico se enviava a única guerra do século XX ao mundo da irracionalidade, como um passado infeliz que convidou mais ao horror do que a compreensão, e como a guerra era associada imediatamente à ditadura, muitos políticos preferiram não nomeá-la.

Nos anos 90 foram produzidos um número maior de filmes que abordavam o conflito nas Malvinas de forma direta ou indireta. Na maioria das obras de ficção, a abordagem sobre o tema se concentra no antes e no depois da guerra e poucos se dedicam a apresentar o desenrolar do conflito no front. São vários os gêneros a aborda - lá como guerra, comédia, romance, ficção científica e principalmente drama. O fato é que, independente dessas delimitações por gêneros, o cinema que abordou a guerra foi, sobretudo, um cinema político, crítico e motivador de reflexão. O curta-metragem *Guarisove, los olvidados* (Bruno Stagnaro, 1995), apresentou uma sátira e um humor sardônico sobre o esquecimento de um grupo de soldados argentinos no território das Malvinas depois do final da guerra. Com um tom sarcástico, acentuadamente crítico, Stagnaro apresenta esses personagens como representantes da sociedade argentina, que ingenuamente se empreenderam em uma guerra suicida, em nome do “amor à pátria” que acreditavam ser invencível.

O esquecimento desses soldados é uma alusão a indiferença do governo para com o seu próprio povo, mas sugere também a indiferença da sociedade argentina para com os soldados que participaram da guerra. A memória construída sobre a guerra na obra defende a ideia de que o conflito foi tão absurdo e incoerente que chega a ser cômico. No filme, um grupo de soldados e oficiais, um mês depois da guerra perdida, ainda se encontravam em suas trincheiras, atiravam em um inimigo, que já não se encontrava mais no front, e discutiam com um pastor nativo, que em vão, tentou lhes alertar que a guerra já havia acabado. Esse teor cômico de *Guarison, los olvidados* (1995), deu o tom adequado a crítica apresentada na obra.

O ano de 1999 foi o mais rico em lançamentos com a temática Malvinas. Para Salvatori (2007:32) “É a partir de 1999 quando o tema recupera entidade cinematográfica, embora sempre de uma forma lateral”. O grande número de filmes que abordam a Guerra das Malvinas nesse ano se deve principalmente a reativação do cinema, que estava em crise devido aos problemas econômicos vividos pelo país durante os anos 90. Nesse período foi lançado a ficção científica *La sonámbula* (Fernando Spiner, 1999) que abordava a guerra indiretamente, e fez parte de uma tendência onde os diretores rompem com espaço e tempo e apresentam uma estrutura argumentativa e estilística inovadora. Estréia também *Peligro nuclear* (Milos Twilight, 1999), um drama em que o filho de um ex-combatente da Guerra das Malvinas participa de um congresso com o embaixador britânico na Argentina, com o vice-presidente e todo o parlamento exigindo que o estado pague a dívida que tem com os ex-combatentes. Já o drama dos soldados no front foi abordado por *Pozo de zorro* (Miguel Mirra, 1999), ao mostrar a história de um grupo de soldados argentinos que ficam isolados em sua trincheira após a guerra, até serem mortos.

O aclamado diretor e ganhador do Oscar Juan José Campanella, também deixa a sua obra com uma abordagem, mesmo que indireta, sobre o conflito nas Malvinas. Em *El mismo amor, la misma lluvia* (1999) ele aborda a história de um casal que se encontra pela primeira vez durante uma forte chuva e vive uma história de amor de 20 anos, tendo como contexto acontecimentos que marcaram a história recente da Argentina, como a ditadura e a Guerra das Malvinas.

Apesar do grande número de produções sobre o conflito lançados no final dos anos 90, na concepção de Potting (2013) houveram poucas

exceções no campo da ficção, que problematizaram questões políticas relacionadas a Guerra das Malvinas, um exemplo é o filme *El visitante* (Javier Oliveira, 1999). A obra apresenta a história do veterano Pedro que perdeu o amigo e companheiro nas Malvinas e tenta sobreviver com seus traumas até começar a ter visões do amigo morto lhe pedindo para que ele realize seu último desejo. *El visitante* (1999) reflete sobre o quão traumatizante e destrutivo pode ser a experiência de guerra para a estrutura humana e a situação de abandono dos ex-combatentes pelo governo e pela sociedade. Pedro perdeu a mão direita no conflito e ainda sim, era obrigado a trabalhar para sobreviver em péssimas condições no cortiço onde tinha apenas o apoio dos vizinhos. O filme não foca o cenário da guerra e nem o papel do governo ditatorial no empreendimento, mas busca refletir sobre as consequências do conflito para seus combatentes, tanto no emocional, quanto nas condições sociais em que foram inseridos ao retornarem do front. Com essa abordagem, a obra configura uma visão bastante crítica do empreendimento nas Malvinas e da própria sociedade argentina que não sabe como agir diante das suas posteriores consequências, ressaltando o ex-combatente como vítima.

Apesar das abordagens sobre a ditadura militar serem preponderantes, entre as obras com temas históricos na Argentina do início do século XXI, nesse período foram realizadas também, grandes produções que abordaram a Guerra das Malvinas como tema principal. Uma das mais aclamadas foi a polêmica *Fuckland* (José Luiz Marqués, 2000), que se enquadra dentro do movimento europeu dogma 95, chegando a receber o certificado do diretor Lars Von Trier, principal representante do movimento. Assim, como os outros filmes do movimento, o roteiro de *Fuckland* é surreal. Na história um argentino vai até as Malvinas para reconquistá-la de uma forma bem original: espalhando sêmen argentino, deitando-se com o maior número de nativas, com o objetivo de engravidá-las. O filme foi gravado clandestinamente nas ilhas, logo depois que o governo inglês permitiu a entrada de argentinos na região.

Em 2002 fez-se 20 anos da guerra e segundo Salvatori (2007: 32)

Reavivaram os debates sobre o tema, porém sem uma reflexão significativa no cinema. Cabe perguntarmos o que passou com o Nuevo Cine Argentino, com a febre documentalista de tantos aportes feitos na tematização da busca de identidade de filhos de desaparecidos, o trabalho de avós na Praça de Mayo, a militância política dos anos setenta e demais. A história da Guerra das

Malvinas seguiu submergida, profundamente reprimida, esperando uma mão que a resgate, que lhe dê presença e os testemunhos e as distintas memórias. Uma mão que tire as Malvinas de baixo do ar rememorativo geral, e encoraje uma reflexão política diferente.

A autora (2007) defende que essa reflexão diferente veio três anos depois com a superprodução *Illuminados por el Fuego* (Tristán Bauer, 2005), através de imagens documentais, nos momentos de rememoração do personagem principal e da abordagem da história presente da Argentina. A obra foi inspirada no livro homônimo do ex-combatente Edgardo Esteban e de Gustavo Romero. No filme, o diretor Tristán Bauer faz mais uma representação da Guerra das Malvinas e do destino de ex-combatentes, assim como em *Los chicos de la guerra* (Bebe Kamin, 1984). Como boa parte da obra apresenta o desenrolar do conflito, o filme é um dos poucos de nacionalidade argentina, a ser enquadrado no gênero guerra. Nele Bauer representa uma guerra em que seus combatentes não têm um aparato necessário para o tamanho do conflito que participaram, e que sofrem com os maus tratos dos superiores, com a fome e com o frio. Porém, em Bauer identificamos também, o papel ativo dos combatentes no embate bélico.

Os soldados de Bauer ganham uma versão mais heróica e ativa diante do embate com a Grã-Bretanha nas ilhas Malvinas, onde cenas do combate das forças terrestres são representadas, sem deixar de representar a superioridade bélica britânica, mas ressaltando a coragem e a resistência dos combatentes argentinos. Quanto ao destino de cada um dos três jovens representados, em muitos aspectos as duas obras se assemelham. Em Bauer temos o caso daquele que cai no vício, maltrata a família e encontra alívio no suicídio. Do que morre no conflito e de Esteban, que consegue se reintegrar a sociedade, mas cuja morte do colega pelo suicídio, o faz sentir a necessidade de viajar para as ilhas em busca de uma memória perdida. A memória construída em *Illuminados por el Fuego* (Tristán Bauer, 2005) apresenta os soldados como heróis, sem deixar de ressaltar que eles foram também, vítimas do governo e da sociedade que os enviou a guerra e que os ignorou ao voltarem derrotados dela, ressaltando principalmente sua influência no emocional destes ex-combatentes, ao abordarem o tema suicídio e a angústia do protagonista Esteban, que precisou voltar às Malvinas e recordar sua experiência em busca da superação.

Ainda no início desse novo século é produzido o curta-metragem *La mentira* (Juan Damián Chechile Fresser, 2004), um filme pouco divulgado e comentado e que trás questionamentos importantes sobre as consequências da guerra. No ano de 2007, duas produções de ficção abordaram o conflito, *Cartas a Malvinas* (Rodrigo Fernández, 2007), um drama sobre o risco que correram oito soldados com a missão de entregar cartas aos combatentes no front das Malvinas, dando ênfase à importância de uma carta para um soldado e *Palabra por Palabra* (Edgardo Cabeza, 2007), que aborda a história de dois soldados que se refugiam na casa de uma senhora kelper e seu bebê e juntos vivem o drama de sobreviver nesse cenário caótico da guerra. Em 2010, outro romance é produzido tendo a guerra em seu contexto: *La Campana* (Fredy Torres, 2010) que apresentou a história fictícia de um pescador no Mar Del Plata, durante a Guerra das Malvinas, que se perde em uma zona chamada La Campana e quando retorna já se passaram vinte anos e várias mudanças ocorreram no país.

Em mais uma abordagem indireta da guerra, o filme *O Conto Chinês* (2011) foi o mais bem sucedido dos cinemas argentinos em 2011. Na obra o personagem Roberto (Ricardo Darin) é um homem fechado e aparentemente frio, que não se abre para se relacionar com as outras pessoas até conhecer o chinês Jun, e involuntariamente ajudá-lo a sobreviver em Buenos Aires. O conflito nas Malvinas aparece quando nos é revelado que Roberto é um veterano da guerra, seriamente atingido por essa experiência traumática.

Apesar do grande número de produções sobre o conflito, para Salvatori (2007) o cinema argentino, como um importante vetor de transmissão de memórias, ainda não saldou sua dívida com Malvinas:

(...) esquivar a questão do nacionalismo e dos discursos patrióticos que hoje circulam sobre o tema, significa não poder compreender e contextualizar Malvinas politicamente. A advertência do sofrimento desse passado e suas sequelas é, até hoje, significativo para poder preservar o outro, porém se perguntamos e reperguntamos “porque Malvinas?” nos ajudaria a entender a sociedade em que vivemos. Em suma, o debate político ainda aguarda o apelo do cinema.

Dentre os filmes de ficção sobre Malvinas, *Los chicos de la guerra* (1984) de Bebe Kamín e *Illuminados por el Fuego* (2005) de Tristán Bauer, serão objetos de minha análise sobre a construção de memórias sobre a guerra no

cinema argentino e a participação do cinema no intenso debate sobre as representações produzidas no pós-guerra, pelos diferentes grupos. A definição das duas obras foi em função de serem consideradas os marcos nas representações cinematográficas da guerra, promovendo reflexões e discursões a respeito de temas considerados polêmicos.

3.2 Los chicos de la guerra: as obras e seus realizadores

No dia 2 de agosto de 1984 estreou na Argentina o primeiro longa metragem de ficção sobre a Guerra das Malvinas: *Los chicos de La guerra* (1984). A produção teve como roteiristas o diretor Bebe Kamín e o jornalista Daniel Kon e foi baseada na obra do segundo, com o mesmo nome, no qual o jornalista apresenta entrevistas com jovens ex-combatentes recém-chegados da guerra. Daniel Kon é considerado um autor de êxito na Argentina, tendo começado a trabalhar como colaborador na revista *Siete Dias* aos 18 anos e posteriormente, compondo o quadro de jornalistas do *El Clarin*. Publicou sua primeira obra aos 23 anos, *Las libretas de José* (1979), no qual contava a história de José Rosenwasser, um imigrante polaco aposentando que criou um caderno onde pedia que jovens estudantes escrevessem ali frases e pensamentos, o que tornou um importante testemunho da vida cotidiana da cidade de Buenos Aires.

A preocupação de Kon com temas políticos de seus país pode ser observada em uma entrevista de 1985, na qual ressalta: “Minha geração ficou um pouco saunduíche entre os que em 1976 eram adultos politicamente feitos, com alguma experiência democrática, e os que somente eram umas crianças que anos mais tarde seriam despertados um dia para ir a guerra”. Para Kon a sociedade argentina está edificada sobre a mentira e a hipocrisia, mas com a democracia recente no ano de 1985, acreditava que uma nova geração construiria uma revisão histórica do país que melhor compreendesse eventos como a Ditadura e a Guerra das Malvinas: “Eu tenho muita confiança nos jovens de 15 e 16 anos, que começam agora a viver a democracia. Creio que vamos fazer melhor. Talvez porque entre eles há menos sentimentos de culpa e se pode tentar uma revisão com mais sinceridade, porém sobre tudo, sem triunfalismo, porque estamos esgotados disso...”

Sua postura atuante em questões políticas foi observada principalmente em 1982, quando Kon escreve sua mais famosa obra, *Los chicos de la guerra*, que segundo ele (1986: 12), nasceu de sua indignação pelo desprezo dado pela mídia no retorno dos ex-combatentes da guerra, primeiramente ao escutar um apresentador de tv, que aos sorrisos, ressaltava que naquele dia, que era o da chegada dos ex-combatentes, a jornada importante dos argentinos era acompanhar a seleção nacional de futebol contra a Espanha; e posteriormente, pelo que viu nos conteúdos dos noticiários

Talvez a ideia tenha nascido alguns dias depois, quando em outro canal, quase no mesmo horário, um dos jornalistas de um programa que até então se havia caracterizado por seu tom desmesuradamente triunfalista, explicava, com orgulho profissional, que na transmissão desse dia ia tratar de ‘dois assuntos prioritários: a falta de gás e o grande prêmio da loteria’ (é bom esclarecer que os ex-combatentes continuavam no navio, nos hospitais, ou em suas tumbas miseráveis).

De acordo com Kon (1986:14), as entrevistas foram realizadas a partir do dia 23 de junho, poucos dias depois do regresso dos ex-combatentes, sendo que foram divididas em intervalos para observar suas reações ao irem assimilando novamente suas vidas normais: “A última entrevista, quase sempre a mais frutífera, devido à confiança mútua que se ia gerando. Recém-chegados sentiam o peso do clima bélico do qual ainda não haviam conseguido desprender-se”. Ao analisar a obra observamos que cada jovem interpretou sua experiência na guerra, segundo sua própria experiência de vida, sendo influenciados por aspectos como: classe social, religião, origem, educação formal e etc., porém, em todos os relatos convergem os sentimentos de medo, angústia, incertezas, que eram amenizados pelo companheirismo e o apoio dos outros combatentes que vivenciavam a mesma experiência.

Analisando a obra, identifiquei alguns relatos recorrentes entres as entrevistas realizadas por Kon, como a declaração de que quando foram a Malvinas, não acreditavam que teriam que participar de uma guerra. Guillermo, que participou do conflito próximo a linha de frente, relatou que ao contrário dele, a maioria que viajou com ele para Malvinas, não sabia que iriam para uma guerra, porque esperavam que algum acordo impedisse o início do conflito. Santiago, também da frente de batalha, disse acreditar que tudo se arranjaría antes de se iniciar

o conflito armado e Juan, auxiliar de arsenais, relatou que mesmo já nas Malvinas, ele e seus companheiros pensavam que a qualquer momento tudo iria se resolver. Já nas ilhas, a maioria dos entrevistados de Kon disseram se surpreenderem com a desorganização das Forças Armadas argentinas. Guillermo explicou que a roupa que lhe deram era adequada para os primeiros dias, ainda outono, mas não para os três meses de inverno que enfrentariam; que não tinham uma preparação psíquica, bélica e nem instrução sobre a geografia do local que percorreram, tendo que aprenderem dentro da situação de guerra, inclusive a manusear determinadas armas com aqueles mais experientes, “Não se pode aprender no meio da guerra”⁷⁹, indigna-se.

De acordo com Guillermo, a falta de organização das tropas argentinas foram mais perceptíveis com o desembarque dos ingleses “Eles desembarcaram em uma semana a mesma quantidade de gente que nós em um mês. Distribuíram o tripo de comida e colocaram dez vezes mais artilharia e munições. Realmente, trabalharam com coordenação, coisa que não havia entre nós”⁸⁰. Juan Carlos também destacou a surpreendente falta de estrutura das tropas argentinas e ressalta; “não se pode sair para uma aventura assim sem armamento, sem equipamento e sem a organização necessária para distribuir tudo e realizar uma estratégia adequada”⁸¹. A falta de armamentos novos e modernos foi uma das reclamações recorrentes entres os soldados que relataram sua experiência ao jornalista. Santiago explica que na companhia de serviços de seu regimento quase todos tinham a metrelhadora Pam, muito velha e que aquecia com rapidez, tendo conhecido soldados cuja Pam não funcionava e tinham que recarregar a cada tiro. De acordo com o ex-combatente, alguns soldados acreditavam que tinham munição para três dias, mas no momento do combate, essas não duraram duas horas.

Nas entrevistas, chama a atenção os relatos dos soldados de que com o tempo, eles começaram a vivenciar a rotina daquela situação e buscaram se adequar a esse novo modo de vida. Juan Carlos explica que depois de um tempo no front, eles começam a viver o cotidiano, como se estivessem em suas vidas normais “Todos os dias nos empenhávamos em melhorar a toca. Nas folgas até armamos uma prateleirinha para pôr os jarros. Era linda...[...] tínhamos um braseiro e

⁷⁹ KON, Daniel. Os meninos da guerra das Malvinas,. São Paulo: Civilização Brasileira, p. 41, 1986.

⁸⁰ Ibidem (1986:39-40)

⁸¹ Ibidem (1986: 162)

até havíamos posto luz elétrica”⁸². Em outras entrevistas, combatentes revelam que durante o período de espera, começaram a se organizar de forma cotidiana para buscarem lenha, para caçar ovelhas, para reunir com o grupo à noite e jogar truco.

Um dos aspectos que mais causaram impacto na sociedade argentina com o lançamento do livro de Kon foi a falta de alimentação adequada, tendo alguns soldados relatado ter passado dias sem receberem nenhum alimento. Na obra, o ex-combatente Guillermo relata que devido os alimentos não chegarem, descia com um grupo até os depósitos para roubar e por causa da fome matou inúmeros ovelhas com seu fusil. O relato de roubo de alimentos nos depósitos argentinos e do abate de ovelhas é recorrente, mas alguns ex-combatentes revelam outras formas encontradas pelos soldados para conseguirem se alimentar. Santiago explica que muitos pediam comida aos kelpers, até mesmo legumes de suas hortas, mas algumas vezes tinham seu pedido negado; alguns soldados com dinheiro, também chegavam a comprar comida nas vendas do povoado.

Santiago revelou a Kon que a falta de alimentos em seu grupo e algumas outras seções era em função do confisco pelo chefe de seção “As provisões chegavam à seção, mas o sergente guardava e na minha toca não chegava nada”⁸³, sendo que mesmo depois da rendição, quando os ingleses entregavam as caixas de provisões para serem distribuídas aos soldados, haviam chefes de seções argentinos que confiscavam para eles. O que amenizava, de acordo com Santiago, era a solidariedade entre os soldados e até suboficiais que dividiam o pouco que lhes chegavam. Sobre o tema, Fabian E. explica que no começo recebiam alimentos, depois não chegava nada, mas o oficial responsável por seu grupo, o segundo-tenente Baldini - que ele considerou um homem valente que lutou até a morte ao lado de seus soldados, sendo enterrado por ele - se revoltava com a situação e permitia que caçassem ovelhas: “Eu acho que o erro que se cometeu foi guardar as rações para o momento do combate”⁸⁴. Juan Carlos, encarregado de preparar a alimentação de 350 pessoas, confirmou a Kon que o que chegava para prepararem não era o bastante para dar de comer a todos. Já o ex-combatente Carlos, diz se revoltar com tal discurso dos soldados que reclamam a falta de alimentação já que segundo ele, não se comia porque não havia mais helicópteros para serem carregados e com o decorrer do

⁸² Ibidem (1986:152)

⁸³ Ibidem (1986:101)

⁸⁴ Ibidem (1986:196)

conflito não haviam mais caminhos para chegar à linha de frente, o que é questionado pelos relatos do encarregado da alimentação Juan Carlos, que relata terem andado 7 kilometros, todos os días, carregando sacos de batatas para entregar em seções e que por isso, poderiam ter levado, também, outros alimentos e vestimentas dos depósitos.

A postura de alguns dos oficiais e suboficiais foi outro tema que causou polêmica com o lançamento da obra de Kon. Ao analisar os relatos de ex-combatentes, identificamos a revolta de alguns jovens pelos abusos cometidos por seus superiores, mas ao mesmo tempo, relatos de profissionalismo e companheirismo da parte de oficiais e suboficiais. O ex-combatente Juan Carlos relatou sua admiração pelo papel de um segundo-tenente que passou dias sem dormir transportando feridos para o hospital em Porto Argentino, mas também relata casos de oficiais que impediram a entrada de padioleiros (carregadores das macas) com feridos em uma das entradas do povoado, onde atuava a guarda de Infantaria da Marinha que tinha a ordem de não deixar entrar ninguém; “Era um absurdo, porque nós estávamos levando vários feridos”⁸⁵. Carlos ressalta que no seu grupo a relação soldado, oficiais e suboficiais ficou muito mais cordial que no serviço militar “Sentávamos todos juntos numa roda para tomar o mate, preparávamos a comida e a dividíamos entre todos”⁸⁶. Para o ex-combatente, entre eles haviam bons homens e maus homens independente de serem soldados, oficiais ou suboficiais e que por isso, acredita nas reclamações de soldados que estavam na linha de frente e disseram terem sofrido abusos “Cada história da guerra que se conte depende em certa medida, de como a gente a tenha vivido”⁸⁷.

O abuso por parte de oficiais para com seus soldados que mais surpreendeu a sociedade foi o estaqueamento, no qual o soldado era deitado e tinha mãos e pés descobertos amarrados, de forma que ficasse exposto ao frio intenso das ilhas. Na obra, Santiago relata que ao ver uma cena de estaqueamento, desamarrou o soldado, sendo levado ao chefe da companhia, que ao ouvir sua justificativa, surpreendentemente não o puniu. Ele explica que o tempo que os soldados ficavam amarrados no frio variava, mas houve um caso que ao ser desamarrado, o soldado não podia mais se mexer e foi levado a enfermaria. Para Jorge houve oficiais

⁸⁵ Ibidem (1986:164)

⁸⁶ Ibidem (1986:176)

⁸⁷ Ibidem (1986:177)

que se comportaram muito mal, mas houve outros que foram companheiros, inclusive o seu capitão; “Para ser justo, eu diria que setenta por cento soube comportar a altura das circunstâncias. Mas houve uns trinta por cento que se comportou muito mal e posso assegurar que se notava mais esses que os outros setenta por cento”⁸⁸.

Jorge, que participou como encarregado da segurança do Comando Militar, defende que uma das lições a serem apreendidas no conflito é que para enfrentar uma guerra tem que ter um exército preparado, segundo o ex-combatente, não somente os soldados civis, mas alguns oficiais e suboficiais não tinham idade e condições de terem ido, porém aqueles que estavam preparados, conseguiram cumprir missões que ele considera impossíveis, infrilando em linhas inimigas e obrigando o inimigo muitas vezes a recuar; “Essa gente é que era preparada e para fazer uma guerra, faz falta muita gente assim”⁸⁹.

Com a rendição e o final da guerra, os jovens relatam o bom tratamento recebido no navio inglês Canberra, a alimentação, os quartos onde dormiram e suas conversas com os militares ingleses que se espantaram com o pouco tempo de treinamento dos soldados argentinos. De acordo com Guillermo (56) “Qualquer soldado inglês tinha pelo menos três anos de adestramento. E contra isso, por mais patriotismo que a gente tenha, não se pode lutar”. Ao chegar no continente, Ariel disse se surpreender ao saber que não se vivia o clima de guerra no país como imaginavam, que as pessoas saíam, se divertiam e falavam de futebol como se não houvessem soldados seus lutando em um campo de guerra. Durante a entrevista, ele revela sua indignação: “Porque eu não aceito, não posso entender como pessoas que chegam a postos tão altos nos governos não sejam capazes de sentar-se em uma mesa e passar nem que seja dois ou três dias sem dormir, para chegar a um acordo sobre algo [...] Se trouxessem ali, para a trincheira na qual eu estava, só por um tempinho, os dirigentes dos dois países, a guerra terminaria em seguida”⁹⁰. Indignação demonstrada, também por Fabian E. ao revelar que durante o conflito lembrava do povo na Praça de Mayo apoiando a tomada das Malvinas e sentia muita revolta, queria que aqueles que foram à praça vivenciassem aquela experiência terrível que estavam vivendo.

⁸⁸ Ibidem (1986:132)

⁸⁹ Ibidem (1986:142)

⁹⁰ Ibidem (1986:73)

A experiência da Guerra das Malvinas foi um divisor para muitos desses ex-combatentes e nos seus relatos para Kon (1982), poucos dias depois do retorno das Malvinas, já identificamos o desejo de seguirem atuantes no debate e na luta política pelo seu país. Jorge acredita que os ex-combatentes voltaram diferentes e vão se preocupar mais com o futuro do país; “Nós, os meninos que estivemos lá, vamos estar sempre unidos pela dor, por essa lembrança do que tivemos que viver. E acho que dentro de nossas possibilidades, vamos começar a lutar pela Argentina”⁹¹. Da mesma forma, Guillermo explica que sua participação na guerra fortaleceu nele o desejo de continuar lutando pela Argentina “Já que perdemos as ilhas, poderíamos ganhar o país”⁹². Juan Carlos, também ressalta que depois de defenderem o país nas Malvinas, irão continuar defendendo no continente e revela que se as Malvinas forem recuperadas sentirá que tudo que fizeram não foi em vão, caso contrário, se a guerra serviu para reafirmar as pretensões britânicas nas ilhas, ele irá sentir que por culpa deles, perderam Malvinas definitivamente.

O sucesso da obra, cuja primeira edição esgotou em poucos dias, e o impacto causado em setores da sociedade argentina levou o cineasta Bebe Kamin a procurar Daniel Kon para propor a adaptação de sua obra para o cinema. Em parceria com o jornalista, Kamin produziu o roteiro daquele que viria a ser o primeiro filme de ficção sobre a guerra, *Los chicos de la guerra* (1984). Bebe Kamin, cujo nome verdadeiro é Bernardo Czemerinsky, se formou em eletromecânica, tendo iniciado seu interesse pelo cinema ao se tornar o responsável pelo cineclube da faculdade de engenharia. Na década de 70, fez parte do grupo Underground⁹³ ao lado de nomes importantes do cinema nacional, Edgardo Cozarinsky, Rafael Filippelli, Hugo Gil, Gabriel Bejo, Edgardo Kleinman, Néstor Lescovich y Julio Ludueña. Viveu no México onde trabalhou com produção de documentários durante dois anos.

⁹¹ Ibidem (1986:145-146)

⁹² Ibidem (1986:51)

⁹³ Movimento iniciado no final dos anos cinquenta e início dos sessenta, na cidade de Nova York, por um grupo de cineastas que fundaram a New American Cinema Group, cujo objetivo era fazer filmes diferentes dos produzidos por Hollywood, vistos como superficiais. Os filmes tinham uma linguagem cinematográfica original e abordavam temas polêmicos, como a sexualidade. De acordo com Andres Denegri “O cinema Underground, que teve lugar em Buenos Aires durante as décadas de 60 e 70, encarnou uma peculiar confrontação com as reivindicações do Terceiro Cinema. O movimento under local apresentava uma marcada atitude universalista, que chocava com as reivindicações do cinema militante, cuja luta principal se desenvolvia contra o neocolonialismo, pregando um maniqueísmo nacionalista, ou melhor, latinoamericanista que separa o universo cultural entre ‘o deles e o nosso’[...]”

Kamin foi roteirista e diretor de vários curta-metragens antes de estreiar seu primeiro longa, *El búho* (1974), no qual contava a história de uma trabalhadora que tinha como única companhia uma coruja, enquanto progredia os sintomas de sua esquizofrenia. Posteriormente, produziu o documentário *Adiós Sui Generis* (1976), no qual abordou a despedida da banda de rock Sui Generis dos palcos. Após *Los chicos de la guerra* (1984), Kamin produziu os longas metragens, *Chechechela, una chica de barrio* (1986), baseado em uma obra literária homônima, que conta a história de uma jovem que prestes a se casar, recorda suas três relações afetivas anteriores; *Vivir mata* (1991), ficção sobre as relações amorosas de um diplomata argentino; *Contraluz* (2001), que apresenta a história de dois jovens que vivem o drama da separação e a luta contra as drogas; o documentário *Maestros milongueros* (2006) que revela os bailes e histórias que ocorreram na Academia de Coreografias e Estilos de Tango Argentino e *Teatro Colón: Música, Palabras, Silencio* (2010), documentário sobre a restauração do mais famoso teatro da Argentina e a relação dessa obra de arquitetura com a arte apresentada no seu palco.

Hoje, aos 72 anos, o maior sucesso de Kamin continua sendo a adaptação do livro de Kon, *Los chicos de la guerra* (1984), pelo qual foi premiado em três festivais: Festival Internacional de Cinema do Ríó de Janeiro (Brasil) (1984); Festival Internacional del Nuevo Cine Latinoamericano de La Habana (La Habana, Cuba) (1984) e Festival de Cine Iberoamericano de Huelva Huelva, (Espanha) (1984), no qual ganhou o prêmio Colón de Oro de melhor filme.

A adaptação para o cinema do livro *Los chicos de la guerra* (1982), foca na história de três dos depoentes de Kon: Fábian, Santiago e Pablo, esse último na obra é apresentando com a letra T. e tem sua experiência explicada por Kon, já que suas condições psíquicas o impediam de dar seu depoimento. Kamin recorre ao recurso dos flashbacks para contar a história dos três garotos desde a infância, passando pela adolescência e juventude antes da guerra. Tais informações não são apresentadas no livro, que foca unicamente na experiência nas Malvinas, mas para o cineasta são fundamentais para direcionar o olhar do espectador para o tema principal do filme: como a Ditadura marcou a vida desses jovens, da infância à guerra pelas Malvinas. Na primeira cena conhecemos Fábian, escondido dentro de uma das trincheiras, encolhido e assustado, sai de mãos para cima rendendo-se às tropas inglesas que já haviam tomado a região. Fábian olha em sua volta e vê o cenário de derrota, morte e sofrimento. Na cena seguinte, nos é apresentado o jovem

ainda garoto, no ano de 1968. A partir de então, sua história, assim como dos outros dois outros jovens, é contada intercalando cenas do presente, quando já estavam rendidos pela tropa britânica, e cenas do seu crescimento dentro de um cenário marcado pela repressão e os abusos por parte de um regime ditatorial.

A primeira impressão passada para o espectador é que os jovens faziam parte de classes sociais diferentes, Pablo fazia parte de uma família rica e influente, Fabían da classe média e Santiago era um jovem pobre e que sobrevivia do seu trabalho em um café de Buenos Aires. Posteriormente, Kamin vai nos apresentando a experiência vivida por esses jovens dentro de um Estado repressor: na infância o controle e a disciplina através do sistema educativo, característicos das ditaduras; na adolescência, Fábian e seus colegas de escola presenciam a polícia tentando abater a tiros dois jovens que distribuía panfletos na rua, em uma clara sugestão que se tratavam de opositores do regime. Em outra cena, agora adultos, Fábian e seu amigo Ruiz são abordados pela polícia na rua, que age de forma violenta. Nesse instante, um carro passa do lado da cena e um senhor conversa com os policiais que o tratam de forma respeitosa. Trata-se de Augusto, pai de Pablo, que se mostra à vontade com a situação, enquanto o filho se recusa com o tratamento dado pelos policiais aos jovens. Para Salvatori,⁹⁴ o filme apresenta como os jovens eram vistos naquele momento: sempre suspeitos, sempre perigosos “mais ainda, durante a ditadura o discurso que imperava era que todo jovem podia ser potencialmente um ‘delinquente subversivo’”.

A euforia patriótica da sociedade argentina é abordada por Kamin em cenas como a da escola de Fábian, quando as crianças entendidas são obrigadas a ouvir discursos e hinos em louvor a pátria e quando a professora fala sobre o valor da pátria e da bandeira. Porém, a cena mais simbólica desse tema é a euforia do patrão de Santiago, ao saber de sua convocação para guerra. Tal reação do dono do café diante da notícia da tomada das Malvinas representa a reação da própria sociedade argentina, que foi a Plaza de Mayo para mostrar seu apoio ao empreendimento, que se mostrou unida na mídia e nos shows de arrecadação de doações para serem investidos na ‘reconquista’ e que carregou bandeiras pelas ruas, comemorando a tomada das Malvinas, cena, aliás, presenciada por Fábian e Ruiz

⁹⁴SALVATORI, Samanta. *Los chicos de la guerra*. Buenos Aires. Disponível em <http://servicios2.abc.gov.ar/lainstitucion/organismos/cendie/cinedivulgacion/videos/loschicosdelaguerra.pdf> > Acesso em 14 abr. 2015.

enquanto conversam com as namoradas sobre a possibilidade da convocação. A convocação, recebida com entusiasmo pelo patrão de Santiago, é ressentida pelos pais de Fabían e desejada pelo pai de Pablo que chega a ligar para o comando do Exército para pedir que o filho seja enviado á Malvinas, “Meu filho é um soldado da pátria e deve defender as Ilhas Malvinas. [...] Faz 150 anos que estamos esperando este momento e dou graças a Deus que meu filho seja um dos elegidos para defender a pátria com suas armas”.

Nas Malvinas, os jovens de classes diferentes começam a conviver como iguais, no enfrentamento das dificuldades da vida no front e dos abusos cometidos por oficiais, como o estaqueamento, apresentado na cena em que Santiago revoltado com a punição sofrida por um jovem soldado o desmarra e é repreendido por seus superiores, tendo justificado corajosamente suas razões para não entender tal tratamento, já que os inimigos são os ingleses “Se é certo, nos estão matando de fome, nos tratam pior que aos inimigos [...] Aqui somos todos iguais, creio que não vieram aqui para cagarem em nós”. A coragem de Santiago contrasta com as cenas dos jovens após a rendição para os britânicos, nas quais estes são representados assustados e humilhados ao serem obrigados a abrirem valas para enterrarem seus companheiros, enquanto houve-se um comunicado inglês avisando que Malvinas está de volta ao governo desejado por seus habitantes.

Recorrendo a licença poética do cinema, Kamin vai além dos relatos da obra de Kon e apresenta diferentes destinos para os três jovens: Fabían se mostra traumatizado, mas se reintegra a sociedade e a sua vida normal com a ajuda da namorada; Pablo enlouquece e a possibilidade do suicídio é sugerida; Santiago volta para o café para retomar seu trabalho, mas recebe a notícia do patrão, antes entusiasta de sua convocação e agora indiferente, que já havia outro em seu lugar. Santiago, desempregado, se torna um desajustado social e é preso no desfecho da trama. Essa postura do dono do café, sugere a postura da sociedade argentina que no momento da tomada das Ilhas se mostrou eufórica e na derrota indiferente para com os jovens que voltam da guerra, excluindo-os, como uma forma de esquecimento de sua própria responsabilidade em um empreendimento reformulado, naquele momento como um ato de extrema irresponsabilidade do governo do regime militar. Há também o desfecho do soldado Ruiz, amigo de Fábian, que morre nas Malvinas.

Na produção cinematográfica *Los chicos de la guerra* (1984), Malvinas aparece como um empreendimento dos militares - cuja a imagem está

marcada neste momento, por um governo de uma Estado Ditatorial e repressor – com o apoio popular, que demonstra um patriotismo insano como no exemplo do pai de Pablo que pede que o filho seja levado às Malvinas. Os conscritos foram levados a essa “aventura” militar sem armas adequadas, passam fome, frio e são tratados com violência pelos oficiais. Voltam derrotados e abatidos. Os principais temas identificados no relato fílmico, portanto são: a infância e a juventude dos soldados, marcadas pela repressão de um governo ditatorial; o patriótico apoio popular a tomada das ilhas; a presença de diferentes classes sociais no front de guerra; a união e o companheirismo dos jovens como motivadora de suas resistências; a fome e os abusos de oficiais; o trauma e a exclusão social pós-guerra que leva veteranos ao desajuste social, ao suicídio ou, ao contrário, a reintegração com o apoio familiar e principalmente a ideia de que o principal inimigo desses jovens não foram exatamente as tropas inglesas, mas o regime de governo de uma Junta Militar que os enviou às Malvinas, sem nenhuma condição para a grandiosidade do evento que isso desencadearia. Os enviou, portanto para a morte, morte por fome, por frio, por ataques ingleses.

Os soldados conscritos são os principais personagens da trama, tendo as suas juventudes interrompidas por Malvinas, retornam para outra batalha, agora nas ruas, em busca de reconhecimento e conquistas políticas. Kamin não enfoca a questão da posse das Malvinas. Se as Malvinas são dos argentinos ou dos ingleses, não é um questionamento a ser abordado em seu relato fílmico. O que parece interessar ao realizador nessa abordagem é deixar claro os motivos pelos quais esta guerra não deveria ter ocorrido, o que motivou e tem motivado críticas de alguns setores da sociedade, entre eles, grupos de veteranos, que acusam Kamin de “desmalvinizar” o tema, ao “deslegitimar” em sua abordagem, a luta por Malvinas. Outro aspecto que gerou polêmica após a estréia, foi a imagem do soldado como vítima dos militares por terem empreendido a guerra e por terem cometido abusos de poder no front. Criticado por alguns, visto como “realista” por outros, tal imagem, construída no filme, tornou-se motivadora de uma das principais discussões a respeito da melhor forma de construir a memória sobre a Guerra das Malvinas.

A construção da imagem do jovem combatente como vítima no filme *Los chicos de la guerra* (1984) pode ser compreendida ao analisarmos o contexto histórico em que a obra foi produzida. Tal imagem foi o reflexo do momento político e social pelo qual passava a sociedade argentina, marcada pela

indignação com a repressão e a crise econômica que marcou o governo da Junta Militar, indignação intensificada pela derrota nas Malvinas. Diante desse período de transição do sistema ditatorial para a democracia elegeu-se como símbolo a juventude argentina que foi massacrada nos porões da ditadura e agora no front de guerra nas Malvinas. Para Salvatori⁹⁵, “o clima e os discursos circulantes durante os primeiros passos da democracia, apelavam a uma sociedade vítima do poder ditatorial: o povo argentino havia sido conduzido a uma guerra sob a responsabilidade das Forças Armadas” e os jovens, tanto no continente, quanto nas Malvinas, foram o símbolo dos abusos cometidos pelo sistema “Os jovens haviam ido a Malvinas sem preparação, não haviam tido o equipamento apropriado, sofreram fome e frio, foram mal-tratados e quem os deixaram morrer foram os mesmos militares que haviam torturado e desaparecido com milhares de ‘jovens inocentes’”.

A autora⁹⁶ critica o filme por não ter problematizado a relação militares e sociedade argentina no empreendimento da guerra, mas ressalta a coragem de Kamin de questionar o nacionalismo argentino “poucos são os filmes que se animam a problematizar a questão do nacionalismo e os discursos patrióticos que até hoje seguem elaborando sobre o tema. Quase nenhum se pergunta como compreender e contextualizar Malvinas politicamente”, e ressalta que “Advertir o sofrimento e suas sequelas que perduram nos ex-combatentes é significativo para poder preservar ao outro, para conseguir interpretar essa dor”, sendo que a principal contribuição desse debate está em entender a atual sociedade em que vivem: “Porém, também, perguntamos e re-perguntamos porque Malvinas nos ajudaria a refletir mais profundamente sobre a sociedade que vivemos”.

Ao entrevistar os combatentes das associações CECIM e AVEGUEMA e a Comisión de familiares de Caídos en Malvinas e Islas del Atlántico Sur, questionei a posição de cada um sobre as representações da guerra e dos combatentes realizadas por Kamin em *Los chicos de la guerra* (1984). Carrizo explica que no primeiro momento sentiu descontentamento com as representações da obra filmica, porque foi como se houvessem desvalorizado aos combatentes “Como fomos lutar e nos veem mortos de frio, mortos de fome? Agora, essa primeira sensação do filme também tem aver com nossa necessidade primária de ser reconhecidos”. Essa necessidade de reconhecimento é, segundo o veterano, um

⁹⁵Ibidem.

⁹⁶Ibidem.

reflexo da indiferença da sociedade “Porque a ditadura se havia encarregado de baixar o preço da experiência. Porque eramos os soldados inexperientes que havíamos perdido a guerra”. Essa foi a primeira impressão de Carrizo, porém posteriormente, compreendeu o contexto histórico em que obra foi realizada “É um filme que também tem que ser visto e pensado no seu contexto histórico, em seu momento. Agora, quando você olha depois, o filme te está contando um relato que é certo. Porque o frio foi certo, a fome foi certa, o medo foi certo, o desprezo, também foi certo”. Para o veterano, o filme abriu a possibilidade de que outros aspectos da guerra fossem contados posteriormente “Porque outros olharam esse trabalho e pensaram. [...] O cinema como arte, te permite pensar [...]. Porém, é muito provável que a representação pessoal que você tem de cada um desses personagens não seja igual a minha. Podem ser parecidas. [...] O cinema te mostra uma imagem, porém te dá a oportunidade de pensar. De pensar essa imagem e colocá-la no tempo e no espaço”.

Para Carrizo, uma parte importante do filme é que quando o jovem que trabalha no café vai para a guerra é cumprimentado pelo seu patrão, chamado de grande, valente e ao retornar derrotado é desprezado porque não interessa a história dos perdedores “que para mim é o fenômeno do exitismo. Exitimos é que serve se é existoso, se triunfar na vida sois valioso, se ganhas és valioso. Agora, como foste um perdedor, ninguém gosta das histórias dos perdedores”. Carrizo conclui, revelando que no final do filme aparecem imagens documentais de ex-combatentes marchando e, entre eles, estão membros do CECIM, como Carlos Mercante, que aparece com uma muleta.

Alonso também ressalta que *Los chicos de la guerra* (1984) pode ser compreendido por seu contexto histórico “foi o filme de começo da democracia. Podemos discutir desde a estética, porém foi o filme que se podia fazer no começo da democracia. Naquele momento foi oportuno. Porque também, a democracia argentina foi muito débil. Todavia, o poder militar muito em cima. Então, foi o filme que se pôde fazer nesse momento”. Para Alonso, o filme foi uma boa representação naquele momento, mas hoje não, “Está tudo muito metido com o tema da ditadura”. Ao ser questionado sobre os interesses de Kamin para a realização da obra cinematográfica, Alonso relata “Me parece que nesse momento, nessa época, havia um interesse político de que se saiba a verdade. De que se comece a conhecer relatos. Por suposto, desde uma pessoa que tenha uma estética e um compromisso

político. Não foi uma pessoa desinteressada. Me parece que não lhe foi o mesmo fazer esse filme que outro filme”.

Sérgio Fernández revela ter gostado da linguagem cinematográfica do filme, sobretudo as cenas das trincheiras e explosões, mas lhe incomoda a forma com que o personagem [Fábian] aparece “totalmente indefeso e derrotado dentro da trincheira”. O veterano ressalta que deve-se ter bem claro que se trata de uma novela, baseado em um livro sobre testemunhos que as vezes são credíveis e outras não “Eu li o livro, que foi também um dos primeiros que se publicaram, de Daniel Kon, e tem algumas reportagens que têm algum sustento real nos fatos. Porém, há outros relatos que são fantasia do que relata. Não falo do autor. Porém, quando dizem que os gurkas vinham degolando e que agarravam as cabeças, é uma mentira, porque jamais existiu esses fatos”. Fernández diz não se sentir representando pela obra de Kamin “Não, porque eu não fui menino. Com 17-18 anos, eu também tomei decisões. Não aceito o termo ‘menino’ para definir a nossos soldados”.

Juan Carlos Yorio relata que considera todos esses filmes desmalvinizadores e torce para que surja uma nova geração de cineastas que apresentem “as grandes coisas” que houveram em Malvinas “Porque o que passa a nível de todos os meios de comunicação social de todo o mundo, parece ser que o desastre é o que mais vende. Drama, tragédia, corrupção e mau chefe. Porém, antes, em 1950, havia muitos filmes de natureza ... das batalhas argentinas, de San Martín, de Belgrano, Bolívar, que logo se cortou, deixou de ser. Não vendiam. Penso que já em qualquer momento começam a surgir novas gerações de estudantes de arte cinematográfica que vão resgatar todas essas coisas de Malvinas”. Yorio, assim como Sergio, acredita que o objetivo de Kamin no filme era o desprestígio das Forças Armadas

Porque o interesse era destruir a imagem das Forças Armadas, destruí-la [...]. Porque as Forças Armadas são parte de um potencial nacional. Um país sem Forças Armadas pode ser presa de qualquer apetite. No caso de que queiram vir a buscar petróleo, vão. Total, quem defende? Nada. Se querem buscar ouro, o buscam. Se querem buscar peixe, o buscam [...]. Porque o país potência subvenciona internamente pessoas que dissociem para que eles possam seguir sendo potência, tendo mão de obra barata, tendo matérias primas, eles fazem o produto elaborado, e logo o vendem a maior preço, então, no intercâmbio, eles seguem ganhando,

seguem sendo potência e os pobres, os que não tem poder, terminam sendo os escravos do dominador.

César Trejo explica que *Los chicos de la guerra* (1984) baseia-se em um livro com vários testemunhos, onde pode se identificar de tudo, testemunhos tristes e outros nem tanto e desses se extraiu apenas alguns para o roteiro de cinema “Os quatro ou cinco testemunhos que se extraem são os mais tristes, os mais lacrimogêneos, os mais desgraçados e com isso se construiu um relato como se a experiência coletiva dos combatentes houvera sido isso”. De acordo com o veterano, o único personagem que reivindica de uma alguma maneira a luta contra os britânicos, é um militar repressor interpretado por Hector Alterio. Trejo destaca um aspecto que podemos identificar nos depoimentos do livro e no final do filme: a integração do ex-combatente na luta política no seu país

Eu creio que em geral, nos processos históricos, os combatentes que regressam com vida da batalha são fatores de questionamentos da cotidianidade da vida social e política de seu país. Porém, isto em todas as guerras. Todos os ex-combatentes, de alguma maneira, quando regressam põem em questão a realidade política. Com o qual configuramos uma ameaça ao statu quo. [...] Se processa sua experiência através da experiência coletiva e histórica de seu país, então pode converter-se em um fator de mudança revolucionária.

Delmira de Cao acredita que *Los chicos de la guerra* (1984), assim como *Iluminados por el fuego* (2005), são filmes que vêem a guerra apenas pelo negativo “E isso não pode ser. Porque como houve coisas más... porém, tampouco tudo foi mal. Porque houve soldados que falam bem de seus chefes, como houve outros que falaram mal. Porém, não é tudo tão mal”. Delmira explica a relação soldados e oficiais no filme como uma necessidade “Se sabe que uma guerra há que dominar ao soldado, que está em etapas difíceis. Não é fácil controlar. Falam ter havido gente que não tratou bem. Essa gente deve ser julgada. Nós não estamos em desacordo, porém eu não estou de acordo com desmalvinizar dessa maneira, com esses filmes tão desmalvinizadores. Não gosto [...] Não gosto das caras tristes, das caras de dor, caras com sangue, fotos que veem assim... nao, não gosto”.

Enquanto os entrevistados do CECIM, ressaltam o contexto histórico da produção como o motivo para a narrativa de *Los chicos de la guerra* (1984) focalizar na crítica à ditadura, os membros da AVEGUEMA defendem que o interesse dos realizadores era desprestigiar as Forças Armadas. Na Comisión de

Familiares de Caídos em Malvinas e Atlántico Sur, Trejo diz acreditar que a obra foi adaptada baseada nos depoimentos mais tristes e dramáticos do livro de Kon e Delmira critica, defendendo que este apresenta só o negativo da guerra.

3.3 Iluminados por el fuego: confissões de um soldado da Guerra das Malvinas

No dia 8 de setembro de 2005 estreou na Argentina o filme *Iluminados por el fuego* (2005) do diretor Tristan Bauer, baseado na obra *Iluminados por el fuego: confesiones de un soldado que combatió em Malvinas* (1993), do ex-combatente Edgardo Esteban com a colaboração do escritor Gustavo Romero Borri. Edgardo Esteban nasceu em Buenos Aires no ano de 1962 e é filho de Joaquim Esteban, militante peronista, assassinado dentro de casa por outro militante, em 1972. Em 1982, aos 18 anos, cumpriu o serviço militar e foi convocado para ir às Malvinas. Ao retornar, começou uma carreira jornalística e começou também a se empenhar em lutas políticas. Trabalhou como correspondente da Argentina para emissora CBS telenotícias dos Estados Unidos e foi Secretário-Geral e vice-presidente da Associação de Correspondentes Estrangeiros da Argentina. Em 1999, foi o correspondente responsável por cobrir o primeiro voo de argentinos às Malvinas depois da guerra. Trabalha hoje como correspondente da rede Telesur e é professor no curso de Comunicação e jornalismo da Universidade de La Plata. Esteban publicou o livro *Iluminados por el fuego* em 1993, no qual relata sua experiência na guerra. Em 2012, ganhou o Prêmio Azucena Villaflor, entregue pela presidenta Cristina Fernández de Kirchner, pela luta em defesa dos direitos humanos na causa Malvinas.

Em entrevista para o jornal Compromiso⁹⁷ (2010), Esteban explicou os motivos que o levaram a escrever a obra *Iluminados por el fuego*: “O livro tem todo um processo. Me motivou a mentira e a hipocrisia. E os meios foram cúmplices dessa mentira”. De acordo com o jornalista, ele decidiu começar a escrever o livro dez anos depois do conflito “comecei a fazer teatro, terapia de grupo, individual, eu necessitava exorcizar os fantasmas, a angústia que me gerava haver

⁹⁷COMPROMISSO. "Intentamos contar las realidades que otros medios no muestran". Buenos Aires, 2010. Disponível <http://periodicocompromiso.com.ar/web/index.php?option=com_content&view=article&id=137:entrevista-a-edgardo-esteban-periodista-y-escritor>. Acesso em 25 set. 2014.

conhecido a morte aos dezoito anos. Eu já havia conhecido antes, aos nove [com o assassinato do pai], porém, com a guerra se reafirmava esse fantasma da morte em uma etapa da vida em que alguém acredita ser imortal. Hoje sinto que tenho superado esses fantasmas, os tenho longe”⁹⁸. Quando começou a escrever *Iluminados por el fuego* no ano de 1992, não objetivava falar exatamente da guerra, mas dos seus fantasmas internos “o que nunca imaginei era que fosse gerar a polêmica que gerou, porque abriu um debate que não estava instalado, o extress traumático, que é o mesmo que viveravam os meninos de cro-magnon. Essa violência que houve para os jovens sempre. Desde esse lugar, creio que o livro serviu para essa construção. Eu rompi esse pacto de silêncio de não falar da parte humana”.

A ideia do filme veio com uma conversa com o cantor León Gieco que lhe disse que ele deveria transformar o livro em um filme. Em 1999, conhece Tristán Bauer, lhe dá o livro de presente e lhe propõe adaptarem para o cinema “Ele queria fazer um documentário sobre Malvinas e ao ler, decidi fazer ficção, com a condição de que a música fizesse León”⁹⁹. Esteban explica que ganharam 28 prêmios com o filme e este foi apresentando em Paris, Manchester, Londres, China e Japão:

Malvinas é uma parte muito importante de minha vida, porém, meu presente é meu trabalho e minha família. Como falamos sempre com Felipe Pigna, há que ser uma espécie de espelho retrovisor, ler o passado, porém, o caminho é ir adiante, para não voltar a cometer esses erros, para não esquecer o que nos passou e construir para frente, senão não tem sentido essa história. Sem ódio, porém, com justiça, a busca das convicções, porque os ex-combatentes sempre foram os esquecidos¹⁰⁰.

O sucesso do livro e do filme e a consequente polêmica gerada pelos relatos de Esteban geraram elogios e ao mesmo tempo críticas. Alguns militares têm acusado o ex-combatente de ter agido de forma inadequada e covarde durante a guerra. Nessas críticas, Esteban, soldado da Artilharia 4, teria abandonado seu posto de guarda do grupo de artilharia e foi substituído pelo soldado Eduardo Vallejos que se ofereceu para cobrir o posto, sendo morto nesta noite por uma bomba inglesa. De acordo com os relatos, Esteban também passou o resto do conflito em

⁹⁸ Ibidem.

⁹⁹ Ibidem.

¹⁰⁰ Ibidem.

Puerto Argentino sem sofrer as consequências da guerra e da fome que relata em sua obra. Tais acusações foram citadas pelo general Sergio Fernández, ao defender que Esteban é um soldado rejeitado por seu próprio grupo por ter falhado em seu papel e pelos relatos vitimizadores de sua obra

Edgardo Esteban, não pôde nem juntar-se com seus companheiros, que o rejeitavam, nem voltar ao quartel, porque não o queriam. Ele falhou no seu papel de soldado. E depois encontrou o periodismo como meta profissional, e através de seu acesso aos meios e certos apoios que o tem brindado, obviamente tem protagonismo central na construção de um relato malvinero. [...] Ele devia estar de guarda no momento em que algum de seus companheiros estava a cargo da guarda, pela ausência dele, e como consequência dessa mudança da guarda, seu companheiro morre nessa noite pelo fogo da artilharia naval. E seus próprios companheiros o rejeitam. Não o querem nem ver. E seus próprios companheiros não admitem de nenhuma maneira que este filme seja o reflexo do que eles viveram. É como eu lhe disse, quando surgiu o filme disse, olhem, não se pode agir de nenhuma maneira diretamente contra Esteban porque a primeira defesa que vai ter Esteban de sua obra é que é uma novela, que não é a história. Exatamente isso é o que ocorre. Esteban escreve uma novela para alcançar um efeito, novamente ideológico e materialista, e alcança convencer e atrair a muitos, como o caso de Bonasso [um dos roteiristas], um bom roteiro e uma boa política para levar a cabo este filme.

Diante das críticas e acusações de que o livro e o filme apresentam mentiras, Esteban responde¹⁰¹ “Tristán e eu os desafiamos a debater em público sobre o tema e eles não tem aceitado nunca. Sou um homem livre e posso contar o que vivi. Isso, o vivi eu. Isso foi o que ocorreu nas Malvinas”. Esteban publicou a obra *Iluminados por el fuego, confesiones de um soldado que combatió em Malvinas* em 1993 e em 2005 lançou uma edição estendida, *Malvinas, diário del regreso: Iluminados por el fuego*, com o capítulo que relata seu retorno às Malvinas em 1999. O capítulo extra é o primeiro do livro e apresenta a experiência do jornalista ao retornar às ilhas 17 anos depois, o encontro com os kelpers, sendo que experimentou a gentileza de alguns e a hostilidade de outros, a emoção com o retorno a região onde havia combatido e nessa experiência, o encontro com a memória de momentos difíceis, mas ao mesmo tempo a memória da amizade e o companheirismo dos colegas. Esteban (2014:31) relata também, a visita ao túmulo do soldado que

¹⁰¹ ROCÍO, García. *53 días de infierno en las islas Malvinas*. Buenos Aires, 2006. Disponível em <http://elpais.com/diario/2006/01/02/cultura/1136156402_850215.html>. Acesso em 14 de nov. 2014.

morreu ao ser substituído por ele na guarda da trincheira “Em uma mudança de guarda, o destino fez que eu seguisse vivo e hoje estar aqui, rendo minhas mais sinceras homenagens ante a cruz desse soldado morto, que circunstancialmente ocupou meu lugar”.

Sobre o episódio, o veterano relata em sua obra (2005) que foi colocado como guarda das trincheiras da artilharia 4 pelo tenente Foster e pelo subtenente Campana e que essa função terminava as vinte duas horas. Quase no horário, o cabo Quinteros trouxe dois soldados que renderam a guarda, entre estes estava Vallejos. Esteban explica que após a rendição às vinte duas horas, volta para sua trincheira para tentar dormir, mas é acordado por inúmeras explosões de projéteis ingleses, tendo corrido para se proteger. Neste momento escuta gritos de pedidos de socorro e ao se aproximar constata que Vallejos havia sido atingido. A morte do soldado que o substituiu na guarda o marcou tanto, que o fez visitar a sua cova no dia seguinte da sua morte. Nos três capítulos seguintes, após o capítulo extra, Esteban narra todo o processo de sua participação na guerra, desde sua convocação e chegada no dia 25 abril. Nos 53 dias que passou nas Malvinas, ele diz terem vivenciado uma situação em que perderam sua dignidade e foram transformados em farrapos, psicologicamente abalados diante de uma interminável espera e materialmente carentes de roupas adequadas para o frio intenso e pela falta de alimentos.

Mesmo diante de suas carências, Esteban (2005:14) relata abusos de poder por parte de oficiais para com seus subordinados: “Sempre rejeitei tudo o que foi essa guerra. Os militares que nos dirigiram sabem que atuaram mal. Esses oficiais e suboficiais que estaquearam ou maltrataram a meninos de dezoito anos como se fossem seus escravos, seus próprios escravos, e que até reclamaram um pacto de silêncio ao qual jamais me prestei e nem me prestarei”. Em uma das situações de abusos para com ele próprio, o veterano relata que quando os ingleses se aproximaram do seu grupo, houve a evacuação e é neste momento que o subtenente Gilbert o ordena a reunir as coisas pessoais que guardava em sua sala e as carregasse. Ao ordenar a Esteban que levasse, também um imenso rádio gravador que usava para escutar músicas, foi desafiado pelo soldado que se recusou a arriscar sua vida carregando tais objetos. O veterano disse ter sido bastante insultado em frente a seus colegas, mas saiu triunfante por sua atitude de enfrentamento.

Porém, o momento mais dramático relatado por Esteban (2005:193) em sua obra foi a noite da batalha final, quando um projétil atingiu sua

trincheira e quando gurkas e ingleses massacraram o Regimento 7 e os sobreviventes fugiram rumo a região onde estava seu grupo da Artilharia 4 “Nos contaram que os gurkas estavam fazendo estragos, que haviam degolado a toda uma companhia do Regimento 7 e que matavam a sangue frio. [...] nossos soldados haviam sido abatidos ou, os mais sortudos, haviam conseguido escapar dessa destruidora maquinaria da morte que os ingleses haviam posto em funcionamento com grande êxito”. Segundo ele (2005:73), posteriormente, seu grupo iniciou a evacuação sob o fogo da artilharia britânica, tendo que se atirarem ao chão sempre que sentiam a proximidade de um projétil: “De vez em quando olhava para trás para ver se via algum conhecido. Era horrível ver panoramicamente esse espetáculo, somente havia visto algo assim nos filmes. Um enxame de soldados corria atrás de um só objetivo: alcançar a cidade de Puerto Argentino onde todavia se podia estar seguro”. Esteban (2005:14-15), também, faz um desabafo sobre sua chegada no continente, a forma que foram subestimados pela sociedade, que os trataram como loucos e lhes pediam para esquecerem tal experiência: “Me diziam que esquecesse a guerra, que não pensasse mais no que havia passado, como se fosse tão fácil relegar, como por arte de magia, os momentos tão espinhosos e sombrios que vivi. Como se as experiências pessoais não fossem um árduo aprendizado que devemos analisar profundamente”.

A obra de Esteban foi levada ao cinema por um conceituado diretor. Tristán Bauer nasceu em 1959 em Mar del Plata e se formou como cineasta em 1982 pelo Centro Experimental del Instituto Nacional de Cinematografía. Fundou o grupo Cine Testimonio ao lado de outros diretores de documentários, cujas obras focavam na realidade social do país. Em 2008, foi nomeado diretor do Sistema Nacional de Medios Públicos. Em 2013, iniciou seu mandato como titular da RTA (Radio y Televisión Argentina, Sociedad del Estado) tendo solicitado a presidenta Cristina Kirchner para que o sistema opere sob satélite para levar a todo país temas educativos, informativos e culturais. No final de 2015, com a eleição do presidente Mauricio Macri, este solicitou que Tristán Bauer renunciasse ao cargo na RTA, pois não podia afastá-lo, já que a constituição determina a independência dos meios de comunicação, instituindo que o mandato do titular da RTA só termine dois anos depois da última eleição para presidente. Inicialmente Bauer se recusou a renunciar, mas pressionado revelou sua decisão de deixar o cargo no dia 10 de dezembro de 2015 “Sou homem de construção e creio que dada a decisão do futuro governo de não cumprir com a lei e entrar em um processo de destituição de minha pessoa – o

que somente serve para prejudicar o sistema de meios – e entrar em um processo de idas e voltas sem conclusões certas, decidi apresentar minha renúncia a companheira presidenta Cristina Fernández Kirchner no anseio de que esta medida sirva para que com serenidade, o diretório da RTA recomece suas tarefas sem atrasos”¹⁰².

Bauer tem sido um premiado diretor e roteirista de curtas, longas-metragem e programas de televisão. Dirigiu seu primeiro curta em 1984, *Ni tan blancos, ni tan indios* (1984) e seu primeiro longa foi *Después de la tormenta* (1991) que apresenta a história de uma família que luta contra as dificuldades econômicas, procurando refúgio junto aos familiares na zona rural. Com a obra ganhou o prêmio Nuevos Realizadores no Festival de San Sebastián, oito prêmios Cóndor de Plata e mais dez prêmios internacionais. Posteriormente, dirigiu o documentário *Cortázar* (1994), sobre a vida do autor de novelas e contos; *Evita, una tumba sin paz* (1997) sobre a vida e a morte da ex-primeira dama; *Los libros y la noche* (2000), ficção sobre o universo do escritor Jorge Luis Borges, suas obras e pensamentos; *Iluminados por el fuego* (2005), baseado nas experiências do ex-combatente Edgardo Esteban e *Che, Un hombre nuevo* (2009), documentário sobre a força da imagem e da vida do revolucionário Ernesto Che Guevara.

Apesar de sua vasta obra, *Iluminados por el fuego* (2005) é o filme mais famoso e polêmico da carreira de Bauer. O filme é uma produção da Universidade Nacional de General San Martín, com co-participação do Instituto Nacional de Ciências e Artes Audiovisuais, INCAA, com o canal Plus da Espanha, colaboração dos governos das províncias San Luis e Santa Cruz e permissão do vice-governador nas Malvinas. A obra recebeu quinze indicações e ganhou oito prêmios em festivais de cinema pelo mundo¹⁰³. Nas notas de produção¹⁰⁴, o diretor fala da importância de ter realizado a obra que lhe proporcionou ir às Malvinas e presenciar os restos de uma guerra tão marcante na história argentina; “Eu fui rodar e me

¹⁰²PAGINA12. *Renunció Tristán Bauer*. Buenos Aires, 2015. Disponível em <<http://www.pagina12.com.ar/diario/ultimas/20-287956-2015-12-10.html>>. Acesso em 17 de out. 2016.

¹⁰³Principais prêmios recebidos por *Iluminados por el fuego* (2005): Prêmio Especial do Júri no Festival de San Sebastián (2005); Prêmio Goya de Melhor Filme Estrangeiro em Espanhol (2005); Prêmio Fundadores de melhor narrativa no Festival de Cinema de Tribeca (2006); Prêmio Condor de Prata, 2005, para melhor direção de arte, melhor roteiro adaptado, melhor layout e melhor atriz coadjuvante.

¹⁰⁴NOTAS DEL DIRECTOR. *Cómo se hizo Iluminados por el fuego*. Buenos Aires, 2005. Disponível em <<http://www.labutaca.net/films/32/iluminadosporelfuego1.htm>>. Acesso em 18 de abr. 2015.

encontrei com os restos da guerra que vinte anos depois segue presente. [...] capacetes, calças, cantinas. Nada as havia tocado, no entanto”.

A importância da guerra para Bauer está em ser essa dobradiça entre a ditadura e o governo constitucional “É uma guerra que se quis ocultar imediatamente, se quis ‘desmalvinizar’. Houve uma petição explícita dos militares para que os ex-combatentes se comprometessem a não falar. Foi uma política que continuou com Alfonsín. Porém, o cinema se ocupou do tema”. O que mais assustou Bauer no pós-guerra foi o número de suicídios, que excetuando os mortos no cruzeiro Belgrano, se equipara aos dos que morreram no território das Malvinas, mais de 300. Bauer explica que o que chamou a atenção na obra de Edgardo Esteban foi seu olhar particular “que não era político, tático ou militar. Era um jovem levado como conscrito a essas ilhas, em pleno inverno, sem preparação, para enfrentar um dos exércitos mais poderosos do mundo, como o britânico”.

Nas notas de produção¹⁰⁵, Bauer explica, também, que eles tiveram grandes problemas na produção pela grandiosidade do projeto, como a reprodução da batalha do Mont Longdon com quinhentas explosões e principalmente porque o Exército Argentino, que os havia apoiado no começo, negou a colaboração depois de ler o roteiro “suponho que porque são incapazes de fazerem uma auto-crítica. Em toda guerra, e obviamente em Malvinas, foi necessária a crítica. Embora devo dizer, a Força Aérea permitiu filmar em Palomar”. O cineasta explica também, que não puderam ter acesso aos vídeos da guerra do Exército argentino, tendo que recorrer à material inglês. Da embaixada inglesa e do vice-governador nas Malvinas tiveram a permissão para filmar no território das ilhas.

Ainda nas Notas de Produção¹⁰⁶, Bauer relata que os momentos de grande emoção foram as gravações no cemitério de Darwin nas Malvinas e nos campos de batalha onde encontraram vários objetos deixados pelos combatentes, além das 25 mil minas implantadas pelos argentinos durante a tomada. Por gravar durante o mês de junho, período em que os jovens participaram da guerra, o diretor diz ter sentido o frio intenso e pediu para Esteban o levar a sua posição durante o conflito no período da noite, para ter melhor essa experiência “Nós tínhamos as melhores vestimentas, e nos voltamos para dormir no hotel. Porém, os meninos estiveram mais de 60 dias sob esse clima, e andavam com botas Flecha”.

¹⁰⁵Ibidem.

¹⁰⁶Ibidem.

Bauer ressalta também, que em um evento posterior ao filme, foi abordado por um ex-combatente que lhe confidenciou a necessidade que sentem de voltarem às Malvinas e que o filme havia sido uma forma de voltar.

Em uma entrevista para a revista online de roteiristas, ABC, Bauer explica¹⁰⁷ que o filme não é exatamente uma adaptação do livro de Edgardo, mas está inspirado no relato e o que se mantém é esse olhar de um jovem de 18 anos que chega a uma ilha desconhecida para enfrentar um exército como o inglês, esse olhar foi respeitado no roteiro - escrito a quatro mãos por Bauer, Esteban, Borri e Miguel Bonasso - rodagem e edição. Ou seja, seu objetivo era fazer um filme de guerra que ao contrário do cinema norte-americano que aposta no espetáculo, apresentando o exterior da guerra, olha-a por dentro, pelo olhar de um soldado. Não se trata de uma adaptação porque está baseado em investigações com ex-combatentes, da geo-política, de técnicas militares e de como se desenvolveu os acontecimentos no front “Com todos os elementos construímos o roteiro do filme”. Bauer conclui, afirmando que as Malvinas são absolutamente argentinas e o que faz a Inglaterra é um ato de colonialismo.

O filme *Iluminados por el fuego* (2005) começa mostrando uma cobertura do jornalista Esteban para uma emissora de tv, quando este é avisado que Alberto Vargas está hospitalizado em estado grave devido a uma tentativa de suicídio. Ao ver Vargas, a memória de Esteban o leva de volta às Malvinas de 1982, quando os dois participaram juntos da guerra. O apoio popular a tomada das Malvinas é apresentado em imagens documentais da multidão na Plaza de Mayo balançando bandeiras argentinas e vibrando, enquanto da Casa Rosada, Galtieri discursava “Que o mundo todo fique sabendo de um país determinado como o povo argentino.... se eles quiserem vir, que venham, mas nós lutaremos”. A cena é seguida da análise de Esteban sobre o episódio “Poucos argentinos duvidam hoje que foi uma tragédia militar e um grande retrocesso político para as chances do país de recuperar as ilhas usurpadas pela Inglaterra há mais de 150 anos. E a primeira ministra britânica aproveitou a chance de aumentar sua força política”. Enquanto narra, o personagem assistiu vídeos da guerra, intercalados com as imagens de Galtieri e de Margaret Thatcher.

¹⁰⁷TRISTAN BAUER: *Iluminados por el fuego*. Buenos Aires. Disponível em <<http://www.abcguiionistas.com/noticias/entrevistas/qx/tristan-bauer-iluminados-por-el-fuego-es-una-pelicula-belica-profundamente-anti-belica.html>> Acesso em 30 de abr. 2015.

Depois de ouvir a esposa de Vargas, que relata a sua trajetória pós-guerra - ao se render ao alcoolismo, a depressão, chegando a prática da violência doméstica - o jornalista lembra da traumática experiência do amigo na guerra, o que o levou a tal desfecho trágico. Em meio ao frio intenso, a lama e a fome, Esteban, Vargas e o amigo de trincheira Juan Chamorro matam uma ovelha e ao serem descobertos, Vargas é punido com o estaqueamento. Apesar do castigo, que deixou Vargas doente, este foi enviado ao campo de batalha sem nenhuma condição para participar do conflito.

A história dos três jovens é o fio condutor da trama. Massacrados pelo clima das ilhas, a fome e a violência dos superiores, eles tentaram resistir através do companheirismo. A coragem dos soldados é ressaltada em cenas como a que Esteban enfrenta seu superior ao ser recusar levar seu rádio no momento em que recuam do ataque inglês. O ápice da narrativa fílmica são as cenas do combate final, quando em uma escuridão absoluta, os soldados só enxergam o brilho dos projéteis ingleses que arrasam as tropas argentinas. Em poucos minutos, um mar de corpos e de feridos no front, alguns mutilados, comovem o personagem principal, sentimento que piora quando já rendido pelos ingleses, Esteban chega em Puerto Argentino e vê um quadro de horror nas enfermarias.

Foi neste cenário desolador de Puerto Argentino que acontece uma das cenas mais emblemáticas da narrativa, quando os soldados argentinos, abatidos pela derrota, naturalmente se reúnem e iniciam uma partida de futebol. A cena nos sugere que se tratam de jovens civis de 18 anos e que estão agindo de acordo com a idade, apesar do horror da guerra que acabaram de experimentar. Ao serem informados por alto-falantes da cidade da rendição, o comandante argentino fala a seus subordinados “Vocês tentaram como verdadeiros soldados e serão lembrados por todos os argentinos como heróis. [...] O que viveram aqui, irão acompanhá-los para sempre”. O trecho “irão acompanhá-los para sempre” se confirma nos personagens de Esteban e Vargas, um que reintegra a sociedade, mas carrega consigo a necessidade de entender essa experiência, e outro que morre no hospital vítima do suicídio, um resultado dos traumas vividos na guerra.

Em seguida são apresentadas cenas documentais da rendição, enquanto Esteban narra “Apesar de nossos esforços, da coragem de alguns e da bravura de nossos pilotos que se jogaram sobre a frota inglesa, a improvisação, o sadismo e a traição daqueles que torturaram seu próprio povo, nos levaram a derrota.

Mais uma vez, eles (os ingleses) se apoderaram de nossas ilhas e comemoraram sobre nosso sangue [...]. Fomos escondidos nos quartéis por nossos próprios líderes que nos impuseram um pacto de silêncio. Porque não falar sobre Malvinas? Para quem somos heróis? Quem celebra o nosso regresso, a nossa volta a vida? Ao chegar em casa eu esperava ver bandeiras, o povo nos recebendo entres abraços e lágrimas”. No discurso, o personagem ressalta um aspecto não muito recorrente nas imagens do filme, a coragem e a bravura de soldados e militares que, apesar da falta de recursos, empreenderam uma surpreendente força ao reagir a investida inglesa, mas destaca a falta de recursos para o conflito e os abusos cometidos por superiores como as principais causas da derrota. O personagem Esteban conclui sua narração, destacando que no retorno para casa foram retidos nos quartéis e no que ele considera mais um ato de autoritarismo, repreendidos para que não falassem de suas experiências. Em seus questionamentos, ele lamenta o que viria a ser o futuro dos ex-combatentes, esquecidos pela sociedade, sem reconhecimento pela dura experiência de guerra, eles retornam ao continente para uma nova batalha.

Em uma nova fase da trama, após a morte de Vargas, Esteban atende sua necessidade de enfrentar o passado, voltando para o cenário da guerra nas Malvinas. Ao chegar no hotel, olha pela janela e vê uma placa onde está escrito “Argentinos são bemvidos, ao pararem de alegar soberania e aceitarem nosso direito de autodeterminação”. A imagem da placa é acompanhada pelo olhar de desolação do personagem. Posteriormente, acompanhamos sua visita ao campo de guerra, onde ainda se encontra destroços de aviões, canhões e trincheiras, sendo que ao encontrar a sua, com todos os objetos que haviam deixado, chora compulsivamente. No cemitério de Darwin visita o túmulo de Juan, que morreu no front. No livro de Edgardo Esteban sua visita foi ao túmulo de Vallejos, soldado que o rendeu e morreu na guarda de seu grupo. Após essa cena final, antes da passagem dos créditos, é apresentada a mensagem “Este filme está dedicado a todos os soldados conscritos que combateram nas Malvinas. Aos mortos do Belgrano, aos que lutaram com dignidade” e para finalizar “As Malvinas são argentinas”.

Em *Iluminados por el fuego* (2005) a Guerra das Malvinas aparece como um empreendimento irresponsável da ditadura militar e com o apoio popular, porém essa posição não invisibiliza as reivindicações pelas ilhas que são ressaltados na fala do personagem Esteban e na frase final da obra “As Malvinas são argentinas”. Apesar desse olhar, o foco da narrativa está no soldado conscrito, que é

destacado nas falas como herói e nas imagens, também como vítima, vítima do governo da ditadura que os enviou a uma guerra sem as condições necessárias, vítima do frio, da fome, do autoritarismo e da violência de oficiais. Ele é uma vítima quando morto, no caso do personagem Juan, mas continua sendo vítima quando sobrevivente, ao carregar os traumas da guerra e da exclusão social consigo, recorrendo ao suicídio como Vargas. E mesmo no caso de Esteban, o personagem principal, o retorno às Malvinas era uma necessidade de enfrentar um passado que, por ser tão traumático, havia tentado relegar ao esquecimento.

Um dos pontos altos da narrativa cinematográfica de Bauer é a trilha sonora. As quatro canções interpretadas por León Gieco¹⁰⁸, duas compostas para o filme, tem letras que acompanham as mensagens transmitidas pela narrativa. A música que acompanha Esteban no retorno às Malvinas é *Horas* de Jaime Sabines e Luis Gurevich, cuja letra fala da emoção sentida pelo personagem com essa experiência “O mar se mede pelas ondas, o céu pelas asas, nós pelas lágrimas; O ar descansa nas folhas, a água nos olhos, nós em nada; Parece que saís e sóis, nós e nada”. Na cena final em que Esteban visita o cemitério de Darwin, a música de Gieco é a clássica *La Memoria*, uma canção cuja letra é uma homenagem à força e à coragem de povos oprimidos que lutam contra as várias formas de opressão. Entre citações de casos de movimentos populares que marcaram a história, Gieco fala das guerras “[...]e aos que em qualquer guerra caíram; tudo está guardado na memória, senhora da vida e da história. [...] Dois mil comeriam por um ano, com o que custa um minuto militar, quantos deixariam de ser escravos pelo preço de uma bomba no mar; tudo está cravado na memória, espinha da vida e da história”.

¹⁰⁸ “O Festival da Solidariedade foi um invento dos managers do rock para fazer algo com o tema. Todo o mundo estava participando, porém, o rock não queria formar parte do circo que foi o da guerra. Até eu em um momento me decidi que teria que contribuir, porém não desde o triunfalismo, senão desde a paz. Ao menos essa era minha posição. Me chamaram para cantar *Sólo le pido a Dios*, um tema que os colimbas cantavam nas Malvinas, e somente por isso fui. Porém, me senti muito mal, é o único recorde que tenho. Não me acordo dos detalhes nem dos outros músicos, nem da gente que foi. Somente me recorde de uma sensação horrível e das crianças de dezoito anos. Por mais, sempre me importou um caralho o tema do nacionalismo planteado nestes términos ou a preocupação com duas islitas de merda perdidas no mar. O único que pensava enquanto cantava *Sólo le pido a Dios* era nas crianças que estavam passando fome e frio sem possibilidades de fazer nada. Quando terminou a guerra e soube que a comida não chegava, que os torturaram por roubar um pouco de comida ou que os chocolates que a gente doava em Buenos Aires apareciam em quiosques de Rosário confirmei tudo o que suspeitava nesse momento. Me dei conta que os militares argentinos não servem para nada, nem sequer para a guerra. E a única vez que conseguiram um triunfo, por assim dizê-lo, foi quando torturaram e mataram aos indefesos, aos que não tinham mais armas que a palavra ou as ideias: os desaparecidos”.

Porém, a canção que melhor representa a mensagem transmitida pela obra de Brauer é a reproduziada no final da obra, *Para La vida*, composta por Gieco especificamente para a trilha sonora do filme: “Estou aqui sentado, debaixo do pequeno sol, ele que nos deu águia e, também, pardal; Que fazer com o silêncio quando a cabeça explode? Como parar a impotência de não poder fazer nada? Porque querer matar a teus filhos, é para que doa anos o sangue; ontem por não querer à pátria, e agora por a querer demais; Leis velhas, mais genocidas, mal presságio para a vida; Com a luz completa de sombras e com o sol em sofrimento, voltei a minha casa de joelhos e aqui meus amigos mortos. Em uma país enfermo, todas as cartas sobre a mesa, jogamos jogos perversos entre futebol e guerra. Sangue de glória, ódio contra amor, deuses e bestas, loucura e dor. Abrirei as portas deste vazio, porque o destino me lançou para cima; Insistirei com um mar de rosas e construirei sobre cinzas. Tenho um sonho novo em minhas mãos e lutarei para que seja justiça. As bochechas dos meus filhos em meus lábios, e encontrarei em seus olhos um novo descanso”. A letra da canção de Gieco apresenta o argumento de Bauer para o que foi a Guerra das Malvinas: um ato genocida de um governo da ditadura militar, com o apoio popular.

A letra é a narração de um ex-combatente que de volta para casa, busca entender todo o processo da guerra e tenta retomar a sua vida. A frase “Porque querer matar a teus filhos, é para que doa anos o sangue; ontem por não querer à pátria, e agora por a querer demais” é o trecho que relaciona o papel da sociedade argentina no apoio ao governo diante da tomada das ilhas, apresentado no filme com imagens documentais da Plaza de Mayo lotada. No trecho “Em um país enfermo, todas as cartas sobre a mesa, jogamos jogos perversos entre futebol e guerra” identificamos a relação o papel da ditadura militar no empreendimento da guerra, um “país enfermo” cujo governo joga com as vidas de seu povo no continente e nas Malvinas, “jogos perversos entre futebol e guerra”.

Illuminados por el fuego (2005) foi produzido no ano de 2004 e lançado em 2005, período do governo de Néstor Kirchner, cujos discursos e as ações políticas deram novo fôlego a causa Malvinas. O presidente fez o pedido de perdão para os veteranos pela omissão do Estado no retorno do conflito, implementou um aumento considerável no valor das pensões e intensificou as reivindicações pelo retorno das negociações com a Grã-Bretanha pela soberania nas Malvinas, fortalecendo assim, o sentimento nacionalista e patriótico relacionado a

causa. A política de memória do kirchnerismo, fortaleceu também, a luta daqueles que buscavam justiça contra crimes de lesa-humanidade, entre eles grupos de ex-combatentes que precisavam de apoio para suas reivindicações de justiça e reparação quanto aos abusos cometidos por superiores contra soldados durante a guerra. Este contexto político era propício para a produção de uma obra cinematográfica que defendesse a legitimidade das reivindicações por Malvinas, mas também que representasse os horrores da guerra, piorados pela falta de estrutura do Exército Argentino e pelo autoritarismo de alguns de seus membros.

Ao estrear, *Iluminados por el fuego* (2012) caiu como uma bomba entre os grupos mais próximos da experiência da guerra, como ex-combatentes e familiares de mortos, gerando críticas e elogios de diferentes partes. Essa divisão se procedeu, também entre a crítica especializada na sétima arte. O crítico de cinema e fotojornalista Gustavo Noriega (2012)¹⁰⁹ defende que *Iluminados por el fuego* (2005) não consegue apresentar a complexidade do tema Malvinas e encara apenas uma questão “a dos veteranos de guerra abandonados a sua sorte depois da zombaria inútil”. Ele ressalta que o filme parece focar apenas em homenagear aos jovens mortos nas ilhas e os que voltaram ao continente

Porém, como se trata de Malvinas, é difícil que um tema não se superponha com os outros: se requer uma personalidade e um domínio da técnica cinematográfica que Bauer parece não ter. Assim é como, por insegurança, por superposição de vozes ou de roteiristas, o filme sai uma outra vez dessa trilha para dar espaço a interpretações gerais sobre a soberania nas ilhas, a conduta dos altos mandos, as possibilidades militares dos argentinos, etc., que não podem ser senão generalizações reacionárias e de um nacionalismo do século XIX.

O grande problema, de acordo com Noriega (2005), é que a autoridade moral, que é o eixo do filme, está baseada nas memórias de um ex-combatente e suas afirmações sobre a soberania e a guerra “Assim o filme deixa de abrir um debate, o encerra, a partir do peso emocional associado ao calvário daqueles meninos” sendo “como um autoritarismo sentimental que engasga qualquer discussão. Por mais justa e necessária que seja hoje a reivindicação desses meninos

¹⁰⁹ NORIEGA, Gustavo. *Sobre Iluminados por el fuego*. Buenos Aires, 2012. Disponível em <<http://www.elamante.com/criticas/sobre-iluminados-por-el-fuego-gustavo-noriega/>> Acesso em 11 de jul. 2015.

abandonados não deveria condicionar nem o olhar sobre o filme, nem as ideias a respeito das ilhas”.

As imagens documentais no filme que mostram Galtieri discursando para uma multidão na praça e de Margaret Thatcher na Grã-Bretanha são, para Noriega (2005), uma teoria tranquilizadora que coloca o povo como vítima e deixa a responsabilidade pelo conflito nas mãos dos militares e dos políticos conservadores “Das multidões que se veem na praça, não se diz nada”. O crítico defende que a ideia transmitida pelo filme é que o problema da guerra foi ter sido empreendida por militares, o que acaba por sugerir que com outro exército tudo seria diferente, como se a invasão por parte de um governo democrático não fosse também um “ato selvagem, de intromissão onde não corresponde, um crime contra civis”. Para o crítico (2005), quando o personagem Esteban retorna para as Malvinas e vê uma partida de futebol entre garotos pela janela do hotel, deveria sugerir o que o filme não diz, que as Malvinas são habitadas. Noriega (2005) conclui questionando “e se as Malvinas não são argentinas? O que acontece se um dia aceitarmos que são inglesas, que não são as Malvinas finalmente, senão as Falklands?. [...] O mapa do mundo terminou de desenhar faz um tempo e em umas ilhas próximas da nossa costa vivem cidadãos ingleses, em paz, sem más pretensões, apenas com a pretensão de continuar pacificamente com a monotomia de suas vidas. Está errado?”.

O crítico Antonio Nuñez (2006), defende que os prêmios ganhos por *Iluminados por el fuego* (2005), como o prêmio Goya da Academia Espanhola de Cine, mostram que os acadêmicos têm dado o reconhecimento à qualidade de um filme antibelicista, do tipo que segundo ele, se teme fazer diante de tantas representações gloriosas sobre as guerras. Para Nuñez (2006), o filme mostra o quanto o conflito foi grandioso, mesmo os jovens argentinos tendo passado por situações de grande debilidade, piorada por seus superiores “estamos diante de uma dessas películas americanas onde o tempo está perfeitamente medido, para que haja de tudo um pouco para que o espectador médio não se entedie”, por mais que a mensagem seja importante, ao ressaltar o quão absurdo é uma guerra. Para Nuñez (2006):

Tristán Bauer não tem medo de chamar as coisas pelo nome. Nos diz que a Argentina quis dar um falso ar de poderio ante o resto das nações, e, também, que uma vez aceita a derrota, não soube tratar adequadamente a carne de canhão que havia posto a defender

Malvinas, ignorando como Estados Unidos fez com seus combatentes do Vietnã e conseguindo, dessa forma, que houvessem mais mortos depois da guerra. [...] Ninguém recebeu aos heróis quando regressaram para casa, porque havia que passar a página o mais depressa possível.

Da mesma forma que com *Los chicos de la guerra* (1984), ao entrevistar os combatentes das associações CECIM e AVEGUEMA e a Comisión de familiares de Caídos en Malvinas e Islas del Atlántico Sur, questionei-os sobre *Illuminados por el fuego* (2005). Carrizo revelou que os membros do CECIM participaram da produção do filme, dando seus depoimentos para que Bauer construísse o roteiro da narrativa fílmica. A participação do grupo deve-se a proposta de Bauer em apresentar uma das principais reivindicações da associação “[...] *Illuminados por el fuego* põem em evidência uma disputa muito importante que tem o CECIM, que é o tema da tortura nas Malvinas. Dos estaqueamentos, dos mau-tratos. Que tem haver com esta ideologia das Forças Armadas que está vinculada à doutrina da seguridade interior”. Para Carrizo:

[...] Envolver nesses temas, desde o ponto de vista do filme, é por sobre a mesa as coisas que sucedem em uma guerra. Agora, cada um as põem a partir de sua própria subjetividade. De sua maneira de ver. E eu creio que nesse sentido é muito importante o que tem sucedido. [...] E com o CECIM, nós trabalhamos muito próximos a Tristán Bauer quando fez o filme. Então, muitos de nossos companheiros, me incluo, também...tivemos conversações, o contamos histórias, relatos. E o colocamos está versão. Porque se não, sem estas conversações, é muito provável que o filme houvesse saído tal qual estava no livro e o livro não refletia exatamente tudo. O livro refletia uma expressão.

Ao ser questionado sobre um dos temas apresentados em *Illuminados por el fuego*, em *Los chicos de la guerra* e em outros filmes como *El visistante* (1999), que é a não integração de veteranos a sociedade levando-os a marginalidade ou ao suicídio, Carrizo relata uma experiência semelhante ao do personagem Vargas:

Te vou contar um exemplo. Eu tenho um companheiro que era de sobrenome Bemba. Bemba é pequenino. Foi comigo ao Monte Longdon. Ele manejava uma arma que se chamada metrelhadora Pesada. [...] Com essa metrelhadora, sozinho com aquele corpo minúsculo, se pos atirar ao lado meu. Anibal Bemba. Esse menino foi com 19 anos a Malvinas. E era um trabalhador campesino.

Trabalhava no campo, no campo, sua relação era o cavalo, o arado. Por ali encontrou alguma menina do campo, também, trabalhadora. Teve muito juvenzinho alguns pares de filhos. Quando foi à Guerra das Malvinas, foi um grande combatente. Quando voltou da Guerra, e depois de seus atos de heroísmo, que nada se reconheceu, que nada o homenageou nem sequer na sua cidade, porque não sabiam quem era, voltou a trabalhar no campo. E ele me contava que as vezes, quando havia muitos trovões, esses ruídos o assustavam muito, e saía correndo pelo campo e se jogou como se estivesse na guerra. E um dia nessa loucura, começou a beber e ficou bêbado e chegou em casa e discutiu com sua mulher e teve um ato de violência. Talvez ele bateu, não poderia dizer. E veio a polícia e o levaram preso. E o bateram muito, o golperam e esse menino foi um herói das Malvinas. Porém, foi um menino que não foi reconhecido e que teve uma vida sofrida depois de haver ido dar a vida pela pátria. Porém, sabe por quê? Porque era pobre. Quando você é pobre não vê o mesmo que quando você tem uma origem socialmente diferente. Porque as oportunidades são diferentes.

Para o ex-combatente, o abandono dos ex-combatentes e a falta de um apoio para que estes se reintegrem é a principal causa dos desajustes e dos suicídios “[...] As pessoas mais sensíveis sofreram mais. E levaram-se ao desespero. Não todos se suicidaram, porém se alcoolizaram, se drogaram. O pós-guerra foi muito duro nesse sentido. Em alguns lugares onde haviam condições e grupos organizados, consegui contê-los. Porém, em outros lugares não se pôde conter. E o processo melhor de contenção aparece recentemente depois do 2000. Quando melhoraram a pensão”. Quanto aos objetivos de Bauer para ter esse olhar apresentando no filme, Carrizo ressalta questões políticas “Eu creio que há obviamente intencionalidade política, sempre. E no melhor dos sentidos. Quer dizer, creio que fazer política está bom, e creio que está bom ter intencionalidade política. Porque me parece que são coisas que fazem a sociedade repensar situações. Repensar o que sucede. Creio que Tristán teve o grande valor e as condições de..., o tema o mobilizou”. Para Carrizo, a modificação da história do livro na adaptação de Bauer deu uma temporalidade e uma verdade para a obra da melhor maneira possível e que tal produção só pôde ser realizada com o apoio governamental, por causa do período em que foi produzida “[...] A de Kirchner, porque esse filme ajudava...não foi possível fazê-lo em De la Rúa. Talvez tinha a ideia, porém, não foi possível fazê-lo. E tampouco foi possível na época de Menem. Então, o filme tem um momento histórico”.

Alonso foi um dos que mais contribuíram com a produção de *Illuminados por el fuego* (2005), principalmente na construção do roteiro. Questionado se se identificava com a obra de Bauer, ele responde “ Sim, porque participei da produção, da construção do roteiro, no que foi a representação. Insisto, nunca a ficção pode se assemelhar ao que se quisera levantar, porém no que foi a representação do Monte Longdon, os estaqueos”. De acordo com Alonso, houve um intenso trabalho junto aos roteiristas e o diretor para que as cenas fossem as mais fidedignas possíveis, como na cena do estaqueamento “[...] trabalhamos muito, tanto com Edgardo Esteban como com Tristán Bauer. [...] Na cena do estaqueo, esse nós lhe dizemos como era. E tudo o que era a sensação do frio”.

Alonso ressalta que hoje faria um outro filme, já que cada representação depende do momento que se vive “Talvez, um filme como *Illuminados por el fuego*, no ano de 83, não sei se houvesse sido... entende?” Para o ex-combatente, *Illuminados por el fuego* (2005) é importante porque apresenta o sofrimento, mas também o heroísmo “em *Illuminados por el fuego*, também tem o heroísmo. Tens a lágrima nessa cena final, quando Leyrado (o ator), quando começa a nevar e fala da rendição e diz ‘vocês deram tudo aqui. Deram sua vida e fizeram o melhor. E sintam-se orgulhosos’. Também, há um reconhecimento”. O filme, de acordo com Alonso, deu à sociedade a noção de que realmente houve uma guerra, que houve bombardeios, balas e que houveram mortos “Porque [a guerra] foi contada a distância. A sociedade não tomou conhecimento. Os relatos, os que chegavam aqui de Malvinas eram totalmente censurados. Não houve meios de comunicação internacionais, como agora, em qualquer conflito está a CNN e a BBC, e vemos a guerra direto. [...] A Guerra das Malvinas, os argentinos não a viveram direto. Havia a emissora da ditadura com dois ou três jornalistas, porém que filmavam ali, não mais que ao redor da cidade, porém nunca estiveram nos postos das primeiras linhas”.

Ao ser questionado sobre os interesses de Bauer na forma que representou a guerra em sua obra fílmica, Alonso defende que “Tristán Bauer quando leu o livro de Edgardo disse ‘Não, com isto há que fazer um filme. E a princípio era um roteiro, depois quando se começou a vincular a nós [do CECIM], também o fizemos criar, porém com compromisso político. Não foi um ‘nada’. Não foi escrever um filme sobre Malvinas como *Combatiente* [série de tv sobre a Guerra das Malvinas], que se olha e não te deixa nada”.

Sergio Fernández ressalta que *Iluminados por el fuego* (2005) é um produto mais elaborado que *Los chicos de la guerra* (1985), com maior orçamento, com o apoio absoluto do governo, mas o principal roteirista, Edgardo Esteban é, segundo Fernández, acusado de mal comportamento durante a guerra, sendo que o que mais o desagrada no filme é a imagem que se constrói dos militares “O que mais me desagrada são as imagens dos militares como brutos autoritários. Essa é a pior imagem que eu tenho. Depois, bom, todo o demais das arbitrariedades, das vexações, tudo o que vai aparecer, para mim, é produto do mesmo. Eu tenho que criar um esteriótipo do mal. O mal é o militar profissional. É o capitão, é o sargento, é a falta de coragem, o arbitrário, o autoritário, o déspota”. Para o general, o interesse de Bauer nessas representações é o mesmo que o de Kamin, o desprestígio das Forças Armadas:

É o mesmo. Este olhar desde uma posição política que o resulta conveniente. [...] Desprestigiar a ação das Forças Armadas nas Malvinas. [...] As Forças Armadas para muitos que tem interesses ideológicos, são um inimigo permanente em seus interesses. Alguém hoje pode dizer perigosamente que as Forças Armadas são, para muitos grupos, inclusive ilegais do poder, que se movem em nossos países, o último escudo para o domínio de seus mercados, para o narcotráfico e todo o demais. Isso sabemos muito bem, e você tem muita experiência nisso, no Rio [de Janeiro] tem que combater com as Forças Armadas aos ilegais mais perigosos. Tudo isso ocorre. Há uma mescla de ideologia e há uma mescla de interesses econômicos sempre presente nisto.

Para Fernández, os relatos que originaram tais filmes podem ser também, produtos de enganos no processo de rememoração “Quer dizer, quando alguém não entende o que passa na guerra, e muitas vezes alguém não o sabe. A mim, me tem ocorrido muitas coisas que hoje sei, eu os li, as conheci, ou falei com os protagonistas durante 33 anos, porém naquele momento não sabia o que havia passado”. Conforme Fernández, algumas informações que tem sobre a guerra, ele só soube depois do final do conflito

Eu não sabia que havíamos afundado ao Antílope. Jamais me interei. Então, eu não sei o que passou. Os ingleses nos surpreenderam no Monte Longdon. Então, começo a construir. Estávamos dormindo.... não, não estávamos dormindo. E que vieram em silêncio e nos mataram, nos degolaram [sobre os gurkas]. Não existe esse ato. Se construiu depois para justificar

algo. Às vezes uma conduta imprópria do mesmo protagonista. Às vezes, produto do que escutou, me parece, disseram, alguém disse, houve um morto que não tinha a cabeça. Sim, talvez sua cabeça feita em pedaços. [...] Porém, se inventam às vezes história, se inventam relatos, que não tem sustento real. Hoje já podemos...depois de 33 anos de escrever e de relatar questões de Malvinas, há aspectos que estão bastante claros. E mais, quando alguém toma as versões argentinas e britânicas de um mesmo ato, em grande parte são coincidentes, são espelho. Em outros casos, caem vazios, que nunca se vão poder levar, porque não se vai poder investigar o que passou quando os protagonistas morreram. E nada mais os viu. Menos ainda quando é um combate noturno onde tudo é confusão, explosão, fumaça, tiros. O que se vê nos filmes de combate noturno é a milésima parte do que ocorre em um combate noturno. Muito mais violento, muito mais fogo, muito mais confusão. Se sabe o que passa com os que estão ao lado e não se vê ao que está 10 metros mais distante, que pode estar vivo ou morto...

O tenente-coronel Juan Carlos Yorio, assim como Fernández, não se sente representado em *Iuminados por el fuego* (2005) “Tenho a impressão de que é um dos filmes mais nefastos dos que querem mostrar Malvinas. Por ser equivocado, por ser tendencioso. [...] Esteban conta uma história falsa. Inventa e cria tudo para seu benefício”. Ao ser questionado sobre os interesses de Bauer nessa produção, ele ressalta “Realmente não sei com respeito aos interesses. Porém, tenho que pensar que por um lado devem ter interesses pessoais de vender seu filme e talvez de passar isso, alguma entidade interessada em desmalvinizar, e financiar o filme”. Yorio diz acreditar que o objetivo de *Iuminados por el fuego* (2005) é o mesmo de *Los chicos de la guerra* (1984)

Me parece que esses filmes foram feitos em um momento o qual estava na moda castigar aos militares. Então, em princípio, como produtor ou roteirista, não sei, que cargo tinha Esteban, que foi o que fez um desses filmes.... ele havia sido justamente um soldado que desempenhou mal seu papel. Não foi como os meus. Ele não esteve, ele se escondeu. Se foi de onde estavam seus companheiros, esses caíram e ele foi um dos que escapou. Como digo, foi um dos mínimos casos. Porém, justamente nesse caso, ele é um porta-voz de uma realidade que ele inventou para seu próprio benefício. E que o permite no dia de hoje seguir subsistindo apesar...eu não sei como pode fazê-lo. Eu não podia. Apesar da censura de seus próprios companheiros. Reconhecidamente, ele é repudiado. E eu não podia seguir vivendo nessas condições.

Tanto Sergio Fernández, como Juan Carlos Yorio, os dois militares depoentes, ressaltam novamente que o objetivo da obra fílmica é o desprestígio das Forças Armadas. Em suas falas, podemos identificar a mesma posição sobre o autor da obra que originou o filme: Edgardo Esteban. Para Fernández e Yorio, as atitudes do ex-soldado na guerra deslegitimam seus relatos. Fernández defende também, que alguns relatos não têm consistência devido a enganos no processo de rememoração.

Para Cesar Trejo *Iluminados por el fuego* (2005) tem um desenvolvimento técnico infinitamente superior a *Los chicos de la guerra* (1984), tendo recriado o combate no Monte Longdon bastante aproximado da realidade, mas destaca que uma coisa é o que os realizadores tentam passar para o espectador e outra coisa é o que o espectador recria de sua impressão:

Eu recordo que o filme *Iluminados por el fuego* estreou no mesmo dia do meu aniversário. O 8 de setembro. E eu tinha vontade de vê-lo, porque havia uma série de opiniões prévias, e eu disse que não ia opinar até que o visse, porque eu havia lido o livro. Me havia parecido uma merda. [...] uma ficção, alguém não pode pedir a uma ficção que seja a verdade. Que transmita a verdade ou que seja literal. O que alguém pode pedir a uma ficção, sobre tudo quando se trata de uma experiência coletiva, onde há uma avidez por saber, pela transmissão testemunhal (a gente está ávido pelo testemunho certo, o que ocorreu...?) então eu não posso pedir a uma ficção que me diga literalmente a verdade, porém, devo exigir de uma ficção que fale de uma experiência coletiva onde há gente que demanda uma verdade, que não construa uma mentira. Então, eu sabia, eu conhecia o autor e os atores reais dos atos que narram, que desmentiam seu relato, desmentiam a Edgardo Esteban, os atos que ele narra. E disseram 'mente', isto não foi assim.

De acordo com Trejo é notória a construção do personagem Esteban no filme como um soldado passivo, que apenas observa as ações da guerra sem manifestar nenhuma reação

Se alguém vê o personagem por Gastón Pauls (Edgardo Esteban), alguém vê que é um tipo, primeiro passivo. Sempre está observando a realidade e a está observando passivamente desde fora. Vê como no Hospital de Puerto Argentino se cortam pernas, e ele está em um canto observando, sem que se produza nenhum ato, nem de solidariedade, nem de tristeza, nem de cooperação, nada. O tipo é alguém que olha. Como de fora. Quando se está morrendo seu companheiro no pós-guerra por uma overdose, porque está

mal, porque está deprimido e ele fala com a esposa e demais, também, é um tipo que o único que pode fazer é observar como seu amigo se vai, sem nem sequer fazer um gesto de solidariedade.

Trejo defende que até o ato do personagem de ir a guerra foi contra a sua vontade, mas se lembrava que quando conversou com Edgardo Esteban, ele lhe disse que se ofereceu para ir, assim como tantos outros “O que ocorreu a mim, o que ocorreu a Julio Cao, o que ocorreu a centenas de soldados mais. Estávamos ali, porém podíamos não ir. E nos oferecemos. E Edgardo Esteban me disse ‘Eu me ofereci voluntário’”. E Trejo questiona “E porque lhe faz dizer a Gastón Pauls, que te encarna no filme, que em realidade Gastón Pauls vai obrigado, nem sequer o deixam comunicar-se com a família, o levam quase como sequestrado dentro de um avião? Porque isto?”. Para Trejo, a construção da imagem do personagem Esteban como um soldado passivo, sem ação, obrigado a ir a guerra contra a sua vontade tem um propósito, manterem determinada construção de memória da guerra e de seus combatentes¹¹⁰, e que o jornalista Edgardo Esteban aceitou que lhe representassem dessa forma com certos propósitos:

E eu creio que em realidade há um setor de jornalistas, acadêmicos e intelectuais que sabem qual é o script que tem que dizer para poder ter cátedras, correspondentes na televisão, subsídios para investigações, dinheiro público para fazer filmes, sem se distanciar de determinado script. Agora, se se distanciam desse script, não tem cátedras, não tem cargos, não tem dinheiro, não tem subsídios. Creio que há um controle dos recursos absolutamente despótico, no sentido de que não deixam liberdade. E isso se tem encarnado nos setores médios, que são os produtores simbólicos, e então se cuidam. Não faz falta a censura do tipo militar, que venham a por um fusil na cabeça. Senão, é a autocensura do que é correto dizer e o que é incorreto dizer a respeito deste tema da guerra. E a verdade que tem razão, porque quando se diz o que se quer escutar, tem cátedras, subsídios, dinheiro, orçamento. E quando não se diz, não há dinheiro, há silêncio e há censura [...] Edgardo Esteban é corresponsável argentino para o canal venezuelano. A esposa é gerente diretora do Canal Encontro. Tristán Bauer, o diretor do filme, foi primeiro diretor do Canal Encuentro e depois diretor do Canal 7 e de todo o sistema oficial de meios estatais da Argentina. Ali receberam sua boa paga. Agora, os que produziram sentidos distintos com menos recursos são ilustres desconhecidos. O sistema opera dessa maneira.

¹¹⁰Essa memória que Trejo considera a desejada por determinados grupos e por isso incentivada entre realizadores de obras cinematográficas é explicada pelo veterano, no decorrer da entrevista, como a memória que apresenta a guerra como uma ação de irresponsabilidade da ditadura militar e, portanto é necessário representar todos os aspectos do conflito que reforcem as acusações contra o regime que a empreendeu.

Já Delmira de Cao interpretou *Iluminados por el fuego* (2005) da mesma forma que *Los chicos de la guerra* (1984) “Tampouco me agradou. También, é muito...Los chicos põem os soldados como muito pobrezinhos. Usados por milicos. E para nós, mais além do que fizeram os militares, nossos filhos não foram os pobres meninos [...] E seguem colocando ao povo dor, pena, angústia. Em vez de por as coisas boas, põem todo o mal. Se sabe que passaram coisas, porém de qualquer forma é normal em uma guerra”.

Apesar das diferentes posições a respeito das narrativas cinematográficas, alguns dos entrevistados ressaltam a importância do cinema na abordagem do tema Malvinas. Carrizo acredita que o cinema argentino participa da disputa pela memória da Guerra das Malvinas e de forma positiva: “Eu creio que o cinema, primeiro é um eixo comunicacional cultural muito grande que pode instalar algumas coisas na memória coletiva que são muito importantes”. De acordo com o veterano

O cinema tem sido um grande transportador de ideias. Um veículo muito importante de ideias. Muitas dessas são imagens que fez conhecer coisas que estavam invisibilizadas. O cinema fez conhecer, por exemplo, que houve torturas. O cinema fez conhecer que houve atos heróicos, obviamente. O cinema fez conhecer que os soldados sofreram a fome, que o clima das Malvinas é muito frio. O cinema fez conhecer aspectos mais subjetivos, como são os estados emocionais e psicológicos. O cinema permitiu, também, construir climas de debate ao redor dos grupos que viam coisas. Ou seja, o cinema, também, se transformou em um ato solidário quando vai alguém vê-lo, com o qual pode interagir e discutir o que está olhando. O cinema tem sido muito importante para que gerações que não haviam nascido com a guerra, e que ao longo do tempo, pudessem tomar contato com a guerra. E, também, tem servido para desmistificar coisas. Como para romper mitos. Por exemplo, o tema do medo. Porque o mito da filmografia da Segunda Guerra, fundamentalmente a hollywoodiana que nós temos visto, sempre tem falado de atos heróicos. A grande maioria. E o cinema argentino, nesse sentido tem sido muito mais sensato. Porque tem tratado de por tudo o que se passa em uma pessoa em uma situação de guerra. Em uma situação limite. De vida ou morte. Mais real. Então, nesse sentido, nós somos muito fomentadores do cinema e temos tentado contribuir com alguns destes filmes para que estes filmes se podem levar a cabo. O primeiro foi *Los chicos de la guerra*, onde parte de companheiros de La Plata fizeram suas contribuições, a partir de sua experiência pessoal.

De acordo com Carrizo tanto o cinema de ficção quanto os documentários têm sido muito enriquecedores porque há democracia na construção do roteiro, na construção do relato; “Porque podes não estar de acordo com muitos

desses filmes, obviamente eu, tampouco, estou de acordo, porém tem sido mais democrático porque tem dado oportunidade de todos contar seu olhar”. Para o veterano, ambos, ficção e documentário, são úteis porque deixam testemunhos, mas o que se conta, conta do ponto de vista que mais lhes interessam “Os pode revisar e os pode discutir [...] Quer dizer, é verdade que alguém, com o cinema, tem um modo de intervenção. Alguém intervém desde o ponto de vista de criar um roteiro, criar um texto, criar um relato, de poder levar à prática e de mostrar um modo de mundo [...] há que ter a cabeça aberta para entender que alguém pode contar as coisas desde o lado que mais o interessa contar”.

Alonso também destaca a importância do cinema argentino na representação de aspectos da guerra e ressalta que o CECIM participou de uma infinidade de produções, tanto documentários quanto ficção “Como foi, por exemplo, *Iluminados por el fuego*, que foi um filme que fez um antes e um depois na consciência dos argentinos, porque pela primeira vez demonstra a partir da ficção, com muita realidade e com muita cruzeza, as vivências dos soldados nas Malvinas”. Ele ressalta posteriormente, que houve *Los chicos de la guerra*, mas que este foi influenciado pelo seu momento histórico que era o início da democracia e foi feito com poucos recursos, “Porém, também se colocava algumas questões”. Alonso destaca a importância de *Iluminados por el fuego* (2005) para as investigações e reparações no caso de soldados que sofreram abusos no front

Depois houve uma infinidade de produtos, projeções, e a partir destes que sucede *Iluminados por el fuego*... se abriu este debate na sociedade do que passou com nossos soldados. E está possibilidade que nos permitiu avançar nas investigações com a justiça. Porque tens que entender que aqui houve leis que impediam (as leis de Obediência Devida e Ponto final) este tipo de investigação. E isso abriu todo um debate, e abriu, também, que parte de nossas famílias entenderam o que havia passado em Malvinas. E a muitos companheiros, também, animaram a falar, a contar. Isso foi muito cicatrizador. Sempre participamos. Somos em todo momento consultados, e participamos em muitíssimas produções. Sempre no sentido que condiz com nossa instituição. A busca da verdade, com memória, com justiça. Quer dizer, houve outras produções, porém, também, quer dizer, vinculados a estes grupos que constroem o relato exclusivamente desde a épica da guerra e das balas. Nunca se introduziu em questões complexas, como este tipo de ações.

Questionei quais eram esses filmes que não propõem o debate, a problematização do tema e Alonso responde “os *Loucos pela bandeira*, que foi produzido pela Comisión de Familiares [...] No ano passado se fez uma série de ficção que era *Combatientes*, muito má. [...] São vários capítulos. A vi e disse ‘isto é uma porcaria. Porque se escapa o relato da realidade. Quer dizer, alguns muitos influenciados por alguns setores que dizem ‘isto não, isto sim’. Há algumas cenas e relatos que não gostei, porque punham em dúvida até a honestidade dos soldados, com uma questão que me resultou muito forçada”.

Sergio Fernández diz não poder citar nenhum filme de ficção sobre a guerra que tenha lhe agradado e ressalta que não podemos esquecer que apesar de se apoiarem em fatos reais, em personagens reais, são novelas que interpretam a realidade com uma óptica muito particular “E normalmente, as duas mais pesadas, que tem sido as mais conhecidas, as que se difundiram, as que deram mais apoio em cada momento são absolutamente desmalvinizadoras e absolutamente degradantes do espírito dos soldados argentinos”. De acordo com Fernández, nenhum filme poderá representar a experiência que cada um deles tiveram no front de guerra “Se pode ler, porém, igual, eu sempre digo que há que estar em uma... uma mesma, que tem que estar em um exercício de combate noturno, notar a tremenda diferença que há entre o filme e o combate, quer dizer, a explosão de projéteis, que treme a terra ao lado de alguém, quando se sente o cheiro do explosivo, quando se vê o fogo, que às vezes cega”. Ou seja, para ele, são experiências que jamais serão perfeitamente representadas “Isso não se pode voltar a reproduzir nem sequer no cinema. E essas são as experiências que nossos soldados viveram. E que apesar dessa experiência dura, asseguro que houve alguns que se esconderam no fundo do poço como o protagonista de *Los chicos de la guerra*, que caiu acuado e que não quis saber de nada, que outros resolvam o problema do mundo. Porém, outros, a grande maioria, seguiram combatendo. Seguiram lutando até que caíram mortos, feridos”.

Sobre a importância do cinema argentino para o tema Guerra das Malvinas, César Trejo explica que com o motivo de comemorar 30 anos, houve uma convocatória de cineastas argentinos por parte do Instituto de Cinematografia (O INCAA), junto com a Chancelaria e o Ministério de Educação da Nação, que pretendia ser “30 anos, 30 olhares”. Dos quais 10 ou 12 eram da América Latina e o resto da Argentina. Ele ressalta ter visto todas as produções e comprovou a dificuldade que os setores culturais têm para abordar a questão Malvinas. “Porém, a

mim me deu a impressão, uma impressão pessoal, que há um enorme muro de incompreensão, uma quantidade de prejuízos, uma quantidade de preconceitos falsos cristalizados, sobre a Guerra das Malvinas e que impregna sobre a causa Malvinas - uma coisa é a Guerra e a outra a causa -, e ainda, talvez não tenham podido derrubar esses muros de incompreensão. E isso lhes tem dado uma baixíssima qualidade”. Trejo afirma perceber nas produções que é como se todos tivessem medo de pensar com liberdade o tema, para não serem punidos ideologicamente, como se houvesse o medo de apresentar uma opinião e ser tachado como cúmplice da ditadura

Pesa sobre os intelectuais e artistas, os criadores cinematográficos, pesa como um estigma do tema, então, se me meto em um olhar que pode ser...pode ser assinalado como fazendo algo que favoreça a ditadura. Essa impressão me deu. E, portanto, os olhares originais tratavam de eludir o tema da guerra, abordando-o desde outro lugar, porém, abordá-lo sem a possibilidade de escutar as vozes dos protagonistas mais diretos da Guerra. Como que não se foi...é como, por exemplo, o tema dos desaparecidos, quase toda a produção cinematográfica, documental, abreviam na experiência dos que estiveram sequestrados, dos que padeceram ao cárcere, das mães e dos familiares dos desaparecidos e dos assassinados. Sempre há como uma autoridade muito forte quando toma o testemunho dos que sofreram em carne própria ou mais durante a ditadura. No entanto, com Malvinas é como que há um medo de abordar o testemunho, porque em geral sempre esse testemunho, em geral, não digo sempre, porém, dos combatentes e dos familiares, desacredita a visão instalada, hegemônica da interpretação da guerra. Então, claro, existe um muro de prejuízos ideológicos sobre a guerra, e não indo a fonte dos que vivenciaram diretamente a guerra, os que viveram, os combatentes ou os familiares dos caídos, o que resta para o criador, ao artista, ao diretor de uma ficção cinematográfica ou documental? É sua própria fantasia. Então, é uma fantasia que está limitada pelo ideológico e que carece da corpulência que dá a experiência do testemunho. E aí, sai qualquer coisa. Depende da quantidade e da sensibilidade do artista, se busca um tema... porém, tem demonstrado uma enorme pobreza da cinematografia.

Para Trejo, esse medo dos realizadores, de fazerem uma representação da guerra que não apresente os atos reprováveis da ditadura em seu entendimento, faz com que o olhar para o tema seja unilateral e prejudicado. Para o veterano as duas produções cinematográficas ficcionais, que são *Los chicos de la guerra* (1984) e *Iluminados por el fuego* (2005), ambas “coincidem e foram de alguma maneira os filmes guias desse olhar completo de prejuízos. Não foram filmes que descobriram uma experiência, digamos geral dos combatentes, senão a seleção

minoritária dos testemunhos tendentes a demonstrar uma tese predeterminada, já pensada desde antes de escutar o testemunho. Foram a confirmação de um pensamento anterior. Com o qual, o processo criativo cai totalmente abortado”.

As obras de maior destaque sobre a Guerra das Malvinas, *Los Chicos de la guerra* (1984) e *Illuminados por el fuego* (2005), se assemelham em vários aspectos no que diz respeito a narrativa fílmica. As duas obras apresentam três soldados conscritos - Fábian, Pablo e Santiago em *Los chicos de la guerra* (1984) e Esteban, Vargas e Juan em *Illuminados por el fuego* (2005) - que se encontram no front de guerra nas Malvinas e que desenvolvem uma amizade e um companheirismo diante do sofrimento e do horror. Em ambas as produções são apresentadas a questão do frio intenso que tornou os dias de espera nas Malvinas mais difíceis, a fome pela falta da distribuição de alimentos e os abusos de superiores, como o estaqueamento. Além da semelhança nas experiências de guerra dos personagens das duas produções, o destino de cada um também se assemelha. Fábian e Esteban conseguem se reintegrar à sociedade; Pablo e Vargas se suicidam, Santiago cai na marginalidade e Juan morre no front, o mesmo desfecho do amigo de Fábian, Ruiz, que também não retorna da guerra, pois morre no conflito.

Porém, em *Los chicos de la guerra* (1984), Kamin não apresenta o desempenho dos combatentes durante o embate com as tropas britânicas, optando por mostrar o período de espera antes do conflito, e o desfecho deste, quando os argentinos já haviam sido rendidos pelos britânicos, enquanto na obra de Bauer, cenas do conflito são representadas de forma que o público tivesse a dimensão do que foi o embate bélico nas Malvinas. Portanto, Kamin optou pela representação da guerra que destacava o sofrimento e as injustiças sofridas pelos soldados conscritos no front, da mesma forma que sofriam no continente com o regime de uma ditadura militar, enquanto Bauer destacou este aspecto do sofrimento, mas também, o papel dinâmico desses soldados dentro da zona de guerra. Ambas as obras, apresentaram exemplos de coragem de soldados que enfrentaram os abusos dos superiores. Em *Los chicos de la guerra* (1984), Santiago enfrenta o seu capitão por ter desamarrado um jovem que estava sendo estaqueado, e em *Illuminados por el fuego* (2005), Esteban se recusa a carregar o rádio do seu superior durante a evacuação, iniciada com a chegada dos ingleses. As diferenças nas representações do mesmo conflito se relacionam principalmente com o contexto histórico em que foram produzidas: *Los chicos de la guerra* (1984) no período de retomada da democracia e

portanto, de grande temor da sociedade quanto a possibilidade do retorno de tal regimes e *Iluminados por el fuego* (2005), produzido durante o governo de Néstor Kirchner, caracterizado pelo retorno dos discursos que ressaltavam a importância da causa Malvinas para a Argentina e pelo apoio a luta por reparações em casos de crimes contra os direitos humanos, inclusive os cometidos por militares para com soldados no front.



Soldados em *Los chicos de la guerra* (1984)

Disponível em <<http://www.taringa.net/posts/videos/16748746/Los-chicos-de-la-guerra-Pelicula-Completa.html>> Acesso em 22 de Agos. 2015.



Pablo no momento da rendição em *Los chicos de la guerra* (1984)

Disponível em <http://www.fancinema.com.ar/2014/11/cine-debate-con-bebe-kamin-y-los-chicos-de-la-guerra/>. Acesso em 22 de Agos. 2015.



Esteban, Juan e Vargas em *Iluminados por el fuego* (2005)

Disponível em <<http://elregionaldigital.com.ar/iluminados-por-el-fuego-el-film-se-proyectara-este-viernes-en-el-verdi-con-la-presencia-de-gaston-pauls/>> Acesso em 22 de Agos. 2015.

Após a análise da história do cinema na Argentina, das produções cinematográficas sobre a Guerra das Malvinas, principalmente as duas obras que mais promoveram debates a respeito das representações do conflito no cinema, promovo nos dois capítulos finais, quatro e cinco, um diálogo entre as três fontes, a bibliografia sobre a guerra, que apresenta a posição de intelectuais argentinos que pesquisam o tema, os relatos de ex-combatentes, militares e civis, e de representantes de familiares de combatentes mortos no conflito e as representações das duas obras cinematográficas: *Los chicos de la guerra* (1982) e *Iluminados por el fuego* (2005). O objetivo é entender como tem se processado o embate pela construção de memórias da guerra, ressaltando os temas mais controversos e geradores de conflitos.

CAPÍTULO IV

A RELAÇÃO DITADURA MILITAR/ GUERRA DAS MALVINAS NA DISPUTA PELA MEMÓRIA DA GUERRA

O que mais torna complexo o debate sobre como lembrar a Guerra das Malvinas foi a sua deflagração sob as ordens de um governo da ditadura militar. Um fator fundamental para entendermos a guerra que se empreendeu no pós-guerra entre intelectuais, veteranos, familiares de mortos no conflito, cinema, governo e outros setores da sociedade. Os pesquisadores que analisam a disputa pela memória da Guerra das Malvinas se deparam com essa intensa discussão sobre legitimidade/ não legitimidade da guerra e suas consequências para o presente do país. O mesmo ocorreu com o principal pesquisador do tema Malvinas, o historiador Federico Lorenz (2012:27) que declara “Há dez anos, ao começar esta investigação recebi, ao comentar com meus companheiros e docentes do professorado minha intenção de ‘trabalhar sobre Malvinas’, questionamentos como esse: ‘-Não estarás a favor dos militares?’. Porém, estes eram proporcionais à suspicácia com que fui recebido por alguns ex-combatentes, ou funcionários militares: ‘- Estamos cansados de que nos desprestigiem””.

Tal experiência, também, tive ao ter um contato inicial com os grupos que entrevistaria para minha pesquisa, dos quais ouvi questionamentos como “Você vai naquela associação, também? Por quê?”; “Se você vai em outros lugares entrevistar, se prepare, pois vai ouvir muitas bobagens”; “O que aquela associação defende são os mesmos interesses da Inglaterra”; “Aquela organização tem pensamento que provém de gente que esteve vinculado às Forças Armadas” e “Este autor trabalhou para a BBC de Londres e, portanto, defende interesses ingleses”. São declarações que me deram, logo no início, a noção do campo delicado e conflituoso que estava entrando ao questionar como se processa essa disputa pela memória da Guerra das Malvinas. Como conclui Lorenz (2012:24) “Malvinas significa muitas guerras”, e como ressalta Guber (2012:159) “Perguntar: Por que Malvinas? é, então, entrar intencionalmente em um campo tão espinhoso como incerto; evocador de justiça e injustiças; reivindicações e retiradas; afirmações e negociações”.

4.1 Malvinas: uma guerra necessária?

Um dos fatores mais discutidos a respeito da guerra das Malvinas, ou qualquer outro conflito, é a sua legitimidade, como nas palavras de Maquiavel “Uma guerra é justa quando é necessária”. Se a Guerra das Malvinas foi justa¹¹¹, necessária ou não, tal análise passa inevitavelmente pela discussão a respeito do seu início, de como ela foi planejada, quais grupos são responsáveis por colocar tal plano em prática e os fatores que os motivaram nesse empreendimento. Para alguns, a Argentina foi levada a tomar as Malvinas diante dos últimos acontecimentos que deram uma dose de maior tensão à disputa pela soberania nas ilhas e para outros, o desembarque de tropas argentinas no arquipélago teve como

¹¹¹ De acordo com José Roberto Goldin: “A Teoria da Guerra Justa tem suas origens no pensamento de Cicero, Santo Agostinho, São Tomás de Aquino e Hugo Grotius. Para Santo Agostinho ou Agostinho de Hipona, como preferem alguns, a guerra é uma extensão do ato de governar, sem que com isto todas as guerras se justifiquem moralmente. Ele distinguia duas questões fundamentais: quando é permissível travar uma guerra?(jus ad bellum) e quais as limitações na maneira de travar uma guerra? (jus in bello). Para Agostinho de Hipona o primeiro critério é a Autoridade Adequada. Ele assim caracterizava: ‘A ordem natural, que é dirigida para a paz das coisas morais, requer que a autoridade e a deliberação para realizar uma guerra estejam sob o controle de um líder’. Para Agostinho o outro critério necessário é a Causa Adequada. que são as razões para ir para a guerra. Estas razões são tão importantes quanto a autoridade de quem ordena ir para a guerra. Ele especificamente retira as justificativas para ir para a guerra que envolvam: o desejo de causar dano, a crueldade da vingança, uma mente implacável e insaciável, a selvageria da revolta e o orgulho da dominação. Agostinho via a guerra como uma trágica necessidade do relacionamento entre os povos, contudo fazia a seguinte admoestação: "deixe que a necessidade mate o seu inimigo de guerra, não o seu desejo. Hugo De Groot, ou Hugo Grotius, jurista holandês (1583-1645), já dizia, em 1603, que ‘ Se tudo o que alguém consegue dizer sobre a lei e a justiça é que se deve obedecer as leis de seu próprio país, então não há como decidir as disputas internacionais senão com a força’. Com o passar do tempo outros critérios foram sendo acrescentados à Teoria da Guerra Justa, além da Autoridade e Causa Adequadas. A Chance Razoável de Sucesso é um destes critérios. Mesmo tendo autoridade e causa adequadas não há justificativa para uma guerra onde os soldados seriam mortos sem chances de vitória. A vida humana é muito preciosa para ser descartada desta forma. Um outro critério é o da Proporcionalidade. Ao travar uma guerra as autoridades devem estar certas de que o dano causado pela sua resposta a uma agressão não excede os danos causados pela própria agressão. O aniquilamento do inimigo em resposta a um ataque a uma de suas cidades é um exemplo desta distorção. Similarmente, a Proporcionalidade também estabelece que os não-combatentes devem ser protegidos de danos. Eles não podem, sob hipótese alguma, ser alvo de ataques. Estes últimos critérios não estavam contidos na proposta original de Santo Agostinho. A Teoria da Guerra Justa, segundo Morgan Pollard, Southern Cross University, Australia procura identificar as condições e ações que justificam o uso da guerra, assumindo que as guerras são uma consequência inevitável de um sistema internacional composto por múltiplos estados. Uma suposta "Guerra Justa" (jus ad bellum) deve ser caracterizada pelas seguintes condições: causa justa, tal como a proteção dos direitos humanos; intenção correta, que deve ser o estabelecimento da paz; proporcionalidade apropriada, com fins justos ultrapassando os meios; posição defensiva ao invés de ofensiva; uso da força apenas como o último recurso após medidas econômicas e diplomáticas; autoridade e liderança competentes; alta probabilidade de sucesso; limitação do uso excessivo da força; não utilização de soldados alistados e crianças; não uso intencional de táticas ou armas malignas, por exemplo adesão à Convenção de Genebra; uso cuidadoso de discriminação na prevenção de situações com inocentes”.

único objetivo manter o governo da Junta Militar no poder, desviando a atenção do povo argentino para uma causa nacional. Nesse caso, a conquista da soberania acalmaria o processo de crescente revolta popular diante da crise econômica e das denúncias de violações dos direitos humanos.

Essas duas justificativas são responsáveis pela mais conflituosa disputa pela construção da memória da guerra. Apesar de serem as justificativas mais comuns quando se discute a legitimidade do conflito, outras versões que questionam as motivações do seu empreendimento aparecem vindas de diferentes grupos sociais na Argentina. Neste tópico apresentaremos o diálogo entre intelectuais argentinos, através de suas obras, ex-combatentes, representantes de familiares de combatentes mortos e o cinema nacional ao defenderem ou condenarem a tomada das Malvinas pelo Exército Argentino que culminou com a deflagração da guerra.

Ao serem questionados sobre as motivações para o início do conflito nas Malvinas, todos os veteranos e membros da comissão de familiares entrevistados disseram “Não, a guerra não foi necessária”. Porém, ao argumentarem suas respostas, podemos identificar posições que acreditam que a guerra foi um empreendimento necessário diante do contexto em que esta foi deflagrada.

Para Rodolfo Carrizo, a guerra como eixo bélico não era necessária, porque atrasou o avanço da Argentina de ter uma presença maior nas ilhas e, conseqüentemente, sua recuperação “[...] sempre houve presença da Argentina ali. E empresas argentinas estiveram ali, como YPF, como LADE, que era a companhia de aviação, como o Correio e o intercâmbio. Os islenhos vinham estudar em Buenos Aires ou Córdoba, e alguém podia ir sem problema. Antes da guerra. Com a guerra tudo isso mudou”. Ernesto Alonso corrobora com Carrizo ao ressaltar que “a ditadura dinamita as pontes, a questão do diálogo, da diplomacia e permite com esse posicionamento militar, que para os militares era bom, ‘vou, me ponho nesse lugar e negocio’. E ali é onde o imperialismo disse ‘não, aqui vamos com tudo e ocupamos fortemente as Ilhas Malvinas e nós estamos ali com um posicionamento militar’, como fizeram depois”.

Não somente os militares foram responsáveis por ‘dinamitar’ as possibilidades de negociações, para Alonso, mas os britânicos desejaram essa barreira no processo de negociação da soberania das Malvinas “[...] Então, a decisão de Margaret Thatcher de afundar o Belgrano, também, era dinamitar as pontes, para

que não haja volta atrás. Por isso foi um grande erro da ditadura militar. Nós não reivindicamos para nada a guerra. Foi um erro absoluto, que o estamos pagando hoje, todavia”. Portanto, para ambos os membros do CECIM o empreendimento da guerra foi responsável por interromper um processo de relações e negociações que poderiam ter maior êxito sem a interrupção provocada pelo conflito. Interrupção desejada pelo governo britânico, segundo Alonso, já que estes almejavam, no conflito, a possibilidade de afirmar sua presença nas ilhas.

Rosana Guber (2012:165-166) corrobora com esse pensamento, ao defender que a guerra prejudicou as reivindicações pelas ilhas “Depois da guerra e a rendição, as Malvinas não puderam regressar a estaca zero, a luta pela ‘recuperação’ se converteu em uma ‘guerra absurda’ por passar a integrar um passado inimigo, o do Processo e das Forças Armadas [...]”, portanto “quando hoje se fala de Malvinas a reação é quase unânime, e negativa”. Para a autora (2012), a guerra prejudicou as reivindicações por Malvinas, já que construiu uma imagem negativa da luta argentina pela soberania do arquipélago, o que é defendido, também, por Beatriz Sarlo (2012), para a qual a guerra foi “um retrocesso no caminho das negociações a longo prazo”

Já Pablo Bonavena (2012:102) diverge das autoras e dos veteranos do CECIM, ao defender que a decisão da Junta Militar de tentar recuperar as ilhas pela força não encerrou outros caminhos alternativos, já que estes nunca existiram de verdade “A via pacífica baseada nas reivindicações nas instituições internacionais para dirimir conflitos usadas reiteradamente por governo argentinos, não conseguiu nunca um avanço sobre os poderes imperiais”, já que a ONU, como outras instâncias, segundo o autor (2012), são submissas com tais incursões invasoras, dando aval a tais ações, sendo que o poder britânico nunca se sentiu ameaçado para sentar e negociar, ao contrário, tinha dos governos argentinos, civis e militares, a permissão da “invasão” econômica e financeira de capitais estrangeiros.

A obra cinematográfica *Iluminados por el fuego* (2005) de Tristán Bauer, também, se posiciona sobre esse aspecto na cena em que o protagonista Edgardo Esteban busca a memória da guerra e reflete sobre suas consequências “Poucos argentinos duvidam hoje que foi uma tragédia militar e um grande retrocesso político para as chances do país de recuperar as ilhas usurpadas pela Inglaterra há mais de 150 anos. E a primeira ministra britânica aproveitou a chance de aumentar sua força política”. A ideia da guerra como uma tragédia e

responsável pela interrupção do processo de recuperação das ilhas é compartilhada, portanto, pelos realizadores da obra fílmica através das narrações de seu personagem Esteban.

O general Sérgio Fernández ressalta, também, que a guerra não deveria ter acontecido, porém a Argentina foi levada a isto “A guerra se origina pela ocupação britânica de um território argentino. Quer dizer, se não entendermos isto, não se entende Malvinas, nem tudo o que hoje estamos vivendo do conflito do Atlântico Sul [...] Eu tenho a certeza que se não houvera ocorrido a crise das Geórgias no mês de março, possivelmente não haveríamos tido a Guerra das Malvinas”. Fernández relata que o enfrentamento com Grã-Bretanha

surge de uma intenção britânica de gerar um incidente no Atlântico Sul. Este ocorre em março de 1982, pelo dismantelamento de uma factória baleeira nas Ilhas Georgias do Sul. O governo das Ilhas Malvinas gerou o incidente, enviando, inclusive, um navio, o Royal Navy, com infantes da marinha armados a bordo, com capacidade para combate, inclusive com helicópteros com mísseis ar-superfície, contra civis argentinos que estão indefesos, desarmados na Ilha San Pedro, onde se estava realizando as tarefas. A partir daí, surge uma decisão do Governo argentino de recuperar as Ilhas Malvinas como parte da eventual negociação futura com Grã-Bretanha. Se essa decisão foi acertada ou não, a história o vai terminar julgando com mais tempo. [...] Pensávamos sempre que havia alguma solução política detrás de tudo isso, e não que íamos ir à guerra com Grã-Bretanha em pleno século XX.

De acordo com Fernandes, a decisão do governo argentino de tomar Malvinas foi consequência das ações britânicas no período anterior à guerra e que o Exército não pensava estar indo para participar de um conflito bélico, pois acreditava que haveria uma solução política. Para o intelectual e socialista Rozitchner (2005:128) a justificativa de que a Junta Militar tomou as Malvinas, mas não esperava a guerra, pois acreditava em uma intervenção diplomática norte-americana que favoreceria uma nova negociação com os britânicos é complexa, já que não havia nenhuma garantia concreta de que isso ocorreria “Quem podia garantir-lhes que não havia resposta armada adequada?”; além disso, “Galtieri e os militares queriam, temos visto, como na outra ‘guerra’, ganhar sem lutar. [...] Por isso Galtieri, o mesmo, acusa a Reagan de traidor. Acusa de traidor ao inimigo do país porque havendo entregado, humilhado e servido como escravo, não o apoiou”, portanto, o

que Galtieri esperava, e não conseguiu, era o pagamento “[...] pela entrega da soberania real aos interesses econômicos, políticos e estratégicos dos EUA”.

O tenente-coronel Juan Carlos Yorio, ao ser questionado sobre a necessidade da guerra, procurou ressaltar os aspectos que ele considera positivos de um conflito: “É difícil, porque tem suas coisas boas e suas coisas más. Não deveria haver ocorrido. Nenhuma guerra deve ocorrer. Já que ocorreu, também, há coisas boas para resgatá-las. O valor, o companheirismo, a amizade que se criou entre os combatentes, tanto ingleses como argentinos [...]”. Como militares e membros de uma associação de ex-combatentes oficiais e suboficiais, Fernández e Yorio apresentam um discurso de profissionais que estavam a cumprir o que lhes determina seu ofício: “A partir daí, surge uma decisão do Governo argentino [...] Se essa decisão foi acertada ou não, a história o vai terminar julgando com mais tempo”, ressalta Fernández, ou seja, para o general o questionamento da necessidade da guerra não lhe cabia naquele momento, competia-lhes cumprir o que determina o ofício militar.

Outro ponto decorrente do pensamento militar está na posição de Yorio que, ao ser questionado, prefere ressaltar um aspecto que considera positivo no conflito, a amizade e o companheirismo que foi construído na relação entre os combatentes. Yorio ressalta, também, que o incomoda a não representação desses aspectos positivos nos filmes sobre a guerra “Parece que os filmes buscam mais refletir as pequenas pequeneses, poucas pequeneses que sempre há, em vez de resgatar as tantas coisas boas que houve. Os tantos atos de valor, de entrega, de defesa do companheiro”.

Já Hector Rossi, do grupo de ex-soldados continentais que lutam pelo reconhecimento como veteranos, ao ser questionado sobre a necessidade do conflito começa explicando que seu grupo prefere não opinar sobre questões políticas – já que estão lutando por uma causa que depende de decisões políticas -, mas no decorrer da resposta se posiciona ressaltando que hoje podemos ver o conflito como um erro, mas no contexto de seu deflagamento, poderia ser um empreendimento necessário: “É muito difícil, porque já entramos no terreno político. E nós de política não falamos. Entraríamos na parte de julgar se fizeram bem ou se fizeram mal. Visto no tempo, com todos os anos que passaram, foi um erro. Porém, quem sabe se estava certo ou equivocado no momento? São decisões”.

Questionado sobre a necessidade da guerra César González Trejo, da Comisión de Familiares de Caídos em Malvinas e Atlántico Sur, ressalta que “A guerra nunca é necessária. A guerra é algo desnecessário, agora, é algo que impõem os poderosos. [...] Porque eu não quero a paz a qualquer preço, porque se o preço é minha liberdade, minha submissão e minha opressão, eu não prefiro a paz [...]”. Para o veterano, as guerras são impostas pelos países hegemônicos:

Eu creio que as guerras não devem suceder, porém, sucedem. A pergunta em realidade é porque sucedeu. A resposta que encontra é que as guerras sucedem quando os poderosos querem. Depois da Segunda Guerra Mundial, todas as guerras que sucederam, sucederam porque o império quis. As guerras não sucedem porque as querem os débeis. As guerras sucedem porque as querem os poderosos. [...] No caso da Guerra das Malvinas, eu estou convencido que é uma guerra que pensaram, planejaram os poderosos, especificamente Estados Unidos. [...] Essa guerra foi fabricada vários anos antes por uma necessidade dos Estados Unidos, que teve que escolher entre Argentina e Reino Unido para um objetivo estratégico. E por suposto, elegeu Reino Unido. E esse objetivo estratégico era estabelecer bases militares da OTAN no Atlântico Sul. [...] O que ocorreu com a Ditadura argentina é que como não tinha pensamento estratégico próprio caiu na armadilha do império. [...] A ditadura nem sequer pensou na guerra. Pensou em tomar as ilhas e negociar porque o grande árbitro mundial, Estados Unidos, como eles se pensavam amigos dos Estados Unidos, então, ia ver que se lutavam, o papai norte-americano ia resolver. [...] eu sinto que a mim me mandou não a ditadura, senão o povo argentino. A mim me convocaram no dia 9 de abril. O 10 de abril, o dia seguinte, a Plaza de Mayo (e as praças de todo o país) se preencheu com centenas de milhares de pessoas [...] Quando o ditador Galtieri disse ‘se querem vir, que venha, lhes apresentaremos batalha’. E a gente expressa seu júbilo. Porque a gente queria apresentar batalha ao Reino Unido se vinham. E em outro momento, Galtieri disse ‘eu, como presidente dos argentinos’ e a gente o insulta, e canta ‘Borom-bom-bom/ borom-bom-bom / está é a praça de Perón. Você não é Perón, lhe dizem, você é um ditador. [...] Não foi um apoio a ditadura, foi um apoio a uma decisão que qualquer que a houvesse tomado ia receber o apoio do povo argentino.

Da citação de César Trejo é possível destacar alguns elementos importantes. Para Trejo, portanto, apesar de ressaltar não considerar uma guerra necessária, ela é algo imposto pelos países hegemônicos, cujo enfrentamento é condição para a luta pela libertação das nações por eles oprimidas. Aspecto defendido, também, pelo ex-veterano do CECIM, Carrizo, ao ressaltar que “Sempre os que vão dizer que as guerras são necessárias são precisamente os impérios, porque

a única garantia que tem para manter sua hegemonia e seu poder é militarizar-se mais [...] As guerras se fazem precisamente para gerar grandes negócios”. Para Trejo, a Guerra das Malvinas foi planejada e desejada por tais países hegemônicos, especialmente os Estados Unidos, como estratégia para consolidar a presença de bases militares da OTAN no Atlântico Sul. Trejo, também, defende que não considera ter sido enviado pelas Forças Armadas à guerra, mas pelo próprio povo argentino que apresentou apoio à tomada das ilhas, porém, não se tratava de um apoio ao governo militar. Os elementos apresentados pelo veterano acabam por se configurarem em uma justificativa para a guerra. As guerras, como nas Malvinas, portanto, se fizeram necessárias.

Delmira de Cao, também, da Comisión de Familiares de Caídos em Malvinas e Atlántico Sur, na posição de mãe que perde o filho no conflito, se declara contra a guerra em qualquer circunstância: “Não, a guerra não tem porque suceder, e tampouco as quero mais. Eu quero as Malvinas, por meio da paz e o entendimento dos povos, junto a nossos irmãos americanos”, e ressalta que a causa faz parte de uma luta maior “Porque Malvinas é a causa da Pátria Grande e a queremos junto a Latinoamerica”.

A luta pela Pátria Grande, ou seja, latino-americana contra o domínio de países considerados imperialistas destacadas nas falas de Trejo e Delmira é analisada por Noberto Aldana (1998:14) no manual do PST (Partido Socialista de los Trabajadores) sobre a guerra. Para Aldana (1998), a impressão durante o conflito era que o governo argentino conduziu-o como se a todo momento tivesse que “pedir permissão”, “desculpar-se” com Estados Unidos e Grã-Bretanha, porém considera legítima a guerra, já que se trata da luta contra o imperialismo, “Aceitar o triunfo da Argentina impulsaria imediatamente outras reivindicações semelhantes”, ou seja, seria um exemplo motivador para as outras nações oprimidas, assim

se diretamente está em jogo outros enclaves coloniais ainda conservados pelo imperialismo inglês, indiretamente a ação argentina questiona toda a ordem de expropriação imperialista, a do regime semicolonial ao que está subjugada a quase totalidade dos povos latino-americanos, asiáticos e africanos, o que através do mercado mundial e dos empréstimos que domina até mesmo os estados trabalhadores, o que conserva dezenas de milhares de Malvinas incorporadas em todo o mundo semicolonial e dependente.

Aldana (1998:31-32) defende, porém, que a luta contra o imperialismo britânico não os fez esquecer que a guerra foi empreendida por um governo da ditadura militar e seu vínculo com países hegemônicos, “não permite esquecer nem por um minuto os crimes da ditadura, tampouco modificar seu caráter de agente do imperialismo mundial, fundamentalmente do yanki”, mas considera que a causa anti-imperialista, naquele momento, era o primeiro passo para outras batalhas, como contra o próprio regime da ditadura, porque ao enfraquecer os países imperialistas, enfraqueceriam, também, os governos conservadores vinculados a essas nações.

Sobre o questionamento da necessidade da guerra, tanto *Los chicos de la guerra* (1982), quanto *Iluminados por el fuego* (2005) apresentam discursos antibelicistas, portanto, que negam que a guerra tenha sido necessária, ao apresentarem o horror de um conflito bélico e, principalmente, o fato deste ter sido empreendido por um governo de uma ditadura militar. A diferença na abordagem desse tema nas duas narrativas é que a obra de Kamin não apresenta explicitamente o questionamento da legitimidade/não legitimidade da luta dos argentinos por Malvinas, preferindo focar no “sadismo” dos militares ao enviarem jovens para serem torturados ou mortos no front. Enquanto na obra de Bauer identificamos um claro posicionamento dos realizadores a favor da causa através da fala do protagonista “Mais uma vez, eles [os ingleses] se apoderaram de nossas ilhas e comemoraram sobre nosso sangue”, em cenas como a desolação de Esteban ao ver a placa nas Malvinas que dizia “Argentinos são bem vindos, se pararem de alegarem soberania e aceitarem nosso direito de autodeterminação” e mais explicitamente na frase final do filme que afirma “As Malvinas são argentinas”. Porém, tal posicionamento não perpassa pela orientação nacionalista patriótica dada a causa nos anos pré-guerra. Isso é exemplificado na cena em que um dos oficiais discursa em frente seus subordinados, concluindo com um grito de “Viva a Pátria”, sendo surpreendido pela passagem de um avião inglês que lhes atira bombas, obrigando todos correrem e se jogarem ao chão, numa clara alusão ao quão inadequados são os discursos patrióticos diante de uma guerra em que as tropas argentinas estão em enorme desvantagem diante do inimigo.

Em um aspecto, a maioria dos entrevistados corrobora, que o objetivo da Grã-Bretanha nas Malvinas são bem maiores do que o domínio de um território. Carrizo ressalta que a guerra foi responsável pela maior militarização das

ilhas pelos britânicos “Hoje tem ali uma base militar com um poder muito grande, com uma capacidade tecnológica e operacional que eles podiam pôr 4000, 5000 homens em 25 horas em qualquer ponto da região Sul do Planeta”. O que para o ex-combatente facilitou o monitoramento dos oceanos Atlântico e Pacífico e em volta da Antártida, além do objetivo de garantir negócios importantes. Para Alonso, essa militarização foi uma das consequências da guerra e refletiu o período da Guerra Fria: “Necessariamente havia um setor, que era o Atlântico Sul, faltava um posicionamento geopolítico e militar ali” e as Malvinas “é um lugar geoestratégico, porque dali controla a passagem bi-oceânica e para a Antártida”.

O interesse da influência no Atlântico Sul e pelo domínio da Antártida são fatores, citados, também, por Fernández “Porque Malvinas são as portas da Antártida. [...] Grã-Bretanha era no momento o Império dominante do século XIX, princípios do XX. Quando começam a mudarem os interesses ao largo do século XX e a Antártida se converte em um terreno a explorar, e possivelmente a explorar no futuro, muda o interesse”. Fernández conclui ressaltando “Malvinas não é um anacronismo de 1833. Uma história de um império exitoso em expansão e preocupado com o domínio dos passos oceânicos. Malvinas são hoje um interesse futuro, real, concreto, do Reino Unido”.

Yorio defende, também, a ideia dos outros ex-combatentes sobre as motivações da Grã-Bretanha para a guerra “eu creio que eles necessitavam controlar o Atlântico Sul, igual a OTAN controla o Atlântico Norte. Para controlar o Atlântico Sul necessitavam de uma base. E a melhor base é Malvinas. Então, fabricaram um conflito [...] Já estavam preparados”. Para Yorio, o que os britânicos não contavam era com a resistência argentina “[...] eles pensaram que iam vir somente assustar, e que nós não íamos ir. [...] e não somente não nos assustamos e não voltamos, senão que os apresentamos batalha, e sofreram muitíssimas baixas e perdas que não tinham pensado. A Primeira Ministra esteve muito na corda esticada, e necessitava obter vitórias”.

Hector Rossi resalta os interesses econômicos britânicos que têm as Malvinas como um ponto estratégico para tais objetivos no Atlântico Sul: “Eu suponho que por riquezas que há no Atlântico Sul. [...] É um ponto estratégico. É como o Canal de Panamá. Está a passagem bi-oceânica, o que une o Atlântico com o Pacífico. O canal de Beagle. [...]”. Para Rossi os interesses estariam relacionados, também, com as riquezas da Argentina “Aqui, dizem que na Província de Córdoba,

dizem que há petróleo. As Províncias ao Norte (Misiones, Correntes), dizem que há petróleo. Não são somente Malvinas. Na Argentina temos a sorte que há muitas riquezas, minerais, as minas, a cordilheira, distintos materiais”. E ressalta o papel da OTAN “[...] Então, por ali tem que ser a busca que tem os ingleses ou as forças europeias, junto com a OTAN. Porque nos não lutamos somente contra Inglaterra. Lutamos contra a OTAN. [...] É um ponto intermediário entre o continente e a Antártida”.

César Trejo, também, destaca a busca por zonas de influência como a grande motivação para a presença britânica nas Malvinas

Minha opinião é que logo depois da II Guerra Mundial, a Grã-Bretanha passa a ter um papel secundário na configuração do poder mundial. A preponderância passa a ter Estados Unidos. Ao perder o Império, as colônias...eles foram ricos porque empobreceram a outros países. [...] Século XX, um processo de deteriorização do norte, de esgotamento dos recursos do norte, esgotamento dos recursos energéticos, naturais, e o mundo dos poderosos passa a buscar os recursos do sul. Nossa região é uma região com umas enormes riquezas e potencialidades. [...] E eu estou a conversar com uma professora de uma universidade inglesa. Porque não nos devolvem as Malvinas? e me respondeu ‘porque vai em nossa sobrevivência. Porque no Atlântico Sul se joga nossa sobrevivência’. Não se trata das ilhas Malvinas, se trata de um novo continente, que é a Antártida. [...] Se trata de imensas riquezas exploradas e inexploradas. [...] Grã-Bretanha é uma potência que se tem manejado mais pela estratégia de domínio indireto. Quer dizer, Grã-Bretanha esteve detrás de Pedro I e Pedro II no Brasil, detrás de Rivadavia, de Mitre e Sarmiento na Argentina, de cada setor dirigente da América do Sul. [...] A questão é que há uma novidade no século XXI, que é o processo de integração. [...] nós não somos mais dependentes da Inglaterra. [...] Então, há uma desesperação do Reino Unido. Por isso, o que antes não faziam era demonstrar o poder militar, salvo raras ocasiões, e agora o estão mostrando todo o tempo”.

O ponto em comum na fala dos entrevistados é a crença de que os interesses britânicos nas Malvinas fazem parte de interesses maiores no campo político e econômico. Malvinas seriam um ponto estratégico para o domínio da Grã-Bretanha e de seus aliados da OTAN no Atlântico Sul com vistas às riquezas da região e principalmente da Antártida. O esgotamento dos recursos naturais desses países do norte é um fator motivador de tal ação considerada “imperialista”, o que é reiterado por Rozitchner (2005:22) ao defender que tais interesses econômicos, políticos e estratégicos que caracterizam o enfrentamento nas Malvinas, levaram a

mudar a hierarquia de um mal maior, que era o interno, o governo da Junta Militar, para o externo, a Grã-Bretanha “Porque em primeiro lugar está a questão dos recursos petrolíferos da plataforma submarina do Atlântico Sul. Está, também, o ‘krill’ e os nódulos minerais” e “como se fora pouco, aos econômicos se agregam os interesses estratégicos: o pacto do Atlântico Sul ou OTAS que terminaria por completar o da OTAN. E está, por último, o problema da Antártida”.

Apesar de todos os entrevistados convergirem ao reasaltarem os interesses britânicos nas Malvinas, a tomada das ilhas e a consequente guerra naquele momento político argentino é fator de controvérsias, principalmente por está ter sido empreendida por um governo de uma Junta Militar. A relação ditadura militar/ Guerra das Malvinas é fundamental para compreendermos os desdobramentos dos conflitos pela memória da guerra. Intelectuais, veteranos, familiares de combatentes mortos e o cinema argentino têm participado dessa discussão e conseqüentemente construído e desconstruído representações a respeito do tema.

4.1.1 Malvinas: um ato de irresponsabilidade da ditadura militar?

A relação ditadura militar/ Guerra das Malvinas se tornou o ponto central das principais discussões a respeito da guerra. O fato de a guerra ter sido empreendida por um governo de uma Junta Militar gerou questionamentos tão polêmicos e controversos que tornaram as construções de memórias sobre o conflito um campo de onde constantes embates emergem.

Sobre a relação ditadura militar/Guerra das Malvinas, Lorenz (2012:179-180) explica que o ponto de contato entre ambas as guerras, a suja através do terrorismo de estado e a limpa nas Malvinas, eram vários, porém, o que mais chama a atenção é que ambas haviam sido protagonizadas pelo mesmo governo e inclusive em vários casos, os mesmos oficiais que participaram da repressão em uma, fizeram parte da outra “O caso do governador militar das ilhas Malvinas, Mario Benjámin Menéndez, é paradigmático. Havia participado em 1975 no Operativo Independência, destinado a aniquilar o foco guerrilheiro iniciado pelo Exército Revolucionário do Povo (ERP)”.

Lorenz (2012:180-181) cita, também, o caso do marinheiro Alfredo Artiz responsabilizado por vários sequestros e que teve sua história conhecida por causa de sua rendição durante a guerra, isso porque Madres da Plaza de Maio viram a foto da rendição e o reconheceram como um dos militares que estava infiltrado no grupo no ano de 1977:

Figuras como está, desde a perspectiva das vítimas de Artiz, faziam, por sua parte, voltar a aflorar as contradições que apresentavam o apoio a Malvinas. Se uma das dificuldades para defender o passado, respaldando a guerra, era que muitos dos participantes do conflito haviam participado da repressão ilegal, o louro oficial da Marinha era o epitame dos contatos entre o ‘justo’ e o ‘execrável’. [...] A figura de Artiz passou a ser o cavalinho de batalha das “denúncias” e “revelações” acerca da ditadura.

Carlos Castilho (1982), também, ressalta esse aspecto que relaciona ditadura militar/Guerra das Malvinas e cita os dois oficiais ao relatar que, durante a guerra, a Revista Gente publicou uma foto do General Mendéñez, o primeiro governador argentino após a tomada, ressaltando que este como coronel havia participado de uma guerra “cruel, dura e sem leis” contra a guerrilha na Província de Tucumán. Castilho (2012:20) defende que a Guerra das Malvinas pouco tem haver com a guerra suja anti-subversiva, mas é difícil para a opinião pública simpatizar, por exemplo, com o capitão da Marinha Alfredo Artiz, que comandou tropas argentinas na guerra e que é conhecido como o “anjo louro”, quando como tenente, participou da guerra suja e em 1976 ocupou o cargo de administrador da Escola Mecânica da Marinha (ESMA), um dos pelos menos 15 campos de extermínio e que segundo o jornal espanhol Cambio 16 foi o lugar que inaugurou “o serrote utilizado para amputar e aniquilar os presos políticos argentinos, tarefa na qual Artiz se aperfeiçoou rapidamente”. Conforme Castilho (2012), segundo a Anistia Internacional, de 4.700 homens, mulheres e crianças que passaram pela ESMA, só 100 sobreviveram. Artiz, também, foi acusado do sequestro e assassinato da cidadã sueca Dagmar Hagelin e de infiltrar em centros religiosos, disfarçado de parente de desaparecido, e promover depois a tortura e assassinato de militantes defensores de direitos humanos que identificava no grupo. Artiz foi comandante de 140 militares nas Geórgias do Sul, todos treinados na luta subversiva.

Lorenz (2012:181) explica também, que o primeiro morto na guerra, quando tomaram Puerto Argentino no dia 2 de abril, Pedro Edgardo

Giachino, era considerado um participante ativo das forças repressivas na Argentina e foi condecorado por ter sido o primeiro a entregar a vida na tomada argentina das ilhas: “Também o primeiro morto na guerra, durante a tomada do 2 de abril, Pedro Edgardo Giachino, era ativo participante de operações subversivas, tendo participado do massacre de Margarida de Belén em 1976, quando houve o fuzilamento de presos”.

O autor (2012) ressalta que a Força Aérea foi deixada de fora do clima de denúncias por violações de direitos humanos, porque sua participação no massacre foi pouco conhecida, mas investigações mais recentes mostram que os primeiros combates que participaram os pilotos da aviação de guerra foram com o objetivo de dar um golpe de estado, quando enfrentaram outros colegas da aviação naval contra o governo de Perón em 1955. Tais constatações levam Lorenz (2012:182) a questionar “é possível continuar a escritura do ‘livro da história nacional’ com protagonistas tão controversos, com instituições que haviam cumprido ao mesmo tempo o papel de repressora e realizadora de anseios nacionais históricos?”.

A relação ditadura militar/Guerra das Malvinas é analisada por veteranos e membros da Comisión de Familiares de Caídos en Malvinas e Atlántico Sur. Para o ex-combatente Carrizo a guerra se resume em “um artigo, um substantivo e um adjetivo: A GRANDE TRAIÇÃO”, o motivo é que os militares argentinos, estando ligados aos norte-americanos, não estavam em posição de ter uma atitude patriótica de defesa da soberania do país e por isso “foram cúmplices de uma traição muito grande para nosso povo. Que se manifestou nisto que eu te comentei recente: o avanço do militarismo britânico, o avanço das políticas para a região Sul e os bens que tem a região Sul [...] não foi uma guerra pensada para salvar o país de algo, senão pelo contrário, foi uma guerra pensada para destruir ao país”. Ou seja, o empreendimento da guerra pelos militares foi uma estratégia para abrir caminho para os britânicos consolidarem sua presença no Atlântico Sul através de Malvinas.

O veterano ressalta que não foi uma decisão inteligente, mas que causou humilhação e muita dor nos argentinos, porém, todos estão convencidos de que as Malvinas são argentinas “Por aqui uns podem ser do Boca, uns podem ser do River, uns podem ser peronistas, uns podem ser de esquerda, uns podem ser de qualquer partido político, porém, há um acordo e básico, é que as Malvinas são

argentinas. [...] e também tem dito a última Assembleia das Nações Unidas. Os únicos que dizem que as Malvinas são deles são o Reino Unido e os Estados Unidos, que muitas vezes se abstém”. O fato de a guerra ter sido iniciada por um governo da ditadura militar marca fortemente Carrizo, por ter vivenciado de perto as consequências do regime ao ter participado - junto a amigos, alguns posteriormente desaparecidos - na luta contra o governo e, por isso, já no momento da sua convocação questionou a legitimidade da ação por esta ser empreendida dentro de tal regime:

Era mais politizado que... todos os que tínhamos prorroga e eu já havíamos feito a experiência universitária, tínhamos mais consciência. Conhecíamos o que havia feito a ditadura, porque a havíamos sofrido também na carne própria. [...] Uma das primeiras formas que tinha a ditadura, que havia feito desaparecer a muitos de teus amigos. Então, muitos de nossos companheiros se haviam clandestinizado. Muitos haviam exilados e outros estavam presos [...] Exilados fora e longe. A maioria havia ido do México a Europa. Não haviam caído em países próximos à Argentina, porque, também, Chile, ditadura, Brasil, ditadura, Uruguai, ditadura, Paraguai, ditadura, Bolívia, ditadura, Guatemala, ditadura. Ou seja, a América Latina não era um lugar seguro. E todos tinham acordos. [...] A ditadura proibiu a música, muitas canções que escutavam os jovens. A ditadura proibiu os encontros na rua, nas esquinas entre jovens. [...] A cidade de La Plata tem aproximadamente 7000 desaparecidos, porque está é uma cidade com uma característica, é uma cidade universitária.

Aldana (1988:40) converge com Carrizo ao defender que as Forças Armadas provocaram a derrota na guerra e explica que o manifesto Palavra Socialista de 20 de junho de 1982 considerou que o 2 de abril teria sido o início de uma ruptura com o imperialismo e que isso não ocorreu devido aos fortes laços do governo militar e da burguesia argentina com os países com os quais lutavam “É que tanto a burguesia, como sua ditadura, sabem que uma ruptura, uma luta a fundo contra o imperialismo mundial, exige em última instância a mobilização revolucionária das massas para enfrentá-los. E isso lhes causa terror, pânico”, ou seja, os militares preferiram a derrota, do que a mobilização de seu povo e de outros povos latino-americanos, o que colocaria seu poder em perigo. Por isso, conclui o manifesto socialista, a melhor maneira de lutar contra o imperialismo seria a instauração de um governo trabalhador e popular, que por sua condição se colocaria contra a dominação dos países hegemônicos. As colocações do autor (1988),

baseadas em inscritos de movimentos socialistas na Argentina, acabam, ao final, remetendo ao que defende o socialista Rozitchner (2005), que apesar de divergir do grupo por se posicionar, desde o princípio, contra a guerra, corrobora com estes ao ressaltar que está seria uma luta para um governo dentro de outro regime político.

Alonso, também, ressalta o fato da guerra ter sido empreendida por um governo da ditadura militar para explicar sua posição contrária ao empreendimento: “Fomos as últimas vítimas coletivas de uma decisão da ditadura militar. [...] Te mandam a Malvinas e te mandam a morte”. Para Alonso, basta imaginar se ao invés dos britânicos tivessem sido os argentinos a vencerem o conflito: “E sempre me faço esta pergunta: imagina hipotético caso, que os britânicos se houvessem retirado, a que pertenceriam essas ilhas? Não sei se me entende. A que projeto? A que modelo? Ao modelo de uma ditadura. Por isso, havia uma questão já de erro de origem na decisão. [...] Era um governo ditatorial de fato, e alienado e orientado a interesses estrangeiros”. Segundo o veterano, o conflito nas Malvinas foi, portanto, um ato irresponsável do governo da Ditadura, um

governo de fato, que não havia respeitado a soberania de nosso povo. Que se havia apropriado do poder de forma irregular por golpe de Estado. Um governo que não havia respeitado aos trabalhadores, aos estudantes, que havia desenvolvido toda uma política repressiva de desaparecimento. Um governo que em políticas sociais e econômicas não havia respeitado a soberania de nosso país. Haviam vendido tudo. [...] E uma Forças Armadas que não estavam com uma doutrina de Defesa Nacional, senão a Doutrina da Seguridade Nacional, que haviam sido aliadas aos Estados Unidos e, também, dos países centrais. O golpe de Estado e a aplicação do plano econômico eram a favor das multinacionais, do imperialismo. Na própria guerra, nesse momento se seguia pagando dívida externa aos britânicos. [...] se apropriam de uma causa nacional e popular como a que é Malvinas, porque estava muito atingida a ditadura pelo protesto social, porque se sabia tudo o que estava passando em questões de direitos humanos [...].

Das citações de Alonso podemos destacar alguns pontos importantes: para o ex-combatente a guerra não deveria ter ocorrido por ser uma ação de um governo da ditadura militar acusados de atos de repressão e violação dos direitos humanos, além da incoerência de ter partido de um governo que se

posicionou como aliado de países hegemônicos, cujas intenções “imperialistas” eram responsáveis pelo domínio das Malvinas. As questões levantadas por Alonso apresentam dois dos principais questionamentos do CECIM: as relações ditadura militar/Guerra das Malvinas e ditadura militar/Países hegemônicos “imperialistas”, o que torna a guerra, para eles, uma incoerência, já que é resultado de uma ação de um governo ilegítimo e repressor e se trata de um evento entre aliados Argentina/Grã-Bretanha/Estados Unidos, aspectos que intensificaram a revolta de grupos de veteranos no pós-guerra, já que eles, os soldados, foram levados a uma guerra dentro desse contexto carregado de contradições.

A ideia de que a guerra se processou dentro de um esquema imperialista e colonialista dos países hegemônicos é defendida por Rozitchner (2005:102-103), ao ressaltar que a Argentina tinha no governo um ‘inimigo’ plenamente vinculado com esses grupos “[...] o inimigo principal, o Exército Argentino de ocupação, formava sistema com o inimigo exterior. Não há distinção”, ou seja, “mostrar que todo o país estava ocupado já desde faz muito tempo atrás, e por Inglaterra, e por Estados Unidos, porque a única força armada que nos apresentava estava entregando este país ocupado aos interesses do imperialismo anglo-norte-americano”.

Fernando Pablo Cangiano (2012:32), apesar de considerar a guerra legítima, converge com Rozitchner (2005) ao ressaltar que o grande paradoxo a respeito de Malvinas consiste no fato de que a ditadura enfrentou grandes potências mundiais que ela própria havia servido até o dia 2 de abril, já que gozaram do apoio dos Estados Unidos no marco da guerra fria e seu programa econômico era voltado para o sistema financeiro internacional ditado por essas grandes potências. Para o autor (2012:32), a relação da guerra com a ditadura deu força às críticas dos inimigos da causa Malvinas “Desse modo, o ato da recuperação das ilhas caía impugnado pelo justo repúdio da ditadura por seus crimes anteriores a Malvinas”, se tornando uma manobra dos progressistas e da esquerda argentina que haviam apoiado a recuperação das ilhas em 1982, mas que parecem acometidos pelo arrependimento, sendo que, hoje, os poucos intelectuais que se colocaram contra a ação é que são considerados lúcidos e visionários pensadores.

Cangiano (2012:30), portanto, opõe-se a ideia da guerra como uma “aventura irresponsável e criminosa”¹¹² da ditadura militar e ressalta que os grupos que defendem tal visão da guerra “afirmavam explícita e implicitamente a necessidade de dar a volta na página da guerra e recompor aceleradamente as relações com os países centrais, pois desse modo era garantido nosso pertencimento ‘ao mundo’ civilizado”, uma interpretação que apresenta o país sendo conduzido a uma guerra por um general bêbado que queria se manter para sempre no poder. Nesse sentido, para o autor (2012), a morte de mil argentinos careceu de significado, sendo que os responsáveis por elas não foram os ingleses, mas os próprios argentinos que desafiaram o império, o que seria uma tentativa de desestoricizar o conflito e que só favoreceu a propaganda inglesa que defendia que a guerra foi o enfrentamento da democracia inglesa contra a ditadura argentina¹¹³.

Ao questionar o general Fernández sobre a existência de grupos que defendem que a guerra foi um ato irresponsável do governo da ditadura militar, ele responde que tal posição é motivada por interesses materiais

Muita gente, através desse discurso, obtém recursos, os grupos que os reivindicam. Quer dizer, lhes entra dinheiro no bolso. E depois há um interesse ideológico, porque há setores dentro desses grupos que pretendem destruir o prestígio das Forças Armadas, além da ditadura ou nenhuma ditadura. [...] Há gente assim, que cada vez que há um desfile ou um ato vai a rua e salda aos seus soldados, há gente que não lhes pode ver. Há gente que não gosta dos soldados, que não gosta da bandeira, há gente que não gosta das Forças Armadas e associam aos soldados de ontem, de hoje e de amanhã, e talvez os heróis da independência, as associações com posturas que a eles não lhes caem bem por sua ideologia. Seja o que seja. Desde a anarquia até à esquerda ou o setor que pertence. Nisso eu entendo e respeito todos, o que queira pensar, que pense como

¹¹²Segundo Cangiano (2012), desde os primeiros anos pós-guerra duas narrções lutaram ferozmente para impor sua interpretação sobre o conflito: por um lado, a que ver a Guerra das Malvinas como uma ação patriótica, por outro, a que a qualifica como uma aventura irresponsável do governo militar, uma batalha de ideias que tem por trás interesses sociais e nacionais antagônicos. Os que optaram pela ideia de ato patriótico deram, segundo o autor (2012), a conotação de gesta (façanha), vendo a ocupação das Malvinas como uma tarefa pendente que unifica a maioria no país “estabeleciam uma continuidade histórica entre as batalhas emancipatórias do século XIX e a reafirmação da soberania argentina no Atlântico Sur”, uma interpretação cuja consequência era a ideia de que “era necessário honrar o sangue derramado, continuando a luta por outros meios”, sendo que tendo sido derrotados no plano militar, agora era necessário traçar os rumos de uma soberania econômica, política e cultural “os defensores dessa posição, com a excessão dos setores civis e militares antidemocráticos, de tradição nacionalista católica, propunham tender ações para os países da América Latina, aliados durante a guerra, e tomar distância das grandes potências agressoras. Malvinas eram uma causa da Pátria Grande”.

¹¹³De acordo com Cangiano (2012), tal propaganda saiu vitoriosa nos primeiros anos pós-guerra, aproveitando o grande repúdio que os argentinos tinham pela ditadura militar naquele momento.

queira. [...] Isto não significa endossar os governos militares e as ditaduras. São duas coisas distintas. Eu defendo a meu Exército, defendo a meu país através do Exército. Creio que o regime de vida de um país civilizado é a democracia e pela liberdade e democracia sempre temos lutado. Não por outra forma”.

Fernández, portanto, em sua posição de membro do Exército, nega a guerra como sendo um ato de irresponsabilidade do governo das Forças Armadas e ressalta em sua fala que a defesa desse pensamento está vinculada há dois objetivos: o primeiro financeiro, o segundo ideológico, no sentido de desprestigiar as Forças Armadas “Há gente que não gosta de soldados, que não gosta da bandeira, que não gosta das Forças Armadas e associam aos soldados de ontem, de hoje e de amanhã, e talvez os heróis da independência, as associações com posturas que a eles não lhes caem bem”. O trecho remete a ideia de uma postura anti-patriótica “não gostam da bandeira” e a referência de estar incluído entre esses soldados desprestigiados “os heróis da independência”, principais símbolos do nacionalismo argentino. Fernández conclui defendendo a necessidade de esses grupos distinguirem um governo da ditadura com o Exército e ressaltando que para ele o regime ideal é a democracia. Nesse trecho, destacamos a dicotomia Ditadura/Democracia, que estará presente em vários trechos das falas de Fernández, ao defender a legitimidade da guerra que para ele independe do regime de governo que a empreende, sendo que para o CECIM, ao contrário, tal dicotomia é determinante na configuração da guerra como ilegítima.

O tenente-coronel Yorio, também, ressalta a possibilidade de interesses financeiros quando questionado sobre grupos que defendem a guerra como um ato irresponsável do governo da ditadura militar, no sentido de estarem recebendo para tomarem tais posições: “Lamentavelmente se tem visto que não há um âmbito que se salve da corrupção no mundo. Assim, que até pode ser que os paguem para que digam isso”. Portanto, para Yorio, os interesses de países hegemônicos nesses pensamentos podem levá-los a angariar “apoio” interno na Argentina, através da compensação financeira:

Sabemos que há por todos os lados interesses econômicos que subvenciona a gente, grupos, organizações, para que hajam de acordo com o que lhes convém. Lhes pagam uma quantidade, uma soma de dinheiro importante. Ou lhes dão subornos ou vai saber. Não sei. [...] Às potências dominantes não lhes convém que surjam

outras potências. Não lhes convêm que Brasil surja como potência, que Argentina surja como potência, que América Latina surja como potência. Neste momento há uma grande aliança latino-americana que não convêm potências atuais.

Yorio defende que a Argentina foi colocada dentro de uma situação em que a guerra se tornou inevitável “Sigo insistindo no que disse antes. Penso que os EUA e a Inglaterra necessitavam das ilhas Malvinas e por isso fizeram todo o demais para poder conquistá-la. Quer dizer, o governo argentino.....um ato irresponsável....bem penso que pode havê-lo freado, estudando a história era quase impossível freia-lo”. Isso porque, segundo o veterano, o conflito já estava nos planos de britânicos e norte-americanos:

Alexander Haig cumpria com os interesses norte-americanos que coincidiam com as necessidades inglesas, quer dizer, esse homem ia levar à guerra em toda situação. E quando esteve a ponto de chegar-se a um acordo de paz, Margaret Thatcher ordenou afundar o General Belgrano. Não importava onde estivesse. Ela necessitava de um ato bélico determinante para que a guerra se produzisse. [...] Porque a proposta de paz era que em Malvinas flamejasse a bandeira argentina e a bandeira da Inglaterra, ia ser um governo compartilhado. E eles necessitavam que fosse um governo deles. Assim, que eu diria, um ato irresponsável não. Em realidade, o levaram, o conduziram quase inexoravelmente à guerra. [...] Eu em definitivo não creio que haja sido irresponsável, senão, que foi até obrigado pelas circunstâncias externas e também internas”.

Analisando os depoimentos dos militares identificamos que tanto Fernandes, quanto Yorio negam a ideia da guerra como uma irresponsabilidade do governo argentino da Junta Militar e ressaltam acreditarem que os grupos que defendem esse pensamento estão a receber vantagens financeiras dos países interessados em tais discursos. Fernández coloca, também, outro ponto que segundo ele é do campo ideológico: a aversão de tais grupos às Forças Armadas¹¹⁴.

¹¹⁴Ao ressaltar, em vários momentos da entrevista, sobre o interesse ideológico de determinados grupos de desprestigiar as Forças Armadas, o general Sergio Fernández apresenta um debate que continua atual na Argentina. Segundo Luis Vasquéz (2015), ao defender as Forças Armadas Argentinas, são vários os motivos para o desprestígio popular e para o enfraquecimento da instituição no país: o fracasso da ideia de Reorganização Nacional, empreendida no golpe de 76, que acabou com a crença de alguns setores da sociedade de que as Forças Armadas pudessem reordenar o Estado; as consequências da chamada luta antissubversiva; a desmalvinização que prega a ideia de que as guerras pela soberania nacional são desnecessárias “coisa que o imperialismo utilizou contra nós em mais de uma vez” e a crença que o Exército Argentino esteja enfraquecido, sem armamentos e sem capacidade de combate. Conforme Vasquéz (2015) o Tratado de Madri de 1990, assinado por Menem em acordo com o governo britânico, limitou o Exército a apenas 50 mil efetivos e limitou a Marinha no

César Trejo, da Comisión de Familiares de Caídos en Malvinas e Atlántico Sur, também, defende que a ideia da guerra apenas como um ato de irresponsabilidade da ditadura militar converge com os objetivos dos países ditos “imperialistas “É evidente que consciente ou inconscientemente são instrumentos do império”. Para ele o interesse desses grupos é a “derrota espiritual dos argentinos, e a derrota espiritual dos argentinos tem haver com a hegemonia do status quo imperial. Direta, consciente ou inconscientemente, o interesse é a derrota espiritual do povo argentino”. O veterano ressalta que a irresponsabilidade está é no ato de defender tal pensamento:

O ato irresponsável é adotar pensamentos e ações ditadas por outros sem que proceda da própria sociedade. E isso cabe aos militares da ditadura, como cabe aos civis da democracia. [...] Quando alguém não tem um projeto próprio, pessoal, vem outro e lhe põem um projeto. [...] Quando alguém não tem projeto e principalmente em política. A política diz que odeia o vazio. Quando alguém não tem projeto, seguro que alguém vai e põem o projeto. E geralmente os débeis não sabem qual é seu projeto. Países, as comunidades débeis não sabem qual é seu projeto. Não sabem onde ir. [...] Quando ocorre isso, seguramente o poderoso, o que sabe onde vai, o que pensa por nós, vai com seu projeto. Isto é assim. Eu creio que o pior pecado, não somente porque sempre se fala da ditadura argentina desde a metodologia repressiva, como assassinatos, como sequestros, como torturas, como mataram, porém, em realidade, eu creio que a característica distintiva principal da ditadura argentina desse momento é que não tinha projeto próprio. Até o sistema repressivo foi a aplicação de manuais que lhes ditaram nos Estados Unidos. [...] E nisso não se diferenciam muito de muitos civis, ou políticos pseudo-democratas, porque seguem fazendo ou fazem o que querem os impérios. Porque não tem projeto próprio e aceita o projeto dos demais. Eu creio que o que tem que fazer uma comunidade é fixar seus próprios objetivos, suas próprias estratégias e fixar seu próprio destino. Onde quero ir. [...] Em toda América do Sul houveram milhares de pessoas que se inscreveram para lutar com a Argentina. E isso não era um ato irresponsável. [...] A irresponsabilidade dos militares foi que quando essa solidariedade latino-americana se expressou, não haviam dado lugar. Porque que houvera passado se houvessem mortos caídos equatorianos, venezuelanos, peruanos, bolivianos, uruguaios, panamenhos, mexicanos em Malvinas pela recuperação? Que houvera passado? Era a guerra contra a América?. [...] A irresponsabilidade foi avançar sem saber onde ir e depois quando a guerra ocorreu, não saber que fazer ”.

patrulhamento do mar argentino, o que, segundo o autor (2015), só serve aos interesses externos, deixando o país sem a possibilidade de se defender.

Na citação de Trejo podemos identificar vários elementos a respeito de sua posição sobre a relação da ditadura e da guerra. Primeiramente, Trejo sustenta que os grupos que apresentam um discurso da guerra como ato irresponsável estão, conscientemente ou não, trabalhando para um objetivo que são dos “impérios”, em um processo de derrota espiritual dos argentinos ao ter a guerra “justa” contra estes países deslegitimada. Posteriormente, ele atribui tal quadro a falta de um projeto tanto dos militares no governo, que por não ter um projeto de governo próprio adotou o que lhes ditavam a cartilha de países como os Estados Unidos, como da população civil que adota tal discurso que deslegitima sua luta: “Porque não tem projeto próprio e aceita o projeto dos demais”.

Trejo conclui, defendendo que a irresponsabilidade dos militares diante da Guerra das Malvinas foi de não ter aproveitado a solidariedade latino-americana “Porque que houvera passado se houvessem mortos caídos equatorianos, venezuelanos, peruanos, bolivianos, uruguaios, panamenhos, mexicanos em Malvinas, pela recuperação?”. Tal iniciativa das Forças Armadas teria transformado a proporção da guerra, que colocaria britânicos enfrentando a América, o que mudaria o desfecho do conflito, portanto “A irresponsabilidade foi avançar sem saber onde ir e depois quando a guerra ocorreu, não saber que fazer”. Nesse sentido, para Trejo, a guerra foi legítima, mas os militares pecaram em seu desenvolvimento, assim como tem pecado aqueles que “tentam deslegitimá-la” através dos seus discursos.

Para César Trejo é comum os países hegemônicos plantarem ideologias que desmobilizam os países oprimidos na luta contra a opressão impostas por tais nações

Os direitos humanos que parecem uma visão avançada, em realidade é uma visão retrograda. [...] E agora nos querem retornar aos direitos dos indivíduos. E não há indivíduos separados socialmente. Então, depois dos direitos humanos, torna, também, a ideologia. E também como temos visto, torna ideologia de dominação. Por quê? Quem é o abandeirado dos direitos humanos? Estados Unidos. Estados Unidos invade Iran pela defesa dos direitos humanos, invade Afeganistão pela defesa dos direitos humanos, invade Líbia pela defesa dos direitos humanos. [...] Agora em sua casa não os aplica com os negros. Os policiais brancos matam todos os dias negros nas ruas de Ohio, de grande parte das cidades norte-americanas. [...] Então com a desculpa do tema dos direitos humanos, dos soldados, porque não olhamos os direitos humanos dos 323 heróis do Cruzeiro General Belgrano que foram assassinados por uma ordem de Margaret Thatcher?, porque deliberadamente, com o afundamento do Belgrano, afundava

definitivamente as possibilidades de paz, ou de uma negociação. [...] E que com os direitos humanos se julgam os países débeis e nunca os países poderosos. Quem vão julgar? Julgamos a Videla, Massera, Agosti e esses assassinos. Bem feito. Porém, quem julga Henry Kissinger, que foi o autor da Doutrina da Segurança Nacional? Alguém vai julgar aos verdadeiros ideólogos da DSN? [...] Agora se somos conscientes disso, então temos que tomar distância desses sistemas ideológicos que o único que fazem é não deixarmos ver a realidade e sermos instrumento da opressão e não da libertação.

As colocações de Trejo sobre o papel dos países hegemônicos difundindo ideologias que são desmobilizadoras e tornando os oprimidos instrumentos da opressão são defendidas por Cangiano (2012:36) ao questionar “a que classe de pacifismo nos falam esses países que apenas perdem seus domínios coloniais se lançam a uma descomunal ação militar para recuperá-los?. Já Hector Rossi, questionado se concordava da guerra como ato irresponsável, responde “Sim, porém, isso se sabe com os anos. No momento você não pode dar conta. Por isso, te volto a dizer, no transcorrer dos anos, quando alguém já é mais adulto, mais de 30-40 anos, ali, sobretudo, se alguém se encontra com um companheiro que está na mesma situação, que esteve no lugar parecido, vivendo as vivências parecidas, quando nos juntamos aqui, ali tomamos consciência do que havíamos feito. A real dimensão do que fizemos”.

Delmira de Cao, da Comisión de Familiares de Caídos en Malvinas e Atlántico Sur, aborda o tema ressaltando “que foi uma guerra que não deveria haver acontecido, porém, não nos esquecemos que o povo argentino apoiou a Guerra das Malvinas. Não nos esquecemos. [...] Estou certa que melhor não houvera ocorrido. Eu não estou de acordo com a ditadura militar que fez a guerra, porém, não vamos dizer que são os pobres meninos da guerra”. Diante do questionamento da guerra como irresponsabilidade de um governo da ditadura, Delmira justifica que não, argumentando sob dois aspectos, apesar de sua oposição contrária ao sistema ditatorial, a guerra foi responsabilidade principalmente do povo que a apoiou e independente do governo, democrático ou militar, os conscritos estavam a cumprir uma missão que lhes era devida por sua posição.

Ao analisar as citações de Delmira, podemos identificar seu receio diante da possibilidade do discurso da irresponsabilidade do governo da Junta Militar deslegitimar a guerra. Tal deslegitimação poderia tirar o sentido do sacrifício do filho, que foi como voluntário e caiu durante o conflito, assim como dos filhos

dos pais membros da Comisión. Tanto Delmira quanto Trejo ressaltam o apoio popular a guerra, ao serem questionados sobre as responsabilidades dos militares. A responsabilização popular tira o peso de tal empreendimento das mãos das Forças Armadas e, assim, enfraquecem os questionamentos quanto à legitimidade do conflito. Rozitchner (2005:102) diverge da posição dos membros da Comisión de Familiares no que diz respeito à responsabilização popular pela guerra e resalta que a decisão de começar a guerra já estava tomada quando os argentinos mostraram apoio “[...] não era uma ‘guerra popular’: para sê-lo, o povo argentino houvera poder optar”.

Para Rozitchner (2005:8-9), a irresponsabilidade da população está em ter apoiado depois da tomada das ilhas e o impensável é o apoio, também, de grupos de intelectuais e de membros de partidos de esquerda, que devido suas posições não se justifica participarem de um evento que ele definiu como “delírio coletivo” e “incoerência alucinada”

qué podemos culpar a maioria de uma população aterrada em sua torpe deriva, se temos presente que quase a totalidade do pensamento crítico, função que delimita e abarca o campo político e ideológico que chamamos “de esquerda”, também alentou e apoiou politicamente essa fantasia sinistra do devocionário das Forças Armadas, quando subitamente decidiram “salvar à pátria” recuperando a soberania nas ilhas rochosas do Atlântico Sul, se estavam a aniquilar – assassinato, tortura, violação, roubo – toda resistência da soberania dos corpos e da terra que previamente haviam arrasado?.

Rozitchner (2005:90) defende, portanto, que a luta pela soberania das ilhas não justifica ignorar a ausência de tal soberania dentro de seu próprio país: “Cruzado de uma reivindicação justa, nos aliamos com qualquer poder, como se o ‘justo’ não tem que criar, na luta política, as condições materiais e morais para aspirar impor-se como real”. Para Lorenz (2012:319), a operação simbólica relacionada com Malvinas foi exatamente a que advertia Rozitchner: “desde os setores progressista, nacionalista e reacionário, a ênfase estava no caráter patriótico da guerra, independentemente do contexto em que ela havia produzido”, porém, para o autor (2012:319), esse aspecto do conflito não justifica o processo conceitual de “pintar de uma maneira simplista a guerra como um resquício do santuário patriótico, restringindo-a meramente a uma manobra da ditadura, e despojando-a de todas suas arestas polêmicas e potencialmente libertadoras”, mas resalta compreender que esta

posição de outros intelectuais a respeito da guerra tem como objetivo garantir que “tanto a ditadura como um nacionalismo nocivo não reviveriam”.

A recusa em aceitar alguma legitimidade na guerra é um dos pontos que caracteriza as obras de León Rozitchner sobre o tema. Para o autor (2005:15) a relação ditadura militar/ Guerra das Malvinas torna a participação argentina no conflito bélico inaceitável, já que se trata de uma guerra que ele coloca como perdida desde o princípio, ao ser iniciada por um regime opressor “Então, sejamos claros: não havia nenhuma possibilidade de vencer nesta guerra, nem ‘recuperar’ nenhuma ilha contra nossos inimigos externos, até não termos recuperado previamente nosso próprio território nacional de nosso inimigo principal: as forças armadas de ocupação”, ou seja, “[...] Os militares argentinos haviam perdido essa guerra desde antes: desde que tomaram o poder”. Para o autor (2005), a grande incoerência está em se comprar a ideia, inclusive pela esquerda, de que o problema primeiro naquele momento, aquele urgente de ser solucionado seria a conquista das Malvinas e não a recuperação do seu próprio território argentino dominado pelas Forças Armadas.

A “incompreensão” do intelectual socialista é compartilhada, também, por Rosana Guber (2012:111-112), ao concluir que após o anúncio da derrota, o ambiente repressor retorna com a mesma força, “Pouco depois de escutar o eufemismo com o qual o presidente anunciava a rendição – ‘cessar fogo’, ‘evacuação das tropas’ -, a gente voltou a respirar gases lacrimogênicos e a experimentar o impacto dos cassetetes policiais, o grito de ‘traidores’ e ‘Galtieri, bêbado, mataste aos meninos’”. A autora (2012:112) acredita que a relação ditadura militar/ Guerra das Malvinas foi responsável por levar o tema Malvinas em um cone de sombra e silêncio, que para alguns se tratava de esquecimento, onde a demanda da soberania passou a ser relacionada com a guerra trazendo um tom de vergonha e crítica, ao relacionar o tema com as mesmas matrizes com que se tratava os ditadores “Como resultado, Malvinas começou a aparecer, se aparecia, como objeto do maior estranhamento, enviando a única guerra argentina do século XX ao mundo da irracionalidade”. Uma incompreensão justificada pelas frustrações diante da condução da guerra e da derrota e a sua relação com a ditadura, que marcaram o pós-guerra e construíram um pensamento anti-Malvinas e anti-militar. Assim como Lorenz (2013), Guber (2012:115) acredita que apesar da relação ditadura e guerra, o

conflito nas Malvinas precisa ser pensado de uma forma mais problematizadora, e não somente reduzido a mero ato irresponsável de um governo militar:

os argentinos (incluindo aqui a políticos, militares, gremialistas e população em geral ou agrupadas em suas organizações) se viram expostos, com sentidos experienciais sumariamente contraditórios, às versões dominantes que ‘recordavam’ ‘Malvinas’ como um fiasco e uma loucura irresponsável, isto é, como um passado nefasto que somente convida ao terror, jamais à compreensão [...] não haver elaborado uma política da memória sobre a única guerra argentina do século, isto é, descartá-la como sem razão, redundou em sua emergência agitada e intempestiva, frequentemente em aparência ‘irracional’, ainda por parte daqueles que chegaram a representar a firmeza moral ante a maré patriótica.

Los chicos de la guerra (1984), converge com a ideia da guerra como irresponsabilidade do governo militar, pois foi produzido no contexto da transição para a democracia e, portanto, próximo de um regime que a sociedade desejava não mais experimentar. O principal tema da narrativa fílmica é a relação ditadura militar/Guerra das Malvinas, cujas representações dos atos de extrema violência, funcionam como uma forma de distanciar a hipótese de poderem vivenciar tal experiência política novamente. A ditadura militar é apresentada durante todas as fases das vidas dos protagonistas, na doutrinação nacionalista e patriótica na escola do personagem Fábian; nos discursos da professora na sala de aula e do diretor no pátio da escola; no controle e disciplina escolar característicos do regime e nas abordagens policiais na rua, acompanhadas pela usual repressão e violência sob uma juventude considerada “perigosa” para o regime.

Portanto, a análise da narrativa de *Los chicos de la guerra* (1984) nos mostra que o fio condutor da trama é a ditadura militar e não propriamente a Guerra das Malvinas, que aparece como mais uma das ações arbitrárias do governo da Junta Militar. Essa opção narrativa do diretor Bebe Kamin faz de sua obra mais um trabalho de questionamento da legitimidade da guerra, enquadrando-a como um ato de irresponsabilidade e autoritarismo da ditadura, caracterizada pela repressão em todas as instâncias da vida social. Ao subir os créditos no desfecho da narrativa fílmica fica a impressão de que a destrutiva e nociva foi a decisão da guerra para a vida daqueles jovens soldados civis enviados para o front.

Já *Iluminados por el fuego* (2005), produzido dentro de um contexto histórico diferente da obra de Kamin, não se mostra mais tão vinculado ao tema ditadura militar e apresenta outros questionamentos a respeito da guerra, mais relacionados com os discursos do kirchnerismo, que voltava a reivindicar de forma enfática a soberania das ilhas. Apesar de, também, apresentar o frio, a fome e os abusos cometidos por superiores, a obra de Kamin apresenta, também, trechos de como se deu o confronto entre combatentes argentinos e ingleses no front de guerra. O público, pela primeira vez, é colocado em contato com a grandiosidade desse embate e com as imagens dos jovens argentinos buscando superar sua desvantagem bélica através de atos de coragem e companheirismo. A guerra continua sendo um ato de irresponsabilidade na obra de Bauer, assim como na de Kamin, porém são dois olhares que se diferem, principalmente, em um ponto: o peso que cada um dá ao vínculo ditadura militar/Guerra das Malvinas.

Tais discussões sobre a legitimidade da guerra, se foi necessária ou não, responsabilidades e irresponsabilidades no seu empreendimento levaram ao surgimento dos dois termos, desmalvinização e malvinização, que têm caracterizado o tema Guerra das Malvinas e tornado o debate ainda mais complexo e controverso.

4.2 O debate sobre desmalvinização e malvinização

As principais discussões sobre as construções de memórias sobre a Guerra das Malvinas levaram ao surgimento dos termos desmalvinização e malvinização. Dois termos, cuja definição de seus significados é uma tarefa extremamente complexa. Para os diferentes grupos que participam do embate sobre a melhor forma de lembrar Malvinas, os conceitos têm significados diferentes e, às vezes, até mesmo contrários.

Francisco Pestanha (2012: 24) explica que quem aborda as consequências históricas, políticas e sociológicas da batalha pelas Malvinas, tem que reconhecer que um dos temas mais interessantes que recaiu sobre o conflito é o dispositivo que a literatura política chama de desmalvinização. De acordo com o

autor (2012:24), a ideia de desmalvinização é atribuída ao intelectual francês Alain Rouquié, que em uma entrevista para Osvaldo Soriano da Revista Humor, em 1983, manifestou que quem pretende evitar que os militares voltem ao poder tinha que se dedicar a desmalvinizar a Argentina: “Isto é muito importante: desmalvinizar, porque para os militares as Malvinas serão sempre a oportunidade de recordar sua existência, sua função, e um dia, de reabilitar-se. Tentaram fazer esquecer a guerra suja contra a subversão e vão fazer saber que eles tiveram uma função evidente e manifesta que é da defesa da soberania nacional”.

Rouquié entendia que a fim de impedir o regresso das Forças Armadas ao poder e sua reabilitação, era preciso abrir mão de qualquer reivindicação da “causa Malvinas”, o que é questionado por Pestanha (2012:25), que ressalta haverem intelectuais que defendem que a desmalvinização não teve como objetivo principal evitar a volta dos militares, mas organizar as bases para o reestabelecimento das relações bilaterais entre Argentina e Grã-Bretanha “instituinto, posteriormente, um novo engajamento econômico-financeiro que certos ensaístas descrevem em termos jaurecheanos, como ‘o novo estatuto legal do colonialismo’”. Conforme o autor (2012:25-26) existe a possibilidade de que a ideia de desmalvinizar começou antes da declaração de Rouquié, ainda durante o conflito, quando os militares perceberam que seria impossível a vitória e começaram a empreender manobras “Certas datas históricas permitem assegurar essa posição; entre outras, a manobra montada para evitar que os soldados que regressaram do arquipélago tomassem contato com a população. Episódios como o de Puerto Madryn, onde uma multidão conseguiu romper o rigoroso cerco que pretendia impedir o contato dos veteranos com a multidão, dão conta precisa deles”, sendo que essa ação faria parte de um “conjunto de ações impulsionadas desde o poder militar, político, econômico e simbólico durante o período pós-guerra, tendentes a marginalizar nossa memória coletiva do conflito bélico acontecido em 1982”¹¹⁵.

Quando se restabeleceu os acordos entre Argentina e Grã-Bretanha, como o Tratado de Madri de fevereiro de 1990 e o de Promoção e proteção

¹¹⁵Para o autor (2007:65) “Desmalvinizar foi e é sentirmos inferiores, humilhados, desarmados espiritualmente. É voltar a crer que somos incapazes de protagonizar grandes causas nacionais. É não crer sermos capazes de resolver os problemas argentinos com nossa própria capacidade material e intelectual. Desmalvinizar é repetir, como própria, a versão do inimigo sobre Malvinas. Desmalvinizar é aceitar e repetir que foi Argentina a que iniciou uma ‘aventura bélica’, quer dizer, ‘a invasão e a guerra’ esquecendo que a origem do problema se iniciou em 1833 quando a pirataria inglesa invadiu nossas ilhas e desconhecer o interesse geopolítico atual da Grã-Bretanha e Estados Unidos de criar uma fortaleza militar no Atlântico Sul”.

de invasões, de setembro de 1990, sob a condução do chanceler Domingos Cavallo, posteriormente ministro da Economia, a desmalvinização, para Pestanha (2012), passou a constituir um dispositivo dentro de uma estratégia maior que era preparar o campo para a reconstrução do intercâmbio bilateral entre os estados, tendo como principais objetivos:

Instalar a ideia de guerra como um episódio isolado, descontextualizado de seus antecedentes históricos; instalar a ideia de que se tratou de uma confrontação entre democracia (inglesa) e a ditadura (argentina); impor no inconsciente coletivo o fatalismo da impotência nacional frente às agressões coloniais; categorizar com diversos rótulos; instalar a ideia da guerra como um episódio isolado, menosprezando aos veteranos (desde “louquinhos” até “vítimas”).

Guillermo Levy (2012:98) acredita que depois da guerra, a memória coletiva na Argentina passou a ver a causa apenas como um produto de general bêbado, para subsistir em um governo em decadência “O fervor malvinero passou a ser uma recordação vergonhosa de uma adesão que se queria esquecer” e a maior prova disso é o retorno dos soldados em absoluta solidão e seu posterior abandono, um reflexo de como Malvinas foi perdendo a relevância, processo que se acentuou com os anos da recuperação democrática “nossos dirigentes políticos e nossos intelectuais aceitaram majoritariamente a política da desmalvinização”, já que Malvinas estavam reclusas ao legado da ditadura militar. Levy (2012) ressalta que a desmalvinização tirou o tema Malvinas da educação escolar, da agenda política e ao desaparecer da agenda política, desapareceu, também, com questões vinculadas ao colonialismo e a defesa do patrimônio nacional e dos recursos naturais.

O processo da desmalvinização na história política argentina é analisado, também, por Elizabeth Hudepohl (2007) que argumenta que o governo militar iniciou o processo, o governo de Alfonsín intensificou e Menem completou com o Tratado de Madri e o Tratado de Londres, sendo este a “rendição incondicional ante a potência ocupante”. Ela (2007:191) destaca o que acredita serem os principais procedimentos da desmalvinização: “ocultamento e silêncio ao regresso dos soldados¹¹⁶, passando pela indiferença estatal, a desmemorização, a confusão, a

¹¹⁶Hudepohl (2007:213) ressalta que os meios de comunicação de massa na Argentina tiveram um papel importante na desmalvinização devido a falta de autocritica por sua atuação durante o conflito, que redundou em omissão com os problemas do pós-guerra “isto caiu demonstrado com a quase nula participação e a falta de espaço que tiveram e tem, atualmente, os veteranos nos meios de comunicação de massa”. Ela (2007:219) defende, também, que dentro dos conteúdos educativos

culpabilização de haver enfrentado ao invasor, até a desvalorização e falta de reconhecimento daqueles homens que deram tudo para defender sua pátria” e sugere a abordagem do tema de forma mais problemática considerando três variáveis: a política de desmalvinização, que trás uma noção negativa do conflito, os atores envolvidos, como Estado, meios de comunicação de massa, familiares de mortos nas Malvinas e os veteranos de guerra e a política pública na interação entre Estado e sociedade, o que seria um suporte nessa ausência discursiva sobre o conflito. A autora (2007:212-213) conclui que reduzir a recuperação das Malvinas a uma aventura da ditadura militar como fez Rouquié é omitir o protagonismo popular nesse empreendimento, negar a razão das reivindicações argentinas e ocultar os combatentes, os reduzindo a “meninos da guerra”, somente dignos de pena, processo que tem se debilitado devido a reação desses veteranos e dos familiares:

se pode pensar a desmalvinização como uma política de governo impulsionada em um primeiro momento, profundizada durante a transição democrática e logo debilitada por algumas medidas que tomaram os governos seguintes, graças à insistência e a constância das organizações de veteranos e familiares em reclamar o que lhes pertence. O fato deste debilitamento se deve absolutamente a presença destas organizações.

Tais organizações de veteranos e familiares empreenderam um processo de luta contra a desmalvinização, defendendo a malvinização do tema. Porém, os diferentes grupos têm diferentes interpretações sobre tais termos. César Trejo considera o conceito de desmalvinizar e malvinizar dinâmicos e polissêmicos “[...] Rouquié criou o neologismo em 1984 de desmalvinizar. Há formas que se supõem que são malvinizadoras que contêm conceitos desmalvinizadores”. Trejo ressalta:

Não é um tema que nós inventamos. O inventor é um politólogo francês que assessorou em todas as políticas de Estado em matéria de Defesa, de Cultura, de Educação, etc. O qual levou muitas vidas de ex-combatentes. Eu tive a oportunidade de dizer ao Dr. Alfonsín na cara. Eu lhe disse, “você me deve vários centos de companheiros mortos” e Alfonsín me perguntou porque e eu lhe disse. “Também, a Alain Rouquié”. Tive a oportunidade de dizer

prevalecem os discursos desmalvinizadores que reduzem a Gesta a decadência da ditadura militar “os jovens somente tem acesso a verdade histórica a partir de buscas pessoais ou grupais a margem do sistema cultural e educativo”.

lhe na cara “Você é o ideólogo do suicídio de vários companheiros”. Tenho tido a oportunidade de, a esses dois canalhas, dizer as coisas que pensava. Ainda agora a Alfonsín se reivindica como o pai da Democracia. Para mim, as pelotas. Não foi nenhum pai da democracia Alfonsín. Em todo caso, foi o pai da democracia ajoelhada. A democracia de submissão. A democracia do poder absoluto do Império sobre nós. Ele [Rouquié] queria dizer, ele em princípio argumenta, como ele era um especialista nas análises da presença militar na Argentina e na América Latina, ele dizia “se o governo argentino reivindica Malvinas, os militares vão reivindicar-se e tapar com essa ‘guerra limpa’, a ‘guerra suja’. E em consequência, vão seguir tendo um lugar demasiado preponderante na vida política argentina, que é o que há de acontecer”.

Para Trejo, a concepção de Rouquié se reduz a uma relação binária de democracia/ditadura, poder civil/poder militar, etc., e foi justamente a política que empreendeu nos primeiros momentos Alfonsín “E em realidade o que produziu foi a perda de sentido histórico, reduzindo uma experiência histórica que havia desatado forças imaginadas ainda para a própria ditadura, e reduzindo-a a um tema de conjuntura política dos anos 80. Então, isso foi desmalvinizar”. Um processo que o veterano defende ter tido uma série de direções operativas concretas, como construir a imagem de vítimas, ao invés de heróis para os combatentes, e ao invés de assinalar os atos épicos, assinalar apenas os atos miseráveis. De acordo com o veterano, para superar a desmalvinização é necessário incluir no significado de Malvinas conceitos que podem servir a todo o destino da Argentina e da Sudamérica “Eu quando falo da Pátria, não estou falando da Argentina, me parece hoje que o patriotismo é sudamericano”.

Assim como Trejo, Cangiano (2012:35) acredita que as motivações para o projeto de desmalvinização é a redução da importância dessa experiência histórica e de sua força no cenário mundial:

A Guerra das Malvinas despertou uma gigantesca ola de mobilização social e de unidade nacional em torno de uma reivindicação territorial, quer dizer, em torno da soberania e independência nacional. A lógica mesma dos fatos empurrou á Argentina a aproximar da América Latina, que saiu massivamente em seu apoio, e a afastar das grandes potências, que se aliaram a Grã-Bretanha por em cima do signo ideológico de seus governos. A Guerra das Malvinas podia sentar um perigoso precedente que desafiara a hegemonia que exercem os países poderosos sobre o conjunto da periferia mundial. Podia, também, mover a ola de

nacionalismo territorial a outros planos, tanto os mais perigosos, tais como o econômico e o cultural.

Era preciso, portanto, segundo Cangiano (2012:36), extrair do conflito os vestígios de patriotismo e de heroísmo “As mortes de nossos camaradas deviam ser convertidas em um sem sentido, atribuída à loucura de um grupo de militares e não ao doloroso preço que os povos periféricos pagam por enfrentar aos gendarmes do mundo”. O autor (2012) defende que sem esse processo de desprovimento de sentido histórico das Malvinas, o que ocorreu nas décadas seguintes, como privatização, estrangeirização da economia, precarização do trabalho, colonização cultural, etc., dificilmente ocorreria.

Levy (2012:99), também, defende que a desmalvinização durante os anos noventa dilapidou o patrimônio nacional, entregou os recursos naturais para empresas privadas, intensificou a relação com os Estados Unidos e na tentativa de seduzir os kelpers, só aprofundou a legalização do saqueio. Já no governo dos Kirchners, deu-se um importante giro nas políticas anteriores, incorporando Malvinas na agenda estatal e cultural, sendo que “A desmalvinização hoje, não se realiza mediante o fervor malvinero da direita crioula, nem mediante alguma reivindicação da guerra levada a cabo pela ditadura, cujos protagonistas hoje estão pagando condenações graças, em grande parte, a política desta gestão”. Porém, na opinião do autor (2012), o único pronunciamento público de intelectuais sobre o tema é de um grupo com presença midiática e que compactuam com os interesses estrangeiros.

Sobre a orientação dos intelectuais argentinos sobre o tema, Cangiano (2012:34-35) argumenta que a ideologia desmalvinizador entrou nos círculos intelectuais e acadêmicos com a ideia de que a vitória dos militares nas Malvinas significaria uma eternização da ditadura militar e que a derrota possibilitou a democracia “É certo que a Guerra das Malvinas provocou um giro na política norte-americana para a América Latina, abrindo um ciclo de ‘democracias controladas’, como forma política propícia para afiançar e profundizar os laços de dependência semicolonial” sendo que “Qualquer um que abreve no campo das ciências sociais, sabe que é impossível empreender uma política anti-imperialista sem apoiar-se em uma grande mobilização social”, e no caso de Malvinas, uma vitória argentina na guerra poderia desatar movimentos populares com objetivos de

soberania econômica, cultural e de reorientação da política internacional. Nesse caso, a derrota da Argentina fez um efeito contrário ao desejado na luta contra as forças imperialistas.

Ao falar de desmalvinização e da posição de intelectuais argentinos, César Trejo evoca uma conversa que teve com Beatriz Sarlo “Eu uma vez me encontrei com Beatriz Sarlo no metro. Pessoa que eu considero muito inteligente. E a respeito intelectualmente e tenho lido coisas dela que me tem parecido de muita lucidez. E lhe disse ‘Beatriz, porque não nos juntamos e fazemos um debate?’”, tendo ela respondido “‘Não há nenhum debate possível. As Malvinas, a Guerra das Malvinas foi uma guerra absurda de um general bêbado. Não há nenhum debate possível’. E a mim essa não me parece uma posição de um intelectual. Intelectual tem que questionar tudo”. Desmalvinizar é para Trejo, portanto, também se furtar do debate sobre o tema.

Fernando Cangiano (2012) corrobora com Trejo ao defender que a desmalvinização se expressou em uma tendência a fechar qualquer iniciativa de debate público sobre as experiências vividas, impedindo, assim, o resgate das lições dos fatos ocorridos, como o papel dos Estados Unidos, a solidariedade latino-americana, a fraude do TIAR, etc.:

Nesse cenário, cuja característica que se sobressai foi a necessidade das classes dominantes de recompor as relações deterioradas com o imperialismo e, como condição necessária para eles, apagar o fervor anticolonial e a energia popular que se apresentou como força irresistível durante a guerra, ao ex-combatente foi arrojado uma zona de invisibilidade social como sujeito com identidade própria e com uma mensagem a transmitir. Perde a palavra de protagonismo ativo, somente lhes permite descrever a fome, o frio sofrido no terreno.

O general Sergio Fernández defini desmalvinização como parte do discurso que pede o esquecimento da causa “A desmalvinização consiste basicamente no que havíamos definido antes. Abandonemos Malvinas como interesse porque estão perdidas, abandonemos Malvinas porque não vamos ir a guerra nem temos possibilidades de recuperá-la pela força. Abandonemos Malvinas porque Malvinas marca um comportamento demasiado independente da República Argentina frente ao resto do mundo”. Para o veterano:

Com todos os erros que puderam haver sido tomados, as decisões naquele momento ou levadas a cabo nas políticas, Malvinas marcam realmente isso. Uma decisão soberana da Argentina, fora das pressões dos Estados Unidos. [...] Malvinizar significa justamente criar a consciência nacional dos interesses nacionais que devem ser conservados e defendidos frente a um mundo hostil. Porque o mundo sempre vai ser hostil a qualquer interesse nacional. [...] Malvinizar significa, de uma maneira, recriar o espírito nacional. [...] Para mim que o governo de 1982, que foi a guerra, fôra um governo militar, de fato, não muda nada as coisas. Podia haver sido o governo de hoje, podia haver sido o governo do Presidente Illia, do presidente Ramirez ou do presidente Roca no princípio do século. Para mim, Malvinas são um interesse nacional, independente das circunstâncias do governo que nos toque a sorte, de quem seja ou da política que seja. Malvinas são um interesse nacional.

Fernández considera a guerra legítima, independente do governo que a empreendeu por se tratar de um interesse nacional e ressalta que malvinizar significa justamente a conscientização do tema como um interesse da Argentina frente ao mundo. Diante de sua resposta, questionei que essa batalha era seu trabalho como militar, mas para um conscrito pode se configurar em algo diferente “Não, para o conscrito, também, é também sua obrigação legal. Em princípio. Porém, mais além do profissional ou do conscrito, Malvinas é um interesse nacional para os dois. Para todos os argentinos”. Para Yorio “A desmalvinização é para tratar de anular o elemento aglutinador das potências nacionais. E a malvinização é o contrário. Ajuda a Nação a unir-se atrás desse objetivo. [...] Porque nenhum filme mostra a verdadeira história? Isso seria malvinizar. Contar as outras histórias é desmalvinizar. Para quê? Para isso. Para evitar o engrandecimento de uma Nação”.

Ernesto Alonso contesta tal posição, apesar de defender que a luta por Malvinas é parte da luta pela soberania econômica, política e cultural, ele crítica o termo gesta (façanha) para se referir a guerra e ressalta que malvinizar não se trata apenas de considerar a guerra como um grande feito, até porque a deflagração do conflito partiu de uma decisão de uma ditadura militar:

Para muitos falar de Malvinas, ou malvinizar é falar somente da guerra. Ou da utilização do termo gesta de Malvinas. Não estou de acordo, porque não estou de acordo? porque quem gestou essa decisão política?. Gesta foi o que fizeram, o que viveram os soldados. Porém, não foi uma gesta essa decisão. Porque foi isto que te disse anteriormente. Para nós essa decisão da ditadura

militar foi um ato em função dos interesses, de favorecer interesses e uma projeção estratégica do imperialismo no Atlântico Sul. Então não foi nenhuma gesta.

Para Alonso, desmalvinização é um conjunto de fatores: primeiramente essa reivindicação da guerra como façanha, lutar contra a identificação e a responsabilização de oficiais por abusos no front, além de um processo que passa pelo discurso, analisado anteriormente, que pede o esquecimento das Malvinas “é isso que te planteiam, para que queremos as Malvinas? desde a concepção ideológica dos poderes concentrados, da cultura estratégica e, também, para aqueles que se vitimizam porque tiveram responsabilidades na guerra e, todavia, não foram investigados”.

Já Delmira de Cao defende que o discurso de vitimização dos soldados se configura em um processo desmalvinizador “Os pobres meninos da guerra, que foram usados pelos milicos. Isso é desmalvinização. Porém, isso não serve, porque isso não valoriza nem os mortos, nem as ilhas. Negam tudo. Essa é a desmalvinização”. Para Delmira, não importa se foi um governo da ditadura que enviou seus filhos a guerra, o fato é que eles não podem ter o valor de suas experiências diminuídas “E não podemos dizer que por um governo anti-democrático que se alçou em armas para ir recuperar as Malvinas, nossos filhos deram a vida e foram esquecidos, foram enterrados como nada. Não pode ser”. Mais uma vez, a presidente da Comisión de Familiares de Caídos en Malvinas e Atlántico Sur ressalta que não se deve esquecer o apoio popular ao empreendimento nas Malvinas “Isso não pode esquecer. E o governo se engrandeceu mais vendo esse povo que vibrava a guerra. [...] Por isso não podemos deixar a nosso filho como se tivesse escondido debaixo de um tapete como o pobrezinho, como o morto de fome. Não. Lutaram por um pedaço de território. Lutaram defendendo a pátria”.

As argumentações dos familiares diante de temas complexos sobre a guerra se deve, de acordo com Lorenz (2012:264-265), a sua posição “se trata de um reclamo muito doloroso de reconhecimento e respeito por suas perdas. [...] Porém, provavelmente a forma que [eles] tem elegido recordar seus filhos, irmãos e pais fazem que para muitos essa reivindicação se pareça demasiado às das questionadas Forças Armadas da década de oitenta”, como a posição de não considerar os soldados como vítimas de abusos das Forças Armadas. De acordo com

o autor (2012), alguns grupos que vivenciaram a experiência da guerra, como os veteranos civis, criaram uma aversão às Forças Armadas em função das ações abusivas para com a sociedade argentina durante o período da ditadura militar e das denúncias de abusos no front, o que os coloca em confronto de ideias com os familiares de combatentes mortos. Confronto que identificamos entre o CECIM e a Comisión de Familiares de Caídos en Malvinas e Atlántico Sur, cujas posições diferentes, o primeiro reivindicando justiça e reparação, o segundo, o reconhecimento dos filhos mortos na guerra, tem gerado os embates mais vigorosos no campo das construções de memórias sobre o conflito.

Palermo (2007:426), também, diverge da posição de familiares sobre a guerra, ao defender que tais discursos são os da causa Malvinas, fortemente marcados por sentimentos nacionalistas “como se manter uma memória digna daqueles mortos não admitiria outra possibilidade que decidir que morreram por uma causa nobre e sagrada pela qual os vivos têm o mandato superior de seguir lutando”. Porém, o autor (2007) diz compreender a irritação desses grupos contra aqueles que são contra a causa com esse viés nacionalista, até porque em 25 anos não houve um relato alternativo para dar sentido a experiências tão dolorosas “A seu modo, a causa Malvinas lhes oferece um lugar no que podem sentir-se em paz consigo mesmos. Porém, esse lugar não era, nem é, o único possível”.

O tema levantado por Delmira de Cao ao analisar a desmalvinização é corroborado por Cangiano (2012) que critica a sociedade ter construído a figura de “meninos da guerra”, que teve ampla difusão em várias manifestações culturais como os livros, filmes, etc. Porém, paralelamente e contra essa corrente, e em busca de uma identidade não vitimizadora se formaram as primeiras organização de ex-combatentes com reivindicações próprias, não somente para seus próprios benefícios, mas para a sociedade em geral e outras de natureza política como a soberania nacional e a luta anti-imperialista. Conforme o autor (2012), passada essa primeira etapa do pós-guerra, o poder dominante - através de suas vozes, políticos, jornalistas e acadêmicos - foi dando forma mais elaborada ao relato desmalvinizador “atormentada de mistificações e falácias”, cujo objetivo político esteve claro desde o início: deslegitimar a guerra contra o imperialismo inglês pela via de plantar indignidade e censura em tudo que tenha haver com Malvinas “desde a venda de chocolates doados até os absurdos e inexistentes campos de extermínio nas ilhas”.

O veterano Carrizo acredita que a discussão entre diferentes grupos sobre o tema não é no sentido de malvinização contra desmalvinização, todos falam que querem malvinizar, mas a questão é como o fazem “Porque outros falam de malvinizar, porém em realidade esses são desmalvinizadores. Por exemplo, está ideia de quem diz ser muito patriota e promove a partir das Forças Armadas Argentinas a não identificação [de corpos de soldados nas Malvinas], são verdadeiramente desmalvinizadores”. Carrizo explica a complexidade do termo

Então, malvinizar é uma ideia complexa, porém, uma ideia muito importante, porque é a que te ajuda a pensar e a que te ajuda a entender com melhor claridade o que é o imperialismo. E fazeste perguntas: Por que tem tanto interesse se é uma porção tão pequena de terra?. Há muitos interesses, porque há negócios extraordinários ao redor de Malvinas. Com a pesca, com o petróleo, com a projeção Antártida, com os nódulos polimetálicos, com a passagem bi-ocênica. Então, malvinizar é questionar. A ver, a Antártida, por exemplo? Que passa nesse continente frio?. Todos temos a ideia de que é um lugar que há maior diversidade do planeta [...].

Para Carrizo, essa diversidade gerou interesse de multinacionais com suas indústrias de medicamentos e cosméticos “Defender o próprio, isso é malvinizar, defender os bens naturais próprios. [...] as grandes bases militares em toda América Latina estão assentadas ao redor do que são as maiores fontes de recursos naturais, que representam um grande negócio”. Portanto, para o veterano malvinizar é questionar os interesses por trás da presença britânica nas Malvinas e lutar para defender os bens que as potências hegemônicas almejam na América Latina.

Para Alonso o termo malvinização, também, depende de quem o diga “Desde que olhar e desde que concepção política e ideológica os utilize”. O veterano cita alguns exemplos do que ele acredita que seja um trabalho de malvinização:

Por exemplo, nós buscamos a identificação de nossos companheiros caídos, e isso é malvinizar. Nós queremos que se investiguem as violações dos direitos humanos cometidos pelos militares nas Malvinas, e isso para nós é malvinizar.[...] Porém, se você fala com aqueles setores que reivindicam a guerra, falar da verdade em Malvinas e falar da identificação dos companheiros é desmalvinizar.[...] Para nós falar de Malvinas é falar de toda a linha de tempo histórico desde a usurpação de 1833, passando pelo conflito, que é uma experiência que todavia fere o povo argentino,

e nós fomos participantes, porém, também, planteando desde ali o presente e o futuro da questão Malvinas. Então, essa é a concepção que nós entendemos de malvinização.

No trecho citado por Alonso podemos identificar que para o veterano a luta empreendida por seu grupo, o CECIM, está dentro de um processo de malvinização: identificar corpos de soldados mortos nas Malvinas e lutar para que investiguem abusos cometidos por oficiais com soldados no front são dois exemplos de malvinização do tema. Para Trejo, malvinizar está ligado aos discursos anteriores de enxergar Malvinas dentro de um objetivo maior, o da Sudamérica, em um processo de unidade que fortaleceria a causa argentina. Trejo diz acreditar que esse processo tem sido empreendido atualmente

O governo de Cristina Kirchner e de Néstor, sim, porque tem levado o debate Malvinas a um nível inédito ao anterior. Malvinas têm estado todo o tempo no discurso dos governos. Agora, intrinsecamente, seus atos em matéria de educação, de cultura, de política exterior, de defesa, tem que ver com essa coerência do chamado malvinizador? Não. Então malvinizou enquanto a difusão do tema e por o tema nos meios e na agenda política. Malvinizou nesse sentido. [...] E nunca estive melhor pessoalmente em termos econômicos que com esse governo. Me tem triplicado a pensão, me tem dado um emprego e um plus salarial que nunca havia beneficiado eu. [...] Agora, eu não meço o tratamento de um coletivo por como passa a mim, e não somente desde o ponto de vista material. [...] Me parece que a Malvinização somente, sozinha é autêntica se vai enfiando com outros problemas da Argentina. De sua história e de seu presente. [...] se não se explica Malvinas com o processo de unidade sudamérica, e o processo de unidade sudamericana, jamais a Argentina vai recuperar as Malvinas sozinha.

Para o veterano malvinização é também colocar o tema na agenda política, mas relacionando-o com problemas internos na Argentina, é a relação passado e presente em função das demandas do coletivo. Para Delmira de Cao malvinização é trazer o tema para o âmbito das escolas “Malvinização é malvinizar nas escolas. É ensinar aos meninos sobre o que é a causa Malvinas [...] E isso tem que estudar a história nas escolas. Desde abaixo, e ali é onde se vai malvinizar. Dessa forma. Ensinando as crianças porque as Malvinas são nossas”.

Analisando os depoimentos dos entrevistados identificamos que a definição de malvinização e desmalvinização é plural e complexa. O sentido dos termos em matérias jornalísticas e algumas obras sobre o tema não são os

mesmos identificados na concepção de veteranos e familiares. Para Carrizo malvinizar é se conscientizar dos objetivos das potências hegemônicas nas Malvinas e, conseqüentemente, na América Latina, enquanto desmalvinizar está na posição de alguns grupos que defendem, por exemplo, a não identificação de corpos de soldados no cemitério de Darwin nas Malvinas, como forma de impedir o alcance da ‘verdade’. As concepções de Alonso se assemelham às do companheiro do CECIM, já que acredita que malvinizar é o trabalho que fazem de identificação dos corpos, exigir justiça quanto às violações de direitos humanos por oficiais durante a guerra e reconhecer Malvinas como uma luta muito maior, dentro de uma luta que é da América Latina contra a hegemonia das grandes potências em seu território. Desmalvinização seria, portanto, o contrário do que é reivindicado, além do discurso de esquecimento do tema.

O general Fernández, também, ressalta a defesa do esquecimento como fator de desmalvinização e a luta pela causa como um processo malvinizador. Fernández destaca, ainda, outro aspecto não colocado pelos outros veteranos e que é o mais questionado quando se fala de malvinização e desmalvinização, o início da guerra por um governo da Junta Militar. Segundo o veterano, empreendida por um governo militar ou democrático, isso não diminui a força da causa e a legitimidade da guerra. Já Yorio considera malvinização o fortalecimento dos elementos que unem a nação, como Malvinas, sendo desmalvinização o seu contrário. Trejo, também, ressalta a malvinização como a luta por Malvinas dentro de uma luta maior, a da Sudamerica, sendo desmalvinização o despreço pelo o debate sobre o tema, enquanto Delmira de Cao defende que malvinizar é a conscientização do tema nas escolas e seu contrário o discurso vitimizador dos soldados que foram às Malvinas.

Ao analisar os termos desmalvinização e malvinização entramos inevitavelmente na conflituosa relação ditadura militar/Guerra das Malvinas apresentada em trechos das entrevistas e que se tornou o fator principal de discussões sobre as representações do conflito durante o pós-guerra. Para Ansalti (2012:15) “com Malvinas ocorre algo muito curioso, uma tensão muito forte entre memória e esquecimento. Memória da guerra, dos mortos, dos direitos argentinos, esquecimento da inseparável relação entre Estado Terrorista de Seguridade Nacional e declaração da guerra”. Alguns defendem a memória da guerra, da causa e o esquecimento do papel do governo da ditadura militar em sua deflagração, porque a

causa é mais importante que essas questões que envolvem o regime de governo, outros advogam pela memória da guerra, mas também da relação desta com a ditadura militar, já que essa memória é necessária para a justiça e a reparação, pois consideram que crimes contra a humanidade, que marcaram as ações da ditadura no país, também, foram cometidos no front. Tal discussão, de acordo com Ansalti (2012:17), se trata, portanto, “de uma confrontação por definir o conteúdo do que tem de recordar e, por extensão, o que tem de esquecer. Posto em outros termos, existe um conflito de memórias – ou memórias em conflito – pois não existe uma única memória, senão a pluralidade de memórias em confrontação”.

A relação ditadura militar/Guerra das Malvinas é o que no imaginário de alguns dos veteranos aparece como o termo desmalvinização e, de acordo com Lorenz (2012:229), seria “uma homologação entre qualquer reivindicação das causas para a guerra e dos motivos e convicções daqueles que participaram nela com a ditadura militar”, ressaltando que para este grupo de veteranos essa relação está dentro de um processo de “operações políticas tendentes a deslegitimar sua experiência, a partir de assinalar o que entendiam como simplificações na discussão política da transição. Fundamentalmente, aquelas para as quais ‘reivindicar a causa de Malvinas é reivindicar a Galtieri; 2 de abril igual a Junta Militar; nacionalismo popular igual a fascismo’”¹¹⁷.

Lorenz (2012:322-323) defende que tal visão da guerra que procura desvinculá-la da ditadura está dentro de uma épica patriótica e apresenta duas características: “a Pátria é um espaço onde os conflitos internos não tem lugar, habitado pelos puros, os heróis que morreram por ela”, sendo eterna e um referencial para todos, de forma que está acima de qualquer antagonismo, o que o autor critica como um valor “ahistórico”, pois não leva em consideração os aspectos complexos, conflituosos que abarcam o tema: “Neste caso, que a guerra de 1982 em defesa de uma causa nacional fora conduzida por uma ditadura militar não é mais que um

¹¹⁷Segundo Lorenz (2012:297-298), esse pensamento sobre o significado de desmalvinização se intensificou em 2002, quando fizeram vinte anos da guerra e os atos mais importantes foram organizados por veteranos e soldados, na qual os mortos na guerra tomaram uma imagem de heróis da pátria e Ricardo Brinzoni, chefe do Exército, ressaltou em seu discurso o papel guerreiro dos ex-combatentes, comprovados no front de guerra e, também, ao enfrentarem, no pós-guerra, o “esquecimento e a ingratidão”: “A desmalvinização, em 2002, passava a ser praticamente qualquer questionamento para a guerra, porém, sobre tudo às Forças Armadas que a haviam planificado e conduzido. Para o militar, em sua invocação à virgem, os veteranos de guerra ‘são o melhor exemplo do cabal cumprimento do dever militar e dos direitos e obrigações de cidadãos, porque eles tiveram confiança e coragem nos momentos mais difíceis e com sua ajuda triunfaram sobre a dor e as misérias humanas’”.

‘acidente’ ao verdadeiramente importante [...]”, porém “ao igualar aos atores tanto em seu sacrifício como em sua dedicação a uma causa acima das facções, o que predomina é a ausência da reflexão e a crítica, aplicada estas a distintas responsabilidades e condutas”, ou seja, tende a ignorar todos os aspectos conflituosos que marcaram um evento como a Guerra das Malvinas, relegando-os a ideia de que todos estavam lutando por uma causa que está acima de qualquer questionamento. Porém, para o autor (2012:335-336) levar em consideração os aspectos conflituosos relacionados a guerra e a ditadura militar, não significa compreendê-la apenas como uma ação de uma Junta Militar em busca de legitimidade diante do seu desgaste:

Esta visão funcionalista da guerra de 1982 ignora as experiências construídas em torno desta, os processos sociais e culturais do pré-guerra, guerra e pós-guerra, assim como as fortes impressões regionais que uma destas etapas tiveram. Pode explicar as motivações da Junta Militar, porém, não permite compreender questões tão importantes como a adesão social ao desembarque, as experiências dos protagonistas (combatentes e não combatentes), e tampouco, dizer algo sobre o que sucede a partir do pós-guerra, no fundamental quinquênio até a Semana Santa de 1987. Há quase trinta anos da Guerra das Malvinas, existe uma dupla naturalização: em primeiro lugar, a guerra vista unicamente como uma manobra política, despojada de densidade como objeto (pelo que então não é necessário voltar a ela com novas perguntas). Logo, em consequência, o confinamento do eixo bélico nesse lugar ‘automático’ de ‘tapa de afogado da Junta’.

Já Palermo (2007:354) argumenta que em um aspecto a Argentina precisa desse esquecimento, ou seja, de desmalvinização, no campo da política exterior: “Nosso corolário é que só irá ter uma política exterior ‘para Malvinas’ se a política e a diplomacia se liberarem da causa Malvinas”, ou seja, a política e a diplomacia argentina estariam engessadas pela malvinização, o que impedia o crescimento do país em termos econômicos, também. Conforme o autor (2007:431), “O mal é que [os especialistas] se calem enquanto a necessidade de desmalvinizar a política exterior [...] O mal é que os intelectuais, especialistas ou não em relações internacionais, porém, a quem importa a vida cívica argentina, não ponham mãos à obra para desmontar a causa”.

Cangiano (2012:34), ao contrário, se posiciona a favor da causa e condena os desmalvinizadores que, segundo ele (2012), tem investido em

enredos cinematográficos ou literários que acabam por atestar a ideia de um conflito entre a democracia inglesa contra a ditadura argentina

efetivamente, ao observar certos filmes ou ler a maior parte dos livros escritos por argentinos sobre Malvinas, é difícil escapar à sensação de respirar aliviado quando os ingleses reconquistam as ilhas ‘os bons eram eles, os ingleses’, é a mensagem que desliza subliminarmente, ainda que não digam de maneira explícita. [...] É o que o leitor vê em filmes como *Illuminados por el fuego* e *Los chicos de la guerra*, entre outras.

Tais filmes, nas concepções do autor (2012:34), jamais apresentaram os crimes ingleses na guerra, como o afundamento do cruzador General Belgrano - que violou todos os códigos de guerra naval, que consiste em avisar aos navios que estes vão ser torpedeados por submarinos, para permitir que sua tribulação faça a evacuação, já que o objetivo militar é o navio e não os humanos – se enquadrando dentro dos eixos da desmalvinização: “inviabilizar os crimes cometidos pelos ingleses (afundamento do Belgrano, ataque ao navio hospital, matança dos únicos três kelpers caídos em combate, fuzilamentos) e atribuir os padecimentos por fome e frio não ao bloqueio inglês ou ao clima austral, mas à inexplicável maldade de quem conduzia a guerra”.

Sobre demalvinização/malvinização no cinema argentino, Trejo diz não saber qual foi a intenção do diretor Bebe Kamin com *Los chicos de la guerra*, mas ressalta que o filme foi feito no mesmo ano que Alain Rouquié inventa o neologismo da desmalvinização e sugere, como assessor do Dr. Alfonsín, um tratamento desde o Estado do tema Malvinas que é, para ele, desmalvinizador. Trejo defende que podemos identificar na cinematografia sobre Malvinas um olhar como um espelho deformante, que impede de ver toda a experiência da guerra

Que houvera sido o ato miserável, a falta de comida, o frio, o mau trato dos superiores, ademais podiam haver sido o ato épico, heroico, o chefe exemplar e a proeza do piloto, a valentia do sobrevivente do Belgrano para salvar a seus companheiros, para cantar o hino nacional nas balsas enquanto se afundava um navio, a proeza do soldado que morto seu superior oficial, morto seu superior suboficial, toma o mando de seus companheiros para seguir combatendo entre 200 soldados contra 5000 britânicos no estreito de San Carlos. Se alguém houvera reduzido o olhar da guerra e houvera posto a lente sobre esses fatos, deveria haver sido um olhar mais nítido dos claro-escuros que tinha a guerra. E, no

entanto, ademais, de reduzir o olhar o puseram uma série de lentes deformantes. E a redução do espaço temporal, a redução do espaço físico às Malvinas em si. As Malvinas não são alheias a um espaço muito mais vasto que é a América do Sul. [...] Então, reduzir o espaço e o tempo das análises, também, é uma estratégia operativa de desmalvinização.

Para o veterano, *Iluminados por el fuego* (2005) é uma segunda versão de *Los chicos de la guerra* (1982) vinte anos depois, apenas com maiores recursos técnicos e tecnológicos, mas o mesmo sentido desmalvinizador “Ambos desmalvinizam. Porque reduz a complexidade dos olhares, que há os mais diversos, à expressão minoritária, não inexistente, eu não digo que seja inexistente, senão minoritária dos que fomos a Malvinas”. Alonso, ao contrário de Trejo, defende que filmes como *Los chicos de la guerra* e *Iluminados por el fuego* malvinizam. Sobre o primeiro, ele ressalta “Malviniza porque foi o primeiro aporte da ficção que começou a mostrar um relato original. A frustração que teve a sociedade de olhar para o que custou a guerra, também”. Quanto a *Iluminados por el fuego*, Alonso ressalta que a importância dessa película é tão grande que existe um antes e um depois de *Iluminados* na consciência dos argentinos “porque pela primeira vez demonstra desde a ficção, com muita realidade e com muita cruza, as vivências dos soldados em Malvinas. [...] Se abriu este debate na sociedade do que se passou com nossos soldados. E esta possibilidade que nos permitiu avançar nas investigações com a Justiça”. Já Sergio Fernández defende que *Los chicos de la guerra* desmalviniza:

Em geral, demalviniza. Desmalviniza e aparte, eu entendo que um menino é até 10 anos. Aos 18 não são meninos. Aos 18 anos são um homem. E são um homem no caso de nossos soldados, que cumprem uma lei da Nação e que vão defender, como parte das Forças Armadas, o interesse nacional nas Malvinas. Gerar a imagem de menino, isto nos faz mal como sociedade, porque nos quita responsabilidades. Hoje alguém escuta, todavia, nos meios, que um menino de 35-40 anos cometeu este ou aquele fato e teve um acidente?. Não. Menino é de calças curtas. Não um adolescente, não um adulto. Já o mesmo título os põem aos soldados nossos, no nível de vítimas, indefesos, incapazes. Não.

Iluminados por el fuego, também, desmalviniza para Fernández “Totalmente, absolutamente. O soldado é uma vítima dos maus-tratos, da forma desdenhosa dos oficiais de tratá-lo, de atender a seus problemas. Se houvésemos tido em Malvinas 10 mil homens como em *Los chicos de la guerra* e

como em *Iluminados por el fuego*, não durávamos dois dias. Os ingleses nos haveriam passado como uma faca quente em um pão com manteiga”. Juan Carlos Yorio, também, defende que os filmes desmalvinizam “Desmalviniza, totalmente. Todos os filmes daquela época estão feitos com um critério parcial, de ressaltar o mal. Que como dizia, é o mínimo. Em realidade, todo o bom que é muitíssimo, nenhum praticamente os conta. Por aí pode ser que algum o conte”. Já Carrizo defende que *Los chicos de la guerra* e *Iluminados por el fuego* não são desmalvinizadores, ao contrário, eles malvinizam “Como são interpretações, eu posso dizer que sim, porém, é provável que se te junta com um militar, te diria que não, que desmalviniza. Porque é uma visão ideológica. A mim me parece que o que mais desmalviniza é o que não se faz. O que mais desmalviniza é o filme que não foi feito. O que fica na ideia e não se faz. Malviniza o que alcança um efeito. Então, está obrigando a pensar”.

Como identificado nesse debate sobre desmalvinização e malvinização, um dos fatores considerado desmalvinizador para veteranos, familiares de combatentes mortos e alguns intelectuais que pesquisam o tema é a defesa de alguns grupos de que deve-se esquecer a causa Malvinas e centrar nos interesses políticos, econômicos e sociais internos e em interesses externos do país. Nesse sentido, o termo desmalvinizar ganha duas conotações diferentes, para alguns, negativo, pois esquecer a luta por Malvinas é se furtar de uma luta muito maior que é da América Latina contra os países hegemônicos, para outros é um ato positivo para o país, já que passariam a centrar nos problemas internos e externos que acreditam serem agravados pela insistência dos governos e do povo argentino em reivindicar Malvinas.

4.2.1 Esquecer Malvinas?

Para alguns grupos na Argentina a Guerra das Malvinas deve ser lembrada, mas o seu deflagrar nas mãos de um governo da Junta Militar deve ser esquecido para não se perder a legitimidade da causa pela qual lutaram. Para outros o fato de um governo militar, acusado de repressão e de violações dos direitos humanos, ter iniciado a guerra é aspecto importante a ser lembrado para que haja

responsabilização e reparação para com os soldados que morreram e que sobreviveram às Malvinas. Mas há outras formas de pensar e de lembrar Malvinas que vem tomando cada vez mais espaço e defensores, como no caso de grupos de intelectuais que defendem esquecer a causa e a guerra e centrar nos problemas internos e externos da Argentina. Problemas no campo político, social e econômico que, de acordo com eles, vem sendo intensificados, fortalecidos pela insistência em reclamar a soberania das ilhas.

Ao ser questionado sobre o discurso que defende o esquecimento da causa e da guerra, Carrizo pergunta “Porque que há que esquecer Malvinas? Porque Malvinas estão em um assentamento físico do planeta que é estratégico para qualquer projeto comercial econômico que te imaginas”. O ex-combatente defende que o mundo de hoje é muito mais multilateral e as potências hegemônicas tem que intercambiar com outras culturas e economias por consumir mais e demandar mais recursos que lhes faltam e são encontrados no sul, a madeira no Brasil, o lítio da Bolívia, alimentos e água potável da Argentina e que, por isso, é importante a união latinoamericana:

É muito importante saber que sozinhos, os 40 milhões de argentinos não podemos nos defender das potências imperiais. [...] Agora se somamos Brasil, Bolívia, Chile, Argentina, Uruguai, Equador, Venezuela, e vamos construindo essa unidade regional, já somo 600 milhões de habitantes e muda a relação entre a política do império contra vós. Porque o princípio da solidariedade entre os povos latino-americanos é muito importante. [...] Porque temos muita coisa em comum. E na América Latina, talvez, uma das principais armas que tem é o idioma. [...] E a medida que temos esses entendimentos, são redes mais difíceis de romper. [...] Nós cremos que isso, também, é uma barreira a essa política do liberalismo que te disse ‘Você tem que esquecer de Malvinas’.

De acordo com o outro integrante do CECIM, Alonso, o discurso que defende esquecer Malvinas é falso, pois tira a perspectiva potencial do que significa a questão Malvinas “Por que quando falamos da questão Malvinas não somente falamos das ilhas de 14000 km quadrados, senão, do que significa toda essa usurpação de mais de 2 milhões de km quadrados”. Alonso, também, analisa tal discurso, relacionando-o aos interesses de países hegemônicos, não somente nas Malvinas, mas em toda a América Latina

Ali estão plantando o futuro da Argentina e também da América Latina, porque estão tirando um pedaço da América Latina de um país soberano como a Argentina. E a importância do que faz a projeção para a Antártida. [...] e talvez nosso povo não tem essa dimensão. [...] Os recursos naturais na plataforma continental, o petróleo, os minerais estratégicos e a projeção para a Antártida. [...] se você ver os manuais das escolas secundárias, eles planteiam a reserva da Amazônia como uma reserva mundial, que influi nas novas gerações para de alguma forma impor seus discursos estratégicos. Estes discursos que aparecem: ‘para que queremos as Malvinas se temos a Patagônia desabitada?’, bom, isso é a falsidade ideológica que planteiam com muitos interesses. Porém, também, desde essa concepção da cultura estratégica, de tratar aos cidadãos contra seus próprios interesses.

Os membros do CECIM, Carrizo e Alonso, novamente, chamam a atenção para a questão de Malvinas como ponto estratégico para a influência das grandes potências na América Latina e defendem que com esse objetivo é que se difundem ideias como a do esquecimento das Malvinas. Alonso ainda ressalta que tanto Amazônia quanto a Antártida são patrimônio mundial no discurso das potências hegemônicas, como forma de garantir cada vez mais influência nessas regiões que são, segundo o ex-combatente, inquestionavelmente do Brasil e da Argentina, respectivamente. Para o membro da AVEGUEMA, Fernández, o discurso de esquecimento da causa Malvinas está ligado, primeiramente, ao objetivo de tirar o prestígio das Forças Armadas “Aqui há grupos que defendem esse discurso ‘abandonista’ de Malvinas por interesses internos e por interesses externos. Os internos, ligados ao que acabamos de dizer”. Segundo o veterano, “Como Malvinas é de alguma maneira representativo da ação das Forças Armadas e de seguridade na defesa da pátria, para despojar as forças de seus prestígios, de sua história e de tudo o demais, lhe tiramos o objetivo e Malvinas já não nos interessa”. Quanto aos objetivos externos, Fernández ressalta

E por outra parte há setores, eu sempre digo “Internacionalistas” ou ligados diretamente aos interesses britânicos ou de qualquer outra potência, que pretendem diminuir qualquer interesse soberano da Argentina sobre seu território. Começamos por Malvinas. Se não nos interessa Malvinas, para que defendê-las? Agora, se não nos interessa Malvinas hoje, talvez não nos interessa Tierra do Fuego amanhã. Talvez não nos interessa a Patagônia dentro de vinte anos. Não nos vai interessar a Antártida. [...] O século XXI não vai ser fácil, particularmente para nossas nações latino-americanas. Porque a globalização acarreta, às vezes por quase corrente paralela, a centrifugação. Globalizo onde me

convêm e divido e parto e reparto onde convêm. Para que a Argentina, Brasil, Paraguai, Chile, Bolívia, Peru, todos os países americanos enfrentemos no dia de amanhã a separação da parte de nosso território em causa de qualquer interesse 'internacionalista'. O abandono de Malvinas pode ser, para os argentinos, o primeiro passo para uma possível desintegração territorial. [...] Leva a um fim. O fim é o despreço pelo território, o despreço pelos interesses próprios, hoje materializado, talvez, em Malvinas, amanhã em qualquer parte de nossa geografia.

Fernández, assim como os membros do CECIM, chama a atenção para os interesses externos no discurso de esquecimento das Malvinas, mas ressalta um fator interno, novamente o desprestígio das Forças Armadas argentinas. Para Juan Carlos Yorio “Não há porque esquecer Malvinas, esquecer problemas políticos... se pode assumir tudo. Por que deixar de lado um aspecto? Ao contrário, justamente vamos deixar de lado um aspecto importante de aglutinamento? Não”. Para o ex-veterano o interesse por trás desse discurso é dissociar, separar, desunir, para que a Argentina vá para baixo “[...] Para que a Argentina em vez de ir para cima, vá para baixo. [...] Ou seja, as primeiras potências criam organismos internos para criar dissociação”.

Sobre o tema, Cesar Trejo defende que “Malvinas é o ato visível de um sistema de dominação invisível. Malvinas são a ponta de um iceberg de um sistema de dominação. [...] se amanhã os ingleses nos dizem ‘tome, os devolvemos as Malvinas’, então, nós vamos ter que parar e dizer-lhes ‘Agora devolva-nos o continente’. Porque é indissociável”. Para o veterano, o que ocorre a respeito de Malvinas é uma metáfora e que é impensável recuperar Malvinas se não recuperarem os recursos estratégicos do continente “E é impensável recuperar os recursos estratégicos do continente se não fazemos que a causa Malvinas, que é a mais visível de todas, ilumine o outro sistema de dominação. [...] Porque em realidade uma coisa está unida a outra. Enquanto recuperamos as Malvinas, recuperamos a renda própria, o que nos estão roubando no continente. São indissociáveis”. Trejo conclui sobre o discurso de esquecimento que estes fazem parte de “doutrinas de dominação”. Ele defende que a Argentina deve enfrentar esse sistema, mas unida a seus iguais:

A colocação da Argentina no cenário internacional não pode ser sem a unidade sulamericana [...] E então nos dizia Methol Ferré: ‘vocês, os argentinos, tem que assumir a liderança da América

hispanoparlante. Porque a unidade somente se faz entre iguais?; Argentina e Brasil não são iguais. Brasil é muito mais poderoso que Argentina. Então, vocês têm que unir-se com todos os países hispanoparlantes, tomar a liderança para unir-se com Brasil. [...] Porque aí somos fortes. Não serve um acordo Argentina-União Europeia. Para que? Para vender um pouco mais de soja, um pouquinho mais de carne? [...] É bom o que fizeram Kirchner, Lula e Chaves no Mar del Plata em 2005. Viram Bush e disse: bom, vamos a ALCA todos e Chávez disse ALCArajo! Não, primeiro, a unidade entre nós. Depois vamos e negociamos com vocês. Porém, unidos. Não separados. Porque se vamos separados, a cada um nos vão impor o que eles querem. [...] Por que Malvinas estão presentes em todas as cúpulas sudamericanas, latino-americanas? Porque mais além dos militares, o que simboliza é o gesto de enfrentar o império. [...] E por isso, estas manobras da vitimização e o tema de todo militar é mal. Porque querem ver-nos indefesos. [...] Uma coisa é um evento, os militares quiseram provocar um evento. Em sua ignorância e em sua estupidez, quiseram provocar um evento. Toco e me vou. Ocupo Malvinas e negocio. Mentira, agora que despertaram? Um acontecimento que ainda negam, segue produzindo efeitos no processo de unidade dos sudamericanos [...] Um soldado que morreu não é uma vítima, é um herói e um herói não da Argentina. É um herói sudamericano, porque estava lutando contra o mesmo inimigo de toda América Latina. [...] Aqui não lutamos contra a Inglaterra. Lutamos contra Inglaterra, Estados Unidos e contra a União Europeia e contra a OTAN. Essa é a realidade. Então, todas as histórias lamentosas, lacrimogêneas, deprimentes, vitimizantes, da Guerra das Malvinas, nem sequer os que fomos a lutar nos vemos refletidos nisso. [...] Nós não nos vemos refletidos em *Los chicos de la guerra*, nem em *Iluminados por el fuego*. Não nos estão mostrando nós mesmos. Não nos vemos expressados nisso. Agora, há que criar outros relatos, uma divisão internacional do espírito. Os impérios têm o direito de ter heróis. Nós o único direito que temos é o de ter vítimas. Minga! Nós temos direito de ter heróis. Eles ainda dos vilões, dos criminosos, fazem heróis. Rambo, que era um criminoso, um mercenário, é um herói. Eles têm heróis, nos somente podemos ter vítimas [...] Eu respeito os heróis deles, agora, quero que respeitem aos meus. Essa é a realidade.

Da citação de Trejo podemos destacar alguns elementos fundamentais para entender sua posição sobre o discurso do esquecimento das Malvinas. Primeiramente, o que é ressaltado pelos outros depoentes, de que Malvinas são apenas um ponto dentro de um grande sistema de dominação de potências hegemônicas sobre a América Latina. Assim como Carrizo, ele ressalta a importância de uma união latino-americana ou sudamericana para enfrentar esse sistema de dominação que se apresenta, também, dentro de tais doutrinações. Para Trejo, Malvinas hoje significa o gesto de enfrentar o “império” e por isso a tentativa de se

criar discursos de vitimização dos soldados que participaram da guerra e uma visão negativa das Forças Armadas: “Os impérios têm o direito de ter heróis. Nós o único direito que temos é o de ter vítimas. [...] Nós temos o direito de ter heróis”.

Delmira de Cao ao ser questionada sobre o discurso que defende o esquecimento das Malvinas ressalta “Não, isso é loucura. Não podemos. As Malvinas são nossas e temos que seguir lutando por elas. Sem guerras, pela paz e entendimento. Se estão levando tudo das Malvinas, o petróleo, tudo. Isso sim, com guerra não” Ela, também, defende a união latino-americana na luta contra o domínio ‘imperialista’: “Por meio da paz, o entendimento dos povos, e o apoio de nossos irmãos latino-americanos”

[...] Eu não sou muito inteligente, porém como mãe falo e te digo isso. Eu antes via as Malvinas como algo . Não me diziam nada, no colégio, porém, hoje temos 649 mortos e um monte de veteranos mortos aqui por defender esse pedaço de território. Antes, talvez, podia pensar que não me importava. Porém, hoje não, porque hoje se derramou sangue por esse pedaço de território. Então, hoje penso que mais sangue derramado, não quero, porém, quero que por entendimento se logre recuperar Malvinas para toda a latino-américa, com paz e amor.

Para Delmira o interesse desses grupos que defendem tal discurso são políticos. “São interesses políticos, porém, disso já não te posso dizer, porque já não sou preparada para isso”. Hector Rossi, também, ressalta interesses políticos, mas, novamente diz preferir não desenvolver argumentos sobre política “Outra vez, voltamos a parte política. Deve haver parte política aí. Deve haver interesses políticos ou algo. Eu aparte, não te posso dar uma explicação, porque entra na parte política, também. Quem quer que sim e quem quer que não, e que dê explicação porque não”. Questionado se concorda com tal discurso, ele ressalta “Não. Malvinas são parte da Argentina. Não se pode esquecer. É parte nossa. É parte do território”.

A relação países hegemônicos/América Latina foi ressaltada, novamente, pela maioria dos ex-combatentes e pela presidente da comissão dos familiares, Delmira de Cao, como fator que explica a presença britânica nas Malvinas e, também, responsável pela difusão de ideias como a de grupos que defendem o esquecimento da causa. É pelo esquecimento que se consolidaria e se expandiria tal influência na América Latina, ao provocar o desestímulo e a

desmobilização dos povos latino-americanos. Mais uma vez Malvinas são no discurso das testemunhas mais próximas da guerra, motivo de interesses maiores e, dessa forma, deveriam ser fator de aglutinação e fortalecimento na luta latino-americana contra o domínio das potências hegemônicas.

Beatriz Sarlo (2012), em matéria para o Jornal *El País*, defendeu o processo de questionamento da causa, que segundo ela não tem sido bom para o país. Segundo a autora (2012), a ocupação argentina nas ilhas provocou uma onda de patriotismos, um “pesadelo nacionalista”, “cujo único destino seria a morte de mais de 500 ‘soldadinhos’ conscritos (que vinham das províncias mais pobres) e um retrocesso no caminho das negociações a longo prazo”. Por isso, a autora (2012) defende que hoje o país deve centrar-se nos problemas internos, abandonando a causa como fundamento da identidade nacional argentina:

Durante boa parte do século XX, Argentina teve seus direitos sobre as Malvinas usurpados, pondo nelas um fundamento de identidade nacional. Enquanto, outras manifestações da identidade nacional foram minuciosamente corroídas. O território verdadeiramente ocupado pelo Estado argentino está desmembrado por um sistema de transporte deficiente que prejudica mais aos mais pobres; os direitos de cidadania foram atropelados em série, os direitos sociais são inseguros e dependem, muitas vezes, de arbítrio e clientelismo. Quando a ditadura ocupou Malvinas, quem apoiou a ocupação esqueceu que era tirânico o nacionalismo que havia desencadeado a guerra. Quando hoje se as reivindica, provavelmente se é ignorado outras formas de despotismo econômico, a destruição ecológica, a subordinação na miséria dos povos originários, a redistribuição por meio de uma adiada reforma impositiva, são questões nacionais mais urgentes que o cumprimento de uma pulsão territorial que está moldada na figura arcaica da identidade.

Palermo (2007:396) acredita que “Uma questão relevante e pendente da política argentina atual é acertar os passos apropriados pra uma inserção satisfatória do país na cena internacional”, já que, o país está em uma orientação errada, cada vez mais preso ao isolacionismo, frente a um mundo neoliberal e globalizador, ou seja, diante das mudanças mundiais e regionais vertiginosas, além das crises domésticas, os argentinos olharam demasiadamente para dentro, o que prejudicou a inserção do país no cenário internacional. O autor (2007:397) ressalta que a questão Malvinas reforçou tal isolamento “Nossa obsessão malvinera é contraproducente, e somos escravos dela [...]”, sendo necessário, portanto, um esquecimento libertador, não dos atos “senão dos ressentimentos dos quais somos

escravos”. Palermo (2007:397-398) argumenta que no século XIX, com a formação dos estados nacionais, abrir mão de uma causa territorial poderia ser impensável, “Porém isso não é assim hoje. Não podemos seguir pensando os problemas com uma ótica de mais de um século atrás”, e não se trata de cancelar as reivindicações por Malvinas, porém “a obsessão malvinera nos ajuda muito pouco: não é muito cômodo ter como sócio, em um mundo incerto, complicado, extremamente arriscado como o de hoje, um maníaco-obsessivo como parecemos ser os argentinos quando de Malvinas se trata”.

Palermo (2007:419), portanto, não é partidário da ideia de esquecimento da guerra, mas de uma postura mais coerente da Argentina diante do atual cenário político e econômico mundial, desmontando o que foi construído para a causa e colocando como foco a reinserção no cenário internacional “[...] nossa agenda regional e global não deveria carregar o lastro de um conflito territorial [...] há cruciais questões de agenda exterior indispensáveis para ele, e uma delas é adquirir essa boa reputação internacional”.

No artigo *Ilhados por Malvinas* (2015), Palermo e Marcos Novaro defendem que a democracia argentina não conseguiu ainda superar os problemas de instabilidade que herdou do período da ditadura militar. Além disso, as crises econômicas levaram o país a olhar para o interno, não se ajustando às transformações externas “Resultado: hoje a Argentina é insignificante para o mundo e tem relevância apenas, modesta, para a América do Sul”. Para os autores (2015)

nesse sentido, a questão das Malvinas, tal como é percebida tanto pelas elites quanto por uma parte importante da opinião pública, é um verdadeiro empecilho. A obsessão pelo arquipélago, que motivou o confronto militar com a Inglaterra em 1982, é contraproducente, mas os argentinos continuam escravos dela. Esse comportamento envolve uma perversa racionalidade: a melhor maneira de um dirigente representativo ou burocrata de carreira se sentir no topo, sobretudo em meio a dificuldades políticas e econômicas difíceis de resolver, é assumir uma causa de todos os argentinos. E a causa das Malvinas é praticamente a única que está ao alcance das mãos. Pior para todos.

Novaro e Palermo (2015) defendem, ainda, que os esforços para entrar no cenário internacional não têm tido a seriedade necessária “Seria benéfico às relações externas se o serviço diplomático baixasse o nível de prioridade do tema, mas isso exigiria uma batalha político-cultural interna que ninguém está

disposto a travar”. Para eles até a relação com o Brasil tem sido prejudicada pela insistência em reivindicar Malvinas “Por uma questão de tato, nosso sócio principal não diz o que pensa a respeito do problema, mas ele não deixa de estar presente, fomentado pelos próprios governos argentinos”.

Já Pestanha (2007:49), critica os grupos que advogam pelo esquecimento da causa e questiona que no caso da ditadura militar argentina, nos últimos 25 anos o poder político e simbólico tentam elaborar o trauma coletivo como o “exercício irrestrito da memória, buscando a verdade e a perseguição judicial dos delitos cometidos no marco repressivo”, enquanto, ao abordar um episódio como as Malvinas “se apelou a uma prática absolutamente contrária, a do esquecimento”, o que para o autor (2007), é uma atitude contraditória “se se considera a memória como o melhor instrumento para elaborar as convulsões passadas, deve aplicar-se, então, também, à questão Malvinas”, porém, não somente os problemas enfrentados na guerra, mas, também, lembrar a heroicidade de seus combatentes. Pestanha (2007:47), conclui que o primeiro passo para tratar um conflito como o das Malvinas é promover a autoconsciência do trauma e dos seus efeitos e não o esquecimento “outras sociedades como a espanhola, ante acontecimentos traumáticos de grande envergadura como a Guerra civil, tem recorrido ao esquecimento como fórmula de resolução do trauma. No entanto, cabe assinalar que no campo do social, tanto da promoção, da lembrança e castigo do passado, como do esquecimento, constituem exercícios de historicização e, portanto, ações claramente intencionadas”.

Beatriz Sarlo, Vicente Palermo e Marcos Novaro têm sofrido inúmeras críticas desde que apresentaram tais posições. Em 2012, com os trinta da guerra, os três, juntamente com outros intelectuais, constitucionalistas e jornalistas, voltaram a causar polêmica sobre o tema ao apresentarem um documento no qual reclamavam uma revisão da política do Estado em relação às Malvinas, argumentando que o governo tenha em consideração a opinião dos kelpers, moradores das ilhas Malvinas. De acordo com o Jornal La Nacion:

Com o título “Malvinas, uma visão alternativa”, o documento levará as assinaturas dos intelectuais Beatriz Sarlo, Juan José Sebrelí, Santiago Kovadloff, Rafael Filippelli, Emilio de Ipola, Vicente Palermo, Marcos Novaro e Eduardo Antón; dos jornalistas Jorge Lanata, Gustavo Noriega e Pepe Eliashev; dos historiadores Luis Alberto Romero e Hilda Sábato; dos constitucionalistas Daniel Sabsay, Roberto Gargarella e José Miguel Onaindia, e do

ex-deputado nacional Fernando Iglesias. [...] A intervenção que mais polêmica causou foi, talvez, a de Romero, que, em 14 deste mês, publicou uma coluna de opinião em LA NACION com o título “São realmente nossas as Malvinas?”.¹¹⁸

Tais reivindicações, que defendem o respeito aos desejos dos moradores das Malvinas, tem como base o princípio de autodeterminação da ONU. Segundo a matéria do La Nacion, a resposta do governo foi que de acordo com a Carta das Nações Unidas, o princípio de autodeterminação deve ser aplicado sobre uma população autóctone e não sobre uma população que ocupou ilegalmente o espaço, ou seja, os kelpers vieram da Grã-Bretanha e ocuparam as Malvinas, não podendo ser considerada população nativa.

As discussões que se avolumam nos pós-guerra das Malvinas, caracterizaram as construções de memórias sobre a guerra e perpassam pelas questões teóricas sobre memória e esquecimento. Ao analisar a posição de intelectuais, veteranos e familiares e o cinema argentino concluímos que tais embates no campo da memória são permeados pela relação ditadura militar/Guerra das Malvinas que abrange outras relações como ditadura militar/ países hegemônicos e a dicotomia ditadura/democracia, além da relação países hegemônicos/América Latina. Tais relações permeiam os termos desmalvinização/malvinização. No próximo capítulo analiso outra dicotomia permeada pela relação ditadura militar/Guerra das Malvinas e que, também, faz parte do embate desmalvinização/malvinização, a dicotomia de herói/vítima que caracteriza as construções da imagem dos ex-combatentes.

¹¹⁸LA NACION. *Malvinas: un grupo de intelectuales pide cambiar la política*. Buenos Aires, 2012. Disponível em <http://www.lanacion.com.ar/1450381-malvinas-un-grupo-de-intelectuales-pide-cambiar-la-politica>. Acesso em 25 de Mai. 2014

CAPÍTULO V

A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO SOLDADO NA DISPUTA PELA MEMÓRIA DA GUERRA

Durante a tomada e a guerra nas Malvinas, foram enviados para as ilhas mais de dez mil argentinos. Entre os combatentes, de dez, sete eram soldados conscritos que passaram ou estavam passando pelo serviço militar obrigatório e que tinham, em sua maioria, entre dezoito e vinte anos.¹¹⁹ O pouco tempo de preparo destes soldados conscritos foi mais um fator de dificuldade e de tentativa de superação diante do preparo dos oficiais ingleses e da proporção do conflito que empreenderam. Já entre oficiais e suboficiais das Forças Armadas argentinas os relatos são de que houveram muitos que, pela experiência e preparo, superaram a falta de armamentos adequados produzindo perdas consideráveis frente a proporção das forças britânicas.

Ao final do conflito, dados oficiais das Forças Armadas contabilizaram 649 mortos argentinos, sendo que 323 pereceram durante o afundamento do navio General Belgrano e 195 na região de Puerto Argentino, em uma proporção de um oficial para cada dois suboficiais e nove conscritos. Denúncias de ex-soldados conscritos dão conta de que as baixas não se deram apenas pelo combate com os ingleses, mas também, pela falta de roupas adequadas para o frio intenso, pela fome e por abusos de superiores.

Diante do quadro de fome, muitos soldados roubavam nos depósitos ou caçavam ovelhas. Ao serem abordados por oficiais, alguns desses soldados foram submetidos a punições, sendo que a mais comum foi o estaqueamento, onde ficavam presos pelo braço e pernas deitados no chão e enfrentavam as baixas temperaturas do Atlântico Sul. Esse tipo de punição, também, foi usada para casos considerados de “insubordinação”. O psicológico dos soldados

¹¹⁹Para Lorenz (2012:114), “A presença de soldados cada vez mais jovens nas frentes de batalha de todo o mundo é um fenômeno constante desde princípios do século XX. Esta circunstância tem marcado as formas de pensar e relatar a guerra a partir do eixo de que a passagem de homens a guerreiros se superpõe com aquela de adolescente ou jovens a homens através da guerra. Para muitos integrantes da guarnição de Malvinas, a permanência das ilhas foi um período de prova em sua passagem para a adutez”.

foi bastante afetado, também, porque não conseguiam descansar diante de constantes bombardeios vindos de navios e aeronaves britânicas. Diante de tal quadro, ao chegarem as tropas britânicas, muitos soldados argentinos estavam debilitados demais para o enfrentamento. Os horrores de um conflito bélico, responsáveis pelos transtornos de estresse pós-traumáticos em ex-combatentes¹²⁰, as dificuldades enfrentadas, somadas a indiferença do Estado e a exclusão social no pós-guerra, levaram a um quadro alarmante de suicídios entre ex-combatentes. O Estado não tem dados oficiais sobre o número de suicídios, já que muitos familiares preferem se calar e optam pelo isolamento, mas entre veteranos identificamos cifras que variam entre 350 e 450 casos.

Para aqueles que sobreviveram, iniciou-se uma nova batalha por ressarcimento e reconhecimento de suas experiências, o que resultou na abertura de mais de 255 associações oficiais de veteranos. Um dos fatores que mais causa conflitos nas construções de memórias sobre a guerra refere-se justamente sobre a representação desses combatentes. Para alguns, eles são apenas heróis como tantos outros soldados que enfrentaram uma guerra, para outros são mais um exemplo de jovens argentinos que se tornaram vítimas dos abusos do regime da ditadura militar, que os enviou ao front sem as condições necessárias para a proporção do conflito e submeteu-os a um quadro de fome, frio e abusos de superiores. A importância desse

¹²⁰Segundo Danilo Cabral (2008) “O principal problema psicológico que aflige os ex-combatentes é o transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), que inclui flashbacks do combate, paranóia constante e a incapacidade de funcionar no ambiente familiar, social e profissional. É o nome atual do que ficou conhecido como trauma de guerra. [...] O TEPT pode atacar qualquer vítima ou testemunha de desastres naturais, incidentes terroristas, acidentes sérios ou ataques violentos - qualquer evento aterrorizante em que a morte ou ferimentos graves são possíveis. A diferença é que estatísticas apontam que 5% da população desenvolve algum nível de estresse pós-traumático, enquanto ao menos 10% dos combatentes desenvolvem o problema plenamente. Esse problema é turbinado pelas condições das guerras atuais, onde as tropas lidam com múltiplos realistamentos por períodos estendidos, curtos períodos de sono, operações de 24 horas sem descanso, missões alteradas constantemente e muito conflito de guerrilha, onde combatentes e civis se misturam. Na 2ª Guerra Mundial, onde o combate era menos complexo e os inimigos mais claros, 1 a cada 20 veteranos apresentaram sintomas relacionados ao TEPT, 5% do total, índice que subiu para 15% na Guerra do Vietnã. Com o conflito do Iraque ainda ativo, não há dados definitivos, mas especialistas estimam que sejam uns 30%. Um estudo de 2004 aponta que 40% dos soldados que voltaram da ‘guerra contra o terror’ procuraram tratamento psicológico. [...] O TEPT ocorre justamente quando o cérebro passa por tantos eventos traumáticos que vai perdendo, aos poucos, a capacidade de absorver esses impactos. Nesse caso, recordar é viver com medo. [...] Edward Tick, um psicoterapeuta clínico com 25 anos de experiência no tratamento de veteranos, em seu livro *War and the Soul (A Guerra e a Alma)*, define o TEPT como uma ‘consciência de guerra congelada’. O tempo parece estar parado, enquanto aquele que sobreviveu ao trauma relembra o evento através de recordações inesperadas e pesadelos: ‘Cada vez que as situações são revividas, o indivíduo fica mentalmente e fisicamente exaurido. Suas ansiedades e frustrações aumentam e ele gradualmente vai perdendo o controle’, escreve Tick, ‘A vítima começa a organizar a sua vida em torno do trauma. Seu trabalho, suas relações familiares e sua saúde começam a se deteriorar’”.

embate está no fato de que a representação do combatente das Malvinas se tornou fundamental para determinar se a guerra pela soberania nas ilhas foi legítima ou mais um ato de autoritarismo e oportunismo do governo da Junta Militar.

5.1 Combatentes da Guerra das Malvinas: heróis ou vítimas?

A construção da imagem dos combatentes que participaram da guerra é outro fator de conflitos e debates a respeito da memória da Guerra das Malvinas, isso porque nessa o termo herói é questionado e entra outro fator complexo, o papel de vítima. Vítima da ditadura militar que os enviou ao front sem as condições necessárias para o conflito que poderia vir, vítimas dos abusos de oficiais. Com o fim do conflito, a sociedade que responsabilizou as Forças Armadas pela derrota, ansiava pelo fim do regime e nesse intuito construiu a imagem dos jovens soldados como vítimas do Estado ditatorial e repressor, assim como os jovens que morreram ou foram torturados na luta contra o governo. Os jovens, tanto os que lutaram contra o regime, quanto os que lutaram nas Malvinas, se tornaram o símbolo dos abusos dos militares no poder e, portanto, símbolo da luta contra a ditadura militar.

Para Rosana Guber (2012:117), a construção da imagem do conscrito como vítima se deve a desigualdade bélica entre argentinos e britânicos e principalmente dos relatos dos ex-soldados sobre as suas experiências de guerra junto aos oficiais, eram jovens que haviam acabado de chegar da guerra com marcas no corpo e no psicológico, tendo a experiência de matar ou ver morrer “Nestes relatos a presença do inimigo externo se tornava secundária com respeito aos inimigos internos, os militares”, porém esses jovens, defende a autora (2012:118), “desejavam sua inscrição no duplo caráter de possuidores de uma experiência única e direta e portadores de necessidades urgentes no regresso da vida civil no pós-guerra”.

No pós-guerra das Malvinas o que houve foi uma identificação do terrorismo de Estado com a guerra e a sociedade concluiu que ambos haviam sido empreendidos pelo mesmo grupo e, de acordo com Lorenz (2012:158), por isso, “A identificação simbólica dos mortos na guerra e os

sobreviventes com os jovens vítimas da ditadura militar passaria a ser uma das vias de apropriação social da derrota”. Quando começaram a surgir os relatos de soldados sobre maus-tratos de oficiais para com seus subordinados, principalmente os estaqueamentos, somadas a falta de condições para o conflito, os ex-combatentes se tornaram as novas vítimas das violações dos direitos humanos do Terrorismo de Estado. Essa relação dos jovens soldados com os jovens vítimas da ditadura no continente permitiu separar esses veteranos das Forças Armadas, porém, para Lorenz (2012:169-170),

Em ambos os casos, os jovens foram os atores passivos do relato trágico que os teve por protagonistas. Quer dizer, paralelamente a eficácia com que condenava as Forças Armadas, este relato social colocava aos jovens em um lugar que, por suas conotações morais (falar de inocência, imolação, e sacrifício beirava esse terreno) era muito difícil abandonar. No caso Malvinas, ao responsabilizar com todos os motivos a condução militar pela derrota, no entanto, se encerra a possibilidade aos sobreviventes da batalha de contar suas experiências desde um ponto de vista ativo, que é em muitos casos como as haviam vivido.

As críticas ao Exército naquele momento encontram nos maus-tratos aos conscritos sua grande força, mas, conforme Lorenz (2012:194), em contrapartida, outros relatos, das experiências pessoais no front, assinalavam o papel ativo dos soldados na guerra, como ressalta o soldado Carlos Túrolo ““durante a guerra nossos combatentes eram heróis absolutos, quase ‘super-homens’. Depois de 14 de junho, esses mesmos personagens passaram a ser ‘ineficientes’ ‘covardes’ ‘incapazes’”, sendo que devido essa imagem os conscritos nos anos pós-guerra se viram em um processo de esquecimento, desamparo e marginalização, um quadro que encontrou a resistência destes já nos anos iniciais e que se tornou, no início do século XXI, um dos principais elementos de sua luta, já que tal pensamento ainda era vigente como foi constatado na performance do grupo Fuerza Bruta durante o desfile que lembrava o bicentenário da tomada das Malvinas pelos britânicos. Nele os soldados foram representados primeiramente caminhando com seus mantos úmidos e depois de uma explosão, seus corpos transformaram-se em túmulos, saindo cruzeiros de suas mochilas, o que para o autor (2012:361) está dentro de um processo de “movimento conceitual produzido desde o mesmo instante em que a guerra terminou: despojá-la de sua historicidade e, por extensão, despojar a quem combateram e a suas

famílias de sua condição de sujeitos históricos. Se no desfile a marcha das Madres aparece como luta e demanda permanente, os mortos baixo as cruzes do túmulo, como os de Darwin, estão condenados a serem o que os outros os nomeiam”.

Francisco Pestanha (2012:27) corrobora com Lorenz (2012) ao defender que essa imposição de um primeiro estereótipo que apresentava ao veterano como um alienado, transformado em vítima¹²¹, teve o objetivo de tirar o protagonismo destes, assim como suas posteriores reivindicações, neutralizando suas demandas “Nesse sentido, a desmalvinização construiu um autêntico dispositivo de elites imposto de “cima para baixo”, que com o tempo foi configurando como um verdadeiro discurso hegemônico”. Porém, para o autor (2012), na contramão desse discurso foi emergindo um contra-discurso malvinizador, que tem refletido na arena política e na própria sociedade, com a construção de inúmeros monumentos em homenagem aos mortos, a imposição de seus nomes em ruas, praças, escolas, clubes, em obras artísticas, etc., mostrando a ressignificação da causa Malvinas, sendo “imprescindível assinalar, no entanto, que no marco destas homenagens, se supõem diferenciar sabiamente entre quem manteve a honra cabal e quem participou do terrorismo de Estado”.

Ao analisar a questão herói/vítima, Fernando Cangiano (2012:32-33) questiona qual a importância tem para os ex-combatentes das Malvinas que a guerra seja concebida como uma loucura ou como um ato de patriotismo: “as diferenças são enormes porque se vinculam com a identidade mesma do veterano, com a construção de sua própria subjetividade com todas as implicações materiais e imateriais (psicológicas)”, sendo que os defensores da teoria de que a guerra foi uma loucura irresponsável, que foi a imagem do pós-guerra, colocam o ex-soldado no papel de menino indefeso e que não tinha a mínima consciência do que acontecia:

¹²¹Pestanha (2007:59) recorre a Alain Badiou para definir o que é ser uma vítima, que nesse caso, supõe uma visão política da situação, ou seja, é dentro de uma política que se decide quem é a vítima, políticas diferentes tem vítimas diferentes, portanto, é um termo variável “coincidimos com o autor, entendemos que a vitimização de nossos veteranos tem sido expressadamente implantada no marco da desmalvinização com um objetivo político: o de coadjuvar a reforçar o caráter depóstico, abusivo e cruel da ditadura militar” e dentro desse quadro “os combatentes de Malvinas passaram a ser protagonistas de um acontecimento bélico de alta significação histórica, militar no amplo espectro das vítimas da ditadura, reforçando assim as políticas implementadas desde o poder”. O autor (2007) explica que a situação dos veteranos de Malvinas durante o pós-guerra atravessou distintas etapas desde o ocultamento, abandono até a reparação econômica sofrida, porém, o que ainda é pendente é a dívida que a sociedade tem com eles, que é o reconhecimento histórico desses homens “A vitimização foi nesse sentido, um mecanismo inconsulto e autoritário, e tem causado mais prejuízos que se pode imaginar”.

Um menino da guerra, autômato, cego, impotente, submetido a maus-tratos físico e psicológico, porém, não pelos ingleses, que bloquearam as ilhas para os fazerem sucumbir de fome e sede, que nos bombardearam incansavelmente cada noite para minar nossa moral. Não, de acordo com essa surpreendente interpretação dos fatos, nossos maltratadores haviam sido os próprios oficiais e suboficiais argentinos. A figura do herói se transforma na da vítima.

De acordo com Cangiano (2012:33), é lamentável que alguns ex-combatentes tenham interiorizado o discurso vitimizador, talvez por acreditar que despertando pena, conseguiria os benefícios sociais ou teriam mais espaço nos meios de comunicação “um grave erro que degrada nossa identidade e dificulta a elaboração da experiência bélica”, porque substituiu a identidade de “herói que defendeu sua pátria pela de menino impotente, sem preparação suficiente e lançado à morte por crueldade dos próprios argentinos”. Para o autor (2007:36-37), boa parte da síndrome pós-traumática da guerra encontra-se justamente na narração social dominante que coloca o veterano no papel de menino da guerra, sendo que sua origem está na construção de um relato trágico, sem épica e não nos fatos trágicos propriamente:

proponho recuperar com orgulho a identidade de heróis para todos que estiveram em Malvinas, em especial para aqueles que deixaram suas vidas ali. Sem gestos grandiosos, nem trágicos, simplesmente heróis. Trata-se de um justo reconhecimento no que cobra um sentido histórico do sacrifício dos camaradas caídos, que viveram para sempre na memória e no coração de todos os argentinos de bem.

A construção da imagem de um soldado, nas concepções de Rozitchner (2005:133-134), tem que estar ligada às condições em que este foi enviado a lutar, dentro de um país marcado pelo terror não se pode enfrentar um conflito como o de Malvinas em condições adequadas, até porque se prolonga no front a submissão desse jovem aos oficiais, nos moldes do que se vive no continente:

Ou se crer que as condições de dominação que um soldado vive, os “cabecitas negras” humilhados, vão convertê-los em um combatente aguerrido, estando minado por dentro essa adesão obrigada para aqueles que os mandam a morrer em uma guerra arbitrária e ofensiva? [...] Os “lagartos” se entregaram sem combater e rederam suas armas nas Georgias [...] Os que estarão obrigados a morrer são os “cabecitas negras” do interior, e isto

mostra como o terror e o desprezo não abarcam somente aos alegados guerrilheiros: é contra o povo argentino, contra o qual combatem.

É inevitável que o regime que manda os soldados a guerra, irá influenciar na forma que estes serão tratados no front nas análises do autor (2005:135) e, portanto, a ação dos militares na Argentina, como caçadores implacáveis, não se diferiu de suas posturas para com os soldados nas Malvinas “[...] a dissimetria na caça do homem caçado frente ao caçador implacável e armado. E essa mesma relação de dominação, a mesma dissimetria apoiada na mesma falta de reciprocidade, é a que impera na verticalidade do soldado que recebe sem resistência a ordem do superior”.

A construção da imagem do soldado que morreu nas Malvinas, como mortos de uma guerra pela soberania de seu país é, também, criticada por Rozitchner (2005:77), pois os coloca dentro de uma categoria de mortos legítimos, que os militares podem confessar, separando-os das vítimas da ditadura e anulando o sentido que liga ambas as mortes:

[...] ao inscrever os novos mortos na Guerra das Malvinas como se tratara de uma guerra pela conquista de uma porção de nossa soberania, elevamos a dor destas novas mães ao nível político: os filhos verdadeiros da pátria são os que estão mortos, mandados uma vez mais pelos militares, pela nação [...] Ao elevar os mortos à dignidade nacional, os inscrevemos na política aparente, na representação encobridora, nos falsos valores de uma nacionalidade de cartão.

Nesse sentido, a ideia de que os mortos na Guerra das Malvinas são heróis na luta pela soberania nacional, defendida por alguns grupos de veteranos e familiares, seria uma representação encobridora, já que os colocam dentro de uma categoria de mortos que os militares podem professar, ou seja, estão dentro da legalidade.

Ao ser questionado qual representação dos soldados lhe agradava mais, Carrizo ressalta “Não me gosta nenhum dos dois. Primeiro porque os heróis são os que não estão, nossos companheiros que morreram em Malvinas. Esses são heróis. O resto somos homens comuns que fomos, não por decisão, porém, fomos a defender uma parte do país”. O termo vítima da guerra, também, não o agrada “Então, tampouco, creio que seja algo que me agrade muito considerar-me uma

vítima da guerra. Eu diria que somos vítimas do que fez a Ditadura Militar”. Carrizo coloca-os como vítimas de um sistema que afetou não somente os soldados, mas a sociedade em geral

Nos fomos as consequências dos erros e as consequências políticas que fez uma ditadura militar. Porém, essa ditadura militar não somente afetou aos soldados que foram a Malvinas. Afetou aos trabalhadores das empresas, baixando salários, afetou aos aposentados, que não lhes deram oportunidades, afetou a escola pública, afetou as grandes empresas que eram próprias e que se estrangeiraram, se venderam. Afetou a destruição do aparato produtivo. Afetou a liberdade de pensar. A todos. Então, todos fomos vítimas dessas políticas que tiveram expressões de distintas formas. [...] desde o ponto de vista pessoal, eu tenho o orgulho de haver combatido contra o Império. De haver lutado contra o império Anglo-norte-americano e, também, de haver lutado contra a ditadura militar. [...] lutamos por essa ideia de que nosso povo recupere seus valores culturais e a defesa de sua soberania. De fato, é o que seguimos fazendo no CECIM.

Carrizo apresenta um conflito que não é apenas entre os diferentes grupos que vivenciaram a experiência da guerra, mas um conflito interno. Ao mesmo tempo em que não lhe agrada o termo vítima, pois se orgulha de ter havido combatido contra o império anglo-norte-americano na defesa da soberania de seu país, reconhece que os soldados foram vítimas da decisão de um governo da ditadura militar, porém, ressalta que eles estão entre as tantas outras vítimas da sociedade argentina que, também, sofreram de diferentes formas o regime da ditadura.

Alonso defende que na guerra houveram heróis e vítimas “Houve dos dois. Houve heróis e houve vítimas. Porque o que foi torturado por ser judeu, que o disseram para comer comida em seu próprio excremento, esse é uma vítima. E talvez foi herói, porque também combateu”. Para o veterano, herói foram principalmente os que morreram em combate e não lhe agrada o termo para si porque “O herói te põe em um lugar de mármore e bronze. Então, você belisca esse mármore ou bronze, não tem sentimentos. Não é uma pessoa real de carne e osso. [...] então, o herói não tem frio, não tem fome, não tem dor, não tem sentimentos. Então, os heróis são os que estão no cemitério, para nós”.

Fernández, também, ressalta que herói é quem deu a vida em combate, mas, também, aqueles que tiveram atos “de magnitude, de entrega, de

heroísmo, de abnegação, que merece ser reconhecido como tal. Os demais, os que combatemos bem, o que fizemos, o que tínhamos que fazer, somos combatentes. E já por ser combatentes estamos orgulhosos disso”. Quanto à representação do combatente das Malvinas como vítima, Fernández defende

O problema com a manipulação de vítimas por parte de alguns interessados afora, dentro do mesmo país e alguns combatentes que se põem nesse papel porque obtém algum benefício, eu lamento. Em princípio, não o aceito. Não o aceito como... primeiro por uma questão simples de reconhecimento real ao esforço e ao valor mostrado. Eu, como te digo, vi soldados que apenas se podia caminhar segurando porque estavam muito débeis, tinham todas as dificuldades para adaptar-se ao terreno porque em cima era gente de zonas quentes, que não estavam acostumados ao frio nem a umidade, e quando tiveram a oportunidade de sair de suas posições para de golpe executar uma ação sobre a força inimiga, recuperaram seu alento, sua força, até se mostraram felizes, risonhos, de poder ir à ação. Então, você não aceita que esse soldado, tivera 18-20 anos, o tratem como se fosse um boneco, um palhaço, um fantoche, uma vítima. Não.

Novamente, o general ressalta interesses financeiros na forma que determinados grupos representam aspectos da guerra e ressalta o esforço mostrado em campo de batalha por soldados que, apesar das diversidades, se apresentaram dispostos ao combate. O termo vítima, portanto, seria desrespeitoso diante da entrega e da marcante experiência de guerra. Já Juan Carlos Yorio diz lhe agradar o termo herói “Eu creio que naturalmente o que mais agrada é o herói. Todavia, hoje em dia. Lá pelo ano de 1982, talvez, era até uma saída apresentar-se como danificado, como ferido, como pobrezinho. Creio que hoje em dia já não”. Yorio explica que são essas representações que caracterizam o cinema sobre Malvinas que o desagradam “Todos aqueles que se prestaram para fazer esses filmes desmalvinizadores, eu creio que a ele e aos filhos e aos netos lhes deve dar vergonha” e ressalta, também, acreditar em interesses financeiros da parte dos grupos que defendem a representação como vítima

Aquele que se faz de vítima, o que se disfarça de vítima, creio que tem um interesse econômico. E eu creio que é assim. Hoje em dia, todos os veteranos temos um subsídio nacional, um soldo nacional, que nos tem feito bastante bem. Contrariamente aos ingleses. Os ingleses estão piores que nós. Assim, não há espaço para fazer-se de vítima. O que busca vitimar-se é porque tem outro interesse, monetário.

Questionado se acredita ser diferente o sentimento pós-guerra para um oficial, um profissional, e para um conscrito, Yorio responde “Eu creio que hoje em dia não. Creio que hoje em dia, o orgulho de haver estado é igual para todos. E é mais. Creio que possivelmente o orgulho seja maior para um soldado, que para um profissional. Porque o profissional...eu me preparei para isso [...]” e defende que os não profissionais deveriam ser o grupo a compartilhar maior orgulho por terem combatido na guerra “Assim que eu creio que eles deveriam estar muito mais orgulhosos, e sentir muito mais fundo o sentimento patriótico que nós, que de alguma maneira é como nos havíamos preparado para isso”.

Trejo, também, ressalta que herói são os que morreram na guerra e alguns que tiveram ações que podem ser chamadas de heroicas “Um herói para a cultura é a virtude encarnada. A suprema virtude. É dar a vida pelos demais. [...] Os soldados caídos têm a suprema virtude patriótica de haver dado a vida pela pátria. Quanto ao termo vítima, o veterano diz ser inadequado

Não. [...] A vítima é um ser inanimado. Quando alguém sofre um acidente (terremoto, se derruba um edifício) é vítima de um acidente. Uma catástrofe, um desastre. [...] Então, pode se dizer somos todos vítimas da história. Porque há circunstâncias, situações de poder, distorções que se sente pouca coisa frente a esse poder. Oprimido. Se sente oprimido. Agora, quando alguém está oprimido, o que tem que fazer é liberar da opressão. E o primeiro que se tem que fazer é devolver sua dignidade de pessoa. [...] Eu digo, alguém que combateu por sua pátria, além do governo que tenha nesse momento, porém, combateu por seu país, ou por um sentimento que é compartilhado pela imensa maioria dos argentinos, jamais pode colocá-lo no lugar de vítima. O tenho que colocar em um lugar de dignidade. Eu mesmo me coloco em um lugar de dignidade. Eu não quero o lugar de vítima. Porque se eu me coloco no lugar de vítima, ignoro minha dignidade de pessoa. Me coloco em um lugar de deficiência, de degradação, de falta de dignidade. De falta de liberdade. [...] depois de haver ocorrido uma guerra, depois de haver ocorrido qualquer coisa, o que importa é o que fazemos nós com essa experiência. Para mim um exemplo do que se pode fazer com uma experiência como é a guerra, que está atormentada de morte, de perda, de sofrimento, de um ser querido que nunca mais vai estar conosco, de um filho que se perdeu, é o exemplo das mães e dos pais que estão nesta Comisión de Familiares. Eles têm construído essa situação de perda, de dor, de sofrimento. [...] Em um ato como de oferenda aos restos dos argentinos. Então, a eles não lhes gosta que seus filhos sejam vítimas. Eles preferem que reconheçam em seus filhos heróis. Porque se os demais falam de seus filhos como heróis, lhes estão reconhecendo que o sacrifício de seus filhos não foi em vão.

O termo vítima para Trejo remete a ideia de um ser que sofre de forma passiva, sem condições de emitir uma reação, e que está descrição não cabe a soldados que lutaram em um combate como Malvinas “Porque se eu me coloco no lugar de vítima, ignoro minha dignidade de pessoa. Me coloco em um lugar de deficiência, de degradação, de falta de dignidade. De falta de liberdade”. Ele ressalta o termo dignidade para defender que este é o lugar que cabe ao soldado e destaca o papel dos pais membros da Comisión de Familiares, como um exemplo de como lida com uma experiência de guerra. Trejo conclui colocando o principal aspecto que explica a posição da Comisión em relação aos temas mais complexos da guerra, são pais que perderam os filhos, portanto, desejam que essa perda tenha um sentido, o que é dado pela posição de seus filhos como heróis “Eles preferem que reconheçam em seus filhos heróis. Porque se os demais falam de seus filhos como heróis, lhes estão reconhecendo que o sacrifício de seus filhos não foi em vão”.

Para Hector Rossi, o fato de um governo da ditadura iniciar a guerra faz dos soldados vítimas, assim como os desaparecidos durante o regime “Nos fomos vítimas, também [...]. Não somente os desaparecidos, as mães e as avós da Plaza de Mayo. Nós, também, fomos vítimas desse regime militar. Porém, não o sabíamos, não sabíamos que íamos ser parte de um ato que nos ia marcar para toda a vida”. Delmira de Cao se posiciona contra a relação que fazem entre as vítimas da ditadura e seus filhos mortos em Malvinas “Mesclam os desaparecidos da ditadura com nossos filhos, unem tudo. E não é o mesmo. Nossos filhos não eram políticos. Nossos filhos juraram defender a pátria com a vida, estavam no Exército”. Apesar de ter ido à guerra por causa do período de conscrição, Julio de Cao, filho de Delmira foi como voluntário, ao contrário da maioria convocada, o que justifica algumas das justificativas da presidente da Comisión de familiares, como ao ressaltar “Nossos filhos juraram defender a pátria com a vida, estavam no Exército”. Sobre o fato de terem sido enviados por um governo da ditadura militar, ressalta

Porém, eu não posso dizer agora, além do que eu sei que por uma ditadura se fez a guerra, porém eu sei que o povo endossou a guerra. [...] Não podem ser os pobres meninos da guerra. Essa gente que quer são a minoria, porém, os há [...] Eram conscritos e soldados e de tudo, e passaram mal. E te digo, a guerra não é um piquenique. Falam passaram fome, falam passaram frio, não estavam preparados. Tudo o que queiras. Porém, aos ingleses não foi tão mal. Possivelmente nós não éramos guerreiros, não estávamos acostumados à guerra. Eles já estavam acostumados.

Então, não podem ser os pobres meninos da guerra. Além do que fizeram a guerra. Não tem nada que haver uma coisa com a outra. E há gente que trata de unificar, porém, não é assim. Há que separar.

Nos relatos de Delmira identificamos a importância do tema para os pais da Comisión e a luta para que seus filhos não sejam considerados mais umas das vítimas da ditadura, primeiramente, segundo a presidente, porque a guerra foi endossada pela sociedade argentina e segundo porque não eram pobres meninos, eram soldados, porém, não tão preparados como os ingleses e por isso sentiram maior dificuldade dentro de um quadro que já é complicado que é a guerra. Contudo, as preocupações dos familiares de combatentes mortos não são as mesmas que inquietam aqueles que sobreviveram à guerra, os veteranos. Estes, por terem sobrevivido possuem diferentes demandas que os colocam em um quadro de constantes lutas por justiça e reparação. Apesar de se tratar do mesmo conflito, são diferentes posições que requerem diferentes construções de memórias.

Tais divergências de ideias sobre tais temas entre os diferentes grupos que tiveram a experiência da guerra são analisadas por Lorenz (2012:288) que ressalta “Como assinala Alan Prost, devemos ter em conta um elemento central: eliminemos a referência da Pátria e os monumentos funerários tomam um significado diferente. O fracasso em assinalar explicitamente a legitimidade do sacrifício seria admitir a possibilidade de que não houvera sido completamente legítimo”, sendo que tais discussões a respeito da legitimidade da guerra “dá um peso distinto às ações das agrupações de veteranos e de familiares: a morte do ser querido, posto em dúvida, quitaria a possibilidade de processar a dor pela perda a partir de encontrar-lhe um sentido”.

Essa distinção entre as demandas dos sobreviventes a guerra, os veteranos, e os familiares de combatentes que morreram na guerra é fundamental, mas pouco considerada nas discussões sobre as construções de memórias sobre o conflito. As demandas dos veteranos se relacionam não somente com a guerra, mas com o contexto que tiveram que viver após o seu desfecho. Segundo Guber (2012:121) ao retornarem da guerra os jovens deveriam ser reinseridos a sociedade, a família e a vida anterior

A ausência de uma política oficial para o pós-guerra, somada a decepção, o desentendimento massivo e o silêncio, expressão da

perplexidade civil sobre o ocorrido, contribuíram a deixar aos ex-soldados em um lugar indefinido de “meninos” e “incapazes”, sem uma resposta orgânica por parte dos adultos que tomaram conta deles.

Os adultos encarnaram a tutoria desses jovens e, de acordo com a autora (2012:128) “as três perguntas que os civis fizeram aos ‘meninos’ e os ‘meninos’ escutaram até a saciedade foram ‘mataste?’, ‘tiveram fome?’ ‘tiveram frio’?, evidenciavam mais a atitude de um adulto com respeito a uma criança que a atitude por uma experiência que havia endurecido e comovido aqueles meninos”, como a guerra “que certamente não os havia convertido em ‘meninos’ nem, muito menos, os permitiria o regresso a essa condição”. Esse processo, para Guber (2012), é mais um exemplo da série de vitimização do povo argentino, em que os atos externos podem ser lidos como manifestações de conflitos internos.

Essa construção da imagem do jovem soldado é identificada, também, na representação do cinema argentino sobre a guerra, principalmente no filme *Los chicos de la guerra*, como ressalta Guber (2004:90) “[...] Os quatro protagonistas do filme – os três protagonistas e os mortos - ostentam uma característica em comum [...] nunca chegaram a plena adutez”. Fator identificado por Lorenz (2012:164) ao analisar um dos aspectos que faz a sociedade argentina relacionar os jovens vítimas da ditadura no continente com os soldados das Malvinas “Os combatentes nas Malvinas, vivos ou mortos, compartilham com os desaparecidos vítimas da ditadura militar uma característica essencial: sua eterna juventude, símbolo de pureza”.

Lorenz (2012:235), também, considera que tal construção da imagem do soldado apenas como vítima dentro do quadro da guerra é um dos pontos identificáveis em *Los chicos de la guerra* “Sem dúvida, um inimigo chave dos ex-combatentes na construção de sua imagem pública foi o filme ‘*Los chicos de la guerra*’, estreada em 1984”, e por isso foi motivo de críticas por associações de veteranos como O CESCEM de Buenos Aires

O CESCEM propunha uma discussão ideológica a partir da experiência da guerra e questionava a seus realizadores por havê-la eludido. Sobre tudo, refutava o apelativo de ‘meninos’: “Reafirmamos que ‘os meninos da guerra’, quando pisamos Malvinas deixamos de ser meninos para ser homens”.[...] O elemento mais irritante aos olhos dos jovens veteranos era a visão

que o filme transmitia sobre eles e seus dias nas ilhas, porque atacava a base de sua identidade como grupo, construída a partir da guerra. O que, sobretudo, reprovavam sobre o filme era a forma pejorativa em que descrevia aos jovens, tratando superficialmente suas experiências da guerra e suas convicções.

Assim como o CESCEM, Pestanha (2007) defende o quão negativo é a construção da imagem do soldado como vítima no cinema ao ressaltar que ela desubjetiviza o sujeito e pode se constituir em si mesma uma ferramenta de opressão, sendo que tal estratégia vitimizante não tem sido ferramenta para melhorar as condições das vítimas “A vitimização dos veteranos não somente aparece no discurso midiático e acadêmico. Em todo o transcurso do pós-guerra têm aparecido numerosas obras artísticas que recorrem à marca vitimizante” sendo que os filmes “*Los chicos de la guerra* e *Illuminados por el fuego* são representados como obras cumbres do cine histórico-testemunhais, e ambas contém o núcleo de seu argumento a vitimização dos veteranos”.

Sobre a representação dos combatentes no cinema Carrizo defende que algumas questões na obra *Illuminados por el fuego* parecem alcançar climas interessantes, mas é necessário que haja um filme que conte a luta dos ex-combatentes “Esse filme não está contando, todavia. [...] *Illuminados por el fuego* põem em evidência três ou quatro coisas que para mim me parece que são centrais. Uma das coisas é o tema de que em Malvinas houve maus-tratos. Houve tortura. Houve estaqueamento e isso é tão importante, porque hoje a Corte Suprema de Justiça da Argentina nos negou o direito de justiça para que se investigue porque houve tortura na Argentina”. Sobre tais representações no cinema, Trejo ressalta que de cada dez combatentes que perguntar, nove vão dizer que não se sentem vítimas e que não sentem que foram lutar por uma estratégia da ditadura, mas por sua pátria, sendo que os que morreram são para eles verdadeiros heróis:

esse olhar que tem *Los chicos de la guerra* e *Illuminados por el fuego* é um olhar existente, porém, minoritário. E quando justamente os dois principais filmes que tem exigido dinheiro público, ainda, também, estrangeiros, para seu financiamento, foram os principais longas-metragens de ficção que bancou o Estado argentino, coincide que os olhares são reducionistas, minoritários, porém, que querem impor como olhares universais. Ali te estão assinalando uma política.

Já Sergio Fernández, também, critica esse olhar vitimizador das obras cinematográficas *Los chicos de la guerra* e *Iluminados por el fuego* “Vitimiza absolutamente. Os vitimiza e os converte em seres sem autonomia, sem vontade, sem desejos, sem interesses, manejável por qualquer. Manejável pelos seus oficiais, por seus suboficiais, pela Ditadura, pelo governo, pelo poder internacional”. O general ressalta que está não foi uma forma coerente de representar o soldado:

Absolutamente. Eu não fui assim. Até o último dia nossos soldados lutaram. Basta ler as crônicas nossas e as crônicas britânicas. Os soldados nossos que combateram em Puerto Argentino no dia 13 de Junho, no dia 14 de junho, todavia, até a manhã, levaram no mínimo 45 dias em baixo do fogo. Da artilharia, dos navios, dos aviões britânicos. Levaram no mínimo 50 dias em posições no intempérie, com o frio, com a chuva, com a água, com a neve. E em alguns casos mais. Em alguns casos 30 dias mais, os primeiros que haviam chegado. E no entanto, os britânicos tiveram que ir ao assalto de cada uma das posições e tirá-los um por um dos poços. Vivos ou mortos. Seguiram combatendo até o final. Não os abateu nem o frio, nem a chuva, nem o mando de seus superiores, nem o fogo naval, nem o assalto britânico a explodir um poço com artilharia durante toda a noite. Seguiam lutando. Não são los chicos de la guerra, nem são soldadinhos de *Iluminados por el fuego*. Não são os fantasmas que Edgardo Esteban quer que sejam nossos soldados.

Para Lorenz (2012:215-216) esse embate sobre a imagem de vítima ou de herói dos combatentes das Malvinas se dá porque entre os testemunhos de guerra “as narrações acerca das difíceis circunstâncias vividas tomam a forma de um relato de ‘coragem e resistência’, de sobrevivência exitosa. Ainda em condições mais extremas é possível encontrar evocações de eixos como a camaradagem, a solidariedade e o respeito pelos adversários e valorização positiva dessas experiências limites. [...]”, o que o autor considera muito importante ter em conta na hora de analisar as memórias da Guerra das Malvinas “posto que até agora temos encontrado que o lugar em que os discursos públicos colocaram aos jovens ex-soldados faria difícil pensar uma evocação heróica ou uma valorização positiva de semelhante experiência”. Ou seja, a grande incoerência na construção de tais imagens está no fato de que a sociedade pode vê-los como vítimas, mas os soldados, que foram colocados nessas situações limite, que participaram do evento não se veem como vítimas passivas, mas como protagonistas ativos de sua experiência.

5.2 Punições para os oficiais que cometeram abusos?

Desde o retorno dos combatentes do conflito nas Malvinas que são divulgados relatos de ex-soldados que acusam as Forças Armadas de abusos no front de guerra. Além dos relatos de fome, roupas inadequadas para o frio intenso, o que mais surpreendeu e indignou a sociedade foram os depoimentos que acusavam oficiais de aplicarem estaqueamentos e outros tipos de “punições”.¹²²

O livro de Kon, *Los chicos de la guerra* (1982), foi um dos primeiros a divulgar tais relatos e, conseqüentemente, foi o responsável pela difusão do tema nos meios sociais, provocando surpresa e indignação. Dois anos depois, o lançamento do filme *Los chicos de la guerra* (1984) contribuiu para que tal tema entrasse definitivamente nos debates sobre a guerra. Mas foi em 2002, com a apresentação de tais denúncias a Justiça Federal e, principalmente, em 2005, com o lançamento do filme *Illuminados por el fuego*, que tais relatos tomaram proporções que se configuraram na possibilidade concreta de punições legais para os envolvidos.

No vigésimo aniversário da guerra, em 2002, agrupações de ex-combatentes, como de La Plata, Corrientes e Chaco apresentaram denúncias a Justiça Federal de violações de direitos humanos cometidos por oficiais contra soldados durante a guerra. Foram acusados cerca de 70 oficiais e suboficiais e relatadas cinco mortes, sendo que uma foi por fuzilamento, além de casos de torturas e outros tipos de abusos. Lorenz (2012:352-353) explica que o contexto para apresentar as reivindicações ficaram mais favoráveis por causa do impulso das políticas de direitos humanos no governo Kirchner e por causa do filme *Illuminados por el fuego* “Outro elemento decisivo que gerou um contexto favorável à apresentação da causa foi o superaquecimento dos debates sobre Malvinas a partir da estreia, em 2005, do filme *Illuminados por el fuego*. Concretamente, a iniciativa da

¹²²De acordo com Lorenz (2013:60) “Os soldados argentinos enfrentaram condições similares às vividas pelos combatentes nas trincheiras da Grande Guerra, porém, em um dos ambientes geográficos mais hostis do planeta durante o final do outono austral. As posições escavadas nas montanhas se enchiam de água diariamente. Não constituíam um sistema de defesa articulado, com planificações de apoio entre as distintas montanhas. [...] Desde ponto de vista argentino, a pouca disponibilidade de transporte aéreo (helicópteros), os caminhos escassos e intransitáveis e a falta de veículos (os regimentos mecanizados haviam deixado seus transportes no continente) tornaram dificultosas as simples operações de reabastecimento. Sobre tudo nos regimentos que defendiam a Gran Malvinas e Darwin (que ficaram isolados dos depósitos de provisões), os casos de desnutrição (alguns fatais) foram numerosos. Em Puerto Howard, os 50 por cento dos soldados haviam perdido entre cinco e 10 quilos de seu peso”.

apresentação da denúncia foi inspirada pelo efeito que o filme teve entre ex-combatentes correntinos”, mesmo que estes já tinham conhecimento de tais denúncias, as imagens do filme deram um novo fôlego a indignação e abriu portas para as reivindicações por justiça “as denúncias de maus tratos e abusos e a imagem dos soldados estaqueados durante a Guerra das Malvinas não eram novas. Porém, o que apareceu como novidade era tanto a possibilidade de perseguir o castigo penal aos responsáveis”.

Em 2007, a ministra da Defesa da Argentina, Nilda Garré, disse reconhecer que durante a Guerra das Malvinas as normas militares permitiam o estaqueo em caso de falta de prisão “É uma crueldade e um sadismo insólito, porém, é certo que estavam nas normas”¹²³. Além, dessa questão legal, tais denúncias na justiça enfrentavam outra barreira, a lei de prescrição que determinada ter passado o prazo regulamentar para o julgamento penal. Em 2009, uma das vitórias das associações de veteranos foi a ação da juíza federal da Primeira Instância de Comodora Rivadavia, no sul da Argentina, Eva Parcio de Selemme, que considerou tais delitos crime de lesa-humanidade, e, portanto, que não poderiam ser prescritos.

Tais denúncias continuaram a ser impulsionadas por obras de cunho biográfico sobre as experiências de soldados na guerra. O ex-soldado Silvio Katz relatou na obra *Los rabinos de Malvinas* (2012) que ao participar do conflito no Regimento de Infantaria Mecanizada 3 enfrentou o antissemitismo que viveram outros soldados judeus, segundo ele, os que mais torturas sofreram em mãos do subtenente Eduardo Flores Ardoino

Me castigou todos os dias de minha vida em Malvinas por ser judeu. Me congelava as mãos e a cabeça na água, me atirava a comida dentro da merda e tinha que buscar com a boca. Me tratava de puto, dizia que todos os judeus eram cagões e mil coisas mais. O tipo se regozijava do que me fazia, era feliz vendo-me sofrer. Dizia aos demais que os havia passado o mesmo se houvessem sido judeus como eu.¹²⁴

¹²³REBOSSIO, Alejandro. *La dictadura también torturó em Malvinas*. Buenos Aires, 2009. Disponível em <http://internacional.elpais.com/internacional/2009/02/24/actualidad/1235430002_850215.html>. Acesso em 12 de Jan. 2014.

¹²⁴DOBRY, Hernan. *Las torturas contra soldados, mancha negra de Malvinas*. Buenos Aires, 2012. Disponível em <<http://www.perfil.com/ediciones/elobservador/-20124-669-0014.html>>. Acesso em 01 de mar. 2014.

Outro soldado judeu, Sigrid Roberto Kogan , relatou que em uma de suas fugas para comprar comida em Puerto Argentino, ao lado do companheiro Omar Morales, foi abordado por superiores e recebeu uma punição de seu tenente Ricardo Ferrer que ordenou ao soldado assistente “Traga-me luvas que teremos uma sessão de boxe”¹²⁵, começando em seguida uma sessão de golpes no soldado e em seu companheiro.

Em fevereiro de 2015, a Corte Suprema da Argentina declarou que tais crimes haviam sim prescritos por se passarem 33 anos. Diante disso, a presidente Cristina Kirchner reagiu com uma ordem às Forças Armadas para que desclassificassem os arquivos sobre os crimes cometidos por superiores aos soldados durante a guerra. Tais documentos foram fundamentais para os ex-combatentes apelarem ante a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), declarando falha na ação do Supremo Tribunal. De acordo com Alejandro Rebossio (2015):

Nos documentos, uma maioria de soldados conta, ao regressar da guerra, seu estado físico e reconhece que haviam sido sometidos a torturas como o chamado “pé de trincheira” (congelamento dos pés por umidade e o frio do terreno), a falta de fornecimento de alimentos, o estaqueamento e o enterramento em fossas como castigos por escapar de seus postos para ir buscar comida, um bem escasso nas trincheiras argentinas das geladas Malvinas. Assim, deviam combater as poderosas tropas de mar e ar às ordens da então primeira ministra britânica Margaret Thatcher. Muitos dos uniformizados estavam cumprindo com o serviço militar. [...] Um uniformizado contou que o ataram “de pé e mãos atrás das costas, colocando-os de cara no solo, na areia molhada da praia, desde as 9 até às 17 horas. Outro relatou que recebeu um ‘pontapé nos testículos’ e por isso deve ‘ser operado’¹²⁶.

No dia 14/09/2015 o jornal El Clarín publicou uma matéria sobre os abusos de oficiais no front de Malvinas, relatando as novas informações que surgiram com a desclassificação dos arquivos secretos das Forças Armadas sobre a guerra durante o governo de Cristina Kirchner e que foram entregues a Comisión Nacional de Ex-Combatientes e analisados pela Dirección Nacional de Derechos

¹²⁵ Ibidem

¹²⁶REBOSSIO, Alejandro. *Argentina desclasifica archivos sobre las torturas en la Guerra de Malvinas*. Buenos Aires, 2015. <http://internacional.elpais.com/internacional/2015/09/15/actualidad/1442278462_721506.html>. Acesso em Out. 2015.

Humanos e pelos Direitos Internacional Humanitário. Os documentos revelaram, também, um plano da ditadura para ocultar tais delitos relatados às Forças Armadas quando as tropas regressaram ao continente.

Segundo o jornal, as informações desclassificadas seriam entregues a Justiça Federal de Rio Grande, Tierra del Fuego, onde já tramitam casos de abusos sofridos por soldados durante o conflito nas Malvinas e, também, à Procuradoria Geral da Nação. O Jornal on-line Perfil.com, também, analisou as informações dos arquivos desclassificados e apresentou o trecho que mostra como as Forças Armadas tentaram silenciar os soldados que retornavam das Malvinas distribuindo uma cartilha que recomendava “Vocês lutaram e retribuíram tudo o que a Pátria lhes ofereceu: o orgulho de ser argentino. Agora a Pátria lhes requer outro esforço: de agora em diante, vocês deverão não proporcionar informação sobre sua mobilização, lugar de apresentação, arma a que pertence ou aptidão adquirido e sua experiência de combate”¹²⁷.

O texto é assinado pelo subchefe II de Inteligência do Batalhão 601 do Exército, o coronel Mario Davico, que o jornal descreve como uma das figuras chave da montagem e andamento repressivo da ditadura e que fez parte do grupo de tarefas argentino que operou em Honduras “Entre outras sugestões, em seu escrito, Davico pede aos soldados que voltaram de Malvinas ‘não serem imprudentes em seus juízos e apreciações, não deixar-se levar pelos rumores nem notícias alarmantes’ e os exorta a ‘recordar que todos devemos perpetuar a forma heroica como nossos soldados deram sua vida pela soberania nacional’”¹²⁸, remetendo à ideia de que qualquer informação sobre experiências inadequadas no conflito poderia colocar em dúvida a heroicidade de seus soldados.

Tais denúncias e cobranças de punição geraram indignação de alguns grupos que advogam pela legitimidade da luta por Malvinas de acordo com Lorenz (2012:381-382)

para alguns setores, com o argumento de que os combates de 1982 foram parte de uma guerra ‘justa’, ‘anti-imperialista’ e ‘patriótica’, as trajetórias de muitos dos oficiais e suboficiais que participaram nela não deveriam ser revisadas ou, em todo caso, não deveriam

¹²⁷PERFIL.COM. *Documentos revelam como silenciaron a los soldados*. Buenos Aires, 2015. <<http://www.perfil.com/sociedad/Malvinas--Documentos-revelan-como-silenciaron-a-los-soldados-20150930-0056.html>>. Acesso em Out. 2015.

¹²⁸Ibidem.

ser determinantes para pensar a guerra frente ao ‘compromisso sagrado’ ou ‘maior’ que significa. [...] foi desde essa concepção ‘patriótica’ que, antes de empenhar-se em batalha no Atlântico Sul, muitos militares participaram na repressão ilegal.

Para o autor (2012:382) esses setores com visão patriótica que defendem que a guerra não deve ser revisada só promovem a impunidade “Avançar no julgamento e condenação de crimes de violação de direitos humanos são nodais para a profundização da construção de uma sociedade democrática, encarada com altos e baixos desde 1983”.

Ao ser questionado se é contra ou a favor da punição de oficiais acusados de abusos com soldados durante a guerra, Carrizo ressalta que o CECIM luta para que se faça justiça nesse sentido

Somente o CECIM. Mais que pela prisão, pela verdade. Que se apareça e que de pronto, se você cometestes um ato aberrante na guerra, como torturar um soldado de sua própria tropa, seja pelo menos acusado, que te levem a juízo e que te digam porque sois responsável desse delito. Então, *Iluminados por el fuego*, nesse sentido deu um aporte em algo que nós contávamos e que outros não tomavam nota disso, que há efetivamente uma violação do soldado que foi defender a seu país. E sofreu maus-tratos.

De acordo com Carrizo, entre os pilotos, que tiveram uma participação elogiada no conflito, existem oficiais que cometeram abusos “Tiveram uma atitude destacada muitos deles, porém, muitos deles, também, estiveram comprometidos com os voos da morte, onde arremessavam gente sequestrada durante a ditadura ao Rio de la Plata e isso é uma investigação aberta sobre o comportamento deles”. Também, do CECIM, Alonso deseja que se investigue e que se aplique a condenação de acordo com o Código Penal. Questiono se essa condenação pode ser a prisão e ele me responde “Sim, claro, por suposto. São violações dos direitos humanos. São crimes contra a humanidade”. O veterano cita um exemplo de violação dos direitos humanos durante a guerra

Hoje estivemos com outro caso. As mulheres que vieram aqui não estiveram em Malvinas. Porém, são os casos que começaram a aparecer que elas, como aspirantes de enfermeira, tinham 15-16 anos em 1982, foram abusadas na Escola de Enfermaria em Bahía Blanca, pela Marinha. Enquanto sucedia a Guerra das Malvinas, essas meninas estavam sendo formadas para enfermeiras e foram abusadas. [...] Então nós queremos que se investigue e que se

apliquem as condenações. Porque houve as mesmas práticas que utilizaram as Forças Armadas na repressão em nosso país, utilizaram em Malvinas. [...] Companheiros que os enterraram até aqui [mostra o pescoço] na areia por roubar um pacote de biscoito. A utilização dos telefones de campanha, o Magneto para picanear [Picana elétrica, choque elétrico]. Tiraram suas botas como punição que objetiva o pé em uma poça congelada.

Alonso revela que houve, inclusive, assassinato de soldado “Há um caso que temos identificado, que foi um assassinato. Porque havia um mal entendido. Era um suboficial que tinha a mesma idade que nós. E já vinha com um rancor do Regimento. Então, em uma oportunidade, e uma noite que o soldado estava, o matou.[...]”. De acordo com Alonso o caso não foi investigado e ficou na impunidade, sendo considerado acidente “‘Foi um acidente’, estes casos. Soldados mortos por fome, por desnutrição. Há casos”. O veterano conclui “Você tem um inimigo, que eram os ingleses. Se você a um soldado, o estaqueia, tortura, esse soldado não serve para nada. Vai à enfermaria. Eles produziam baixas na própria tropa. Uma coisa que não se entende em nenhum lado”. Atualmente somam-se 120 denúncias, 47 oficiais acusados e 300 soldados que querem depor. Alonso cita um caso de um oficial acusado em cinco dessas denúncias

Há um caso que chegou a Corte Suprema de Justiça. E a CSJ não o quis investigar. [...] O caso de Taranto. A causa de Taranto. É um oficial que está em cinco casos denunciados. No processo judicial... esse caso enviamos à Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH), que é um organismo da OEA.[...] E ademais, agora que desclassificaram todos os arquivos de Malvinas estamos encontrando documentos do regresso de Malvinas que nos fizeram assinar, muitos companheiros já denunciaram estas aberrações. E foi escondido. Para nós isso é prova. Estão aparecendo. [...] Nisto há que ter muita paciência. Por isso, também, é um processo que recentemente a sociedade argentina começa a compreender: Malvinas dentro do que foi a ditadura militar. E todos esses setores que nos anos de impunidade tiveram seu discurso dominante, tem perdido seu relato.

Alonso crítica, também, a falta de alimentos no front, o que ele atribui à improvisação e a falta de logística do comando

A guerra, todo o grau de incoordenação entre a Força Aérea, a Marinha, o Exército, a improvisação, a falta de logística. Você não pode ir ao conflito sem ter logística. Estávamos...você está há 14 quilômetros. Não é nada. Pega um caminhão, porque na cidade

estava abarrotado de comida. Uma coisa de louco. É essa concepção nazi de ...os oficiais e suboficiais comiam. Soldado não. Te ordenavam não ter fome (risos). Algo impossível. Imagina. Nessa idade você necessita consumir certa quantidade de calorias. O tema de pé de trincheira. Isso é produto da falta de alimentos [...] por falta de proteínas, o corpo utiliza um sistema de autodefesa, que faz? Começa a mandar menos irrigação de sangue aos membros exteriores.

O termo violação dos direitos humanos, usado pelo CECIM, para lutar pela condenação destes oficiais é um dos principais fatores de conflito entre o grupo e outras organizações que não consideram um ato que se configure dentro desses termos. Porém, caso não fossem considerados crimes de lesa-humanidade, estes teriam prescrito e os casos não poderiam mais ir a julgamento. Já na Associação de militares, AVEGUEMA, iniciei o tema questionando Fernández se ele, sendo um oficial, sentiu fome durante a guerra “Puff. Muito (risos)”. Ele ressalta que os alimentos chegavam, mas o problema é quanto chegaram e como chegaram

Você pensa que em qualquer destes lugares, a comida se prepara em uma cozinha e fazer fogo em Malvinas é difícil porque em Malvinas não há lenha. Então se queima turba, ou se queima algo de madeira que pode haver. Se cozinha com sorte, uma vez por dia. Uma comida por dia.[...] Havia enlatados, porém, não em quantidade para comer todos os dias, tampouco.[...] Nos tínhamos sempre na mochila uma ração de combate para alguma emergência que pudera surgir, para dois ou três dias. Latas e pacotes de biscoito. [...] O problema da comida é depois, uma vez que se cozinha, há que distribuí-la. Há que levá-la. E há que levá-la às vezes em veículo, se há possibilidade de ter um veículo. Se não, a mão, subindo uma colina. Essa comida, quando se termina de distribuir já está gelada, já está fria. Essa é a realidade. É difícil. Também, é certo que isto é parte de qualquer guerra. Não somente tem passado a nós, tem passado aos britânicos. Ainda tendo rações de combate, tiveram dificuldades. Porém, depois se falou muito de que havia comida, todavia, em Puerto Argentino. Havia lugares com comida, todavia. Esta comida estava prevista para muito mais tempo, todavia. Para 15 dias mais de operações. Não se pode estar em guerra e comer alimentos que recebe hoje. Tem que ter estoque de abastecimento. Depósito. Sempre. [...] Quer dizer se Puerto Argentino houvera seguido existindo mais além do 14 de junho, teríamos comida até o 30 de junho. Não era que não se dava comida porque não queria se dar, senão porque há de manter reservas. [...] Não se sabia quando podia chegar mais do continente. Você pensar que todo o abastecimento que se fez a Malvinas depois do primeiro de maio, tudo o que chega, chega por ar. Não há outra forma. Os navios já haviam chegado antes e os únicos navios que chegam depois a Puerto Argentino e Howard, são os navios-hospital, que por ali podem melhorar a comida dos

feridos do hospital, porém, não são navios de abastecimento. [...] Eu estive com o Regimento que passou mais dificuldades. Comíamos cordeiro desde o 20 de maio até ao longo de 5-6 de junho, o único que podíamos comer era cordeiro fervido. E nada mais. Sem sal, sem batatas, sem massas, sem nada. E com sorte, uma vez por dia algo quente. Parte da realidade. Não havia outra forma de fazê-lo nesse momento”.

Na fala de Fernández a falta de alimentos fazia parte da adversidade da guerra, era necessário manter o estoque porque não tinham uma previsão do final do conflito. Quanto aos casos de abusos cometidos por oficiais, Fernández argumenta “Se você me disser que entre 10 mil homens não há um canalha, eu te felicito. Sempre pode havê-lo”. A respeito do grupo que deseja a punição desses oficiais, o general ressalta “Temos um interesse econômico, porque se você processa a alguém e ganha, obtém um crédito. E se você tentar impor que o critério de minha denúncia é válido, estou desprestigiando a esse oficial, a esse suboficial, e através dele estou desprestigiando a todas as Forças Armadas”. Fernández volta a abordar a questão econômica e o desprestígio das Forças Armadas como o objetivo final dos grupos que lutam por tais causas. Ainda a respeito da possibilidade dessas punições, Fernández defende

[...] Que a justiça atue onde tenha que atuar. O tema é se cremos que cada denúncia é um culpado sem provas ou com provas inventadas. Isto tem ocorrido inclusive, há relatos de soldados que lhe pagaram para denunciarem e depois dizem ‘fulano de tal me pagou para que denunciasse e agora eu posso dizer’. Então, há de tudo. [...] Podem haver atos reais que deveriam ser castigados de acordo com normas daquele momento. Porque, também, é outro tema, com que lei vou julgar? A lei com a qual as julga um ato é a lei do momento em que ocorre um ato.

Sobre as condições dos combatentes no que diz respeito a armamento, Fernández explica “E tão distinto em cada caso, como tenha ocorrido na realidade. Meu fúsil atirou até o último dia e o fúsil dos soldados de muitos regimentos atiraram até o último dia. Se não, não havíamos lutado. É tão simples como isso. Talvez outros soldados tinham seu fúsil oxidado, porque não lhe cuidou ou porque não controlou com cuidado, ou porque lhe havia quebrado. Coisa que ocorre nas guerras. O armamento não dura para sempre”. A respeito das denúncias de falta de vestimentas adequadas para o frio das Malvinas, Fernández argumenta

o problema mais grave talvez não fôra a vestimenta que fôra ou não fôra adequada. De fato, nós fomos com uniforme que não era para a zona fria, senão para zona quente. Tínhamos o abrigo, que bom. Tínhamos roupa interior de abrigo, que era boa. Porém, o problema mais grave tem sido, em geral, o de não poder mudar de roupa uma vez que se molhada ou se preenchida de lama ou se suja ou preenchida de transpiração. Pelas situações de combate, por estar metido em poços permanentemente, por não ter equipamentos às mãos, porque às vezes caía em outro lugar. Por distintas situações, cada um enfrentou isto. [...] Todos fomos com um casaco grande, uma jaqueta de dubé israelita, que foi realmente a que nos salvou a todos, quer dizer, você em Malvinas não tem casos realmente de congelamento. Tem-se pé de trincheira em argentinos e em britânicos, os pés molhados, frios, começam a insensibilizar, se gera gangrena, e tem havido amputações de dedos ou pés em alguns casos. Porém, o problema de enfrentar uma guerra em condições de inverno, praticamente, em um terreno tão difícil como o de Malvinas, logicamente traz junto estas complicações logísticas para cada um dos combatentes, independente de onde lhe tocara atuar.

No trecho o veterano justifica que apesar de não serem as roupas adequadas, os protegeu, sendo que os pés de trincheira acometeram argentinos e britânicos, pelo fato de não conseguirem evitar que os pés ficassem molhados e frios. Ao ser questionado se sentiu fome durante a guerra, Juan Carlos Yorio relata que não “No caso especial de minha organização, em nenhum momento passamos fome. Nunca tivemos uma alimentação excessiva. Nem sequer adequada à situação. Porque o frio, as inclemências do tempo, faziam consumir muita energia. Todos voltamos muito mais fracos de Malvinas”. Yorio relata um caso

Em uma oportunidade um suboficial encontrou um soldado que estava pegando erva do lixo. Pegava a erva e a comia. Ele a comia. O suboficial se indignou, se enojou. E ele desafiou o soldado. Porque havendo comida você esta comendo erva? Então, para sanciona-lo, para castiga-lo, lhe disse agora, quando todos retirarem a comida, você vai comer tudo que sobra. Ou seja, o castigo com mais comida. Isto eu vi. Então quando todos se foram ‘Venha soldado, ponha seu prato’. E no prato entra aproximadamente um litro de guiso [...] Quando terminou lhe disse ‘agora você vai comer outro’. Lhe pôs outro. Segundo prato de um litro, quando terminou, lhe disse ‘e agora vai comer outro’. Cinco se comeu. Ao quinto prato, o deixou, porque iria morrer. Porém, cinco se comeu. É uma barbaridade. [...] Então digo: se esse soldado disse que passou fome, eu creio, porque comia como elefante. [...] evidentemente há tropas, há soldados que tem sofrido fome. Que não lhes tenha chegado a comida em quantidade minimamente aceitável. [...] Os que estavam mais a frente sofriram mais a falta de comida e, ademais, a comida, ao ser transportada,

chegava fria. Porém, apesar disso, como chegava em tachos de aço inoxidável, se chegava fria, se podia esquentar. Se não esquentava, era por falta de vontade.

Quanto às vestimentas para frio, Yorio ressalta que achava muito boa e que foi o que salvou a todos “A jaqueta de dubé. Era como um casaco [...] as botas eram comuns, porém, apesar disso, os ingleses queriam as botas nossas. Nossas botas eram melhores que dos ingleses”. Sobre as denúncias de estaqueamento, Yorio argumenta que

possivelmente tenha havido. O que passa é que a regulamentação militar, para atos de campanha, para as faltas graves de campanha, estabelecia esse chamado estaqueamento, que em realidade era um calabouço de campanha. Estava regulamentado. [...]. Digo que era um arbítrio, um recurso que estava permitido. Hoje em dia eu creio que é uma barbaridade. Porém, há que julgar as coisas com as leis do momento. Se nesse momento estava permitido, estava permitido. [...] Porém, em caso de insubordinação frente o inimigo, a lei militar permite inclusive matar ao insubordinado. Por quê? Porque essa insubordinação frente ao inimigo pode causar, como eu disse faz um tempo, um efeito de debande nas tropas. E para evitar um efeito de debande, é preferível matá-lo e o resto que siga para adiante, e que não se contagem do covarde.

No trecho citado pelo tenente-coronel Yorio destaquei o fato dele ressaltar que a regulamentação militar permitia os estaqueamentos e que, por isso, há que se julgar de acordo com a lei do momento. Mais uma vez a questão da regulamentação militar é abordada por Yorio. Yorio relata que em sua tropa houve uma situação que lhe fez pensar em aplicar punição

A mim me tocou em algum caso ter vontade de aplicar esse calabouço de campanha. Porque havia algum soldado que por vontade de comer extras, rompia as orlas dos helicópteros para meter-se dentro para ver se encontrava alguma lata de algo. Então, estava pondo em perigo um material bélico tão importante como um helicóptero para poder alcançar talvez uma lata, que talvez nem sequer encontrava. E era possível que esse mau exemplo começasse a repetir-se por todos os lados, e começasse a romper todos os helicópteros [...] Então, eu tive verdadeiramente vontade de fazer um calabouço de campanha, de meter no calabouço de campanha a alguns ali. Porém, bom, não fiz, e consegui por outro meio, não fiz porque verdadeiramente, como disse hoje em dia, me parece uma repressão muito forte em uma situação tão difícil como a que estávamos vivendo, já que com as inclemências do tempo, de chuva, de frio. Optei por não fazê-la. Porém, estive assim de chiquito de fazê-lo. Não fiz. [...] Porém, não conhecendo casos

individuais de que se haja feito e porque se fez, não me animo tampouco a julgá-los negativamente. Eu posso dizer que estava permitido legalmente e que se podia fazer. Havia que ver o que fez, porque o fez e com que intensidade. Porque, também, uma coisa é deixá-lo um pouco, e outra é deixa-lo....um mês. Não sei. [...] Porque talvez deixaram 10 minutos. Porém, por um interesse logo de haver um juízo e cobrar ressarcimento, dizem ‘me estaquearam’. Talvez, esteve 10 minutos.

Para Yorio, portanto, os oficiais que cometeram abusos tem que ser julgados pela Justiça, mas com justiça “Vendo em princípio o que era legal, se o fizeram legalmente, estariam autorizados, digamos. Agora, também, há que ver porque o fizeram. E por quanto tempo o fizeram. Quer dizer, há que conhecer cada caso, julgá-lo e resolver em consequência. Porém, tem que fazer a justiça. Eu não posso dar uma opinião generalizada porque cada caso é distinto”. O representante da Comisión de Familiares de Caídos en Malvinas e Atlántico Sur, Cezar Trejo, ressalta que é verdade que houve fome e há fatores lógicos e fatores de negligência para explicar este aspecto da guerra

O fator lógico era o terreno, era um terreno que tinha poucos caminhos para a distribuição da tropa. Não era fácil em pleno combate estabelecer os mecanismos de transporte logísticos suficientes para fazer chegar a comida. E há, também, uma sorte de negligência e imperícia enquanto a comida estava em Puerto Argentino. Nós descobrimos ao final, quando já éramos prisioneiros, um enorme galpão repleto de comida. Porém, era um imenso galpão. Com o qual isso é atribuir-lhe a uma negligência do responsável militar que não cumpriu ou não fez o esforço. Porque depois de um mês, dois meses na trincheira, nas primeiras posições, não tem o suficiente calor e alimentos para resistir, é tão prejudicial como as bombas do inimigo. Com o qual há uma corresponsabilidade da situação do terreno e do imbecil que esteve a cargo da distribuição da comida.

Na fala de Trejo há o reconhecimento de que passaram fome, do quanto isso foi prejudicial para os combatentes, mas ao contrário dos membros do CECIM, ele não atribui a culpa para tal ‘negligência’ às Forças Armadas, mas ao responsável militar que não cumpriu ou não fez o esforço”. A respeito das acusações de maus-tratos por parte de oficiais, ele relata “existiu, com mais frequência do que alguém houvera desejado, porém não foi a única atitude dos superiores, houvera outras atitudes. [...] Agora se eu, o único que pego, o único que elejo são os superiores que tiveram um maltrato e uma inconduta, e a fome e o frio, e com essa

parte da verdade construo uma totalidade da experiência, estou mentindo”. E destacando as construções do cinema, conclui “Eu creio que há que contar tudo. E uma boa ficção seria aquela que pudera transmitir o conjunto das experiências”. Na fala de Trejo, novamente, o cuidado em não se posicionar contra a instituição Forças Armadas, da mesma forma que a fome é em função da negligência de algum militar em particular, as punições são casos particulares, que não podem representar a totalidade. Se esses oficiais devem ser punidos, Trejo defende que

O comportamento de alguém em uma situação extrema, o mesmo não sabe como vai reagir. [...] E houveram inconduitas em todos os níveis. Soldados, suboficiais, oficiais. Havia soldados que lhes aflorou a solidariedade com o companheiro. E que encontraram um pedaço de pão e o compartia entre 5. E havia soldados que roubavam o pão de seu companheiro [...] há um grau de responsabilidade maior em quem tem que conduzir em uma situação assim, se o exige mais que ao soldado que não esta preparado para isso. Agora dizer que todos os militares foram maus é uma mentira. Dizer que todos foram bons, também, é uma mentira. A realidade é que houve bons e maus comportamentos. Houve gente que foi exemplo e houve gente que foi vergonha. [...] os crimes de Terrorismo de Estado são considerados crimes de lesa-humanidade. Agora os atos que um oficial ou um suboficial, quer dizer, alguém que tem mando de tropa, que estaqueou, que castigou, o que maltratou a um soldado, não foram nem planejados nem sistemáticos, nem houve ordens expressas, nem houve a ordem ‘há que matar todos os soldados argentinos’. É uma coisa descabida pensar isso. Sim, houve, foram delitos e crimes particulares, que no Exército de mando, alguns militares aplicaram e que deveriam haver sido julgados pelo Código de Justiça Militar ou pelo Código Penal Argentino. Porém, não podem ser qualificados como crimes de lesa-humanidade, porque essa figura jurídica, ética e filosófica supõem planificação, sistemacidade, ordens expressas, uma população alvo para aniquilar e um Estado que planeje a eliminação dessa população. [...] Nem todos os chefes de Unidades atuaram da mesma maneira. [...] Alguns morreram já. Como Robacio, como Seineldín, que eram queridos por sua tropa, e outros estão com vida e não podem nem aparecer em lugares onde estão os soldados, porque os insultam. [...] Porém, ainda assim me parece que aqueles que foram..., eu entendo a necessidade de que haja um ato de justiça para que os que foram vítima de um erro, que sintam essa coisa de dizer ‘bom, alguém me ofendeu’. Eu entendo isso. O que não entendo é que pode viver com esse ódio durante tanto tempo.

No trecho destacamos que para Trejo o grande erro dos que defendem a punição dos oficiais é converter esses crimes em crimes de lesa-humanidade “Os crimes de guerra são os julgados na Convenção de Genebra. E que

são os crimes que alguém pode cometer sobre as tropas inimigas, sobre a população civil, sobre os feridos e enfermos, sobre os prisioneiros de guerra”, sendo que os abusos de oficiais não podem configurar dentro desses termos

Porque não são. Há outras alternativas para que possam ser julgados.[...] Porém, também, assim como é necessário julgar o que se pode considerar crimes ou abusos de poder, também, é necessário que haja uma revisão de quem foram condecorados, de quem não foram premiados. Porque quem recomendaram as condecorações? [...] Ou seja, premiar o bom e castigar o mal. Essa é a justiça.

Trejo, assim como Fernández e Yorio, ressalta o fato de que o julgamento deve levar em consideração as normas do momento da guerra, se aplicou bem ou mal o regulamento “talvez não se possa punir penalmente, porém, se pode remover o grau, remover a condição de veterano de guerra, remover a condição de militar, remover a pensão que esta cobrando por veterano, desagradá-lo militarmente”, ou nos casos de boa conduta “se pode dar uma condecoração, ascende-lo, dar-lhe mais premissa se teve uma atitude heroica”. Da mesma forma que Fernández, ele acredita que o grupo que deseja que os oficiais acusados sejam presos tem objetivos ideológicos, como o de desprestigiar as Forças Armadas, enfraquecendo-a, o que é um interesse dos países poderosos:

Querem meté-los presos. Porém, eu creio que detrás disso o que existe é um objetivo, porque é parte de uma ideologia. E em realidade o que persegue é conseguir que não haja mais militares. Que não haja mais Forças Armadas na Argentina. Que ninguém queira ser militar, ou que quem quer ser militar seja visto como um inimigo interno dentro da própria Argentina. [...] Agora quando o mundo ser mais justo, dissolvemos as Forças Armadas. Agora, que se passa, quando há ideologias que se dizem progressistas, que se dizem de esquerda, que dizem defender a justiça e lutar contra o imperialismo, porém, que o único que fazem é desarmar os débeis, enquanto os poderosos seguem armados, então, isso me parece funcional. Essas ideologias são funcionais ao Império. [...] Intencionalmente ou não, não importa, o resultado é o mesmo. São agentes dos Impérios. Terminam sendo instrumento dos poderosos contra os débeis. Então, detrás do que se diz ou das ideologias, há que descobrir verdadeiramente quem está detrás dessa ideologia. O interesse. [...] nossos Ministros de defesa do pós-guerra, todos têm dito ‘Argentina não tem hipóteses de conflito’. Não é possível. [...] Nós temos uma hipótese, é uma realidade, temos território ocupado e se vamos ter Forças Armadas...para que merda servem as Forças Armadas se não é para pensar como recuperar as Malvinas?[...] Não querer a guerra contra o Reino Unido tem que ter uma

capacidade de dissuasão. [...] Dizia Federico o grande ‘Pretender que um país tenha uma política exterior autônoma ou com grau de independência e soberania sem o instrumento militar é como pretender fazer música sem instrumentos’. Não se pode fazer música sem instrumentos, bom, se pode silbar e é musica, porém, não vai ser o mesmo que uma orquestra filarmônica. E quando falamos de política exterior, se trata de ter uma orquestra filarmônica e não 20 pessoas silbando.

Para Trejo esses aspectos apresentados em filmes sobre Malvinas ocultam o que realmente aconteceu na zona de guerra “[...] muitas vezes o sistema educativo na Argentina tem servido mais para oprimirmos que para liberarmos, e o sistema de produção cultural, como o filme *Los chicos de la guerra e Iluminados por el fuego*, tem servido mais para ocultar o que ocorreu em Malvinas que para expô-lo, para oprimir-nos mais que para liberar-nos”

Já Delmira de Cao apoia o julgamento de tais oficiais “Devem ser julgados. Sim, aqui houve gente da Comisión que apoia julgamentos [...] Que o fazem, se se portaram mal e tem provas, que os julguem. Claro que sim. Se fizeram algo contra os soldados que estaquearam, que o fazem. [...] Que apresentem provas e que o façam”. Delmira ressalta que eles sabem que algo aconteceu e por isso tem essa posição “Nos sabemos que passaram algo, o sabemos, porém, bom, que os julguem. Porém, também tem que ser julgado o crime do Cruzeiro General Belgrano, que disso nada se ocupa. E nada lhe importa. E 323 que foram ao meio do mar e caíram ali, e nada os socorreu. Porque não julgaram o crime de guerra de Margaret Thatcher? Disso nada se fala”

No meio intelectual argentino, um dos pesquisadores que se coloca contra tais acusações e pedidos de punição é Fernando Cangiano (2012:03) que sustenta que até hoje existe persistente campanha de demonização dos oficiais e suboficiais argentinos, inclusive comparando Malvinas com os cárceres da ditadura, na qual soldados foram vítimas de um “genocídio planejado” “sem exibir uma única prova, nem uma única razão coerente que explique as motivações de semelhante loucura”. Conforme o autor (2012:03) tais provas não podem ser exibidas porque é “uma falsidade absurda”, e que, ao contrário, existem inúmeros testemunhos de soldados e suboficiais lutando lado a lado contra as tropas britânicas “Muitos soldados se tem prestado a está classe de absurdo, presumivelmente cegos pela busca de compensações e regalias materiais, ressarcimento histórico e coisas semelhantes”

ao ressaltarem tais discursos, sendo que os atos de heroísmos são relegados ou atribuídos apenas à aviação.

Quanto à acusação de que oficiais mandaram soldados a morrer e por isso o número de soldados conscritos mortos é bem superior ao de militares, o autor (2012) defende que é falha, pois não mede a estatística da quantidade enviada de cada lado. Cangiano (2012) argumenta, também, que as tropas enviadas eram um exército hegemônico desde 1955 pelos mandos liberais pro-norte-americanos influenciados pela Doutrina da Segurança Nacional e preparados para a luta contra “subversão marxista”, um inimigo interno “Esse exército de pronto enfrentava no campo de batalha os mesmos que haviam operado como seus instrutores e mentores ideológicos”, sendo que após a guerra era necessário impedir que a experiência levasse o setor militar a raiz samaritana ou bolivariana, o que justifica terem criado o discurso desmalvinizador que coloca o oficial e suboficial da guerra na “condição de vilão e sádico implacável, enfrentando aos soldados”.

Esse embate entre os grupos que defendem a punição e os que defendem a não punição se dá, segundo Lorenz (2012:324), porque “instalaram nos setores mais reacionários a ideia de que qualquer revisão sobre Malvinas é atentatória contra a causa e, obviamente, antinacional”, ou seja, colocam em dúvida a legitimidade da guerra, o que para o autor “São perigosos e decadentes remanescentes de tempos binários, que devido à polissemia de conceitos como ‘povo’, ‘pátria’ e ‘nação’, facilitam voluntária ou involuntariamente a impunidade”.

5.3 Exumação ou não exumação?

Em 2011, associações de ex-combatentes em Malvinas entraram com um recurso junto ao Estado para que este inicie a identificação de soldados da Guerra das Malvinas que foram sepultados sem o reconhecimento no Cemitério de Darwin, que fica na Ilha Soledad das Malvinas. De acordo com matéria do jornal Território Digital os recursos foram apresentados pelo CECIM de La Plata, o Centro de Ex-Combatentes de Chaco e a Red Compromisso Social por Malvinas de Corrientes: “essas entidades informaram que sobre as 237 tumbas de argentinos caídos em combate, somente 114 figuram com seus nomes e o resto dos 123 corpos,

não estão identificados. Em suas tumbas reza a frase: Soldado Argentino somente reconhecido por Deus”¹²⁹.

O objetivo das associações é que o Estado garanta o direito de identidade desses combatentes e conheçam a causa da morte, motivo pelo qual este se tornou mais um motivo de grandes debates e polêmicas a respeito do tema Guerra das Malvinas, já que conhecer a causa da morte pode confirmar a tese de que alguns desses soldados não morreram no embate com os britânicos, mas por causas como desnutrição, falta de condições adequadas para enfrentar o intenso frio ou até mesmo pelas mãos de seu próprio comando.

Em nota, os grupos defendem que “a via judicial constituiu uma ferramenta última para que reconhecesse o direito à verdade nos casos de desaparecimento forçada de pessoas, também, o pode ser para que se garantissem os direitos que aqui invocamos e em definitiva se adotem as medidas necessárias para a satisfação dos mesmos”¹³⁰. Orlando Pascua da Red Compromisso social completa defendendo que “Este é um avanço a mais em busca da verdade e justiça no marco da memória e da soberania”¹³¹.

Em 2012, a presidente Cristina Kirchner pediu a Cruz Vermelha para que colabore no processo de identificação destes soldados no cemitério de Darwin. A Cruz Vermelha, junto com especialistas argentinos, colheu amostras de DNA de familiares para o reconhecimento através do método forense. De acordo com o site Litoral.com, em novembro de 2015 o Secretário de Assuntos relativos às Ilhas Malvinas da Chancelaria, o Embaixador Daniel Filmus, e o Embaixador argentino ante os Organismos Internacionais em Genebra, Alberto D’Alotto, reuniram com Peter Maurer, presidente do Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICR), para tratar sobre a questão da identificação, no qual foram informados sobre o avanço das negociações com os britânicos para a realização da exumação e da disposição da Cruz Vermelha para facilitar todo o processo: “Filmus ressaltou a natureza estritamente humanitária do trabalho e solicitou a possibilidade de que se pudera cumprir no próximo verão, levando em conta a demanda das famílias que já levam mais de 32 anos, de conhecer o destino final de seus entes

¹²⁹TERRITORIO DIGITAL. *Piden exhumaciones para identificar a los NN*. Buenos Aires, 2011. Disponível em <<http://www.territorioidigital.com/notaimpresa.aspx?c=3973236441045428>>. Acesso em 13 de mar. 2014.

¹³⁰ Ibidem.

¹³¹ Ibidem.

queridos. Além disso, entregou a Maurer a cópia da proposta técnica de trabalho que o Governo argentino enviou aos britânicos em fevereiro do presente ano. A reunião culminou com o compromisso de Maurer de trabalhar de maneira transparente para conseguir o melhor resultado possível no mais breve prazo”¹³².

De acordo com Alejandra Biglia (2015), desde o final da guerra que Grã-Bretanha almeja a repatriação dos corpos de soldados argentinos mortos nas Malvinas, mas foi reiteradamente negado pelo governo argentino. Durante o governo de Menem, quando retoma-se as relações diplomáticas com o governo britânico, os ingleses retomam o interesse de repatriar os corpos dos combatentes. A autora ressalta (2015) que:

O sentimento que prevaleceu nos familiares foi que a melhor maneira de render homenagens a seus seres queridos, era enterrá-los na terra a que haviam lutado, onde encontraria a honra e a recordação eterna por parte de todos os argentinos. Os argumentos humanitários expostos pelos britânicos, no sentido de que o traslado facilitaria o processo de luta das famílias argentinas, foram percebidos por estas como um encobrimento da intenção por excluir todo vestígio da vontade argentina por recuperar as ilhas. Propôs-se, no entanto, que os britânicos manifestassem suas intenções humanitárias permitindo a realização de viagens periódicas ao Cemitério de Darwin, por parte dos parentes dos soldados argentinos sepultados. [...] no ano de 1991, um grupo de familiares de caídos, cujos corpos repousam nas ilhas, puderam ingressar em terra malvinense¹³³.

Conforme Biglia (2015) 2004 foi o ano que se concluiu o monumento em Malvinas no Cemitério de Darwin, financiado pela Comisión de Familiares de Caídos em Malvinas e Atlántico Sur e, simultaneamente, foi o ano da terceira tentativa da Grã-Bretanha de trasladar os corpos para a Argentina, dessa vez, segundo a autora (2015), com o argumento de exumação para garantir o direito à identidade e a necessidade de investigar violações dos direitos humanos cometidas por militares contra seus subordinados “Podemos assinalar segundo investigação até o momento dos artigos e comunicados que emitem a Comisión dos Familiares de Caídos em Malvinas e Atlántico Sur que o historiador Lorenz, como um propulsor,

¹³²EL LITORAL. *Continúan las negociaciones para identificar a los soldados argentinos enterrados en Darwin*. Buenos Aires, 2015. Disponível em <http://www.ellitoral.com/index.php/id_um/122013-continuan-las-negociaciones-para-identificar-a-los-soldados-argentinos-enterrados-en-darwin>. Acesso em 25 de Jul. 2015.

¹³³BIGLIA, Alejandra Díaz. *Malvinas, los muertos que (no) tenemos*. Buenos Aires, 2015. Disponível em <<http://ipidar.org/wp-content/uploads/2015/10/Las-Malvinas-y-los-muertos-que-no-tenemos.pdf>>. Acesso em 20 de dez. 2015.

junto ao Centro de Ex combatentes de La Plata (CECIM), dos “Juízos pela Verdade de Malvinas”, encomenda a equipe argentina de Antropologia Forense a identificação dos restos dos soldados mortos, considerando este ato muito importante para termos indenitários”. Em carta aberta a Comisión dos Familiares defende que “simultaneamente a esta manifestação de Federico Lorenz – que reconhece articular sua ação com os britânicos – o CECIM de La Plata excluiu uma intensa atividade para converter sua visão da Guerra das Malvinas em política de Estado”¹³⁴.

Segundo a carta aberta da Comisión, no cemitério de Darwin estão as tumbas com a legenda “Soldado argentino somente reconhecido por Deus” e que todos sabem que ali estão os não identificados “Porém, não gera dúvidas – como pretende Lorenz e o CECIM de La Plata - sobre aqueles que deram suas vidas por todos nós. Sabemos muito bem quem está sepultado no cemitério de Darwin, ainda que em uma quantidade de casos não sabemos em quais tumbas se encontram seus restos, porque não fomos nós os argentinos quem os enterramos ali, senão os britânicos três anos depois de suas mortes”¹³⁵. A Comisión demonstra a preocupação no traslado desses restos mortais para o trabalho de exumação, já que nas ilhas não existem recursos para tal investigação, e negam, também, que tal trabalho possa elucidar se soldados foram mortos por britânicos ou por seus superiores “As munições argentinas e britânicas são idênticas, enquanto que ‘o fogo amigo’ de artilharia, lamentavelmente, também, é parte do desenvolvimento do combate, nesta

¹³⁴Na Carta Aberta a Comisión de Familiares de Caidos en Malvinas e Atlántico Sur acusa os membros do CECIM de lutarem pelos seguintes objetivos a) A redação de um anti-projeto de Ley apresentando ante a Câmara de Deputados da Nação, para praticar pericias genéticas a fim de determinar a identidade dos corpos dos soldados argentinos sepultados no Cemitério de Darwin, para elucidar se caíram por fogo inimigo ou próprio; b) co-organização junto ao Ministério da Defesa e ao historiador Federico Lorenz, de uma mostra no marco do 25 aniversário da recuperação das Malvinas, reduzindo a atuação dos soldados argentinos à figura de um soldado estaqueado. A exibição se concretizou na própria sede do Ministério de Defesa, como parte da comemoração do 25º aniversário da guerra; c) reunião e cooperação com a filha da criminosa de guerra Margaret Thatcher, Carol Thatcher, para a elaboração de seu documentário “The mammy’s war” (A guerra da mamãe), que foi apresentado em Londres em 2007, como parte da celebração da vitória britânica e a ‘liberação’ da Falkland dos bestiais argentinos, segundo a versão inglesa. Os integrantes do CECIM La Plata qualificaram a Carol Thatcher como uma ‘louca linda’, e prometeram comer um churrasco em sua sede platense, e compartilharam gratos momentos em sua viagem conjunta às Ilhas Malvinas, como parte da produção do longa-metragem que reivindica a genocida anglosaxona; e) organização de viagens periódicas às Ilhas Soledad, por parte de integrantes de seu Centro, financiados pela Municipalidade de La Plata, com o propósito de realizar operações de imprensa, tendentes a reclamar a exumação dos restos dos soldados argentinos sepultados no cemitério de Darwin, denunciar os vexames sofridos por causa de seus superiores durante o conflito e entrevistar-se, não tão secretamente, as autoridades ilegítimas das ilhas para coordenar suas políticas futuras, em especial o traslado dos restos dos soldados argentinos ao continente”.

¹³⁵NO RETORNABLE. *Comisión de Familiares de Caidos en Malvinas e Islas del Atlántico Sur*. Buenos Aires. Disponível em <http://www.no-retornable.com.ar/v2/dossier/carta.html>. Acesso em 22 de Dez. 2015.

como em qualquer guerra” e concluem “E aqui podemos começar a entender as verdadeiras intenções do pedido de investigação de Lorenz e do CECIM La Plata, sejam conscientes ou não de suas consequências. Se trata, nem mais nem menos, do cumprimento do antigo e eterno interesse de um influente setor do poder britânico por transladar os restos das ilhas ao continente”.

Lorenz (2012:357) se posiciona sobre a questão, ressaltando que a vontade de homenagear e transformar em relato épico a Guerra das Malvinas choca constantemente com a ditadura que a produziu e que isso pode ser identificado nesse caso das exumações, quando em 2009 foi sancionada a Ley 26.498, que declara o cemitério de Darwin como monumento histórico nacional, este espaço se torna inatingível, já que qualquer iniciativa no cemitério deveria consultar a Comisión de Familiares de Caídos en Malvinas e Atlántico Sur, assim como a Comisión Nacional de Museos, Monumentos e Lugares Históricos “Esta condição era uma tentativa para bloquear as iniciativas de júizo e revisão por parte de alguns grupos de ex-combatentes e familiares que reclamam a identificação dos soldados ali enterrados e impulsionam os júizos por delitos contra humanidade em Malvinas”. O autor (2012) explica que a Comisión de Familiares defende que aqueles que pedem a exumação tentam profanar o bem com argumentos pseudo-humanitários, estigmatizando a proposta de fazer justiça aos crimes de lesa-humanidade e ressalta que o criador da Comisión e primeiro presidente da entidade, Hector Cisneros, teve que renunciar ao cargo ao o acusarem de ser membro de inteligência do Batalhão 601 do Exército e de que estava na Comisión para controlar os pais integrantes.

Lorenz (2012) ressalta, ainda, que esse embate foi fortalecido porque a retórica latinoamericanista e anti-imperialista e a ênfase na recuperação da autoestima de caráter malvinero dos governos kirchners alimentaram outras visões da guerra que são mais essencialistas, que se identificam com setores conservadores ou diretamente reacionários de defesa da “causa nacional” como a Comisión dos Familiares. No entanto, a política de governo de Néstor e Cristina Kirchner é de busca de reparação judicial do passado ditatorial argentino e forte crítica às Forças Armadas e aos setores civis que foram cúmplices, acabando por reforçar discursos que advogam pela revisão de condutas e responsabilidades, ou seja, contra a impunidade como no caso da Guerra das Malvinas, indo na contramão dos que colocam a causa como sagrada, realizada em nome da pátria. Essas são contradições que só podem ser superadas, segundo o autor (2012), ao se rediscutir o passado,

produzindo novos relatos sobre o conflito, o que iria contra o processo que despoja a guerra de sua historicidade e seus combatentes e familiares da condição de sujeitos históricos.

Sobre o tema, o veterano Carrizo revela que muitos integrantes do CECIM estão de acordo com a exumação dos corpos de soldados ainda não reconhecidos no cemitério de Durwin “Todos tem direito à identidade” e questiona “Por que não podemos saber a verdade? Porém, exumar não significa ter que trazê-lo ao território”. Segundo Carrizo, o impasse a respeito da exumação ou não exumação é porque “como dizem os companheiros de desaparecidos e detidos por razões políticas: cada morto fala. Porque você saberá como morreu, também, e é importante saber como morreu”. De acordo com o veterano

[...] É provável que talvez o pai e a mãe em muitos casos digam ‘não quero que exumem o cadáver do meu filho’. Porém, aqui estamos falando de um ato humanitário. Que seguramente para ele vai ser muito importante, para esse familiar direto que se opõem, o dia que lhe digam ‘Olhe, seu filho morreu em tal condição, tem uma reflexão importante e que muda alguma ideia. Porque as Forças Armadas Argentinas querem evitar que lhes compliquem a situação, então criam estes falsos discursos de que você vai fazer um festival de ossos, que vai ter os familiares de um lado e que vai maltratar. Pelo contrário, estes são trabalhos científicos, com uma alta responsabilidade profissional. [...] Porém, vai dizer-lhe, com certeza, seu filho está aqui. [...] e você vai saber onde chorar seu filho, e saber que está pondo a flor que você quer no lugar que seu filho está.

Carrizo defende a exumação como um ato humanitário com a garantia de não trazerem os restos mortais para o território e ressalta um dos argumentos do CECIM para que alguns pais não queiram a sua realização: a influência das Forças Armadas que receia o que tais exumações possam revelar da postura de seus oficiais para com seus subordinados no front de guerra. Assim como Carrizo, Alonso diz estar totalmente de acordo com a exumação dos corpos de soldados ainda não reconhecidos em Durwin e ressalta o direito a identidade “É uma política que temos levado adiante desde esta instituição, que tem haver com o direito de identidade [...]”.

Das viagens que fizemos posteriormente a 1982, quando recorremos ao cemitério argentino em Darwin, começamos a ver as

tumbas, e nos pareceu terrível essas placas gravadas em mármore que diziam ‘Soldado argentino somente reconhecido por Deus’ [...] Foram filhos de nosso povo, então, é um dever nosso, em princípio, e depois este foi tomado pelo Estado Nacional, de fazer todas as gestões necessárias para devolver a identidade a essas 123 tumbas que figuram como NN em Malvinas.

Quanto às famílias que não querem fazer, Alonso ressalta que se houvesse uma só familiar a querer, deveriam fazer “E até agora é a maioria. Há mais de 80 familiares que já entregaram sua conformidade [...] e há um banco de dados de DNA dessas famílias”. Assim como Carrizo, Alonso entende que o interesse na não exumação vem das Forças Armadas e ressalta que foi a influência de setores das Forças Armadas na Comisión dos Familiares, como Hector Cisneros que a presidiu durante 28 anos, que levou os pais, membros da comissão, a recusarem a permitir a exumação

Eles são os que se opuseram a identificação. Por quê? Porque detrás de cada caso, de cada morte, há muitos mortos nas Malvinas que são responsabilidade dos próprios argentinos. Mortos por fome, fuzilamento, acidentes, no qual as Forças Armadas no atestado de morte, ao familiar lhe diziam ‘seu filho morreu em combate’. Morto em combate não, morreu congelado porque o deixaram deitado ou depois morreu desnutrido por falta de comida, porque se ordenava não dar de comer ao soldado como castigo.

O general Fernández declarou não estar de acordo com a exumação “Porque detrás disto, também, há interesses não confessados de partes. Em alguma parte, por parte da Grã-Bretanha, que os corpos sejam exumados e eventualmente trasladados a qualquer outro lugar para sua identificação”, o que para o veterano “pode significar esvaziar o cemitério de Darwin de restos argentinos, e trasladá-los eventualmente à Argentina continental, e depois que são exumados, não podem voltar a entrar nas Malvinas”. Fernández relata

Conheço a maioria dos familiares e dos pais, irmãos, filhos, que não querem que isto seja feito. Porque, também, percebem interesses ocultos detrás de toda esta manobra. [...] me ponho a pensar em meus camaradas que estão caídos lá e conhecendo-os, sei que nenhum deles que conheci antes, nenhum deles houvera estado contentes se manipularem seus restos por interesses espúrios de qualquer um. [...] E as circunstâncias da morte, em muitos casos conhecidas, em outros casos ignoradas, porque alguém do lado britânico não fez o que tinha que haver feito. Desculpe-me,

porém isto é assim. Os britânicos caíram donos do campo. Os britânicos puderam haver feito o reconhecimento de todos nossos mortos que nenhum de nós pôde fazer. Eu não pude, como Chefe de uma Seção de um Regimento que lutou em Two Sisters, voltar a Two Sisters e identificar meus mortos. Meus mortos caíram em poder do inimigo. Em poder dos britânicos. E os britânicos que fizeram. Os juntaram e os enterraram. Sem registro algum. Isso foi um erro. [...] Houve corpos que foram tirados do cemitério de Puerto Argentino, onde estavam identificados por nós, e quando os britânicos os trasladaram, por alguma razão se perde a identificação desses corpos. Nada vai devolver a vida dos caídos. As famílias em geral sabem que seu filho, seu irmão, estão em alguma parte dessas tumbas, e por um rosário em uma tumba ou por a rezar em outra, não lhes faz, na opinião deles, diferença.

Além de argumentar que não concorda com a exumação pelo fato de acreditar que Grã-Bretanha tem interesse de aproveitar o processo e enviar os restos mortais desses soldados para a Argentina, Fernández apresenta outro argumento: “Há outro fato que é muito pessoal. [...] Que o pai de Sergio [por exemplo] não é o pai. Através do DNA, pode ocorrer que por questões familiares preexistentes apareçam alguns casos de pais que não tem a paternidade que supunham de seu filho” e finaliza ressaltando “Repito, é uma opinião pessoal, depois cada um que assuma suas responsabilidades, os governos, os familiares ou quem seja”. Já Juan Carlos Yorio, também, da AVEGUEMA, declara ser a favor da exumação, porém, “Sempre que isso não inclua trazê-los ao continente. [...] Então, no perigo de que não volte, é preferível não identificá-lo”. Yorio apresenta como argumento para sua opinião o seu encontro com uma mãe “faz pouco estive com uma mãe de um soldado morto em combate em Malvinas, e ela manifestava seu interesse pela identificação do corpo de seu filho, porém, ressaltando com toda força que não queria que trouxessem o corpo para o continente, senão, que, sendo identificado, permaneceria nas Ilhas Malvinas, que é nosso território. Ainda que os ingleses digam que não, a senhora e nos dizemos que sim [...]”

Trejo inicia sua resposta destacando a posição da comissão “Em princípio é um tema que nos já nos expressamos publicamente em muitos documentos. Porém te vou sintetizar. Primeiro as famílias são as que devem decidir, o que nos dizemos imediatamente ao Presidente da Nação quando tomou a iniciativa, dizemos ‘as famílias são as que tem que decidir’. Segundo Trejo

Agora a margem desta decisão pessoal de cada família, que devem ser consultadas, já 45 famílias que não querem fazê-lo e que não querem que se toque nada. Dentro da comissão há associados que querem fazê-lo, dentro da associação há associados que não querem fazê-lo. Há liberdade nisso. [...] O problema, quando há uma tumba anônima...está tumba anônima, bem, ali nessa tumba pode haver o resto de um pai que quer ou de um pai que não quer. [...] Agora, a margem disso, há outro assunto e o assunto é político. Os ingleses têm interesses, expressados em todos os 33 anos de pós-guerra, de transladar os restos dos soldados caídos ao continente. O tem manifestado, e temos documentos do Foreign Office que demonstram essa vontade, [...] E vimos que eles têm uma doutrina, que somente nas Malvinas não cumpriram, que é enterrar aos soldados britânicos no lugar onde morrem. [...]. Agora quando nós dizemos ‘queremos que nossos companheiros permaneçam em Darwin’. Eles dizem ‘não, translademos’.

Apesar da posição oficial da Comisión dos familiares ser contra a exumação, Trejo explica que no grupo há os que querem e os que não querem e ressalta acreditar nos interesses ingleses de enviarem os restos mortais para o continente. Outro aspecto relatado pelo veterano é que devido às condições climáticas das Malvinas, muitos corpos podem não serem identificados, o que levaria famílias ao dilema “Meu filho é um desaparecido?”. Para o veterano “Há uma série de variáveis do que é a complexidade da antropologia forense [...] exumados todos os corpos e resolvendo todas as tumbas, somente há uma quantidade de casos que não se encontram, que fazemos com esses?. [...] Começamos a escavar toda a ilha, todas as posições de combate, então tem uma complexidade. Essa complexidade, o único que garantirá não é o encerramento de uma ferida. É a reabertura de muitas feridas”. Assim como o general Fernández, ele traz, também, como argumento a questão da paternidade no resultado desses exames “Porque é seguro que somos filhos de nossas mães, porém, não em todos os casos, somos filhos de nossos pais” e defende:

Porque a reconstrução da identidade de um caso é exclusivamente uma questão dos seus restos? Ou é a reconstrução do sentido pelo qual deram suas vidas? [...] O que nós temos dito é que decidam as famílias, porém, que decidam com conhecimento primeiro. Segundo que fique absolutamente claro que qualquer que seja a coisa que se decida, primeiro tem que haver unanimidade na autorização. Não no desejo, na autorização e terceiro, que evitemos, por todos os meios explícitos e implícitos, que se tenha tudo isto para satisfazer o desejo dos ingleses. Essa é nossa posição.

Diante do argumento de que para o ato da exumação tenha que haver unanimidade das famílias, sendo que essa unanimidade não se encontra nem dentro da própria comissão, questionei Trejo: “é possível fazer a exumação apenas comparando com o DNA dos pais e mães que querem e depois voltar os restos daqueles que não foram compatíveis?”. Na resposta de Trejo, crenças religiosas, também, devem ser levadas em consideração

Sim, pode, porém, para isso há explicações, os motivos pelos quais alguém pode querer e os motivos pelos quais alguém pode não querer, são personalíssimos, [...] e se alguém diz ‘não quero que toquem uma pedra desse lugar’, por exemplo. Os índios têm a crença de que alguém que se enterra, não se pode exumar mais. Por isso se convertem em lugares sagrados. [...] os mórmons e outras seitas cristãs dizem ‘está ali e não quero que o toquem’. Há milhares de motivos, de caráter religioso, psicológico e demais, pelo qual alguém pode dizer ‘não quero’. Há que alcançar, apesar de toda essa variedade personalíssima e subjetiva, que haja um consenso.

Já a presidente da Comisión, Delmira de Cao, diz não ser a favor, mas concorda que o país que queiram fazer, o façam “Não estou a favor. Eu não o quero fazer. Agora, se outras mães querem que o façam, está tudo bem. Eu não vou dizer que não”. Delmira explica seus motivos para não querer a exumação do filho Julio de Cao

Agora eu não, em primeiro lugar te vou dizer algo que muitos não dizem. Todavia, estavam os militares e vinham a casa e te diziam se o queria trazer. [...] E eu lhe disse que não, que meu filho estava onde havia morto. Que morreu por essa terra, que eu não ia repatriar de sua própria pátria [...] A mim não me engana nada. Eu sei que ele caiu em qualquer lugar, como tantos meninos, não foi o único. Porque companheiros mesmos deles os enterravam os pedaços que caíram em qualquer lugar. Então, ali não os vão encontrar. A mim, como eu tenho trabalhado tantos anos nisto, eu sei tudo tão bem, tenho falado com tantos veteranos, que a tenho tão clara, que a mim não me vão enganar. Porém, essas mães que nunca estiveram nisto, creem que vão ir a uma tumba e o vão encontrar. E não vão encontrar. E vão dizer que são desaparecidos, porém, não são desaparecidos, estão ali, em algum lugar. [...] porém, eu não estou contra as mães, porém isso sim, penso que tem que ser por maioria, são muitas as que não querem. Porque é remover um passado que já tem que estar enterrado. E é dar-lhe o gosto aos ingleses, que se esvaziam o cemitério.

Delmira não fala em unanimidade como Trejo, para a presidente da Comisión a decisão deve ser baseada na opinião da maioria dos pais de soldados desaparecidos. Hector Rossi se posiciona contra a exumação “Eu diria que não, porque tem que ser assim. [...] Já é um ato consumado. [...] Porque se uma pessoa vai a defender algo que é seu e lamentavelmente perde a vida por qualquer razão, por defendê-lo ou que crê que tem que defender, me parece que as coisas tem que ficar assim como foram. Não há que mudá-las”. Para o veterano, se não puderam fazer a identificação no momento, não deveriam realizá-la posteriormente “Se não puderam identificá-lo, porque nós tínhamos a identificação, a chapinha. [...] essa chapinha se parti em dois, se dividia em dois, então isto é cruel...é assim. Uma metade se punha na boca [do combatente morto] para que não se perca, e o que o encontrava, levava a outra parte, por isso estava em duas partes”.

Ao analisar os depoimentos dos grupos a favor e dos grupos contra a exumação é identificável que tal tema é permeado por questões complexas que, mais uma vez, colocam no centro a relação ditadura militar/Guerra das Malvinas. Os diferentes argumentos se resumem em um mesmo embate: para alguns as exumações seriam uma forma de identificar abusos cometidos por superiores aos soldados no front e, assim, exigir justiça através da punição de tais arbitrariedades da mesma forma que se busca a punição de abusos cometidos no continente pelas mesmas Forças Armadas que foram às Malvinas. Para outros, o processo de exumação e uma, conseqüente, constatação que soldados argentinos foram mortos por membros do seu próprio exército se configuraria em mais um argumento para deslegitimar a guerra e a luta por Malvinas, intensificando, também, o desprestígio das Forças Armadas. Tal embate, sem previsão de um desfecho, acaba por permear as representações, as construções de memórias sobre o conflito.

5.4 Quem são veteranos? A luta de ex-soldados continentais pelo reconhecimento como veteranos da Guerra das Malvinas

A definição de quem é veterano da Guerra das Malvinas é outro fator motivador de conflitos quando se trata do tema. Tal definição envolve questões legais, mas, também, de cunho emotivo, já que o título de veterano de

guerra não promove apenas benefícios financeiros, mas, também, honras militares e dentro do grupo social.

De acordo com Timothy Bodamer¹³⁶ nos Estados Unidos, país com grande número de veteranos de guerra, a definição de veterano varia dos níveis federais a estaduais e uma vez considerado veterano, normalmente lhe é conferido uma variedade de benefícios. No nível federal, veterano é o combatente que serviu as Forças Armadas e deu baixa honoravelmente. Porém, leis estaduais podem divergir da federal, como no caso de Dakota do Sul que classifica um soldado como veterano em relação ao tempo de serviço em guerras ou se receberam medalha de honra durante um conflito. Membros da Reserva das Forças Armadas ou da Guarda Nacional não são qualificados como veteranos pela lei federal, com exceção dos casos em que o presidente da república os convoque para algum serviço e, dessa forma, reservistas podem ser qualificados como veteranos. De acordo com Bodamer, o Departamento de Assuntos Veteranos do governo federal oferece uma grande variedade de benefícios aos considerados veteranos, como pensões, empréstimos hipotecários, treinamento vocacional e seguro de vida.

Com relação à Guerra das Malvinas, Daniel E. Gionco¹³⁷ explica que a legislação argentina chama de veterano da guerra a todos oficiais, suboficiais e soldados das Forças Armadas e de Seguridade que tenham participado das ações bélicas nas jurisdições TOM (Teatro de Operações Malvinas) e TOAS (Teatro de Operações do Atlântico Sul) (regiões consideradas zonas do conflito), além de civis que se encontrassem cumprindo algum serviço de apoio na zona da guerra: “TOM: vigência desde 2 de abril de 1982 até o 14 de junho de 1982. Jurisdição Ilhas Malvinas, Georgias e Sandwich del Sur; TOAS: vigência desde o 7 de abril de 1982 até o 14 de junho de 1982, jurisdição: Plataforma Continental, Ilhas Malvinas, Georgias, Sandwich del Sur e o espaço aéreo e submarino correspondente”. Gionco ressalta que em todo caso é o Ministério da Defesa da Nação o órgão encarregado de certificar a condição de veterano: “Cabe aclarar que o pessoal que somente permaneceu em território continental durante a guerra de 1982,

¹³⁶BODAMER, Timothy. *Definición militar de un veterano*. EUA. Disponível em <<http://www.ehowenespanol.com/definicion-militar-veterano-sobre-174528/>>. Acesso em 14 de Out, 2015.

¹³⁷DATOS de veteranos de guerra de la República Argentina. Buenos Aires. Disponível em <<http://www.afip.gov.ar/genericos/malvinas/documentos/DatosVeteranos.pdf>>. Acesso em 14 de Out, 2015.

não estando nem no TOM nem no TOAS, não é veterano, ainda que haja sido mobilizado e/ou convocado”.

Há sete anos foi montado um acampamento, chamado TOAS (Teatro de Operaciones del Atlántico Sur), na mais famosa praça de Buenos Aires, Plaza de Mayo, com o objetivo de chamar a atenção da sociedade e do governo argentino para a causa de um grupo de ex-soldados que foram mobilizados durante a Guerra das Malvinas para o trabalho na parte logística e da guarda da costa no continente. São os chamados ex-soldados continentais, que legalmente não são reconhecidos como veteranos das Malvinas por não terem atuado na região considerada zona da guerra. Os ex-soldados continentais se organizaram em busca de reconhecimento e ressarcimento da mesma forma que o grupo reconhecido, com direito às pensões e honras de um veterano. As principais justificativas para suas demandas é que: foram convocados e deixaram suas vidas para se mobilizarem durante a guerra, assim como os outros jovens civis; os ingleses, também, atuaram no continente, como no caso da Operação Mikado; quando voltaram, após o fim da guerra, também, sofreram preconceito por serem todos “os louquinhos da guerra” e, conseqüentemente, dificuldade de encontrar emprego. Para o grupo já que compareceram a convocação e cumpriram uma missão durante todo o período da guerra, sendo discriminados e excluídos ao retornar dela, também, merecem a reparação. As expectativas do grupo aumentaram quando em 2010 a Corte Suprema de Justiça reconheceu o suboficial Carmelo Antonio Gerez, que atuou na guarda em Tierra del Fuego durante a guerra, como veterano, alegando que se tratava de uma zona de risco durante o conflito, o que abre um precedente importante para a luta dos ex-soldados continentais.

As reivindicações dos soldados continentais geraram a mobilização de ex-combatentes, reconhecidos como veteranos, que alegam oportunismo do grupo e que estes estão em buscar de vantagens financeiras com o título de veteranos, sendo que não estiveram no cenário de guerra e não correram os mesmos riscos que os soldados que combateram nas Malvinas. Para grupos desses veteranos, caso a justiça reconheça todo esse contingente de soldados continentais como veteranos e, conseqüentemente, lhes conceda pensões, o Estado não poderá arcar com esses números, o que pode levar ao cancelamento de todos os benefícios, inclusive os que já estão sendo concedidos, já que recebem a pensão não por uma lei, mas por um decreto.

De acordo com o porta voz dos ex-soldados continentais acampados na Plaza de Mayo, Tulio Fraboschi, em entrevista para o Perfil.com (2012) “Em 1990, Menem e Cavallo nos negaram o benefício por suposta falta de pressuposto e porque não estavam realizadas as listas com os soldados continentais do Exército, da Armada e da Força Aérea. Essa lista já se fez, a recebeu o ministro da Defesa Arturo Puticelli [do governo de Cristina Kirchner] e já não há mais razões para demorar o reconhecimento”. Fraboschi ressalta que o grupo tem o apoio de organizações de direitos humanos e até o Exército Inglês reconhece suas missões como ações próprias da guerra. Em abril de 2012, o ainda cardeal argentino Jorge Bergoglio, hoje Papa Francisco, se manifestou a respeito do grupo, demonstrando apoio às suas reivindicações “Tenha estado ou não no campo de batalha, lhes deixou cicatrizes [...] A Pátria não pode excluir de sua recordação a nenhum que foi convocado, tem que fazer-se cargo de tantos corações com cicatrizes e fazer-lhes agradecimentos, aos que caíram nas ilhas ou submergidos na água, a todos”¹³⁸.

Para o veterano do CECIM, Carrizo, o pedido de pensão por parte desse grupo se trata de oportunismo, “Me parece que ali há um oportunismo muito grande de tratar de resolver uma crise pessoal muito grande com Malvinas. [...] Não estiveram na guerra. E muitos construíram uma fábula porque Malvinas outorgam umas muito boas pensões aos que foram a Malvinas”. Carrizo ressalta que este grupo tem sido incentivado por advogados interessados em ganhar com a causa

os mais vivos de todos foram os jurídicos, que os convenceram de que eles tinham direito igual aos que foram, e se ampararam em legislações norte-americanas. [...] Porém, é parte de uma grande falácia, que tem um apoio na Corte Suprema de Justiça da Nação, que aceitou o caso de um militar como este, porém, gerava um precedente muito sério para que se produzam um monte de sentenças contra o Estado. [...] Esta resposta de considerar a todos veteranos abre uma caixa de Pandora, porque já não sabem quem vão ser. Se vão ser 50 mil, 60 mil, 80 mil, 100 mil. Qualquer um pode ser veterano de guerra. Agora o certo é que os que fomos a guerra somos 14 mil. O resto é invenção. [...] Então, é um grande mercado fabricado por advogados que cobram seu negócio, desesperados sociais e obviamente amparados por um setor da política.

¹³⁸LOSANDES. *Bergoglio pidió una reivindicación para "todos" los que participaron en la guerra*. Buenos Aires, 2012. Disponível em <<http://archivo.losandes.com.ar/notas/2012/4/2/bergoglio-pidio-reivindicacion-para-todos-participaron-guerra-633815.asp>> Acesso em 10 de abr. 2014.

Alonso lembra que ao retornarem de Malvinas ninguém dizia que era ex-combatente para não sofrer discriminação, o que os impedia de conseguir trabalho “Ocultavas isso. Quando ia pedir um trabalho, ou quando te diziam, ‘você que classe foi?’ ‘Você esteve em Malvinas?’ ‘Não’. Você não esteve em Malvinas. Ninguém se sentia orgulhoso de dizer ‘sou ex-combatente’. Muitos poucos talvez”. Ele ressalta que durante muitos anos ninguém reclamou essa posição, com exceção de quem realmente vivenciou a guerra e viam a atual situação de companheiros

Durante muitíssimos anos ninguém reclamou nada, salvo os ex-combatentes, porque havíamos vivido esta situação, de nossos companheiros que estavam mal, que não se recuperavam, que não conseguiam trabalho, que tinha famílias..., com questão de vícios, alcoolismo, violência familiar, etc. Temos tido muitos picos de muita gente nas prisões. Havia um estado de violência muito importante. Nessa época, está gente não existia. Aparecem quando aparece o reconhecimento econômico muito importante. [...] Eu chamo psicose de renda, entende? Há um aproveitamento que é uma falta de moral. Uma falta de respeito. Imagina. [...] Porém, tudo que está referenciado a partir do momento em que começou a haver um reconhecimento, que foi a partir da decisão de Néstor Kirchner...quando cobrávamos 140 pesos ou quando regressamos de Malvinas, ninguém dizia ‘Eu sou ex-combatente’”.

Fernández acredita que esses soldados, que já haviam dado baixa e foram reincorporados, deveriam ter recebido uma compensação por terem mobilizado, mas não a pensão

Digamos assim, deixou de trabalhar 4 ou 5 meses, bom, se paga o soldo desses 4 ou 5 meses que deixou de trabalhar. [...] Não é o mesmo a situação que alguém que navegou em um navio em condições de ser torpedeado, que alguém que esteve carregando esse navio em um porto. Não é o mesmo a condição de alguém que esteve baixo o canhão naval em uma trincheira em Malvinas que aquele que esteve em uma trincheira em Santa Cruz, olhando a fronteira. Eu creio que equiparar, de nenhuma maneira é equiparar. Não são equiparáveis como veteranos de guerra. [...] A legislação da Nação diz que os veteranos de guerra são só os que estiveram no Teatro de Operações do Atlântico Sul. Se algum governo quer dar alguma compensação econômica ao resto dos 100 mil homens que estiveram disseminados no resto do território, é uma decisão política e econômica. [...] Interesse sempre o mesmo, econômico. Aqui se tem movido basicamente por um interesse econômico.

Juan Carlos Yorio é categórico “Participaram de um montão de coisa, porém não da guerra”. Para o veterano, este grupo não pode ser considerado

veterano de guerra “Os considerados veteranos de guerra são todos os que participaram da Guerra das Malvinas. Não os que ficaram no continente fazendo todo tipo de tarefa, de logística, de seguridade, de prevenção, de defesa, porém não participação na guerra, interesse do grupo....dinheiro, nada mais”.

Delmira de Cao, também, não os considera veteranos, mas considera que se o governo achar que deve lhes dá uma pensão mínima, pode, desde que não o mesmo que os reais veteranos “Vos digo, os rapazes que não são veteranos de guerra. Não foram a Malvinas. Estiveram no continente. E bom, eu não sei...se eles quiserem dar uma mínima pensão de reconhecimento, é questão do governo que a dê, porém, não sei. [...] Porém, bom, os mobilizados. Se lhes der uma pensão mínima, que as deem. Coisa deles. Porém, não ser a pensão do veterano que foi. Não é o mesmo, porém, mínima”

Hector Rossi, do grupo de ex-soldados continentais que pede o reconhecimento como veteranos, justifica a luta do grupo ressaltando que os britânicos, também, estiveram atacando no continente e que eles, também, estavam no risco de serem convocados a irem às Malvinas “não somente o inimigo esteve em Malvinas. O inimigo esteve no continente. [...] de onde estávamos nós, quatro companheiros meus cruzaram a Malvinas. Como dois suboficiais. Porque eles estavam no grupo BLOOPIPE, que eram os mísseis antiaéreos portáteis”. Ele declara que lhe entristece não estar na lista de veteranos “Sim, nos estamos esperando que a Nação nos dê as graças, nos agradeça pelo o que fizemos” e explica que inicialmente fizeram parte da lista, mas a partir do momento que foram concedidas as pensões, houve a exclusão

Houve uns quatro distúrbios. As coisas se fizeram improvisadas. Em um princípio estávamos todos incluídos na lei. [...] Os que caíram fora do benefício, que não estamos considerados veteranos de guerra, somos aproximadamente 8.000. [...] Através do trabalho que se está fazendo aqui com as Forças Armadas e com o governo, conseguimos que trabalhem nos livros nesse momento para identificar quais formavam parte da estrutura de combate. Que estivemos dentro do teatro das operações. Por isso, dizemos acampamento TOAS Plaza de Mayo. TOAS quer dizer Teatro de Operações do Atlântico Sul. Porque estivemos dentro do teatro de operações, de onde se desenvolve as ações. Porque muitas pessoas dizem ‘ah, estivestes em Malvinas?’ ‘Não, não estive em Malvinas. Os pilotos das Forças Armadas não estiveram em Malvinas. Saíram do continente a atacar a frota e voltavam. E eles sim, são veteranos. Porém, a equipe de pessoas que armaram os aviões, o arrumavam, punha em condições, não. [...] Meu nome está na lista, porém, não

na lista oficial. Por isso, eu te ponho o exemplo da universidade. Você pode ingressar na universidade, render um exame de ingresso, porém, na universidade são 500 que querem entrar, porém, na universidade somente podem ingressar 200 pessoas. Porém, você está na lista.[...] Então, você tem que esperar que lhe chame. A nós nos passa o mesmo. [...] No acampamento somos 400. [...] ao princípio nos incluíram a todos e depois quando veio a parte da pensão, parte econômica, disseram ‘não, são muitos’. Ali nos tiraram da lista, ou seja, nos correram da lista.

Rossi ressalta que nem mesmo os oficiais que ficaram no continente são considerados veteranos “Em realidade os oficiais e suboficiais não tinham que ter um benefício, sim, tem que ter as honras. A medalha e o diploma. Isso sim. Porém não tem que ter a parte econômica, porque eles se formam, ou seja, é como uma polícia. É sua profissão. Eles elegeram. E a nação lhes paga para que se preparem para esse trabalho. Não deveriam ter a parte econômica. [...] Os soldados sim”. Rossi insiste que eles estavam dentro da guerra, portanto, podendo a qualquer momento atacar ou serem atacados “Estávamos nessa espera. [...] Porque muitas pessoas dizem: ‘estivestes em Malvinas?’ ou te perguntam ‘é veterano de guerra?’ ‘Sim’. É o primeiro que te dizem. Todos creem que o conflito foi somente em Malvinas e em Malvinas foi o final. Não foi o princípio. [...] A história oficial é uma. Essa é a história oficial de Malvinas. A outra parte”. De acordo com Rossi, dentro do grupo há aqueles que entraram com processo e outros não “Há rapazes que sim, estão fazendo [processo]. Companheiros aqui. E há outros que já tem sentença de primeira estância que dizem que são veteranos de guerra. Porém, o governo segue apelando, então, passa a segunda estância, até que chegue á Corte Suprema de Justiça da Nação”.

No ano passado o jornal La Voz (2015) entrevistou quatro ex-soldados continentais, apresentando seus argumentos¹³⁹ para a causa que tem

¹³⁹Na entrevista ao La Voz (2015), os ex-soldados argumentam: “Asseguram que o Comando de Teatro de Operações pede através do decreto secreto número 700 do 7 de abril de 1982, que o TOAS abarcasse, além dos lugares mencionados, as províncias de Chubut e Santa Cruz; os conscritos revestiam estado militar, isto é, não estavam voluntariamente nessa situação, senão que cumpriam ordens como membros das Forças Armadas, sujeitos a regulamentos e leis especiais; uma vez em TOAS, deveriam cumprir a ordem 1/82 de Vigilância e Defesa do Litoral Marítimo no marco da ação bélica. Isto incluía a realização de obras de defesa, preparação das guarnições e base para as contingências do caso, exercícios de defesa por possível infiltração e sabotagem de tropas especiais inglesas; contendo que existem provas de incursões de comandos ingleses em território continental argentino; muitos dos veteranos que permaneceram na ilha Gran Malvina (a ilha ocidental) nunca combateram, já que as ações se deram quase exclusivamente na ilha Soledad, no entanto, são reconhecidos como ex-combatentes; como referência indicam que as Forças Armadas inglesas reconhecem como veteranos aos efetivos que durante a guerra permaneceram nas ilhas Ascensión.

lutado. O ex-soldado continental Eduardo Riveiro, que trabalhou na padaria do Regimento de Infantaria número 8, fabricando o pão que foi levado a Malvinas, ressalta que eles iam ao front “Eram umas 50 bolsas, todos os dias. Os embolsávamos, os subíamos a um caminhão que nos levava à pista e dali em avião a Malvinas. Às vezes nós mesmos, descíamos o pão e voltávamos ao continente”. Cesar Ortis trabalhou na vigia dos tanques de combustíveis YPF, para evitar ataques ingleses e Alejandro Palú foi assistente no regimento que recebia e cuidava dos pilotos que voltavam das missões. Já Pablo Pelegrino patrulhou a costa e fez a guarda da zona de decolagem dos aviões que saíram de Comodoro Rivadavia. De acordo com o La Voz (2015)

O que pedem é a declaração de inconstitucionalidade do decreto 509/88. Essa norma regulamentava uma das primeiras leis sobre os benefícios que correspondiam aos veteranos de guerra e estabelecia que o Teatro de Operações do Atlântico Sul (TOAS) abarcava ‘a plataforma continental, as ilhas Malvinas, Georgias e Sandwich do Sul e o espaço aéreo correspondente’. Quer dizer, que não reconhecia ao território patagônico como parte do TOAS. As leis que se sancionaram, posteriormente, mantiveram este esquema e isso privou aos veteranos que estiveram em terreno continental de receberem os benefícios para veteranos sobre os quais se legislou, posteriormente.¹⁴⁰

No dia 7 de outubro de 2015 os ex-soldados continentais endureceram suas reivindicações, ao iniciarem a construção de uma sala de tijolos e cimento em plena Plaza de Mayo, no mesmo lugar onde fica a barraca do acampamento. De acordo com o porta-voz do grupo, Traboschi, em entrevista ao Jornal Diario Registrado, “faz exatamente 2780 dias, e faz sete anos e meio [...] Se nos vão deixar morrer aqui, pelo menos que tenhamos um lugar digno onde não passamos frio ou calor. [...] Isso é um capricho das autoridades, porque a documentação já mostrou que fomos combatentes”¹⁴¹. A construção, na principal praça da cidade de Buenos Aires, motivou a intervenção da Polícia Federal que comunicou aos manifestantes que a fiscal Claudia Barcia havia ordenado que cessassem pacificamente as obras “Cerca das 11 da manhã [do dia 7 de outubro] a

¹⁴⁰LA VOZ. *Veteranos de guerra, la causa de los soldados continentales*. Buenos Aires, 2015. Disponível em <http://www.lavoz.com.ar/politica/veteranos-de-guerra-la-causa-de-los-soldados-continentales>. Acesso em 22 de Out. 2015.

¹⁴¹DIARIO REGISTRADO. *Pararon la construcción que exconscriptos realizaban en Plaza de Mayo*. Buenos Aires, 2015. Disponível em <<http://www.diarioregistrado.com/politica/131082-pararon-la-construccion-que-exconscriptos-realizaban-en-plaza-de-mayo.html>>. Acesso em 15 de Dez 2015.

obra já tinha um metro de altura”¹⁴². No dia seguinte, depois de um acordo com o Ministério da Defesa de voltarem a discutir o tema com o governo, os ex-soldados demoliram a construção: “em assembleia decidimos tirar a obra para mostrar um gesto de boa vontade e chegar a um bom acordo.”¹⁴³, explica o ex-soldado Sergio Logarzo, que não descartou a possibilidade de voltar com a construção.

A luta dos ex-soldados continentais é um dos motivos de embate dentro do campo das memórias da guerra, já que perpassa pela definição de quem foram os veteranos das Malvinas. Porém, ao contrário de outros temas que permeiam os debates no campo das memórias, este não é direcionado pela relação do conflito com a ditadura militar. No decorrer dos capítulos quatro e cinco, identificamos que o cerne dos embates na construção das memórias da guerra é a relação ditadura militar/Guerra das Malvinas. É por ter sido planejada e executada por um governo de uma Junta Militar que se discute a legitimidade do conflito e questões como a construção da imagem do soldado como vítima. Dessa relação surgiram os termos desmalvinização e malvinização para classificar o embate que se produz no campo das construções de memórias da guerra. É dentro dessa relação que se explica os abusos de autoridade de militares para com soldados nas Malvinas e cobra-se que seja feita a justiça. Dessa relação, também, se produz a atual enfrentamento de diferentes grupos pela exumação/não exumação de soldados não reconhecidos no cemitério de Darwin, já que associações como o CECIM e intelectuais como Federico Lorenz, acreditam que desse processo se elucidará que muitas das baixas se deram pelas mãos do próprio exército argentino. Como identificamos nas discussões promovidas nos dois últimos capítulos, tais embates não cessaram e continuam dinâmicos no decorrer desses trinta e três anos pós-guerra das Malvinas (1982-2015), o que faz desse trabalho de pesquisa apenas uma contribuição para elucidar quem discute, o que se discute e o porquê dessas conflituosas discussões sobre a Guerra das Malvinas.

¹⁴²Ibidem.

¹⁴³EL INTRANSINGENTE. *Los ex soldados de Malvinas demolieron la construcción en Plaza de Mayo*. Buenos Aires, 2015. Disponível <http://www.elintransigente.com/argentina/2015/10/8/soldados-malvinas-demolieronconstruccion-plaza-mayo-346607.html>>. Acesso em 15 de Dez. 2015.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de desvelar como tem se processado a disputa pela memória da Guerra das Malvinas no pós-guerra, os grupos que participam desse embate, seus argumentos para os temas mais debatidos e, principalmente, quais seus objetivos na forma que têm representado a guerra no decorrer dos trinta e três anos de seu desfecho, iniciei esse trabalho de pesquisa.

As leituras sobre o tema Guerra das Malvinas me levaram a definição dos principais grupos sociais que tem participado desse debate e, conseqüentemente, da configuração desse cenário conflituoso do pós-guerra: intelectuais argentinos especialistas no tema, e que produziram um importante aparato bibliográfico, no qual participam do debate sobre as representações da guerra e as implicações de cada uma para a sociedade argentina; as testemunhas mais próximas do evento bélico, veteranos e familiares de combatentes mortos, por serem os grupos que mais tem buscado participar, com o decorrer dos anos pós-guerra, das construções de memórias sobre o conflito e das discussões sobre a melhor forma de representá-lo e as, consideradas, duas principais produções cinematográficas sobre o tema, *Los chicos de la guerra* (1984) e *Illuminados por el fuego* (2005), por serem dois marcos nas representações sobre o conflito no cinema argentino e terem participado ativamente do debate/embate produzido pelas diferentes representações sobre a guerra.

No decorrer da pesquisa ficou latente a participação desses diferentes agentes sociais nas construções de memórias sobre a guerra e, conseqüentemente, na disputa sobre a melhor forma de fazer suas representações em diferentes contextos político, econômico e social da história argentina. A forma com que todos querem que sua construção de memória seja a memória “oficial”, a que se destaca dentro da sociedade diante das outras representações, confirma a ideia de como a Guerra das Malvinas se tornou objeto de uma intensa disputa política/ideológica. Mas por que está disputa pela memória da guerra? Por que lutar para que sua construção de memória sobre o conflito alcance o status de memória “oficial”? O que eles querem no presente que precisam construir na memória?. Com o processo da pesquisa chegamos a determinadas respostas para tais questionamentos.

Em busca de legitimidade e autoridade outorgada pelo status de memória “oficial”, presenciemos tantos embates no campo das memórias de acontecimentos que marcaram a História, entre eles a Guerra das Malvinas. Tal legitimidade e autoridade são determinantes para o momento presente, o momento em que essas memórias são construídas, ou seja, o motivo de tantos embates no campo das memórias é porque elas não são somente sobre o passado, elas são sobre o presente, elas podem influenciar questões políticas, econômicas, sociais e culturais no presente.

No processo da pesquisa, busquei definir quais os principais temas que fazem parte dos debates mais conflituosos sobre a guerra. Para isso, inicialmente analisei a relação Argentina e Ilhas Malvinas, desde os primeiros relatos da descoberta do arquipélago. A própria descoberta já é fonte de intensos debates no meio acadêmico, já que se configuram diferentes posições sobre os primeiros navegadores a chegarem no território malvinense. Foi a tomada das ilhas pelo governo britânico no ano de 1833 que iniciou a disputa que já dura 180 anos. Um conflito marcado por diversos momentos históricos controversos e que se tornou uma das mais importantes fontes de construção do sentimento nacional naquela recém-formada República Argentina.

As publicações de José Hernández, Groussac e dos irmãos Irazustra, o empenho do senador socialista Alfredo Palácios na divulgação dos pensamentos dos intelectuais e as políticas governamentais na difusão de símbolos nacionais no sistema educativo foram algumas das ações que se mostraram fundamentais na transformação da disputa do arquipélago em causa nacional dos argentinos. Nos discursos, o que se identifica é que lutar pelo território era apenas uma forma de lutar pela própria Argentina, contra a “submissão ao imperialismo” dos países hegemônicos, propiciado pelo entreguismo de seus próprios governantes, e contra a submissão interna dos trabalhadores a um sistema político/econômico excludente. Portanto, reivindicar Malvinas era parte de uma luta muito maior, que lhes proporcionaria a redenção nacional. Reivindicar Malvinas se tornou mais problemático em 1982 quando o governo de uma Junta Militar empreendeu a guerra pela recuperação do território. Um conflito que, só pelo fato de ter sido iniciado por um regime ditatorial já seria motivo de intensas discussões quanto a sua legitimidade, também, foi palco de situações tão controversas quanto a sua própria deflagração.

Para promover um debate entres diferentes fontes sobre os aspectos controversos e polêmicos a respeito da Guerra das Malvinas nos trinta e três anos pós-guerra tive que perscrutar caminhos teórico-metodológicos novos no âmbito de minha experiência como pesquisadora e que, por isso, se tornaram desafios a serem superados. O principal desafio foi o trabalho com relatos orais que me levaram ao complexo, porém abrangente trabalho com a história oral. Ao analisar o aparato teórico-metodológico da história oral concluí que um dos fatores mais importantes a serem considerados é a subjetividade dos depoimentos orais. Nesse sentido, o mais importante nas entrevistas, realizadas com veteranos da Guerra das Malvinas e familiares de combatentes mortos, e, posterior análise e interpretação destas, não foi a questão complexa de encontrar a ‘verdade’ nos depoimentos, mas o questionamento do por que a testemunha tem construído a memória sobre sua experiência dessa forma.

Nesse sentido, as contradições e as distorções tornaram a pesquisa mais rica, o que contraria a ideia de que estás se constituem um problema no trabalho com história oral. Considerando que busco entender o embate que se dá dentro do processo de construção de memórias sobre o conflito nas Malvinas e que conflitos, tensões, contradições fazem parte da constituição do ser humano e de sua relação com os outros do seu meio social, a identificação desses elementos nos depoimentos foi um importante caminho dentro do processo da pesquisa.

Como abordado durante o texto devemos ficar atentos no trabalho com grupos de militantes de alguma causa, já que costumam dar testemunhos com uma estrutura determinada o que requer do historiador muita cautela para entender o discurso reconstruído. Identifiquei essa preocupação de associações com a “preservação” dos discursos construídos, ou seja, com o controle da memória quando constatei a apreensão de um dos entrevistados com a chegada dos colegas no local da entrevista e, em outro caso, as constantes “visitas” de um dos membros à sala onde o colega de associação estava dando o seu depoimento, dando uma conotação clara do interesse de controle.

Tais considerações foram fundamentais para a seleção de dois membros de cada associação, CECIM, AVEGUEMA e Comisión de Familiares de Caídos no Atlántico Sur¹⁴⁴, o que se mostrou enriquecedor para a pesquisa, já que

¹⁴⁴A definição de dois membros de cada grupo para serem entrevistados não foi possível no caso do ex-soldados continentais já que, como relato no capítulo dois, houve muita resistência em concederem

constatei que os membros de uma mesma organização podem apresentar opiniões que se divergem em vários pontos e, em alguns casos, são antagônicas. Exemplos disso são as posições de Sergio Fernández e Juan Carlos Yorio, da AVEGUEMA, sobre a exumação de corpos de soldados não reconhecidos no cemitério de Darwin, sendo que o primeiro se posiciona contra e o segundo a favor. Da mesma forma, César Trejo, representante da Comisión de Familiares de Caídos en Malvinas e no Atlántico Sur se mostra absolutamente contra que ex-soldados continentais sejam reconhecidos como veteranos e recebam pensão, enquanto Delmira de Cao, presidente da associação, concorda que as pensões lhes sejam concedidas, desde que um valor inferior a já concedida aos veteranos que atuaram nas Malvinas.

A outra fonte de pesquisa que foi analisada dentro desse embate no campo da construção de memórias sobre a guerra foram as produções cinematográficas argentinas que abordam o conflito, por terem participado ativamente desse debate, apresentando suas próprias representações, contestando ou reforçando construções perpetradas por outros grupos sociais. Os marcos das representações sobre o conflito das Malvinas foram as obras fílmicas *Los chicos de la Guerra* (1984), primeiro longa-metragem sobre o conflito, e *Iluminados por el fuego* (2005) que retomou e reforçou a discussão sobre dois dos aspectos mais controversos da guerra, a fome e a tortura de soldados no front por oficiais. Antes de empreender tal análise, se fez necessário perpassar por uma abordagem do cinema político e social argentino, suas orientações temáticas e estilísticas, e de como os filmes sobre a Guerra das Malvinas estão inseridos dentro desse processo histórico de produções com abordagens políticas. Uma inserção problemática para Salvatori (2007), que defende que o cinema argentino ainda tem uma grande dívida com a Guerra das Malvinas na busca de uma abordagem que a compreenda e contextualize politicamente, enquanto Potting (2013) ressalta que um dos principais problemas da maioria das obras cinematográficas sobre o tema é evitar abrir um debate sobre as responsabilidades civis, o apoio popular para o início da guerra pelo regime ditatorial.

Na produção cinematográfica *Los chicos de La guerra* (1984), Malvinas aparece como um empreendimento do governo da ditadura militar

entrevistas. A possibilidade de entrevistar Hector Rossi surgiu ao encontrá-lo sozinho na guarda do acampamento e depois de uma longa argumentação. Contudo, muitos dos temas abordados não foram desenvolvidos por ele que temia apresentar posições políticas que atrapalhassem a causa do seu grupo.

com o apoio popular, este representado nos personagens do pai de Pablo e do patrão de Santiago. Os soldados conscritos são os principais personagens da trama, tendo as suas juventudes interrompidas por Malvinas e marcados pelos traumas gerados por uma guerra para a qual não estavam preparados e que, ainda, tiveram que enfrentar a falta de armas adequadas, fome, frio e os abusos dos oficiais. De quem são as Malvinas não parece ser o foco da narrativa fílmica de Kamin. O que parece interessar ao realizador nessa abordagem é deixar claro os motivos pelos quais esta guerra não deveria ter ocorrido.

A imagem vitimizadora do soldado na obra fílmica de Kamin foi o reflexo do momento político e social pelo qual passava a sociedade argentina, marcada pela indignação com a repressão e a crise econômica que marcaram os governos da Junta Militar. Com o objetivo de promover o fim do regime ditatorial, a sociedade argentina transformou a juventude argentina, que foi massacrada nos porões da ditadura e agora no front de guerra nas Malvinas, em símbolo das vítimas e da luta pela transição para a democracia. Refletindo uma construção social de uma imagem, a do jovem soldado como vítima, Kamin reforça tal imagem, embora, também, esteja construindo novas representações sobre o tema. Tal representação fez de Kamin alvo de duras críticas de alguns setores da sociedade, entre eles, grupos de veteranos que acusam o diretor de “desmalvinizar” a questão, ao “deslegitimar”, em sua abordagem, a luta por Malvinas.

As representações da guerra de *Los chicos de la guerra* (1984), focadas nas críticas ao papel dos militares e apresentando as experiências desmoralizantes dos soldados no front, vão de encontro com as reivindicações do CECIM. Este fator foi ressaltado por Carrizo e Alonso, muito embora, confidenciam certo incomodo com o modo de reconstrução fílmica das experiências dos soldados na guerra e com a opção por focar mais o tema ditadura, ponderando, entretanto, que tudo é compreensível dentro do processo histórico em que a obra foi produzida. Assim como, reiteradas vezes durante as entrevistas, os membros da AVEGUEMA, Fernández e Yorio, criticam a abordagem vitimizadora dos combatentes e ressaltam que tais representações objetivam o desprestígio das Forças Armadas. Já Trejo e Delmira de Cao da Comisión de Familiares de Caídos en Malvinas e Atlántico Sur criticaram no filme a opção por um olhar ou perspectiva de derrota material e moral da guerra.

Em *Iluminados por el fuego* (2005) a Guerra das Malvinas, também, foi representada como uma ação irresponsável da ditadura militar, com o apoio da sociedade, mas, diferentemente de *Los chicos de la guerra* (1984), há, também, o foco na legitimidade das reivindicações por Malvinas, representados na fala do personagem Esteban e na frase final da obra “As Malvinas são argentinas”. O foco da narrativa, também, está no soldado conscrito, mas que tem duas representações, a do herói, que enfrenta as duras limitações no embate com o inimigo e o de vítima, do governo da ditadura que os enviou a guerra, do frio, da fome, do autoritarismo e da violência de oficiais. Ele é uma vítima quando morto, no caso do personagem Juan, mas continua sendo vítima quando sobrevivente, ao carregar os traumas da guerra e da exclusão social consigo, recorrendo ao suicídio como Vargas. E mesmo no caso de Esteban, o personagem principal, o retorno às Malvinas era uma necessidade de enfrentar um passado que, por ser tão traumático, havia tentado relegar ao esquecimento.

Iluminados por el fuego (2005) foi produzido no ano de 2004 e lançado em 2005, tendo como contexto histórico o período do presidente Néstor Kirchner, responsável por implementações de ações políticas que aumentaram consideravelmente as pensões de veteranos e por discursos que deram novo fôlego a causa Malvinas. Tais discursos visavam o retorno das negociações com a Grã-Bretanha pela soberania nas Malvinas e foram responsáveis pela renovação do sentimento nacionalista e patriótico relacionado à causa. A política de memória do kirchnerismo fortaleceu, também, a luta de associações de veteranos civis, como o CECIM, que buscam justiça contra crimes que consideram contra a humanidade cometidos por superiores contra soldados durante a guerra. Este contexto político era propício para a produção de uma obra cinematográfica que defendesse a legitimidade das reivindicações por Malvinas, mas também, representasse os horrores da guerra, piorados pela falta de estrutura do exército argentino e pelo autoritarismo de alguns de seus membros.

A estreia de *Iluminados por el fuego* (2005) provocou reações extremas de diferentes associações de veteranos e de familiares. De um lado, aqueles que esperavam a oportunidade de terem o apoio estatal e popular necessário para iniciarem os pedidos de investigação e punição de oficiais acusados de abusos de autoridade, viram no impacto da obra cinematográfica um grande trunfo para seus objetivos. Do outro, grupos que reivindicam a legitimidade da guerra e seu modus

operandi criticavam o que consideram o reforço de representações que tiram o status de justa causa da guerra e, conseqüentemente, diminuem a importância das experiências de seus combatentes.

Tristán Bauer foi assessorado por membros do CECIM que contribuíram desde o roteiro até o final da produção, principalmente na cena de estaqueio. As representações de *Iluminados por el fuego* (2005) deram novo fôlego para as causas da associação, o que é ressaltado por Carrizo e Alonso. Já os membros da AVEGUEMA, assim como em relação ao filme *Los chicos de la guerra* (1984), se mostram incomodados com mais essa representação fílmica. A imagem dos militares no filme é o fator que mais mal estrar provoca no general Sergio Fernández, a qual ele critica como estereótipo do mal da narrativa fílmica. Junto com Yorio, ambos ressaltam uma preocupação recorrente em suas falas, o desprestígio da instituição da qual fazem parte, as Forças Armadas, que acreditam ser o principal objetivo de seus realizadores. Como em outros momentos das entrevistas, Fernández e Yorio demonstram o anseio por representações que enalteçam o papel dos militares na guerra, ressaltando situações de profissionalismo e superação. Os dois justificam, também, que o relato que deu origem à obra é inverídico e desqualificam o papel de Edgardo Esteban como soldado no front de Malvinas.

Cesar Trejo, da Comisión de Familiares de Caídos en Malvinas e Atlântico Sur, também, criticou *Iluminados por el fuego* (2005), ressaltando que o objetivo dos realizadores é apresentar o soldado como um personagem passivo, inerte, obrigado a ir à guerra. Para ele o filme reforça o interesse de determinados grupos de construir memórias que coloquem em primeiro plano a desmoralização da guerra, tornando-a ilegítima, principalmente por sua relação com a ditadura militar. Desmoralizar a guerra é mais uma forma, portanto, de reforçar a ideia do quão destrutiva a ditadura militar foi para a sociedade argentina. Para Trejo há um esforço, ainda hoje, para se manter tais construções, sendo que aqueles que seguem o “script” são recompensados: “E eu creio que em realidade há um setor de jornalistas, acadêmicos e intelectuais que sabem qual é o script que tem que dizer para poder ter cátedras, correspondentes na televisão, subsídios para investigações, dinheiro público para fazer filmes, sem se distanciar de determinado script”.

Dentro do embate que se criou no pós-guerra das Malvinas pela sua representação, ou mesmo, pode-se dizer, pela construção de uma memória

que se quer enquadrada enquanto única e verdadeira como analisamos em Pollack (1989), a participação dos intelectuais argentinos tem sido fundamental. Dentre os que vêm se dedicando ao tema Malvinas, o historiador Federico Lorenz é o que mais tem produzido obras analisando aspectos controversos da guerra e do período posterior a ela, além de participar ativamente de causas relacionadas como a defesa do processo de exumação de corpos de combatentes não reconhecidos nas Malvinas, para que se elucidem as causas de suas mortes. Postura que lhe proporcionou ao longo dos anos de pesquisa o respeito de determinadas associações de veteranos como o CECIM e as críticas de outra, como a Comisión de Familiares de Caídos en Malvinas e Atlântico Sur que o acusam de estar articulado com interesses britânicos, já que acreditam que o traslado dos corpos para o processo de exumação pode ser uma manobra que objetiva a retirada dos homens mortos no combate do território malvinense. Cesar Trejo, assessor da Comisión, ressalta ainda que Lorenz já trabalhou para a BBC de Londres e que este é um dos indícios de seu vínculo.

Lorenz fez um documentário encomendado pela BBC no ano de 2007, adaptando-o para sua obra *Fantasmas de Malvinas: Un libro de viajes* (2008). Tal vínculo com os interesses britânicos, ressaltados por Trejo, são questionáveis a medida que analisamos as obras do autor, que sempre defendeu a legitimidade das reivindicações por Malvinas e que ressalta, tal como o CECIM, a necessidade da elucidação de alguns pontos como as denúncias de maus-tratos de determinados militares para com seus subordinados no front e a possibilidade de muitas mortes de soldados estarem ligadas a tais abusos, à fome ou ao frio. Lorenz, inclusive defende pontos que estão entre as principais reivindicações da Comisión ao ressaltar a necessidade de reconhecimento do papel dos combatentes nas Malvinas, promovendo uma valorização positiva de suas experiências.

Já a antropóloga Rosana Guber tem dedicado a analisar um importante aspecto da guerra, que é a influência do processo político argentino no fortalecimento das reivindicações por Malvinas ao defender que a causa surgiu de interesses, como do senador socialista Alfredo Palácios, de redenção da própria Argentina, promovendo a união nacional e a luta pelo desenvolvimento interno, político e social. Ou seja, lutar por Malvinas era apenas uma forma de fortalecer a luta contra problemas internos do país.

O sociólogo Vicente Palermo se colocou dentro das discussões mais polêmicas sobre Malvinas ao publicar *Sal en las Heridas: las*

Malvinas en la cultura argentina contemporánea (2007), na qual advoga pelo esquecimento da causa Malvinas, apesar de considerar legítima a posse das ilhas, na busca pela inserção da Argentina novamente no mercado internacional e, conseqüentemente, no desenvolvimento interno, pensamento compartilhado por Beatriz Sarlo e que os colocou em uma posição delicada diante de outros intelectuais que os acusam de estar promovendo a “desmalvinização”. O filósofo León Rozitchner, em sua condição de intelectual socialista e exilado, se posicionou desde o princípio contra a guerra, motivo pelo qual foi duramente criticado por outros intelectuais, inclusive socialistas, ao defender que a relação com um regime ditatorial a destituiria de qualquer forma de legitimidade, tornando vítimas os combatentes enviados ao front. Dentre os intelectuais abordados na pesquisa, Rozitchner é o único que considera inquestionável a imagem do soldado como vítima.

Francisco Pestanha, vinculado ao FORJA (Fuerza de Orientación Radical para la Joven Argentina), tem produzido obras e ensaios que advogam pela importância da causa Malvinas, defendendo que da mesma forma que o poder político e simbólico tenta elaborar o trauma coletivo do período da ditadura militar, o mesmo deve ser promovido com relação a Malvinas, não somente para a elaboração da experiência traumática, mas, também, para o reconhecimento da heroicidade de seus combatentes.

Os Intelectuais e o cinema argentino tiveram papel importante nas discussões que me motivaram a analisar essa guerra pelo viés da memória, porém, o papel basilar do embate tem sido, nesses trinta e três anos, protagonizado pelos personagens mais próximos da experiência bélica: os seus veteranos e os familiares de combatentes mortos no conflito. Ao analisar as entrevistas realizadas com membros das associações CECIM, AVEGUEMA, Comisión de Familiares de Caídos en Malvinas e Atlántico Sur e Hector Rossi, cheguei a determinadas conclusões sobre o notório embate pela memória do qual participam no pós-guerra. O CECIM é formado por veteranos civis, grupo que foi levado à guerra por causa do período de conscrição e não por vocação e profissão militar. Estes veteranos, por sua inexperiência, alguns tinham apenas três meses de conscrição, obviamente tiveram maior dificuldade para enfrentar os problemas comuns a um conflito de tamanha proporção. Só este fator já seria motivação para tornar a experiência traumática, mas aliado a estes estavam, também, conforme relatos, a falta de armamentos adequados, inclusive houveram armas que não

funcionaram durante o combate, a falta de alimentos, chegando a ficarem dias sem receberem nenhuma provisão, a falta de roupas adequadas para o frio intenso das Malvinas, havendo inúmeros casos de pé de trincheira e até amputação, e o considerado mais grave, as punições como os estaqueos, os espancamentos, etc. cometidos por oficiais e suboficiais argentinos.

Combatentes argentinos militares, também relataram frio, fome e armas que os colocavam em desvantagem frente ao inimigo, mas junto a esses fatores, somaram-se às dificuldades dos soldados conscritos, o fator inexperiência e falta de preparo adequado para o que foi a Guerra das Malvinas, além das “punições”. Além disso, no retorno para casa, parte desses jovens, agora veteranos de guerra, enfrentaram a exclusão social e o desamparo estatal que lhes obrigaram a superar sozinhos o desemprego e os traumas da guerra sem a assistência necessária.

A posição no front de um grupo desses soldados, o Regimento 7 de La Plata, na frente de batalha, os fez mais vulneráveis ao poderio do exército britânico, provocando um grande número de baixas. Do Regimento 7, grupos acometidos por todos os fatores citados anteriormente, se fez o CECIM. E é dessa associação que mais se tem construído e defendido uma memória que ressalta suas difíceis experiências como soldados conscritos. Por isso, buscam a justiça e a reparação para o que vivenciaram no front. É da construção de memórias que ressaltem suas denúncias que se faz possível a reparação, aspecto fundamental nas reivindicações por justiça das vítimas da ditadura militar, como argumenta Beatriz Sarlo (2007:20) “os atos de memória foram uma peça central da transição democrática” e, por isso, “nenhuma condenação teria sido possível se esses atos de memória, manifestados nos relatos de testemunhas e vítimas, não tivessem existido”. Porém, a de se considerar que mesmo os atos de memórias que demandam reparações devem ser analisados de forma problematizadora, não lhes conferindo status de inatingíveis como a própria Sarlo (2007: 47) alerta “esses discursos testemunhais, sejam quais foram, são discursos e não deveriam ficar confinados numa cristalização inabordável”, até porque, existem outras narrações sobre o mesmo tema que não estão protegidos pela inatingibilidade.

A luta para que os crimes cometidos na zona de guerra sejam punidos, não inviabilizou as reivindicações do CECIM por reconhecimento da importância do papel de cada soldado na batalha - que apesar dos obstáculos

enfrentados, apresentaram resistência diante da ofensiva britânica - e da importância de reivindicar Malvinas dentro de uma luta maior que é da América Latina, ou seja, a guerra não foi legítima para o CECIM, porque foi um ato de um governo ditatorial, porém, isto não significa que a causa ou luta pelas Malvinas, tanto no passado quanto no presente, não seja justa.

Divergindo em vários pontos quanto às representações e os discursos do CECIM, está a AVEGUEMA. Como uma associação com predominância de veteranos militares, a construção de memória defendida pelo grupo coloca a guerra como legítima, pois tal legitimidade independe do governo que a empreendeu, mas da causa pela qual lutaram. Tal posição se integra à definição basilar das Forças Armadas como uma instituição organizada sob a autoridade do presidente da República e com o objetivo da defesa do território nacional, com rigorosa observância e o acatamento integral das leis. Sergio Fernández e Juan Carlos Yorio eram profissionais e segundo seus próprios relatos se sentiam preparados para o conflito do qual fizeram parte, já que passaram por um adequado treinamento das Forças Armadas Argentinas. Serem levados para uma guerra não os assustou, diferentemente do que ocorreu com os soldados conscritos, e as dificuldades enfrentadas no front são vistas de forma distinta. Fome e diferenças climáticas são possibilidades dentro de um cenário de guerra que são previstas dentro do treinamento de uma Força Armada. Como ressalta Fernández, dentro de uma guerra não se tem a previsão de seu desfecho, sendo, portanto, compreensível a necessidade de se manter um estoque de alimentos, controlando sua distribuição. Ademais, ao voltarem da guerra não se encontravam em situação de desemprego e dificuldade de serem assimilados no mercado de trabalho, já que os veteranos foram considerados “louquinhos de guerra”, pois tinham a garantia de seu vínculo profissional nas Forças Armadas e com a assistência médica-psicológica que se faz necessária depois de uma experiência bélica.

Quanto às punições, como o estaqueo, Yorio destacou que está previsto por lei, os superiores podiam aplicá-las em casos de insubordinação para evitar a perda do controle do grupo, mas ressalta que, apesar de ter cogitado seus usos, não a usou porque reconhecia que as condições que se encontravam já eram por demais difíceis para seus subordinados. Tais “punições” podem ser explicadas, portanto, dentro de dois princípios norteadores da conduta de um militar: hierarquia e disciplina, entretanto, o que para os militares é uma punição por insubordinação, para

o soldado conscrito significou um abuso de poder, intolerável diante da situação complexa que viviam.

A argumentação da legalidade das “punições” ou do cumprimento de uma ordem superior para atos de violência é, também, um aspecto questionável, considerando que a mesma justificativa foi dada por militares da ditadura que praticaram atos de tortura contra jovens opositores ao regime e, apesar disso, estas não deixaram de ser categorizadas como crimes de lesa-humanidade, sendo alguns de seus praticantes julgados e condenados.

A Comisión dos Familiares de Caídos en Malvinas e Atlântico Sur se posiciona oficialmente contra alguns dos pontos de luta do CECIM, como a exumação dos corpos de combatentes não identificados nas Malvinas e o que consideram o reforço da vitimização dos soldados, ao reivindicarem investigação e punição de oficiais que cometeram abusos no front. Com tal posicionamento, a Comisión se coloca próxima da perspectiva da outra associação entrevistada, a AVEGUEMA.

A principal bandeira da Comisión de Familiares de Caídos en Malvinas e Atlântico Sur é lutar pelo reconhecimento do sacrifício dos seus filhos, defendendo uma construção de memória que ressalte a heroicidade de cada jovem que caiu em luta nas Malvinas ou no afundamento do cruzeiro General Belgrano, por uma causa considerada justa e necessária. Entretanto, de acordo com críticas à Comisión, as posições da associação sobre os temas mais polêmicos da guerra se assemelham a pensamentos vinculados às Forças Armadas, não somente por estarem a defender a memória de seus entes queridos, mas por efetivamente estarem ligados a essa instituição.

O principal argumento para tal crítica vem do fato da Comisión de Familiares de Caídos en Malvinas e Atlântico Sur ter sido fundada por Hector Cisneros, irmão de um ex-combatente morto nas Malvinas e membro do Batalhão 601, o organismo da inteligência do Exército. O papel de Cisneros, segundo o CECIM, seria de espionar e controlar familiares de combatentes mortos nas Malvinas, evitando que estes terminassem junto às Mães da Plaza de Mayo. Para o CECIM esse controle se mantém atualmente, o que reflete nas reivindicações da Comisión, tornando-as semelhantes às reivindicações de grupos vinculados as Forças Armadas. A Comisión de Familiares explicou por nota que repudia tais acusações de

serem “simples marionetes de poderes ocultos”, ressaltando “que cada palavra que foi dita e as ações da entidade, tem sido fruto do debate democrático interno”¹⁴⁵.

A principal crítica da Comisión de Familiares de Caídos en Malvinas e Atlántico Sur quanto às construções de memórias sobre a guerra é a vitimização dos soldados. Para os que morreram na guerra a representação como herói e não como vítima é parte fundamental para a aceitação reconfortante da perda pelos familiares. Contudo, é complexa e problemática a defesa de construções de memórias que se vinculem unicamente a tais objetivos, honrar os mortos, quando desse mesmo conflito muitos outros jovens sobreviveram e retornaram para o continente, envolvidos por uma realidade de demandas e necessidades que os colocam em uma posição diferente daqueles que caíram no front. Para esses sobreviventes não bastam o reconhecimento de suas experiências e de sua heroicidade, eles anseiam por uma posição da sociedade e do Estado que os amparem em suas necessidades pós-guerra, por justiça e reparações, o que torna necessárias a construção de memórias que apresentem suas denúncias, abrindo espaço para suas reivindicações.

Ao se construir memórias sobre um evento como o conflito nas Malvinas, tanto familiares, quanto veteranos desconsideram as demandas que permeiam a posição que cada um tem e, por isso, o histórico embate entre associações de ex-soldados conscritos, associações de veteranos militares e associações de familiares de combatentes mortos na guerra. CECIM acusa a Comisión de Familiares de se posicionarem devido a influência das Forças Armadas na sua formação e condução, não considerando, também, o quão difícil possa ser o fato de que determinadas construções de memórias que tirem o sentido da guerra, estejam tirando, também, o sentido da morte dos jovens que é base reconfortante do familiar. Porém, a Comisión de Familiares, ao negarem a necessidade de construções de memórias que apresentem as acusações dos veteranos civis que buscam a condenação de oficiais que cometeram excessos para com seus soldados no front, estão ignorando a necessidade e o direito desses homens de buscarem justiça.

¹⁴⁵EL MALVINENSE. *Renunció Cisneros a la presidencia de la Comisión de Familiares de Caídos*. Buenos Aires, 2010. Disponível em <http://www.malvinense.com.ar/smalvi/10/1487.htm>. Acesso em 24 de Out. 2014.

O mesmo ocorre com a AVEGUEMA, que lutam por construções de memórias centradas no reconhecimento de suas experiências como profissionais que superaram as desvantagens bélicas com relação ao inimigo e resistiram, alegando que representações que apresentem um perfil vitimizador do soldado, tendo como contraponto um militar autoritário e abusivo são empreendidas por grupos que visam interesses financeiros e o desprestígio das Forças Armadas. Assim, desconsideram que para um soldado civil a experiência de guerra não poderia ser vivenciada com os mesmos valores de um militar. Da mesma forma, quando as associações CECIM, AVEGUEMA e Comisión de Familiares de Caídos en Malvinas e Atlántico Sur criticam o movimento dos ex-soldados continentais na busca por reconhecimento como veteranos, estão desconsiderando o direito que tais homens têm de buscarem espaço para os seus próprios relatos.

Ao analisar os discursos dos três grupos, intelectuais, veteranos e familiares e o cinema argentino, concludo que a relação ditadura militar/Guerra das Malvinas é o cerne das principais discussões a respeito das construções de memórias sobre o conflito produzidas durante os trinta e três anos pós-guerra. Como bem resumiu Ansalti (2012:15) “Ali radica o nó da questão: toda reivindicação do 2 de abril é, necessariamente e mal que pese, uma reivindicação de um ato da ditadura (não digo da ditadura, senão do ato dela, algo bem distinto)”. É dessa relação ditadura militar/Guerra das Malvinas que se produz os principais temas geradores de conflitos entre os diferentes grupos que participam da construção de memórias da guerra e do embate sobre a melhor forma de representá-la. É essa relação que torna a guerra ilegítima para determinados grupos como o CECIM, intelectuais como Lorenz e obras cinematográficas como as de Kamin e de Bauer, o que provoca a reação de outros grupos como a AVEGUEMA, a Comisión de Familiares de Caídos en Malvinas e Atlántico Sur e intelectuais como Pestanha e Cangiano que advogam que a legitimidade do conflito não é determinada pelo regime de governo que o empreendeu, mas pelo fato de que lutar por Malvinas é uma causa justa. É essa relação que faz com que o CECIM exija investigação, justiça e reparação para os casos de abusos cometidos no front dentro dessa relação complexa entre soldados e militares e que defenda a exumação de corpos de soldados não reconhecidos em busca de dados que esclareçam tais mortes, fatores que, também, provocam reações contrárias de grupos que acreditam que tais discussões, investigações e punições contribuiriam para a deslegitimação da causa e

enfraquecimento da luta pelas Malvinas, motivadora de uma luta muito maior, que é a latino-americana contra o “imperialismo”.

Em um aspecto todos os entrevistados corroboram em suas posições, que os objetivos da Grã-Bretanha nas Malvinas são bem maiores que apenas dominar um território de pouco mais de 12.000 quilômetros quadrados. Para os membros das associações e Hector Rossi, Malvinas seria um ponto estratégico para o domínio da Grã-Bretanha e de seus aliados da OTAN no Atlântico Sul com vistas às riquezas da região e principalmente à conquista da Antártida. O esgotamento dos recursos naturais desses países do norte é um fator motivador de tal ação considerada “imperialista”. Tal debate apresentou outra relação considerada dicotômica dentro dos debates do pós-guerra, a relação países hegemônicos/América Latina como fator motivador das representações que justificam a guerra e a legitimam. A luta latino-americana contra a hegemonia e as ações “imperialistas” dos países do norte, representada na causa Malvinas, é um pensamento compartilhado por todos os entrevistados, porém, para alguns esse fator legitima a guerra, enquanto para outros a causa da Pátria Grande não os faz reivindicar o conflito já que não inviabiliza o fato dele ter sido iniciado por um governo da ditadura militar, até então aliado aos interesses de tais países hegemônicos no cenário interno. Dessa forma, enquanto a relação ditadura militar/Guerra das Malvinas é o fator de deslegitimação da guerra para determinados grupos, para outros a relação “imperialista” entre países hegemônicos/América Latina é o principal argumento de legitimação.

Dentro das quatro construções memorialísticas analisadas por Lorenz (2013) e que apresentamos no início do trabalho, identificamos que a Comisión de Familiares de Caídos en Malvinas e Atlántico Sur e a AVEGUEMA defendem pontos semelhantes da primeira, a qual o autor definiu como memórias construídas com cunho patriótico nacionalista, que tem grande força popular e na qual a guerra figura entre outros conflitos bélicos argentinos, como a guerra da independência, deixando o fracasso de lado para enaltecer a pátria e seus heróis, uma construção problemática por ignorar o aspecto mais complexo da guerra, que é sua deflagração pelo regime da ditadura militar que governavam sob o signo da repressão, prisão, tortura, assassinatos e exílio de seus opositores. Já o discurso do CECIM se vincula à terceira construção que apresenta os ex-combatentes, organizados em associações, como uma geração que trouxe da guerra a base do que daria legitimidade à sua voz política e a guerra é representada como uma luta latino-

americana contra o imperialismo. Uma construção complexa porque tais representações dos ex-combatentes, ativos como protagonistas de transformações sociais e contra a hegemonia dos países do norte na América Latina, chocam com o impacto das suas próprias denúncias contra as Forças Armadas, de maus-tratos aos soldados, já que estas reforçam os discursos e as construções de memórias que colocam o soldado como vítima.

Tal construção vitimizadora é a segunda construção memorialística definida por Lorenz (2013), na qual o jovem foi, convenientemente com o período de transição da ditadura para a democracia, enquadrado no padrão da juventude como vítima das violações dos direitos humanos durante a ditadura militar. Outra construção questionável para o autor (2013), já que, assim como as construções de memórias de cunho patriótico nacionalista se mostram problemáticas, as construções de memórias vitimizadoras dos jovens soldados das Malvinas, os colocando no mesmo quadro que jovens vítimas da repressão no continente, também são, pois não consideram que se trata de duas experiências distintas. Crítica defendida pelas três associações, CECIM, AVEGUEMA e Comisión de Familiares de Caídos en Malvinas e Atlântico Sur, enquanto Hector Rossi diverge dos outros entrevistados, ressaltando acreditar que sim, os soldados foram vítimas de um ato da ditadura, assim como as vítimas do regime no continente.

A quarta construção analisada por Lorenz (2013) é a que relata os aspectos técnicos do conflito, privilegiando o relato do passo a passo das ações militares e diplomáticas na luta por Malvinas, sem, aparentemente, uma conotação política. Analisando os discursos dos membros da AVEGUEMA, principalmente quando se posicionaram sobre as representações da guerra no cinema, observo que eles sentem a necessidade de construções que apresentem à sociedade argentina tais ações militares, destacando o profissionalismo e a postura aguerrida dos combatentes dentro do conflito. Construção mais criticada, já que, ser for a única a ser representada, ignora todos os aspectos controversos da guerra.

Ao analisarmos o contexto-histórico das construções de memórias da guerra, identificamos que na década de 80, o desejo da sociedade argentina pelo fim da ditadura e por uma rápida transição para a democracia possibilitou a construção de memórias sobre a Guerra das Malvinas pouco problematizadoras e que visavam apenas intensificar os horrores promovidos pelo regime. Tais memórias, pela confluência popular e do Estado rapidamente tomaram

status de memória “oficial” ao serem as mais difundidas por meios de comunicação, grupos políticos, sociais e culturais como o cinema. Dentro desse contexto é lançado o livro de Kon, idealizado e produzido o filme *Los chicos de la guerra* (1984) de Bebe Kamin que tiveram papel importante no reforço de tal memória. O receio de um possível retorno dos militares ao poder a mantiveram detentora do status de memória oficial. A guerra foi representada como mais um ato de irresponsabilidade e abuso da ditadura militar e seus veteranos com vítimas do regime, assim como as vítimas da repressão. O jovem como vítima se tornou a imagem símbolo das reivindicações pelo fim da ditadura e pela rápida implementação da democracia.

O surgimento de inúmeras associações de veteranos da Guerra das Malvinas, em sua maioria reivindicando a importância de sua experiência para o país e para uma luta maior dentro da América Latina contra a hegemonia política/econômica dos países de norte mostra que construções de memórias “oficiais” geram a reação dos grupos excluídos do direito de se pronunciarem sobre suas próprias construções no início do pós-guerra, dos quais acirrados debates emergiram. Para os veteranos das Malvinas essa vitimização poderia lhes render amparo social e do Estado, porém, isso não ocorreu e o efeito da construção de memória da guerra como mais um abuso dos ditadores e seus combatentes como vítimas da ditadura foi a exclusão social e o desamparo governamental.

O caso das Malvinas pode ser identificado em outras situações, quando grupos que são enquadrados dentro de imagens vitimizadoras, reivindicam seu protagonismo como construtores das mudanças históricas. Um dos exemplos semelhante do ocorrido no período imediato do pós-guerra das Malvinas com seus combatentes é o citado anteriormente durante o trabalho, quando a Comissão de Verdade e Reconciliação (CVR), logo após o fim do apartheid na África do Sul, busca a reconciliação nacional com a reparação de danos sofridos pelas vítimas através da investigação de violações de direitos humanos ocorridos durante o regime. Para alcançar esse objetivo a CVR almejava que os depoentes falassem de suas experiências na condição de vítimas passivas do sistema opressor, o que produziu uma reação dessas testemunhas que, em muitos casos, se recusaram a falar porque desejavam que fossem consideradas, também, a sua luta contra o apartheid. Negar o papel ativo desses grupos sociais, como ocorre com os veteranos das Malvinas, impede-se que suas experiências se tornem motivadores de outros movimentos populares de resistência.

Portanto, há de ser contestada a construção de memória empreendida pelos grupos hegemônicos, que negam o protagonismo dos grupos minoritários e/ou oprimidos, relegando-os a apenas o papel de vítimas e não de participantes ativos nas transformações históricas. Permitir que grupos oprimidos fossem representados como ativos na história, abriria espaço para a consciência política da força que tais grupos têm na superação de suas situações de opressão.

Como principal meio de luta contra tais memórias “oficiais”, que os relegaram a exclusão social, as associações de veteranos conseguiram grandes conquistas no que diz respeito a maior reconhecimento social e a reparações da parte do Estado. Nessa corrida, as associações de veteranos civis, os que serviram em período de conscrição, tiveram êxito na luta por maior espaço para suas memórias. Como foi exemplificado por Verena Alberti (2004), memória “dominante” e memória “dominada” são oposições plurais, dinâmicas, não são cristalinas e imutáveis. A autora citou o exemplo da Segunda Guerra Mundial em que o gaullista, membro da Resistência ‘dominado’ pelos nazistas, passa a ser o ‘dominante’, porque ganhou, dos comunistas, a disputa pela ‘memória oficial’.

A memória dos ex-combatentes civis, inicialmente, foi direcionada a reforçar o processo de vitimização do soldado, necessário para o objetivo de transição da ditadura para a democracia. Com posições firmes, com um perfil atuante e as políticas de memória do kirchnerismo, tais associações conseguiram impulsionar suas reivindicações, sendo que sua memória tem sido considerada uma das memórias “dominantes” ou até mesmo “oficial”, ao reconhecer que suas posições tomaram espaço nos debates sobre o tema Guerra das Malvinas no meio intelectual e midiático, inclusive no cinema com o lançamento e o impacto causado por *Illuminados por el fuego* (2005) que não somente representou um discurso que vinha tomando espaço no meio social, como, também o reforçou.

Tal espaço conquistado para as memórias dos ex-combatentes civis nos leva a considerar outro aspecto sobre a guerra pela memória da Guerra das Malvinas e que foi abordado por Alberti (2004) ao ressaltar que um grupo, antes “dominado”, pode elaborar uma memória considerada “dominante” no sentido de se posicionarem contra memórias que divergem de seus interesses, relegando-as ao esquecimento, como no exemplo citado por Pollack (1989) que ao contactar uma associação de sobreviventes de um campo de concentração percebeu que seus organizadores selecionam e indicam os membros a serem entrevistados, de forma

que não entrem em choque com a imagem que a associação quer passar de si mesma e da história dos deportados e, nesse caso, excluindo os que foram deportados por homossexualismo e prostituição. Considerando tais análises, é possível questionar se em associações de veteranos, como a dos civis, que se destacaram na luta para deixar de ter suas memórias “dominadas”, pode haver a elaboração de uma memória “dominante” ao definirem e defenderem um determinado perfil de quem é veterano da Guerra das Malvinas, excluindo, assim, os ex-soldados continentais, jovens conscritos que ficaram na logística ou na guarda do continente. Nesse sentido, da mesma forma que os veteranos civis tiveram, no passado, suas memórias relegadas, agora, em outra posição, negam a memória de outros grupos que lutam para terem seus relatos considerados no âmbito das representações sobre a guerra.

Porém, esse processo de conquista dos veteranos civis, de memória “dominada” e relegada ao esquecimento à memória “dominante” é questionável no sentido de que, apesar do maior espaço dado aos seus relatos e reivindicações, até o ano de 2015 o grupo ainda não tinha conquistado nenhuma vitória efetiva no que diz respeito aos julgamentos de oficiais e a exumação de soldados não identificados nas Malvinas. Porém, estão dentro de um processo em que cada vez mais a sociedade argentina toma conhecimento de suas memórias, o que pode levar ao reconhecimento da importância do conflito dentro da história argentina.

Essa conscientização quanto as reivindicações dos soldados civis e o consequente espaço para uma memória que anseia reparação, mas, também reconhecimento para o papel do veterano como mais um agente das transformações sociais e na luta contra o domínio dos países do norte sobre a América Latina, começou a ser delineada com mais força dentro do período do Kirchnerismo. As entrevistas realizadas no mês de junho de 2015, dentro do governo de Cristina Kirchner, muito são influenciadas pela política do kirchnerismo em relação à causa Malvinas, iniciada no governo de Néstor e que reforçaram os embates entre associações e outros grupos sociais interessados nas representações da guerra. A política de memória do kirchnerismo foi marcada pelo pedido de perdão do presidente aos veteranos, o aumento de pensões, a renovação do discurso que defende a causa Malvinas e reclama a retomada das negociações com a Grã-Bretanha e uma posição fortemente patriótica e nacionalista já presente no discurso de posse de Néstor Kirchner “Nós viemos do sul do país, terra de cultura e gelo continental

malvinera e ineludicamente vai sustentar nossa reivindicação de soberania sobre as Ilhas Malvinas”¹⁴⁶. Uma posição que Palermo (2007:358) defende ser mais interessada em consenso interno do que na própria reivindicação das ilhas “não é raro que escolham a causa Malvinas como um dos terrenos emblemáticos para fazer patente sua vocação refundadora”.

Apesar das controvérsias, tal posição de Kirchner foi de encontro com reivindicações de associações de veteranos e familiares de soldados mortos nas Malvinas. Além do aumento das pensões e de maior assistência estatal, fortaleceu-se a superação das representações vitimizadoras dos combatentes que marcaram as construções de memórias sobre o conflito até então. Por outro lado, a intensificação de um discurso latinoamericanista e anti-imperialista e de teor patriótico e nacionalista alimentaram, na concepção de Lorenz (2012), visões sobre a guerra mais essencialistas, o que intensificou o embate entre intelectuais e associações de veteranos e familiares sobre as representações da guerra. O evento que melhor exemplifica esse quadro foi a comemoração dos 25 anos da guerra em 2007, organizada pelo Ministério da Defesa. Durante o evento a Comisión de Familiares de caídos en Malvinas e Atlántico Sur se retirou quando o CECIM apresentou uma representação, através de um boneco, de um soldado sendo estaqueado. Para a Comisión, tal representação promoveria o retorno ao discurso de vitimização dos soldados, principal obstáculo na construção da imagem de seus filhos como heróis de guerra. Foi durante o kirchnerismo, cuja política de memória colocou em debate crimes de lesa-humanidade, que se abriu o espaço para as reivindicações dos veteranos que pediam justiça para a violência cometida por oficiais contra soldados durante a guerra. Em 2007, o CECIM denunciou junto a Secretaria de Direitos Humanos bonarenses, 70 oficiais e suboficiais por violações de direitos humanos contra seus subordinados durante o conflito.

Cristina Kirchner deu continuidade à política de Néstor quanto às Malvinas e marcou sua posição em relação à reivindicação da soberania das ilhas com discursos polêmicos que ressaltavam um caráter colonizador e de desrespeito das nações hegemônicas junto às resoluções da ONU. Cristina, também, ressaltou em seus discursos o pedido de exumação de corpos de soldados, ainda não reconhecidos, no território malvinense e foi responsável pela desclassificação dos

¹⁴⁶ SARRASAGUE, Santiago Martínez. *Los Kirchner y las Malvinas*. Buenos Aires, 2010. Disponível em < <http://www.lanacion.com.ar/1234282-los-kirchner-y-las-malvinas> > Acesso em 19 de Mar. 2014.

arquivos das Forças Armadas sobre a Guerra das Malvinas, tornando públicas informações como os abusos de oficiais denunciados por soldados no seu retorno da guerra, o que, conseqüentemente, fortaleceu as reivindicações de associações como o CECIM e incomodou grupos que consideram que tal demanda fortalece as representações vitimizadoras. Diante desse contexto político- no qual realizei a pesquisa, inclusive o processo das entrevistas - o quadro conflituoso entre associações, com a participação de intelectuais argentinos e de produções cinematográficas como *Iluminados por el fuego* (2005), estava em seu ápice, o que foi favorável para minhas análises sobre tais embates.

Os diferentes grupos que defendem diferentes construções de memória sobre a guerra não estão apenas disputando o passado, as formas de lembrar a guerra, mas estão disputando, também, o presente. Parafraseando Seixas (2004: 42) “A memória é ativada visando, de alguma forma, ao controle do passado (e, portanto, do presente)”, são as demandas, os interesses do presente que os fazem buscar o controle das representações do passado, até porque “a memória torna poderoso (s) aquele (s) que a gere (m) e controla (m)”, o que explica tantas disputas pelo controle da memória, inclusive, da materialidade que ela se expressa “(das relíquias aos monumentos, aos arquivos, símbolos, rituais, datas, comemorações...)” e por isso os conflitos gerados pela escolha da Plaza San Martín como lugar que seria construído o monumento em homenagem aos mortos na guerra e pela escolha da data em que se lembraria o conflito histórico.

Como nos exemplos que cito durante o trabalho, ao analisarmos os conflitos no campo das memórias, identificamos que tais embates estão muito mais relacionados com o presente do que com o próprio acontecimento passado. As declarações do ministro da Educação da Grã-Bretanha, Michael Gover, que ressaltou a importância de se lembrar sempre o “desapiedado e agressivo expansionismo” alemão, entre 1914-18, e a legítima reação britânica - episódio que reforçou a impossibilidade de se fazer uma comemoração conjunta no centenário da guerra - pouco se relacionam com a guerra, mas sim com as disputas da atual conjuntura político/econômica da Europa. Tais considerações podem explicar o empenho de associações em apresentarem no campo das memórias a definição de quem é e de quem não é veterano das Malvinas, combatendo, assim, as reivindicações de ex-soldados continentais pelo título de veterano, por acreditarem que caso a justiça reconheça todo esse contingente e, conseqüentemente, lhes

conceda pensões, o Estado não conseguirá arcar com esses números, o que pode levar ao cancelamento de todos os benefícios, inclusive os que lhe são concedidos. Outro exemplo é o interesse de determinados veteranos na construção de uma memória que não coloque em dúvida a legitimidade da guerra, o que seria fundamental para evitar o, ainda, presente quadro de desprestígio das Forças Armadas Argentinas, instituição da qual fazem parte.

Analisando tais embates no campo das construções de memórias, identifiquei outro aspecto desse cenário. A relação ditadura militar/ Guerra das Malvinas, centro das principais controvérsias sobre a Guerra das Malvinas, pode ter outro desdobramento, no sentido de que as memórias da ditadura acabaram por concorrer com as memórias da guerra em relação à atenção da sociedade e do Estado que a elegeu como tema principal no que diz respeito às políticas de memória, relegando outras representações de acontecimentos traumáticos a um segundo plano ou à indiferença, o que impede que haja uma elaboração, uma compreensão, um processamento dessas experiências históricas. As construções de memórias que reduzem a guerra a apenas mais um capítulo nefasto da ditadura militar, tem uma grande contribuição na construção desse cenário.

Tal questão é abordada nas análises de Ansalti (2014:17), ao ressaltar que diferentemente da memória da ditadura Militar, a da Guerra das Malvinas ainda é relegada dentro da memória coletiva da sociedade argentina: “Se a memória da ditadura e sua brutal violação dos direitos humanos, está relativamente presente na memória coletiva, não ocorre o mesmo com o outro processo desgarrador vivido pela sociedade argentina – também ele, estritamente vinculado com a ditadura, da qual terminou sendo coveiro -, a Guerra das Malvinas”, que tem se configurado dentro de um quadro marcado pela “desapreciação do Estado e de boa parte da sociedade”, tornando-se um eixo traumático muito menos processado que a ditadura.

Depois de seis golpes de estado que estabeleceram um regime ditatorial, provisório ou permanente, sendo que o último implementou um terrorismo de estado considerado responsável pelo desaparecimento de mais de 30 mil pessoas, é compreensível o pavor que a sociedade argentina tem da possibilidade de um novo golpe e o interesse em políticas de memórias que promovam justiça e reparação para os crimes cometidos pelo último regime. Por isso, o empenho na construção de memórias que promovam essa justiça e que afastem a possibilidade de voltarem a

vivenciar tais experiências traumáticas. Por isso, a persistência nas construções de memórias vitimizadoras de combatentes da Guerra das Malvinas, gestada e empreendida pelo regime, contra as quais, ainda, lutam associações de veteranos e familiares de combatentes mortos na guerra. Dissociar a guerra da ditadura não somente parece improvável, como indesejado dentro dos grupos que buscam um olhar mais problematizador do tema. O objetivo, portanto, seria deixar de reduzir esse acontecimento como só mais um episódio da ditadura militar, cujas memórias prestam apenas à possibilidade de afastar ainda mais tal regime do contexto político argentino. O desafio é encontrar caminhos que mesmo ressaltando a relação ditadura militar/Guerra das Malvinas, busque também, uma política de memória, uma elaboração, um processamento dessa experiência histórica na memória coletiva da sociedade argentina.

A Argentina tem essa dívida para com a Guerra das Malvinas, de acordo com Guber (2012:115), por não ter elaborado uma política da memória e simplesmente descartá-la, sendo que os argentinos “se viram expostos, com sentidos experienciais sumariamente contraditórios, às versões dominantes que ‘recordavam’ ‘Malvinas’ como um fiasco e uma loucura irresponsável, isto é, como um passado nefasto que somente convida ao terror, jamais à compreensão”. Preocupação compartilhada pelo principal pesquisador argentino sobre o tema, Federico Lorenz (2012:382-383), que defende que os argentinos ainda não encontraram uma forma de narrar a Guerra das Malvinas e continuam na busca por uma narração que estabeleça “a quem honrar”, em um processo que coloque “uma guerra já sacrossanta, já demonizada” no lugar da história, e o caminho para tal narração é, para o autor (2012), “reconhecer a guerra como o que foi: uma decisão autoritária de um governo ilegítimo e sanguinário [...] E uma vez produzida, distinguir entre seus combatentes, a quem sem estar envolvido com a ditadura enfrentaram a uma potência imperialista e em muitos casos a seus próprios oficiais em nome de todos (e no mesmo processo, reconhecer aos suboficiais e oficiais que não entram nessa descrição)”.

Dentro desse projeto, a guerra seria narrada não ignorando nenhum de seus aspectos, principalmente, o fato de ter sido gerida por uma ditadura militar, reconhecendo, também, os seus principais protagonistas, os ex-combatentes, porém, distinguindo entre estes, os que estavam e os que não estavam envolvidos com as ações da ditadura no continente. Seria construir a memória da guerra como

uma causa justa, mas ao mesmo tempo lembrar de todos os seus aspectos controversos, como o papel da Junta Militar e os abusos cometidos por oficiais no front, até porque, a desejada construção de uma sociedade com democracia e justiça não se processa dentro de construções que sejam condescendentes com esquecimentos, mas por construções implementadas por políticas sérias e que tenham como centro, a memória.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALBERTI, Verena. *Ouvir contar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALDANA, Roberto. *Malvinas, prueba de fuego*. Buenos Aires: Ediciones Antidoto, 1982.

AMADO, Ana. *La imagen justa: cine argentino y política (1980-2007)*. Buenos Aires: Colihue, 2009.

AMADO, Janaina (org.) . *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1998.

ANDREW, Dudley J. *As Principais Teorias do Cinema: uma introdução*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

ANSALTI, Waldo. *La memoria y el olvido como cuestión política. A propósito de Malvinas*. In. *Ciencias Sociales*. Buenos Aires, n. 80, p.12-17 ,2012.

ARIEL, Palacios. *Em aniversário da Guerra das Malvinas, Cristina pede negociação*. São Paulo, 2013. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,em-aniversario-da-guerra-das-malvinas-cristina-pede-negociacao,1016176,0.htm>>. Acesso em 25 de Agost. 2014.

AUGRAS, Monique. *História oral e subjetividade*. In. SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes, von, (org.) . *Os desafios contemporâneos da história oral*. Campinas, Área de Publicações CMU/Unicamp, 1997.

BARATA, Clara. *Quando a memória é ela própria uma guerra*. Buenos Aires, 2014. Disponível em: <<http://www.publico.pt/mundo/noticia/quando-a-memoria-e-ela-propria-uma-guerra-1621074>>. Acesso em 22 mar. 2015.

BECKER, Jean-Jacques. *O handicap do a posteriori*. In. FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaina (org.) . *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1998.

BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*. In: *Obras escolhidas I*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito da história*. In: BENJAMIN, W. *Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BIGLIA, Alejandra Díaz. *Malvinas, los muertos que (no) tenemos*. Buenos Aires, 2015. Disponível em <<http://ipidar.org/wp-content/uploads/2015/10/Las-Malvinas-y-los-muertos-que-no-tenemos.pdf>>. Acesso em 20 de dez. 2015.

BODAMER, Timothy. *Definición militar de un veterano*. EUA. Disponível em <http://www.ehowenespanol.com/definicion-militar-veterano-sobre_174528/> Acesso em 14 de Out, 2015.

BONAVENA, Pablo. *Algunas consideraciones sobre el conflicto por las islas Malvinas*. In. Ciencias Sociales. Buenos Aires, n. 80, p. 100-107, 2012.

BRISSIO, Beatriz. *Petróleo: chave para o quebra-cabeça*. In. *Malvinas a grande lição*. Rio de Janeiro: Terceiro Mundo, 1982.

CABOT, Diego. *La economía de Malvinas: pocos habitantes, muchos millones*. La Nacion, Buenos Aires, fev. de 2012. Disponível em: <<http://www.lanacion.com.ar/1447968-la-economia-de-malvinas-pocos-habitantes-muchos-millones>> Acesso em: 01 jan. 2014.

CABRAL, Danilo César. *Traumas de guerra*. São Paulo, 2008. <<http://super.abril.com.br/cultura/traumas-de-guerra>> Acesso em: 08 fev 2015.

CABRAL, Danilo. *Traumas de guerra*. In. Super Interessante., São Paulo, ed. 280, 2008. Disponível em <http://super.abril.com.br/cultura/traumas-de-guerra>> Acesso em 12 de Jan. 2015.

CANGIANO, Fernando Pablo. “*Desmalvinización*”, *la derrota argentina por otros médios*. In. Ciencias Sociales. Buenos Aires, n. 80, p.28-37, 2012.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Uma proposta metodológica para a análise semiótica de filmes em história*. Rio de Janeiro: UFF, 2010.

CARDOSO, O. R.; KIRSCHBAUM, R.; VAN DER KOOY, E. *Malvinas: la trama secreta*. Buenos Aires: Editorial Planeta, 1983.

CASTILHO, Carlos. *A Argentina já ná será a mesma*. In. *Malvinas a grande lição*. Rio de Janeiro: Terceiro Mundo, 1982.

CERON, Sergio. *Malvinas. ¿Gesta Heroica o Derrota Vergonzosa?*. Editorial Sudamericana, Buenos Aires, 1984.

CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos. *História general de las relaciones exteriores de la república argentina*. 2000. Disponível em < <http://www.argentina-ree.com/3/3-039.htm>>. Acesso em 13 de jun. 2015.

COCONI, Luciana. *Ilhas Malvinas o Falkland Islands? La cuestión de la soberanía sobre las islas del Atlántico Sur*. Buenos Aires, 2012. Disponível em < http://www.observatori.org/paises/pais_86/documentos/Islas_Malvinas_o_Falkland_Islands.pdf. > Acesso em 22 de Mar. 2014.

COGGIOLA, Osvaldo. *A outra guerra do fim do mundo: Malvinas e “redemocratização” da América do Sul*. Aurora, Marília, vol. 5, n. 02, p.169-246, jan-jun de 2012. Disponível em

<<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/viewFile/2357/1918>

> Acesso em: 14 mar. 2015

COMITÊ DA ONU *reitera apoio a pedido argentino de negociar sobre Malvinas*. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/06/comite-da-onu-reitera-apoio-pedido-argentino-de-negociar-sobre-malvinas.html>>. Acesso em: 20 de Agos. 2014.

COMPROMISSO. *"Intentamos contar las realidades que otros medios no muestran"*. Buenos Aires, 2010. Disponível em <http://periodicocompromiso.com.ar/web/index.php?option=com_content&view=article&id=137:entrevista-a-edgardo-esteban-periodista-y-escritor>. Acesso em 25 set. 2014.

CORRÊA, Carlos Humberto P. *História oral: teoria e técnica*. Florianópolis: UFSC, 1978.

CRUIKSHANK, Julie. *Tradição oral e história oral: revendo algumas questões*. In. FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaina (org.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1998.

DATOS *de veteranos de guerra de la República Argentina*. Buenos Aires. Disponível <<http://www.afip.gov.ar/genericos/malvinas/documentos/DatosVeteranos.pdf>>. Acesso em 14 de Out. 2015.

DENEGRI, Andres. *Cine underground, cine clandestino, cine experimental: hacia una definición*. Buenos Aires, 2012. Disponível em: http://www.untref.edu.ar/cibertronic/lo_trans/nota03/index.html Acesso em: 13 jan. 2015.

DIARIO REGISTRADO. *Pararon la construcción que exconscriptos realizaban en Plaza de Mayo*. Buenos Aires, 2015. Disponível em <http://www.diarioregistrado.com/politica/131082-pararon-la-construccion-que-exconscriptos-realizaban-en-plaza-de-mayo.html>. Acesso em 25 de nov. 2015.

DOBRY, Hernan. *Las torturas contra soldados, mancha negra de Malvinas*. Buenos Aires, 2012. Disponível em <<http://www.perfil.com/ediciones/elobservador/-20124-669-0014.html>>. Acesso em 01 de mar. 2014.

DUARTE, Paulo de Queiroz. *Conflicto das Malvinas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986.

El CECIM *La Plata radicó una denuncia por amenazas*. Buenos Aires, 2014. Disponível em <http://www.andaragencia.org/el-cecim-la-plata-radico-una-denuncia-por-amenazas/>. Acesso em 23 jul. 2015.

EL CLARÍN. *Kirchner: La recuperación de las Malvinas es un objetivo permanente e irrenunciable*. 2006. Disponível em <<http://edant.clarin.com/diario/2006/04/02/um/m-01169884.htm>>. Acesso em 17 de abr de 2014.

EL INTRANSINGENTE. *Los ex soldados de Malvinas demolieron la construcción en Plaza de Mayo*. Buenos Aires, 2015. Disponível em <<http://www.elintransigente.com/argentina/2015/10/8/soldados-malvinas-demolieronconstruccion-plaza-mayo-346607.html>>. Acesso em 15 de Dez. 2015.

EL LITORAL. *Continúan las negociaciones para identificar a los soldados argentinos enterrados en Darwin*. Buenos Aires, 2015. Disponível em <http://www.ellitoral.com/index.php/id_um/122013-continuan-las-negociaciones-para-identificar-a-los-soldados-argentinos-enterrados-en-darwin>. Acesso em 25 de Jul. 2015.

EL MALVINENSE. *Renunció Cisneros a la presidencia de la Comisión de Familiares de Caídos*. Buenos Aires, 2010. Disponível em <http://www.malvinense.com.ar/smalvi/10/1487.htm>. Acesso em 24 de Out. 2014.

ESTEBAN, Edgardo; ROMERO, Gustavo Aníbal. *Malvinas: diário del regreso: iluminados por el fuego*. Buenos Aires: Sudamericana, 2005.

ESTEVE, Laila Q. *Autobiografía y ficción em el documental contemporâneo argentino: Los rubios de Albertina Carri: um caso paradigmático*. In. *El cine argentino de hoy : entre el arte y la política*. Viviane Rangil (org). Buenos Aires: Biblos, 2007.

FERRO, Marc. *Cinema e História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FERRO, Marc. *O filme: uma contra-análise da sociedade?*. In: LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre. (org.). *História: novos objetos*. RJ: Livraria Francisco Alves, 1971.

FRANCESCO, Casseti; CHIO, Federico di. *Cómo analizar um film*. Barcelona: Paidós Ibérica, 2007.

GAGNEBIN, Jeane Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo. Ed. 34, 2006.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP; Campinas: Unicamp, 2004.

GAGNEBIN, Jeanne Marie et alii. *Sobre Walter Benjamin*. Buenos Aires: Alianza, 1993.

GARRIGA, Santiago. *El CECIM La Plata frente a la cuestión Malvinas: Continuidades y cambios en la Argentina democrática (1982-2015)*. Buenos Aires, 2015. Disponível em <http://jornadasdesociologia2015 sociales.uba.ar/wp-content/uploads/ponencias/420_804.pdf>. Acesso em 20 de Dez. 2016.

GINZBURG, Carlo. *Relações de força*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GODIN, Jose Roberto. *Teoria da guerra justa*. 2003. Disponível em <https://www.ufrgs.br/bioetica/guerra.htm>. Acesso em 15 de jul. 2016.

GROSSMAN, Jonathan. *Violência e silêncio: reescrevendo o futuro*. In. História oral. Rio de Janeiro, n. 3, p.07-24, 2000.

GUBER, Rosana. *Por qué Malvinas? De la causa nacional a la guerra absurda*. Buenos Aires: Fondo de cultura econômica, 2012.

GUILLERMO, Levy. *La metáfora de las dos plazas y la “desmalvinización”*. In. Ciencias Sociales. Buenos Aires, n. 80, p. 94-99, 2012.

HASTINGS, Max e JENKINS. *The Battle for the Falklands*. Londres: Pan Books, 1984.

HUDEPOHL, Elizabeth. *La política de “desmalvinización”*. In. PESTANHA, Francisco. *Malvinas: la outra mirada*; Buenos Aires: Corporación Buenos Aires Sur, 2007.

JASTREBLANSKY, Maia. *La historia de 18 jóvenes que secuestraron un avión para pisar Malvinas*. Buenos Aires, 2012. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/1457899-la-historia-de-18-jovenes-que-secuestraron-un-avion-para-pisar-malvinas> Acesso em: mar. 2014.

JESÚS, Cornejo. *Divisiones entre ex combatientes por los vínculos con el kirchnerismo*. Buenos Aires, 2013. Disponível em <<http://www.lanacion.com.ar/1568763-divisiones-entre-ex-combatientes-por-los-vinculos-con-el-kirchnerismo>> . Acesso em 13 mar. 2015.

KON, Daniel. *Os meninos da Guerra das Malvinas/ Daniel Kon; tradução de Lúcia Duarte*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1986.

KRACAUER, Siegfried. *De Caligari a Hitler*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. *La historia y la guerra de 1982*. Disponível em: <<http://www.yendor.com/vanished/s-falklands-war.html>>. Acesso em: 10 mar. de 2015.

LA NACION. *Polémico reclamo por Malvinas en Qatar*. Buenos Aires, 2009. Disponível em: <<http://www.lanacion.com.ar/1114128-polemico-reclamo-por-malvinas-en-qatar>>. Acesso em 12 mar. 2014.

LA PLATA: *Nuevas amenazas al CECIM por grupos neofascistas*. Buenos Aires, 2015. Disponível em <http://www.politicaymedios.com.ar/nota/8107/la_plata_nuevas_amenazas_al_cecim_por_grupos_neofascistas/>. Acesso em 18 set.2015.

LA VOZ. *Veteranos de guerra, la causa de los soldados continentales*. Buenos Aires, 2015. Disponível em <http://www.lavoz.com.ar/politica/veteranos-de-guerra-la-causa-de-los-soldados-continentales>. Aceso em 22 de Out. 2015.

LIMA, Valentina da Rocha. *Problemas Metodológicos da história oral*. Salvador, 7-10 de mar. 1983. Palestra ministrada na Fundação Getúlio Vargas.

LIRA, Luciana Ramos; MENDOZA, Martha Romero. *Historia oral y psicología*. In: LOZANO, Jorge E. Aceves. *Historia oral: ensayos y aportes de investigación*. México: Ciesas, 2000.

LORENZ, Federico G. *Las guerras por Malvinas: 1982 – 2012*. Buenos Aires: Edhasa, 2012.

LORENZ, Federico G. *Recuerdos Negados. Malvinas: la historia oral y nuestro pasado reciente*. In: *Voces Recobradas – Revista de Historia Oral*. Año 3. Número 10. Buenos Aires: Instituto Histórico de la Ciudad de Buenos Aires, abril 2001.

LORENZ, Federico. *Malvinas: una guerra argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.

LORENZ, Federico. *Unas islas demasiado famosas: Malvinas, historia y política*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2013.

LOSANDES. *Bergoglio pidió una reivindicación para "todos" los que participaron en la guerra*. Buenos Aires, 2012. Disponível em <<http://archivo.losandes.com.ar/notas/2012/4/2/bergoglio-pidio-reivindicacion-para-todos-participaron-guerra-633815.asp>> Acesso em 10 de abr. 2014.

LOWE, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"*. São Paulo: Boitempo, 2005.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. *Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaina (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LUSNICH, Ana Laura. *Una historia del cine político y social en Argentina*. Formas, estilos y registros (1896-1969), Buenos Aires, Nueva Librería, 2009.

MAGALHÃES, Nancy Alessio. *Narradores: vozes e poderes de pensadores*. COSTA, Cléria Botelho da e MAGALHÃES, Nancy Alessio (orgs.). *Contar história, fazer história – História, Cultura e Memória*. Brasília: PPGHIS/UnB e Paralelo 15, 2001.

MALESTAR MILITAR *ao ser dado de baja subitamente el comandante del Ildo. Cuerpo de Ejército*. Buenos Aires, 2009. Disponível em <http://www.labotellaalmar.com/vercorreo_lector.php?id=2516>. Acesso em 13 de abr. 2014.

MARINO, Alfredo. *Cine Argentino y latinoamericano: una mirada crítica*. Buenos Aires: Obuko, 2004.

MARTINEZ, Hugo. *O outro lado das Malvinas*. São Paulo: Global, 1983.

MASTROPIERRO, Oscar. *La situación de Malvinas durante el gobierno de Alfonsín*. Buenos Aires, 2007. Disponível em <http://www.elmalvinense.com/smalvi/utj072007/00365.html> > Acesso em: 15 jun. 2015.

MEMÓRIA *é uma disputa ideológica*”, dizem autores de livro sobre a ditadura . Buenos Aires, 2014. Disponível em <<http://www.forumverdade.ufpr.br/blog/2014/06/18/memoria-e-uma-disputa-ideologica-dizem-autores-de-livro-sobre-a-ditadura/>>. Acesso em 12 abr.2015.

NO RETORNABLE. *Comisión de Familiares de Caídos en Malvinas e Islas del Atlántico Sur*. Buenos Aires. Disponível em <http://www.no-retornable.com.ar/v2/dossier/carta.html>. Acesso em 22 de Dez. 2015.

NORIEGA, Gustavo. *Sobre Iluminados por el fuego*. Buenos Aires, 2012. Disponível em <<http://www.elamante.com/criticas/sobre-iluminados-por-el-fuego-gustavo-noriega/>> Acesso em 11 de jul. 2015.

NOTAS DEL DIRECTOR. *Cómo se hizo Iluminados por el fuego*. Buenos Aires, 2005. Disponível em <<http://www.labutaca.net/films/32/iluminadosporelfuego1.htm>>. Acesso em 18 de abr. 2015.

NUBILA, Domingo di. *Historia Del cine argentino*. Buenos Aires: Cruz de Malta, 1959.

NUÑES, Antonio. *Iluminados por el fuego: carne de cañón*. Buenos Aires, 2006. Disponível em <http://www.fanzinedigital.com/cine/1862_1-Iluminados_por_el_fuego.html> Acesso em: 20 abr. 2015

NUNES, José Walter. *Narrativa histórica no filme documentário: realidade e ficção se encontram?*. In. *Práticas socioculturais do fazer histórico*. Brasília: PPGHIS/UnB, 2009.

PAGINA12. *Renunció Tristán Bauer*. Buenos Aires, 2015. Disponível em <<http://www.pagina12.com.ar/diario/ultimas/20-287956-2015-12-10.html>> Acesso em 17 de out. 2016.

PALERMO, Vicente. *Sal em las heridas: las Malvinas en la cultura argentina contemporánea*. Buenos Aires: Sudamerica, 2007.

PERFIL.COM. *Documentos revelam como silenciaron a los soldados*. Buenos Aires, 2015. <<http://www.perfil.com/sociedad/Malvinas--Documentos-revelan-como-silenciaron-a-los-soldados-20150930-0056.html>>. Acesso em Out. 2015.

PESTANHA, Francisco. *Las disputas por Malvinas*. In. *Ciencias Sociales*. Buenos Aires, n. 80, p.24-27 ,2012.

PESTANHA, Francisco. *Malvinas: la outra mirada*. Buenos Aires: Corporación Buenos Aires Sur, 2007.

PIEDRAS, Pablo. *Una historia del cine político y social en Argentina. Formas, estilos y registros (1896-1969)*. Buenos Aires, Nueva Librería, 2009. *Una historia del cine político y social en Argentina. Formas, estilos y registros (1896-1969)*, Buenos Aires, Nueva Librería, 2009.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol 2, n. 3, p.3-15,1989.

PORTELLI, Alessandro. *O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum*. In. FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaina (org.) . *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1998.

POTTING, Sven. *El cine argentino y la guerra de las Malvinas*. Buenos Aires, 2013. Disponível em < <http://www.eloquepiensa.net/08/index.php/pantalla/el-cine-argentino-y-la-guerra-de-las-malvinas>>. Acesso em 18 de Jun. 2014.

RANGIL, Viviane. *El cine argentino de hoy : entre el arte y la política*. Buenos Aires: Biblos, 2007.

REALI, Heitor e S. *Cinema inteligente, cinema argentino*. São Paulo, 2012. Disponível em <<http://revistaplaneta.terra.com.br/secao/cultura/cinema-inteligente-filme-argentino->>. Acesso em 15 de Jul. 2014.

REBOSSIO, Alejandro. *La dictadura también torturó em Malvinas*. Buenos Aires, 2009. Disponível em <http://internacional.elpais.com/internacional/2009/02/24/actualidad/1235430002_850215.html>. Acesso em 12 de Jan. 2014.

REBOSSIO, Alejandro. *Argentina desclasifica archivos sobre las torturas en la Guerra de Malvinas*. Buenos Aires, 2015. <http://internacional.elpais.com/internacional/2015/09/15/actualidad/1442278462_721506.html>. Acesso em Out. 2015.

REIS, José Carlos. *A história entre a filosofia e a ciência*. São Paulo: Editora Ática, 1996.

REMO, Roberto. *A história dá razão à Argentina*. In. *Malvinas a grande lição*. Rio de Janeiro: Terceiro Mundo, 1982.

ROCÍO, García. *53 días de infierno en las islas Malvinas*. Buenos Aires, 2006. Disponível em <http://elpais.com/diario/2006/01/02/cultura/1136156402_850215.html>. Acesso em 14 de nov. 2014.

ROMERO, Luis Alberto. *História contemporânea da Argentina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

ROTH, Roberto. *Después de Malvinas, qué?*. Buenos Aires: Ediciones La Campana, 1982.

ROUSSO, Henry. *A memória não é mais o que era*. In. FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaina (org.) . *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1998.

ROZITCHER, León. *Malvinas de la guerra sucia a la guerra limpia*. Buenos Aires: Losada, 2005.

SADOUL, George. *Témoignages photographiques et cinématographiques*, In: SAMARAN, C. (Org.). *L'Histoire et ses méthodes*. Paris: Galimard, 1961.

SALA, Jorge. *Las nociones de compromiso y de praxis em el cine de los años sessenta y la reevaluación de las prácticas emergentes*. In. *Una historia del cine político y social en Argentina. Formas, estilos y registros (1896-1969)*. Buenos Aires, Nueva Librería, 2009.

SALVATORI, Samanta. *Los chicos de la guerra*. Buenos Aires. Disponível em <http://servicios2.abc.gov.ar/lainstitucion/organismos/cendie/cinedivulgacion/videos/1oschicosdelaguerra.pdf> > Acesso em 14 abr. 2015.

SALVATORI, Samanta. *Malvinas em la mira del cine*. Buenos Aires, 2007. Disponível em <<http://www.comisionporlamemoria.org/investigacionyensenanza/materiales/malvinas/articulos/cine.pdf>>. Acesso em 15 de jul. 2014.

SAPERRE, Pablo. *El cine fantástico y la censura em la Argentina de los 70*. Buenos Aires, 2005. < <http://www.quintadimension.com/node/296>> Acesso em 15 de Ago. de 2014.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SARRASAGUE, Santiago Martínez. *Los Kirchner y las Malvinas*. Buenos Aires, 2010. Disponível em < <http://www.lanacion.com.ar/1234282-los-kirchner-y-las-malvinas>> Acesso em 19 de Mar. 2014.

SEIXAS, Jacy Alves de. *Percursos de memória em terras de história: problemáticas atuais*. In BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (org.) *Memória e (res) sentimento*. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

SILVA, Juan P. *El nuevo cine argentino de los años 60: ideologia e utopia Del cine como arma revolucionaria*. Buenos Aires, 2011. Disponível em < http://www.rchav.cl/jp_silva.htm> Acesso em 08 de Jun. 2014.

SORLIN, Pierre. *La storia nei film*. Firenze: La nuova Italia, 1984.

TADDEO, Luciana. *Familiares dos argentinos mortos recordam luta para permanência dos corpos nas Malvinas*. Buenos Aires, 2012. Disponível em < <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/20869/familiares+dos+argentinos+mortos+recordam+luta+para+permanencia+dos+corpos+nas+malvinas.shtml> > Acesso em: 10 Mar. 2013.

TERRITORIO DIGITAL. *Piden exhumaciones para identificar a los NN*. Buenos Aires, 2011. Disponível em <<http://www.territorioidigital.com/notaimpresa.aspx?c=3973236441045428>>. Acesso em 13 de mar. 2014.

THOMPSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. *Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais*. In. FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaina (org.) . *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

TOURTIER-BONAZZI, Chantal de. *Arquivos: propostas metodológicas*. In. FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaina (org.) . *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

TRANCHINI, Eliana. *Tensión y globalización em lãs formas de representación Del cine argentino contemporâneo*. In. *El cine argentino de hoy : entre el arte y la política*. Viviane Rangil (org). Buenos Aires: Biblos, 2007.

TRISTAN BAUER: *Iluminados por el fuego*. Buenos Aires. Disponível em <<http://www.abcguiionistas.com/noticias/entrevistas/qx/tristan-bauer-iluminados-por-el-fuego-es-una-pelicula-belica-profundamente-anti-belica.html>> Acesso em 30 de abr. 2015.

VALES, Laura. *Designaron a Ernesto Alonso en la Comisión Nacional de Ex Combatientes*. Buenos Aires. Disponível em <<http://chacodiapordia.com/noticia/64753/designaron-a-ernesto-alonso-en-la-comision-nacional-de-ex-combatientes>>. Acesso em 20 set. 2015

VANOYE, Francis e LÉTÉ-GOLIOT, Anne. *Ensaio sobre a análise fílmica*. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

VASQUEZ, Luiz. *Argentina Indefensa: Porqué, oportunidades y propuestas para salir de esta situación (1a. parte)* . Buenos Aires, 2015. Disponível em <http://www.libreopinion.com/blog/2015/01/15/argentina-indefensa-porque-oportunidades-y-propuestas-para-salir-de-esta-situacion-1a-parte/>. Acesso em 22 de Mar. 2015.

VOLDMAN, Danièle. *Definições e usos*. In. FERREIRA, Marieta de Moraes, ZUBA, Fernando. *Malvinas: crônicas de guerra*. Belo Horizonte: Armazem de Ideias, 2008.